UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

CAROLINA SILVA PEDROSO

ENTRE O BOLIVARIANISMO E A ADESÃO À HEGEMONIA: A RELAÇÃO DE VENEZUELA E ESTADOS UNIDOS DURANTE O CHAVISMO (1999-2013)

SÃO PAULO

2018

CAROLINA SILVA PEDROSO

ENTRE O BOLIVARIANISMO E A ADESÃO À HEGEMONIA: A RELAÇÃO DE VENEZUELA E ESTADOS UNIDOS DURANTE O CHAVISMO (1999-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Atores e Processos", na linha de pesquisa "Relações Exteriores dos Estados Unidos".

Orientador: Luis Fernando Ayerbe.

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pedroso, Carolina Silva.
P372 Entre o bolivarianismo e a adesão à hegemonia : a relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013) / Carolina Silva Pedroso. – São Paulo, 2018.
393 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luis Fernando Ayerbe.
Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

1. Venezuela – Relações exteriores – Estados Unidos – Séc. XXI. 2. Venezuela – Política e governo – Séc. XXI. 3. Venezuela – Presidente (1999-2013 : Chávez Frías). 4. Venezuela – Relações exteriores – Séc. XXI. 5. Venezuela – Relações exteriores – Séc. XX. 6. Venezuela – Política e governo – Séc. XX. I. Título.
CDD 327.87073

CAROLINA SILVA PEDROSO

ENTRE O BOLIVARIANISMO E A ADESÃO À HEGEMONIA: A RELAÇÃO DE VENEZUELA E ESTADOS UNIDOS DURANTE O CHAVISMO (1999-2013)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração "Instituições, Atores e Processos", na linha de pesquisa "Relações Exteriores dos Estados Unidos".

Orientador: Luis Fernando Ayerbe.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

_____

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

_____

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

_____

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa (Universidade de São Paulo)

_____

Prof. Dra. Marília Carolina Barbosa Souza Pimenta (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado)

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

À Tonantzin Coatlaxopeuh, a Negra Mariama que é o alento transcendental para os povos oprimidos de Abya Yala.

AGRADECIMENTOS

Ofereço meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou os primeiros onze meses desta pesquisa e a viagem de campo à Venezuela e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, sob o processo 2014/08726-3, brindou-me com apoio institucional e material imprescindível para a realização da tese nos três anos subsequentes, bem como para a realização do estágio de pesquisa nos Estados Unidos.

Em tempos em que os investimentos estatais em educação pública vêm sendo questionados e aviltados, registrar a importância dos recursos destinados à pós-graduação é não só um ato de gratidão, mas uma obrigação moral frente aos contribuintes desta nação que precisam saber que são corresponsáveis pelo avanço – ainda que modesto e cheio de percalços – da Ciência no Brasil.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelo discernimento e por ter sido o elã que me conduziu, do início ao fim, nesta etapa engrandecedora e enriquecedora não só da minha formação acadêmica, mas da minha evolução como mulher latino-americana, humanista e progressista.

Ao professor Luis Fernando Ayerbe, que me acompanhou como orientador desde o mestrado e tem sido a personificação daquilo que um mestre significa para seus alunos: generosidade e inspiração imensas.

A toda a minha enorme família Silva Pedroso pelo apoio incondicional em todos os momentos e por terem sido o combustível sem o qual essa jornada não teria sido possível. Em especial aos meus pais, Mirtes e Volnei; aos meus avós, Afonsina, Clarice e Miguel; aos meus irmãos (de sangue e coração), Andressa, Bianca, Danilo e Ewerton. Gratidão eterna!

Ao Alfredo, que passou de um querido parceiro de artigos e pesquisas para ser meu companheiro de vida, o porto seguro que eu precisava para terminar essa maratona com a certeza de que as próximas empreitadas serão realizadas lado a lado. Agradeço também aosGuevara Martinez, minha família cubana: Roxana, Juan, Jorge e Aurora, que me acolheram nesses últimos anos.

Aos meus amigos de vida, com quem dividi os poucos momentos de descanso e descontração, mas que, ainda assim, foram indispensáveis para que eu pudes-

se percorrer esse turbilhão da maneira mais suave possível. Obrigada Alcy, Bárbara, Bruna, Débora, Fabrício, Juliana, Marília e Samia, que não pouparam palavras de motivação nas horas difíceis.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, principalmente aos professores Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, Cristina Pecequilo, Héctor Luis Saint-Pierre, Karina Pasquariello Mariano, Marcelo Passini Mariano, Samuel Alves Soares, Suzeley Kalil Mathias e Tullo Vigevani. Cada qual, a seu modo e em diferentes etapas, contribuiu para o amadurecimento desta pesquisa e são fontes inspiradoras como mestres e profissionais.

Às queridas Giovana Vieira, Graziela de Oliveira e Isabella Silvestre, que também integram o San Tiago Dantas, e executam primorosamente funções que foram essenciais para a conclusão de mais esta etapa da minha vida acadêmica. Não posso deixar de mencionar Adalton Oliveira, Genira Chagas, Oscar D'Ambrosio, Daniel Patire, Renato Coelho, Amanda Fernandes e toda a equipe de Assessoria de Comunicação e Imprensa da UNESP que me ajudaram a divulgar os resultados parciais desta pesquisa pelos respectivos canais institucionais.

Aos mestres que também dedicam tempo e estudo para compreender os meandros políticos e econômicos da Venezuela, especialmente os professores Rafael Villa, Leonardo Valente, Gilberto Maringoni, Igor Fuser, Pedro Barros, Carlos Romero, Mark Weisbrot, Martha Márquez Restrepo, Steve Ellner, Jennifer Mccoy e Andrés Serbin, seja por meio de suas obras ou por conversas no decorrer destes quatro anos, foram fundamentais contribuições para o presente trabalho.

Aos amigos dantescos que percorreram comigo esse árduo caminho, compartilhando angústias, mas também muitas risadas: Andrei Serbin, Andrés Londoño, Arthur Murta, Barbara Ellynes, Cairo Junqueira, Clarissa Ribeiro, Elze Rodrigues, Giovanna Ayres, Karen Honório, Karina Stange, Laís Azeredo, Laura Donadelli, Livia Milani, Lucas Leite, Luiza Mateo, Marcio Scherma, Marília Souza, Matheus Oliveira, Neusa Bojikian, Roberto Moll, Rodrigo Amaral, Sara Toledo, Tamires Sousa e William Daldegan. Agradeço especialmente à dantesca Katiuscia Moreno pela revisão deste trabalho.

Aos companheiros de aventura que estiveram comigo nas viagens de campo à Colômbia, Venezuela e Estados Unidos: Ana Lucía Mosquera, Daniel Campos, Diego Vera, Esteban Ospina (que competentemente realizou as transcrições das entrevistas), Eduardo Pastrana Buelvas, Henrique Saint'Clair Mattioda, José Luiz

Pimenta, Juan Carlos Pinto, Lourdes Hardman, Marcela Franzoni, Mauxí Malabet, Oscar Simmonds, Paula Lezama, Rachel May, Rafael Castro, Regiane Nistch Bressan, Ricardo Bettancourt, Ricardo Felix, Rosa Ribeiro e Thais Virga. Em nome deles, dou graças a todos os demais que permitiram que essas experiências no exterior fossem transformadoras e apurassem o meu olhar para um objeto tão complexo e labiríntico.

Não posso deixar de destacar o professor Harry Vanden, da University of South Florida (USF), que me abriu as portas do Institute for the Study of Latin America and Caribbean (ISLAC). Além de ser um exemplo de latino-americanista, é uma pessoa extremamente benevolente, a quem dedico minha gratidão.

À Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC-SP) que, na pessoa do professor Silvio Buria, me permitiu exercer a docência, minha grande paixão, com a tranquilidade necessária para finalizar esta tese.

À Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), que me acolheu na reta final do doutorado e, contando com a compreensão da professora Sonia Camargo, ofereceu-me a oportunidade de coordenar do curso de Relações Internacionais desta tradicional instituição do interior paulista, sem deixar de criar incentivos para a concretização da tese.

“Não foram os espanhóis, mas nossa própria desunião o que nos levou de novo à escravidão”. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2000, p. 56).

RESUMO

Desde a sua gênese enquanto Estado-Nação, a Venezuela se depara com uma encruzilhada em termos de inserção externa: apostar no bolivarianismo ou aderir à hegemonia. No início do século XX, a descoberta daquele que viria a ser seu principal produto de exportação, o petróleo, adicionou um elemento estruturante significativo e com consequências diretas na forma com que o país passou a se situar na arena internacional. Desde então, consolidou-se a parceria econômica e política com a potência hegemônica: os Estados Unidos da América (EUA). A ascensão de Hugo Chávez Frías ao poder, em 1999, representou o início de um novo ciclo político, marcado por uma intensa polarização política. Ademais, foi o primeiro governo latino-americano de uma safra de líderes que foram eleitos com um discurso bolivariano, anti-neoliberal e antiestadunidense. Assim, as relações bilaterais com os Estados Unidos passaram por um espiral de tensões crescentes durante o chavismo, especialmente após evidências de ingerência norte-americana sob o governo de George W. Bush, baseado em uma política exterior venezuelana de revisionismo periférico antagônico. Contudo, no campo econômico e comercial, a tônica das relações bilaterais foi o pragmatismo. Observou-se uma postura contraditória por parte da Venezuela chavista, em que politicamente recorria a discursos e gestos de afronta, mas economicamente manteve a dependência comercial com os EUA. Defendemos que a inimizade entre esses dois países beneficiou os dois polos da política venezuelana, tendo sido conveniente para ambos. Portanto, nossa hipótese é que as relações Venezuela-EUA durante o chavismo expressam a disputa entre os dois paradigmas de inserção internacional: o bolivarianismo e a adesão à hegemonia, ao mesmo tempo em que suas contradições podem ser explicadas pelos interesses mútuos dos grupos internos. Tal complexidade é abordada por meio de uma abordagem histórica, ancorada em revisão bibliográfica, entrevistas, documentos, declarações e dados oficiais. Concluímos que a inimizade com os EUA foi conveniente para os dois polos políticos venezuelanos, que compartiam o mesmo interesse (manutenção das hostilidades), ainda que com preferências opostas, ligadas à disputa de poder entre eles.

Palavras-chave: Venezuela. Chavismo. Bolivarianismo. Estados Unidos. Hegemonia. Petróleo. Revisionismo. Antagonismo. Polarização. Inimizade. Conveniência.

ABSTRACT

Venezuela's inception as Nation-State faces a paradigm in foreign affairs: to incorporate Bolivarianism or adhere to hegemony. In the beginning of the 20th century, the discovery of petroleum as the country's main product for exports added a structurally significant element with direct consequences in the country's insertion in the international arena. Since then, economic and political economy with hegemonic power – the United States (US) – has been consolidated. Hugo Chávez Frías' commander-in-chief from 1999 on represented the beginning of a new and intense polarized cycle. Furthermore, that was the first of sequential Latin-American commanders-in-chief elected with a bolivarianist discourse, either anti-neo-liberal and anti-US. Therefore, bilateral relations with the US under chavism have been increasingly tenuous, especially after evidence of US ingerence under George W. Bush's government. Venezuelan external policy was based on antagonist and peripherical revisionism. However, at the economic and commercial areas pragmatism was the tone of bilateral relations. A contradictory stance in which politically Venezuela had confrontational narrative and actions, but economically kept dependent on the US, was observed. We argue that hostility between Venezuela and the United States benefited Venezuelan politics and were worthwhile for both countries. Venezuelan-US relations expressing the dispute between both paradigms of international insertion – Bolivarianism and adhesion to hegemony – at the same time explaining mutual interests of internal groups is, thus, our hypothesis. The research has a historic approach based on literature review, interviews, documents, declarations, and official data. The conclusion is that the hostilities against US has been conveniente for both Venezuelan political sides, which shared the same interest (maintaining animosities), although their preferences were opposite, related to power struggle between them.

Keywords: Venezuela. Chavism. Bolivarianism. United States. Hegemony. Oil. Revisionism. Antagonism. Polarization. Hostility. Convenience.

RESUMEN

Desde su génesis mientras Estado-Nación, Venezuela se encuentra en una encrucijada en términos de inserción externa: apostar en el bolivarianismo o adherirse a la hegemonía. A principios del siglo XX, el descubrimiento de aquel que vendría a ser su principal producto de exportación, el petróleo, añadió un elemento estructurante significativo y con consecuencias directas en la forma con que el país pasó a situarse en la arena internacional. Desde entonces, se ha consolidado la asociación económica y política con la potencia hegemónica: los Estados Unidos de América. La llegada de Hugo Chávez Frías al poder, en 1999, representó el inicio de un nuevo ciclo político, marcado por una intensa polarización política. Además, fue el primer gobierno latinoamericano que fueron elegidos con un discurso bolivariano, antineoliberal y antiestadounidense. Así, las relaciones bilaterales con Estados Unidos pasaron por un espiral de tensiones crecientes durante el chavismo, especialmente tras evidencias de injerencia norteamericana bajo el gobierno de George W. Bush, basado en una política exterior venezolana de revisionismo periférico antagónico. Sin embargo, en el campo económico y comercial, la tónica de las relaciones bilaterales fue el pragmatismo. Se observó una postura contradictoria por parte de Venezuela chavista, en que políticamente recurría a discursos y gestos de hostilidad, pero económicamente mantuvo la dependencia comercial con Estados Unidos. Defendemos que la enemistad entre esos dos países benefició los dos polos de la política venezolana, siendo conveniente para ambos. Por lo tanto, nuestra hipótesis es que las relaciones Venezuela-EEUU durante el chavismo expresan la disputa entre los dos paradigmas de inserción internacional: el bolivarianismo y la adhesión a la hegemonía, al mismo tiempo que sus contradicciones pueden ser explicadas por los intereses mutuos de los grupos internos. Dicha complejidad es abordada por medio de una perspectiva histórica, basada en revisión bibliográfica, entrevistas, documentos, declaraciones y datos oficiales. La conclusion es que la enemistad con Estados Unidos fue conveniente para los dos polos políticos venezolanos, que compartieron el mismo interés (mantenimiento de las hostilidades), aunque con preferencias opuestas, relacionadas a la disputa de poder entre ellos.

Palabras clave: Venezuela. Chavismo. Bolivarianismo. Estados Unidos. Hegemonía. Petróleo. Revisionismo. Antagonismo. Polarización. Enesmitad. Conveniencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Una visión mágica y mesiánica.....49

Mapa 1 – Divisão Regional da Venezuela.....58

Gráfico 1 – Produção e Reserva de Petróleo da Venezuela (1996-2016).....152

Gráfico 2 – Porcentagem de pessoas vivendo na extrema pobreza na Venezuela (1990-2009).....159

Quadro 2 – Diplomacia do petróleo e orientações externas na Venezuela……..166

Quadro 3 – As relações revisionistas da Venezuela com o mundo.....192

Gráfico 3 – Variação do preço do petróleo no ciclo de 1960 a 2010.....215

Quadro 4 – Principais Parcerias Comerciais da Venezuela (1999, 2004, 2009, 2013).....217

Figura 1 – Mapeamento doméstico da Venezuela chavista.....242

Gráfico 4 – Número de investigadores migrados (1960-2010).....247

Gráfico 5 – Distribuição dos investigadores por região de destino.....247

Quadro 5 – Organizações venezuelanas nos Estados Unidos.....249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos preços do barril do petróleo (2004-2013).....158

Tabela 2 – Dados do PIB e da renda per capita na Venezuela (1998-2013).....158

Tabela 3 – Percepção da relação entre (país) e Estados Unidos (%)……...……...182

Tabela 4 – Comércio EUA-Venezuela em milhões de dólares (1988/1998-2013)…….....212

Tabela 5 – Exportação de petróleo venezuelano (1999, 2004, 2009 e 2013).....218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACILS	Centro Americano para Solidariedade no Trabalho
AD	Acción
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
ANH	Academia Nacional de História
CAN	Comunidade Andina
Cantv	Companhia Anônima Nacional de Telefonia de Venezuela
CAP	Rafael Caldera
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCV	Cruzada Cívica Nacionalista (CCV)
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	Central Intelligence Agency
Cipe	Centro para a Empresa Privada Internacional
CITGO	Citgo Petroleum Corporation
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente
COPRE	Comissão para Reforma do Estado
CTV	Central de Trabalhadores da Venezuela
CUTV	Central Única de Trabalhadores da Venezuela
Digepol	*Dirección General de Policía*
ESAMC-SP	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação
EUA	Estados Unidos da América
FALN	Fuerzas Armadas de Liberación Nacional
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas
FBL	Forças Bolivarianas de Libertação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOGADE	Fondo de Protección Social de los Depósitos Bancarios
FoIA	Freedom of Information Act

GPPSB	Grande Polo Patriótico Simón Bolívar
IRI	Instituto Republicano Internacional
ISLAC	Study of Latin America and Caribbean
MAS	Movimiento al Socialismo
MEP	Movimiento Electoral del Pueblo
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MIN	Movimiento de Integridad Nacional
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionária
MOVE	Movimento Organizado de Venezuelanos no Exterior
MUD	Mesa de Unidade Democrática
MVR	Movimiento V República
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
NDI	Instituto Nacional Democrata de Assuntos Internacionais
NED	National Endowment for Democracy
NIN	Novo Ideal Nacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTI	Office of Transition Iniciatives
PCV	Partido Comunista Venezuelano
PDV	Partido Democrático Venezuelano
PdVSA	Petróleos de VenezuelaAS
PIB	Produto Interno Bruto
PPT	Pátria para Todos
PRV	Partido de la Revolución de Venezuela
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
SAIC	Science Applications International Corporation
SAIC	Science Applications International Corporation
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UNASUL	União Sul-Americana de Nações
URD	Unión Republicana Democrática
URSS	União Soviética
USAID	United States Agency for International Development
VICC	Venezuela: Iniciativa para a Construção de Confiança

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 22

2 UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A ORIGEM DA ENCRUZILHADA VENEZUELANA: ADESÃO À HEGEMONIA VERSUS PROJETO AUTONOMISTA BOLIVARIANO 28

2.1 Discussão teórico-metodológica 28

2.1.1 Os aportes teóricos das Relações Internacionais 29

2.1.1.1 A importância das ideias 30

2.1.1.2 Aportes da(s) Teoria(s) Crítica(s) 32

2.1.1.2.1 O Sistema-Mundo: uma explicação sistêmica da dominação dos países centrais 34

2.1.1.2.2 As desigualdades sistêmicas sob a ótica latino-americana: o subdesenvolvimento e a dependência 35

2.1.2.2.3 A questão da Hegemonia 37

2.1.1.3 A compreensão das dinâmicas internas: bloco no poder e frações de classe 39

2.1.1.4 O peso da formação histórico-cultural: as perspectivas pós-colonialistas e decolonialistas 40

2.1.2 A aplicação da teoria ao caso venezuelano: as limitações metodológicas 42

2.2 As origens da encruzilhada: uma discussão à luz da história 43

2.2.1 A figura de Bolívar na formação das classes dirigentes da Venezuela do século XIX 47

2.2.2 A luta intra-oligárquica: os primeiros traços de projetos nacionais divergentes na transição do século 57

3 PETRÓLEO COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DOS MODELOS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA VENEZUELA NO SÉCULO XX 66

3.1 Primeiras décadas de exploração: a transição "do arado ao poço petroleiro" 66

3.1.1 A ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935): entre a modernização petroleira e o caudilhismo agrário 67

3.1.2 O pós-gomecismo e o "respiro democrático" 71

3.1.3 Uma nova ditadura no contexto de consolidação hegemônica dos Estados Unidos: o *perezjimenismo* 74

3.1.4 A Venezuela nas primeiras décadas do século XX: os impactos iniciais de uma economia petroleira 77

3.2 A Venezuela *puntofijista*: a consolidação do petróleo como elemento estrutural do excepcionalismo venezuelano 80
3.2.1 O Punto Fijo(1958-1998): um sistema de conciliação oligárquica 82
3.2.1.1 “A década sangrenta”: presidências de Rômulo Betancourt (1959-1964) e Raúl Leoni Otero (1964-1969) 83
3.2.1.2 “A Venezuela Saudita”: as presidências de Rafael Caldera (1969-1974) e Carlos Andrés Pérez (1974-1979) 89
3.2.1.3 O início do fim: as gestões de Luis Herrera Campins (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984-1989) 96
3.2.2 O papel do petróleo como elemento estrutural na Venezuela e em sua inserção internacional 103
4 AS ORIGENS DO FENÔMENO CHAVISTA E O RESGATE DO BOLIVARIANISMO 107
4.1 O fim do Punto Fijo: as presidências de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1994-1998) 108
4.1.1 A era neoliberal e a decadência irreversível de Punto Fijo: o *caracazo* e o intento de golpe 110
4.1.2 O fim prematuro do governo Pérez 114
4.1.3 O *policy switch* de Rafael Caldera 116
4.1.4 O fim do Punto Fijo e o rearranjo das forças internas 121
4.2 O chavismo (1998-2013) e a ascensão de um novo bloco no poder 123
4.2.1 O homem por trás do fenômeno: Hugo Chávez e suas múltiplas influências 124
4.2.1.1 O bolivarianismo militarista-nacionalista 128
4.2.1.2 O bolivarianismo socialista 133
4.2.2 A refundação institucional: a criação da República Bolivariana 139
4.2.3 A polarização com a ascensão de um novo bloco no poder: ações antidemocráticas da oposição e a hegemonia chavista 146
4.3 A face mais revolucionária da Revolução Bolivariana: as políticas sociais 156
5 A RELAÇÃO DA VENEZUELA CHAVISTA COM OS ESTADOS UNIDOS: ENTRE ANIMOSIDADES E DISTENSÕES (1999-2013) 164
5.1 A relação de Venezuela e Estados Unidos durante o *puntofisjismo*: “amigos sim, negócios à parte” 164
5.2 O resgate do bolivarianismo na inserção internacional da Venezuela 169
5.2.1 “Esperar e ver” em um ambiente de mútua desconfiança: a relação de Chávez e Clinton (1999-2000) 175
5.2.1.1 O espiral crescente de tensões: Chávez versus Bush (2001-2009) 181

5.2.1.2 Um novo recomeço? As relações bilaterais Venezuela-EUA durante a Era Obama (2009-2013) 198

6 INIMIZADE CONVENIENTE: A POLARIZAÇÃO A PARTIR DAS CONTRADIÇÕES DA RELAÇÃO VENEZUELA-EUA DURANTE O CHAVISMO 204

6.1 A conquista de mentes, poços e corações: a influência dos Estados Unidos sobre a burguesia venezuelana 205

6.2 "Inimigos sim, negócios à parte": as relações comerciais de Venezuela e EUA durante o chavismo 209

6.3 O impacto do resgate do bolivarianismo na dinâmica interna venezuelana: o outro lado da polarização 221

6.3.1 A inimizade conveniente: o financiamento do antichavismo pelos Estados Unidos no golpe de 2002 e no *paro petrolero* de 2003 222

6.3.2 A inimizade conveniente para a consolidação do discurso bolivariano e da hegemonia chavista 235

6.3.3 A gênese de um novo grupo de interesse latino nos EUA como resultado da inimizade conveniente 243

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 263

8 REFERÊNCIAS 275

APÊNDICE A – ENTREVISTA DE JAVIER JOSE TORRES 292

APÊNDICE B – ENTREVISTA DE JOSE ANTONIO COLINA 327

APÊNDICE C – ENTREVISTA DE PATRICIA ANDRADE 346

APÊNDICE D – ENTREVISTA DE NORMA CAMERO RENO 353

ANEXO A – PACTO DE PUNTO FIJO 374

ANEXO B – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PARALELA DAS MISSÕES 380

ANEXO C – TELEGRAMA DIPLOMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO 381

ANEXO D – TELEGRAMA DIPLOMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO 382

ANEXO E – DECRETO CARMONA 383

ANEXO F – FLUXO DE DÓLARES ESTADUNIDENSES NA VENEZUELA 391

ANEXO G – ESTRUTURA GERAL DO FLUXO DE DINHEIRO PARA VENEZUELA 392

ANEXO H – TELEGRAMA DIPLOMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO, DEZEMBRO DE 2001 391

1 INTRODUÇÃO

> "De um amanhecer a outro, o monte Ávila vigia Caracas. Eleva-se ao norte da cidade até quase 2.800 metros de altitude, um gigante em cujos braços se deita a capital venezuelana. Uma muralha verde de onde se vê a metrópole reduzida a um amontoado de tijolos brancos que a vista alcança sem dificuldades.
> [...]
> Lá embaixo, ao sul, o vale de Caracas; ao norte, o mar do Caribe. Os colonizadores espanhóis levaram nada menos de 67 anos para vencer a geografia imponente do Ávila, desde a fundação de Nueva Cádiz, na ilha de Cubágua, o primeiro assentamento espanhol nas águas cristalinas do caribe venezuelano. Não foi antes de 1567, depois de duas tentativas frustradas, que Diego de Losada logrou fundar Santiago de León de Caracas, após ter vencido as tribos indígenas nativas e trilhado a montanha. Hoje, aos pés do Ávila, se deitam as paisagens urbanas do Distrito Federal e do estado Miranda, ladeadas pelas deformidades da pobreza periférica latino-americana – a oeste, o subúrbio desesperadamente miserável de Catia la Mar e, a leste, as cidades-dormitório de Guatire e Guarenas.
> É a geografia da desigualdade. A comunicação do porto de La Guaira, no mar do Caribe, com o centro rico da cidade é feita por uma autopista que contorna o trecho noroeste do Ávila, passando pelo aeroporto de Maiquetía e pelo subúrbio de Catia, 25 quilômetros de asfalto e túneis que revelam barracos amontoados nas escarpas norte e noroeste da montanha. São as mesmas moradias miseráveis que a cada chuva forte desabam às dúzias com a areia molhada. À noite, com sua luminosidade débil, quebram a escuridão do monte subindo pelos seus clarões, conformando a área pobre da periferia urbana.
> Mas basta seguir o contorno da estrada para deixar para trás a favela, cruzar o centro da cidade e alcançar, a leste, as regiões abastadas de Caracas. Ali, em áreas estritamente residenciais, a herança do Ávila não são os "ranchos" – os barracos que se aglomeram nos declives da montanha –, mas a folhagem fresca e juvenil que dá aos bairros um ar ameno e viçoso.
> [...]
> De comum entre a Caracas pobre do oeste e a cidade rica do leste, só mesmo o Ávila, que na prática as obriga a coexistir frente a frente, a miséria aboletada nos cantos da montanha e a bonança à sua sombra. Paz social mantida em banho-maria, assentada na alienação rotineira das tensões sociais. O dia-a-dia de uma grande cidade latino-americana."
> UCHOA, Pablo. Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez. São Paulo: Globo, 2003. P. 15-17 (grifos nossos).

Conforme a descrição do jornalista Pablo Uchoa (2003), em seu livro "Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez", Caracas é uma cidade que reflete as contradições de seu país: uma ilha de prosperidade rodeada por uma cadeia montanhosa que abriga os *barrios* (ou favelas) mais populosos da Venezuela. A configuração geossocial do Distrito Federal fornece, portanto, pistas da existência de uma grande cisão social que se expressa na disparidade entre uma minoria que desfruta das benesses e outra que está à margem – e não só geograficamente.

A Venezuela é, portanto, um país de contrastes e contradições acentuadas. Alguns foram amenizados durante o chavismo, como a desigualdade social entre as

classes, mas outros foram aprofundados, como a polarização política em torno de duas visões que, se analisadas em sua essência representam, respectivamente, o desejo pelo autêntico, original e próprio da Venezuela, consolidado pelo projeto bolivariano versus a adesão ao domínio de uma hegemonia estrangeira, com implicações no arranjo de poder interno. Tal construção ideacional está presente desde o seu surgimento enquanto Estado-Nação e na formação das elites econômicas, sociais e intelectuais.

Com a vitória de Bolívar, a Venezuela tornou-se um dos epicentros das independências latino-americanas e inspirou as demais colônias em sua luta por autonomia e liberdade frente às potências espanhola, francesa e inglesa. No decorrer do tempo, de acordo com cada contexto histórico, o país deparava-se com a possibilidade de levar a cabo um projeto mais autônomo ou escolher a adesão à hegemonia.

Estar entre o “global” o e “local”, no sentido de optar por uma trajetória de alinhamento ou não aos centros de poder mundiais gerou, portanto, projetos antagônicos de país por parte das elites governantes e, com isso, alimentaram a divisão da sociedade que chegou a um ápice durante o chavismo. No entanto, é preciso compreender as circunstâncias que levaram à polarização como resultado de um processo histórico de longa duração e que tem origem nos primeiros momentos da colonização do território que veio a se constituir no Estado venezuelano.

Embora tal dialética tenha perpassado toda a história venezuelana – percurso que vamos apresentar no capítulo inicial – é com a ascensão de Chávez, em 1999, e a retomada de um ideal bolivariano que a disputa entre interesses ganhou intensidade e projeção inéditas. A inclusão de camadas populacionais que historicamente foram alijadas da participação política e dos benefícios econômicos do petróleo é uma das razões pelas quais os ânimos se acirraram no país.

Como resposta à incorporação de novos beneficiários do lucro petroleiro, as oligarquias que se mantiveram no poder e, consequentemente, no comando da máquina que redistribuía os recursos advindos da exploração deste recurso natural reagiram fortemente. No caso da relação do país com os Estados Unidos – que desde o século XX substituíra a Espanha e a Inglaterra como referências hegemônicas – refletiu as contradições e conciliação de interesses e preferências dos principais polos políticos que se formaram neste período: chavistas e antichavistas.

A descoberta do principal bem exportável, o petróleo, que se tornou a base da estrutura econômica venezuelana, já nas primeiras décadas do século XX, serviu também de catalisador para a já relevante divisão social. Analisando essa situação a partir da estratégia de inserção internacional adotada pela Venezuela, a configuração desigual da sociedade permite a dedução de que a oligarquia petroleira garantiu seus privilégios com a adesão à hegemonia, enquanto que a grande maioria da população continuou distante do acesso aos recursos advindos desta riqueza natural, estando mais suscetível a engajar-se em um projeto de cunho nacionalista – remetendo aos anseios *criollos* – como forma de alcançar os benefícios que lhe foram histórica e constantemente negados.

A questão petroleira é, portanto, um dos elementos centrais deste trabalho, por entendermos que sem essa base material não seria possível compreender os meandros da relação da Venezuela com os Estados Unidos. Com o objetivo de aprofundar na apreensão deste elemento estrutural da Venezuela, apresentaremos no capítulo três a trajetória histórica que transformou o "ouro negro" em um condicionante das relações sociais, políticas e até culturais que se desenvolvem na pátria de Simón Bolívar.

Essa discussão é relevante, pois demonstra a profunda transformação no bloco de poder que governou a Venezuela desde que o petróleo se transformou na principal fonte de renda do Estado. Ademais, foi graças a este recurso energético que a relação deste país com a potência hemisférica ganhou uma importância estratégica para ambos, criando laços cooperativos e ideacionais, especialmente por parte da elite venezuelana, ofuscando o legado ideacional de Bolívar.

No capítulo seguinte abordaremos as dinâmicas internas e externas que explicam o surgimento do chavismo enquanto um fenômeno político *sui generis*. Para tal, será preciso analisar minuciosamente o período do Punto Fijo (1958-1998), que durante quatro décadas dominou a cena política nacional, para que suas fissuras e limitações exponham os motivos que levaram à ascensão de um *outsider* ao poder que, por sua vez, deu início a um novo ciclo político no país. Enquanto líder carismático e popular, Hugo Chávez empreendeu uma profunda mudança constitucional a fim de consolidar um projeto que representava o resgate dos ideais bolivarianos, que haviam sido abandonados no período anterior.

Mesmo investindo desde o início de seu governo na plataforma social que lhe dera sustentação durante a campanha eleitoral, Chávez não procurou modificar, ao menos em um primeiro momento, as estruturas sociais de riqueza, ou seja, ele utilizava o excedente petroleiro para financiar projetos sociais, sem que isso significasse a retirada de privilégios da oligarquia petroleira que havia comandado o país até então. Entretanto, a chegada ao poder de um novo bloco social não foi bem aceita, alimentando um processo que também foi estimulado pelo governo de intensa polarização política.

O resultado do esgarçamento das relações políticas gerou uma onda de instabilidade, entre os anos de 2002 e 2003, marcada por eventos que demonstraram que a oposição estava disposta a incorrer em movimentos antidemocráticos para interromper o chavismo. O resultado das apostas mais ousadas do antichavismo foi a radicalização do processo interno, em que Chávez dispôs dos instrumentos estatais e de sua alta popularidade para construir hegemonia política.

Outro traço importante do chavismo foram as políticas sociais, que beneficiaram milhões de pessoas, até então alijadas dos serviços públicos básicos. Investindo em educação e saúde, Chávez consolidou ainda mais o apoio popular de que gozava, aproveitando-se da identificação das pessoas com a sua figura para aprofundar o controle do bloco no poder sobre as instituições do país.

Posteriormente, avaliaremos a sua política exterior, destacando sobremaneira a relação com os Estados Unidos. Tendo em conta que Chávez foi o primeiro líder latino-americano a emergir com um discurso antineoliberal, havia muita desconfiança em torno de sua postura diplomática, principalmente na relação com a potência hemisférica. O resgate do bolivarianismo na inserção internacional da Venezuela gerava expectativas por rupturas, porém, nos primeiros anos de chavismo, com exceção de poucos episódios, a forma como o país se relacionou com os Estados Unidos da América (EUA) não apresentou sobressaltos significativos.

O ponto de inflexão dessa postura mais pragmática foi a eleição de George W. Bush nos Estados Unidos. O país passou a investir fortemente contra o terrorismo, recorrendo a um discurso maniqueísta e a ações unilaterais. Como reação a essa mudança, a Venezuela chavista passou a se colocar de maneira mais enfática contra o imperialismo estadunidense, dando início a um período de crescente tensão na relação com os EUA, com acusações mútuas entre os dois governos.

Nesse contexto, em meados nos anos 2000, outros líderes afins à ideologia bolivariana chegaram ao poder na América Latina, reforçando os discursos chavistas de crítica aos EUA. Diante de tal situação, Chávez conseguiu liderar esforços de integração que visavam contrabalancear a influência política e econômica da potência hemisférica na região. Surgiram, pois, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), liderada pela Venezuela, além de esquemas como a União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e o início da incorporação do país de Bolívar ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Em termos gerais, o resgate do bolivarianismo pela Venezuela encontrou uma conjuntura hemisférica favorável à confrontação aos Estados Unidos. Assim, a política exterior chavista nos anos em que Bush governou foi caracterizada por um revisionismo periférico antagônico, em que além de se posicionar de maneira contrária aos EUA, procurou costurar alianças e parcerias com países que também contestavam o unilateralismo norte-americano.

Essa situação perdurou, até 2009, quando Barack Obama chegou à presidência norte-americana e despertou expectativas de que haveria maior esforço por conciliação e diálogo. A Venezuela também se abriu para uma abordagem menos antagônica, porém a esperança de retomar uma relação mais amena com a potência hemisférica foi frustrada. A percepção venezuelana de que o apoio dado à oposição antichavista pelos EUA – processo que teria tido início durante a era Bush – continuava, além de uma postura errática por parte de Obama frente à América Latina, que fizeram com que o antagonismo entre os países se mantivesse.

A nossa hipótese é que em um contexto de polarização interna, ambos os lados conseguiram se beneficiar da conturbada relação com os Estados Unidos. A premissa é que se diplomaticamente havia um revisionismo periférico antagônico predominando a relação entre Venezuela e EUA, econômica e comercialmente a Venezuela seguiu com pragmatismo. Para comprová-la, mostraremos os dados que demonstram a intensificação das trocas comerciais entre esses países, mesmo nos momentos de maior tensão, a fim de evidenciar que para financiar um discurso radical e um projeto de mudança social, a Venezuela precisou continuar a parceria comercial com a potência que mais criticava.

Acreditamos, pois, que embora a polarização política e social seja uma das características do período estudado (1999-2013), ela também mascarou as nuances

internas relevantes para a compreensão de como foi possível a grupos antagônicos se beneficiarem da contradição que marcou o relacionamento com a potência hemisférica norte-americana. Para o chavismo, a estratégia de um “inimigo externo” teria servido para justificar algumas ações políticas em âmbito nacional e internacional, enquanto que para a oposição o fato de seu presidente não ser bem quisto pelos Estados Unidos serviu para manter o financiamento advindo da potência hemisférica, além de apoio em situações de crise como ocorreu, em 2002, ainda que de maneira não explícita. Adicionalmente, mapearemos a gênese do grupo de interesse venezuelano em território norte-americano, que no nosso entendimento é simultaneamente resultado e reflexo de uma inimizade que foi conveniente para os dois polos políticos.

A fim de dar suporte para essa ideia, faremos uma revisão bibliográfica que ampare historicamente nossas premissas e hipóteses, considerando ainda a importância de documentos, declarações e dados oficiais. Do ponto de vista teórico-metodológico, apostamos em uma abordagem abrangente e multidimensional, que contemple aportes de diferentes teorias, tendo em vista a complexidade dos fenômenos estudados. A ideia é compor um quadro rico de dimensões e elementos que ajudem a explicar as contradições e dilemas inerentes à inserção internacional da Venezuela.

Vale notar que o recorte histórico leva em conta que o chavismo representa um ciclo político importante para o país, sendo 2013 o ano final da análise não só pelo desaparecimento físico de seu líder, mas também por entendermos que a partir de então mudanças do cenário levariam à incorporação de elementos que não conseguiríamos avaliar, por ser um contexto muito recente que demandaria maior reflexão. No entanto, não deixamos de considerar o incipiente fenômeno da formação de um grupo de interesse venezuelano nos EUA, que embora tenha se tornado mais relevante justamente a partir de 2013, teve sua gênese durante o chavismo e ajuda a completar a explicação da nossa hipótese. Para alcançar um tema tão candente, recorremos à pesquisa de campo e entrevistas com algumas das lideranças desse movimento nos Estados Unidos.

2 UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A ORIGEM DA ENCRUZILHADA VENEZUELANA: ADESÃO À HEGEMONIA VERSUS PROJETO AUTONOMISTA BOLIVARIANO

Para compreender os elementos estruturais e constituintes que fizeram da Venezuela chavista um caso *sui generis* e de modo a introduzir a problemática relação deste país com os Estados Unidos, este capítulo está dedicado à formação histórico-estrutural dos dois modelos de inserção internacional que surgiram no seio da sociedade venezuelana. Para tal, iniciaremos uma discussão teórico-metodológica que lançará as bases para a análise empírica presente neste e nos demais capítulos.

Em uma primeira parte, vamos apresentar a forma como esta pesquisa se insere na área de Relações Internacionais, com um breve debate sobre os marcos teóricos utilizados para parametrizar o presente estudo, reconhecendo as limitações metodológicas de aplicação das teorias à complexa realidade venezuelana. Na segunda parte, serão analisados os determinantes históricos que marcaram o surgimento de dois modelos de inserção internacional na Venezuela: um baseado na adesão à hegemonia, cujo objetivo era o de manutenção do status quo das classes dirigentes domésticas versus o projeto, inicialmente encampando por Simón Bolívar, de autonomia frente às potências externas.

Pela análise histórica é possível notar que, embora antagônicas, tais visões conviveram e influenciaram governos em diferentes graus de intensidade, de acordo com o contexto. O advento do petróleo como principal força-motriz da economia nacional, percurso que seguiremos no próximo capítulo, reacendeu a rivalidade em torno da forma como o país deveria se posicionar internacionalmente, ainda que o ápice em termos de disputa ideológica tenha ocorrido durante o chavismo.

2.1 **Discussão teórico-metodológica**

A construção do conhecimento é sempre uma tarefa coletiva, que com a aglomeração de esforços diversos vai edificando o que se sabe sobre determinando assunto. Nas Ciências Sociais, as diferentes correntes teóricas trazem aportes que auxiliam na análise da realidade, porém muitas vezes sua capacidade de explicação é limitada quando deparada com cenários complexos e multidimensionais. Por este

motivo, a proliferação de estudos empíricos sobre uma realidade tão truncada como a Venezuela chavista acabam sedimentando a compreensão sobre este fenômeno político, ainda que sejam feitos a partir de perspectivas teóricas distintas.

Tendo em vista que essa pesquisa está inserida na área de Relações Internacionais, apresentaremos uma breve discussão sobre o caminho reflexivo que nos levou a incorporar elementos teóricos de diferentes vertentes. A necessidade de compreender uma realidade tão complexa e multifacetada fez com que contribuições oriundas de correntes teóricas distintas fossem utilizadas. Ainda que tenha sido feito um esforço no sentido de considerar todos os aspectos que influenciaram no contraditório relacionamento bilateral de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo (1999-2013), reconhecemos a limitação inerente à atividade de pesquisa e procuramos levantar os elementos mais relevantes.

Com efeito, o presente estudo é tão somente o resultado de contributos anteriores, ao mesmo tempo em que se tornará mais uma peça deste mosaico. Nossa discussão terá como base, portanto, outros trabalhos que abordaram a interseção entre os âmbitos interno e externo da política venezuelana, com base na lógica dos dois níveis. Esse viés analítico *per se*, entretanto, desconsidera aspectos histórico-estruturais que têm sido determinantes na posição do país no sistema-mundo.

Por isso, a pesquisa será complementada com contributos advindos de outras referências teóricas, de forma a representar um salto analítico em relação à produção já existente sobre o tema, sem ter a pretensão, contudo, de esgotá-lo. Acreditamos, pois, que um cenário tão complexo necessita de explicações múltiplas, ainda que variáveis “x” ou “y” sejam mais ou menos relevantes, é a soma delas que garantirá uma análise abrangente e com maior poder explicativo.

2.1.1 Os aportes teóricos das Relações Internacionais

A predominância de discussões racionalistas nos primeiros debates teóricos das Relações Internacionais caracterizou-se pela visão “estadocêntrica”, baseada na premissa de que os Estados são atores unitários e racionais, destinados a defender seus interesses em um sistema internacional anárquico (WALTZ, 2000).

Tal “engessamento” demonstrava limitações teórico-metodológicas na identificação da origem dos interesses dos grupos e atores, para além das vantagens materiais, ou seja, estes autores estariam mais preocupados com “a natureza, a organi-

zação e a distribuição de fatores materiais" (JESUS, 2009, p. 504) na formulação de política externa do que com o peso das diferentes visões de mundo no processo decisório.

As abordagens mais racionalistas também pareciam incapazes de prover respostas satisfatórias à questão da mudança, em um ambiente de incerteza estratégica que caracterizara a bipolaridade da Guerra Fria, contexto no qual elas se desenvolveram. Com o fim do conflito entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), a emergência de um cenário ainda mais labiríntico exigia formas mais arrojadas de análise da realidade, contexto que também abarca nosso objeto de estudo: a relação da Venezuela chavista com os EUA.

A eminência de novos temas e agendas ganhou força e fôlego com o aprofundamento da globalização e o fim da ordem bipolar. Para se contrapor ao racionalismo, surgiram abordagens mais interpretativas. Também chamadas de reflexivistas, pós-positivistas, pós-estruturalistas ou pós-modernistas, visavam a desconstrução de conceitos já consolidados. Essas correntes intelectuais procuraram problematizar e demonstrar que as ideias e pressupostos com os quais as teorias de Relações Internacionais vinham trabalhando até então eram construídos com base em algum propósito ideológico de modo a reforçar o status quo, servindo a determinados interesses (ADLER, 1999; LAPID, 1989).

A seguir, apontaremos algumas questões relevantes para a compreensão dos marcos histórico-estruturais da Venezuela que servirão de base para as discussões da sua relação com os Estados Unidos no período chavista. Os pontos discutidos abaixo estão relacionados com os aportes providos pelas perspectivas que ganharam força nesse novo debate teórico nas Relações Internacionais, cuja influência de outras ciências como a História, a Economia Política, a Psicologia Social, a Sociologia, dentre outras, é significativa.

2.1.1.1 A importância das ideias

No contexto de confrontação das teorias racionalistas, sobretudo a partir dos anos 1980, a vertente construtivista deu atenção especial ao entendimento humano, considerado construção social e coletiva e que passa a ter um significado em si mesmo a partir da interpretação subjetiva. O Construtivismo não desconsidera a importância dos fatores materiais, podendo ser definido como "[...] a perspectiva se-

gundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material" (ADLER, 1999, p. 205, grifos do autor).

Wendt (1987) defende que as vertentes tradicionalistas não incorporavam em sua discussão a teoria de identidade nacional ou formação do interesse coletivo, uma vez que seu foco era na ação egoísta e racional do Estado. Para ele, tais elementos são endógenos ao Estado e resultam da interação estrutural com os agentes, de fatores sistêmicos e convergência transnacional de valores domésticos. Esse conjunto de interações interfere não só no comportamento dos Estados, mas também no entendimento dos agentes de si mesmos.

Para o Construtivismo, a identidade é forjada não só pela estrutura, mas também pelo comportamento dos agentes e por seu discurso. Paul Kowert (1998) afirma que "speaking is doing" (KOWERT, 1998, p. 103), isto é, "falar é fazer", conferindo à análise de discurso grande significado, uma vez que considera a comunicação como um ato social que gera conhecimento. Assim sendo, os agentes, seus discursos e o conjunto de crenças que guiam suas ações passam a ter um papel fundamental nas análises. Segundo Nicholas Onuf (1998), "agency is a social condition" (ONUF, 1998, p. 60), ou seja, não é um mero sinônimo de pessoas ou atores, mas sim corresponde a um conceito mais amplo, que implica em sua construção social.

Nesse contexto, surgiram muitos estudos em que os fatores ideacionais e cognitivos tornaram-se centrais para entender a questão da mudança. Koslowski e Kratochwil (1994) demonstraram que, no caso da queda da URSS que pôs fim à Guerra Fria, as mudanças ocorreram primeiramente no ambiente normativo, isto é, no contexto político de convenções e práticas, para depois se concretizarem no mundo material. Outro exemplo é o conceito de "desenvolvimento sustentável", que primeiro surgiu nas comunidades epistêmicas para depois ser reconhecido como um "entendimento coletivo" com capacidade de determinar políticas no mundo material (ADLER, 1999).

Assim, a compreensão dos interesses deve transcender a lógica materialista do *self-help* e também considerar a influência do ambiente ideacional, das crenças e valores. Em nossa análise, esse pressuposto servirá para um duplo propósito: entender a natureza do sistema internacional, sobretudo em termos da relação de um país como a Venezuela com a hegemonia representada pelos Estados Unidos e,

adicionalmente, apresentar os fatores ideacionais que influenciaram a gestação de dois modelos de inserção internacional cuja origem remonta à luta anticolonial, mas que no chavismo atingiu o ápice de sua rivalidade.

Assim, consideraremos os valores, crenças e ideias como peças importantes no quadro que compõe a relação de Venezuela e Estados Unidos, como, por exemplo, na identificação das classes econômicas mais abastadas do país caribenho com o *american way of life*, que alimentou a crença em seu excepcionalismo frente aos vizinhos latino-americanos. Em termos de política externa, trata-se a exaltação da democracia liberal que, por anos, foi compartilhada por esses países e que com o chavismo foi rompida. Esse fenômeno político capitaneado por Hugo Chávez, por sua vez, também será analisado sob essa óptica, uma vez que representou a emergência de uma nova forma de pensar e fazer política no país, com reflexos significativos para o relacionamento com a potência do Norte.

Ademais do peso das ideias, os discursos também compõem esse quadro. No caso da formação dos projetos internos venezuelanos, a retórica – mais do que um recurso linguístico carregado de significado – funcionou como recurso político de cooptação de apoio popular. Como veremos mais adiante, o uso do discurso bolivariano, muitas vezes de forma oportunista foi, de fato, um fazer político, ainda que contraditório àquilo que se estava efetivamente realizando. Da mesma forma, na relação com os Estados Unidos durante o chavismo, as declarações e discursos foram muito mais a verbalização de desejos contidos por amarras pragmáticas, mas que, ainda assim, tiveram um impacto político, cujos desdobramentos veremos no capítulo dedicado à relação bilateral.

2.1.1.2 Aportes da(s) Teoria(s) Crítica(s)

Robert Cox (1986), expoente das Teorias Críticas[1], em consonância com a preposição de que as ideias seriam importantes para a configuração do mundo real, propõe que nenhuma teoria é neutra, afirmando que as abordagens tradicionais foram responsáveis por reforçar o status quo do sistema internacional desigual. A fim de comprovar sua hipótese, ele trabalha com a pergunta central: “Para quê serve

1 Usamos no plural por considerar a diversidade de abordagens que se identificam enquanto Teoria Crítica, considerando, contudo, que todas, em algum grau, se baseiam em postulados advindos do marxismo.

uma teoria?" e, a partir disso, desenvolve a seguinte tipologia: *problem-solving theory*, que busca explicar determinado fenômeno, e a Teoria Crítica, que visa questionar os pressupostos teóricos postos.

O primeiro tipo de teoria é caracterizado pela fragmentação oriunda da grande multiplicidade de esferas envolvidas, em que se pressupõe certa estabilidade das demais para que seja possível focar em uma só. Na verdade, segundo o autor, as demais esferas seriam ignoradas não só por uma questão metodológica, mas também ideológica. Por um lado, essa característica possibilita uma boa delimitação do objeto de pesquisa e as variáveis que devem ser consideradas. Por outro lado, esse tipo de metodologia requer a criação de leis de regularidade que aparentam ter validade geral.

A Teoria Crítica, por sua vez, trabalha com a perspectiva de que o complexo sócio-político é um todo que não pode ser compartimentado. Sua base analítica é a história, uma vez que permite analisar não só o passado, mas principalmente o processo contínuo de mudança histórica. Por conta disso, essa teoria precisaria ajustar constantemente seus conceitos, a fim de que possam ser úteis para explicar as novas realidades.

Dessa forma, Cox (1986) sinaliza que o maior objetivo das Teorias Críticas é delinear as possíveis alternativas para a atual ordem mundial. Trata-se de um elemento utópico que, por sua vez, é limitado pela compreensão em termos de processos históricos. Essa seria uma grande diferença em relação à *problem-solving theory*, cujo resultado permite a sustentação da atual ordem, intencionalmente ou não. A especificidade da Teoria Crítica nas Relações Internacionais é o fato de ela não internalizar os pressupostos até então considerados naturais sem antes questioná-los.

Ele ainda cita os casos de Edward Carr (1981), Eric Hobsbawm (1995) e Immanuel Wallerstein (1979; 2007) como autores que, indo ao contrário do *mainstream*, teriam reconhecido a importância da complexidade da relação entre Estado e sociedade civil. No caso deste último, seu rompimento foi com o marxismo ortodoxo, ao utilizar o Estado em sua análise do Sistema-Mundo[2] em que se baseia no método

---

2 De acordo com Leopoldo Mármora (1986), o marxismo ortodoxo não possui uma teoria de Estado, mas utiliza esse conceito a partir de uma demarcação negativa. Segundo este autor, Marx teria refutado o conceito hegeliano de Estado que era o reconhecimento da única realidade verdadeira como

histórico de Fernand Braudel[3] que, apesar de não ser um autor marxista explicou o sistema mundial do século XVII sob a perspectiva dos aparatos estatais dominados pelos interesses das classes dominantes.

2.1.1.2.1 O Sistema-Mundo: uma explicação sistêmica da dominação dos países centrais

Como mencionado, a partir da metodologia de análise dos ciclos históricos, Wallerstein (1979) concebeu sua teoria de como o capitalismo se consolidou enquanto sistema desigual. O processo de acumulação do capital criou Estados centrais que foram beneficiados devido às suas práticas imperialistas e Estados periféricos e semiperiféricos que ficaram em posição subalterna. Outros autores se juntaram a ele, como Giovanni Arrighi, Samir Amin e André Gunder Frank (1991)[4] na defesa da ideia de Sistema-Mundo. Ainda que com nuances entre si, Alfredo Falero (2012) sintetiza os postulados que os unem:

> [...] o mundo deve ser visto como uma totalidade sistêmica e, como tal, gera propriedades que não podem ser apreendidas pelo mero conhecimento das partes. O sistema-mundo funciona como um conjunto de forças que vai além do conjunto de unidades que existem nele e é produtor de processos, sem que isso implique na aceitação que todos os processos de suas "partes" devam ser vistos como meros produtos globais. (FALERO, 2012, p. 257, tradução nossa)[5].

Cox (1986), no entanto, faz uma crítica a essa interpretação, que ao colocar a dialética "países centrais versus periféricos" como sendo a contraposição entre fortes e fracos, acabaria por reforçar esse status quo. A despeito desta ressalva, Wal-

---

sendo racional e independente da esfera privada da sociedade civil. Seguindo essa lógica, o Estado se manteria coeso por causa da vida burguesa e não o contrário. Há, portanto, uma relação causal: burguesia "cria" a nação, estabelecendo com essa entidade (Estado-Nação) uma relação de dependência absoluta. Dessa forma, Marx transforma uma possível teoria do Estado-Nação em uma simples teoria da sociedade civil.

3 Para aprofundar o uso da história enquanto ferramenta metodológica iniciada por Braudel e aperfeiçoada por Wallerstein, recomendamos o artigo "Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana" de Idaleto Malvezzi Aued e Samya Campana, publicado na Revista Eletrônica Cadernos de História (ano I, nº 2, setembro de 2006) do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

4 Os três são autores do livro "*Le grand tumult? Les mouvements sociaux dans l'économie-monde*", publicado em 1991 (Paris: La Découverte).

5 No original: "*[...]* el mundo debe verse como una totalidad sistémica y como tal genera propriedades que no es posible lograr captar a partir del mero conocimiento de sus partes. El sistema-mundo opera como un conjunto de fuerzas que va más allá del conjunto de unidades que en el existe y es por sí mismo productivo de procesos sin que ello implique aceptar que todos los procesos de sus 'partes' deban verse como meros productos globales".

lerstein (1979) e Arrighi (1997) consideram as semiperiferias como zonas de “legitimação sistêmica”, isto é, funcionam como elementos estruturais necessários em uma economia-mundo, uma vez que desempenhariam o papel determinado de desviar as tensões das áreas centrais. Esta análise sistêmica propõe três categorias de países, todas relacionadas à sua estrutura econômica, oriunda de condições históricas.

No caso da Venezuela, trata-se de circunstâncias originadas por seu passado colonial e, posteriormente, pela exploração petroleira que inseriu o país na semiperiferia mundial. Tal posição é gerada pela desigualdade inerente ao capitalismo que, concomitantemente, a retroalimenta. Por este motivo, o país estaria relegado a um papel marginal na divisão internacional do trabalho e, por consequência, no sistema internacional. Contudo, a compreensão do papel subalterno dos países latino-americanos foi mais bem desenhada pelas Teorias da Dependência.

2.1.1.2.2 As desigualdades sistêmicas sob a ótica latino-americana: o subdesenvolvimento e a dependência

Reconhecemos, pois, a importância da contribuição feita pelos teóricos do Sistema-Mundo para a compreensão da posição dos países no sistema internacional. Contudo, acreditamos que o estudo da Venezuela, enquanto país latino-americano, requer um entendimento mais profundo, que leve em conta não só as condições estruturais desta região, mas também suas peculiaridades e realidades a partir de um olhar próprio, endógeno, de dentro para fora.

Assim, em consonância com a ideia de Sistema-Mundo, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, ou Teoria da Dependência, foi pensada desde a periferia e, por conseguinte, abarca dimensões que complementam as análises de Wallerstein– ainda que parta da percepção da divisão centro-periferia e não centro-semiperiferia-periferia, que consideramos mais adequada para a Venezuela – ao explicar a dependência por meio da deterioração dos termos de troca.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi uma das porta-vozes desse pensamento latino-americano, cujo nome de destaque é o do economista argentino Raúl Prebisch. Ele defendia que a entrada tardia dos países periféricos no processo da Revolução Industrial e, consequentemente, da Revolução Tecnológica determinara a sua posição de subdesenvolvimento frente aos países do

centro. A distribuição desigual do progresso técnico, que caracteriza o sistema internacional, teria sido fundamental para sentenciar a periferia a um atraso produtivo e para consolidar a hegemonia dos países centrais (PREBISCH, 2000).

Além de Prebisch (2000), outros intelectuais latino-americanos Celso Furtado (1961; 2008), Theotônio dos Santos (1993), Ruy Mauro Marini (2000), dentre outros, contribuíram para a construção deste pensamento. Apesar dos enfoques diferenciados, esses teóricos assumem o pressuposto de que o desenvolvimento é acompanhado necessariamente pelo subdesenvolvimento. Tal percepção deveria servir de força-motriz para as políticas interna e externa, no sentido de transformação do sistema mundial, por meio da promoção da industrialização e redefinição da política tarifária (protecionismo), iniciativas de integração latino-americana, etc. (BERNAL-MEZA, 2005).

Celso Furtado (1920-2004), um dos grandes expoentes desse movimento, define o subdesenvolvimento não como uma fase a ser superada, mas como um tipo de desenvolvimento que foi condicionado à não inserção dos países periféricos, no processo da Revolução Industrial (1820-1840) até o século XIX, ou seja, aqueles que por condições históricas passaram por uma industrialização tardia acabaram reféns de uma dependência que tende a se auto-perpetuar, fazendo com que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento compreendam duas faces de um mesmo processo histórico (BERNAL-MEZA, 2005; FURTADO, 1961).

Ao analisar o caso venezuelano, no entanto, Furtado (2008) entendeu tratar-se de uma exceção. A origem da sua diferenciação estava no fato de ser uma economia petroleira próspera, que, ao contrário dos vizinhos, não sofria com restrições externas. Por este motivo, o economista brasileiro considerou a Venezuela como um país subdesenvolvido com abundância de divisas. Vale notar que os contextos destas análises eram extremamente favoráveis[6] e alimentavam o otimismo expresso por

---

6 O primeiro relatório, de 1957, foi feito no âmbito da CEPAL para compreender a situação excepcional venezuelana. Raúl Prebisch (2000), em texto de 1952, já havia destacado as altas taxas de crescimento da economia venezuelana, a despeito das estruturas reprodutoras de atraso econômico, porém sem grandes explicações para este fenômeno, denotando a necessidade de maior aprofundamento por parte da CEPAL sobre este país. Naquele momento, “a Venezuela é [era] a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto *per capita* que existe atualmente no mundo” (FURTADO, 2008, p. 35), o que chamava a atenção dos estruturalistas latino-americanos. O segundo texto de Furtado, escrito em 1974, foi fruto de um convite oficial do governo venezuelano da época, que vivia um período de bonança oriundo dos choques do petróleo (1973-1979).

Furtado (2008) sobre a possibilidade venezuelana de superar o subdesenvolvimento.

Esse aporte teórico, em especial o estudo feito por Celso Furtado (2008) da realidade venezuelana será resgatado no momento em que o papel do petróleo como elemento estrutural da sociedade e da política do país for apresentado, no capítulo dois. Por ora, as reflexões advindas das Teorias da Dependência nos auxiliam a pensar mais na posição de inferioridade da Venezuela, país subdesenvolvido e semiperiférico – não só em termos econômicos, mas também em termos de poder no sistema internacional – e menos como os Estados Unidos enquanto país central exercem seu domínio e desenvolvem suas relações econômicas e políticas.

2.1.2.2.3 A questão da Hegemonia

Com a finalidade de seguir com as reflexões acerca da contribuição das Teorias Críticas para o nosso trabalho, faremos uma breve exposição sobre a ideia de hegemonia nas Relações Internacionais. Retomando o pressuposto de que não são somente elementos materiais, mas também ideacionais que explicam a complexa relação de Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo, abordaremos a questão da hegemonia norte-americana em nível sistêmico e como representação de um modelo ao qual as classes dirigentes venezuelanas aderiram em determinados contextos históricos.

Para tal, utilizaremos as contribuições de Antonio Gramsci (1986), que embora não tenha dedicado a maior parte de suas reflexões à política internacional, considerava que as relações sociais fundamentais dão origem e influenciam as relações que ocorrem no âmbito internacional. Os aportes de Robert Cox (2007), que realizou o esforço de trasladar os conceitos gramscianos para a análise internacional, também serão nossa referência.

A hegemonia se manifesta não só internamente, em termos de uma classe social hegemônica, mas também na relação entre os países. Nesse sentido, é importante levar em conta que, para Gramsci (1986), o Estado tem um papel preponderante como arena de disputa entre as classes sociais, tendo em vista seu conceito mais amplo que abarca a noção de sociedade civil.

Isso significa que o Estado não estaria circunscrito à ideia de burocracia governamental, mas também ao aparelho “privado” que é constituído pelas organiza-

ções da sociedade civil que veiculam ideologias, como jornais, escolas e sindicatos, entre outros. Ou seja, haveria uma conjunção entre a face coercitiva do Estado, por meio de seu aparato burocrático, e a face consensual, cuja construção deriva da hegemonia das classes dominantes por meio das organizações supracitadas (COX, 2007; FALERO, 2012; RAMOS, L. 2012).

Se o Estado é tido como ente fundamental das Relações Internacionais e é em seu âmbito que se constroem as hegemonias de classe, a interação interestatal também é influenciada por essa dinâmica interna, segundo esta visão. Refletindo sobre seu país de origem, a Itália, Gramsci entendia que sua unificação tardia e, consequentemente, sua posição de dependência eram produto também de forças externas.

Portanto, se internamente a hegemonia se manifesta pela capacidade de dominação da burguesia sobre as demais classes sociais, externamente os países em que esse processo se deu de maneira completa (como Inglaterra e França, por exemplo) detêm maior capacidade de exercer a hegemonia. Se "[...] os Estados que têm poder são exatamente aqueles que passaram por uma profunda revolução social e econômica e elaboraram de forma mais plena as consequências dessa revolução na forma do Estado e das relações sociais" (COX, 2007, p. 114), a partir do pós-2ª Guerra Mundial foram os Estados Unidos que alcançaram o status de hegemonia mundial, posição antes ocupada pela Inglaterra – pioneira da Revolução Industrial.

Contudo, para exercer esse papel, a hegemonia não tem como fundamento somente sua preponderância econômica, fator que os Estados Unidos já possuíam antes do conflito que findou em 1945, mas seriam necessários outros elementos superestruturais como cultura, ideologia e valores, ainda que eles requeiram também uma base material.

> Historicamente, hegemonias [...] foram fundadas por Estados poderosos que passaram por uma revolução social e econômica completa. A revolução não só modifica as estruturas econômicas e políticas internas do Estado em questão, como também libera energias que se expandem além das fronteiras do Estado. Portanto, uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional tornam-se modelos a serem imitados no exterior. (COX, 2007, p. 118).

A compreensão da adesão aos valores norte-americanos por parte das classes dirigentes na Venezuela – que durante o chavismo representou a forma como a oposição defendia a inserção internacional do país – passa pela noção de hegemo-

nia apresentada acima. De forma sucinta, as Teorias Críticas que vimos até agora se caracterizam pela preocupação em conceber explicações sobre a lógica sistêmica no âmbito internacional. Embora essa temática tenha sido trabalhada por Vladimir Lênin (1870-1924) em sua discussão sobre o Imperialismo (1917)[7] e por outros marxistas do início do século XX, como Rosa Luxemburgo, por exemplo, essas teorias apresentam um grau de sofisticação mais elevado e apurado para o tema que estamos discutindo.

2.1.1.3 A compreensão das dinâmicas internas: bloco no poder e frações de classe

As perspectivas otimistas que Celso Furtado (2008) tinha acerca da possibilidade de a Venezuela, país subdesenvolvido e semiperiférico, superar essa condição não se concretizaram no tempo histórico que ele previa (anos 1980 e 1990). Além do papel que a hegemonia norte-americana possa ter exercido para evitar a ascensão venezuelana, a análise da política interna revela que a classe dominante não reverteu as condições desfavoráveis ao desenvolvimento do país, tais como a desigualdade social e de renda, o excedente de mão-de-obra e a insipiência da agricultura e da indústria.

Logo, a discussão sobre a composição dessa classe, sua forma de agir e seus interesses são úteis para o entendimento dos elementos estruturais que conformam a base material da inserção internacional venezuelana em um Sistema-Mundo desigual. Contudo, sua maior relevância está presente na compreensão dos projetos nacionais gestados no seio das classes dirigentes venezuelanas, em especial no tocante à sua relação com os Estados Unidos, ora visto como modelo a ser seguido, ora como hegemonia a ser combatida – tensão que marca o período chavista.

Nesse sentido, recorremos ao conceito de bloco no poder empregado por Nicos Poulantzas (1977) que destrincha e problematiza a ideia de classe social dominante, apontando a coexistência de frações de classe. Em suas palavras, bloco no poder seria uma "unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capi-

---

7 Publicada no livro "Imperialismo, fase superior do capitalismo", de 1917.

talista” (POULANTZAS, 1977, p. 227). A grande contradição é que enquanto a manutenção dos privilégios, por meio da cooptação do Estado burguês, unifica a classe dominante, seus interesses particulares – burguesia industrial, comercial e financeira – geram os conflitos intra-classe e, portanto, as frações de classe (POULANTZAS, 1977; BOITO, 2007).

Mariana Vieira (2016) ressalta o fato de que na Venezuela a burguesia se organiza em torno de, basicamente, quatro frações: industrial, comercial, financeira (ligada ao capital estrangeiro) e latifundiária. Em outros termos, além de uma origem histórica contraditória, em que mesclavam a influência bolivariana com a adesão à hegemonia e da qual trataremos mais adiante, a formação dos grupos que governaram o país por décadas – e, posteriormente, ocuparam o papel de oposição durante o chavismo – também requer uma análise dos fatores materiais que orientavam suas ações.

Outrossim, a ascensão de Chávez à presidência, em 1999, representou uma ruptura brusca em termos de bloco no poder no controle estatal. Emergiram com ele outras classes sociais que, até então, estiveram, se não alijadas, distanciadas do poder político, como militares de baixa patente e movimentos sociais. Não só no momento em que chegou ao poder, como no decorrer deste processo de quatorze anos, observou-se a escalada de grupos ligados ao governo, sejam burocratas estatais e até empresários. Não só representavam uma nova classe dominante, como também eram um bloco heterogêneo, e, consequentemente, com interesses divergentes e, por vezes, conflitantes (VIEIRA, 2016).

2.1.1.4 O peso da formação histórico-cultural: as perspectivas pós-colonialistas e decolonialistas

Assim como reivindicamos a indispensabilidade de fazer uma leitura crítica da situação estrutural e sistêmica da Venezuela a partir de lentes latino-americanas, do mesmo modo a importância da incorporação dos aspectos ideacionais também deve passar pelo crivo das perspectivas que levam em conta as particularidades do país em sua formação histórico-cultural. Para tal, utilizaremos alguns pressupostos providos pelas abordagens pós-colonialistas e decolonialistas, que defendem a influência da colonização como processo histórico importante na formação de Estados nacionais. Nesse sentido, um dos postulados é que:

> [...] a colonização não se tratou apenas de uma experiência de exploração econômica, mas foi também a imposição de uma racionalidade sobre outra. Os autores [pós-colonialistas] reconhecem ainda que a dominação cultural foi crucial para viabilizar a dominação de cunho econômico (LOPES; MAGALHÃES, 2014, p. 65).

No entanto, ademais de um projeto de colonização que irradia das potências, essa vertente, sobretudo em sua matriz latino-americana, considera a influência dessa hegemonia sobre a formação das classes dominantes locais. Para Santiago Castro-Gómez (2005), uma das principais referências das perspectivas decolonialistas, o marxismo não dá conta de compreender o *ethos* das classes dominantes na periferia do mundo, uma vez que confere à burguesia um caráter universal, desconsiderando as diferentes realidades e visões de mundo que forjaram o surgimento destes grupos. Tratar-se-ia, pois, do "ponto cego do marxismo" (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 14-15).

Este autor explica que a visão eurocêntrica de boa parte das análises marxistas impediu que houvesse uma compreensão mais apurada das realidades latino-americanas. Em um trabalho biográfico sobre Simón Bolívar, por exemplo, um dos principais heróis da Independência da América Espanhola foi retratado por Marx como um *criollo* separatista, pertencente a uma classe reacionária que era financiada pela burguesia inglesa. Ou seja, foi desconsiderada toda a luta por emancipação dos novos países latino-americanos não só em relação à Coroa espanhola, mas também a qualquer outra potência hegemônica.

Diante de uma dificuldade analítica oriunda de uma visão eurocêntrica, essa corrente propõe, além da inclusão dos aspectos referentes à colonização, a "descolonização do saber e do poder", como manifesto de resistência da intelectualidade advinda da periferia para que as perspectivas produzidas nestas regiões do mundo sejam levadas em conta. Afinal, se as "ideias importam", como apregoa o Construtivismo, o ambiente em que elas foram gestadas também é determinante nas teorias, nas proposições e nas ações políticas (LANDER, 2005a).

Por este motivo, a análise da formação histórica dos grupos políticos na Venezuela terá início na luta pela descolonização do país, sob a liderança de Simón Bolívar (1783-1830). Ao analisar a formação dos projetos políticos no país, a interpretação estruturalista-marxista tende a simplificar as correlações entre interesses e grupos políticos (classes sociais), o que reforça a importância de voltarmos às origens do país enquanto Estado-Nação, em seu processo descolonizador.

Como mostraremos a seguir, foi naquele contexto que surgiu a semente do que seriam os dois grandes modelos de país defendidos por diferentes blocos no poder e que, durante o chavismo, foram retoricamente exacerbados. Contudo, considerando os múltiplos interesses desses atores, verificaremos que, a despeito da defesa de projetos divergentes e mutuamente excludentes, ambos os lados – chavistas e antichavistas – procuraram beneficiar-se da contraditória relação com os Estados Unidos.

2.1.2 A aplicação da teoria ao caso venezuelano: as limitações metodológicas

Em termos teóricos, o complexo cenário em que se desenvolveram as relações da Venezuela chavista com os Estados Unidos tem sido interpretado a partir de diversas correntes. Na produção brasileira, por exemplo, nota-se uma prevalência de estudos que partem de uma visão estruturalista-marxista, combinada a pressupostos realistas na análise sistêmica do contexto internacional (MARINGONI, 2004; 2009; FUKUSHIMA, 2009; LOPES, 2009, OLIVEIRA, 2011; VALENTE, 2012; RODRIGUES, 2012; SEABRA, 2014; VIEIRA, 2016; CARUSO, 2017). Entretanto, como exposto acima, defendemos que, além das abordagens analíticas já existentes, é crucial compreender as origens ideacionais dos dois modelos de país que coabitaram na Venezuela e que, durante o chavismo, atingiram um ápice em termos de disputa política.

Embora essas teorias sejam úteis como ferramentas de compreensão da Venezuela chavista – e serão utilizadas nesta pesquisa também – pretendemos dar um salto em relação aos estudos já existentes, introduzindo elementos advindos das perspectivas que tratam da descolonização. Por este motivo, vamos avaliar o surgimento de um projeto autêntico em seu contexto histórico e como, no decorrer do tempo, ele foi ganhando forma, até chegar ao período chavista. Da mesma forma, será apresentado o modelo oposto, bem como quais interesses e grupos ele representa. Portanto, trabalharemos com uma perspectiva multinível em termos teóricos, que tenta assimilar pressupostos de diferentes abordagens, a fim de desenhar o complexo quadro que representa nosso objeto de estudo.

Vale ressaltar que o momento histórico de inserção deste trabalho também foi relevante para a composição teórica escolhida para explicar o problema de pesquisa. As principais obras que tratam do chavismo e que foram utilizadas como referên-

cias foram produzidas durante o processo em curso ou com uma distância histórica menor do objeto, ou seja, pouco tempo após o término do governo de Chávez (1999-2013). O intrincado cenário que se formou não só no país, mas na conjuntura global, a partir de 2013, demonstra que é preciso ter um olhar mais amplo e buscar respostas menos explícitas e que podem encontrar lastro na história.

Em termos de metodologia, apesar das limitações teóricas das abordagens racionalistas, vamos utilizar como pressuposto a lógica dos Dois Níveis de Robert Putnam (1988) e os aportes de Helen Milner (1997) quanto à inclusão de atores domésticos na análise de política externa. Ambos contribuíram para a compreensão da importância de considerar a pluralidade de atores, tanto no âmbito interno quanto externo ao Estado, e a mútua influência entre interesses nacionais e internacionais. Nessa mesma linha, George Tsebelis (1998) explora a ideia de que os atores buscam um resultado ótimo de suas ações a partir das diferentes posições que ocupam nas múltiplas arenas existentes, ajudando no mapeamento e identificação dos interesses dos atores internos e externos em diferentes temas.

Essas análises combinadas provêem um ferramental metodológico que, para o caso da Venezuela, será útil para mapear os diferentes grupos (para nós, classes ou frações de classes) e seus respectivos interesses. Na nova dinâmica política gestada no chavismo, que foi marcada pela polarização, as nuances existentes no interior de cada bloco foram mascaradas e, portanto, requerem uma análise mais detalhada da composição dos interesses das classes e suas frações. A relação deste país com os Estados Unidos também foi influenciada por essas disputas internas de poder, bem como norteou as diretrizes de ação tanto do governo, quanto da oposição.

2.2 As origens da encruzilhada: uma discussão à luz da história

Desde a sua gênese, a Venezuela se depara com um dilema que gera muitas controvérsias: seguir um caminho próprio, autêntico, *sui generis* e particular ou o de se deixar levar pela inércia, cuja força motriz advém das potências mundiais (outrora Espanha e Inglaterra e, desde o século XX, Estados Unidos), atuando como um satélite das hegemonias. Até mesmo a origem de seu nome está relacionada com essa ambiguidade.

A versão mais difundida é a de que uma expedição, composta por Américo Vespúcio (1454-1512) e outros exploradores a serviço da Coroa Espanhola, ao chegar ao Lago de Maracaibo se depararam com palafitas nos canais de navegação construídos pelos povos ribeirinhos. Tais estruturas, na visão dos europeus, se assemelhavam às que existiam em Veneza. Assim, Vespúcio denominou aquela região de “pequena Veneza”, Venezuela, logo no primeiro esforço cartográfico que se realizara ali.

Em contraposição à narrativa “oficial” há uma versão que agrada mais a quem defende a autenticidade do país, mas que ironicamente também advém da metrópole europeia, baseada em uma publicação espanhola, do século XVI, que reporta a existência dos índios Veneçiuela – que em Añu significa “um grande corpo de água” – habitantes da região norte do que hoje é a Venezuela (SALAS, 2015, p. 18).

Contudo, foi somente durante o processo de independência que a elaboração de dois modelos a partir destas diferentes visões ficou mais evidente. A decadente Espanha, que sucumbiu diante das forças napoleônicas, e a crise do império hispano-*criollo* que se delineava, desde o fim do século XVIII, criaram as condições para as guerras lideradas por Francisco de Miranda (1750-1816) e Simón Bolívar.

As elites *chapetones* (espanhóis de nascimento) e *criollas* (nascidos na colônia) representavam dois interesses opostos na sociedade colonial venezuelana: manter a submissão à Metrópole e, consequentemente, não modificar o status quo dos *chapetones* que desfrutavam de privilégios, versus transformar Caracas em um “cabildo abierto”, em que os *criollos* poderiam ter acesso à administração pública (RAMOS, J. A., 2012).

Karen Racine (2003), em seu estudo histórico, desmistifica a ideia de que *chapetones* e *criollos* necessariamente estavam em lados opostos, pois havia espanhóis que viviam na colônia que apoiaram a luta pela independência, assim como havia *criollos* que não se envolveram nos combates. Essa é uma observação importante, pois embora os interesses sejam claramente opostos, a complexidade da configuração social venezuelana, desde aquela época, não permite correlações simplificadas.

Francisco de Miranda, nascido em Caracas, ficou conhecido como “O Percursor” por ter criado e liderado, em 1797, uma sociedade secreta que almejava de emancipação da América Espanhola. Nesta sociedade reuniam-se também o tam-

bém venezuelano Simón Bolívar e o chileno Bernardo O'Higgins (1778-1842). Inspirado pelo Iluminismo europeu, "o primeiro *criollo* universal" conviveu com os grandes nomes daquela época, como George Washington (1732-1799), Thomas Jefferson (1743-1826), Catarina a Grande (1729-1796) e Maximiliem de Robespierre (1758-1794), dentre outros. Chamado de "Quixote caribenho" por Napoleão Bonaparte, acabou reforçando esse apelido após o intento "quixotesco" de invadir a Venezuela, em 1806, juntamente com seus pupilos, com o objetivo de livrar seu país do jugo espanhol (RACINE, 2003).

Apesar da importância do "Precursor", que inclusive dá nome a um dos estados venezuelanos (Miranda), o "Libertador" do país foi Simón Bolívar. Após a derrota de 1806, o também *criollo* caraquenho decidiu liderar o movimento pela libertação da Venezuela e persuadiu Miranda a ser general do Exército Libertador. O processo de emancipação venezuelana durou de 1810 a 1821 e envolveu uma série de movimentações políticas internas, com a atuação de juristas, políticos, militares, camponeses e até pessoas que haviam sido escravizadas. O hino nacional venezuelano, "Gloria al Bravo Pueblo", datado deste período, expressa o clima da época:

> Gloria al bravo pueblo
> que el yugo lanzó
> la ley respetando
> la virtud y honor.
>
> ¡Abajo cadenas!
> gritaba el Señor
> y el pobre en su choza
> libertad pidió
> A este santo nombre
> tembló de pavor
> el vil egoísmo
> que otra vez triunfó.
>
> Gritemos con brío:
> ¡Muera la opresión!
> Compatriotas fieles,
> la fuerza es la unión;
> y desde el Empíreo
>
> el Supremo Autor,
> un sublime aliento
> al pueblo infundió.
>
> Unida con lazos
> que el cielo formó
> la América toda
> existe en nación.
>
> Y si el despotismo
> levanta la voz

> seguid el ejemplo
> que Caracas dio.(SALIAS; LANDAETA, 1810)[8].

Após a declaração formal da independência venezuelana, em 5 de julho de 1811, Francisco de Miranda tornou-se o primeiro presidente do país, com poderes ditatoriais. As forças espanholas, contudo, seguiram em combate e, em 1812, participaram de um dos episódios mais controversos da história da independência. Diante de uma iminente derrota frente à Espanha, Miranda teria negociado um armistício, o que foi visto por Bolívar e demais revolucionários como sinal de traição à causa. Por isso, as forças libertadoras entregaram-no ao exército espanhol, que o levou a uma prisão em Cádis, onde permaneceu por quatro anos, até o seu falecimento.

O rompimento de Bolívar com Miranda é ainda tema de discussões, com grupos defendendo a posição do Libertador diante de uma suposta traição de um de seus mentores, enquanto que outros acreditam que foi Bolívar quem entregou, deliberadamente, seu ex-companheiro às Forças Espanholas para consolidar-se sozinho na liderança do movimento. Não por acaso, Bolívar ascendeu à presidência da nova República e acabou se tornando, no imaginário popular, o verdadeiro “Libertador” do país.

Independentemente de qual teria sido a verdadeira versão dos acontecimentos, o fato é que o rompimento entre esses líderes é apresentado como prova da lealdade de Bolívar ao projeto de total emancipação frente aos interesses espanhóis. Já a suposta negociação de rendição de Miranda fez com que ele terminasse seus dias relegado ao ostracismo e, a posteriori, restasse exercendo o papel de um personagem menor no enredo e na memória histórica da independência.

Portanto, desde suas origens enquanto Estado-Nação e fortemente influenciada pelo seu passado colonial, como defendem as abordagens pós-colonialistas e decolonialistas, existe uma tensão entre dois modelos políticos na Venezuela – representados, cada qual, por figuras históricas importantes, mas que, entretanto, não se limitam a elas – com implicações na inserção internacional e na sua relação com a(s) potência(s) no decorrer da história.

---

8 Embora datada de 1810, esta canção vem sendo usada como hino nacional venezuelano, desde 25 de maio de 1881, durante a presidência de Antonio Guzmán Blanco. Foi composta por Vicente Salias e Juan José Landaeta.

2.2.1 A figura de Bolívar na formação das classes dirigentes da Venezuela do século XIX

> Yo soy de aquí
> de la América Latina,
> yo soy de aquí
> donde brilla más el sol,
> yo soy de aquí
> de la tierra de Bolívar,
> yo soy hermano
> del arauca vibrador.
>
> Colombia, Perú y Bolivia,
> Perú y Bolivia
> Venezuela y Ecuador,
> cinco naciones hermanas
> con un mismo corazón,
> el capricho más hermoso
> de nuestro libertador.
> Yo soy de aquí
> soberano como el viento,
> aquí ninguno
> puede gritar más que yo,
> esta es la tierra
> del orgullo americano,
> que nuestro padre
> por herencia nos dejó.
>
> El que tanto deliraba
> por entregarnos,
> libres su nombre y honor
> no maltratemos su huella,
> ni burlemos su dolor
> que el alma Bolivariana
> todavia sigue en acción.(ARMAS, 1978)

Como expresso na canção “Alma Bolivariana” de Reynaldo Armas[9], intérprete da música folclórica venezuelana, Simón Bolívar não limitou sua ação à libertação de somente seu país do domínio espanhol e tornou-se uma referência continental na luta anticolonial. Ele também liderou e participou da independência de outras regiões da América espanhola, que posteriormente se tornariam Colômbia, Panamá (na época pertencente ao que hoje é o território colombiano), Peru, Equador e Bolívia.

Atuou ainda em consonância com o movimento libertador da Argentina e do Chile, sob a liderança de José de San Martín (1778-1850). Embora tivessem visões distintas de qual caminho a América recém-liberta deveria seguir – San Martín era

---

9 Um dos cantores mais populares da Venezuela e da Colômbia, também conhecido pelo apelido de “El Cardenal Sabanero”. É um dos maiores expoentes da música *llanera*, que se refere a uma região de planícies compartida entre Venezuela e Colômbia, *los llanos*. Esse estilo musical é conhecido como *joropo*, um tipo de valsa com influências africanas, e é considerado parte da música *criolla*.

monarquista, enquanto que Bolívar era republicano – a cooperação entre eles em atingir o objetivo comum de emancipação das colônias foi fundamental para o sucesso da empreitada, sobretudo no território peruano (RAMOS, J. A., 2012).

O Libertador, além de político e militar, deixou um legado intelectual importante, em que registrou seu pensamento em diversas obras, documentos e cartas. Foi influenciado pelo filósofo Jean Jacques Rousseau (1712-1778), por intermédio de seu tutor Simón Rodríguez (1769-1854), e consolidou seus ideais de libertação do jugo colonial e de abolição da escravatura após viagens à Europa, em que pode aprofundar o conhecimento sobre essa visão de mundo mais liberal que repulsava a diferenciação dos homens pelo critério de nascimento (RODRIGUES, 2012).

Seu sonho para a América recém-liberta das "correntes que nos oprimem pela vontade do poder espanhol" (BOLÍVAR, 2007)[10] era a de formar um governo forte e democrático que guiasse o vasto território unido e soberano que as ex-colônias formariam. Para tal, era preciso fortalecer o sentimento nacionalista para assegurar que a nação *criolla* não sucumbisse novamente diante de ditames imperialistas. Em suas palavras: "Eu desejo mais do que qualquer outro ver a maior nação do mundo na América formada, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória" [11].

Após consolidar-se na presidência do que chamou de Segunda República da Venezuela[12], Bolívar começa a articular a concretização de seu sonho de união e funda, em 1819, a Grã-Colômbia. Aglutinando o que hoje seriam os territórios totais de Venezuela (incluindo a Guiana Esequibo, ainda em disputa pelos países), Colômbia, Panamá e Equador, além de partes de Peru, Brasil e Nicarágua, esse novo país teve um governo centralizado presidido pelo Libertador. Embora fosse reconhecida a importância da unidade entre esses países na luta contra a Espanha, a cessão de poderes para uma entidade centralizada era problemática. A união, frágil di-

---

10 BOLÍVAR, Simón. "Juramento de Roma" In MIJARES, Augusto (comp.) Simón Bolívar: o Libertador, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007, p. 4.

11 BOLÍVAR, Simón. "Carta da Jamaica" In MIJARES, Augusto (comp.) Simón Bolívar: o Libertador, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007, p.65.

12 Referente ao período de 1810 a 1812, em que teve início o processo de emancipação da Venezuela, com a consequente declaração de independência até o governo de Francisco de Miranda. Neste momento, o país chamava-se Estados Unidos de Venezuela e tinha como capital a cidade de Valencia.

ante de tantos interesses locais, acabou não resistindo à morte de seu líder, em 1830, e se dissolveu no ano seguinte (RAMOS, J. A., 2012; SALAS, 2015).

Yolanda Salas de Lecuna (2005) tem um trabalho de investigação da construção mítica de Bolívar após a sua morte, sobretudo entre o povo iletrado da Venezuela, por meio da tradição oral (ver quadro um).

Quadro 1 - Una visión mágica y mesiánica

"Para mí, Bolívar fue como una cosa que Dios mandó para darme la libertá, de los españoles, porque éramos esclavos de ellos. Él no era una persona de carne humana como uno. Nunca manchó su espada ni mató. Eso sería bendición de Dios que mandó eso". "Usted sabe que nuestros padres desde el momento que uno nace le hacen ver cómo es Bolívar. Y que Bolívar es prácticamente parte de Dios que hay que respetarlo. Usted sabe que esas son las primeras cosas que se le enseñan a uno". "Lo más grande que hizo Bolívar fue la libertad que concedió a los esclavos". "El hombre fue un segundo Jesucristo, porque nadie es capaz de hacer lo que hizo Bolívar. Si Bolívar naciera de nuevo, más de uno correría: esa pila de bandidos que no han sabido manejar los dineros de este país nuestro. Bolívar no puede descansar en paz, porque es un país donde tanto ha fallado".

Fonte: SALAS DE LECUNA (2005, p. 245).

A tradição oral foi importante na construção de uma memória histórica de Bolívar, pois foi o principal canal de disseminação de suas ideias até a Guerra Federal (1858-1863), conflito em que sua figura foi utilizada politicamente e acabou permitindo a divulgação escrita de seus feitos e pensamentos (FERREIRA, 2006). É a partir de então, segundo a autora, que houve um esforço sistemático e contínuo de sacralização de Bolívar, que acabou sendo refletido no cancioneiro popular, como na "Canción para Bolívar", de Alí Primera (1980)[13], que narra a conversa do Libertador com uma criança:

Bolívar bolivariano
no es un pensamiento muerto
ni mucho menos un santo
para prenderle una vela

Un niño de Venezuela
tuvo un encuentro con él
puede ser imaginario
pero pudo suceder

Y esto lo conversaron
Bolívar y el carajito
debajo de un arbolito
que se salvó de la quema

13 Cantor, compositor e militante comunista, Alí Primera (1941-1985) era conhecido como o "cantor do povo venezuelano".

debajo de un arbolito
que se salvó de la quema

Niño: "No es verdad Simón Bolívar
que al hacer tu juramento
histórico en Monte Sacro
no pensastes que tu brazo
hoy se sintiera cansado
de tantos que se han colgado
para escudarse en tu nombre"

Bolívar: "Hay razón en lo que dices
yo frente a Simón Rodriguez
juré liberar a mi patria
y tal vez por inocencia
no la soñe gobernada
por indignos de mi herencia"

Niño: "Al pueblo tratan de quitarle la memoria
por eso al gringo Henry Clay
quien te insultó en tu vida y en tu muerte
le levantaron una estatua en nuestra Patria
y la doctrina latinoamericana
que acrisolastes en tu carta de Jamaica
le han disminuido su esencia
patriota y libertaria,
¡ah! si vieras el destino
de los pueblos que liberó tu espada
su mayor libertad
es la de morirse de hambre
pisoteados por la bota norteña
sobre la que nos alertates"

Bolívar: "Los Estados Unidos parecen destinados
por la Providencia a plagar la América
de miserias en nombre de la libertad"

Niño: "Hoy acudimos a tu idea visionaria
al anti-imperialista pensamiento de tu frente,
disculpa que te trate de tú
pero para ser mi Libertador
tuvistes primero que ser mi amigo
grandioso capitán navegando hacia Angostura
con la cara mojada por el Padre Rio
jamas en la historia de la Patria
hubo tantos borrones
sobre un papel escrito
y el amor por el pueblo
llevado a tanta altura"

Y Bolívar sonreido
y lleno de comprención
le saltaba el corazón
por lo que estaba escuchando.

Y mirando fijo al niño
del escolar sin escuela
dijo: Toma mis espuelas
que hay que jinetear de nuevo
tú te vas de pueblo en pueblo

a despertar a la gente
que alzen más y más la frente
para merecer la gloria
de hacer de nuevo la historia
liberando al oprimido
que si el pueblo está dormido
nunca ganará la gloria.

Niño: "Bolívar, en Birongo
allá por Barlovento
hay una plazita con tu nombre
y prohiben visitarla sin camisa
para que veas que nuestras leyes
las dictan los de frac y de levita
en contra de los descamisados".

Bolívar: "... y se olvidan que yo usé camisa prestada
cuando estuve en Santa Marta..."

Niño: "Y lo peor es que a mi pueblo
ya lo estan dejando sin Bolívar."

Bolívar: "¿Lo están dejando sin dinero carajito?."

Niño: "Sin conciencia Libertador, sin conciencia.
El pueblo en su engaño
cree que la alta burgesía,
va a llevarte flores al Panteón Nacional
cada Aniversario de tu muerte."
Bolívar: "Y entonces ¿a que van, pequeño compatriota?"

Niño: "A asegurarse que estes bien muerto
Libertador, Bien muerto.

Y Bolívar sonreido
y lleno de comprención
le saltaba el corazón
por lo que estaba escuchando.

Bolivar: "El resultado es claro
la burgesía es hija de la colonia y viceversa
la opresión está reunida en maza
bajo un solo estandarte
si la lucha por la libertad se dispersa
no habra victoria en el combate"

Juntos: "que si la lucha se dispersa
no habra victoria popular en el combate"

Bolívar bolivariano
no es un pensamiento muerto
ni mucho menos un santo
para prenderle una vela
Un niño de Venezuela
tuvo un encuentro con él
oigan sonar sus espuelas
va cabalgando otra vez,
oigan sonar sus espuelas
va cabalgando otra vez.(PRIMERA, 1980, grifos nossos).

Na canção, a vivacidade das ideias bolivarianas é exaltada, mesmo após 150 anos após a sua morte, bem como são relembrados seus discursos (Monte Sacro, Roma) e documentos (Carta da Jamaica). Em um esforço por transladar a luta anti-colonial para o século XX, o autor apresenta os Estados Unidos como o novo império a ser combatido, ainda que na época de Bolívar este país ainda não fosse a potência hegemônica. Ademais, há uma forte crítica à burguesia, que para Alí Primera (1980) – e para a literatura pós-colonialista e decolonialista – é uma classe oriunda da colonização e que, logo, não pode ser entendida em levar em conta o seu papel conservador, tanto na ordem colonial, como no século XX.

Miguel Tinker Salas (2015, p. 30-31) acredita que Bolívar tenha se consolidado como uma figura memorável entre os venezuelanos e, consequentemente, nas obras artísticas, de forma a se destacar frente a outros importantes líderes venezuelanos da época – Rafael Urdaneta (1788-1845)[14], Antonio José Sucre (1795-1830)[15], Andrés Bello (1781-1865)[16], José Antonio Paez (1790-1873)[17], dentre outros – por ter conseguido aliar as habilidades militares com as de chefe de Estado. Ademais, ele foi responsável por evocar a luta pela independência venezuelana como parte de uma empreitada continental.

Por isso, ele consolidou-se também no imaginário latino-americano – sobretudo entre intelectuais de esquerda – transcendendo os limites geográficos de sua atuação e aparecendo como uma figura messiânica, como na obra de Gabriel García Márquez, “O General em seu Labirinto” (2000)[18], ou no poema de Pablo Neruda (1941), abaixo transcrito:

> Un Canto para Bolívar
> PADRE nuestro que estás en la tierra, en el agua, en el aire
> de toda nuestra extensa latitud silenciosa,
> todo lleva tu nombre, padre, en nuestra morada:
> tu apellido la caña levanta a la dulzura,
> el estaño bolívar tiene un fulgor bolívar,
> el pájaro bolívar sobre el volcán bolívar,

---

14 Militar e político, assumiu a presidência da Grã-Colômbia após a morte de Bolívar (1830-31), mas não foi capaz de manter a união.

15 Batalhou com Bolívar e ajudou na libertação do Equador, sendo, posteriormente, presidente do Peru (1823) e da Bolívia (1825-1828).

16 Intelectual contemporâneo e apoiador da luta pela independência, era jurista, diplomata e poeta.

17 Um dos líderes da independência, mas que, diferentemente de Bolívar, lutou pela separação das novas repúblicas.

18 O escritor colombiano retrata, em forma de ficção, como teriam sido os últimos dias de vida de Simón Bolívar.

la patata, el salitre, las sombras especiales,
las corrientes, las vetas de fosfórica piedra,
todo lo nuestro viene de tu vida apagada,
tu herencia fueron ríos, llanuras, campanarios,
tu herencia es el pan nuestro de cada día, padre.

Tu pequeño cadáver de capitán valiente
ha extendido en lo inmenso su metálica forma,
de pronto salen dedos tuyos entre la nieve
y el austral pescador saca a la luz de pronto
tu sonrisa, tu voz palpitando en las redes.

De qué color la rosa que junto a tu alma alcemos?
Roja será la rosa que recuerde tu paso.
Cómo serán las manos que toquen tu ceniza?
Rojas serán las manos que en tu ceniza nacen.
Y cómo es la semilla de tu corazón muerto?
Es roja la semilla de tu corazón vivo.

Por eso es hoy la ronda de manos junto a ti.
Junto a mi mano hay otra y hay otra junto a ella,
y otra más, hasta el fondo del continente oscuro.
Y otra mano que tú no conociste entonces
viene también, Bolívar, a estrechar a la tuya:
de Teruel, de Madrid, del Jarama, del Ebro,
de la cárcel, del aire, de los muertos de España
llega esta mano roja que es hija de la tuya.

Capitán, combatiente, donde una boca
grita libertad, donde un oído escucha,
donde un soldado rojo rompe una frente parda,
donde un laurel de libres brota, donde una nueva
bandera se adorna con la sangre de nuestra insigne aurora,
Bolívar, capitán, se divisa tu rostro.
Otra vez entre pólvora y humo tu espada está naciendo.
Otra vez tu bandera con sangre se ha bordado.
Los malvados atacan tu semilla de nuevo,
clavado en otra cruz está el hijo del hombre.

Pero hacia la esperanza nos conduce tu sombra,
el laurel y la luz de tu ejército rojo
a través de la noche de América con tu mirada mira.
Tus ojos que vigilan más allá de los mares,
más allá de los pueblos oprimidos y heridos,
más allá de las negras ciudades incendiadas,
tu voz nace de nuevo, tu mano otra vez nace:
tu ejército defiende las banderas sagradas:
la Libertad sacude las campanas sangrientas,
y un sonido terrible de dolores precede
la aurora enrojecida por la sangre del hombre.
Libertador, un mundo de paz nació en tus brazos.
La paz, el pan, el trigo de tu sangre nacieron,
de nuestra joven sangre venida de tu sangre
saldrán paz, pan y trigo para el mundo que haremos.

Yo conocí a Bolívar una mañana larga,
en Madrid, en la boca del Quinto Regimiento,
Padre, le dije, eres o no eres o quién eres?
Y mirando el Cuartel de la Montaña, dijo:

> "Despierto cada cien años cuando despierta el pueblo". (NERUDA, 1941, grifos nossos).

Voltando ao caso da Guerra Federal (1858-1863) – também denominada de Guerra Longa ou Guerra dos Cinco Anos – ocorrida algumas décadas após a independência, cabe mencionar que havia uma memória relativamente recente de Bolívar. Este combate representou, conforme aponta Ferreira (2006), uma luta intra-oligárquica entre latifundiários, que integravam o Partido Liberal, e os comerciantes e banqueiros, que compunham a ala conservadora. Os primeiros, sob a liderança intelectual de Antonio Leocadio Guzmán (1808-1884), utilizavam de maneira demagógica a luta dentro do bloco oligárquico, quando na prática atuavam de maneira conciliatória.

Os conservadores, por sua vez, tinham como expoente o General José Antonio Páez (1790-1873), que consolidou o poder político unitário no período pós-independência. Ele apoiou os retrocessos representados pelas decisões do Congresso, em 1830, que devolviam privilégios coloniais para latifundiários *criollos* e para a elite comercial (SALAS, 2015). Para apaziguar a profunda crise social e política que o país vivia em suas primeiras décadas de existência, ele recorreu à invocação do espírito bolivariano.

Ironicamente, em vida, Bolívar foi seu grande rival e, juntamente com Francisco de Paula Santander (1792-1840) Páez ajudou na dissolução da Grã-Colômbia. Justamente por essa contradição, aliada à percepção da popularidade de Bolívar, os Liberais passaram também a advogarem-se como herdeiros do Libertador.

> Foi assim que, mesmo antes da canonização do “herói” pelas instituições do Estado, vimos surgir a disputa sobre o legado de Bolívar por parte de diferentes setores da oligarquia venezuelana. Bolívar se converteria, a partir de então, em fator de legitimação de pontos de vista muitas vezes oposto. [...] De um lado, o conservador e paezista Juan Vicente González (1810-1866); de outro, o liberal Antonio Leocadio Guzmán, ambos recorrendo à figura de Bolívar para conferir credibilidade a seus posicionamentos e opiniões. (FERREIRA, 2006, p. 108).

Embora ideologicamente Bolívar também não estivesse alinhado com os liberais que o evocavam, pois este defendia a confederação e não o federalismo como forma de desenho do Estado como aqueles faziam, esse grupo foi mais bem sucedido em utilizar sua figura durante a guerra. Tal empreitada só foi possível graças à liderança de Ezequiel Zamora (1817-1860). Vale ressaltar que embora estivesse lutando ao lado dos latifundiários liberais, Zamora representava outras classes sociais que também combatiam os conservadores, ou seja, tratava-se de uma coalizão he-

terogênea. Comerciante e descendente de militares que lutaram ao lado de Bolívar, ele também foi influenciado pelo socialismo utópico. Em suas palavras:

> A razão que sustentamos não é outra senão a verdadeira causa dos povos, a República genuína, a Federação que deve ser premiada com o triunfo dos princípios e a derrubada consequente da tirania. Viva a Federação! Viva a verdadeira República! Vive e para sempre, a memória dos patriotas de nossa independência, dos homens de 5 de julho de 1811, os que na Ata [de Declaração da Independência] gloriosa disseram aos povos: Federação! Que se cumpra, pois, depois de tantos anos! (ZAMORA, 1859 apud CHÁVEZ FRÍAS, 2014).

O que estava em jogo naquele conflito, sinteticamente, era a retomada dos ideais perdidos da independência versus o retorno à condição subalterna do país, com perspectivas, inclusive, de retorno do regime escravocrata. Por isso, ademais do discurso contundente – e que, na ótica construtivista não se resumia a meras palavras, mas já era um fazer político – Zamora conclamou que o povo se armasse e se organizasse nas Forças Armadas para fazer os "oligarcas tremerem" (SALAS, 2015, p. 45).

Sob o signo de "Ejército del Pueblo", as tropas federalistas contavam com a adesão de pessoas que haviam sido escravizadas e/ou que haviam fugido dessa condição: camponeses, indígenas, trabalhadores urbanos, desempregados, dentre outros estratos sociais. A junção dos "párias" da sociedade em prol de um objetivo maior lembrava, justamente, a capacidade de aglutinar forças de Bolívar durante as guerras pela independência (RODRIGUES, 2012).

Zamora tinha como mote de luta "Tierra y hombres libres. ¡Horror a oligarquía!" e entendia que era necessário forjar o venezuelano sob a cultura das armas, no sentido de ser treinado militarmente para resistir a qualquer tipo de tirania e para garantir que os interesses dos mais desfavorecidos fossem defendidos. Para tal, ele recordava a bravura de Bolívar à frente das tropas e a importância que ele teve, enquanto militar, para o curso das mudanças empreendidas no período da emancipação. Contudo, com a sua morte no decorrer da guerra[19], as forças federais foram perdendo a conexão com as lutas populares e acabaram consolidando-se por meio da conciliação e construção de um Estado liberal.

---

19 Ele foi traído por um dos latifundiários liberais que compunham a coalização anti-conservadora, Juan Crisóstomo Falcón, que com o assassinato de Zamora tornou-se uma figura pouco relevante na história venezuelana e com sua atitude acabou acelerando o término do conflito por vias conciliatórias (FERREIRA, 2006, p. 117).

Em seu esforço por traduzir a importância do uso político da figura de Simón Bolívar no decorrer deste período, Natália Rodrigues (2012), explica que:

> [...] a memória, como condição para uma construção identitária, deve ser e sempre é renovada de acordo com o tempo histórico, de acordo com as conjunturas políticas e sociais presentes. Desta maneira, podemos compreender a retomada da figura de Bolívar em diferentes períodos, pois mais importante do que a fidelidade às concepções originais e ao movimento original do período do "Libertador", são as leituras e os usos políticos engendrados de acordo com os interesses daqueles que o utilizaram. (RODRIGUES, 2012, p. 58).

Assim, a autora reforça a noção de que o discurso, ainda que incoerente, é um recurso político significativo. Nesse sentido, o resgate da memória bolivariana é importante, pois foi somente com o conflito federal que o pensamento do Libertador começou a ser divulgado de maneira mais sistemática, uma vez que, até então, não havia distribuição dos registros escritos deixados por ele.

> O Bolívar que transparece nos documentos do período da Guerra Federal associa-se com um patriotismo radical, como um sentimento ativo de pertencimento nacional e de obrigação para com a pátria. Está também fortemente vinculado com um método de ação revolucionária, uma forma de realizar a luta política e social até as últimas consequências, uma postura patriótica voluntarista e intransigente. É referido como modelo de defesa da liberdade, como escola de patriotismo e de moral e depositário de autoridade de censura, além do principal ideólogo da Gran Colômbia [...]. (FERREIRA, 2006, p. 118).

Por essa descrição, baseada na análise dos documentos da época, a autora reforça a ideia de que, apesar de que os dois lados tenham utilizado politicamente a figura do Libertador, foram os liberais quem conseguiram melhor apropriar-se de sua memória. Durante o processo de conciliação do pós-guerra e de consolidação de um Estado liberal, houve a criação da Academia Nacional de História (ANH), que, pela primeira vez, institucionalizou a atividade de resgatar o legado bolivariano.

Assim, a partir do final do século XIX, a imagem de Simón Bolívar consolidou-se como "pai da nação", símbolo que serviu para unificar um país extremamente fragmentado (SALAS, 2015, p. 34). A utilização política de sua figura na história venezuelana, desde a Guerra Federal, era, muitas vezes, muito mais retórica do que, de fato, um alicerce para projetos e políticas. Ainda assim, o seu uso não era despropositado e servia para reforçar o caráter unitário da recém-nação e legitimar as classes dirigentes no poder enquanto herdeiras de um projeto emancipatório, embora na práxis isso não se verificasse.

Apesar da heterogeneidade ideológica e de classe social existente entre os grupos políticos, todos, sem exceção, compartiam de um elemento unânime: a refe-

rência ao mito bolivariano como fator legitimador de suas ações políticas, em especial a partir do período de 1870 a 1877, quando o filho do liberal Antonio Leocadio Guzmán (1790-1873), Antonio Blanco Guzmán (1829-1899) ocupou a presidência da República.

> Assim, Bolívar constituiu-se historicamente como um fator de ordem e de unidade nacional, sendo apropriado não apenas por diferentes governos, mas também por todas as classes sociais que lhe conferiam um sentido específico condizente com sua posição ideológica [...]. Bolívar não se fez ecoar somente nas diversas classes sociais da Venezuela. O caráter polissêmico de sua figura encontrou voz também em outros países. (RODRIGUES, 2012, p. 63).

Após a institucionalização da figura de Bolívar, ele tornou-se um baluarte da política venezuelana, sendo referenciado oportunisticamente por grupos de distintos matizes ideológicos. Contudo, o uso deste artifício não trouxe grandes conflitos em torno da legitimidade da reivindicação nas fases políticas que se seguiram do começo do século XX até o início do chavismo. Outras questões importantes, que vieram à luz com a descoberta do petróleo – tópico que será apresentado a posteriori – ganharam maior centralidade do que a referência a Bolívar, que se consolidou como um “lugar-comum” da política venezuelana (EWELL, 1991).

Esse tópico reforça a relevância das ideias e do discurso defendidas pelas abordagens construtivistas. Ainda que o sentido original da luta de Bolívar tenha sido desvirtuado ou propositalmente ignorado pelos grupos que se apropriaram de sua figura, ele serviu como símbolo de unificação de um país recém-saído de graves conflitos. Ou seja, mesmo que o conteúdo daquilo que o Libertador defendia não fosse levado em conta, enquanto herói e mito nacional reverenciado pela população de maneira messiânica, ele foi suficiente para a construção social de um conjunto de valores presentes nos discursos políticos para legitimar a existência unitária da Venezuela.

2.2.2 A luta intra-oligárquica: os primeiros traços de projetos nacionais divergentes na transição do século

O fim da Guerra Federal, além de ter consolidado a figura de Simón Bolívar como unificador da jovem nação venezuelana, modificou a configuração social do país. Jeudiel Martínez Daza (2013) afirma que a oligarquia tradicional, cuja origem

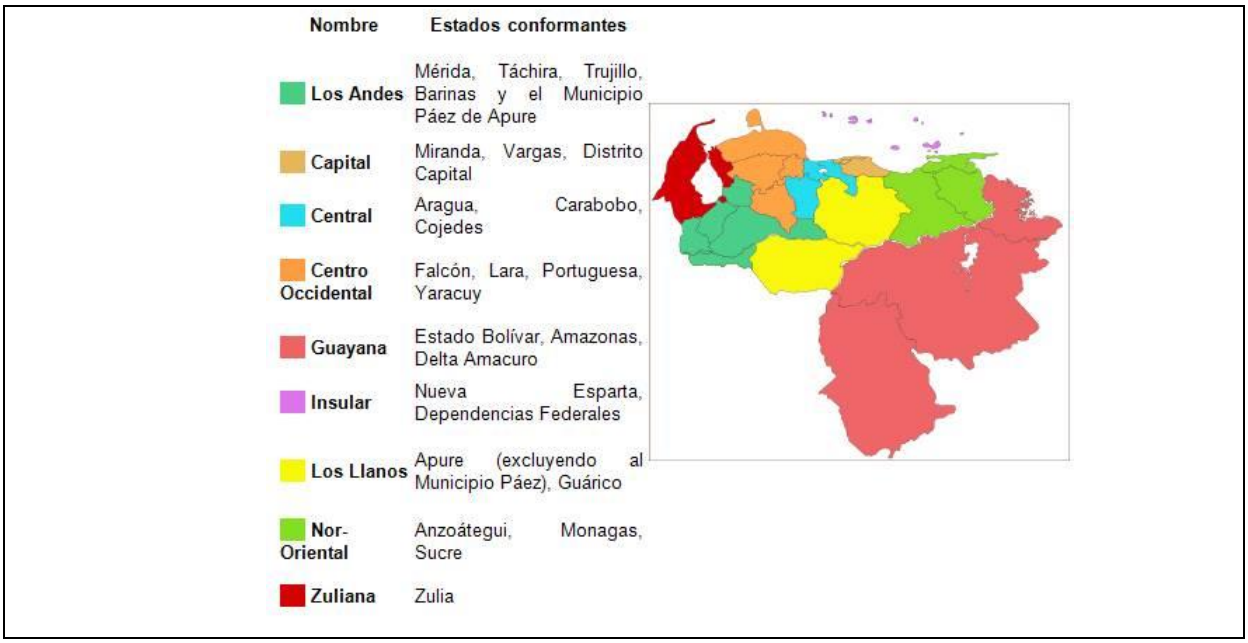
remonta aos tempos coloniais, deu lugar a novas oligarquias, que eram o resultado da junção dos fragmentos da antiga com as novas classes emergentes.

O lado vencedor, que já era heterogêneo durante a disputa com os conservadores, mas que mantinha a unidade devido à existência de um adversário em comum, se dividiu em frações conflitivas. A continuação do clima belicoso, por meio de uma guerra civil constante, gerou um Estado central frágil e um Exército que era tão somente o conglomerado de milícias.

Algumas zonas ficaram mais isoladas e, como resultado, alijadas da política, seja pelo difícil acesso geográfico e/ou pelo empobrecimento devido ao esforço de guerra. Martínez Daza (2013) explica que a divisão regional do trabalho era sintetizada pela predominância de atividade pecuária e agrícola extensiva nos *llanos* (planícies) e no Oriente e, portanto, caracterizada pela presença de grandes latifundiários e *caudillos*.

Já na região central estavam concentradas as plantações de cacau e os portos, em que prosperavam oligarquias comerciais e financeiras. A área zuliana e dos Andes, geograficamente mais distantes da guerra, se beneficiaram com a mão de obra "refugiada", que se dedicou à agricultura intensiva de subsistência, em pequenas e médias propriedades bastante prósperas (ver Mapa um).

Mapa 1 – Divisão Regional da Venezuela



Fonte: DÁVILA, 2009, p. 2.

O país se encaminhava para o final do século unificado, porém com regiões e elites pouco coesas e fragmentadas. Naquele momento, a Venezuela seguia uma trajetória muito semelhante a dos demais latino-americanos: vocação agrário-exportadora e dominada politicamente pelas classes ligadas a essa atividade econômica.

A figura do *caudillo llanero* representava o segmento socioeconômico de maior prosperidade financeira, política e com capacidade de arregimentação militar, que em um contexto de formação do Exército Nacional a partir das milícias locais, não era uma condição irrelevante. Em síntese: "[...] o caudilho era um homem que manejava dois tipos de poder muito efetivos e muito reais: podia mobilizar centenas ou milhares de homens armados [...], mas também era proprietário de terras, um latifundiário" (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 17).

Para compreender a importância do militarismo e dos caudilhos na formação das classes dominantes da Venezuela, é preciso voltar ao momento posterior à morte de Bolívar, em que fica evidente a ausência de um projeto consensual por parte dos dirigentes políticos – o que, por sinal, era um traço comum entre as ex-colônias espanholas.

Como nação recém-independente, a Venezuela ainda abrigava grupos que tinham sido beneficiados pela condição colonial, como a Igreja Católica, bem como extratos sociais que haviam sido engajados na luta pela libertação – classe trabalhadora e afro-venezuelanos – e que ainda não haviam desfrutado das benesses prometidas durante os anos de luta.

> Isso [a falta de um projeto consensual] não significa que na Venezuela os *criollos* não compartilhavam uma visão política ou uma orientação de classe. Embora exercessem influência e constituíssem uma força importante em seu respectivo contexto local ou regional, a elite *criolla* não tinha o poder de impor um consenso nacional sobre as variadas populações que habitavam regiões tão diversas [...]. (SALAS, 2015, p. 37, tradução nossa)[20].

A falta de um projeto hegemônico, sobretudo em termos políticos e econômicos, e de uma classe dominante que fosse capaz de exercer controle total acabou conferindo aos líderes militares da época da independência e aos caudilhos regionais um papel de balizadores da política nacional. Se internamente essa ausência

---

[20]No original: "That is not to suggest that in Venezuela the criollos did not share a political vision or a class orientation. Though they retained influence and constituted an important force in their own local or regional context, the criollo elite lacked the power to impose a national consensus on the varied populations that inhabited regions as diverse [...]".

de um projeto de país mais sofisticado acabou por fortalecer determinadas classes sociais, externamente o resultado foi a manutenção das relações econômicas subalternas, sem que a independência política tenha significado, também, a conquista de soberania econômica.

Desta forma, as teorias do Sistema-Mundo e da Dependência, além das perspectivas pós-colonialistas e decolonialistas, ajudam a compreender a posição venezuelana em termos de divisão internacional do trabalho, de subdesenvolvimento e de submissão no sistema internacional. Ademais, a perspectiva de que a hegemonia também é exercida pela aceitação das classes dirigentes da condição subalterna de seu país completa a explicação de como a conjunção destes elementos teóricos auxilia na compreensão da formação de um projeto menos autonomista de inserção internacional para a Venezuela.

Ainda que, por um lado, a fragilidade do Estado tenha favorecido a manutenção dos privilégios dos caudilhos locais, por outro lado impedia a modernização do país. Por isso, a centralização política, que foi levada a cabo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, era inevitável. Os personagens principais deste processo foram os presidentes liberais Antonio Guzmán Blanco (1870-1888), Cipriano Castro (1899-1908) e Juan Vicente Gómez (1908-1935).

Blanco foi um dos responsáveis pela formação de um Estado liberal na Venezuela, consolidando leis, instituições e regulamentos e instituindo a educação gratuita, obrigatória e pública. Ele também construiu o primeiro sistema de comunicação do país, composto por rodovias e ferrovias, e era chamado de o “Grande Caudilho”.

Cipriano Castro, após capitanear a Revolução Liberal Restauradora[21], iniciou uma série de governos “andinos”, cujos líderes provinham dos prósperos estados de Táchira, Mérida e Trujillo, e que estiveram no poder por quarenta e cinco anos a partir de então: “os andinos no poder utilizaram fartamente a figura de Bolívar para legitimar suas ações, embora para finalidades imediatas muitas vezes opostas” (FERREIRA, 2006, p. 162-163).

Lutando contra o “*liberalismo amarillo*” (1870-1899), como ficou conhecido o período de governos que começaram com a presidência do “Grande Caudilho”, Castro também era um liberal, porém defendia que os avanços da hegemonia *guzman-*

---

21 Golpe de Estado ocorrido em 1899, contra o então presidente Ignácio Andrade.

cista estavam se perdendo, devido à inabilidade, à corrupção e à consequente instabilidade dos sucessores de Guzmán (SALAS, 2015).

Em suma, Castro esteve à frente de mais um conflito entre as frações do bloco no poder, segundo o pensamento de Poulantzas (1977). Os efeitos mais notáveis de sua presidência estão ligados à sua postura nacionalista em termos econômicos, em que expandiu o papel do Estado e de sua burocracia, processo que já havia sido iniciado por Guzmán Blanco.

Ele ainda foi responsável pela negociação dos primeiros contratos de exploração petroleira no país que, na época, eram incipientes e exclusivamente destinadas à produção de asfalto. Embora fosse um nicho de mercado bastante restrito naquele momento, esse produto iria mudar completamente as estruturas socioeconômicas do país.

> As concessões mais importantes que o governo [de Cipriano Castro] fez ocorreram em 1907, quando concederam mais de quatro milhões de hectares em Zúlia, perto do Lago de Maracaibo, que foram eventualmente adquiridos por interesses britânicos e holandeses que monopolizavam a maioria dos locais de produção na região. Embora ele supervisionasse essas primeiras concessões, a cautela de Castro em relação às potências estrangeiras e a promoção do nacionalismo econômico o distinguiriam da subsequente política abertamente conciliadora adotada pelo sucessor Juan Vicente Gómez. (SALAS, 2015, p. 51, tradução e grifos nossos)[22].

A postura de Castro destacada por Salas (2015) é relevante nesta discussão porque, pela primeira vez desde a presidência de Simón Bolívar, a preocupação com a vulnerabilidade externa, ainda que em termos meramente econômicos, volta à tona na condução política do país. Um dos acontecimentos mais marcantes, do início do século, na América Latina, teve lugar justamente na Venezuela de Cipriano Castro e revelou que este governante era mal visto pelos governos europeus e também pelos Estados Unidos, por conta de sua postura nacionalista e pouco disposta a permitir a submissão do país aos ditames estrangeiros.

Trata-se do bloqueio naval à Venezuela, em 1902, que é apontado pela literatura decolonialista como sendo chave para que a ideia de “hemisfério ocidental” se consolidasse naquele contexto histórico:

---

[22]No original: “The most important concessions the government made occurred in 1907, when they granted over four million hectares in Zulia, near Lake Maracaibo, that were eventually acquired by British and Dutch interests who monopolized most production sites in the region. Even though he oversaw these first concessions, Castro's wariness toward foreign powers and the promotion of economic nationalism would distinguish him from the subsequent openly conciliatory policy adopted by his sucessor, Juan Vicente Gómez”.

> Se as histórias necessitam de um começo, a história da rearticulação forte da ideia de hemisfério ocidental no século XX teve seu começo na Venezuela quando as forças armadas da Alemanha e da Inglaterra iniciaram um bloqueio para pressionar pelo pagamento da dívida externa. A guerra hispanoamericana (1898) havia sido uma guerra pelo controle dos mares e do canal do Panamá, face à ameaça de países imperiais fortes da Europa Ocidental, um perigo que se repetia com o bloqueio da Venezuela. A intervenção da Alemanha e da Inglaterra foi um bom momento para reavivar a exigência de autonomia do 'hemisfério ocidental', que perdera força durante a guerra civil estadunidense e nos anos posteriores a ela. O fato de que o bloqueio fosse dirigido à Venezuela criou as condições para que a ideia e a ideologia de 'hemisfério ocidental' se reavivasse como uma questão que dissesse respeito não apenas aos Estados Unidos, mas também aos países latino-americanos. (MIGNOLO, 2005, p. 42).

Vale notar que o bloqueio naval teve lugar pouco tempo depois do que foi considerada uma "humilhação" e que, até hoje, é uma pendência fronteiriça: a contenda pela região de Esequibo com a Guiana, de 1899, que à época era uma colônia inglesa. Tal disputa gerava atritos com as potências europeias e o país latino-americano esperava contar com uma mediação regional.

Contudo, uma comissão formada pelos Estados Unidos e Inglaterra, sem ao menos um representante venezuelano, decidiu a favor dos ingleses e somente relegou à Venezuela o delta do rio Orinoco. Miguel Salas (2015) acredita que esse único favorecimento se deu pelo fato de que os estadunidenses não queriam ingleses navegando livremente por um dos principais afluentes sul-americanos. Desta forma, os interesses hegemônicos foram favorecidos em detrimento dos reclames de uma nação periférica, que era o caso da Venezuela naquele momento.

Nesse período, os Estados Unidos já tinham um desenvolvimento industrial superior ao da Alemanha e Inglaterra – ambas as artífices do bloqueio de 1902 – e estava fortemente influenciada pelo pensamento de Alfred Mahan[23], que preconizava a importância do poder naval. Luis Fernando Ayerbe (2002) explica que:

> Suas ideias [de Alfred Mahan] terão grande influência entre políticos e intelectuais do país. Um dos seus discípulos mais ilustres será Theodore Roosevelt, que, como presidente, enuncia, em dezembro de 1904, o Corolário para a Doutrina Monroe, manifesto precursor dos argumentos culturais do atraso latino-americano e da missão civilizadora dos Estados Unidos.
> Sob o pretexto de defender o hemisfério das políticas imperiais de potências extracontinentais, a raiz de problemas surgidos com a insolvência da Venezuela no pagamento da sua dívida externa, que tem seus portos bloqueados por uma esquadra de barcos ingleses, alemães e italianos, os Estados Unidos se adjudicam o direito exclusivo de intervenção. (AYERBE, 2002, p. 52-53).

---

23 Sua principal obra é o livro "A influência do poder marítimo na história", publicado em 1890.

No episódio envolvendo a Venezuela houve uma pressão regional para que, de fato, a potência norte-americana atuasse de maneira mais enérgica contra a ingerência europeia. Nesse sentido, Luís María Drago (1859-1921), então chanceler argentino, reivindicava a aplicação da Doutrina Monroe (1823), elaborada no contexto das independências e que repudiava qualquer intento de retomada colonial por parte da Europa. Os Estados Unidos alegavam que se a empreendida europeia não tivesse como objetivo a recolonização, não deveria ser aplicada tal doutrina. O protesto argentino, chamado de Doutrina Drago, defendia que antes de uma ação como o bloqueio naval era preciso esgotar todos os canais de negociação (STUART, 2011).

O fato de Cipriano Castro (1858-1924) ser mal visto tanto pelos Estados Unidos, quanto pela Europa, foi relevante para a inércia inicial dos norte-americanos. Os cabos diplomáticos da época revelam que, para a embaixada estadunidense em Caracas, Castro era mais um "ditador tropical", com mania de grandeza ao estilo Bonapartista, além de se referirem de maneira racista e pejorativa ao seu tom de pele escuro. Tais características também eram trazidas à tona pela imprensa estrangeira, ao que Castro teria dito: "apesar de nossa grande indignação, nós devemos nos comportar como um povo culto e civilizado, especialmente quando as mais poderosas nações da Europa estão agindo como verdadeiros selvagens" (SALAS, 2015, p. 53, tradução nossa)[24].

A visão de inferioridade cultural que os Estados Unidos tinham de seus vizinhos e a Europa de suas antigas colônias por si só não explica todos os acontecimentos que envolveram o bloqueio naval e, por isso, demonstra a limitação que uma análise meramente pós-colonialista pode acarretar. A política nacionalista de Castro incomodava ao capital estrangeiro e, meses antes da ação anglo-alemã contra a Venezuela, houve uma tentativa de golpe de Estado financiada pela empresa estadunidense New York & Bermúdez Company. Portanto, levar em conta os interesses financeiros e econômicos hegemônicos é relevante para a compreensão da inserção internacional venezuelana nesse período.

Embora a companhia tivesse logrado a concessão para explorar asfalto no lago Guanoco, as novas regras impostas pela política de "mãos de ferro" de Castro, que visava diminuir a vulnerabilidade externa da Venezuela, foram vistas como injus-

---

[24]No original: "However our great indignation, we must behave as a cultured and civilized people, especially when the most powerful nations of Europe are behaving like real savages".

tas e fizeram com que se envolvesse na empreitada golpista do líder da oposição, o banqueiro Manuel Matos [25]. Ele era representante da oligarquia financeira e o fato de ter recebido ajuda do capital externo demonstra que a postura nacionalista de Cipriano Castro incomodava essas frações burguesas internas e externas, ligadas à hegemonia norte-americana que estava se consolidando (SALAS, 2015; STUART, 2011).

Castro conseguiu superar a tentativa de golpe, graças à resistência militar, bem como, após pressão regional, logrou com que os Estados Unidos – inicialmente apoiadores do bloqueio – fossem não só mediadores, como efetivassem uma solução mais próxima do que a Venezuela havia proposto no início da contenda com as potências europeias. Como apontamos anteriormente, esse episódio acabou servindo para que Theodore Roosevelt (1858-1919) aperfeiçoasse a Doutrina Monroe por meio de seu corolário e se tornasse um marco para as relações interamericanas. Além do apoio interno que o governo tinha dos militares, a Venezuela conseguiu aproveitar um contexto de transição hegemônica a seu favor.

Outro ponto interessante é que, ademais do desprezo que as potências da época demonstravam em relação à figura mestiça de Cipriano Castro, ele e outros líderes liberais do Equador, Nicarágua e Colômbia – segundo informações de informes diplomáticos dos Estados Unidos e Inglaterra na Venezuela – teriam a pretensão de retomar alguns princípios da Grã-Colômbia, como ter uma força comum em matéria de defesa.

Por este motivo, a aproximação ideológica de Castro com o objetivo bolivariano de autonomia regional foi vista como “potencialmente perigosa aos projetos dos países capitalistas centrais para o continente” (FERREIRA, 2006, p. 162). Para o nosso propósito, portanto, toda essa análise é relevante para verificar as reações internas e externas que a aplicação de um projeto econômico e internacional de maior autonomia acarretou naquele contexto específico de transição da hegemonia global da Europa para os Estados Unidos.

Entre o final do século XIX e início do XX, começaram a se delinear os projetos de adesão à hegemonia, em que havia a convergência entre interesses locais

---

25 Ele havia sido um importante influenciador das políticas econômicas dos governos do *liberalismo amarillo* (1870-1899), derrocados por Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez na Revolução Liberal Restauradora (1899).

dos caudilhos venezuelanos e estrangeiros, versus um de maior autonomia, revestido de nacionalismo caudilhista. Isto é, ainda que Cipriano Castro também representasse a classe próspera da região andina, sua posição mais autonomista – e que, portanto, poderia ser comparada à de Bolívar – chocou-se com o *liberalismo amarillo*, que encontrava apoio não só nos banqueiros, mas nos grandes latifundiários e, portanto, defensores de uma política comercial mais liberal.

Nos casos apresentados, foi possível observar como as oligarquias financeiras e latifundiárias se articularam internacionalmente para tentar voltar ao poder e, portanto, reaver a condução da economia e do manejo dos recém-descobertos recursos minerais das mãos da fração oligárquica mais nacionalista. Uma típica disputa de bloco no poder, em que a condição do país no Sistema-Mundo foi fundamental para o posicionamento antagônico intra-classe, em que, de um lado, estavam os que entendiam a adesão à hegemonia como forma de manter o status quo interno e, de outro, os que também faziam parte da oligarquia, mas que defendia uma maior autonomia econômica do país frente às potências estrangeiras.

Esta foi uma pequena mostra de como se deram as primeiras conexões entre a burguesia global e local quanto à condução política venezuelana, que no chavismo foram ainda mais enredadas. Na próxima fase a ser abordada, a de transição de agrário-exportador para um país petroleiro, veremos como as relações internas tornaram-se mais complexas com o advento do petróleo enquanto elemento estrutural na Venezuela.

3 PETRÓLEO COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DOS MODELOS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DA VENEZUELA NO SÉCULO XX

A metamorfose vivida pela Venezuela nas primeiras décadas do século XX fez com que transitasse de uma trajetória muito semelhante à de seus vizinhos latino-americanos – país agrário-exportador governado por elites latifundiárias – para se transformar em um dos principais produtores de petróleo do mundo, cujo impacto sociocultural e econômico foi fundamental para sedimentar o que viria ser conhecido como o "excepcionalismo venezuelano" (SERBIN, 2011a).

Portanto, a exploração do petróleo na Venezuela, que passou a ocorrer de maneira mais sistemática, a partir dos anos 1920, foi um ponto de partida para uma transformação profunda de sua estrutura produtiva, com reflexos na composição social e política e, portanto, nos modelos de inserção internacional. Se enquanto agro-exportador as possibilidades de barganha eram limitadas, alcançar a condição de um país petroleiro proporcionou uma base material para o surgimento de novas classes sociais e, ao mesmo tempo, para aumentar sua relevância no cenário internacional.

Já consolidada a posição de um país petroleiro, as disputas políticas tornaram-se mais complexas e acompanharam a modernização do país, com a ascensão de oligarquias urbanas, governos militares e, posteriormente, a estabilidade democrática advinda com o Punto Fijo. O presente capítulo visa apresentar os efeitos da economia petroleira, no decorrer do século XX, sobretudo em termos da disputa política interna que passou a significar não só a luta pelo poder, mas também o controle sobre a vultosa renda petroleira. Igualmente, pretendemos abordar como o petróleo foi utilizado pelas classes dirigentes como recurso político na arena internacional antes da chegada de Chávez ao poder, inaugurando o que ficou conhecido como a "diplomacia petroleira".

3.1 Primeiras décadas de exploração: a transição "do arado ao poço petroleiro"

A despeito de ter sido comercializado a partir do século XX, registros da existência de petróleo, bem como de gás natural, datam do período pré-hispânico, em que os indígenas chamavam a substância viscosa de *menes*. Os povos que habitavam

aquele território já utilizavam os *menes* no dia a dia, seja para acender tochas, calafetar e vedar suas residências, seja para fins medicinais. Os espanhóis, no entanto, não vislumbraram o possível uso da substância, que só foi retomado no final dos anos 1870 para a produção de asfalto (SALAS, 2015).

Em 1878, foi criada a Companhia Nacional Petrolia de Táchira (região andina), que inicialmente extraía este recurso de maneira extremamente rudimentar, usando baldes. Dois anos depois, devido ao grande volume de petróleo, passaram a ser utilizadas plataformas de perfuração mais sofisticadas importadas da Pensilvânia (EUA). Ainda na década de 1880, o lago de Guanoco (região oriental) – o maior lago de piche do mundo – passou a ser explorado pela New York & Bermudez Company, a fim de contribuir para a pavimentação de vias estadunidenses (ALVARES; FIORITO, 2005).

Como mencionado no capítulo anterior, essa empresa norte-americana apoiou abertamente a oposição ao presidente Cipriano Castro em uma tentativa de golpe, em 1902. Durante seus anos de atuação na Venezuela, foram contratadas centenas de trabalhadores e feitas grandes obras ao redor do lago, porém, além das dificuldades trazidas pelo governo nacionalista de Castro, a viscosidade pesada do petróleo existente naquela região impediu a continuidade das operações, que eram inviáveis naquele momento.

Nas décadas seguintes, porém, a exploração petroleira ganhou tamanha relevância que é o ponto de inflexão da Venezuela em termos de trajetória, pois, até aquele momento, sua sociedade e estrutura econômica eram muito semelhantes às dos seus vizinhos latino-americanos. O momento da transição ocorreu na longa ditadura que teve lugar no início do século e terminou em meados da década de 1930. Embora os efeitos modernizadores deste período só tenham se tornados evidentes a posteriori, a condução da política petroleira e os seus reflexos na composição das novas classes sociais foram essenciais para esse ponto de viragem (EWELL, 1991).

3.1.1 A ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935): entre a modernização petroleira e o caudilhismo agrário

Em 1908, Juan Vicente Gómez, chegou ao poder[26] e deu início a uma ditadura que duraria até 1935. Diferentemente de seu antecessor, construiu um governo de conciliação entre as oligarquias e trouxe de volta Manuel Matos – o mesmo que intentara tirar Castro do poder, em 1902 – para assumir as Relações Exteriores.

Tal nomeação dava sinais de que a relação da Venezuela com as potências estrangeiras seria menos conturbada do que fora com Castro. Lopes (2009) indica a existência de uma aliança entre empresas estrangeiras e o novo governo venezuelano, que por meio de uma política autoritária garantiria a estabilidade necessária para que o capital internacional pudesse fluir sem sobressaltos.

O período *gomecista* concluiu o processo de centralização do Estado em torno do presidente e, consequentemente, de alijamento dos caudilhos regionais do poder. Ao expandir o papel do setor público como um dos principais empregadores do país, estimulou também a formação de uma classe média urbana.

Quanto à regulação da atividade petroleira, que era quase que exclusivamente exercida por empresas estrangeiras, Gómez foi criticado por não manter uma postura tão nacionalista quanto à de Castro. Em seu governo foram descobertas reservas significativas de petróleo em Zúlia e na costa oriental do país, o que trouxe mudanças à Venezuela e faria com que seu desenvolvimento político, econômico e social fosse único na América Latina (EWELL, 1991; FERREIRA, 2006).

Ainda na década de 1910, Gómez concedeu à multinacional Royal Dutch Shell (anglo-holandesa) e às norte-americanas Gulf Oil[27] e Standard Oil o controle sobre 98% do mercado venezuelano. A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) foi o gatilho para a incorporação da Venezuela ao mercado mundial do petróleo, que, ao final do conflito, passou a receber vultosos investimentos externos. Em 1922, o país já era um dos principais fornecedores de petróleo do mundo e aumentava as expectativas de lucros com a descoberta de grandes reservas no Lago de Maracaibo (ALVARES; FIORITO, 2005).

Sobre esse período, Miguel Salas (2015) relata que “mais de uma centena de empresas estrangeiras e milhares de estrangeiros dos Estados Unidos e de outros

---

26 Ascendeu à presidência por meio de um golpe empreendido contra seu compadre e, até então, aliado andino da oligarquia de Táchira, Cipriano Castro.

27 Na Venezuela, essa empresa usava o nome-fantasia de *Mene Grande*, em alusão à forma como os indígenas locais denominavam o petróleo (SALAS, 2015, p. 62).

países chegaram à Venezuela, buscando beneficiar da bonança do petróleo" (SALAS, 2015, p. 62, tradução nossa)[28]. Gilberto Maringoni (2009) completa:

> Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia rentista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil. A duríssima repressão gomezista, por sua vez, era tudo o que as empresas estrangeiras queriam. (MARINGONI, 2009, p. 87).

A relação promíscua entre público e privado ficou evidente quando o ditador venezuelano – maior *tierrateniente* do país – criou a Companhia Venezuelana de Petróleo (CVP). Considerada uma empresa de fachada para os interesses familiares do presidente, sua função era negociar as concessões de terra com as companhias estrangeiras, dando margem a atividades de corrupção (LOPES, 2009).

Para Ewell (1991), no entanto, além das benesses pessoais que Gómez obtinha, não havia margens para tentar uma posição mais autonomista ou nacionalista, considerando as possibilidades limitadas de um país pobre, a esta altura já compondo semiperiferia mundial e sem condições de mobilizar as Forças Armadas para reduzir sua vulnerabilidade frente às empresas:

> As empresas mantiveram sua força através do exemplo de sua retirada do México, em resposta ao nacionalismo revolucionário, reduzindo a exploração e a produção em 1930 no início da depressão e alertando que as exportações da Venezuela estariam sujeitas às tarifas ou cotas de importação do Congresso dos EUA. As empresas, portanto, pareciam segurar todas as cartas, e Gómez estabeleceu um precedente respondendo de forma cautelosa e conservadora. (EWELL, 1991, p. 728, tradução e grifos nossos)[29].

Assim, as primeiras legislações sobre a exploração deste recurso foram pensadas para beneficiar as empresas, conferindo-lhes isenção fiscal em troca de *royalties* ao Estado venezuelano – que, ainda assim, eram baixos diante dos vultosos lucros que elas conseguiam ali – além de garantir a não interferência do Congresso venezuelano em suas atividades e a possibilidade de compra de terras ilimitada.

A despeito do peso dos interesses da burguesia global petroleira sobre a política venezuelana, este país gozou de uma alta taxa de retorno, entre 1913 e 1947 – maior do que os países do Oriente Médio – e pôde liquidar sua dívida externa – pro-

---

[28] No original: "Eventually more than a hundred foreign companies and thousands of foreigners from the United States and elsewhere arrived in Venezuela, seeking to benefit from the oil bonanza".

[29] No original: "The firms maintained their strength through the sobering example of their withdraw from Mexico in response to the revolutionary nationalism there, by reducing exploration and production in 1930 at the onset of the depression and by warning that Venezuela exports were vulnerable to U.S. congressional import tariffs or quotas. The companies therefore seemed to hold all the cards, and Gómez set a precedent by responding in a cautious and conservative fashion".

blema que, anos antes, havia lhe custado um bloqueio naval (EWELL, 1991, p. 729; LOPES, 2009, p. 25).

Apesar de ações políticas duvidosas que destacavam o caráter pouco idôneo do processo de concessões de petróleo e dos claros benefícios às empresas estrangeiras, Gómez alicerçava o seu discurso político no projeto bolivariano. Ainda que Ewell (1991) defenda que o contexto histórico tivesse sido determinante para a impossibilidade de barganhar com as empresas advindas das potências anglo-saxãs – proposição com a qual não concordamos, uma vez que as vantagens pessoais do ditador e da nascente burguesia petroleira também tiveram um peso fundamental nesse processo – independentemente do motivo pelo qual o então presidente venezuelano tivesse permitido o monopólio de companhias estrangeiras na exploração do petróleo, tal posição já o colocava em contradição com o pensamento bolivariano e, por conseguinte, com sua própria retórica de continuidade em relação a Bolívar (FERREIRA, 2006).

A produção de petróleo na Venezuela passou por um *boom* após a ditadura de Gómez, saltando de 63 milhões de barris, em 1927, para 323 milhões, em 1945. Contudo, a prosperidade acarretada por esta nova fonte de renda não era distribuída amplamente e afetou outros setores da economia. Martínez Daza (2013) explica que o acesso à renda petroleira passou a ser determinante para o manejo do poder. Os reflexos geopolíticos internos desta concentração tornaram ainda mais importantes à capital Caracas (em termos políticos), bem como à zona portuária de La Guaira (estado de Vargas, região central), por onde escoava a produção petroleira e agrícola.

O domínio do petróleo sobre a economia se deu de maneira tão rápida, violenta e em um momento tão crítico para o setor agroexportador – a crise de 1929 havia sido um duro golpe para os produtores de café venezuelanos – que as atividades agrícolas praticamente desapareceram. Judith Ewell (1991) sintetiza esse processo da seguinte maneira:

> Os agricultores reclamaram que tiveram que competir com as empresas estrangeiras e o comércio urbano por trabalhadores. Os altos custos de produção, alimentados por altas taxas de juros, provavelmente prejudicaram ainda mais os exportadores e os fazendeiros contribuíram para suas dificuldades por sua falta de vontade de modernizar ou investir na melhoria das ferrovias e dos portos. A produção de café venezuelana ficou estagnada de 1914 a 1933 [...]. O golpe final para os agricultores que afundavam veio em 1934, quando o governo elevou o valor do bolívar em relação ao dólar; isto elevou as receitas do Estado oriundas das exportações de petróleo, mas acabou com a posição competitiva do café da Venezuela no exterior. O governo tentou ajudar os agricultores com subsídios e crédito agrícola, mas

> esses programas foram mal administrados. Os fazendeiros astutos aproveitaram a situação para transferir este capital para o comércio, propriedades urbanas ou contratos de obras públicas, em que os ganhos eram mais rápidos e mais fáceis. (EWELL, 1991, p. 730, tradução nossa)[30].

Se durante décadas a economia agrária e extensiva predominou no cenário venezuelano[31], em questão de vinte anos uma nova estrutura econômica se impôs, com um caráter importador e especulativo. Segundo Martínez Daza (2013), a destruição da agricultura na Venezuela ocorreu em tempo recorde, acelerando o processo de urbanização. Os fazendeiros se converteram em importadores, banqueiros, comerciantes ou empresários da construção civil, enquanto que o campesinato migrou para as cidades e passou a compor a população urbana. Em suas palavras: "[…] especulação e corrupção, especulação e importação eram as leis desse capitalismo rentista" (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 21, tradução nossa)[32]".

Não obstante a visão crítica desse autor, que realça os aspectos negativos do capitalismo rentista que começava a se formar na Venezuela, é preciso ter em conta que a migração dos grandes latifundiários e fazendeiros para o negócio do petróleo correspondeu a uma lógica de maximização dos lucros. Enquanto a atividade agrícola requer investimentos e envolve riscos ligados a fatores externos, como o clima ou as oscilações do mercado, a atividade petroleira está baseada em um produto cuja demanda inelástica e a abundância de recursos na Venezuela traz muito mais segurança para o investidor, além de custos menores que a agricultura.

3.1.2 O pós-gomecismo e o "respiro democrático"

---

30 No original: "Farmers complained that they had to compete with both the foreign companies and urban commerce for workers. High production costs fuelled by high interest rates probably hurt the exporters more, and planters contributed to their difficulties by their unwillingness to modernize or invest in improvement of railroads and ports. Venezuelan coffee production had stagnagted from 1914 to 1933 [...]. The final blow for the reeling farmers came in 1934 when the government raised the value of the bolívar in relation to the dollar; this increased state revenues from petroleum exports, but ended the competitive position of Venezuela coffee abroad. The government attempted to aid the farmers with subsidies and agricultural credit, but these programmes were poorly administrated. Astute planters took advantage of the situation to transfer their capital to commerce or to urban land or public works contracts, where quicker and easier profits were to be had".

31 Com exceção de Táchira, cujo modelo de agricultura intensiva não foi exportado para as demais regiões, a despeito dos presidentes oriundos daquele estado – Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez – terem dominando a política do país neste período de transição econômica.

32 No original: "[...] especulación y corrupción, especulación e importación eran las leyes de ese capitalismo rentista".

A fase pós-gomecista (1936-1945) teve início em um país mais urbanizado[33] e marcou a consolidação do petróleo como força-motriz da economia venezuelana. Os presidentes Eleazar López Contreras (1935-1941) e Isaías Medina Angarita (1941-1945) continuaram a tradição de líderes andinos que reivindicavam a memória de Bolívar, ao mesmo tempo em que inovaram ao representar uma distensão interna em termos de abertura do sistema político a novas forças, ainda que sem democratização completa. Mesmo assim, os novos grupos políticos e sociais, sobretudo profissionais liberais e ligados à indústria petroleira, começaram a se organizar em partidos políticos de diversos matizes (EWELL, 1991; FERREIRA, 2006).

O novo contexto regional e mundial, que permitiu ao México a nacionalização petroleira (1938) e que engajou o continente americano na Segunda Guerra Mundial, foi importante para que os sucessores de Juan Vicente Gómez pudessem lidar com as companhias de petróleo de maneira mais assertiva. Sem deixar de estar alinhada à estratégia ocidental de combate ao nazi-fascismo[34], a Venezuela aproveitou o momento em que os Estados Unidos precisavam da cooperação hemisférica para estabelecer regras mais benéficas para si em termos da exploração petroleira, sobretudo na gestão de Medina Angarita, que ocorreu no auge do conflito mundial.

Vale notar que, conforme apontam diversas análises, o petróleo venezuelano foi essencial para o esforço de guerra dos Aliados, em especial dos Estados Unidos. Logo, essa dependência petroleira permitiu a Angarita barganhar com os norte-americanos, conseguindo a venda de uma cota fixa de café, além de colaboração bélica. Assim, pela primeira vez, o petróleo funcionou como um instrumento de fortalecimento da política externa venezuelana frente à potência hemisférica e serviu para catapultar uma postura um pouco mais autonomista e, consequentemente, um pouco mais próxima dos ideais de Bolívar (EWELL, 1991; MARINGONI, 2004; RIVAS, 2006; VALENTE, 2012; VIEIRA, 2016).

Internamente, Angarita promoveu ainda uma cisão com os militares ao criar o Partido Democrático Venezuelano (PDV), em 1941, por ter empreendido uma reforma política e pelo já mencionado apoio conferido aos Aliados na 2ª Guerra Mundial.

---

33 Entre 1920 e 1940, a população urbana duplicou de tamanho, passando de 15% do total para 30% vivendo em centros urbanos (MARTÍNEZ, 2014).

34 López Contreras recebeu navios com judeus que fugiam da perseguição da Alemanha nazista, embora o país se mantivesse neutro durante sua presidência. Já seu sucessor rompeu relações com os países do Eixo em 1942 (RIVAS, 2006).

Por outro lado, seu governo também descontentava o Acción Democrática(AD), partido recém-concebido por Rômulo Betancourt (1908-1981), pelo fato de não ter aprofundado suficientemente as reformas, de forma a garantir total liberdade política. Betancourt havia sido um militante da juventude *antigomecista* que conseguira aglutinar em uma plataforma liberal-populista campesinos, operários e a classe média urbana (EWELL, 1991).

Tal descontentamento levou a uma aliança entre Betancourt e a União Patriótica Militar, ala militar opositora a Angarita, que, conjuntamente, organizaram um levante. Tal movimento culminou na Revolução de Outubro, um golpe que levou o líder *adeco* à presidência, de 1945 a 1948, também conhecido como o "triênio democrático". Esse período representou uma mudança política que aumentou a representatividade dos setores médios, que se sentiam alijados das decisões estatais. Contudo, apesar das críticas que Betancourt fizera à política econômica do governo anterior, ele não tomou nenhuma medida para reverter a tendência de preponderância econômica do petróleo (SALAS, 2015).

Assim como seu adversário político, Juan Vicente Gómez, Betancourt também incorreu na contradição de evocar a memória bolivariana, ao mesmo tempo em que promoveu o aprofundamento da dependência em relação ao mercado norte-americano. Contudo, há entre eles uma diferença substancial apontada por Carla Ferreira (2006):

> Pela primeira vez na história da Venezuela, desde a morte de Simón Bolívar, um sujeito político, no caso o partido *Acción Democrática*, era posicionada ao lado do Libertador e não a seus pés ou apenas como seu herdeiro, como havia feito Gómez e seus antecessores. (FERREIRA, 2006, p. 166, grifos da autora).

Betancourt, que se apresentava como um herdeiro de Bolívar, instrumentalizou essa retórica para sedimentar a nacionalização de setores econômicos não ligados ao petróleo. Leonardo Valente (2012) sublinha que os Estados Unidos, naquele contexto mundial específico, não demonstraram descontentamento com esta ação econômica venezuelana, contudo, internamente, o governo *adeco* lidava com uma oposição cada vez mais complexa. À sua direita estava o Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), partido de recorte democrata-cristão liderado por Rafael Caldera, e à sua esquerda estava a Unión Republicana Democrática (URD), agremiação capitaneada por Jóvito Villalba.

Cabe aqui uma breve observação sobre os conceitos de direita e esquerda que caracterizam os partidos e políticos venezuelanos, com base nas reflexões de Bobbio (2011). Embora alimente controvérsias, a diferença entre estes dois lados residiria, essencialmente, na forma como cada um lida com a questão da desigualdade. Enquanto a direita entende que as disparidades sejam intrínsecas ao ser humano e busque nas tradições as soluções para os problemas sociais, a esquerda almeja a mudança da ordem social desigual, ainda que estabeleça critérios distintos para caracterizar e combater a desigualdade.

3.1.3 Uma nova ditadura no contexto de consolidação hegemônica dos Estados Unidos: o *perezjimenismo*

Após esse breve “respiro democrático”, a Venezuela voltaria a ser comandada por uma ditadura militar, em 1948, após a eleição de Rômulo Gallegos (AD), que foi impedido de governar pelos mesmos setores militares que haviam apoiado Betancourt a derrocar Medina Angarita. A direita militar estava descontente com o AD e, desta vez, estava mais bem organizada e chegou ao poder sem ter que incluir líderes civis. Os generais Carlos Delgado Chalbaud (1948-1950) e Germán Suárez Flamerind (1950-1952) comandaram uma junta militar até que o general Marcos Pérez Jiménez (1914-2001) assumisse a presidência (1952-1958).

O novo presidente também era oriundo de Táchira e representou a continuidade da hegemonia política desta região, contudo, seu diferencial em relação aos andinos que o precederam era a formação profissional na carreira militar. Apesar das desconfianças iniciais por parte dos Estados Unidos, que temiam a ascensão de um novo caudilho populista, como Juan Perón na Argentina, o anticomunismo de Pérez Jiménez fez com que rapidamente tais temores se dissipassem e se convertessem em uma aliança com a potência hegemônica (SALAS, 2015).

Conhecido por sua posição linha-dura, Jiménez lidou com fortes resistências de uma sociedade em que a burguesia urbana estava tão consolidada que tinha maior capacidade de articulação que a oligarquia agrária e as elites militares, o que tornou a repressão bastante dura. O descontentamento com a ditadura promoveu a união de setores diversos, até então, divergentes, como a Igreja Católica e os comunistas, em torno de uma aliança cívico-militar para derrubar o governo. Parte da resistência se deu em forma de guerrilhas, o que em um contexto de Guerra Fria, só

afastou os reclames oposicionistas dos interesses norte-americanos, que apoiaram abertamente a ditadura.

Pérez Jiménez e Harry Truman (1884-1972), mandatário dos Estados Unidos, de 1945 a 1953, estreitaram as relações de seus países, por meio de novas concessões petroleiras a empresas norte-americanas e de tratados de livre-comércio de manufaturados. A Venezuela consolidava, então, sua dependência do mercado estadunidense, embora o ditador expressasse sua admiração a Bolívar. Além dessa contradição, outro paralelo entre o *perezjimenismo* e o *gomecismo* foi o enriquecimento dos círculos próximos ao presidente, que foram diretamente beneficiados pelo controle autoritário da renda petroleira, que crescia vertiginosamente em um contexto internacional favorável (VALENTE, 2012).

Ainda que estar próximo ao poder representasse vantagens para algumas poucas famílias ligadas ao setor petroleiro, sobretudo em sua face mais autoritária, a renda obtida com a exploração desse produto também foi revertida para obras de infra-estrutura urbana que, até hoje, chamam atenção pela sua grandiosidade. Obras de grande porte foram utilizadas por diversos governos autoritários, em diferentes momentos históricos e lugares, para expressar o seu poder e prosperidade. Pérez Jiménez, igualmente, deixou sua “marca”, por meio de grandes avenidas e rodovias construídas nos maiores centros urbanos do país.

O *perezjimenismo*, ademais de representar o retorno dos militares ao poder, deu continuidade ao processo de modernização estatal, ainda que sem abertura democrática, e tinha como base o Novo Ideal Nacional (NIN). Esse projeto estava alicerçado no positivismo venezuelano, personificado no sociólogo Laureano Vallenilla Lanz (1870-1936). Em seu livro “Cesarismo Democrático” (1919) Lanz compara a Venezuela a um animal que precisa ser “domesticado” por um homem forte, a fim de corrigir seu caráter violento, preguiçoso e desordenado. Esse “homem forte” seria a tradução para o “gendarme necessário” em termos de liderança (CARTAY, 1999; MARTÍNEZ DAZA, 2013).

O grande ideólogo do caudilhismo militar teve suas contribuições resgatadas por seu filho, Laureano Vallenilla Planchart (1870-1936), ministro do Interior de Pérez Jiménez. Nos anos 1950, esse pensamento também foi o alicerce da “[...] necessidade de mesclar a nossa raça com os povos europeus [...] habituados ao trabalho”

(BLANCO MUÑOZ, 1983 apud CARTAY, 1999, p. 15, tradução nossa)[35], que era defendida pelo governo e pelas classes que o apoiavam, como as Forças Armadas e o empresariado que, a essa altura, já estava organizado em uma entidade patronal, a Fedecámaras.

Ainda que tivesse poucos anos de existência enquanto uma federação empresarial, uma vez que sua fundação ocorreu em 1944, a Fedecámaras desde cedo demonstrou sua intenção de atuar próxima aos círculos do poder. Sendo inicialmente uma reunião de câmaras de comércio de diversas regiões do país, a decisão por aglutinar outros organismos ligados à indústria e ao setor agrário para formar uma entidade patronal veio no contexto de modernização estatal. Segundo seu sítio oficial:

> No total, vinte e duas agremiações venezuelanas, representantes do comércio e de toda a produção inauguraram seu congresso com o objetivo de trabalhar por uma Venezuela próspera e livre dentro de uma América cheia de bem-estar. Foi assim, como os homens e mulheres que tornaram possível a criação deste organismo firmaram um compromisso com a Venezuela para desenvolver a economia do país, promovendo a iniciativa privada, o bem-estar social e a defesa gremial.(FEDECÁMARAS, s/d, grifos e tradução nossos)[36].

Embora defendesse a liberdade de agremiação e o bem-estar, a Fedecámaras atuava em conluio com o pensamento reacionário da Venezuela e que, baseado em Laureano Lanz, apregoava o retorno a um caudilhismo militar e o "embranquecimento" da população. Com o apoio dos empresários, Pérez Jiménez estimulou a imigração europeia para o país, em um contexto extremamente favorável para tal: o pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, a vinda de imigrantes, sobretudo espanhóis, portugueses e italianos, foi deliberadamente estimulada com o intuito de "civilizar" a nação *criolla* com a vinda de raças consideradas superiores (MARTÍNEZ DAZA, 2013; SALAS, 2015).

A alta do preço do petróleo, que permitia ao receptor desta renda, o Estado venezuelano, induzir a economia nacional por meio de grandes obras, beneficiou diretamente a fração da burguesia que apoiava o governo. Por meio de contratos

---

35 No original: "necesidad de mezclar nuestra raza con el componente de los pueblos europeos […] habituados al trabajo".

36 No original: "En total, veintidós agrupaciones venezolanos, representantes del comercio y de toda la producción inauguraron su Congreso con el objeto de laborar por una Venezuela próspera y libre dentro de una América llena de bienestar. Fue así, como los hombres y mujeres que hicieron posible la creación de este organismo fijaron un compromiso con Venezuela para desarrollar la economía del país, promoviendo la iniciativa privada, el bienestar social y la defensa gremial".

muitas vezes fraudulentos para favorecer seus correligionários, Jiménez ajudou no enriquecimento de empreiteiros ligados à Fedecámaras, que ainda tiraram proveito da política de imigração para empregar a mão-de-obra europeia que, além de qualificada, se sujeitava a condições de trabalho precárias para garantir sua permanência no novo país. Por “bem-estar”, portanto, a entidade empresarial estava se referindo ao seu próprio benefício.

Ou seja, a dependência petroleira proveu a base material para que as classes dirigentes – compostas por um governo autoritário e frações da burguesia organizadas na Fedecámaras – pudessem manter seu status quo, ainda que por meio de uma política racista. Portanto, a adesão à hegemonia neste contexto significou não só o alinhamento ideológico à guerra anticomunista travada pelos Estados Unidos em âmbito global, mas também em atrelar a economia venezuelana à do país norte-americano, de forma a consolidar o controle da política e da renda petroleira nas mãos de grupos minoritários. Assim como em outros momentos da história, o discurso bolivariano não passou de um recurso retórico com motivações políticas, mas sem intenção de se transformar em prática.

3.1.4 A Venezuela nas primeiras décadas do século XX: os impactos iniciais de uma economia petroleira

Como vimos, transição venezuelana de um país agrário-exportador para petroleiro começou a se delinear, nos primeiros anos do século XX e já na década de 1950, a predominância da economia petroleira sobre a atividade produtiva do país era evidente. Diante deste cenário, Celso Furtado (2008) afirmou que o processo de desenvolvimento venezuelano tinha características próprias. Segundo suas palavras:

> Na Venezuela, mais que em qualquer outra parte, carecem de significado muitas das ideias convencionais sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Trata-se de uma realidade histórica *suis generis* que, como tal, deve ser compreendida e analisada. (FURTADO, 2008, p. 119).

A alta dependência petroleira seria, pois, a chave fundamental para compreender a peculiaridade do processo venezuelano de subdesenvolvimento. Mais importante do que constatar a abundância de divisas do comércio petroleiro era analisar os seus efeitos sobre o uso desse recurso, sobretudo por parte do Estado, que

mesmo antes da nacionalização[37], já era o principal veículo distribuidor da renda petroleira. Para Furtado (2008), o grau de liberdade estatal para gerenciar esses recursos só seria maior em condições de excesso de divisas – que era a situação observada naquele momento.

Em uma análise retrospectiva, podia-se perceber o condicionamento das ações do Estado venezuelano às estruturas erigidas sob a economia petroleira. Dentre elas estaria a imódica concentração de renda; a incapacidade de arrecadação fiscal e a baixa produtividade de um sistema baseado em um recurso não renovável derivada da carência de investimentos. Portanto, teria sido criado um sistema de manutenção do acúmulo de renda, voltado para o consumo com implicações negativas para a produtividade e que, a depender do excedente petroleiro, gerava entraves para o Estado (FURTADO, 2008, p. 120).

Apesar das dificuldades, segundo esta visão, a Venezuela por suas características estruturais singulares teria condições para superar o subdesenvolvimento sem grandes sobressaltos sociais. Furtado (2008), porém, fez ressalvas importantes sobre os momentos de *boom* petroleiro como sendo perniciosos no sentido de haver excedente de recursos e, por isso, acentuar a tendência concentradora de renda. Ou seja, o país precisaria saber lidar com o seu potencial e o seu risco, ao mesmo tempo. Assim, a liberdade de ação obtida pelo Estado diante do aumento do preço do petróleo, se não fosse acompanhada de medidas efetivas para superar a enorme desigualdade social e outras questões econômicas estruturais, será convertida em desvantagem.

> Já observamos que a atual abundância de recursos financeiros não é causa suficiente para liquidar o subdesenvolvimento na Venezuela. Mas não podemos desconhecer que ela abre uma opção efetiva nessa direção. Poucas vezes um desafio tão sem ambiguidades se apresentou a um grupo de dirigentes, ampliando abruptamente o campo do possível, numa confirmação de que na história dos povos as mudanças qualitativas se realizam por muitos caminhos. Nos próximos dois decênios a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo quiçá o primeiro país da América Latina a realizar essa façanha, ou terá perdido sua chance histórica. (FURTADO, 2008, p. 125).

A percepção de que a Venezuela seria um país subdesenvolvido com abundância de divisas data deste momento histórico, em que o petróleo passou a ser um

---

37 Esta análise de Furtado corresponde ao texto “Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais”, de 10 de setembro de 1974. A nacionalização do petróleo, contudo, só foi formalizada em 1976, portanto, dois anos após essas reflexões.

elemento constitutivo não só da economia nacional, mas também da configuração social e, consequentemente, política. Nesse sentido, a principal herança da ditadura de Pérez Jiménez foi a consolidação de uma oligarquia petroleira.

Furtado (2008) descreveu a existência de um grupo restrito cuja produtividade se expandia continuamente, a despeito de ser numericamente pouco expressivo: "[...] o produto do setor petroleiro aumentou 185%, enquanto diminuía cerca de 15% a população ocupada neste, ao passo que o produto dos demais setores cresceu 170% e a força de trabalho ocupada neste, 40%" (FURTADO, 2008, p. 45) (dados referentes ao período de 1945 a 1956).

Em termos de política externa, Leonardo Valente (2012) postula que as primeiras cinco décadas do século XX demonstraram que todos os governos, malgrado as diferenças políticas, utilizaram esse produto para obter vantagens, seja para o bloco no poder, seja para garantir maior autonomia internacional. Contudo, não se pode falar ainda de uma "diplomacia do petróleo", que, efetivamente, só viria a ser desenvolvida nos anos subsequentes.

Uma discussão que antecedeu a existência de uma diplomacia petroleira, mas que a influenciou foi sobre o uso deste recurso como estratégia de desenvolvimento do país. Já na década de 1930, surgiu um movimento "anti-entreguista", que defendia uma política externa que visasse a manutenção dos preços elevados e uma política interna de controle da exploração por parte do Estado, em que as multinacionais deixariam a maior parte do dinheiro no país. "Semear o petróleo", desejo do intelectual Arturo Uslar Pietri (1906-2001)[38] tornou-se um consenso entre a direita (incluindo os liberais) e a esquerda, porém essa ideia nunca saiu do papel.

Ao analisar a consolidação do Estado venezuelano nas primeiras décadas do século XX, sob uma perspectiva do bloco de poder, percebe-se o protagonismo das classes dirigentes que, na medida em que se tornaram mais dependente do petróleo, atuaram também de maneira mais conivente com os interesses da potência hegemônica norte-americana. Segundo Mariana Vieira (2016), a partir da presidência de Jiménez, elas:

---

38 Advogado, jornalista, escritor e político, Pietri (1906-2001) é considerado um dos maiores pensadores venezuelanos do século XX. Em 1936 publicou um artigo chamado "*Sembrar el petróleo*" no jornal *Ahora* e inspirou o pensamento daqueles que entendiam a necessidade de aproveitar essa riqueza para dinamizar a economia venezuelana e, assim, lograr o seu desenvolvimento.

> [...] equilibravam o domínio do país por meio de contratos, concessões ao capital estrangeiro e corrupção, beneficiando as empresas petroleiras e vivendo como uma burguesia parasitária devido aos lucros que este setor lhes fornecia. Neste sentido, o Estado funcionava como estrutura garantidora da dominação e da exploração. (VIEIRA, 2016, p. 32-33).

Desde a ditadura dos anos 1950, a sociedade venezuelana tornou-se ainda mais complexa e gerou o que, na leitura de Leonardo Valente (2012), foi uma situação inédita: uma dissonância entre interesses econômicos em torno do petróleo e os interesses políticos, cujo ápice teve lugar durante o chavismo. O autor defende que os governos venezuelanos, incluindo suas respectivas diplomacias, tinham os mesmos interesses convergentes com aqueles relacionados à exploração petroleira, quais sejam: investimentos em infra-estrutura e o fortalecimento da burguesia petroleira.

Sem embargo, a partir da década de 1960, a complexidade social venezuelana atingiu tal ponto que interesses econômicos e políticos, em determinados momentos, não mais convergiam, criando as chamadas frações de classe no seio do bloco no poder. Para explorarmos melhor essa contradição e o consequentemente fracionamento do bloco de poder na Venezuela após o *perezjimenismo*, a segunda parte deste capítulo abordará as dinâmicas políticas que sucederam a ditadura.

Daremos prosseguimento à análise da realidade venezuelana a partir dos pressupostos com os quais estamos trabalhando, quais sejam: a existência de um tensionamento entre as classes dirigentes em torno da disjuntiva “adesão à hegemonia versus inserção internacional autônoma”. Se, até a década de 1960, o peso da influência bolivariana era relevante sobre essa dualidade, a partir da instalação de um sistema de conciliação de classes (travestido de democracia liberal), o papel estruturante do petróleo passa a ser mais importante. A questão do excepcionalismo venezuelano em relação aos vizinhos começa a aparecer com base no aparato econômico petroleiro, que por sua vez, proporcionava a base material para a suposta democracia, como veremos a seguir.

3.2 A Venezuela *puntofijista*: a consolidação do petróleo como elemento estrutural do excepcionalismo venezuelano

No período histórico abordado anteriormente, a predileção por líderes centralizadores ficou evidente, característica que moldaria a cultura política da Venezuela

daquele momento em diante e nos ajuda a compreender o fenômeno posterior do chavismo. Contudo, antes da ascensão de Hugo Chávez à presidência, o país passou por um longo período de conciliação de elites, baseado na democracia liberal, denominado Punto Fijo (1958-1998). Nele, também se destacaram líderes centralizadores, que aumentaram o controle estatal sobre o petróleo e levaram a cabo, ainda que com altibaixos, uma política exterior mais ativa e complexa.

Nesta nova fase política, a disputa pelo controle da renda petroleira foi monopolizada por um sistema bipartidário, que alijou outras forças políticas do poder. Ainda assim, ele foi considerado democrático, em um contexto em que a América Latina passava por turbulências influenciadas pelo clima da Guerra Fria: guerrilhas e movimentos revolucionários, de um lado, versus ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos, de outro. Em tal cenário, a Venezuela construía a imagem de um país "excepcional" na região, cuja democracia se assentava sobre a riqueza do petróleo.

Andrés Serbin (2011a) explica que essa crença teve impacto em sua inserção internacional:

> [...] tanto esta identidade democrática como a disponibilidade de recursos petroleiros convertiam a ambos em instrumentos importantes para definir e promover uma política exterior ativa no entorno internacional e, especialmente, no entorno hemisférico e sub-regional.
> Neste marco, tanto o componente do excepcionalismo como a instauração de um poder Executivo fortemente envolvido, frequentemente, a nível pessoal, na formulação e implementação da política exterior, se articularam a uma crescente projeção externa que deu lugar ao que alguns analistas qualificam de hiperativismo no âmbito internacional, nem sempre consistente com as verdadeiras capacidades do país, mas fortemente apoiado, no plano ideológico, pela persistência de sua democracia, e no plano econômico, por recursos petroleiros. (SERBIN, 2011a, p. 15-16, tradução e grifos nossos)[39].

Para compreender esse longo período, marcado por nuances e oscilações político-ideológicas, mas que ainda sim possui um fio condutor baseado na influência da dinâmica petroleira sobre a política interna e externa, o presente tópico está dividido em: i) transição da ditadura *perezjimenista* para a democracia liberal; ii) aná-

---

[39] No original: "[...] tanto esta identidad democrática como la disponibilidad de recursos petroleros convertían a ambos en instrumentos importantes para definir y promover una política exterior activa en el entorno internacional y, especialmente, en el entorno hemisférico y sub-regional.
En este marco, tanto el componente del excepcionalismo como la instauración de un poder ejecutivo fuertemente involucrado, frecuentemente en términos personales, en la formulación e implementación de la política exterior, se articularon a una creciente proyección externa que dio lugar a lo que algunas analistas califican de hiper-activismo en el ámbito internacional, no siempre consistente con las verdaderas capacidades del país, pero fuertemente apoyado, en el plano ideológico, por la persistencia de su democracia, y en el plano económico, por sus recursos petroleros".

lise das três primeiras décadas do Punto Fijo à luz dos interesses internos, em especial no tocante ao controle da renda petroleira, e da inserção internacional do país.

3.2.1 O Punto Fijo(1958-1998): um sistema de conciliação oligárquica

No auge da Guerra Fria e do anticomunismo, a ditadura de Pérez Jiménez viveu um *boom* petroleiro e, com o exílio dos líderes do AD, gerou, por meio da repressão, um governo “antipolítico” e “antipartidos”. Uma vez que as atividades partidárias eram violentamente reprimidas, os movimentos democráticos encontraram espaço nas universidades, grêmios, sindicatos e *barrios* (comunidades). Martínez Daza (2013) revela que especialmente o Partido Comunista Venezuelano (PCV), fundado em 1931 e, desde então, bastante perseguido, buscou arregimentar forças justamente nos *barrios* neste período de banimento.

A queda do preço do petróleo, em 1957, e o consequente aumento da dívida acarretaram na perda do apoio empresarial ao governo Pérez Jiménez. O Novo Ideal Nacional (NIN) dava mostras de fracasso diante de uma sociedade que, mesmo reprimida, não aceitava tutelas, buscando subterfúgios para manter a atividade política na clandestinidade. A falta de mecanismos de distribuição da renda petroleira que estava nas mãos de poucas famílias alimentou ainda mais o descontentamento que sepultou o NIN e trouxe, em seu lugar, o Pacto de Punto Fijo.

Sem participação ou ciência da população, dirigentes dos partidos AD, COPEI e URD – Romulo Betancourt, Rafael Caldera e Jóvito Villalba, respectivamente – negociaram um golpe contra o então ditador venezuelano na cidade de Nova York. O acordo estava baseado em uma promessa de que, uma vez restaurada a democracia liberal, não haveria monopólio de poder. Esse ponto era importante, pois durante o triênio, houve a hegemonia do AD sobre os demais partidos e, para eles, foi justamente essa falta de pluralidade que fez eclodir um novo golpe militar.

Em linhas gerais, o pacto de Punto Fijo (ver ANEXO A) previa o respeito à Constituição e aos resultados eleitorais, um governo de unidade nacional e um programa mínimo comum. Tais pilares seriam necessários para impedir o retorno de uma autocracia militar e, conforme Gilberto Maringoni (2009):

> [...] tinha[m] a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado.

> [...] O Pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos. (MARINGONI, 2009, p. 62, grifos nossos).

Vale notar que a queda de Pérez Jiménez, entretanto, não ocorreu somente pelo pacto entre elites partidárias. Os principais protagonistas desse processo foram movimentos populares urbanos e rurais organizados em parte pela esquerda mais radical, sob o PCV, além de estudantes e militares dissidentes. Porém, esse amplo movimento foi cooptado pelo AD e fez com que seu líder, Romulo Betancourt, voltasse à presidência da república venezuelana.

Essa nova fase da política venezuelana, que teria início em 1958 e só se esgotaria totalmente em 1998 – um longo percurso, repleto de nuances e contradições –, consolidou o capitalismo rentista e importador, bem como as instituições burguesas e assistiu a uma acelerada urbanização. Houve ainda a retomada da centralidade dos partidos políticos, além da aliança entre as empresa petroleiras, a Fedecámaras (em especial a fração da burguesia importadora) e as Forças Armadas. Considerada por muitos como o mais longo período democrático da história venezuelana, nos referiremos ao Punto Fijo como um pacto de conciliação das classes dominantes, em consonância com uma literatura mais crítica a respeito do tema (BARRANTES, 2012; CARUSO, 2017; DUARTE VILLA, 2005; MARINGONI, 2004, 2009; MARTÍNEZ DAZA, 2013; SERBIN, 2011a; VALENTE, 2012).

Como adiantamos, foi a partir de então que dissonâncias entre a diplomacia petroleira e os projetos de inserção internacional começaram a surgir, dando espaço para novas disputas em torno da díade “adesão à hegemonia versus projeto autônomo” (VALENTE, 2012). Por isso, apresentaremos os principais acontecimentos das primeiras três décadas, ressaltando as disputas políticas internas e como as classes dirigentes conduziram a diplomacia petroleira, de forma a marcar as convergências e divergências entre essas duas dinâmicas. A década final do Punto Fijo será retratada no próximo capítulo.

3.2.1.1 “A década sangrenta”: presidências de Rômulo Betancourt (1959-1964) e Raúl Leoni Otero (1964-1969)

O retorno ao poder de Romulo Betancourt (1959-1964), por meio de eleições diretas realizadas em 1958, revelou a face autoritária do Punto Fijo, que tinha sido

apresentado ao país como um retorno democrático. Com a ida dos dirigentes do AD para o exílio durante os anos do *perezjimenismo*, o partido estava dividido em setores da juventude que não estavam de acordo com a exclusão dos movimentos populares do pacto, uma vez que eles, junto com o PCV, foram essenciais para a queda da ditadura.

Por isso, Martínez Daza (2013) caracteriza essa primeira década como "sangrenta":

> O Pacto, já não somente entre os partidos políticos, mas entre todas as elites, foi referendado com a remodelação e a mudança no modelo de governo; porém, o fundamento deste modelo, seu cimento, foi a redução, a repressão movimento popular que havia levado os partidos políticos ao poder. Foi uma contrarrevolução sangrenta, cujas primeiras vítimas foram os que materialmente derrotaram a ditadura. (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 57-58)[40].

Ou seja, apesar de serem vistos um retorno à democracia, os governos *puntofijistas* dos anos 1960 e 70, com início na gestão de Betancourt, reprimiram tanto quanto a ditadura anterior, utilizando expedientes autoritários para sufocar vozes dissonantes, mas buscavam métodos e meios, como alianças mais amplas, que lhe garantissem certa legitimidade. Embora tenha ocorrido um atentado de direita contra o presidente *adeco*[41], o principal embate político travado por ele foi contra a esquerda insurgente. A vitória dos revolucionários em Cuba inspirou movimentos deste tipo na Venezuela, cujos dirigentes eram próximos a Fidel e Raúl Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos[42].

Assim, em abril de 1960, foi fundado o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que agrupava parte da juventude *adeca* e comunistas que apregoavam a luta armada contra o capitalismo global. Os anos seguintes foram marcados por grandes enfrentamentos entre o MIR e o PCV, de um lado, e o governo e suas forças policiais (como a Digepol, Dirección General de Policía), de outro. As guerrilhas urbana e rural eram constantemente reprimidas de maneira ainda mais intensa que

---

40 No original: "El Pacto, ya no sólo entre los partidos políticos sino entre todas las élites, fue refrendado con la remodelación y el cambio en el modelo de gobierno; pero el fundamento de ese modelo, su cimiento fue la reducción, la represión del movimiento popular que había llevado a los partidos políticos al poder. Fue una contrarrevolución sangrienta cuyas primeras víctimas fueron los que materialmente derrotaron a la dictadura".

41 Este episódio contou com a participação do ditador da República Dominicana, Rafael Leônidas Trujillo. A Venezuela tornou-se expoente da luta democrática no mundo, pressionando a OEA para expulsar os governos militares da organização – o que não ocorreu – mas pelo menos pode sancionar a República Dominicana.

42 Líderes da Revolução Cubana (1959).

na ditadura. O ministro da Defesa, general Antonio Briceño Linares, chegou a declarar estado de guerra interno, autorizando a grande truculência policial.

O governo também cooptou a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) e a Federação Campesina Venezuelana, enquanto que os militantes do PCV e do MIR (já ilegais), que haviam sido expulsos da CTV, criaram a Central Única de Trabalhadores da Venezuela (CUTV), que por não ser oficial, também sofria represálias. Mesmo com a repressão, os movimentos guerrilheiros se unificaram, mas sem condições de tomar o poder. Em tal contexto, a aceitação de um governo civil pelos militares foi um processo natural, ainda que tenha sido necessário derrocar alguns movimentos que desejam o retorno dos militares ao poder (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Ainda sobre essa repressão, Ewell (1991) pondera que Betancourt tentou conciliá-la com algumas concessões ao campesinato, que desde a sua militância juvenil era parte de sua base de apoio. Ainda assim, a reforma agrária empreendida por ele não teve um alto impacto, uma vez que as terras distribuídas eram mormente do Estado, deixando os latifundiários intocados, sendo a entrega dos títulos foi lenta e deficiente. Ademais, tanto os que insistiam em ocupar terras antes da "benção da burocracia da reforma agrária", quanto os que se organizavam militarmente contra o governo, ainda que agissem com propósitos e de maneiras distintas, foram igualmente punidos com toda a dureza e severidade.

Já o modelo econômico adotado buscava conciliar interesses no seio das classes burguesas, mantendo o perfil de intervenção e promoção do capitalismo via Estado nacional. Um dos exemplos dessa política econômica foi a valorização da moeda nacional, o *bolívar*, que só foi possível porque o país tinha um balanço de pagamentos superavitário em decorrência da venda do petróleo. Desta forma, gerava-se um ambiente extremamente benéfico para o empresariado importador, que contava com as vantagens de uma economia altamente produtiva, mas sem custos. Foi nesse momento, segundo Judith Ewell (1991), que o caráter rentista e improdutivo da burguesia venezuelana se tornaram predominante.

Por conseguinte, os empresários não se opunham completamente à intervenção estatal porque sempre se beneficiavam dela. Ainda que houvesse tensões intra e extra bloco, em termos de autonomia versus dependência em relação ao Estado, algumas foram resolvidas com a inclusão de representantes empresariais em ministérios e a continuidade de contratos públicos fraudulentos. Ainda assim, governo e

Fedecámaras tiveram dificuldades de alinhar objetivos: enquanto o primeiro insistia em um modelo de desenvolvimento estatal para suprimir o movimento guerrilheiro, a entidade patronal acreditava que era preciso também investimentos externos (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Essa divisão entre o empresariado que apoiava os planos do governo e aqueles que defendiam maior abertura ao mercado externo fez como que a Fedecámaras atuasse como o único grupo de pressão autônomo que conseguiu, exitosamente, pressionar pela não entrada do país na ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio), por preferir as relações com os Estados Unidos. O então presidente da entidade patronal, Alejandro Hernández de Margarita, era um "ponto fora da curva", pois simpatizava com o AD e provinha de um setor mais produtivo do empresariado, motivo pelo qual foi derrotado internamente e criou a Pro-Venezuela, associação empresarial mais próxima ao governo.

Betancourt criou ainda a Corporación Venezolana de Fomento, reforçando o caráter de Estado-empresário e planificador, além da Corporación Nacional de Petróleo, que antecedeu o que viria a ser a estatal dedicada a esse setor, e foi um dos protagonistas da fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960. Esse novo organismo internacional atua em forma de cartel, sendo composto pelos principais produtores de petróleo do mundo[43] e se apresenta como um órgão que visa "[...] a coordenação e unificação das políticas petrolíferas dos países membros e a determinação dos melhores meios para salvaguardar seus interesses, individual e coletivamente" (ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2012, p. 1, tradução nossa)[44].

Embora essa última organização tenha sido alvo de críticas dos Estados Unidos ao longo de sua existência, nesse primeiro momento não houve grandes conflitos pelo fato de que: i) a Venezuela era inimiga da Revolução Cubana e estava engajada na luta anticomunista); ii) o aumento dos preços, via OPEP, em países sem indústria nacional forte também beneficiaria empresas estrangeiras; iii) as grandes companhias norte-americanas já estavam no Oriente Médio e não dependiam somente do petróleo venezuelano (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

---

43 É formado por Arábia Saudita, Argélia, Angola, Equador, Emirados Árabes Unidos, Guiné Equatorial, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela.

44 No original: "[...] the coordination and unification of the petroleum policies of Member Countries and the determination of the best means for safeguarding their interests, individually and collectively".

Sem embargo, Leonardo Valente (2012) defende que a proeminência da Venezuela na OPEP representou uma primeira afronta do país diante dos interesses das potências norte-americana e europeias de baixar o preço do petróleo. Isso porque havia uma relativa consonância entre a política externa *puntofijista* com as diretrizes dos Estados Unidos em termos de contenção do comunismo no mundo e, mais especificamente, na América Latina. Em outros termos, politicamente havia um alinhamento ideológico entre os países, uma vez que Betancourt era não só inimigo de Fidel Castro, como havia combatido ferrenhamente todos os focos de guerrilhas e movimentos revolucionários em seu país.

A política exterior venezuelana foi consolidada na chamada "Doutrina Betancourt", que ainda que tenha sido motivada pelo temor da influência crescente da Revolução Cubana sobre a região, consistia no não reconhecimento de governos autoritários, fossem eles do bloco socialista ou ditaduras militares. Para a Venezuela, a defesa dos Direitos Humanos, da Democracia e da Cooperação pacífica estava acima de qualquer ideologia e, por isso, condenavam também regimes de direita. A despeito de estar alinhada à retórica norte-americana de defesa de liberdade e da democracia, a Venezuela também condenava regimes ditatoriais que foram financiados pela potência hemisférica. Havia, pois, um alinhamento ideológico em termos de valores, porém na prática havia dissonâncias (EWELL, 1991; VALENTE, 2012).

Para Valente (2012), entretanto, a principal divergência que não permite a caracterização desse período como um alinhamento automático aos Estados Unidos, mas sim como um alinhamento condicionado, está no protagonismo venezuelano na OPEP, cuja motivação foi a busca por maior autonomia frente à oscilação do preço do petróleo. Ou seja, mais do que condenar regimes apoiados pelos norte-americanos, o maior gesto de afronta aos interesses da potência foi feito na esfera da política petroleira. Passaria a haver, segundo ele, uma disjunção entre o que viria a se chamar de diplomacia petroleira – que é o uso do petróleo como instrumento político – e a política externa, embora tal descolamento não tenha trazido conflitos imediatos.

Já para Martínez Daza (2013), que faz uma análise bastante crítica do *puntofjismo*, o governo Betancourt foi marcado por contradições oriundas das conciliações com os empresários, internamente, e com os Estados Unidos, externamente. Foi, portanto, um governo elitista que, embora se apoiasse nas classes médias urbanas

e no campesinato, usou da mão forte contra as vozes dissonantes, mas buscou acomodar cuidadosamente os interesses do capital nacional e internacional. Ele sintetiza a atuação das classes políticas dirigentes venezuelanas:

> Buscavam a industrialização sem uma política agressiva e definida como a de outros países do continente; queriam mudar o modelo econômico sem incomodar muito ao empresariado; condenar os governos militares de direita sem se distanciar dos Estados Unidos que os patrocinava; fomentavam a produção nacional, mas sem suspender o tratado de 1952 que deixava a nossa indústria desprotegida frente às importações americanas; aumentavam o ingresso petroleiro do Estado, mas sem se atrever a nacionalizar; tratavam a pobreza com paliativos, mas sem afetar a estrutura da propriedade; fazer reforma agrária sem tocar nos grandes latifúndios. Por isso, suas políticas baseadas no crédito, estímulos e obras públicas não podiam mais do que fazer crescer novas redes de corrupção, clientelismo e dependência entre os empresários e o Estado. (MARTÍNEZ DAZA, p. 67, tradução nossa)[45].

Os autores supracitados, bem como Judith Ewell (1991) e Miguel Tinker Salas (2015) coincidem em que o sucessor de Betancourt, Raúl Leoni Otero (1964-1969) deu continuidade à repressão da esquerda, especialmente o MIR e o PCV, assim como às insurgências de direita que eram remanescentes do *perezjimenismo*[46]. Também surgiu uma ala da intelectualidade, com a qual Leoni teve grandes embates, que se opunha ao governo e ao empresariado importador na defesa pela melhor distribuição da renda petroleira. Esse pensamento estava baseado na retomada da máxima de "sembrar al petróleo" de Arturo Uslar Pietri.

De maneira geral, Leoni Otero manteve gastos com infra-estrutura, educação e saúde, além da busca por aumento dos ingressos petroleiros – em consonância com a proposta socialdemocrata de seu partido, AD, em se consolidar como uma alternativa democrática ao comunismo. Externamente ele radicalizou o discurso anticomunista da Doutrina Betancourt, bem como atuou ativamente no combate às

---

[45] No original: "Trataban de industrializar pero sin una política agresiva y definida como la de otros países del continente, querían cambiar el modelo económico sin molestar mucho al empresariado, condenar los gobiernos militares de derecha sin alejarse de los EEUU quien los patrocinaba, tratando de fomentar la producción nacional pero sin derogar el tratado de 1952 que dejaba desprotegida a nuestra industria frente a las importaciones americanas, tratando de aumentar el ingreso petrolero del Estado pero sin atreverse a nacionalizar, tratando de paliar la pobreza pero sin afectar la estructura de la propiedad, de hacer la reforma agraria sin tocar los grandes latifuncios. Por eso, sus políticas basadas en los créditos, estímulos y obras públicas que creaban más trabajos no podían más que hacer crecer nuevas redes de corrupción, clientelismo y dependencia entre los empresarios y el Estado".

[46] Martínez Daza (2013) revela que havia a percepção por parte dos grupos de direita que se opunham aos governos *adecos* de que este o AD fosse um partido comunista, por conta da sua origem social-democrata, surgindo o termo "*adecomunista*", apesar de seus presidentes tenham estado fortemente comprometidos na luta anticomunista, interna e externamente.

guerrilhas internas e da América Central e na exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). O alinhamento condicional aos Estados Unidos também foi mantido, conforme explicam Janet Escobar e Carlos Romero (2005):

> Talvez Estados Unidos não tenha tido um melhor amigo que a Venezuela em toda a América Latina durante os anos sessenta. Isso não quer dizer, contudo, que a Venezuela nunca tenha se permitido ser um amigo incondicional, especialmente quando o princípio de não-intervenção estava em jogo. (ESCOBAR; ROMERO, 2005, p. 37, tradução nossa)[47].

Assim, a Venezuela encerrava sua "década sangrenta" para iniciar um período de grande prosperidade, em que a conjuntura do mercado internacional de petróleo e o fortalecimento interno do Estado, por meio da consolidação do bipartidarismo (AD e COPEI), contribuíram para que o país aprofundasse a noção de "excepcionalidade" em relação aos vizinhos. Nessa etapa seguinte, a dependência petroleira, diante de um cenário altamente favorável, permite ao país desenvolver uma política externa mais autônoma e a atingir o ápice do Punto Fijo.

3.2.1.2 "A Venezuela Saudita": as presidências de Rafael Caldera (1969-1974) e Carlos Andrés Pérez (1974-1979)

A vitória do líder histórico do COPEI, Rafael Caldera (1969-1974), foi um ponto de inflexão em sua trajetória política. A expectativa era que houvesse um giro à direita, por ter sido um dos únicos políticos tradicionais que apoiou o fascismo na Espanha nos anos 1930, porém isso não aconteceu. O modelo de Estado interventor na economia se manteve. O que de fato mudou foi a concretização de uma aliança tácita com os empresários, que os governos *adecos* não tinham conseguido fazer com tanta desenvoltura a partir de assessoria em termos de administração e gestão. Segundo Martínez Daza (2013), "esse foi o primeiro vínculo orgânico, consistente, entre a elite política e burocrática e o empresariado tradicional" (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 78, tradução nossa)[48].

Internamente, o aspecto político mais relevante da gestão de Caldera foi o processo de pacificação, possível graças ao distanciamento do governo do furor an-

---

[47] No original: "Talvez Estados Unidos no haya tenido un mejor amigo que Venezuela en toda América Latina durante los años sesenta. Esto no quiere decir, sin embargo, que Venezuela se haya permitido nunca ser un amigo incondicional, especialmente cuando el principio de no-intervención estaba en juego".

[48] No original: "Ese fue el primero vínculo orgánico, consistente, entre la élite política y burocrática y el empresariado tradicional".

ticomunista. O novo presidente tirou da ilegalidade os partidos de esquerda que se desmobilizassem da luta armada, como o Partido Comunista. Tal decisão se deu em um contexto em que o COPEI havia permitido uma aproximação de sua juventude, à época liderada por Luis Herrera Campins (1925-1984), com movimentos mais radicais, identificando-se com a esquerda chilena que sustentava o governo de Salvador Allende (1970-1973) (SALAS, 2015).

Ademais, no novo cenário político venezuelano, a esquerda não teve alternativas que não voltar à vida civil. O PCV, após anos na clandestinidade, passava por uma nova cisão, dando origem ao Movimiento al Socialismo (MAS), que veio a se tornar uma importante força política. O setor rural, dada a sua relação com o AD, tinha pouca afinidade com o movimento guerrilheiro, que ainda tinha dificuldades de se firmar nas cidades diante da repressão e do clientelismo. Outro fator importante é que, a despeito da pacificação, a repressão governamental, via Digepol que se converteu em Disip, continuou com execuções e desaparecimentos, o que reforçou a ida da esquerda para um campo de batalha mais político e menos violento (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Esse período também abarcou um processo de crescimento dos *barrios*, desemprego, marginalidade e precarização da vida dos venezuelanos. A prática do narcotráfico e outros crimes trouxeram à luz o problema da segurança pública e, consequentemente, políticas – quase sempre ineficientes – de combate às práticas ilícitas. A década de 1970 foi marcada pela existência de uma população “flutuante”, que diante da falta de vagas em universidades e de empregos, subsistia da informalidade (LANDER, L., 2005).

Vale notar que a situação econômica do início dos anos 70 era ruim, devido à crise inflacionária nos Estados Unidos, de 1968, decorrente dos gastos com a Guerra do Vietnã. Esse movimento fez com que as importações do petróleo venezuelano pelo seu principal comprador despencassem. Por isso, a Venezuela atreveu-se a denunciar o Tratado de Reciprocidade Comercial com o país norte-americano e a incorporar-se ao Pacto Andino. Nenhuma dessas ações, entretanto, comprometeu as relações bilaterais de maneira substantiva; apenas deram margem a busca por maior diversificação no âmbito comercial (EWELL, 1991; ESCOBAR; ROMERO, 2005).

A necessidade de manter os ingressos petroleiros e os preços desse produto era vital, devido à improdutividade da economia venezuelana e à dificuldade de arrecadar impostos. Assim, Maringoni (2009) aponta que a nacionalização surgia como o caminho óbvio para manter a renda estatal e, embora tenha sido realizada somente no governo seguinte, foi com Caldera que as primeiras ações foram tomadas. Dentre elas, a nacionalização do gás e a reversão petroleira de 1971, que previam que os bens das empresas petroleiras fossem preservados para, posteriormente, serem transferidos para o Estado – esta última baseada na ideia de "no más concesiones", em que era efetuada a compra das empresas estrangeiras atuando no país, sem a necessidade desapropriá-las (VALENTE, 2012).

A ousadia de Caldera, contudo, não se restringiu à esfera petroleira e comercial. Ele rompeu com a Doutrina Betancourt ao estabelecer relações com todo tipo de regime político, da esquerda à direita, ainda que isso tenha lhe custando alguns apoios internamente. Regionalmente, na América do Sul e Caribe, reconheceu as ditaduras militares e o regime castrista, buscando maior independência de posicionamento frente aos Estados Unidos. Outrossim, o presidente venezuelano passou a defender pautas terceiro-mundistas, como cooperação Sul-Sul e integração regional (SALAS, 2015).

Em seu penúltimo ano de governo, em 1973, ocorreu o primeiro choque do petróleo, quando os preços do produto dispararam no mercado internacional, com aumentos que chegaram a 400%. O recrudescimento dos conflitos no Oriente Médio e o apoio estadunidense dado a Israel na Guerra do Yom Kippur (1973) motivaram a OPEP a articular esse movimento conjunto de alta nos preços. O governo de Caldera, além de obter a base material para as ações mais pragmáticas em termos de política externa, não sofreu retaliações dos Estados Unidos, que estavam mais preocupados o fornecimento dos seus sócios no Oriente Médio (ESCOBAR; ROMERO, 2005; MARINGONI, 2009; VALENTE, 2012).

Diante de um cenário bastante específico que a passagem para a década de 1970 desenhou – fim de Bretton Woods[49] e de um sistema capitalista planificado; a gestão Nixon nos Estados Unidos, marcada pela inflação, desvalorização do dólar e queda da bolsa; a queda de Allende no Chile e a consequente implantação do pro-

[49]Um sistema de gerenciamento financeiro internacional, baseado em acordos assinados em 1944, que definiu a conversibilidade de todas as moedas ao dólar norte-americano e deste ao ouro.

grama de ajustes baseado na escola de Chicago; descolonização da Ásia e África; entre outros – a Venezuela teve condições de levar a cabo um projeto de inserção internacional mais autônomo, sem temer reações por parte da potência hemisférica, que naquele momento tinha outras preocupações. Assim, a alta do petróleo serviu para catapultar uma política externa não alinhada, fazendo-a confluir com a diplomacia petroleira.

Em 1974, ano em que começa a presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), as guerrilhas e a instabilidade interna tinham ficado no passado: o Punto Fijo já estava consolidado e alcançaria o seu auge até o final daquela década. A ascensão do novo mandatário representou o retorno do AD ao poder e personificou "a Venezuela Saudita" (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 105), forma como o país era chamado nesta fase de extrema prosperidade. A elevação da renda petroleira permitiu a melhoria da infra-estrutura de Caracas, o financiamento para projetos assistencialistas e o investimento na formação acadêmica dos militares[50], entre outros.

Mesmo sendo um período caracterizado pela inundação de recursos petroleiros, a má distribuição deles entre a população de forma a gerar benefícios diretos fez com que Pérez fosse altamente criticado. O presidente esperava que o aumento do gasto público e o crescimento econômico, naturalmente, seriam revertidos em bem-estar geral, sem a necessidade de políticas exclusivas para este fim. As medidas tomadas eram no sentido de garantir o pleno emprego e o aumento do salário, mas com a alta inflação não surtiam efeito (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Ainda que gozasse de altos níveis de popularidade – ele foi o primeiro presidente a usar extensivamente os meios de comunicação, reforçando o caráter populista de seu governo – foi alvo de críticas de todos os lados. A esquerda questionava a alta concentração decisória e política no Executivo, além de sua relação supostamente espúria com o empresariado. Já a direita estava insatisfeita com a política externa de diversificação de parcerias, incluindo países socialistas, e respondia com xenofobia aos imigrantes colombianos e equatorianos (EWELL, 1991; SALAS, 2015).

De fato, CAP (sigla pela qual o presidente era conhecido) era uma figura singular dentro do AD. Diferentemente de seus antecessores *adecos*, ele tinha mais

---

50 Este ponto será aprofundado quando abordarmos as influências ideológicas de Hugo Chávez durante sua formação na academia militar.

facilidade e preferia estabelecer alianças com empresários e tecnocratas a estreitar laços com “políticos profissionais”, o que o colocava à direita do seu partido. Por outro lado, ele também estava mais à esquerda dos posicionamentos de seus correligionários ao se reaproximar de Cuba e ter investido na sua reinserção no sistema interamericano representado pela OEA – ponto que aprofundaremos mais adiante (MARTÍNEZ DAZA, 2013; SALAS, 2015).

A sua relação com o empresariado rompeu, portanto, com a dificuldade que os *adecos* tinham em obter o total apoio deste setor. Tendo em vista que o projeto de país promovido por Pérez estava baseado em um capitalismo corporativo de larga escala, em que o Estado seria o promotor, proprietário e gerente, o setor privado foi beneficiado com novas oportunidades geradas pelo governo, além de políticas protecionistas. O problema é que, segundo Martínez Daza (2013), a relação público-privada tornou-se promíscua diante de uma complexa rede de regulações e interações. A bonança econômica estimulava os empresários a acionarem sua rede de contatos pessoais próximos a políticos.

Essa vinculação remonta à campanha presidencial de Pérez, em 1973. Pedro Duno, intelectual e comunista venezuelano, denunciou[51] que o então candidato, sem possuir uma base partidária dentro do AD, buscou aliar-se com o que ele chamou de “Doze Apóstolos”, empresários que bancaram a candidatura de Pérez. Posteriormente, esse grupo restrito foi beneficiado com os contratos mais lucrativos da época, sobretudo os relacionados ao petróleo, além de concessões e cargos públicos. Um dos nomes-chave era Pedro Tinoco (filho) [52], banqueiro que foi essencial para a aliança entre o governo e o empresariado rentista, além de Gustavo Cisneros, magnata da comunicação[53] que foi altamente beneficiado por CAP (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Esse apoio empresarial, ainda que com base em laços escusos, foi essencial para que Pérez pudesse empreender sua principal realização: as nacionalizações do ferro e do petróleo. As discussões no congresso venezuelano foram acirradas e co-

---

51 Em seu livro “*Los Doce Apóstoles: Proceso a la Degradación Política*”, publicado em 1975 pela Vadell Hermanos Editores (Valencia).

52 A referência a filho ocorre para diferenciá-lo de seu pai, Pedro Tinoco Smith, quem havia sido Ministro do Interior do ditador Marcos Pérez Jiménez.

53 O Grupo Cisneros é um dos maiores conglomerados de meios de comunicação do mundo, garantindo ao seu fundador a segunda maior fortuna da América do Sul. Sua amizade com Pérez é apontada como um dos fatores que permitiu o crescimento exponencial de seu império.

locaram de um lado o AD, partido do presidente, e a pequena Cruzada Cívica Nacionalista (CCV) oriunda do *perezjimenismo*, enquanto todas as demais agremiações (COPEI, MAS e PCV) estavam do lado oposto à nacionalização. Assim, ter o aval do empresariado pesou para que os setores mais tradicionais do CCV pudessem ser o fiel da balança na aprovação das novas legislações (EWELL, 1991; SALAS, 2015)

A nacionalização do ferro, que aconteceu no final de 1974, gerou indenizações significativas para as norte-americanas US Steel e Bethlehem Steel e foi menos controverso, por ser um setor menos estratégico. Já a do petróleo, a partir de 1975, demandou mais cautela do governo, ainda que as companhias estrangeiras não estivessem tão receosas, devido às generosas compensações que o governo prometera. Salas (2015) ressalta o fato de que a Venezuela sempre os direitos sobre os recursos do seu subsolo e, portanto, sobre o petróleo; a nacionalização seria o passo final para que os ativos comandados desde o exterior passassem a ser controlados pelo Estado.

A criação da estatal Petróleos de Venezuela SA (PdVSA) concretizou a nacionalização, porém, um ponto ressaltado por Luis Lander (2005) foi o fato de que muitos executivos das empresas estrangeiras que foram nacionalizadas foram mantidos no cargo, ou seja, "[...] continuaram em seus cargos diretivos aqueles que até o dia anterior à nacionalização representavam no país os interesses das companhias transnacionais" (LANDER, 2005, p. 6, tradução nossa)[54]. O impacto disso era que "ao passar de investidor para ser também um ator nacional e, portanto, público, a capacidade de vigilância e controle do Executivo nacional como proprietário do recurso começou, de imediato, a se debilitar" (LANDER, 2005, p. 6, tradução nossa)[55].

Para os fundadores da PdVSA, a companhia deveria funcionar como uma empresa privada, reinvestindo os lucros para desenvolver a indústria petroquímica e a prospecção de novos poços. Isso significa que mesmo sendo a empresa estatal, as suas ações ainda estariam sendo guiadas por uma lógica privada. Nesse sentido, Ewell (1991), Mommer (2004), L. Lander (2005), Martínez Daza (2013) e Salas (2015) coincidem na avaliação de que, desde a sua gênese, a PdVSA foi dirigida por

---

[54]No original: "[...] continuaron en sus cargos directivos quienes hasta el día anterior a la nacionalización representaban en el país los intereses de las compañías transnacionales".

[55]No original: "Al pasar el inversor a ser también un actor nacional y, por lo tanto, público, la capacidad de vigilancia y control del ejecutivo nacional en representación del dueño del recurso comenzó de inmediato a debilitarse".

uma fração da oligarquia petroleira, ligada ao capital estrangeiro, que buscou insular a empresa do controle social por meio do governo (Ministério de Energia). Posteriormente, durante o chavismo, tal “estrutura paralela” erigida pela diretoria da empresa, para não se submeter ao Estado, seria pivô de um dos episódios mais marcantes da histórica política venezuelana.

Internamente, a formação desta fração de classe no seio da empresa estatal de petróleo fez com que os opositores à nacionalização nos moldes propostos por Pérez confirmassem os seus temores. Externamente, porém, o impacto deste processo foi bem menos problemático. A compra de empresas petroleiras pertencentes aos Estados Unidos e a países europeus foi feita com base nos preços de mercado, sem incorrer em prejuízos para o capital estrangeiro. Em um contexto altamente desfavorável para os norte-americanos no Oriente Médio, a Venezuela ainda era vista como o país mais confiável da região, em que uma democracia de direita impedia riscos revolucionários e mantinha a estabilidade e a paz (VALENTE, 2012).

Gozando de tal credibilidade frente à potência hemisférica, a Venezuela de CAP deu continuidade a uma política externa pragmática – que, como já adiantamos, rendeu-lhe críticas – baseada, segundo Valente (2012), em um otimismo excessivo quanto ao papel que este país poderia exercer regional e globalmente. Por este motivo, teria sido mal sucedido em se consolidar como líder do terceiro-mundismo ou de processos de integração regional sem a presença dos Estados Unidos. Assim como na melhoria das condições sociais, a percepção de Pérez de que o elevado preço do petróleo seria o elemento material que alçaria, automaticamente, a Venezuela ao Primeiro Mundo mostrou-se equivocada.

As muitas contradições da primeira presidência de Carlos Andrés Pérez foram resumidas na seguinte crítica feita por Jeudiel Martínez Daza (2013):

> Na Venezuela, o governo adeco, com seu característico oportunismo, se beneficiaria da luta planetária sem intervir por ela; de forma com que nos anos seguintes Carlos Andrés Pérez poderia, por um lado, nacionalizar a indústria petroleira, aproximar-se da Internacional Socialista, aos nacionalistas panamenhos e aos não-alinhados e, por outro lado, somar-se ao esforço continental dos Estados Unidos para combater a insurgência, enchendo a Disip [polícia política] de assessores israelenses e cubanos do exílio. Assim, reprimindo a esquerda, contribuiu para a ascensão de grupos empresariais como os de Pedro Tinoco e Gustavo Cisneros. (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 92, tradução nossa)[56].

---

[56]No original: “[...] en Venezuela el gobierno adeco, con su característico oportunismo, se beneficiaría de la lucha planetaria sin intervenir por ella; de ahí que en los años siguientes Carlos Andrés Pérez podría por un lado nacionalizar la industria petrolera, acercarse a la internacional socialista, a los

A prosperidade petroleira permitiu à Venezuela Saudita levar adiante políticas nacionalistas, de maior autonomia quanto ao gerenciamento dos ativos derivados da exploração deste recurso. A política exterior, por sua vez, também teve condições de manter o pragmatismo iniciado por Caldera, havendo, novamente, uma confluência entre a diplomacia petroleira e a política externa. No entanto, a brecha para um insulamento burocrático da PdVSA dava mostras de que mesmo buscando uma postura mais autônoma, CAP teria, ainda que não intencionalmente, fortalecido uma fração de classe cujos interesses estavam muito próximos ao do capital estrangeiro e, por consequência, da potência norte-americana. Tal cenário faria com que, anos mais tarde, o projeto autonomista de Chávez fosse colocado em risco por defensores da adesão à hegemonia.

Por fim, no período em que a Venezuela foi inundada por petrodólares, o país também viu explodir sua dívida pública: Em 1974, era de 700 milhões de dólares e, quatro anos depois, alcançou os 6 bilhões. Portanto, o ápice dos preços do petróleo acarretou não somente o aprofundamento da dependência desta renda, como também no alto endividamento estatal. Enquanto o *boom* petroleiro durou até o início da década de 1980, o Estado venezuelano ainda conseguia cumprir com as suas obrigações financeiras. Contudo, quando os preços voltaram à normalidade e os gastos se mantiveram em alta, teve início uma prolongada crise que, quase duas décadas depois, colocaria fim do Punto Fijo (VALENTE, 2012).

3.2.1.3 O início do fim: as gestões de Luis Herrera Campins (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984-1989)

Oriundo da juventude da COPEI e um importante quadro da democracia cristã, Luis Herrera Campins foi apresentado ao eleitorado venezuelano como um intelectual preparado, que valorizava seus laços com o povo. Sua vitória ocorreu em um contexto de desgaste da figura de CAP, já na reta final de seu mandato. Quando Campins assumiu o poder, a atmosfera de que as coisas não iam tão bem como no período anterior já estava presente. Ainda assim, seu governo teve duas fases bas-

---

nacionalistas panameños y a los no alineados y, por otro lado, sumarse al esfuerzo continental de los EEUU para combatir la insurgencia, llenando a la Disip de asesoress israelíes y cubanos del exilio. Así, reprimiéndose a la izquierda, contribuyendo al ascenso de grupos empresariales como los de Pedro Tinoco y Gustavo Cisneros".

tante distintas: a primeira, embalada pelos preços favoráveis do petróleo, em que pode exercer uma política externa mais autônoma, enquanto que na segunda, já sob o revés das mudanças internacionais, o país precisou rever seu posicionamento.

O modelo de capitalismo de estado dava mostras de fracasso, como o forte endividamento e a permanente improdutividade das companhias venezuelanas, além da elevada inflação impulsionada pela alta do petróleo. No entanto, o que mantinha a inércia do novo governo frente a essas questões eram os elevados preços do petróleo, que passaram por um novo *boom,* ente 1979 e 1980[57], e mascararam muitos desses problemas. As grandes obras inacabadas, herdadas do período anterior, fizeram com que Campins mantivesse os gastos com infra-estrutura, pois havia o receio de que interrompê-las tivesse um impacto negativo na opinião pública (VALENTE, 2012).

O governo do COPEI preferiu, então, diminuir as restrições às importações e o controle de preços para compensar a queda na produtividade, ainda crendo que a elevação do petróleo (que chegou a dobrar de valor) seria suficiente para manter o crescente papel estatal na economia. O Estado consolidou-se como um dos principais empregadores, chegando a ter mais de um milhão de funcionários públicos – o que em um país de, aproximadamente 15 milhões de pessoas, não era desprezível. A criação de um auxílio alimentar para pessoas de baixa renda também surgiu como uma medida atenuante dos primeiros sinais de crise, mas foi somente paliativo comparado à promessa de campanha de redistribuição dos ingressos petroleiros (SALAS, 2015).

Em um primeiro momento, quando Venezuela ainda estava “inebriada” com o choque do petróleo de 1979, Campins aprofundou a política externa autônoma, encampando ações ainda mais agressivas, sobretudo regionalmente. A reivindicação territorial sobre Esequibo voltou à agenda venezuelana[58]; o foco no Caribe, região com a qual o país se identificava e procurava exercer influência; a aposta em esquemas de integração na América do Sul, dentre outros, transpareciam o desejo por uma inserção internacional mais assertiva. O fornecimento de petróleo subsidiado

---

57 Desta vez, os preços aumentaram devido à Revolução Iraniana e à consequente guerra deste país com o Iraque.

58 Conforme apontamos no capítulo anterior, em 1899, a comissão internacional que discutiu essa contenda decidiu a favor da Inglaterra, que na época detinha a posse do território da Guiana Inglesa. A Venezuela voltou a reclamar o território quando foi declarada a independência da Guiana, em 1966, mas, até esse momento, não havia dado tanta ênfase à questão.

para América Central e Caribe e o apoio à Argentina (1982) na Guerra das Malvinas, episódio em que se indispôs com os Estados Unidos ao propor um novo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)[59], reforçavam o anseio por uma inserção internacional autônoma (VALENTE, 2012).

Como já havíamos indicado, essa primeira fase foi possível graças à percepção de que as condições materiais se manteriam ao longo do tempo. Contudo, a incapacidade de captar as mudanças conjunturais que se avizinhavam fez com que um processo importante de descentralização da produção petroleira mundial acontecesse sem muitos alardes. Valente (2012) recorda que os acordos de paz entre Egito e Israel (Camp David, 1978) marcaram o crescimento da produção de petróleo extra OPEP, sobretudo da Noruega, México e União Soviética, que juntos ultrapassaram a organização em termos de produtividade já em 1980. Ademais, conforme recorda Martínez Daza (2013), diante das dificuldades do choque do petróleo, nos anos 1970, os consumidores dos países desenvolvidos haviam se habituado a economizar a gasolina e investiram em outras fontes energéticas.

A partir de 1982, o governo Campins começou a sentir os efeitos das mudanças conjunturais, quando a deterioração da condição financeira do país em arcar com as dívidas adquiridas no *boom* petroleiro começou a ficar mais evidente. A entrada de divisas não mais cobria o rombo da dívida pública, fazendo com que, em 1983, o Banco Central da Venezuela declarasse insolvência e, diante da queda do preço do petróleo, a moeda nacional fosse desvalorizada e o controle de câmbio fosse instituído. Essa situação resultou em uma das maiores crises econômicas do país, caracterizada pela inflação galopante e desemprego em alta[60]. Leonardo Valente (2012) afirma que o manejo econômico desastroso começou a colocar fim ao longo projeto hegemônico do Punto Fijo.

No caso da maxidesvalorização do *bolívar*, Miguel Salas (2015) apresenta como a ligação do governo com os empresários revelou que, mesmo com mudanças do comando presidencial, as relações escusas entre público e privado foram uma

---

59 O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, propõe a cooperação entre os países americanos em caso de ataque de uma terceira força. Ele foi proposto pelos Estados Unidos durante a criação do sistema interamericano, no bojo da Guerra Fria, e tinha por objetivo demonstrar que a potência capitalista não aceitaria intervenções externas em sua área de influência.

60 Tais características também marcaram a profunda crise que o país passou a viver a partir de 2013, demonstrando que problemas estruturais oriundos da alta dependência petroleira ainda não haviam sido resolvidos.

constante no *puntofijismo*. Enquanto que para a classe média essa decisão monetária pôs fim à esperança de que o petróleo garantia ao seu país não entrar na espiral de crises que tomava conta da América Latina, anseio que alimentava a crença no "excepcionalismo venezuelano", para a burguesia nacional foi possível obter lucros exorbitantes. O governo foi acusado de antecipar a informação da desvalorização, dando margem a ações especulativas.

Outro ponto importante desse novo contexto diz respeito à postura norte-americana sob a gestão de Ronald Reagan (1981-1989). O acirramento da bipolaridade por parte do presidente estadunidense lastreou suas ações intervencionistas na América Central e Caribe. Valente (2012) descreve como tal mudança conjuntural afetou a política externa venezuelana, na segunda fase do governo de Campins:

> A combinação entre o início de uma crise econômica e uma política mais ativa dos Estados Unidos na região provocaram um recrudescimento da diplomacia venezuelana e uma volta ao alinhamento mais estreito com Washington, parceiro comercial fundamental, especialmente diante dos problemas econômicos. A América Central, diante das intervenções americanas, não tinha mais espaço para uma atuação importante de Caracas; a América do Sul, em grave crise econômica, não oferecia contrapartidas econômicas que justificassem os altos investimentos nos projetos de integração [...]. As reivindicações territoriais da Venezuela, apesar de presentes, também perderam força após o desfecho da Guerra das Malvinas e a postura intransigente do governo britânico. (VALENTE, 2012, p. 50).

A nova conjuntura não permitia mais à Venezuela – país semiperiférico, altamente dependente do petróleo e vulnerável às oscilações do sistema internacional – manter uma postura autônoma. O presidente da COPEI, portanto, teve que retomar as diretrizes da Doutrina Betancourt, especialmente no que tange à luta pela liberdade e o anticomunismo, em detrimento de uma diplomacia mais pragmática. Contudo, é importante notar que o realinhamento com a potência hegemônica não se deu de forma automática. A formação do Grupo da Contadora (1983) [61] é um exemplo de que as discordâncias com os Estados Unidos ainda seriam verbalizadas, sem que isso representasse problemas para a relação bilateral (ESCOBAR; ROMERO, 2005).

Em suma, Campins tentou manter e radicalizar o ativismo diplomático de CAP, porém o fracasso no manejo econômico em um contexto de crise e as novas condições internacionais fizeram com que retrocedesse ao alinhamento sob condi-

---

61 Formado por Colômbia, Panamá, México e Venezuela, o grupo expressava o repúdio latino-americano quanto às intervenções dos Estados Unidos na América Central.

ções. A grande novidade trazida por seu governo foi o intento de utilização da diplomacia petroleira no Caribe, ainda na fase mais pragmática da política exterior. A reiterada tentativa da Venezuela de aproveitar um contexto favorável para buscar um modelo de inserção internacional mais autônomo em relação aos Estados Unidos falhou novamente diante das vicissitudes conjunturais, muitas das quais relacionadas ao aprofundamento da dependência petroleira.

A ascensão de Jaime Lusinchi (1984-1989) à presidência representou uma importante vitória do AD sobre o COPEI, com a maior vantagem de votos entre candidatos até então. A derrota que sofrera, em 1978, para a democracia cristã fez com que os *adecos* reacomodassem as forças internas e buscassem apoio junto à Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV). Vale ressaltar que a trajetória do sindicalismo venezuelano esteve muito atrelada aos partidos políticos. A falta de uma base verdadeiramente orgânica por parte dos sindicatos é destacada por Martínez Daza (2013) ao denunciar que o então presidente da CTV, Juan Jose Delpino, seria um empresário e não um trabalhador.

A tentativa de reatar a relação com essa central era importante, porque desde a administração Campins, o movimento sindical liderado pela CTV demonstrava ressentimento com o fato de o Estado venezuelano ter assimilado parte da dívida externa privada – atitude que continuou com Lusinchi – ainda que isso fizesse parte das condicionalidades dos bancos internacionais para ceder crédito ao país. Em um contexto de grandes tensões sociais devido à crise econômica, o governo adeco precisava do apoio sindical para conseguir uma trégua que permitisse reverter a grave situação que lhe foi legada (SALAS, 2015).

Assim como fortalecer os vínculos com os trabalhadores sindicalizados fazia parte deste plano de construção de um ambiente interno mais favorável, contar com o apoio dos empresários também era fundamental. A classe empresarial, organizada majoritariamente na Fedecámaras, já havia estabelecido, desde o governo de Caldera, conexões irreversíveis com a classe política *puntofijista*. Desta forma, um tratamento diferenciado aos empresariados continuou na gestão Lusinchi, sob a forma de vantagens cambiais. Enquanto um cidadão comum, na compra de dólares, pagava 7,20 bolívares por cada dólar, os empresários pagavam 4,30 (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 131).

A venda de dólares preferenciais não só impulsionou mais uma vez o empresariado importador, o que aprofundava a situação de dependência petroleira vis-à-vis uma burguesia improdutiva, como também gerou denúncias de favorecimentos ilícitos. Logo, mesmo com as diferentes nuances derivadas dos posicionamentos político-ideológicos e das circunstâncias históricas, há uma linha condutora durante todos os anos do Punto Fijo em que todos os governos, em maior ou menor grau, seguiram no sentido de privilegiar o setor privado, muitas vezes de forma ilícita.

A política econômica deste governo foi marcada pelas preocupações financeiras em um cenário de crise profunda, buscando manter a capacidade de endividamento do país, evitar a fuga de capitais, recuperar o preço do petróleo, revalorizar a moeda e evitar o default. Embora tenha fracassado, conseguiu recuperar um pouco de confiança por parte das instituições financeiras internacionais, uma vez que, conforme apontamos acima, seguiu as condicionalidades impostas pelas mesmas. Ainda assim, Lusinchi é considerado o último governo *adeco* puro, com políticas de inspiração cepalina, e representou a última tentativa de pela última tentativa de reativar um capitalismo dirigista antes da era neoliberal (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Apesar dos esforços, os preços do petróleo continuaram caindo e o país, depois de um "período saudita", deixou de crescer e viu a cesta básica custar mais que o salário mínimo, em decorrência da inflação. A continuação da crise exigiu o corte de obras e programas sociais, mas nenhuma medida de mudança estrutural na economia foi tomada. A promoção de alguns programas sociais, em um momento tão dramático da história venezuelana em termos de empobrecimento da população, contribuiu para que Lusinchi contasse com bons índices de popularidade. Mesmo assim, havia um mal-estar geral motivado pelo aumento da criminalidade, por um lado, e da repressão policial contra cidadãos comum, por outro[62].

Com tantos alinhamentos internos e dificuldades econômicas a serem superadas, a política externa venezuelana do final dos anos 1980 não tinha base material para manter a cooperação iniciada por Campins na América Central e no Caribe. Uma vez que governou, do início ao fim, sob uma forte crise, o presidente do COPEI não teve condições de utilizar o petróleo como instrumento político, substituindo a

---

62 Um dos acontecimentos mais simbólicos deste período foi o assassinato de 14 pescadores pelas Forças Armadas, em 1988, sob a falsa alegação de que seriam parte de uma guerrilha colombiana. Este episódio foi retratado pelo diretor Rober Calzadilla no filme "El Amparo" (2017), uma produção venezuelana.

diplomacia petroleira pela tradicional. Por isso, investiu no ativismo venezuelano em organismos internacionais como as Nações Unidas e a OEA, além de intensificar as relações com os Estados Unidos. Sua política exterior de menor projeção regional aproximava a Venezuela, de acordo com Valente (2012), do Realismo Periférico, ainda que essa formulação teórica tenha sido feita a posteriori do governo de Lusinchi.

Essa vertente de análise de política externa foi encampada pelo argentino Carlos Escudé (1992)[63]. Embora reconheça a posição periférica da América Latina no sistema internacional – postulado das teorias críticas – o Realismo Periférico se baseia na visão realista da estrutura de poder. Assim, seria possível a países como a Argentina (assim como para a Venezuela) aproveitar-se da assimetria estrutural para obter vantagens, por meio de um alinhamento com as potências, pois um comportamento rebelde contra esse ordenamento não traria benefícios para a periferia, ou seja, trata-se de uma abordagem que não só não questiona as desigualdades sistêmicas, como entende que ela pode ser benéfica para quem está em uma posição mais subalterna, a depender de sua postura.

Em síntese, Lusinchi governou um país em um momento de tanta dificuldade que não foi possível desenvolver uma diplomacia petroleira, dispondo somente de instrumentos tradicionais de atuação internacional para um país periférico. Os muitos problemas internos também ofuscaram a política externa, que entrou em um "modo automático" e seguiu as diretrizes de alinhamento aos Estados Unidos, que ademais de representar um modelo para suas classes dirigentes, era o parceiro comercial mais importante. Foi, portanto, uma política externa tímida, sem o vigor dos tempos áureos do Punto Fijo e, de certa forma, refletia o "começo do fim" deste ciclo político.

Uma das realizações mais notáveis ocorridas durante esse governo, malgrado o contexto altamente desfavorável, foi a compra da Citgo Petroleum Corporation (CITGO), uma companhia norte-americana, pela PdVSA. Tal movimentação demonstra um total descompasso entre a (in)capacidade do presidente de exercer uma diplomacia petroleira e a forma como a estatal atuava, denotando que havia uma

---

63 Em seu livro "Principios de realismo periférico: vigencia de una teoría argentina ante el ascenso de China" (Buenos Aires: Ed. Limière, 2012), Carlos Escudé faz uma análise crítica de seus primeiros postulados acerca do Realismo Periférico, reconhecendo suas limitações e a necessidade de atualização da teoria, diante da emergência chinesa como uma nova potência.

autonomia decisória significativa. A aquisição da CITGO foi importante, uma vez que ela era responsável pelo refino do petróleo venezuelano – caracterizado pela sua densidade e aspecto cru – otimizando sua distribuição no principal mercado do país, a potência hemisférica. Ademais, a Venezuela tornou-se detentora de mais de 13 mil postos de combustível em território estadunidense, correspondendo a 10% da venda de gasolina naquele país, sendo a 5ª distribuidora desse produto e a 4ª de querosene para a aviação (VALENTE, 2012).

3.2.2 O papel do petróleo como elemento estrutural na Venezuela e em sua inserção internacional

Após mais de sessenta anos de exploração petroleira, o impacto desta atividade produtiva sobre a sociedade venezuelana era cada vez mais profundo e evidente. O país já produzia cerca de três milhões de barris de petróleo por dia, na década de 1980, tendo explorado mais de 30 milhões de barris, de 1917 a 1975, ainda tinha um setor petroleiro que empregava pouco (cerca de 1% da força de trabalho) – como já havia sido observado por Furtado (2008) nos anos 1950 – mas cujos salários eram os mais altos entre a classe trabalhadora. Tal disparidade alimentava uma situação paradoxal: a Venezuela Saudita, no auge da indústria petroleira, possuía uma das maiores rendas per capita na América Latina e, ao mesmo tempo, era um dos países com a maior desigualdade de renda (SALAS, 2015, p. 106).

No *boom* petroleiro, dos anos 1970, que também correspondeu ao auge do *puntofijismo*, as classes mais abastadas foram as mais beneficiadas, processo que foi apresentado neste capítulo. Com a elevação do seu poder de compra, criou-se uma ponte aérea entre Caracas e Miami, sobretudo no período de valorização do *bolívar* e dos dólares preferenciais ao empresariado, em que os venezuelanos ficaram conhecidos pela expressão “*ta* barato, dame dos”. Salas (2015) indica que a exportação de bens de consumo da Flórida para a Venezuela subiu de 562 milhões de dólares, em 1975, para mais de dois bilhões, em 1982.

Ainda que em diferentes graus, todas as camadas da população sentiram seu nível de vida melhorar, entre as décadas de 1970 e 1980. Os trabalhadores das cidades, que já eram a maioria da população, também puderam incrementar seu padrão de consumo. Na música “Techos de Cartón” (tetos de papelão), de Alí Primera (1972), está a referência à condição precária com que boa parte da população vivia

nos *barrios* venezuelanos. Com o *boom* petroleiro, porém, muitas dessas estruturas improvisadas deram lugar a casas artesanais de cimento e telhados de zinco.

Contudo, embora individualmente as pessoas estivessem conseguindo progredir, a carência de serviços públicos nas localidades mais empobrecidas persistia. Além disso, a bonança econômica tampouco deu conta de mitigar os altos índices de criminalidade das cidades. As classes médias e altas, para contornar esse problema, construíam verdadeiros fortes ao redor de suas residências. Já os mais pobres começaram a criar associações de bairro e outras formas de organizações cívicas para se proteger do crime e para reivindicar melhoria e acesso a serviços básicos, como saneamento e eletricidade (LANDER, 2005b; SALAS, 2015).

Já no fim dos anos sauditas, que coincide com a transição de governo de CAP para Campins, fica ainda mais patente que a abundância de divisas não foi capaz de modificar estruturalmente a dependência petroleira, nem a desigualdade entre as classes. Embora tenha aplainado as grandes assimetrias, o *timing* para superar o subdesenvolvimento, como era esperado por Celso Furtado (2008), foi perdido com políticas paliativas frente aos problemas sociais e que, economicamente, só aprofundaram a dependência da renda petroleira.

Em contrapartida, esse momento histórico proporcionou o controle da renda petroleira pelo aparato estatal que, por sua vez, estava nas mãos de uma pequena fração da classe burguesa, especialmente a que estava mais próxima do comando da PdVSA. Mesmo para os empresários e banqueiros que não estavam ligados diretamente ao negócio do petróleo, as decisões econômicas de antes, durante e depois da bonança foram benéficas, pois incentivavam atividades especulativas e importadoras, estimulando o caráter improdutivo da burguesia venezuelana.

A forma como o petróleo serviu de subterfúgio para que uma nova oligarquia – urbana e rentista – dominasse a política não retira, porém, o caráter econômico do problema. Nesse sentido, Pedro Barros (2007) analisa a situação venezuelana a partir da crise dos anos 1980 como sendo mais um caso de Doença Holandesa. Tal "enfermidade" estaria relacionada com a extrema dependência de um recurso natural não renovável, como é o petróleo, e ocasiona a atrofia de outros setores econômicos que têm maior capacidade de produção e absorção de mão-de-obra, mas cujo custo acaba se tornando inviável diante da proeminência da indústria petroleira. A debilitação e até o desaparecimento de outras atividades produtivas não ligadas ao

petróleo poderia ser evitada mediante subsídios estatais de fortalecimento destes setores, ou seja, o caminho oposto ao que foi seguido na Venezuela.

A alta dependência petroleira teve impacto na forma como o país se relacionou com o exterior, porém a questão do regime político também foi relevante. Se nas cinco primeiras décadas do século XX, a consolidação do petróleo como elemento estrutural ocorreu em um ambiente mais autoritário, com o Pacto de Punto Fijo esse processo teve continuidade sob uma conciliação oligárquica, travestida de democracia liberal. Ainda que tal democracia tenha tido problemas, a estabilidade trazida por ela foi um fator importante para que a Venezuela pudesse desenvolver uma política externa mais autônoma, sem que fosse vista como ameaça pela potência hegemônica norte-americana.

Considerando ainda o contexto da bipolaridade e suas vicissitudes, entre as décadas de 1950 e 1980, podemos dizer que a Venezuela, nos momentos em que o preço do petróleo estava em alta, teve condições de exercer uma inserção internacional mais autônoma, ainda que distante do ideal pensado por Bolívar. Outro fator foi que, independentemente dos interesses econômicos que poderiam ser satisfeitos com uma diversificação de parceiros, a consonância ideológica com os Estados Unidos esteve presente, em maior ou menor grau, durante esse período. Malgrado a relativa heterogeneidade entre AD, COPEI e as suas frações internas, que por vezes eram mais ou menos anticomunistas, o modelo de capitalismo e democracia liberais seguiu como um guia da política exterior venezuelana.

A encruzilhada venezuelana, entre um projeto autônomo bolivariano ou aderir à hegemonia, foi suavizada com a consolidação da democracia *puntofijista* e o consequente uso do petróleo como recurso de poder. Foram dois processos mútuos e inter-relacionados: o petróleo “substituiu” o uso constante da rememoração de Bolívar interna e externamente, ao mesmo tempo em que se tornou um recurso de poder que muitas vezes descolou-se da política externa. Ou seja, estar ou não alinhado aos Estados Unidos em termos de posicionamento político internacional não interferia na diplomacia petroleira, de forma que ser autônomo ou aderir à hegemonia só voltaria a ser apresentado como uma dicotomia com o chavismo.

Conforme indicam diversos autores, o “começo do fim” do Punto Fijo ocorreu justamente após o seu ápice, nos anos 1970, e foi um longo processo que teve início quando o preço do petróleo caiu, depois de altas consecutivas. O total declínio da

conciliação de classes representada pela democracia liberal bipartidária só ocorreria, oficialmente, em 1998, quando Hugo Chávez foi eleito presidente. Neste ínterim, foram vários os sinais de declínio da antiga ordem, em que o questionamento do excepcionalismo venezuelano ganha força em um contexto de profunda crise econômica. Destarte, o próximo capítulo apresenta as condições que permitiram o florescimento do fenômeno chavista, a partir do declínio do Punto Fijo.

4 AS ORIGENS DO FENÔMENO CHAVISTA E O RESGATE DO BOLIVARIANISMO

> “Lamento Bolivariano
> No señor
> yo no lo puedo entender
> me duele y me cuesta
> creer lo que estoy mirando
> vamos de mal en peor
> que injusticia
> que ironía
> que descaro.
>
> Tanto que Simón luchó
> para poder libertarnos
> sin sospechar ser traicionado con el tiempo
> por caprichosos que su orgullo pisotearon.
>
> Bolivariano hoy es el bicentenario
> recemos juntos por la paz del soberano
> viva el espíritu del latinoamericano.
>
> No señor
> yo no lo puedo admitir
> que sigan robando humillando y hasta matando
> que dirá el libertador
> que es un crimen
> una burla
> un engaño.
>
> Tan rico nuestro país
> hoy mal herido y sangrando
> vuelve Bolívar y desenfunda tu espada
> que solo tú puedes salvarnos del tirano.
>
> Bolivariano hoy es el bicentenario
> recemos juntos por la paz del soberano
> viva el espíritu del latinoamericano”.(ARMAS, 1983).

A eleição de Hugo Rafael Chávez Frías, em 1998, mudou o panorama da política venezuelana, dando início a uma nova fase, que duraria até 2013[64], com a morte prematura do líder. O fenômeno chavista, entretanto, tem as suas origens no ocaso do Punto Fijo, cujas primeiras mostras de enfraquecimento se deram nos anos 1980, com a eclosão da crise da dívida. Para compreendermos a trajetória do chavismo precisaremos, portanto, analisar os dois últimos governos *puntofijistas*, de

[64]No nosso entender a eleição de Nicolás Maduro (março de 2013) e as diversas mudanças conjunturais internas e externas fizeram com que, embora seja visto uma continuidade do chavismo, o novo governo inaugurasse uma fase *sui generis* que se distingue bastante daquela iniciada por Hugo Chávez.

Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1994-1998), pois foi neste momento que Chávez tornou-se um ator político de alcance nacional.

Desta forma, observaremos que a década de 1990 representou a transição da conciliação oligárquica para o chavismo, marcado pelo retorno de um militar nacionalista-bolivariano ao poder, cuja formação o aproximava ideologicamente da retórica da esquerda. Sua ascensão ao poder representou a renovação da classe política, que precisou desmontar e/ou buscar alternativas às estruturas burocráticas herdadas do período anterior. Outrossim, esse novo bloco no poder político precisou lidar com as classes empresariais que, durante quarenta anos, mantiveram relações promíscuas com o poder público.

Em meio a essa reconfiguração interna do poder político, que precisou defrontar-se com os interesses do capital nacional e internacional, o novo governo procurou novas maneiras de cumprir sua principal plataforma política: a redução da abissal desigualdade social. Para tal, abusou dos recursos retóricos – que ganharam um combustível especial graças ao carisma de Chávez – em que a conexão com as massas serviu de legitimação para muitas de suas ações, por meio de mecanismos de democracia participativa. Os impactos sociais de seu governo foram evidentes e retroalimentavam o seu elevado apoio popular.

Este capítulo visa, destarte, percorrer os caminhos que permitiram o surgimento deste fenômeno político na Venezuela que, embora trouxesse novidades, resgatou e/ou ressignificou elementos presentes em outros momentos históricos. Na primeira parte, em que trataremos da derrocada do Punto Fijo (1989-1998), veremos como Hugo Chávez surge na cena nacional e consegue se eleger presidente. Em seguida, tendo em vista a importância das ideias e das crenças, avaliaremos sua formação político-ideológica. Por fim, introduziremos a questão da polarização – que ganha relevância também nas discussões dos próximos capítulos – e o peso das políticas sociais na arregimentação de apoio popular.

4.1 O fim do Punto Fijo: as presidências de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1994-1998)

Após o governo *adeco* de Jaime Lusinchi (1984-1989), que não conseguiu reverter a profunda crise vivida pelo país, as esperanças foram depositadas novamente em Carlos Andrés Pérez (1989-1993). Embora fossem do mesmo partido,

Pérez tinha um estilo mais personalista e próximo dos grandes empresários que seu antecessor, nomeando-os para os ministérios, gerando descontentamento entre os militantes do partido, que foram distanciados do centro de poder. Em relação ao primeiro mandato, teve políticas opostas e foi o responsável por acentuar uma luta interna no partido, que, no final das contas, era uma disputa de projetos de país intraclasse.

Lembrado como sendo o presidente do auge do Punto Fijo, o líder populista voltou ao poder sob a promessa de reconstruir os tempos áureos da Venezuela Saudita. Diante de tais expectativas, sua eleição foi marcada por um clima de tranquilidade e harmonia com a população e os meios de comunicação a seu lado. Todavia essa "lua de mel" durou somente 25 dias, que foi o tempo para que ele anunciasse um novo pacote econômico, oficialmente chamado de "*Programa de Ajustes Macroeconómicos*", que consistia no empréstimo de 4,5 bilhões de dólares, a serem pagos em três anos, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM) (LANDER, 2005).

As condições pedidas pelas instituições eram difíceis de seguir, segundo Martínez Daza (2013), forçando o governo a publicar uma "Carta de Intenções", cujos principais itens eram: fim do controle dos preços; aumento das tarifas e dos serviços públicos, dentre os quais 30% para o transporte público e 100% para a gasolina; aumento do salário mínimo e dos salários da administração pública central em até 30%; eliminação progressiva das taxas de importação e redução do déficit fiscal a não mais do que 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Essas medidas estavam em sintonia com o contexto de fortalecimento da hegemonia global dos Estados Unidos. A crise da dívida, que assolava boa parte do continente latino-americano, teria sido manipulada pela potência para tornar a região ainda mais dependente e enfraquecer governos considerados "rebeldes" (leia-se: aqueles que buscavam uma postura mais autônoma na arena internacional). Isso teria ocorrido por meio do chamado Consenso de Washington, documento elaborado em conjunto por funcionários do governo estadunidense e de instituições financeiras internacionais, como o FMI, o BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (LANDER, 2005b).

O clima da época, como indica Paulo Batista Nogueira (1994), foi marcado pelo suposto triunfo de um capitalismo liberal sobre o socialismo soviético e também

contribuiu para a dificuldade de questionamento desse ideário. Assim, o Consenso de Washington sintetizava uma ideologia que já estava presente em outras declarações destes organismos, que apregoava a “modernização pelo mercado”, a partir de uma visão economicista. Graças a essa influência, a Venezuela embarcaria em um período de alinhamento automático com os Estados Unidos.

4.1.1 A era neoliberal e a decadência irreversível de Punto Fijo: o *caracazo* e o intento de golpe

O anúncio do pacote neoliberal, por si só, não causou comoção social, mas quando o aumento da gasolina foi repassado para os transportes e o direito dos estudantes de pagar meia passagem foi revogado, já não era mais possível conter os ânimos de uma população que há anos via seu nível de vida decair. Entre 27 de fevereiro e 6 março de 1989 ocorreu o *caracazo*, episódio que foi um marco na história recente da Venezuela pela extrema e desproporcional violência com que o Estado reprimiu protestos populares. Vale notar que o aumento da tarifa de ônibus, de fato, deu fôlego para que a desordem tomasse conta das cidades, com ondas de saques e manifestações, porém não havia, naquele momento, a pauta de derrotar o governo, o que tornava a repressão ainda mais impactante (LANDER, 2005b).

Mesmo ocasionados pelo descontentamento com medidas econômicas, sem ter motivação política clara, os protestos começaram a ser reprimidos, já em 28 de fevereiro, por meio do Plan Ávila. Esse plano consistia no decreto de estado de emergência, com suspensão de direitos constitucionais, toque de recolher e permitiu que as Forças Armadas fossem usadas para conter violentamente a população. Os números oficiais falam de 1.000 mortos, mas estima-se que tenha chegado a 5.000, devido à quantidade de corpos jogados em valas comuns e em fossas clandestinas, posteriormente descobertas – muitos dos quais continuam desaparecidos até os dias atuais (MARINGONI, 2009; MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Yolanda Salas de Lacuna (2005) fala sobre o *caracazo* com destaque para como os artífices destas movimentações foram retratados pelos meios de comunicação:

> [...] a repressão militar ocupou as ruas para a defesa do espaço público e, para que esta fosse efetiva, penetrou o espaço das massas excluídas. As balas entraram em suas casas e em suas vidas. A violência, a morte e a desordem se desbordaram: ‘motim’, ‘estalido’, ‘explosão’, ‘terremoto’, ‘agitação’, ‘furacão social’ foram os recursos linguísticos favoritos para designar

> os eventos que sucederam. A linguagem usada instituiu imagens de cataclismo telúrico para definir a situação: 'terremoto', 'explosão', estalidos que saíram das entranhas das 'ondas de massas inflamadas', sem outra identidade que não fosse a pobreza e sua exclusão do sistema instituído, como se uma maioria invisível se fizesse subitamente presente. (LACUNA, 2005, p. 249, tradução e grifos nossos)[65].

A metamorfose neoliberal pela qual a Venezuela passou durante o governo de CAP, em que o *caracazo* foi a grande mostra de resistência, serviu de ponto de partida para uma mudança interna que culminaria no chavismo, quase uma década depois. O rechaço ao *puntofijismo*, a despeito do bem sucedido extermínio das guerrilhas, nunca deixou de existir, por meio do Partido de la Revolución (PRV), Venceremos, Liga Socialista, Bandera Roja, Punto Cero e líderes como José Vicente Rangel, Teodoro Petkoff e Pedro Duno[66]. Porém, sua atuação era limitada às universidades, círculos culturais / intelectuais e sindicatos, influenciada pelo pensamento comunista.

Foi a partir do trauma representado pelo *caracazo* que novos movimentos, como La Causa R[67], conseguiram retomar uma atuação social que não se via desde a década de 1970. A estratégia utilizada por esses grupos era mais combativa que a dos movimentos mais intelectualizados e próximos ao comunismo, recorrendo aos "disturbios" – bloqueios de ruas e avenidas – para chamarem a atenção. Da mesma maneira que inovaram na forma, havia a atração de novos sujeitos e classes sociais nos protestos, como trabalhadores informais, desempregados, donas de casa e estudantes (HARNECKER, 1995).

---

65 No original: "[...] la represión militar ocupó las calles para la defensa del espacio público, y para que esta fuera efectiva penetró el espacio de las masas excluidas. Las balas entraron en sus viviendas y en sus vidas. La violencia, la muerte y el desorden se desbordaron: 'motín', 'estallido', 'explosión', 'sismo', 'sacudón', 'huracán social', fueron los recursos lingüísticos favoritos para nombrar los sucesos ocurridos. El lenguaje usado instituyó imágenes de cataclismo telúrico para definir la situación: 'sismo', 'explosión', estallidos que arrojaron de las entrañas 'oleadas de masas humanas enardecidas', sin otra identidad que no fuera la pobreza y su exclusión del sistema instituido como si una mayoría invisible se hiciera presente repentinamente".

66 Rangel é um líder histórico da esquerda venezuelana, passando por vários partidos políticos em décadas de militância, tendo sido o vice-presidente chavista mais longevo nesse cargo. Petkoff é um ex-guerrilheiro, que fundou o MAS como dissidência do PCV, e atua como o editor-chefe do jornal antichavista Tal Cual. Já Pedro Duno, falecido em 1998, era um comunista e intelectual, autor do livro "Los Doce Apóstolos".

67 La Causa R ou Pro Catia, em referência ao bairro periférico de Caracas em que esse movimento nasceu, é uma dissidência do Partido Comunista da Venezuela. Sua principal bandeira era a democratização das cidades, ganhando espaço entre o movimento operário de Guayana, região em que estavam concentradas muitas indústrias de base. Para mais informações, consultar HARNECKER (1995).

De fevereiro de 1989 até final de 1993, teve lugar uma nova luta pelo poder, chegando ao seu ápice, no ano de 1992, com as insurreições militares. Como explica Martínez Daza (2013):

> [...] enquanto que nos constantes protestos populares e estudantis de 1991 estava em jogo a ordem pública e o poder sobre as ruas e cidades, com as insurreições militares de 1992 o *puntofijismo* teve que lutar novamente pelo poder como não fazia desde o governo de Betancourt. (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 147, tradução nossa)[68].

A principal sublevação militar foi um intento de golpe de Estado liderado pelo então jovem tenente-coronel do Exército, Hugo Chávez Frías, fundador do Movimiento Bolivariano Revolucionario 200[69], que foi criado no contexto de aprofundamento da crise da dívida, em 1983, e que assim como La Causa R estava inserido no bojo de novos movimentos sociais venezuelanos. Maringoni (2009) ressalta que tanto Chávez como os demais idealizadores do MBR-200 tinham promissoras carreiras nas Forças Armadas, mas que, diante da hecatombe social que explodira no país, estavam decididos a arriscar as suas patentes para mudar os rumos políticos da Venezuela.

Além da virada neoliberal, CAP também estava envolvido em graves escândalos de corrupção, o que alimentou a vontade desse grupo – nascido no seio do baixo clero militar – de tirá-lo do poder. Em fevereiro de 1992, membros de MBR-200 e outros militares descontentes com o rumo do país organizaram uma tentativa de golpe de Estado contra Pérez. O presidente, que voltava de viagem ao exterior, foi surpreendido por uma estranha movimentação de militares, já no aeroporto. Ao chegar ao palácio presidencial de Miraflores, o ministro da Defesa, o general Fernando Ochoa Antich, já estava ciente do plano[70] e avisou ao mandatário que deixasse o local, controlando a situação com muita repressão contra os golpistas (MARINGONI, 2009).

---

68 No original: “[...] mientras en las constantes protestas populares y estudantiles de 1991 había estado en juego el ordem público y el poder sobre las calles y las ciudades, con las insurrecciones militares de 1992 el Puntofijismo tuvo que luchar nuevamente por el poder como no lo hacía desde el gobierno de Betancourt”.

69 O numeral 200 faz alusão ao bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, nos anos 1980, que foi retratado na canção de 1983 “Lamento Bolivariano”, de Reynaldo Armas, que introduz o presente capítulo.

70 Até hoje não se sabe ao certo como ele obteve essa informação, motivo pelo qual as suspeitas de traição dentro do movimento golpista são fortes.

O contexto em que essas ações ocorreram era propício: a popularidade de CAP estava em torno de 35% da população, a inflação já ultrapassava os 30%, as tarifas públicas seguiam aumentando e o desmonte na educação e na saúde era profundo. Por isso, o MBR-200 decidiu levar a cabo a operação "Ezequiel Zamora", herói da Guerra Federal que servia de inspiração para eles. Sua rápida derrota, em menos de 12 horas, contudo, demonstrou que sua articulação era frágil diante do aparato repressor do governo. Ademais, La Causa R e outros movimentos civis não apoiaram o intento golpista. Valente (2012) justifica que:

> O motivo é que não acreditavam no apoio popular ao levante por este ser majoritariamente militar, o que remetia a autoritarismo e ao Estado de exceção de outras épocas anteriores a Punto Fijo. Diante da impopularidade de Pérez, muitos opositores civis também achavam que conseguiriam, por meio de pressão política e popular, voltar à legalidade e chegar ao poder por meio de eleições, alternativa que o MBR-200 descartava naquele momento. Na visão dos militares revoltosos, apenas a tomada do poder será (sic) capaz de romper a estrutura de poder vigente. (VALENTE, 2012, p. 61-62).

Diante da iminente derrota da operação Zamora, Hugo Chávez apresentou-se como o líder do movimento e entregou-se às autoridades, não sem antes pedir que sua mensagem fosse televisionada. Em uma Venezuela em que ninguém se responsabilizava por nada, a imagem de um jovem militar chamando para si a responsabilidade pelo golpe fracassado, pedindo para que os que ainda estavam mobilizados largassem as armas para evitar mais derramamento de sangue, foi poderosa (MARINGONI, 2009).

> Poucos segundos de transmissão pela televisão bastaram para que Hugo Chávez Frías fosse convertido em um herói. Vestido em uniforme de campanha e com os distintivos de uma boina vermelha sobre a cabeça, conclamou o chamado à subordinação, mas ao mesmo tempo exortou a insurreição no futuro. O seu 'fracassamos por enquanto, tempos melhores virão' ficou gravado na mente da audiência receptora. (SALAS DE LACUNA, 2005, p. 250, tradução nossa)[71].

Quando, em 1993, os focos de levante já haviam sido controlados, o sistema *puntofijista* já estava danificado pela enorme insatisfação e com a ruptura do relativo silêncio acumulado por décadas – representada pelo *caracazo*, pelos protestos constantes e pela sublevação militar. Até mesmo seus aliados históricos, os empre-

---

[71] No original: "Pocos segundos de transmisión por la televisión bastaron para que Hugo Chávez Frías quedara convertido en héroe. Vestido en uniforme de campaña y con los distintivos de una boina roja sobre la cabeza, arengó el llamado a la subordinación, pero a la vez exhortó a la insurrección en el futuro. Su 'hemos fracasado por ahora, tiempos mejores vendrán' quedó grabado en la mente de la audiencia receptora".

sários da Fedecámaras e os trabalhadores da CTV, estavam descontentes com CAP. Enquanto a entidade patronal afirmava que o presidente não tinha mais condições de se sustentar no poder, os sindicatos organizavam greves. Tal movimento demonstrava, portanto, o ocaso da aliança tácita entre o Acción Democrática, a burguesia nacional e os trabalhadores sindicalizados (MARINGONI, 2009; VALENTE, 2012).

As Forças Armadas, assim como a Fedecámaras e a CTV, compunham um dos pilares do poder e estavam divididas e radicalizadas, de tal forma que não podiam mais empreender uma luta antisubversiva nem repressora, como fizeram desde os anos 1960. Para Martínez Daza (2013), esse seria o fim não oficial do Punto Fijo, em que a unidade entre as elites política e econômica estava destruída, os partidos políticos tradicionais não gozavam de credibilidade e, principalmente, não havia mais o domínio governamental sobre a totalidade das Forças Armadas, ou seja, o "por enquanto" de Chávez se mostrava cada vez mais certeiro e, mesmo sem conseguir chegar ao poder, em 1992, o cenário que lhe permitiria alçar este vôo estava sendo desenhado.

4.1.2 O fim prematuro do governo Pérez

No final da segunda presidência de Pérez, a Venezuela estava bastante distinta do começo do século XX, mas preservava a incompletude como principal característica. Sendo altamente urbanizado, com mais de 92% da população vivendo nas cidades, era um país sem grandes metrópoles (MARTÍNEZ, 2014). Vivia sob uma economia capitalista, porém sem ter passado por um processo profundo de industrialização. O mandatário que havia sido fundamental para a prosperidade dos anos 1970, vinte anos depois continuava refletindo os grandes contrastes de seu país.

Carlos Andrés Pérez teve uma postura marcada por duplicidades, desde a sua campanha: para chegar ao poder novamente, defendeu uma proposta que era o oposto do que fez quando eleito, como, por exemplo, aceitar as condicionalidades do FMI. Na política externa, essa característica também era nítida: mantinha uma retórica pró Terceiro Mundo, mas na prática não se empenhava em conflitos com as potências; se apresentava como um nacionalista, enquanto recompensava generosamente as empresas e permitia à PdVSA ter uma estrutura de empresa privada;

participava de iniciativas integracionistas na região sem deixar de se alinhar aos Estados Unidos.

Na comparação com seu primeiro mandato, as diferenças eram notáveis. Na década de 1970, ele propôs uma reedição da “Doutrina Betancourt”, em que buscava vantagens para a Venezuela por meio de uma política mais pragmática e autônoma. Já na segunda vez em que ocupou a presidência, CAP promoveu um alinhamento automático com os Estados Unidos – a despeito de uma retórica distinta a essa postura – com o objetivo de renegociar a dívida externa, que ele mesmo ajudara a aumentar durante a fase Saudita do país (VALENTE, 2012).

Mesmo estando em consonância com a potência hegemônica norte-americana – que naquele momento consolidava o seu poderio internacional no final da Guerra Fria – Pérez precisava lidar com problemas sérios internamente. A adesão à hegemonia, nesse caso, não foi suficiente para evitar que o presidente *adeco* resistisse às constantes pressões populares e às graves acusações de corrupção que recaíam sobre ele. Assim, em 1993, CAP foi retirado do poder após a instalação de um impeachment e foi o primeiro presidente venezuelano a ser punido por um processo político-jurídico deste tipo.

A queda de Pérez serviu para mitigar os níveis de conflitividade social e, ao mesmo tempo, expôs a ausência de um projeto concreto, por parte dos movimentos de esquerda, no sentido de unificar forças e chegar ao poder. Já a direita tinha como objetivos a estabilização do país e a manutenção da ordem constitucional, sendo a ascensão do então Senador de Táchira, Ramón Velásquez, o primeiro passo nesse sentido. Conforme indicado abaixo, havia um clima de rearranjo político no país pós-impeachment:

> Enquanto o discurso anti partidos crescia, tanto a base popular como entre a classe média e o empresariado neoliberal, os partidos políticos, que conservavam o poder e os recursos, obviamente não queriam ser deslocados; mas o poder estava muito mais equilibrado entre as elites, sem que nenhuma pudesse se consolidar sem acordos amplos entre si. (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 169, tradução nossa)[72].

Velásquez era um político idoso, que serviria de elemento unificador das frações dirigentes. Durante a definição de seu nome para levar o país a uma transi-

---

72 No original: “Mientras el discurso anti partidos crecía, tanto en la base popular como entre la clase media y el empresariado neoliberal, los partidos políticos, que conservaban el poder y los recursos, obviamente no querían ser desplazados; pero el poder se había balanceado mucho más entre las élites, sin que ninguna pudiera consolidarse en él sin amplios pactos con las otras”.

ção[73], notou-se que, apesar das debilidades, os partidos tradicionais ainda tinham vantagens por dominar o Congresso e o Senado. O novo presidente também não representava uma forte ameaça a nenhum dos grupos e seria somente responsável por conduzir o país até uma situação de estabilidade com a eleição de um novo governo legítimo.

Para diminuir a desconfiança popular em torno dos partidos tradicionais, o AD e o COPEI não quiseram indicar nomes para compor o governo de transição. O cálculo eleitoral pesava, pois ambos sabiam que a situação econômica era difícil e não queriam estar ainda mais associados à débâcle do país. Para conseguir exercer sua função, o presidente teve que governar por decreto, por meio de Leis Habilitantes[74]. Ainda assim, seu breve período de governo não resultou na melhora econômica, no combate à corrupção ou na mudança significativa na política externa. Foi, portanto, um mandato tampão sem grandes rupturas (SALAS, 2015).

4.1.3 O *policy switch* de Rafael Caldera

As eleições de 1993, após anos conturbados, pareciam ser o caminho de retorno à estabilidade. Os concorrentes eram dois candidatos neoliberais e dois de centro-esquerda e, com exceção de Rafael Caldera, todos provinham da descentralização política. Esse processo foi levado a cabo, nos anos 1980, por Lusinchi e continuado por Pérez e, historicamente, encontrou suas bases na existência de caudilhos regionais, que foram sendo “domados” pelo *gomecismo*, até que se tornassem submissos às diretrizes do governo central.

Com o desenrolar do século XX e o aumento populacional, esses governos regionais e locais tiveram que acumular mais responsabilidades. Foi criada, em 1984, a Comissão para Reforma do Estado (COPRE) para conceder maior autonomia aos estados e municípios, sendo esta uma demanda antiga da população. No entanto, efetivamente, esses entes passaram a acumular cada vez mais orçamento

---

73 Coube ao Congresso Nacional escolher o novo presidente, uma vez que não existia a figura de vice-presidente durante o Punto Fijo.

74 As Leis Habilitantes, portanto, já estavam previstas na Constituição de 1961, que regeu quase todo o período do Punto Fijo. Essa observação é importante, pois, como veremos adiante, o presidente Chávez dispôs desse mecanismo de maneira sistemática durante seus mandatos, já sob uma nova Carta Magna, e foi alvo de críticas dos mesmos grupos que também utilizaram as Leis Habilitantes quando estiveram no poder.

e poder, sendo vetores essenciais para a privatização do Estado venezuelano. Dessa forma, os governadores e prefeitos capitalizaram a privatização a seu favor para ganhar projeção nacional, mercantilizando os serviços públicos, mas sem entregar as benesses para a população (LANDER, 2005b; GARCÍA-GUADILLA, 2003).

Em um cenário de ascensão de novas lideranças locais, Caldera era o último assinante do Pacto de Punto Fijo ainda vivo e ativo na política, mas que, dessa vez, adotou um discurso crítico e de contestação para catapultar sua imagem. Ao mesmo tempo em que criticava as tentativas de golpe também se opunha à CAP, tentando criar um equilíbrio difícil de manter. No início dos anos 1990, rompeu com o partido que fundou, o COPEI, e inaugurou uma nova sigla, também de inspiração democrata-cristã, a Convergência Democrática. Para as eleições de 1993, o até então anticomunista surpreendeu ao montar uma coligação heterogênea com as agremiações de centro-esquerda representadas pelo MAS, URD e Movimiento Electoral del Pueblo (MEP) e o comunista PCV, além do Movimiento de Integridad Nacional (MIN) de centro-direita,.

As eleições foram complexas e, pela primeira vez no *puntofijismo*, nenhum candidato dos dois partidos tradicionais, AD e COPEI, tinham chances de ganhar. Um dos nomes que se destacou foi o de Andrés Velásquez, líder sindical que era estigmatizado pela mídia por ser de esquerda, mas que tinha a seu favor um discurso de oposição ao *establishment* que agradava. A disputa foi embolada e surgiram suspeitas de fraudes para favorecer a apertada vantagem de Caldera que, por fim, acabou voltando à presidência mais de vinte anos depois de seu primeiro mandato.

Ainda durante a transição, Caldera se desentendeu com o comando militar e fez surgir, após muitos anos de harmonia, novos atritos entre as lideranças civis e militares, fomentando rumores de um possível golpe de direita. Apesar das contestações de direita e de esquerda, o mandatário conseguiu consolidar-se como um líder consensual, capaz de manter a integridade constitucional. Seu governo representou uma síntese do que foi o Punto Fijo, como explica Martínez Daza (2013):

> Impelido por uma crise bancária, aplicou primeiro as medidas estatistas (controle de câmbio e de preços), que haviam sido implementadas nos primeiros governos *puntofijistas*; logo, retomaria as medidas neoliberais de Pérez, enquanto combinava a repressão localizada com medidas de distensão como a libertação dos comandantes do 4-F [intento de golpe de 1992] e

> operações propagandísticas [...]. (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 194, tradução nossa)[75].

Apesar das dificuldades dos anos 1980, ainda era possível realizar grandes negócios na Venezuela, pois mesmo com a deterioração econômico-social, o país não estava em uma situação de bancarrota. Isso significa que subsistiam intensas atividades financeiras e de especulação que durante o segundo mandato de CAP atingiram níveis notáveis, especialmente pela relação promíscua do presidente com o setor financeiro. Pérez era um verdadeiro representante de um capitalismo parasitário e especulador (MARTÍNEZ DAZA, 2013; MARINGONI, 2009, SALAS, 2015).

A crise de 1994, já sob o segundo governo Caldera, tem sua origem justamente nessa relação fortalecida durante os anos de Pérez e foi uma antecipação de processos que aconteceriam pelo mundo, em 2001 e 2009. Essa crise bancária ocorreu em três momentos, do ano de 1994: em janeiro, com a quebra do Banco Latino; em junho, quando outros bancos também sucumbiram, mas sem forçar uma intervenção mais enérgica por parte do órgão responsável pela regulação das atividades bancárias (Fondo de Protección Social de los Depósitos Bancarios, ou FOGADE) e, finalmente, em setembro, quando o FOGADE passou a intervir diretamente. Dessa forma, a Venezuela, que padecia de dificuldades de ingressos, teve que comprometer 11% do PIB para salvar bancos, gerando fortes impactos na economia (MARINGONI, 2009).

Com o setor financeiro sem credibilidade, o governo interveio nos bancos, que quebraram e levaram com eles 70 mil médias e pequenas empresas em poucos meses. Diante do aumento do desemprego e da recessão, a "solução" foi a criação da Agenda Venezuela, que consistia em receitas do Fundo Monetário Internacional (FMI) – o oposto do que Caldera prometera na campanha. Dentre elas, estavam o corte dos gastos públicos, a desvalorização de 70% da moeda nacional, o aumento dos combustíveis em mais de 800% e a desnacionalização do petróleo. Para efetivar essa agenda, o presidente "trocou" o apoio do centro-esquerdista MAS pelo AD (VALENTE, 2012).

---

75 No original: "Urgido por una crisis bancaria aplicó primero las medidas estatistas (control de cambio y de precios) que se habían implementado en los primeros gobiernos puntofijistas; luego, retomaría las medidas neoliberales de Pérez, entre tanto combinaría la represión localizada con medidas de distensión como la liberación de los comandantes del 4-F y operaciones propagandísticas […]".

A Agenda Venezuela representou, portanto, uma ofensiva neoliberal, mas com poucos conflitos. Ela conseguiu aprofundar medidas que ainda não tinham sido feitas, como a reforma das leis trabalhistas e a privatização de empresas básicas e dos bancos, comprados em 1994. Contudo, sua principal ação foi promover a "Apertura petrolera", com o abaixamento dos preços do barril, por meio do distanciamento da política de cotas da OPEP e da atração de capitais externos para a PdVSA.Essa medida permitiu à Shell, Exxon Mobil e Mitsubishi, além de dezenas de companhias estrangeiras e outras empresas privadas nacionais explorarem o petróleo venezuelano.

Na prática, significava uma ruptura ideacional com o "*sembrar el petróleo*", uma vez que permitia a internacionalização da estatal e, com isso, o envio dos lucros para o exterior e não para reinvestimento interno.A dificuldade operacional em explorar suas maiores reservas, localizadas na Faixa do Rio Orinoco, em um contexto de crise foi um elemento adicional para justificar a abertura petroleira a partir da perspectiva de ganhar mais mercados e, consequentemente, elevar as receitas, além de aumentar a tecnologia devido à vinda das empresas estrangeiras (VALENTE, 2012).

No curto prazo, essas medidas ajudaram a alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) e promover a queda do déficit fiscal, porém sem alívio na inflação, na desvalorização do Bolívar ou na recuperação do poder de compra das classes médias e baixas. Assim, a situação social foi a mais desoladora da história, mas diferentemente de Pérez, Caldera pôde contar com os ânimos menos exaltados devido ao cansaço da população e à rejeição da ideia de atuar violentamente de novo. A "Paz dos mortos" é como se descreve o período da segunda presidência do democrata-cristão em que, de maneira distinta dos momentos anteriores, não houve ressonância entre as ações políticas e as manifestações de ruas, que eram esparsas, isoladas e descoordenadas. A explicação para esse fenômeno também reside no fato de que:

> Caldera capitalizou o apoio tanto dos que repudiavam a violência e os que consideravam todo discurso esquerdista como anacrônico ou atrasado, como dos que simplesmente queriam estabilidade. Combinou a repressão seletiva aos grupos e organizações que considerou mais perigosos, com uma hábil política midiática e grandes operações de propaganda destinadas a gerar mobilizações sociais completamente despolitizadas e conservadoras [...]. (MARTÍNEZ DAZA, 2013, p. 206-207, tradução nossa)[76].

---

[76] No original: "Caldera capitalizó el apoyo tanto de los que repudiaban la violência y los que consideraban todo discurso izquierdista como anacrónico o atrasado, como de los que simplemente querían

Assim como seu antecessor, o democrata-cristão incorreu em *policy switch*, isto é, estelionato eleitoral, ao prometer uma agenda estadista durante a campanha e, ao final, sucumbir à tentação do neoliberalismo. Neste caso, o ponto de inflexão ocorreu, em 1996, quando as reservas caíram e a incapacidade de arrecadação fiscal o obrigou a tomar uma atitude. Se com Pérez o ajuste foi implementado em poucos dias de mandato por tecnocratas que enxergavam o Estado sob uma lógica gerencial, com Caldera os artífices do pacote foram líderes de esquerda, que entendiam aquele movimento como algo a ser politicamente viabilizado.

Como já havíamos mencionado, Caldera foi mais habilidoso em conter os ânimos no país: sem deixar de reprimir pontualmente manifestações mais exaltadas, ele logrou a pacificação por meio de peças propagandísticas e ações efetivas, como a anistia concedida aos líderes do golpe de 1992. Na época, conforme apontam Maringoni (2009) e Uchoa (2003), as classes dirigentes imaginavam que Chávez seria um líder mais perigoso como um preso político do que como uma liderança que despertava apoios conflitantes. Outro nome de destaque era Francisco Árias Cárdenas, que participou da insurreição militar e, depois, se juntou ao governo de Caldera para liderar um programa social. Em 1995 elegeu-se governador de Zúlia pela Causa R e parecia ter um destino mais promissor na política que o outro líder, que apregoara o absenteísmo naquele pleito.

Em termos de imagem externa, inicialmente o governo de Caldera despertou o receio dos Estados Unidos por conta de seu passado nacionalista, por ter sido eleito com apoio da esquerda e pela anistia dada aos golpistas. O Brasil de Itamar Franco (1992-1994), que também havia passado por um processo traumático de impeachment e tentava reativar uma política de aproximação com a América do Sul, foi um importante aliado para credenciar a Venezuela junto à potência hegemônica. Com tantos problemas internos, o intento de efetivar uma política externa mais ativa na região e com os Estados Unidos não foi concretizado, cabendo à diplomacia tão somente o papel de auxiliar na renegociação da dívida externa venezuelana (VALENTE, 2012).

---

estabilidad.Combinó la represión selectiva a los grupos y organizaciones que consideró más peligrosos, con una hábil política mediática y grandes operaciones de propaganda destinadas a generar movilizaciones sociales completamente despolitizadas y conservadoras[…]".

4.1.4 O fim do Punto Fijo e o rearranjo das forças internas

Mesmo com os distúrbios e a instabilidade social, CAP conseguiu privatizar a Companhia Anônima Nacional de Telefonia de Venezuela (Cantv), a aerolínea Viasa e outras empresas menores, além de ter promovido a descentralização, a desregulamentação financeira e a privatização da PdVSA, continuadas por Caldera. Com o desmonte das empresas e a deterioração dos serviços estatais, bem como queda do poder de compra diante da inflação, as mudanças atingiram primeiramente, por obvio, os mais pobres, que tiveram suas condições de vida ainda mais rebaixadas. Todavia, entre 1983 e 1994, a classe média também passou a sentir as consequências da crise econômica (LANDER, 2005b).

Foram essas classes, baixas e médias, que protagonizaram o advento de Organizações Não-Governamentais (ONGs), desvinculadas dos partidos políticos tradicionais, que encabeçaram os movimentos de rua nos anos seguintes. As eleições regionais, de 1995, demonstraram o poder de contra-ofensiva da direta em todos os âmbitos, com diferentes organizações defendendo as bandeiras neoliberais. Uma delas, Luces contra el Hampa, defendia medidas higienistas para combater a violência criminal e dividia opiniões, sendo apoiada pela classe média e criticada por organizações de Direitos Humanos (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Os empresários também se descolaram dos partidos políticos e passaram a defender suas agendas próprias, após anos de beneficiamento estatal, por meio de grandes conglomerados. Nesse contexto, os meios de comunicação privados ganharam mais relevância na cena política, atuando como porta-vozes e defensores de uma agenda liberal. A mídia estava, aos poucos, se apropriando do espaço de influência da opinião pública que durante o *puntofijismo* havia sido ocupado pelos partidos tradicionais – processo que vai se consolidar no chavismo. Como explica Edgardo Lander (2005b):

> Um discurso antipolítico e antipartidos estava refletido na mídia, a partir de um maniqueísmo que opunha o Estado, caracterizado como corrupto, ineficiente e clientelista, e uma sociedade civil mítica (que incluía a mídia) entendida como a síntese de todas as virtudes: criativa, pró-ativa, eficiente, honesta e participativa. (LANDER, 2005b, p. 28)[77].

---

[77] No original: “An antipolitical and antiparty discourse was reflected in the media, establishing a Manichean opposition between the state, characterized as corrupt, inefficient, and clientelist, and a mythical civil society (which included the media) understood as a synthesis of all virtue: creativity, initiative, efficacy, honesty, and participation”.

Em tal cenário, as novas lideranças altamente personalizadas ganharam mais destaque, como Irene Sáez (prefeita de Chacao, no distrito de Caracas) e Henrique Salas Römer (governador de Carabobo)[78], montando estruturas de publicidade a partir da sua imagem. O golpe de 1992 também fez emergir novas lideranças, como Hugo Chávez Frías, Francisco Árias Cárdenas e Hernán Grüber Odremán[79]. Isso significa que, pela primeira vez em quase quatro décadas, o aparato partidário tornava-se menos importante que o uso de estratégias comunicacionais para alavancar candidaturas.

Esse processo de enfraquecimento é relevante para compreender o declínio total do Punto Fijo, pois esse sistema foi erigido como um pacto de governabilidade entre três partidos políticos – embora somente dois tenham, efetivamente, exercido o poder. O fato é que, durante as quatro décadas de conciliação oligárquica, toda a organização do Estado passava diretamente pelas cúpulas dos partidos dominantes, que incluíam os fundadores, aliados, empresários[80], sindicalistas e intelectuais mais próximos. Em suma, os partidos invadiram por completo a estrutura estatal no período de predomínio da democracia liberal na Venezuela.

As lutas políticas e sociais que começaram em 1982, mas que viveram o apogeu na segunda presidência de Pérez, destruíram por completo o Punto Fijo, fazendo surgir novos embates que reorganizaram o poder político no país. Se no decorrer do *puntofijismo* houve o surgimento de uma direita composta por empresários com ligações diretas com a política – como Pedro Tinoco e Gustavo Cisneros, que mantiveram relações estreitas com os primeiros governos de Caldera e Carlos Andrés Pérez – durante seu ocaso, surgiu uma “nova direita neoliberal”.

Segundo Martínez Daza (2013), o tripé desta nova direita que surge na Venezuela era composto por: (i) “politização” do empresariado no sentido de aumentar sua interferência sobre a política, (ii) descentralização política, que favoreceria o surgimento de novos líderes regionais e locais e (iii) valorização da tecnocracia, es-

---

78 Ambos foram concorrentes de Chávez nas eleições presidenciais de 1998.

79 Oficial da Marinha que, junto com Cárdenas e Chávez, participou do intento de golpe contra CAP e foi candidato ao governo do estado de Miranda.

80 Vale notar que os empresários, organizados na Fedecámaras, construíram alianças com os governos e partidos no poder, porém nunca aceitaram se submeter à lógica partidária, diferentemente da Central CTV, uma vez sua luta sempre foi no sentido de conseguir vantagens para o empresariado importador e maior independência.

pecialmente da PdVSA. Os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, e as novas lideranças regionais legitimavam um projeto que nasceu entre o empresariado venezuelano de substituir os partidos políticos tradicionais e de manter o status privilegiado da tecnocracia da estatal de petróleo. Essa burocracia era extremamente poderosa, pois comandava o coração da economia venezuelana: o petróleo.

A decisão de Caldera em concorrer à presidência por um novo partido, com apoio de movimentos de esquerda, denota que o velho político tinha entendido que o sistema bipartidário estava danificado irreversivelmente. Mesmo diante dessa percepção, ele, que foi um dos signatários do pacto, conseguiu vencer o pleito. Contudo, o desgaste que sofreu com adoção da Agenda Venezuela traria rupturas mais drásticas: nem partidos, nem políticos tradicionais chegariam às eleições de 1998 com chances de vitória. Era a oportunidade para que tanto a "nova direita", como movimentos mais populares como La Causa e o MBR-200 pudessem, finalmente, acessar o poder político depois de quatro décadas de hegemonia do AD e do COPEI.

Quanto à inserção internacional da Venezuela no período de declínio do Punto Fijo, percebe-se que o país não tinha condições de exercer uma política externa autônoma, ainda que quisesse – o que não era o caso – restando-lhe somente a opção pela adesão à hegemonia. Quando discutimos o conceito de hegemonia, destacamos que ela se refere também à forma como exerce sua influência sobre os dominados. Sem condições materiais de buscar posições autônomas interna e externamente, a Venezuela dos anos 1990 sucumbiu não só ao alinhamento automático – que não ocorrera nem quando havia uma total convergência ideológica com os Estados Unidos – como também aos ditames neoliberais do Consenso de Washington.

4.2 O chavismo (1998-2013) e a ascensão de um novo bloco no poder

O ano de 1998 marcou a derrocada final do *puntofijismo* com a eleição de um *outsider* advindo de um novo movimento político, sem vínculos estreitos com nenhuma das classes dirigentes até então: Hugo Chávez Frías. Embora viesse das Forças Armadas, era membro fundador do MBR-200, que se sublevou contra o presidente CAP e, consequentemente, chocou-se também com o comando militar da

época. Sua base de apoio era heterogênea, mas, sobretudo, composta pelas classes menos abastadas, cujo processo de empobrecimento se arrastava por anos.

A ascensão de uma nova liderança oxigenou não só o sistema político, viciado por décadas de bipartidarismo, como todos os demais aspectos da vida social. O chavismo tornar-se-ia um fenômeno ainda mais intenso do que fora o Punto Fijo, no sentido de desarticular as antigas classes dirigentes e permitir o surgimento de uma nova classe política e, consequentemente, de um bloco no poder com interesses e ações diferentes do que se havia presenciado até então. Ao mesmo tempo em que representou uma novidade, resgatou aspectos de diferentes momentos históricos e retomou, depois de décadas, a dicotomia entre adesão à hegemonia e uma política externa inspirada no bolivarianismo.

Com a finalidade de apresentar os principais elementos dessa nova fase política venezuelana, aprofundaremos a análise acerca de emergência de Hugo Chávez como uma liderança militar com múltiplas influências ideológicas. Tendo em vista que se tratou de um processo altamente personalizado, a compreensão das ideias na formação deste líder torna-se ainda mais relevante.

4.2.1 O homem por trás do fenômeno: Hugo Chávez e suas múltiplas influências

Desde seu famoso discurso “por enquanto” (“por ahora”), que simbolizou uma rendição pontual, mas com disposição para seguir lutando por mudanças na Venezuela, Hugo Chávez ganhou forte apoio popular. Segundo relata Gilberto Maringoni (2009), quatro meses após o intento golpista, Chávez possuía cerca de 65% de popularidade. Durante o tempo em que ficou preso, recebeu visitas e formação de líderes históricos da esquerda venezuelana, como José Vicente Rangel, Teodoro Petkoff e Douglas Bravo[81], fazendo-o se aproximar da Causa R e do MAS (JONES, 2008).

Até 1996, ele defendia a abstenção e foi somente a partir deste ano que decidiu entrar para a política institucionalizada, porém condicionava sua entrada a uma candidatura que fosse promovida por um movimento novo. Diante da possibilidade

---

81 Da mesma geração que ajudou a derrubar Pérez Jiménez em 1958, como Petkoff, Duno e Rangel, Bravo foi líder da guerrilha denominada Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN) nos anos 1960 e 70 e arregimentou Chávez, ainda jovem, a participar desse movimento antes que este fundasse o MBR-200. Posteriormente, se converteria um crítico à esquerda do chavismo.

de lançar Chávez à presidência, o MBR-200 fez discussões internas que fizeram com que, em 1997, ele se convertesse em um partido político. Surge, então, o MVR – Movimiento V República[82] – denotando a reconstrução institucional que Chávez visava promover, isto é, refundar uma nova República no país (MARINGONI, 2009).

Não obstante a referência a Bolívar ter sido retirada de seu novo nome por conta da legislação eleitoral que proibia a alusão a qualquer símbolo nacional, a influência de seu pensamento continuaria a mesma. A troca da letra B pela V não resultou em grande diferença fonética, uma vez que ambas possuem um som quase indiferenciável na língua espanhola. Ainda que a mudança do nome não tenha atingido a essência do movimento, Chávez entendeu a necessidade de ampliar os horizontes e retomar os contatos que fizera após 1992, além de percorrer o país para angariar apoio dos mais remotos rincões para o seu projeto de reforma constitucional.

Do ponto de vista partidário, o MVR era um nanico que tinha conseguido reforço de parte da esquerda do país. Formou-se, então, a coalizão Polo Patriótico, composta pelo PCV e o Pátria para Todos (PPT), agremiação que reunia parte de La Causa R e do MAS. Petkoff, fundador do MAS, decidiu sair do partido por não estar de acordo com o apoio dado a Chávez nas eleições. Mesmo gerando fissuras, a identificação do eleitorado com as propostas do líder bolivariano era cada vez maior, demonstrando que suas chances de vencer seriam grandes.

Ademais, na arena eleitoral ele disputaria a presidência com Irene Sáez, Henrique Salas Romer e Luis Alfaro Lucero, todos, em diferentes graus, relacionados à antiga partidocracia que dominara o país durante o Punto Fijo. Sáez, no início de 1998, era a mais bem cotada para bater Chávez, contudo, o apoio inicial recebido pelo COPEI derrubou suas intenções de voto de maneira irreversível. O AD decidiu por um candidato próprio, Lucero, mas cujo desempenho era tão ínfimo que o partido abandonou-o na reta final. COPEI e AD terminaram a disputa corroborando o conservador Romer e, consequentemente, prejudicando sua candidatura (MARINGONI, 2009).

---

82 A I República seria aquela obtida com a declaração de independência, em 1811, enquanto que II dataria de 1813. A III se refere à Grã-Colômbia constituída por Bolívar, enquanto que a IV teve início com a presidência de José Antonio Páez e duraria até o Punto Fijo.

Em suma, o que aconteceu na emblemática corrida eleitoral de 1998 foi que enquanto Hugo Chávez subia nas pesquisas, houve constantes reacomodações de forças e apoio às candidaturas que, ao final, definiram quem iria compor a oposição e quem conseguiria aproveitar-se da vitória para garantir posições. O seu iminente triunfo evidenciou, portanto, o fim do sistema político em vigor até então. Nem mesmo os militares de direita, que haviam conspirado contra o líder de esquerda Andrés Velásquez, nas eleições de 1993, puderam combater a ascensão de Chávez e não houve tentativas de fraudes, nem desconhecimento dos resultados (MARTÍNEZ DAZA, 2013).

Sua vitória, com 56% dos votos, nas eleições de 1998, foi analisada por Sylvia e Danopoulos (2003) a partir de alguns tópicos explicativos, dentre os quais estão a capacidade de formar alianças e coalizões – como vimos durante o lançamento de sua candidatura – seu carisma e o discurso anti-colonialista. Desde o início do século, o venezuelano privilegiava líderes centralizadores e populistas, características presentes em Chávez, ainda que sob uma nova roupagem. Sua origem étnica mestiça, que representava boa parte da população, o diferenciava dos demais políticos, que majoritariamente tinham traços europeus. Esses componentes faziam com que, além do seu talento retórico, fosse criada uma conexão entre o novo presidente e a população historicamente marginalizada em tantos aspectos da vida social.

Como era esperado, o novo líder era independente, porém não do tipo gerencial, prometendo ao país uma mudança profunda e benefícios àqueles que esperavam que o resultado das reformas fosse, finalmente, melhorar seu nível de vida. A novidade trazida por Chávez foi o fato de ter conseguido construir uma base eleitoral bastante heterogênea e ampla, que ia desde militares de baixa patente e setores menos abastados que foram duramente atingidos pela crise do Punto Fijo até a esquerda tradicional e classe média mais intelectualizada (VIEIRA, 2016).

Uma das características de seus governos – depois de 1998, Chávez seria reafirmado na presidência em 2000, 2006 e 2012 – foi o alto personalismo com que conduziu o país, lastreado no forte vínculo que o líder conseguiu estabelecer com a maioria da população. Posto isso e considerando os postulados construtivistas de que “as ideias importam”, a compreensão do fenômeno chavista passaria não só pela análise de suas ações políticas – como veremos a *posteriori* – mas também

pelo aprofundamento das múltiplas influências ideológicas que Chávez recebeu antes e durante sua permanência no poder.

Notadamente, uma de suas principais marcas foi o resgate da figura de Simón Bolívar – que naquela altura estava consolidado como mais um símbolo pátrio acima de qualquer ideologia – e torná-lo estandarte de um novo projeto anti-colonial, sendo fonte de inspiração de discursos e ações do presidente Chávez interna e externamente. Ele também era visto como um "novo Bolívar" por parte da população desacreditada dos políticos tradicionais. Como sinal de um sincretismo entre a religião católica, predominante no país, com elementos do espiritismo, Yolanda Salas de Lacuna (2005) ressalta o caráter messiânico desse resgate:

> Um Bolívar santo, mitificado, reivindicador das classes que se sentem fora das esferas do poder, emergiu das verbalizações coletivas populares, assim como o espírito messiânico do culto. Bolívar herói cultural, fundador e civilizador das nações, convertido em Pai da Pátria, encarna dentro dessa tendência ao profeta que se retirou do reino deste mundo e deixou atrás de si uma mensagem que a população transformou em esperança. Desta forma, Bolívar confirma sua assistência espiritual do além e deixa em aberto a possibilidade de um retorno. Bolívar, o predestinado, mensageiro divino, espécie de santo guerreiro, não descansa em paz em sua tumba e vela por sua Pátria, oferece alívio aos desamparados, é um lutador infatigável e gera sentimentos messiânicos em seus admiradores e adeptos, que esperam uma nova libertação. Essa esperança de libertação se objetiva em uma nostalgia do passado ou em um desejo por um mundo social mais justo. Nostalgia que propicia expectativas enunciadas em frases como "as coisas mudariam com outro Bolívar' ou 'somente outro Bolívar poderia nos salvar". (SALAS DE LACUNA, 2005 p. 246, tradução nossa)[83].

Diferentemente de outros líderes de destaque da Venezuela que utilizaram a memória coletiva em torno de Bolívar para justificar e legitimar suas bandeiras, descontextualizando e/ou usando oportunisticamente o legado bolivariano, o novo mandatário rememorou ideias que haviam sido convenientemente esquecidas para reforçar a sensação de que ele seria, de fato, o verdadeiro herdeiro de Bolívar. Contu-

---

83 No original: "Un Bolívar santo, mitificado, reivindicador de las clases que se sienten fuera de las esferas del poder, emergió de las verbalizaciones colectivas populares, así como el espíritu mesiánico del culto. Bolívar héroe cultural, fundador y civilizador de naciones, convertido en Padre de la Patria, encarna dentro de esa tendencia al profeta que se retiró del reino de este mundo y dejó tras de sí un mensaje que el sentir popular ha transformado en esperanza. De esta forma, Bolívar confirma su asistencia espiritual desde el más allá y queda abierta la posibilidad de un retorno. Bolívar el predestinado, mensajero divino, especie de santo guerrero, no descansa en paz desde su tumba y vela por su Patria, ofrece alivio a los desamparados, es un luchador infatigable por la justicia, por las necesidades de los pobres, por la libertad, abre caminos y genera sentimientos mesiánicos en sus admiradores y adeptos, quienes esperan una nueva liberación. Esta esperanza de liberación se objetiva en una nostalgia por el pasado o en un deseo por un mundo social más justo. Nostalgia que propicia expectativas enunciadas en frases como 'las cosas cambiarían con otro Bolívar' o 'sólo otro Bolívar podría salvarnos'".

do, Chávez também mesclou a influência bolivariana – que era predominante – com outros elementos inerentes à sua trajetória política.

4.2.1.1 O bolivarianismo militarista-nacionalista

Antes de adentrar na política, Hugo Chávez Frías, então com dezessete anos, aspirava uma vida melhor. Vindo de uma família de classe média, via na carreira militar uma forma de ascender no esporte que mais lhe aprazia, o basebol, e socialmente. O fato de a Academia Militar Venezuelana possuir os melhores técnicos e ex-jogadores no desporte mais popular do país foi o grande atrativo para o jovem nascido em Sabaneta, no estado de Barinas, a 450 km de Caracas. Portanto, o início de sua trajetória militar não tem relação com o que viria a se tornar dentro e fora desta carreira (JONES, 2008).

O único vínculo que sua família tinha tido com a política até então havia sido estabelecido por antepassados distantes, com quem não havia convivido, seu tataravô e bisavô. O primeiro, Pedro Pérez Pérez, fora guerrilheiro, em 1840, e depois foi comandado por Zamora na Guerra Federal. Já o segundo, filho de Pedro Pérez, de quem herdara o nome, participou das rebeliões contra Juan Vicente Gómez e era conhecido como “Maisanta”. Conforme Chávez relata na biografia escrita por Jones (2008), por muitos anos a memória de seu bisavô Maisanta havia sido renegada entre a família, uma vez que acreditavam que ele tinha se envolvido com o crime. Somente anos mais tarde descobriu-se que, na verdade, ele tinha sido um combatente contra a ditadura, servindo de inspiração política para seu bisneto.

É importante relembrar o papel dos militares na política venezuelana. Desde a luta de Zamora na Guerra Federal, em que foram veiculadas suas ideias de que as Forças Armadas deveriam estar prontas para enfrentar os tiranos a fim de favorecer os vilipendiados pelas oligarquias, o Exército perdeu sua conexão com as lutas populares. Rodrigues (2012) recorda que, a partir do final do século XIX, o Exército acabou servindo como ente conciliatório que permitiu a construção de um Estado liberal. Ademais, houve esforços deliberados no sentido de garantir a neutralidade política daquele que, outrora, havia sido o “Exército do Povo”, como na Constituição de 1961 em que ficou estabelecido que as Forças Armadas seriam uma instituição apolítica e submissa ao poder político, sem poder decisório.

Foi somente com Plano Andrés Bello[84], durante a primeira presidência de CAP, que a formação dos militares venezuelanos deixou de inspirar-se na Escola das Américas, que havia sido criada na Guerra Fria e influenciara as Academias militares de toda a América Latina. A ideia deste plano era profissionalizar os novos cadetes e garantir-lhes, entre outras coisas, uma sólida formação acadêmica, com base no nacionalismo. Muitos optaram pela licenciatura em Ciências Sociais, diminuindo a resistência destes homens e mulheres em relação a pensamentos mais próximos da esquerda e permitindo o desenvolvimento de uma visão crítica do país e da realidade (GIANTOMASI, 2017; MARINGONI, 2009; RODRIGUES, 2012; VALENTE, 2012).

É neste contexto, dos anos 1970, que o movimento bolivariano tem os primeiros lampejos no seio do Exército venezuelano, cuja organização oficial só se dará uma década depois, em 1982, com a fundação do MBR-200. O culto a Bolívar nas Forças Armadas tem a ver não só com o seu papel enquanto líder militar na luta pela independência, mas pela forma como esse processo ocorreu, que conferiu aos militares um papel preponderante de zeladores da soberania, unidade e da paz nacional. Ademais, a formação do "Exército Libertador" foi feita com a inclusão de camadas histórica e socialmente excluídas, como fugitivos da escravidão, camponeses e as classes urbanas mais empobrecidas (RODRIGUES, 2012).

Chávez, que recebeu essa formação e se inspirava em Bolívar e Zamora, acreditava que reaproximar as Forças Armadas das lutas populares nada mais era do que retomar o caminho histórico que essa instituição teve em momentos decisivos da República, em sua fundação e, posteriormente, em sua consolidação. Nesse sentido, os militares e os civis não deveriam ser vistos como entes distintos que compõem a sociedade, mas como um só corpo na luta pelo desenvolvimento nacional. Contudo, o principal desafio desse grupo foi justamente criar alianças com os civis de esquerda, que depois de décadas de repressão na Venezuela e na América Latina desconfiavam de qualquer movimento militar, por mais "progressista" que fosse.

Por isso, a saída encontrada pelo grupo de Chávez foi privilegiar o bolivarianismo, em sua vertente contestatória que visava libertar o país das elites internas e externas, indo na contramão do uso desta figura histórica pelos políticos *puntofijis-*

---

84 Intelectual e político contemporâneo de Bolívar, já mencionado no primeiro capítulo.

tas. O juramento que os membros do MBR-200 deveriam fazer para aderir ao movimento era o mesmo que Simón Bolívar fizera quase dois séculos antes:

> Juro perante o senhor; juro pelo Deus de meus pais; juro por eles; juro pela minha honra e juro pela minha Pátria, que não darei descanso ao meu braço, nem repouso à minha alma, até que tenha rompido as correntes que nos oprimem pela vontade do poder espanhol!. (BOLÍVAR, 2007, p. 4)[85].

Como Neruda (1941) havia previsto em seu poema "Um Canto para Bolívar", que termina dizendo que o general despertaria a cada cem anos, quando o povo despertasse, os jovens criadores do MBR-200 – os mais velhos, Chávez e Cárdenas, tinham em torno de 30 anos – acreditavam que eram os verdadeiros herdeiros de seu legado[86]. Como o advento do movimento ocorreu em uma década de crise, a adesão a essas ideias, sobretudo entre os oficiais de baixa patente, foi mais fácil, ainda que tenha ocorrido de maneira dispersa, uma vez que eles atuavam na clandestinidade e, portanto, sigilosamente (MARINGONI, 2009).

Além de Bolívar e Zamora, o MBR-200 e, posteriormente, o MVR tinha como fonte de inspiração o pensamento de Simón Rodríguez. No "Livro Azul", escrito por Chávez logo após a conclusão de seu mestrado em Ciência Política, em 1991, há a síntese do que seria a filosofia política venezuelana, presente no subconsciente de todos os seus compatriotas. Em tal publicação, ele organiza metodologicamente seu raciocínio a partir do chamado sistema: EBR ou "árvore de três raízes". "E" referente a Ezequiel Zamora, o "General do Povo Soberano"; "B" a Bolívar, "o Líder" e "R" a Samuel Robinson, nome que Simón Rodríguez, "o Professor", adotou posteriormente (CHÁVEZ FRÍAS, 2014).

Yolanda Salas de Lacuna (2005) explica que:

> O ideário do Movimento Revolucionário Bolivariano merece uma análise particular por sua vinculação com a consciência histórica coletiva. Os líderes do Movimento Revolucionário Bolivariano basearam seu discurso na memória paradigmática de três heróis históricos: Bolívar, Zamora e Simón Rodríguez, cuja frase "ou inventamos ou erramos" se converteu no paradigma que sustenta a busca da originalidade americana na construção de novos modelos. (LACUNA, 2005, p. 250, tradução e grifos nossos)[87].

---

85 BOLÍVAR, Simón. "Juramento de Roma" In MIJARES, Augusto (comp.) Simón Bolívar: o Libertador, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007, p. 4.

86 Eles chegaram, inclusive, a romper politicamente, cada qual reivindicando para si o papel de representante legítimo do projeto bolivariano. Após idas e vindas na aliança Cárdenas-Chávez, eles finalmente juntaram-se nos anos finais do chavismo, diante do recrudescimento da oposição anticha-vista.

87 No original: "El ideario del Movimiento Revolucionario Bolivariano amerita un análisis, en particular su vinculación con la conciencia histórica colectiva. Los líderes del Movimiento Revolucionario Boli-

Desta forma, o sistema EBR estava apoiado em um pensamento anti-colonial e favorável à solidariedade entre os povos subjugados pelas potências. Partido dessa construção ideologicamente nacionalista e, ao mesmo tempo, hostil a qualquer tipo de intervenção estrangeira, Chávez elaborou, anos antes de empreender a tentativa de golpe ou de pleitear a presidência, o "Projeto Nacional Simón Bolívar". Em suma, esse projeto objetivava construir "[...] o modelo de sociedade original e o modo de vida solidário [...]" (CHÁVEZ FRÍAS, 2014, p. 56) apoiados por uma nova estrutura político-jurídica.

No mesmo "Livro Azul", refletindo sobre o aparato estatal que suportaria o "Plano Nacional Simón Bolívar", Chávez (2014) adianta o que ele só iria efetivar quase dez anos depois: uma profunda reforma institucional, por meio de uma nova Carta Magna, que dará origem a mais dois poderes constitucionais, o Eleitoral e o Popular (ou Cidadão).

Ainda que na sua ideia, de 1991, o poder Eleitoral funcionasse mais como uma plataforma para o acesso à democracia direta ou participativa, os indícios de que para o futuro presidente era importante ter um órgão independente para organizar os pleitos, referendos e plebiscitos já estavam presentes. Da mesma forma, originalmente o que viria a ser o Poder Popular foi denominado de Poder Moral, que seria um elemento neutro para garantir o bom funcionamento dos demais poderes.

Para além das referências que Bolívar, Zamora e Rodríguez representaram para o projeto chavista, a formação do novo presidente venezuelano também passou por exemplos de militares latino-americanos no poder. Conforme ressalta Valente (2012), Omar Torrijos (Panamá) e Juán Velasco Alvarado (Peru), que governaram seus países nos anos 1970, serviram de referencial para Chávez. Ambos mantiveram posturas nacionalistas frente à potência norte-americana, além de empreenderem políticas consideradas de esquerda. Maringoni (2009) completa: "os generais, tidos como progressistas, embora polêmicos, mostraram ao jovem de Barinas que militares na política não eram sinônimo de Pinochet" (MARINGONI, 2009, p. 89).

Ao chegar ao poder, Chávez e novo bloco no poder, que compartilhavam das mesmas bases ideológicas, começaram a executar alguns dos pontos que compu-

---

variano basaron su discurso en el recuerdo paradigmático de tres héroes históricos: Bolívar, Zamora y Simón Rodríguez, cuya frase "o inventamos o erramos" se convirtió en el paradigma que sustenta una búsqueda de originalidad americana en la construcción de nuevos modelos".

nham o Plano Nacional Simón Bolívar, inspirado no sistema EBR. Assim, a Constituição de 1999 instituiu novos poderes e modificou o nome do país de República da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela, consolidando o peso simbólico e prático deste prócer da independência. Conforme destaca Salas de Lacuna (2005):

> Novembro do ano 1999, a poucos dias do fim do milênio. A República da Venezuela, em estrita obediência ao mandato de seu presidente eleito por via democrática, o Comandante Hugo Chávez, mudou seu nome para República Bolivariana da Venezuela. Essa mudança de denominação é um assunto que deve ser entendido, segundo a visão oficial, no contexto de renovação da velha República por uma nova, baseada na ideologia bolivariana, que mais do que um discurso público, era quem sustentava o governo na busca pela felicidade de seu povo. (LACUNA, 2005, p. 243, tradução nossa)[88].

"Comandante", como no trecho acima exposto, era outra alcunha dada à Chávez, cuja influência dos militares nacionalistas que admirava pode ser vista em sua postura de altivez na relação com os Estados Unidos, além das alianças que fez com a esquerda antes e depois de sua eleição. Ele também rompeu com o caráter apolítico das Forças Armadas, a exemplo do que pregava Zamora. A nova Carta Magna passou a permitir o voto aos militares que pudessem ser indicados para cargos públicos, uma vez que, além de cidadãos, deveriam ser artífices do projeto bolivariano.

Em uma nova reforma da Constituição, ocorrida em 2007, houve um aprofundamento do papel desta instituição do processo político, bem como a revisão de algumas de suas atribuições:

> Desta maneira, o governo passa a exigir efetiva participação dos militares em seus programas sociais, bem como sua participação política e a adequação à ideologia bolivariana. Os militares deveriam se declarar, cada vez mais, como uma força radical, antiimperialista, revolucionária, bolivariana e socialista. Segundo o governo, tal qual o Exército norte-americano é um instrumento para a consolidação do imperialismo, o Exército venezuelano deverá ser um instrumento para a consolidação do socialismo. (RODRIGUES, 2012, p. 101).

Ou seja, além de institucionalizar a aliança cívico-militar que baseava suas ideias desde o início de sua militância, Chávez ainda condicionou essa estratégia à

---

88 No original: "Noviembre del año 1999, a pocos días del fin de milenio. La República de Venezuela, en estricta obediencia al mandato de su presidente electo por vía democrática, el Comandante Hugo Chávez, debió cambiar su nombre por República Bolivariana de Venezuela. Este cambio de denominación es un asunto que debe ser entendido, según la voz oficial, en el contexto de una idea de renovación del orden de la vieja República por uno nuevo, basado en la ideología del bolivarismo, que en más de un discurso público ha definido como la que sustenta el gobierno que busca la felicidad de su pueblo".

adoção do socialismo. Como veremos mais adiante, o chavismo passou por diferentes fases e, no primeiro momento, a influência do pensamento bolivariano, militarista e nacionalista prevaleceu. Entretanto, com o passar dos anos, o líder começou a incluir de maneira mais incisiva termos relacionados ao marxismo. Por isso, no próximo tópico, discutiremos a dificuldade teórica de conciliar ideias bolivarianas, nacionalistas e militaristas com o marxismo, bem como a forma como isso se deu na prática.

4.2.1.2 O bolivarianismo socialista

Como vimos, a despeito de ter sido referenciado por todas as lideranças políticas anteriores à Chávez, a presença de Bolívar na retórica deste presidente diferencia-se dos demais por ressaltar, ademais do simbolismo associado à sua figura, o caráter ideológico de seu projeto nacionalista e emancipatório. A ideologia neobolivariana, nesta versão atualizada pelo movimento chavista, passa a incorporar elementos oriundos do marxismo e das pautas da esquerda no mundo todo.

De maneira intencional, de acordo com a análise de Rodrigues (2012), Chávez teria entendido a necessidade de conectar as classes menos abastadas na Venezuela não só com o seu passado afetivo em torno das lutas bolivarianas, mas também com bandeiras mais contemporâneas, como o combate ao neoliberalismo e a hegemonia estadunidense no país e no mundo. Portanto, a incorporação de pautas e linguagens tradicionalmente ligadas à esquerda e ao marxismo ocorre em um contexto de prevalência do modelo neoliberal – tão danoso à Venezuela – que trazia consigo o aumento da dependência da América Latina em relação aos Estados Unidos.

Do ponto de vista de sua trajetória pessoal, não obstante o Plano Andrés Bello tenha contribuído para aproximar Chávez dessa ideologia, foi no ambiente familiar que o líder teve contato com as ideias socialistas. Durante a formação acadêmica na Universidade de los Andes que o primogênito da família Chávez Frías, Adán, começou sua militância. Tendo sido membro do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) e do Partido de la Revolución de Venezuela(PRV), conviveu e articulou o encontro entre líderes históricos da esquerda venezuelana com seu irmão, até então um militar nacionalista (MARINGONI, 2009).

Como o MBR-200 era somente um grupo de militares saudosistas do período bolivariano, não havia uma filiação ideológica clara em termos da dicotomia esquerda-direita e tampouco pretensões eleitorais de curto prazo. Com a prisão de seus líderes, em 1992, militantes da esquerda venezuelana passaram a frequentar a cadeia onde eles estavam, a fim de "refinar" as ideias daqueles militares que haviam despertado, novamente, a esperança da população com seu ímpeto de livrar o país do caminho neoliberal. Esta seria a chave que conectaria entre essas duas realidades a existência de um inimigo comum: o modelo econômico neoliberal e a consequente influência norte-americana.

Assim, diante de tal aproximação, Chávez precisaria lidar com as supostas incompatibilidades entre as ideias bolivarianas e as socialistas. Como figura histórica, Bolívar alimentou controvérsias no seio do marxismo, por conta de uma de suas biografias mais críticas, escrita por Karl Marx em 1857. No texto, o alemão demonstra sua aversão ao Libertador, a quem chamou de "canalha" e representante da aristocracia local que, acabava atendendo aos interesses ingleses na região.

Vale relembrar que Castro-Gómez (2005) credita a crítica de Marx ao prócer *criollo* à sua visão eurocêntrica, que considerava as sociedades latino-americanas como rudimentares e incapazes de fazer eclodir uma revolução contra a burguesia, uma vez que ainda não tinha uma sociedade de classes moderna o suficiente para tal.

Contudo, como aponta Rodrigues (2012), outros autores marxistas procuraram fazer análises menos "eurocêntricas" e compreender a importância de Bolívar enquanto personificação dos ideais revolucionários e de liberdade latino-americana. Ademais, a evolução do marxismo no decorrer da história e as múltiplas vertentes que foram surgindo permitiram a inclusão de elementos que haviam sido ignorados ou pouco aprofundados pela ortodoxia desse pensamento. Nesse sentido, István Mészáros (2007) entende que não será possível triunfar totalmente sobre o capital, que é globalizante, sem uma estratégia que também seja globalizante, ainda que os esforços iniciais se dêem no âmbito nacional – não em seu conteúdo, mas em sua forma.

Isso significa que para este autor – que é referência para a intelectualidade chavista, como Jorge Giordani (2014)[89] – o nacionalismo, seja ele em forma bolivariana ou não, não é incompatível com a luta pelo socialismo. Não obstante, ele faz ressalva de que os intentos nacionais não serão bem sucedidos no longo prazo se não houver uma ação concomitante em nível global. Tal visão vai ao encontro da diplomacia venezuelana durante o chavismo, marcada por um "hiperativismo" que visava a construção de um mundo multipolar como forma de contraposição à hegemonia estadunidense (RODRIGUES, 2012).

Sendo o neoliberalismo o modelo de dominação dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, o "pós-neoliberalismo" seria a reação à hegemonia, no sentido de superá-la.Autores como Michel Lowy, Emir Sader, Perry Anderson e Atílio Borón (1999), dentre outros, entendem que o papel dos socialistas é o de buscar a construção da igualdade e ter a capacidade de permitir a "coabitação" entre o socialismo e o mercado, levando em conta que se trata de um período de transição para um modelo ideal baseado no comunismo. A ideia seria que a sociedade fosse capaz de "domar o mercado", a fim de que ele tivesse cada vez menos influência sobre as dinâmicas políticas. Não obstante, Rodrigues (2012) propõe que:

> As ideias lançadas sobre a noção de 'pós-neoliberalismo' foram pouco precisas, ora tendendo para as características de um 'Estado de bem-estar social', ora para indicações de como deveriam se concretizar as bases de uma sociedade socialista. O que de mais preciso podemos retirar destas indicações é que, de maneira geral, os autores citados [Lowy, Sader, Anderson e Borón, 1999] delegam ao Estado um papel fundamental para a superação das políticas neoliberais e de seu padrão de sociabilidade. Ao Estado, nesta perspectiva, ficaria atribuída a função de construir mecanismos para um maior desenvolvimento da nação e para uma melhor distribuição de renda, algo que, da perspectiva da qual parte este trabalho, não conduz necessariamente à construção das bases de uma sociedade socialista, proposição mais do que comprovada pela história. (RODRIGUES, 2012, p. 72).

Mészáros (2002, 2007), por sua vez, diferencia-se dos "pós-neoliberais" por não acreditar na possibilidade de convivência harmônica entre os interesses das classes trabalhadoras e os do mercado. Para ele, tal coabitação significaria uma convivência adestradora que não é possível, uma vez que somente a regulação ou a distribuição de renda não seriam suficientes para acarretar as mudanças estruturais

---

89 Autor do livro "*La transición venezolana al socialismo*" (Caracas: Ed. Hermanos Vadell, 2009), foi Ministro do Poder Popular para a Planificação e Desenvolvimento da Venezuela em diferentes períodos do chavismo. Em sua obra, defende que a Venezuela caminha para o modelo socialista com base nos postulados de Mészáros.

que o socialismo necessita para emergir. Ainda assim, ele reconhece que o pluralismo inerente a qualquer movimento político deve ser unificador, em prol de objetivos comuns, sem menosprezar as diferenças, mas garantindo que todos tenham protagonismo no processo, de forma a que essas disparidades não se convertam em fragmentação.

A síntese da discussão acerca do socialismo por parte da intelectualidade, no final do século XX e começo do XXI – momento em que o chavismo inicia o seu projeto político na Venezuela – foi elaborada por Rodrigues (2012) a partir dos pontos em comum entre esses autores:

> [...] a construção do socialismo neste século não deve seguir modelos e nem cartilhas. Deve sim espelhar-se nas experiências do século anterior, aprender com os erros cometidos, superando-os e retendo-se ao que de melhor foi realizado, inspirando-se ali e criando novas possibilidades. É o que Simón Rodríguez, tutor de Simón Bolívar, tratava pela máxima: 'Ou inventamos ou erramos'. Assim, não há modelos para imitar e sim fontes para inspirar-se. (RODRIGUES, 2012, p. 89).

Mészáros (2007), embora acredite na importância do arcabouço teórico para a construção do socialismo, defende que deva haver a primazia da práxis, do aprender revolucionário, sobre qualquer teoria. Isto é, ele critica a ideia de que a realidade deva se moldar à teoria. Por isso, pensando em termos da suposta contradição entre o internacionalismo socialista e o nacionalismo que caracteriza o governo venezuelano, o filósofo húngaro entende que ambos os aspectos são complementares no processo da ofensiva socialista, em escala nacional e global. Em suas palavras: "Um nacionalismo <u>defensivo</u> cujo êxito depende de sua complementação pela dimensão <u>positiva</u> do internacionalismo" (MÉSZÁROS, 2007, p. 262-263, grifos do autor).

Diante dessa breve discussão teórica sobre o socialismo, que ocorreu de maneira concomitante ao processo chavista na Venezuela, é importante situar historicamente a adesão gradual de Chávez ao caminho socialista em sua trajetória presidencial. Durante o Fórum Social Mundial de 2003, ocorrido na cidade de Porto Alegre, ele relembrava da viagem que fizera a Cuba em 1994, declarando:

> [...] Fidel me surpreendeu me esperando no aeroporto e logo fomos à Universidade de Havana a um evento com estudantes e muitos amigos cubanos. Eu fui dizer algumas coisas e estava perfilando já o projeto ideológico do bolivarianismo. E logo Fidel respondeu às minhas palavras e disse: "Vocês lá na Venezuela chamam a luta por dignidade e por igualdade de boliva-

> rianismo, aqui – disse – a chamamos de socialismo". (CHÁVEZ FRÍAS, 2003, p. 15)[90].

Portanto, em um momento-chave para o direcionamento ideológico do movimento bolivariano que capitanearia, o líder venezuelano começou a estabelecer conexões com o cubano Fidel Castro, referência regional de resistência aos Estados Unidos e de socialismo latino-americano. Rodrigues (2012) recorda que nesse momento, em meados da década de 1990, o movimento bolivariano era:

> [...] o conjunto de forças políticas, de frações de classe (classe média, trabalhadores urbanos e rurais empregados e desempregados) que estão unidas, mobilizadas e ativas em prol da construção de um projeto de futuro em comum. Trata-se de uma mobilização popular que se dissemina por todas as esferas da sociedade e da política, englobando os partidos, os sindicatos, os movimentos sociais, as escolas, a cultura, o Estado. É um movimento político-social que não está restrito ao parlamento, mesmo que este ainda possua suma importância para o seu desenvolvimento. O movimento bolivariano é uma construção político-social ampla, onde um projeto de futuro mobiliza as pessoas a se organizarem e uma determinada ideologia lhes confere unidade política. (RODRIGUES, 2012, p. 50).

Ou seja, por ser um movimento amplo que poderia abarcar diferentes colorações ideológicas, foi somente entre 2004 e 2005 que o presidente começou a verbalizar publicamente o objetivo de encaminhar seu país para o socialismo, gerando uma forte reação da oposição internamente. Durante um dos pleitos ocorridos em 2004, sobre o qual trataremos mais adiante, Chávez declarou que começava, naquele momento, a etapa anti-imperialista da chamada "Revolução Bolivariana", em que a luta contra a dominação dos Estados Unidos se daria também no fronte externo, além de construir internamente um sistema que, diferentemente do capitalismo que coloca o capital em primeiro lugar, iria privilegiar o social, portanto, seria o socialismo (DIETERICH, 2005).

Já em 2005, Chávez novamente utilizou o Fórum Social Mundial para conclamar as demais lideranças a pensarem em uma nova forma de socialismo, que não repetisse os erros do passado e fosse condizente com a realidade do século XXI. Respondendo a essa reclame, Heinz Dieterich (2005) – intelectual alemão radicado no México e que se tornaria seu assessor – organizou a ideia de um socialismo "cristão", da "nova era", que havia sido sugerida pelo bolivariano, traduzindo-a no

---

[90]No original: "[...] Fidel me sorprendió esperándome en el aeropuerto y luego fuimos a la Universidad de La Habana a un evento con los estudiantes y muchos amigos cubanos. Yo fui a decir algunas cosas y se estaba perfilando ya el proyecto ideológico del bolivarianismo. Y luego Fidel respondió a mis palabras y dijo: 'Ustedes allá en Venezuela a la lucha por la dignidad, por la igualdad la llaman bolivarianismo, aquí –dijo- la llamamos socialismo'".

chamado “Socialismo do Século XXI”. Suas bases filosóficas seriam uma interpretação de Jesus Cristo enquanto um rebelde anti-imperialista, que pregava a igualdade e solidariedade entre os povos, bem como leituras menos eurocêntricas do marxismo, dentre as quais se destaca Mészáros.

Isso significa que Chávez, com a ajuda intelectual de Dietrich, conseguiu aglutinar em seu movimento referências muitas vezes vistas como antagônicas ou incompatíveis. A partir dessa mescla de influências, Rodrigues (2012) analisa que o bolivarianismo passou a ser composto por:

> [...] uma confluência de determinadas ideologias revolucionárias e o cristianismo. O marxismo, o socialismo e o bolivarianismo convergem para dar uma nova leitura ao antigo bolivarianismo e um embasamento teórico distinto a ele. Referências constantes são feitas aos teóricos e ideólogos destes movimentos, desde Jesus Cristo, passando por Karl Marx, Che Guevara e Fidel Castro, e culminando em Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez e, claro, Simón Bolívar. (RODRIGUES, 2012, p. 65).

Em suma, o Socialismo do Século XXI é uma crítica ao capitalismo que seria dirigido por “classes delinquentes” que monopolizam entre si as riquezas e, com isso, violariam os Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, a fim de superar as debilidades do socialismo real, a base desse novo socialismo estaria na Democracia Participativa, que inverteria a lógica de dominação de uma burguesia global minoritária ao conferir à maioria o real poder de escolha e decisão. A crítica aos modelos socialistas que “fracassaram”, mais notadamente o soviético, bem como ao capitalismo global representado pelas potências, é seu caráter iminentemente anti-democrático (DIETERICH, 2005, p. 98-99). A inclusão de mecanismos de participação direta na Constituição venezuelana, de 1999, que veremos adiante, fez com que esse país estivesse na vanguarda regional em termos de Democracia Participativa, antes mesmo de seu presidente se declarar como um socialista do século XXI.

Já a crítica que se faz ao “Socialismo do Século XXI” é que ele carece de maior densidade explicativa e confere à Venezuela de Chávez um papel protagônico no processo de transição para o Socialismo do Século XXI, sem problematizar profundamente o fato de que a base material das transformações internas foi o comércio petroleiro, cujo principal parceiro continuou sendo os Estados Unidos – representante mor do capitalismo. Ainda que parte da intelectualidade e militância acredite que a Venezuela chavista tenha, de fato, adentrado no caminho para o Socialismo, em maior ou menor grau, em nossa análise avaliamos que esse fenômeno político é

caracterizado pela primazia das influências originais de seu presidente, ou seja, o bolivarianismo militar-nacionalista.

Steve Ellner (2017), em análise feita já durante o madurismo e diante de um cenário bastante distinto daquele deixado por Chávez, em 2013, também acredita que o Socialismo não tenha adentrado as estruturas do Estado venezuelano. Vislumbrando a situação do país com uma distância histórica maior do que alguns defensores da crença na revolução socialista na Venezuela chavista, como Jorge Giordani (2014) ou Raphael Seabra (2014), ele ampara seu argumento não só na empiria, mas sobretudo em um debate teórico profundo que comprovaria que este país, a despeito da retórica de seu governo, não teria transformado seu Estado em um Estado socialista.

Não desconsideraremos, contudo, a relevância do marxismo e das alianças firmadas com lideranças como Fidel Castro que, de fato, repercutiram na retórica e no modo de fazer política de Chávez, especialmente no que tange à política social. Todavia, o aspecto nacionalista mostra-se mais importante na observação do controverso relacionamento com os Estados Unidos – que é o cerne do presente estudo. A despeito de que ter se apresentado como um país socialista, líder do chamado Socialismo do Século XXI, com adeptos na região, tenha incomodado a potência norte-americana e gerado manifestações negativas naquele país, bem como na opinião pública internacional, a análise da relação bilateral demonstrará que esse aspecto foi muito mais superficial do que efetivo para determinar as idas e vindas diplomáticas e comerciais entre esses parceiros.

4.2.2 A refundação institucional: a criação da República Bolivariana

Se durante a campanha o então candidato Hugo Chávez Frías fazia discursos maniqueístas, em que seus apoiadores seriam os “verdadeiros” nacionalistas, enquanto que seus rivais eram “entreguistas”, a fim de unificar uma coalizão partidária heterogênea e angariar mais apoio para sua candidatura, durante seu governo essa polarização ganhou contornos ainda mais acentuados.

Ao tomar posse, disse: “Juro diante de Deus, da Pátria e de meu povo e diante <u>desta Constituição moribunda</u> cumprir as transformações democráticas necessárias para que a República tenha uma nova Constituição adequada aos novos tempos” (CHÁVEZ FRÍAS apud MARINGONI, 2009, p. 113, grifos nossos). Diante de um

melancólico Rafael Caldera, de quem recebia a faixa presidencial tricolor, o novo mandatário, em seu primeiro ato oficial, reiterou de maneira provocativa sua promessa de refundar a República, uma República Bolivariana.

Esses dois processos – aprofundamento da polarização a partir de uma retórica afrontosa e reforma constitucional – ocorreram simultânea e simbioticamente. Andrés Serbin (2008) credita a Chávez o protagonismo de um processo que se inicia com seu governo, que é a conversão da polarização cultural – que, segundo ele, é uma característica da política venezuelana e, como vimos, esteve presente em distintos momentos históricos – para a polarização política. Para além dos discursos, o novo presidente teria efetivado esse movimento durante a transição da Constituição, de 1961 para a de 1999, em que conseguiu reverter a desvantagem legislativa, bem como, posteriormente, por meio de outras ações, acentuado a divisão entre os polos opostos.

Assim, é preciso examinar a reforma constitucional não só pelas mudanças institucionais que ela acarretou, mas também pelo impacto que gerou entre a(s) nova(s) classe(s) que ascendera(m) ao poder com Chávez e as que estiveram lá durante o Punto Fijo, bem como as fragmentações e fissuras no seio do bloco de poder, ou seja, além do embate entre a antiga classe dirigente e a nova – que era algo esperado – houve também micro processos de expurgo dentro do bloco chavista que foram se acentuando na medida em que o governo radicalizava suas ações.

Antes de tratar da sequência de acontecimentos que reforçam esse argumento, porém, convém apresentar o conceito de polarização com o qual estamos trabalhando. Tomando como base as interpretações de García-Guadilla (2003), Mireya Lozada (2004), Rafael Villa (2004), Edgardo Lander (2005b), Javier Corrales (2005) e Andrés Serbin (2008), a polarização diz respeito à coesão de um grupo, tido como a somatória de individualidades, construída socialmente à custa de um alto nível de confrontação entre os polos distintos, vistos como opostos e irreconciliáveis. Trata-se de uma situação em que não só a rivalidade ideológica, mas também a alteridade, bem como o elemento psicológico de uma percepção desfavorável e estereotipada do “nós contra eles” jogam um papel fundamental.

A primeira grande realização de Chávez foi lograr a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte responsável por redigir o novo corpo de leis e fundamentos da nação venezuelana. Tendo minoria no Legislativo, o novo presidente

dispôs de uma consulta popular que corroborou seus planos. Meses depois, o povo escolheu os seus constituintes e garantiu a maioria ao Polo Patriótico, de coalizão governista. Com a eleição de constituintes aliados, a inclusão das pautas programáticas que haviam sido prometidas era mais fácil, sendo possível, portanto, contornar o bloqueio que o parlamento, eleito em 1998, fazia às propostas chavistas (COMBELLAS, 2003).

O processo constituinte, porém, não ficou restrito às discussões na Assembleia eleita e foi vanguardista ao abarcar a sociedade civil, que participou ativamente da redação. Além de ter inaugurado um ciclo de refundações na América do Sul – Equador e Bolívia, anos depois, se inspiraram no processo constituinte venezuelano – ele é reconhecido até mesmo entre os mais ferrenhos detratores do chavismo como sendo paradigmático. Por exemplo, a opositora Norma Camero Reno[91], que desde a ascensão de Chávez já vivia nos Estados Unidos, conseguiu participar como redatora constitucional por meio dos grupos de venezuelanos no exterior, que também tiveram acesso a esse processo.

Mesmo sendo extremamente crítica do presidente bolivariano, a quem não credita nenhum avanço, ela afirma que:

> [...] é uma Constituição muito bem redigida, muito boa porque eu trabalhei nessa Constituição no ano de 1999 na parte internacional, com Hermann Escarrá [constitucionalista]. Então essa Constituição foi excelente e Chávez sempre disse: "é o povo quem tem o poder, ele é soberano". (CAMERO RENO, 2017, p.4, tradução nossa)[92].

Uma vez redigida, a Constituição passou novamente pelo referendo popular e, em dezembro de 1999, foi aprovada por 71% da população. Considerada uma das mais avançadas do mundo em termos de direitos sociais, ambientais e indígenas, ela reconheceu a Venezuela como um país multiétnico e pluricultural, destacando, pela primeira vez, o caráter heterogêneo de sua formação populacional, garantindo novos direitos a povos tradicionalmente excluídos, como os indígenas (COMBELLAS, 2003; SALAS, 2015).

---

91 É advogada venezuelana, residente nos Estados Unidos, e lidera o anti-chavismo no Sul da Flórida. No último capítulo, o seu papel político será mais bem detalhado.

92 Do original: "[...] es una Constitución muy bien redactada, muy buena porque yo trabajé en esa Constitución en el año 1999 en la parte internacional con Hermann Escarrá. Entonces esa Constitución fue excelente y Chávez siempre lo dijo: 'el pueblo es que tiene el poder, es soberano'". Em entrevista concedida em 18 de julho de 2017, na cidade de Tampa (Flórida, Estados Unidos).

A Carta permitiu também que mecanismos de Democracia Participativa fossem não só incluídos, como se tornassem rotineiros de ali em diante. No entender de Margarita López Maya (2005) houve uma ruptura conceitual, em que a democracia passou a ser um sinônimo de igualdade social, transcendendo a ideia minimalista de liberdades civis e políticas em voga anteriormente.

Do ponto de vista prático, as principais mudanças da Constituição de 1999 foram: prolongar o mandato presidencial de cinco para seis anos, com possibilidade de reeleição; previsão de plebiscitos e referendos, inclusive para revogação de mandato de qualquer cargo do Executivo, aumentando a participação popular nas decisões do país; organização do Poder Legislativo em somente uma câmara, a Assembleia Nacional; instituição de mais dois poderes constitucionais, o Popular (composto pela Procuradoria, Controladoria e Defensoria do Povo) e o Eleitoral (exercido pelo Conselho Nacional Eleitoral, ao qual estão submetidos a Junta Eleitoral Nacional, a Comissão de Registro Civil e Eleitoral e a Comissão de Participação Política e Financiamento); unificação das Forças Armadas sob um só comando (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999).

Para poder efetivar essa nova Constituição, no ano 2000, foram realizadas novas eleições que visavam preencher os novos e os antigos Poderes com quadros cuja atuação seria regida pelas novas regras. Tal pleito significou uma manobra bastante perspicaz de Chávez: com o apoio contundente que a nova Carta havia recebido nas urnas e sua crescente popularidade, ele lograria eleger deputados que iriam corroborar seus projetos, uma vez que estava certo de sua própria reeleição. A manobra chavista funcionou e a vitória do Polo Patriótico foi geral, reduzindo a representação dos partidos tradicionais de maneira considerável, desarticulando a oposição (MARINGONI, 2009).

Para Corrales (2005), embora as mudanças institucionais fizessem parte do que Chávez havia prometido para um eleitorado cansado do Punto Fijo, a criação de novas instâncias de poder, que passaram para o comando do chavismo, constituíram um *power grab*, ou uma tomada de poder, que significou o alijamento de outras forças políticas das esferas governamentais (Poder Judiciário, Legislativo, Popular e Eleitoral). Para alguns de seus antigos apoiadores, a centralização política em torno do presidente era nociva à democracia, fazendo com que surgissem as primeiras fissuras no bloco de poder.

A grande diferença desse processo em relação ao bipartidarismo *puntofijista* reside no fato de que no sistema anterior a conciliação de interesses, a fim de aplainar as diferenças dentro do bloco de poder, estava presente até mesmo na Constituição. Segundo análise de Fukushima (2009), essa Carta era pragmática e buscava minimizar o conflito entre os atores. Por este motivo, não era raro encontrar ideias baseadas em correntes divergentes, como a socialdemocracia, o socialismo, o individualismo liberal e o jus-naturalismo racionalista cristão, refletindo seu caráter conciliatório e generalista e, consequentemente, da democracia liberal e representativa que estava alicerçada neste documento.

O chavismo e a Constituição Bolivariana, por sua vez, teriam transformado a polarização sócio-cultural, fruto das desigualdades herdadas do Punto Fijo, em uma polarização política, acentuando as diferenças entre aqueles que aderiram ao projeto bolivariano – estampado até no novo nome oficial da Venezuela – e os que defendiam outras visões de país. A nova reconfiguração institucional também resultou na perda de protagonismo dos atores políticos que haviam sustentado o sistema anterior: partidos políticos tradicionais, empresários e sindicatos. Por outro lado, a participação cidadã foi favorecida sem precisar mais desses intermediários que representavam frações dominantes de classes (LANDER, 2005b; SERBIN, 2008).

Conforme apontado por Camero Reno (2017), na retórica chavista “o povo” era sinônimo de “o soberano”, o que, para o sociólogo Lander (2005b), gerava reações distintas na sociedade. As classes médias e altas entediam que o uso da soberania como retórica para contrapor os que estavam a favor ou contra o governo era a principal fonte de animosidade social entre ricos e pobres, representando uma ameaça à estabilidade democrática e à propriedade privada. Já as classes mais populares não viam no chavismo a fonte das desigualdades, mas sim um movimento que reconhecia a enorme distância no padrão de vida entre ricos e pobres, herdada do sistema político anterior.

Se voltarmos ao relato de Yolanda Salas (2005), em que os manifestantes do *caracazo* eram descaracterizados por figuras de linguagem que os comparava a fenômenos climáticos, é possível compreender o impacto das declarações de Chávez que tanto incomodavam as classes mais abastadas e, ao mesmo tempo, faziam com que o apoio dos mais carentes fosse crescente. Lander (2005b) explica que ao res-

gatar as figuras míticas da fundação do país, sobretudo Bolívar, ele deu àquelas "massas" uma identidade baseada em um passado glorioso.

Contudo, segundo Salas (2015), esse processo de "empoderamento" teria transcendido o plano discursivo ao conferir às classes, antes distanciadas do jogo de poder, o protagonismo nas decisões do país, por meio dos mecanismos de Democracia Participativa. Javier Corrales (2005) e Andrés Serbin (2008), embora reconheçam esse feito, defendem que foram os militares quem ganharam um protagonismo efetivo. Sendo indicados para cargos-chave na nova institucionalidade promovida pelo chavismo – o que era proibido na Constituição anterior –, eles teriam sido fundamentais para executar o projeto bolivariano de poder. Na nossa perspectiva, ambas as análises estão corretas, demonstrando a complexidade do novo bloco no poder, que era composto por militares nacionalistas, mas também legitimado por movimentos populares e de esquerda.

Se, por um lado, o discurso confrontativo de Chávez foi eficaz para garantir suporte popular, por outro, aumentou o temor entre o setor privado e as classes médias e altas. Ainda que nos primeiros anos o presidente não se apresentasse como um socialista convicto e esse termo nem ao menos aparecesse em suas falas, o processo de descolonização cultural que empreendeu no país confrontava diretamente o modo de vida daqueles que desfrutaram do poder por tantos anos (LANDER, 2005). Salas (2015) afirma que para essa elite o *american way of life* era não só um paradigma a ser seguido, como qualquer afronta a esse modelo era vista como uma ameaça à sua própria existência.

Diante dessa ameaça e da desorganização que o chavismo significou para os antigos "donos do poder" (políticos e partidos tradicionais) incapazes de superar a nova hegemonia que estava sendo construída lentamente, fez com que os meios de comunicação privados ocupassem uma nova função. Convertendo-se em um dos mais relevantes atores da oposição à Chávez, a mídia seguiu exercendo um papel que já lhe cabia anteriormente, quando virou porta-voz de uma visão liberal no fim do Punto Fijo, porém, desta vez, era a principal responsável por encabeçar os debates contra o governo. Sua atuação seria crucial nas ações que visaram desestabilizar o chavismo, entre 2002 e 2003 (SAPIEZYNSKA, 2017; SIMIONI, 2007).

Outro ator relevante no embate contra o chavismo era a Fedecámaras. Durante o declínio do Punto Fijo, a agremiação empresarial foi perdendo influência,

pois os empresários estavam divididos em frações de classe, fazendo com que as divergências entre seus interesses os impedisse de atuar como representação única da burguesia. Com a ascensão de Chávez, entretanto, a fragmentação deu lugar a um inimigo em comum e reuniu os empresários em prol do antichavismo. Assim, a Fedecámaras retomou seu papel de aglutinador dos interesses da burguesia venezuelana e se tornou protagonista das mobilizações de oposição, capitaneadas por seu presidente, Pedro Carmona, que culminaram em um fracassado golpe de Estado contra Chávez, em 2002, e em uma grande paralisação da produção petroleira,dentre 2002 e 2003.

O cenário de crescente polarização colocava em lados opostos a maioria da população (que havia sofrido nos anos finais do Punto Fijo), movimentos sociais e militares próximos ao governo versus as classes altas e médias, mais especificamente as ligadas à oligarquia petroleira e à Fedecámaras, a mídia e alguns setores do alto comando das Forças Armadas e da Igreja Católica. A complexidade crescente, a partir de 2001, é descrita por Fukushima (2009):

> [...] houve uma série de desequilíbrios em distintos âmbitos: no político devido ao surgimento de atritos internos ao Pólo Patriótico sobre questões como a estrutura de poder do bloco governista até o modo de relacionamento com a oposição democrática. No econômico, as dificuldades apareciam na redução das reservas internacionais e no desaquecimento da economia, mediante a redução do consumo interno. [...]. Entre esse ano e 2004 os atores sociais e políticos que não aceitavam o projeto no novo presidente, se reuniram na oposição que, com o objetivo comum de forçar a saída do presidente Chávez, colocaram em prática as estratégias insurrecionais – como o Golpe de abril de 2002 e a Sabotagem Petrolífera entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003. (FUKUSHIMA, 2009, p. 87, grifos nossos).

Conforme apontado acima, em abril de 2002 Chávez enfrentou e venceu uma tentativa de golpe de Estado, ao final daquele ano e até o começo do seguinte, em 2003, os mesmos que articularam sua saída ilegal organizaram uma greve petroleira, cujos efeitos econômicos foram dramáticos, mas que, politicamente, fortaleceram ainda mais o mandatário. Em 2004, a oposição decidiu investir em uma saída constitucional para o presidente que tanto lhes desagradara: um referendo revogatório de mandato. Mais uma vez, porém, o bolivariano saiu vitorioso. Finalmente, em 2005, a fim de deslegitimar o processo eleitoral que resultaria na renovação da Assembleia Nacional, os partidos opositores não apresentaram candidatura. Dessa forma, abriram caminho para que o governo obtivesse 100% das cadeiras do Legislativo e pudesse, a partir de então, articular sua hegemonia em todas as esferas de Poder.

4.2.3 A polarização com a ascensão de um novo bloco no poder: ações antidemocráticas da oposição e a hegemonia chavista

A Constituição de 1999 expressava um projeto econômico altamente estadista, em sintonia com um discurso anti-neoliberal do novo presidente. Mesmo assim, nos seis primeiros meses de mandato, Chávez manteve a ministra das Finanças do governo anterior, Maritza Izaguirre. Seu principal objetivo era tentar suavizar as desconfianças do mercado em um contexto desfavorável para o país. Sua principal commodity, o petróleo, custava cerca de USD 8, em 1999 – em termos comparativos, ele chegou a valer USD 35, após os choques dos anos 1970 (ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2017).

Tratava-se de uma estratégia de curtíssimo prazo, uma vez que o mandatário bolivariano logo empreendeu a rearticulação da OPEP como parte da diplomacia petroleira do país. Ainda em 1999, Caracas sediou a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governos dos Países Membros da organização. Depois, Chávez foi o primeiro presidente venezuelano a fazer uma viagem oficial aos seus parceiros da OPEP. Esse giro internacional foi mal visto pelos Estados Unidos, não só porque a reativação de políticas coordenadas do cartel encareceria as suas importações, mas também porque alguns dos parceiros venezuelanos eram considerados “Estados delinquentes” pela potência hegemônica (DUARTE VILLA, 2004; KOZLOFF, 2007; MARINGONI, 2009).

Outra movimentação econômica importante ocorreu, em 2001, quando foram resgatadas as Leis Habilitantes que davam ao presidente a capacidade de legislar em matéria econômica prescindindo da aprovação da Assembleia Nacional para tomar medidas consideradas de extrema importância. No Punto Fijo esse instrumento também foi utilizado em momentos de crise, mas no chavismo seu uso foi mais constante, fazendo com que houvesse um receio quanto ao caráter pouco democrático dessa ação. As críticas iam tanto ao sentido de apontar uma suposta “democracia delegativa” – baseada no personalismo presidencial e no apoio “emotivo” de seus eleitores – quanto ao conteúdo dos decretos originados por tais leis (FUKUSHIMA, 2009).

Dos 49 decretos anunciados pelo governo naquele ano, os mais controversos versavam sobre as Terras, a Pesca e os Hidrocarbonetos – todos os pontos sensíveis para as classes econômicas mais avantajadas. Sobre a questão agrária, as no-

vas normas buscavam estatizar terras ociosas que não possuíssem registro de propriedade por parte de nenhuma pessoa (física ou jurídica) – o que já estava previsto na Constituição –, gerando forte reação dos latifundiários e da mídia, que alertavam para um suposto atentado contra a propriedade privada. Quanto à pesca, a lei visava proteger sua modalidade artesanal, que empregava mais mão-de-obra que a industrializada e com impacto ambiental menor, sendo altamente criticada pelas indústrias do setor. Por fim, a lei dos hidrocarbonetos aumentaria o controle do Ministério de Minas e Energia sobre essas atividades, o que significava afrontar diretamente a poderosa diretoria da PdVSA (MARINGONI, 2009; MOMMER, 2004).

A oposição não partidária era a que tinha mais condições de fazer frente às mudanças implantadas por Chávez, seja pela anomia dos partidos tradicionais, seja porque o presidente contava com forte apoio legislativo. Empresários, sindicatos, mídia, militares e até o alto clero da Igreja Católica aproveitaram-se das disputas em torno da PdVSA para angariar ainda mais apoio para seu projeto: inviabilizar o novo governo e afastar Chávez do poder. Com o governo, por outro lado, estavam as organizações da sociedade compostas pelas classes menos abastadas e que vinham sendo diretamente beneficiadas pelas novas políticas sociais, além das baixas patentes das Forças Armadas e o Polo Patriótico (LÓPEZ MAYA, 2005).

Recordando que durante a “Abertura Petroleira” promovida por CAP e aprofundada por Caldera, a PdVSA tornou-se um verdadeiro “Estado dentro do Estado”, em que o maior acionista – a República Venezuelana – já não intervinha em assuntos internos, delegando à gerência interna as decisões sobre a empresa. A autonomia chegava a tal ponto que a empresa se desconectou das diretrizes da OPEP e comprou a norte-americana CITGO[93] em um contexto de grave crise econômica (gestão Lusinchi). Fukushima (2009) demonstra o impacto dessa autonomia a partir dos seguintes dados: “enquanto a participação fiscal da empresa, em 1991, era de 16% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1998, a mesma estava abaixo de 5%” (FUKUSHIMA, 2009, p. 78).

---

93 Pedro Carmona (2014), ex-presidente da Fedecámaras e líder do golpe contra Chávez em 2002, em entrevista realizada em 18 de Julho de 2014, ironizou esse fato, dizendo que se os Estados Unidos soubessem que anos depois alguém como Hugo Chávez chegaria à presidência da Venezuela, essa venda não teria sido autorizada. Isso porque, segundo ele, a CITGO é uma companhia estratégica, contendo 8 refinarias, 14 mil estações de serviço e linhas de transporte de líquidos em território norte-americano.

Com a intenção deliberada de reverter esse quadro, reiterada com a nomeação de Ali Rodríguez[94] para o Ministério de Minas e Energia e com a Lei dos Hidrocarbonetos, de 2001, o governo passou a intervir efetivamente nas decisões da empresa, gerando fortes reações na diretoria. O estopim da disputa ocorreu quando, dispondo de amparo legal para mudar a junta diretiva da companhia, o presidente destituiu a antiga gerência em cadeia nacional. No dia 7 de abril de 2002, em seu programa dominical "Alô Presidente", Chávez nomeou a cada um dos demitidos de maneira teatral, como se fosse um juiz de uma partida de basebol, apitando e fazendo gestos de expulsão (MARINGONI, 2009; KOZLOFF, 2007).

Logo foram nomeados outros funcionários para assumir a diretoria, contudo eles não eram vistos como "merecedores" – o que reforça a importância dos ideais meritocráticos que pairavam sobre a empresa havia anos – e por isso não eram respeitados pelos demais funcionários como novos diretores. Esse impasse fez com que mobilizações contrárias à decisão do governo fossem organizadas e, rapidamente, ganhassem o apoio da Fedecámaras, da CTV e dos meios de comunicação, que convocavam as pessoas para um protesto, supostamente pacífico, no dia 11 de abril. O ato, que ocorreu em frente a uma dos prédios da PdVSA transformou-se em uma marcha, que foi direcionada para o Palácio Presidencial de Miraflores, onde apoiadores do governo estavam para manifestar publicamente o endosso às decisões de Chávez (UCHOA, 2003).

Já próximos à sede do Poder Executivo, oposicionistas e chavistas foram surpreendidos por tiros vindos do alto dos edifícios da região. Até hoje esse episódio é controverso, pois a oposição acusa Chávez de ter contratado franco-atiradores para dispersar a marcha, enquanto que o governo culpou os líderes do protesto que propositalmente teriam desviado a rota para aquela região, a fim de que o caos instalado servisse para reforçar uma de suas pautas principais: a renúncia do presidente. O fato é que esse incidente e a posterior repressão policial foram amplamente divulgados pelos canais de televisão, que chegaram a manipular imagens para dar a entender que a violência teria partido dos chavistas.

---

94 Assim como Petkoff, Rangel e Bravo, Rodríguez foi guerrilheiro nos anos 1960 e se entusiasmou com Chávez em 1992. Filiado ao Patria para Todos, ele foi escolhido para a pasta devido ao conhecimento que tinha sobre a indústria petroleira, que fora tema de seus estudos.

Na madrugada do dia 12 de abril, após um dia conturbado de boicote midiático contra o presidente – os opositores tomaram o único canal estatal – e com o chefe da Guarda Nacional exigindo sua renúncia, Chávez foi preso junto com o Ministro da Defesa, José Vicente Rangel. Eles foram levados para o Forte Tiúna, no sudoeste de Caracas, acompanhados por Baltazar Porras, arcebispo da Igreja Católica[95]. Na televisão, a população era avisada que o seu antigo líder havia assinado uma carta de renúncia e que Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras, assumiria a direção de um governo de transição (SIMIONI, 2007).

O golpe de 2002 também ficou conhecido como "midiático" por conta não só da influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública – fenômeno que já existia antes da chegada do líder bolivariano ao poder – mas, sobretudo, por seu ativismo que o transformou em ator político (LÓPEZ MAYA, 2005; MARINGONI, 2004; SIMIONI, 2007; UCHOA, 2003). Além da manipulação de imagens para atribuir ao governo a violência instaurada nas ruas – que foi denunciada depois por jornalistas que se recusaram a participar dessa farsa – os meios de comunicação passavam amenidades em sua programação enquanto o presidente era sequestrado.

Já a "auto" posse de Carmona foi amplamente televisionada e surpreendeu ao representar também a dissolução da Assembleia Nacional e a suspensão do Tribunal Supremo de Justiça, o que não deixou dúvidas quanto à situação de golpe de Estado. Se o primeiro passo foi alegar uma renúncia que Chávez nunca havia assinado[96], o segundo veio carregado de ainda mais ilegalidade, por ter desferido um golpe também contra os poderes Legislativo e Judiciário. Ele ainda reconduziu ao cargo os diretores da PdVSA que haviam sido demitidos por Chávez, revogou as Leis Habilitantes, além de ter declarado a cesse imediato de envio de petróleo a Cuba[97] (MARINGONI, 2009).

---

95 Em sua biografia, Chávez afirma que foi o arcebispo o responsável pela preservação de sua vida, uma vez que o plano dos golpistas era seu assassinato (JONES, 2008).

96 Ainda assim, Javier Corrales e Michael Becerra-Penfold (2011) defendem que Chávez teria renunciado e o seu retorno, dias depois, teria sido um outro golpe contra a democracia venezuelana – no caso, contra o ilegítimo presidente Carmona. Vale notar que essa interpretação dos fatos é questionada pela maior parte dos estudiosos, uma vez que não há registro da carta de renúncia.

97 Sobre este ponto, em entrevista concedida, em 18 de Julho de 2014, Carmona (2014) afirmou que a ilha não pagava o que devia por conta da proximidade ideológica entre Chávez e Fidel.

Parte das Forças Armadas[98] que se sublevaram contra o presidente Chávez e a CTV, na época encabeçada por Carlos Ortega, não reconheciam a legitimidade do empresário e viram tal atitude como uma traição, um golpe dentro do golpe. Contudo, não foi essa quebra no seio do bloco golpista que sentenciou o fim do mandato de "Pedro, o breve". A mobilização da população, que exigia saber onde estava Chávez, e o descontentamento dos militares que não participaram do golpe foram os elementos que permitiram o retorno do Comandante ao Palácio de Miraflores, apenas 46 horas depois de ter sido detido[99].

Os meses seguintes não arrefeceram os ânimos no país e Chávez modificou o alto comando militar, em julho de 2002, a fim de garantir sua lealdade de maneira definitiva. No entanto, a partir de dezembro, os demais atores que haviam se atrevido a derrocar e substituir ilegalmente um presidente democraticamente eleito foram artífices do "Paro Petrolero", também conhecido como "boicote" ou "sabotagem" petroleira. Ainda que Carmona[100] e Ortega[101] estivessem com mandados de prisão expedidos, suas respectivas entidades, Fedecámaras e CTV, bem como a PdVSA e os meios de comunicação voltaram a articular uma plano para forçar a renúncia do mandatário.

Desta vez, o alvo foi o coração da economia venezuelana: a produção de petróleo. A PdVSA paralisou suas atividades, enquanto que o sindicato patronal e de trabalhadores convocava o comércio para fechar as suas portas nas vésperas das festas de final de ano. A situação tornou-se tão severa que a Venezuela precisou importar gasolina para manter o consumo interno – algo inimaginável até então. Contando com o total apoio das Forças Armadas, o governo conseguiu retomar a atividade petroleira ainda em dezembro. Já os bancos e o comércio só voltariam a funcionar 63 dias depois do início da greve, em fevereiro.

---

98 Em entrevista concedida, em 24 de Junho de 2017, em Miami (EUA), o ex-chefe da Guarda Nacional Bolivariana, José Antonio Colina, partícipe da sublevação militar contra Chávez, expôs o seu descontentamento com a atitude de Carmona durante o golpe, que classificou como egoísta e irresponsável (COLINA, 2017).

99 Toda essa movimentação foi presenciada e documentada pelo filme "The Revolution Will Not Be Televised" ("A Revolução Não Será Televisionada"), uma produção irlandesa dirigida por Kim Battley e Donnacha O'Brian e lançada em 2003.

100 Conseguiu fugir da prisão domiciliar e se auto exilou na Colômbia, onde passou a atuar como diretor da Universidade Sergio Arboleda (Bogotá).

101 Também escapou da detenção e foi viver na capital do Peru, Lima.

López Maya (2005) e Maringoni (2009) destacam que se o intuito do Paro era promover o caos no país e, assim, criar uma comoção social em torno da renúncia do presidente, o efeito obtido foi o oposto. O prejuízo dos lojistas que deixaram de lucrar em um período tão propício, bem como os inconvenientes causados pela sabotagem, como o desabastecimento, foram creditados na conta da oposição. O resultado desse novo ato extremo encabeçado pela burguesia venezuelana, que contou com o apoio dos partidos antichavistas, foi uma maior perda de credibilidade destes setores junto à população.

Normalizada a situação, o governo Chávez levou a cabo uma demissão em massa na PdVSA, chegando a mais de 18 mil os funcionários demitidos, e representou o primeiro grande êxodo de cérebros da Venezuela. Isso porque a mão-de-obra dispensada era altamente qualificada, ocupava cargos de chefia na estatal e deixou o país para ocupar posições importantes em companhias estrangeiras. Para a produção de petróleo da Venezuela e, consequentemente, para a economia do país, o impacto desses dois meses de paralisação foi notável.

Maringoni (2009) ressalta que o boicote petroleiro ajudou a aparar as arestas entre a PdVSA e o governo chavista, além de ter supostamente servido de justificativa para acabar com um excedente desnecessário de funcionários. Quase metade do quadro total de funcionários foi dispensada, ocasionando o que ficou conhecido como “a diáspora do petróleo”. Com a chegada de Chávez ao poder, em 1999, Luis Giusti[102], na época à frente da PdVSA, foi tirado do cargo, porém a saída maciça de 2003 foi muito mais significativa, pois fez com que a companhia perdesse mão-de-obra altamente qualificada, beneficiando países como Colômbia, Canadá e EUA, para onde boa parte dessas pessoas migraram e seguiram atuando na área petrolífera (THE ECONOMIST, 2014).

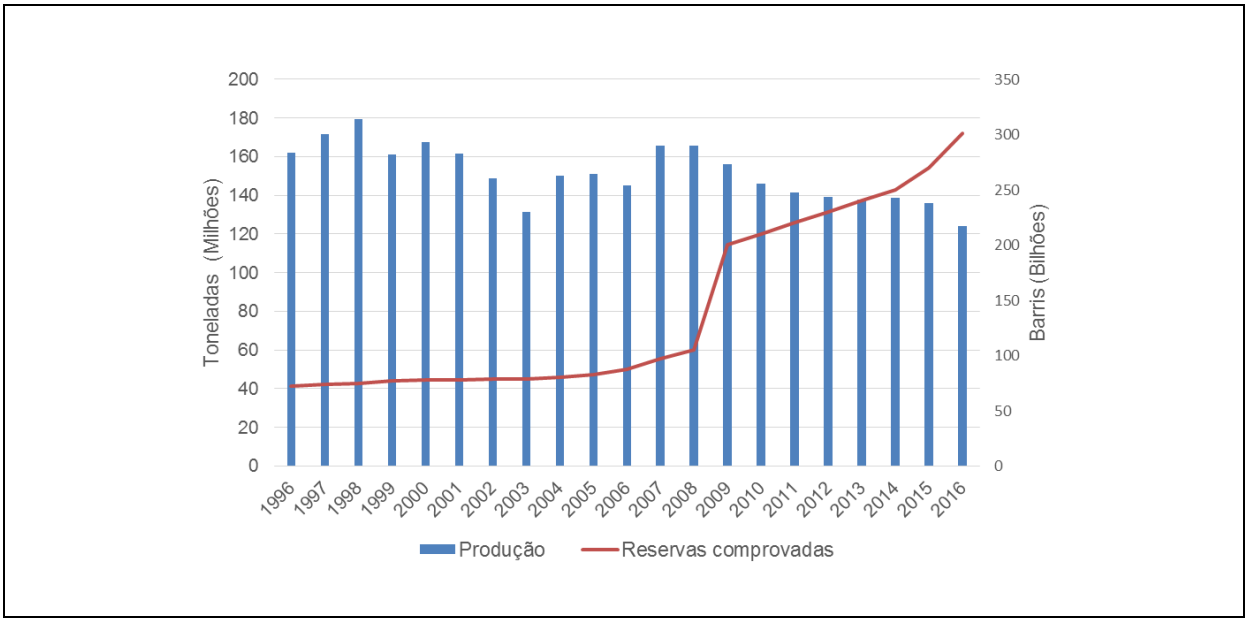
O fato é que os níveis de produtividade da empresa nunca mais retornaram ao que eram. O ano de 1998 foi paradigmático por ter sido quando a estatal petroleira atingiu o seu ápice produtivo. Seguindo em leve queda nos anos subsequentes (1999 a 2001), a partir de 2002 a tendência de baixa acentuou-se, graças às movimentações internas, e mesmo com a descoberta de mais reservas, a produtividade

---

102 Maringoni (2009) revela que Giusti havia sido aventado por vários partidos tradicionais para ser candidato presidencial em 1998, pois era visto como um nome “apolítico” e sinônimo de eficiência, uma vez que fora o responsável pela Abertura Petroleira.

nunca voltou ao patamar máximo atingido no ano da eleição de Chávez, conforme dados do gráfico um:

Gráfico 1 – Produção e Reserva de Petróleo da Venezuela (1996-2016)



Fonte: BRITISH PETROLEUM, 2007, 2017. Elaboração própria.

Isso significa que a derrota política da oposição no boicote petroleiro acarretou também um revés econômico significativo para o país. Assim, o ano de 2003 foi marcado por dificuldades econômicas que motivaram o controle de preços e do câmbio, medidas altamente criticadas. Weisbrot, Ray e Sandoval (2009) destacam, por exemplo, que um dos efeitos do controle sobre a estatal de petróleo, foi a duplicação da inflação. Para compreender tais medidas, contudo, é preciso visualizar o quadro daquele momento, descrito por Maringoni (2009):

> Após derrotar politicamente os insurgentes do *paro*, o governo teve que se defrontar com uma abissal crise econômica. O bolívar desvalorizara-se 25% em relação ao dólar, apenas em janeiro de 2003. Numerosos estabelecimentos comerciais fecharam as portas em dezembro, como forma de protesto, nunca mais reabriram. Dois meses depois, o FMI, em seu *World economic outlook*, projetava uma queda de 17% no PIB para o ano de 2003. Um dos sintomas do paro foi uma fuga de capitais da ordem de US$ 7 bilhões, segundo o governo. (MARINGONI, 2009, p. 145).

As preocupações com a economia e a manutenção de um clima de tensão interna tornavam o cenário venezuelano imprevisível. Dias depois da derrocada do Paro Petrolero, no mês de fevereiro, a embaixada da Espanha e o consulado da Co-

lômbia foram atacados com bombas no centro de Caracas. Foram encontrados folhetos das Forças Bolivarianas de Libertação (FBL) [103], organização comunista armada surgida, em 1992, com o intuito de combater a presença de paramilitares colombianos na Venezuela (HERNANDEZ, 2003).

Embora as FBL tenham negado a autoria dos ataques, a oposição utilizou esse fato para associá-la ao governo – que compartia da mesma ideologia bolivariana que a referida organização – a fim de inflamar ainda mais os ânimos e acusar Chávez de terrorista. Dois meses depois dos primeiros atentados, o edifício Teleport, onde Chávez e seus detratores dialogavam com a mediação da OEA, também foi atacado com artefatos explosivos. Esse novo incidente coincidiu com as comemorações do primeiro ano da vitória sobre o golpe, que havia sido relembrada pelos antichavistas reivindicavam a culpa do presidente pela morte nos confrontos em Miraflores (VALERY, 2003).

A polícia associou os dois crimes e, em outubro de 2003, o Ministério Público decretou a prisão de José Antonio Colina e Germán Rodolfo Varela, ambos extenentes da Guarda Nacional Bolivariana. Também implicou no caso os generais do Exército Felipe Rodríguez (O corvo) e Giussepe Piliery Carmona, além dos civis Silvio Mérida e Raúl Díaz Peña. Todos, em algum momento, conseguiram fugir da Venezuela, buscando asilo nos Estados Unidos e alguns se envolveram em atividades políticas de oposição ao chavismo, ainda que fora do território venezuelano. Mais adiante, vamos explorar as conexões entre esses opositores e o governo estadunidense.

Mesmo com o atentado de abril de 2003, as negociações em torno do referendo revogatório avançaram. Diante de um cenário econômico ainda desfavorável e após fracassar nos intentos de desestabilização, a oposição partidária decidiu apostar em um movimento dentro do marco legal. Seguindo os ritos constitucionais, os mesmos grupos que participaram do golpe e do Paro Petrolero – cujos vínculos com os ataques a bomba ainda são nebulosos – buscaram coletar as assinaturas necessárias para que o pleito fosse convocado.

---

[103] Desde 2014, essa organização se apresenta como uma resistência armada ao governo de Nicolás Maduro e, em seu sítio oficial, não há nenhuma alusão ao presidente Chávez, mas somente a Simón Bolívar. Ver: <http://fuerzasbolivarianasdeliberacion.blogspot.com.br/>.

Na primeira tentativa, a lista de assinaturas não foi autenticada pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão pertencente ao Poder Eleitoral, que alegou haver irregularidades em cerca de um milhão das mais de três milhões de firmas recolhidas. Desta forma, somente em 2004, a oposição logrou levar a cabo o processo de submeter o presidente bolivariano ao referendo popular. A despeito de a economia ainda estar enfrentando dificuldades, a popularidade de Chávez crescia. O líder usou de seu carisma para arregimentar o máximo de eleitores para votar pela sua permanência no poder. Mais uma vez, ele obteve a vitória, com 58,25% de votos válidos contra 41,74% da oposição, em uma votação com índice de abstenção de 30,1% (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2004).

A avaliação que Fukushima (2009) faz dessa sequência de acontecimentos é feita à luz da visão de democracia que os atores políticos pertencentes à oposição tinham em mente. Segundo ela, eles estavam dispostos a defender a "democracia", conceito que remetia ao modelo que esteve em voga durante o Punto Fijo, ainda que com instrumentos questionáveis, como o golpe e o *paro*. Ela explica que:

> [...] com o governo Chávez ocorreu uma inversão do quadro visto na crise do *puntofijismo*. Durante a crise dos anos 1980/1990, os setores sociais não incorporados no sistema semi-corporativo não encontraram mecanismos de realização de suas demandas. A saída encontrada foi romper com o sistema apoiando um candidato tão avesso àquela ordem que havia sido o protagonista de uma tentativa de golpe em 1992. A democracia minimalista havia se constituído em um fardo muito pesado para estes setores, daí seu consentimento com soluções anti-democráticas. Neste novo momento são os setores dominantes do antigo regime que não encontram mecanismos realização de seus interesses. É para eles, agora, que a democracia 'participativa e protagônica' torna-se fardo pesado demais. São eles que apoiarão e se empenharão em quaisquer saídas externas ao regime 'chavista', ainda que antidemocráticas. (FUSKUSHIMA, 2009, p. 88).

De maneira sucinta, a Venezuela chavista foi palco de intensa atividade política que envolveu o governo e seus apoiadores versus uma oposição ideologicamente heterogênea, bem como em suas estratégias de combate, que variaram entre as mais e menos democráticas. Este tópico renderia um estudo ainda mais detalhado, mas que, para o nosso propósito, já serve para apontar para uma divisão política e social profunda que foi altamente influenciada por atores externos – dinâmica que apresentaremos no próximo capítulo. O que podemos adiantar, no entanto, é que essas disputas foram mais intensas nos cinco primeiros anos (1999-2004), pois, a partir de 2005, Chávez conseguiu consolidar-se na presidência e ampliar seus poderes.

Tal movimento não ocorreu somente graças ao esforço do governo para reafirmar sua legitimidade e reforçar seu apelo junto à população. Novamente recorrendo a estratégias erráticas, a oposição decidiu boicotar as eleições legislativas de 2005, acreditando que esse gesto deslegitimaria o processo, ainda mais depois de o presidente ter se assumido como "socialista". A justificativa oficial foi que o CNE não seria um órgão confiável, uma vez que parte dos opositores ainda defendia a ideia de que o referendo havia sido fraudado, a despeito de ter sido auditado internacionalmente pelo Carter Center[104]. Assim, os partidos AD, COPEI, Un Nuevo Tiempo e Primero Justicia (esses últimos, criados já durante o chavismo) se retiraram da contenda dias antes do pleito. O resultado dessa escolha foi que o chavismo obteve 100% das cadeiras na Assembleia Nacional, dispondo, assim, de controle total sobre o parlamento, resultando no que Gabriel Hetland (2017) denomina de hegemonia chavista.

Em 2006, com a economia já estabilizada e os preços do petróleo entrando em um novo momento de bonança, Chávez conseguiu reeleger-se para mais seis anos à frente da República Bolivariana da Venezuela, com 62,84% dos votos válidos contra 36,9% de Manuel Rosales, do mesmo Un Nuevo Tiempo que havia retirado as candidaturas no ano anterior (CONSEJO NACIONAL ELECTORAL, 2006). Em 2007, o presidente finalmente logrou aglutinar parte dos partidos que compunham a sua base de apoio do PSUV, Partido Socialista Unido de Venezuela. Esse processo, contudo, não foi simples, pois parte da esquerda tradicional não aceitou submeter-se a uma nova estrutura organizacional, como o PPT, o PCV e o Movimento Tupamaro.

Hetland (2017) indica que apesar de reunir diferentes agremiações – MVR, MEP, Movimiento Independiente Ganamos Todos, Unidad Popular Venezolana, Independientes por la Comunidad Nacional, dentre outros – o PSUV não representou uma homogeneização das posições. O partido criado por Chávez, em última instância, acabava refletindo as características mistas e antagônicas do governo bolivariano no que se refere à sua posição ideológica. Enquanto mantinha algumas práticas associadas à esquerda, como as políticas sociais, também possuía marcas consideradas de direita, conforme explicação:

---

104 Instituto fundado pelo ex-presidente norte-americano, o democrata Jimmy Carter, monitorou e atestou a idoneidade dos processos eleitorais venezuelanos de 1998 a 2013 (THE CARTER CENTER, s/d).

> Generais, especialmente aposentados, ocuparam papeis chave no PSUV e no Estado, como ministros e oficiais eleitos. Nove dos vinte governadores eleitos pelo PSUV em Dezembro de 2012 eram generais reformados. Estes generais eram constantemente associados com a chamada "direita endógena" dentro do Chavismo. A ala de direita do PSUV também inclui a boliburguesia (burguesia bolivariana), empresários que enriqueceram por meio de contratos com o governo e membros da burocracia estatal que ilicitamente lucraram por conta de suas posições. (HETLAND, 2017, p. 27, tradução nossa)[105].

Vale notar que, no ano seguinte, em 23 de janeiro de 2008, a oposição fez um movimento de aglutinação semelhante ao chavismo, criando um Acordo Nacional de Unidade. As agremiações firmantes foram justamente as protagonistas do Pacto de Punto Fijo, isto é, a AD e o COPEI, e aproveitaram as comemorações dos 50 anos de derrocada da ditadura de Marcos Pérez Jiménez para liderar o antichavismo. Desta vez, porém, incorporaram uma gama diversa de partidos e ideologias. Em 2009 o acordo transformou-se em uma coalizão suprapartidária chamada Mesa de Unidade Democrática (MUD). Segundo Bernardes (2015):

> Entre as organizações partidárias que formam a MUD encontram-se diferentes espectros ideológicos, desde socialdemocratas, socialistas, liberais e conservadores. O seu objetivo é o de encontrar um consenso, impedindo a monopolização provocada pelo chavismo no sistema político venezuelano. (BERNARDES, 2005, p. 132).

Ainda que nosso intuito não seja aprofundar na análise da política interna, é interessante notar que embora a polarização tenha sido profunda no sentido de antagonizar dois grandes grupos em torno de chavistas ou antichavistas, esse fenômeno ofuscou as diferenças intra-bloco. Este ponto é importante para a discussão do próximo capítulo, que diz respeito às contradições da relação da Venezuela com os Estados Unidos. Por ora, vamos prosseguir no entendimento de um dos aspectos mais relevantes do chavismo e que o aproximavam do que se entende por "esquerda": as políticas sociais.

4.3 A face mais revolucionária da Revolução Bolivariana: as políticas sociais

---

105 No original: "Military generals, especially retired ones, have played key roles in the PSUV and the state as ministers and elected officials. Nine of the 20 PSUV governos elected in December 2012 were former generals. These generals have often been associated with what is called the "endogenous right" within Chavismo. The PSUV's right wing also includes the boliburguesía (Bolivarian bourgeoisie), entrepreneurs who grew rich through government contracts and members of the state bureaucracy who have profited illicitly from their positions".

Como vimos, a despeito de ter enfrentado detratores como a mídia e a burguesia, tão poderosos, influentes e dispostos a assumir posturas até antidemocráticas para desestabilizá-lo, o governo de Chávez contava com o apoio da maioria da população. Mesmo passando por um período de instabilidade política, entre 2002 e 2004, que teve repercussões na economia do país – corroboradas pelos dados que apresentaremos abaixo – Chávez conseguiu ter a seu favor um constante apoio popular. Somente seu carisma e uma retórica que agradavam as massas, porém, não explicam tal lealdade. O cerne da questão estava nas mudanças reais empreendidas por seu governo, que consistiram na provisão de serviços públicos, gratuitos e de qualidade para uma população que raramente dispunha desses recursos de maneira acessível.

Desde o início de seu governo, Hugo Chávez aumentou os investimentos sociais. De 1999 a 2009, eles totalizaram mais de USD 330 milhões, cinco vezes mais do que o Estado venezuelano tinha aportado na década anterior, de 1988 e 1998 (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2010, p. 14). Ainda assim, é notória a intensificação das políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mais especificamente nas áreas de saúde e educação a partir de 2004, quando o processo chavista entra em um período de maior consolidação de sua hegemonia, após os fracassados intentos de desestabilização.

Sendo o petróleo a principal fonte de receitas estatais, à Venezuela chavista só foi possível empreender políticas sociais que tiveram resultados significativos graças à bonança vivida na primeira década do novo milênio. Os preços do barril nunca tinham sido tão altos, nem mesmo no *boom* vivido, nos anos 1970, e apesar das crises econômicas internacionais que eclodiram pelo mundo, a partir de 2008, o país caribenho foi inundado de recursos durante todo esse período. De 1998 até 2003, a variação foi de 8 até 30 dólares, porém a elevação mais contundente do valor da commodity se deu a partir de 2004, coincidindo com o fortalecimento do chavismo (ver tabela um).

Tabela 1 – Evolução dos preços do barril do petróleo (2004-2013)

Ano	Valor
2004	USD 36,43
2005	USD 53,47
2006	USD 55,97
2007	USD 90,70
2008	USD 35,58
2009	USD 77,16
2010	USD 90,22
2011	USD 106,84
2012	USD 107,76
2013	USD 107,94

Fonte: ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2017. Elaboração própria.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela também acompanhou a evolução crescente do valor internacional do petróleo (conforme tabela dois), ainda que tenha se mantido de maneira ainda mais constante que o preço da commodity. Da mesma forma em que o PIB cresceu, a renda per capita também acompanhou essa tendência ascendente:

Tabela 2 – Dados do PIB e da renda per capita na Venezuela (1999-2013)

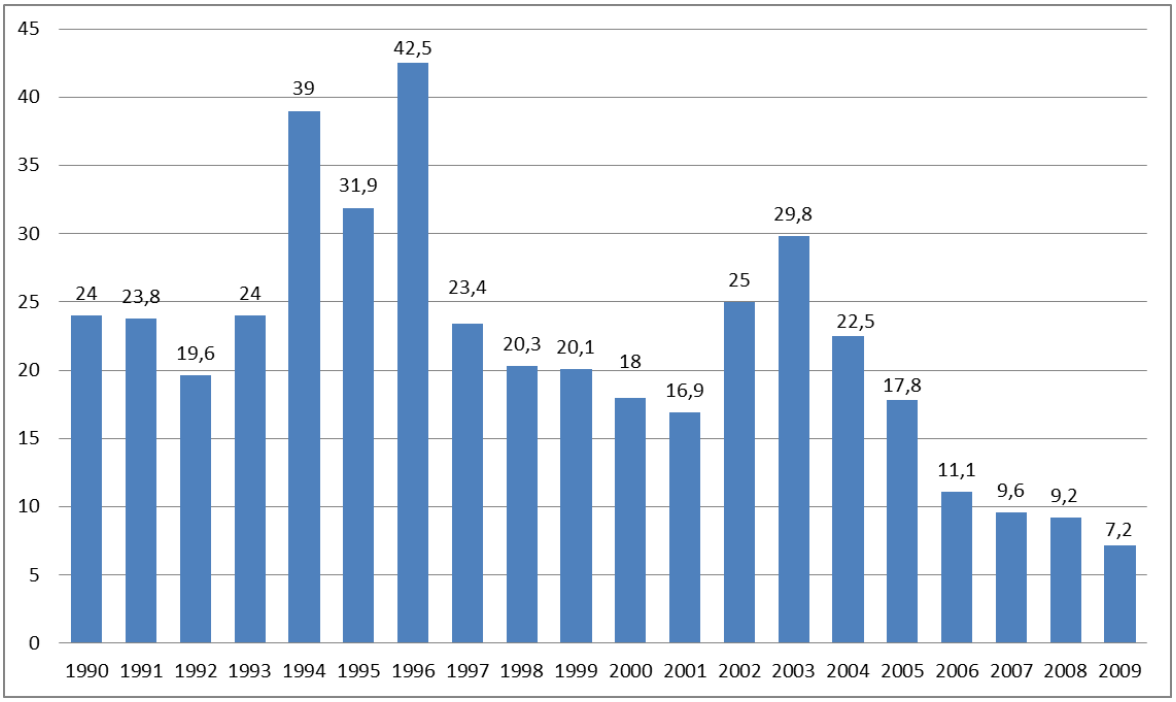
ANO	**PIB (Bilhões)**	**Renda per capita (mil)**
1999	USD 97,977	USD 3,530
2000	USD 117,141	USD 4,070
2001	USD 122,904	USD 4,540
2002	USD 92,894	USD 3,940
2003	USD 83,621	USD 3,450
2004	USD 112,453	USD 4,050
2005	USD 145,510	USD 4,910
2006	USD 183,478	USD 6,040
2007	USD 230,364	USD 7,510
2008	USD 315,953	USD 9,230
2009	USD 329,788	USD 10,180
2010	USD 393,191	USD 11,570
2011	USD 316,482	USD 11,740
2012	USD 381,286	USD 12,480
2013	USD 371,006	USD 11,760

Fonte: WORLD BANK, 2017. Elaboração própria.

O crescimento econômico e o aumento da renda per capita, *per se*, não revelam se a riqueza foi efetivamente redistribuída entre a população. Por isso, os dados mais contundentes da ação do chavismo nesse sentido se referem à redução da pobreza extrema (ver gráfico dois) e à melhoria no Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de um país, em que 0 representa uma sociedade totalmente igualitária e 1 é o oposto. A Venezuela, em 1997, tinha um índice de 0,487. Em 2009, com uma

década de chavismo, obteve 0,392[106], tornando o país de Bolívar o menos desigual da América Latina naquele ano (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2010). Em 2013, último ano do chavismo, conforme estudo da CEPAL, esse índice voltou para a casa dos 0,407, ainda assim um dos mais baixos da América Latina (CEPAL, 2015).

Gráfico 2 – Porcentagem de pessoas vivendo na extrema pobreza na Venezuela (1990-2009)



Fonte: MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2010, p. 11. Elaboração própria.

Além dos dados oficiais divulgados pelo Ministério de Comunicação, estudos da CEPAL novamente corroboram a melhoria dos índices sociais sob o chavismo. Eles indicam que, de 2000 a 2013 a taxa de indigência e pobreza extrema caíram, de 18% para 9,8%, e a de pobreza, de 44% para 32%, do total da população venezuelana (CEPAL, 2015). Nos setores de saúde, educação, desigualdade de renda e de gêneros a Venezuela apresentou uma importante evolução, porém a organização ligada às Nações Unidas, ao fazer um mapeamento estatístico de toda a América Latina, demonstra que o avanço social não foi exclusivo do Estado venezuelano,

106 Esse coeficiente se manteve entre 2010 e 2011, apresentando uma piora em 2012 (0,404) e voltando a 0,398 em 2013, último ano do chavismo (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2014, p. 4).

pois esteve presente, em maior ou menor grau, na região como um todo, no contexto histórico dos anos 2000.

Voltando à narrativa oficial, é importante sinalizar que em 2001, por meio do documento “Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (2001-2007)”, ficou determinado que: “[...] a luta contra as desigualdades e a pobreza levará em conta a eficiência econômica, mas não estará subordinada às suas restrições, pelo qual a política social fará parte de um conjunto mais amplo de políticas [...]” [107] (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2001, p. 18). Portanto, embora necessitasse de uma base material para levar a cabo políticas sociais consistentes, a lógica puramente economicista não deveria prevalecer sobre elas, ao menos em teoria.

Entretanto, como explica Rodolfo Magallanes (2009), a forma encontrada pelo governo para executar essa ideia foi a transferência massiva da renda petroleira, por intermédio do Estado, para setores com os mais empobrecidos. Na prática, o chavismo empreendeu uma política muito mais distributiva do que redistributiva, esta última entendida como tornar uma sociedade mais igualitária. Em que pese a melhoria no índice de Gini e em outros indicadores, este autor ressalta que a persistente inflação elevada fazia com que esses logros sociais estivessem ameaçados e ainda mantinha os privilégios do capital especulativo da burguesia financeira.

Não obstante essa ressalva seja de fundamental importância para compreender que não houve revolução em termos de mudança produtiva, as conquistas sociais foram uma realidade. Em um detalhado relatório intitulado “Venezuela cumpre as metas do milênio - 2010”, tratando dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio[108] elencados pelas Nações Unidas, em setembro de 2000, que todos os países deveriam atingir, até 2015, a Venezuela se orgulhava de ter apresentado melhorias em todos em itens. Segundo esses dados oficiais, o país bolivariano havia atingido a maioria dos objetivos cinco anos antes do prazo final e se encaminhava para chegar em 2015 com as metas cumpridas (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2010).

---

[107] No original: “[...] la lucha contra las desigualdades y la pobreza tendrá en cuenta la eficiencia económica, pero no subordinada a sus restricciones, por lo cual la política social será parte de un conjunto más amplio de políticas [...]”.

[108] São eles: 1) Erradicação da pobreza extrema e da fome; 2) Universalização do Ensino Primário; 3) Promoção da igualdade de gênero e autonomia da mulher; 4) Redução da mortalidade infantil; 5) Melhoria na saúde materna; 6) Combate ao HIV e outra doenças infecciosas; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Fomentar associações globais para o desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado para superar a ideia de que para definir desenvolvimento somente o valor do PIB seria suficiente. Este índice é composto por três pilares – saúde, educação e renda –, e também varia de 0 a 1, em que o valor máximo significa o mais elevado nível de desenvolvimento humano. Em 1980, a Venezuela tinha um IDH de 0,668, que chegou a 0,683, na década seguinte. Com o chavismo evoluiu de forma a alcançar 0,699, em 2000; 0,722, em 2007; 0,764, em 2011; e 0,771, em 2012 (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2014).

Vale recordar que para Furtado (2008) uma das medidas que permitia à Venezuela superar o subdesenvolvimento seriam mudanças durante o *boom* petroleiro. Sendo a bonança dos anos 2000 a maior vivida pelo país e considerando a redução da desigualdade empreendida por Chávez, poderíamos concluir que teria sido possível, por conseguinte, concretizar aquilo que o economista brasileiro havia previsto. Contudo, isso não ocorreu, pois como explanado por Magallanes (2009), a operacionalização da política social chavista se deu com base na dependência da economia petroleira, sem que o governo tenha conseguido – ou efetivamente tenha tido vontade de política para conseguir – ampliar a base produtiva do país para além da indústria petroleira.

Assim, para entender como o país alcançou esses avanços sociais, é preciso analisar a importância das Misiones Bolivarianas. Essas missões foram o principal veículo pelo qual as políticas sociais foram concretizadas durante o chavismo. Isso porque, a despeito de ter conseguido levar a cabo uma reforma constitucional condizente com sua plataforma de governo, Chávez precisou lidar com outros obstáculos, como indica Miguel Salas (2015):

> Uma burocracia governamental recalcitrante e sufocante continuou a praticar normas antigas, incluindo favorecimentos, nepotismo, corrupção e privilégios especiais. Outro desafio foi a falta generalizada de experiência entre os novos quadros, que pela primeira vez assumiram o cargo de um ministério do governo ou outros cargos públicos importantes. (SALAS, 2015, p. 139)[109].

Diante da resistência de uma burocracia interna, que por quatro décadas esteve viciada pelo *modus operandi* do Punto Fijo, o chavismo encontrou uma forma

---

[109]No original: “A recalcitrant and stifling government bureaucracy continued to practice old norms, including cronysm, corruption, and special privileges. Another challenge was the generalizated lack of experience among many new officials, who for the first time assumed charge of a government ministry or other importante public posts”.

de “burlar” as estruturas institucionais por meio de grandes campanhas que se organizaram em forma de “missões”. Como explica Hans-Jürgen Burchardt (2009), elas foram pensadas para conseguir, com um baixo grau de institucionalização, garantir o abastecimento de produtos básicos para a população mais carente, de maneira rápida e eficiente. Para operacionalizar as missões, o presidente dispôs da burocracia que lhe era fiel, as Forças Armadas, bem como incluiu os destinatários na implantação das políticas.

A partir de 2005, elas se tornaram os pilares centrais da política social chavista, e passaram a funcionar como “estruturas paralelas ao Estado”, formalizadas sob uma comissão presidencial, formada pelos ministérios e organismos públicos, Forças Armadas, PdVSA e membros de organizações sociais[110] (D’ELIA; CABEZAS, 2008). A presença da estatal de petróleo nessa comissão ocorre pelo fato de é ela a principal financiadora das missões, corroborando a análise de Magallanes (2009) sobre a maneira como essas políticas foram alimentadas.

As missões mais bem sucedidas foram as relacionadas à saúde e educação. A Barrio Adentro, por exemplo, levou atendimento de saúde aos “*barrios*”, contando com a ajuda de médicos cubanos. Esse programa foi desdobrado em Barrio Adentro I, II, III e IV, garantindo além de postos de saúde, a realização de exames diagnósticos e até cirurgias em locais aonde antes esses serviços de saúde não chegavam. As de educação receberam o nome de importantes líderes históricos, que foram inspiração para Chávez em sua formação político-ideológica: Robinson I e II, homenagem ao “professor” Simón Rodríguez, dedicadas à alfabetização; Ribas, em alusão à Felix Ribas[111], destinada a incluir jovens e adultos no Ensino Médio; e a Sucre, que os levaria até à universidade (D’ELIA; CABEZAS, 2008; MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, 2014).

Mesmo reconhecendo o êxito dessas missões, Buchardt (2009) reitera as críticas feitas às missões no sentido de falta de transparência quanto ao uso dos recursos, uma vez que eles não provinham do orçamento público, mas da PdVSA. Penfold-Becerra (2007) concorda e faz uma avaliação ainda mais incisiva, no sentido de afirmar que elas geraram relações clientelistas entre o presidente e os beneficiários dos programas, que acabavam compondo sua base eleitoral. De fato, os resultados

---

110 A estrutura organizacional completa está no ANEXO B.

111 Ribas (1775-1815) foi um general da luta pela independência venezuelana.

positivos foram importantes para que o chavismo mantivesse um constante apoio popular nas dezenas de eleições, referendos e plebiscitos que realizou ao longo de quatorze anos.

Desde nosso ponto de vista, embora reconhecendo a centralidade da questão material para sedimentar o vínculo entre a população carente e seu líder, também consideramos que a descolonização cultural que Chávez empreendeu, seja pela sua retórica, seja pela inclusão dos próceres do país como fontes de inspiração para suas políticas sociais (Missão Robinson, Ribas, etc.) também alimentou esse apoio. Assim, ele resgatou, em diferentes áreas, o projeto bolivariano. No próximo capítulo, veremos como essa rememoração ocorreu na arena internacional, levando em conta as disputas de poder internas, a fim de compreender o impacto dessa postura para a relação com os Estados Unidos.

5 A RELAÇÃO DA VENEZUELA CHAVISTA COM OS ESTADOS UNIDOS: ENTRE ANIMOSIDADES E DISTENSÕES (1999-2013)

No capítulo anterior, verificamos a transição da Venezuela *puntofijista* em direção a um novo ciclo político dominado pelo chavismo. Os desdobramentos da política interna tiveram repercussão direta sobre a forma como o país passou a se posicionar internacionalmente. Hugo Chávez Frías foi o primeiro líder latino-americano a ser escolhido democraticamente com base em uma plataforma crítica ao neoliberalismo que havia predominado na região, durante os anos 1990. Consequentemente, ele iniciou um movimento de rejeição aos ditames econômicos e políticos que advinham dos Estados Unidos, liderando, posteriormente, um eixo de países "bolivarianos" que também se pautavam pelo antagonismo com a potência hemisférica.

A fim de verificar as mudanças e continuidades da política exterior venezuelana durante o chavismo, faremos uma comparação da relação bilateral da Venezuela com os Estados Unidos durante o Punto Fijo. Destarte, prosseguiremos com a análise do resgate do bolivarianismo por Hugo Chávez para compreender a repercussão dessa diretriz sobre a relação estabelecida com a potência hemisférica. Vale notar que no decorrer do chavismo, os Estados Unidos passaram por três governos distintos, Bill Clinton (1999-2000), George Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2013). Cada qual teve influência sobre as fases da diplomacia chavista, que serão explicitadas neste capítulo.

5.1 A relação de Venezuela e Estados Unidos durante o *puntofisjismo*: "amigos sim, negócios à parte"

Os primórdios desta relação são muito semelhantes ao padrão estabelecido pelos estadunidenses para tratar com os vizinhos latino-americanos. A Venezuela tornou-se, de fato, um país diferenciado para os Estados Unidos com a exploração maciça dos poços de petróleo, a partir dos anos 1920. Esse processo foi concomitante com a estruturação da política exterior venezuelana a partir do petróleo. Portanto, ademais de ter se tornado um elemento central na inserção internacional do país, o "ouro negro", tão abundante no subsolo da pátria de Bolívar, também transformou sua relação com a potência hegemônica.

A possibilidade de obter uma riqueza tão estratégica a algumas milhas da costa leste foi essencial para o fortalecimento do capitalismo norte-americano e, recordando o capítulo dois, o petróleo venezuelano fez a diferença para o êxito dos EUA na 2ª Guerra Mundial, cujo desfecho cristalizou sua posição enquanto hegemonia do mundo ocidental. Os governos da época, por sua vez, estimularam o comércio com o principal comprador de seu valioso produto, sem, entretanto, abrir mão de algumas medidas nacionalistas que garantiriam o controle estatal das riquezas geradas pelo petróleo.

O fortalecimento da relação comercial entre os países, fomentado pela chegada das corporações norte-americanas ao solo venezuelano, envolveu a interação do *staff* oriundo dos Estados Unidos com os funcionários locais. A despeito de ter havido conflitos, sobretudo por conta das vantagens oferecidas aos estrangeiros pelo governo, a incorporação de características da cultura norte-americana foi ainda mais profunda em comparação com outros países sul-americanos (SALAS, 2015).

Superadas as diferenças que marcaram o tratamento entre funcionários norte-americanos e venezuelanos, após décadas de exploração, o legado da relação intercultural está presente até a atualidade. Por conta do vínculo cultural estabelecido no decorrer do tempo, o compartilhamento de valores da elite política e econômica com os Estados Unidos foi ficando mais evidente.O primeiro líder eleito sob a égide de Punto Fijo,em 1958, e em plena Guerra Fria, Rômulo Betancourt, tinha como características o anticomunismo e uma enorme aversão à Revolução Cubana. Não à toa, ele contava com forte apoio das camadas médias que tinham acabado de conquistar a liberdade do voto e acreditavam na democracia como um valor absoluto.

Essa crença era tão arraigada que até mesmo ditaduras militares financiadas e/ou apoiadas pelos Estados Unidos na América Latina não eram reconhecidas pelo governo venezuelano. Ou seja, a Venezuela incorporou de tal forma os ideais de liberdade e democracia representativa advindos dos Estados Unidos e reforçados no contexto de bipolaridade que chegaram a se posicionar ainda mais radicalmente do que os próprios norte-americanos.

O alinhamento ideológico com os valores propagados pela potência capitalista, em especial na primeira presidência *puntofijista*, que deu origem à Doutrina Betancourt, estava calcada na crença de que a Venezuela era um “oásis democrático” em meio a uma América Latina turbulenta e autoritária, motivo pelo qual teria que se

engajar na luta democrática (ROMERO, 2003). Mesmo assim, a proximidade política e ideológica não significou um alinhamento em termos econômicos e, menos ainda, a ausência de defesa dos interesses petroleiros do país. As oscilações do posicionamento externo da Venezuela ao longo dos quarenta anos que antecederam o chavismo, bem como o descolamento da política externa da diplomacia petroleira, estão sintetizadas abaixo:

Quadro 2 – Diplomacia de petróleo e orientações externas na Venezuela

GOVERNO	DIPLOMACIA DO PETRÓLEO	INTERAÇÃO	ORIENTAÇÃO POLÍTICA EXTERNA
Rômulo Betancourt 1959/1964	Participação ativa na criação da OPEP em 1960. Forte divergência com os EUA por conta dos preços do petróleo	Política externa alinhada, mas com orientações sobrepostas. Amigos sim, negócios à parte.	Forte aliança com os Estados Unidos na Guerra Fria. Combate feroz às guerrilhas de esquerda. Apoio aos EUA para isolar Cuba no continente.
Leoni Otero 1964/1969	Boas relações com as ditaduras da OPEP, muitas delas em situação de tensão com os Estados Unidos por causa de Israel. Trabalho intenso no cartel para evitar a queda dos preços do petróleo, o que era exigido por EUA e Europa.	Política externa alinhada aos EUA, mas com orientações sobrespostas. Amigos sim, negócios à parte.	Radicalização da Doutrina Betancourt. Combate às guerrilhas de esquerda. Ajuda aos EUA no combate ao comunismo na América Central e no Caribe. Não reconhecimento das ditaduras sul-americanas, inclusive a do Brasil, com rompimento de relações.
Rafael Caldera 1969/1974	Grande aumento da entrada de divisas, especialmente após o primeiro choque, em 1972. Nacionalização da produção de gás. Cortes nas remessas de lucro das empresas estrangeiras de exploração. Busca pela integração regional por meio de acordos energéticos.	Política externa mais autônoma, porém não revisionista, e sem sobreposição de orientações.	Flexibilização da Doutrina Betancourt, tentativa de reaproximação com os países vizinhos e início do diálogo com Cuba. Tentativa de ter uma participação mais ativa no Movimento dos Países Não-Alinhados. Forte relação, mas um pouco mais autônoma com os EUA.
Carlos Andrés Pérez 1974/1979	Nacionalização de todas as empresas exploradoras de petróleo. Forte tentativa de diversificação de mercados para exportação, buscando alternativas aos EUA. Uso do petróleo em acordos para	Política externa mais autônoma, porém não revisionista, e sem sobreposição de	Aproximação com a URSS e com os países do Leste da Europa. Forte reaproximação com América do Sul e tentativa de implantar projetos de integração física, especialmente energética. Reconhe-

	uma maior influência na América Latina.	orientações.	cimento da ditadura argentina. Papel mais forte no Movimento dos Países Não-Alinhados. Boas relações com os EUA, mas de forma mais autônoma.
Luis Herrera Campíns 1979/1984	Primeira fase (pré-crise econômica): Aumento das exportações para os Estados Unidos. Acordo energético com o México e com países da América Central e Caribe, com venda de petróleo a preços subsidiados. Segunda fase (em meio à crise econômica): suspensão de parte dos projetos de integração energética na América Latina, e intensificação da parceria comercial com os EUA.	Primeira fase: Política externa mais autônoma, porém não revisionista, e sem sobreposição de orientações. Segunda fase: volta ao alinhamento político com os EUA. Diplomacia do petróleo sem pontos de divergência em relação aos EUA.	Primeira fase: Apoio total e explícito à Argentina na Guerra das Malvinas. Proposta de um TIAR latino-americano sem os Estados Unidos, forte reivindicação de territórios em posse da Inglaterra. Segunda fase (em meio à crise econômica e a pressão de Ronald Reagan na Nova Guerra Fria): esfriamento das relações com os países socialistas e maior proximidade com os EUA. Participação ativa no grupo da Contadora, para evitar ações mais radicais dos EUA na América Central.
Jaime Lusinschi 1984/1989	Política voltada para o fortalecimento dos laços comerciais com os Estados Unidos e ampliação da quantidade de petróleo vendida ao país. desgaste do papel da OPEP.	Política externa alinhada aos EUA, sem sobreposição de orientações.	Fim da diplomacia de projeção na América Central e no Caribe. Consciência da falta de protagonismo do país no cenário internacional e maior proximidade com os EUA, especialmente na ONU e na OEA. Afastamento das questões latino-americanas e esfriamento das relações com os vizinhos.
Carlos Andrés Pérez 1989-1993	Dificuldade em aumentar a produção e diminuição da participação venezuelana no comércio internacional. Estagnação das exportações para os EUA. Aumentos periódicos da gasolina e derivados no mercado interno para compensar perdas.	Política externa alinhada aos EUA, sem sobreposição de orientações.	Forte aliança com os EUA e reedição da Doutrina Betancourt. Rompimento com ditaduras latino-americanas (Haiti e Peru).
Ramón Velásquez 1993/1994	Governo de transição, manutenção da política voltada para o comércio com os Estados Unidos.	Política de transição.	Governo de transição, sem grandes mudanças de rumo na política externa.

Rafael Caldera 1994/1998	Maior programa de privatização do setor petroleiro da História da Venezuela. Enfraquecimento, limitação e sucateamento da estatal PDVSA, e concessões para explorações futuras a empresas estrangeiras.	Política externa alinhada aos EUA, sem sobreposição de orientações.	Foco nas negociações com o FMI e países credores. Pouca simpatia e atenção por parte dos Estados Unidos, apesar do alinhamento de Caracas. Fracas relações com América do Sul, mas reaproximação com o Brasil na tentativa de se evitar um golpe de Estado.

Fonte: VALENTE, 2012, p. 71-74 (grifos do autor).

Na “década sangrenta”, o país caribenho esteve fortemente influenciado pelos ideais norte-americanos de democracia e liberdade, porém não deixava de ter posições distintas da potência quando o princípio de não intervenção estava em risco, sem com isso prejudicar os seus vínculos petroleiros, mesmo com a criação da OPEP. Na fase subsequente, a Venezuela Saudita viveu uma enorme prosperidade que permitiu um descolamento maior, além da nacionalização dos recursos petroleiros. Ainda assim, a relação bilateral não foi comprometida. Já no fim do Punto Fijo, diante de grandes dificuldades materiais envolvendo diretamente o preço do petróleo, houve a retomada de um alinhamento automático com os EUA (ESCOBAR; ROMERO, 2005; MARTÍNEZ DAZA, 2013; SALAS, 2015).

Se durante o Punto Fijo houve a consolidação de uma economia petroleira na Venezuela, com implicações em sua dinâmica interna e inserção internacional, foi também neste período que os acordos comerciais com os Estados Unidos foram priorizados, o que manteve esse país como principal parceiro econômico. Até meados da década de 1980, as relações bilaterais foram pautadas pela cordialidade. O país sul-americano, além de não ser fonte de problemas para a potência hemisférica, ainda era um confiável fornecedor de petróleo, que politicamente representava um lócus de estabilidade e democracia em meio a ditaduras militares e guerrilhas de esquerda.

O saldo deste momento revela que a Venezuela preservava uma autoimagem de ser um caso especial – o excepcionalismo venezuelano –pois seria vista como um porto seguro na América Latina. Carlos Romero (2003) insiste que mesmo não apresentando uma política externa de total alinhamento aos Estados Unidos, dada a existência de divergências no plano multilateral, havia muito mais coincidências que fortaleciam os laços materiais e ideacionais entre os países.

Com o desmoronamento do que parecia ser a fortaleza venezuelana – a suposta estabilidade lograda com o *puntofijismo* –, após o sangrento *caracazo,* em 1989, e o golpe frustrado, de 1992, sua imagem positiva fora atingida. A crise econômica que assolava a Venezuela e o restabelecimento das relações comerciais dos Estados Unidos com a Rússia e os países árabes, após a queda do Muro de Berlim, também foram elementos essenciais para abalar as relações bilaterais e alguns privilégios alfandegários de que gozava. Ainda assim, não surgiu durante esse período um questionamento da hegemonia norte-americana a ponto de redirecionar as relações entre os dois países (BARROS, 2007; ROMERO, 2006).

Sucintamente, o período de 1958 a 1998 foi caracterizado por Leonardo Valente (2012) como “amigos sim, negócios à parte” no que tange ao relacionamento com os EUA, demonstrando que a proximidade cultural, ideacional e política com a potência hemisférica não significava submissão, sobretudo em termos comerciais. Como explica esse mesmo autor, foi a partir do Punto Fijo que se verificou uma dissonância entre a política externa, que expressava a identificação com os ideais de liberdade representados pelos Estados Unidos em um contexto de Guerra Fria, e a política do petróleo, que ocorreu por meio de alinhamentos com demais produtores, dentre os quais ditaduras.

5.2 O resgate do bolivarianismo na inserção internacional da Venezuela

A eleição de Hugo Chávez Frías representou a chegada de um novo bloco no poder internamente e promoveu o resgate de ideias bolivarianas que haviam sido deixadas de lado durante o Punto Fijo. Se internamente Simón Bolívar foi usado para forjar uma nova identidade para um povo que era visto e tratado como uma “massa populacional empobrecida” e servir de inspiração para políticas sociais que consolidaram a ligação da maioria das pessoas com seu líder, externamente o resgate do pensamento do Libertador aglutinou países com trajetórias históricas semelhantes às da Venezuela e que tinham escolhido presidentes com pautas afins ao do presidente venezuelano no plano doméstico e no internacional. O “eixo da esperan-

ça" para alguns, ou o "eixo do mal" para outros[112], se concertou no chamado bloco de países bolivarianos.

A Constituição venezuelana, de 1999, em seu preâmbulo, reconhece que: "[...] resgata o legado histórico da geração emancipadora, em que o heroísmo da independência da Venezuela lutou para forjar uma pátria livre, soberana e independente de toda potência estrangeira" [113] (REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 6, tradução e grifos nossos). No que tange à política exterior, a Carta Magna determina que:

> [...] as relações internacionais da República respondem aos fins do Estado no exercício da soberania e aos interesses do povo. Nesta seção se estabelecem os princípios de independência, igualdade entre os Estados, livre determinação e não intervenção, solução pacífica dos conflitos internacionais, cooperação, respeito aos Direitos Humanos, solidariedade entre os povos. (REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999, p. 69, tradução nossa)[114].

Trata-se, pois, de uma posição comumente encontrada em outros textos constitucionais de países que, assim como a Venezuela, ocupam um posto intermediário ou de semiperiferia no sistema internacional. Mais adiante, o mesmo documento ressalta a importância da integração latino-americana e caribenha, indicando uma das características da diplomacia chavista: a centralidade do entorno regional. Embora tenha sido um movimento de continuidade – Rafael Caldera foi um ator-chave para a reaproximação com a América Latina – com o chavismo havia uma carga ideológica adicional: a solidariedade com base nos preceitos bolivarianos de defesa frente às potências de fora (ROMERO, 2003).

Após reconfirmar Hugo Chávez na presidência, no ano 2000, já sob a Nova Constituição, a Venezuela teve como lastro teórico para sua política exterior o Plano Nacional de Desenvolvimento (2001-2007) que, assim como o texto constitucional,

---

112 Tariq Ali, em seu livro "Piratas do Caribe: o Eixo da Esperança" (Rio de Janeiro: Record, 2008), defende que a Venezuela de Chávez, influenciada por Fidel Castro, representou uma nova esperança na luta anti-imperialista na região, enquanto que para seus detratores esses países formavam parte do "Eixo do Mal" - em alusão à forma como a gestão Bush se referia aos governos hostis aos Estados Unidos.

113No original: "[...] rescata el legado histórico de la generación emancipadora, que en la gesta heroica de la independencia de Venezuela luchó para forjarnos una patria libre, soberana e independiente de toda potencia extranjera".

114No original: "[...] las relaciones internacionales de la República responden a los fines del Estado en el ejercicio de la soberanía y de los intereses del pueblo. En esta sección se establecen los principios de independencia, igualdad entre los estados, libre determinación y no intervención, solución pacífica de los conflitos internacionales, cooperación, respeto de los derechos humanos, solidaridad entre los pueblos".

apregoava a importância de resguardar a soberania nacional, catapultando o país a uma posição proeminente na luta pela multipolaridade do sistema internacional. A estratégia definida para esse objetivo reiterava a ênfase nas relações latino-americanas e na integração regional, vistas como ferramentas eficazes para equilibrar a posição da região frente à potência hemisférica norte-americana (GONZÁLEZ URRUTIA, 2006).

As pretensões venezuelanas sob o chavismo podiam até parecer megalomaníacas, considerando a real capacidade de um país semiperiférico em impor agendas no sistema internacional, porém não representavam uma novidade na história da diplomacia venezuelana. Se retomarmos a Doutrina Betancourt, por exemplo, a Venezuela advogava para si um papel de defensora da Democracia na América Latina e no mundo, o que não coadunava com as suas condições de efetivar essa aspiração. Chávez retomava, portanto, uma das crenças que marcou o *puntofijismo*: a excepcionalidade venezuelana.

Conforme argumenta Serbin (2011a), esse traço, que havia se perdido no declínio do sistema bipartidário, foi revigorado durante o chavismo, bem como outros dois elementos estruturais da política externa venezuelana, que estão mutuamente implicados: o alto grau de ativismo internacional e de envolvimento do presidente nessa seara. O credo de que a Venezuela seria excepcional diante de suas múltiplas identidades como um país andino, amazônico, caribenho e petroleiro, alimentava o seu anseio por um papel mais significativo no sistema internacional, ainda que incompatível com a sua posição semiperiférica. Já a centralidade do presidente na definição da política externa remete à cultura política do país, que desde a sua independência privilegia figuras capazes de aglutinar o poder em si, democraticamente ou não.

Valente (2012) também defende que outro ponto de continuidade em relação às diretrizes anteriores presente no chavismo é o fato de que esse governo manteve o descolamento entre a lógica petroleira – econômica e comercial – da política externa. Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, especialmente no que tange à relação com os Estados Unidos, a Venezuela chavista manteve o pragmatismo no âmbito comercial, que não se viu afetado pelas animosidades, inclusive nos momentos de maior tensão (2001-2009). Ele afirma, portanto, que a diplomacia

do petróleo levada a cabo por Chávez não se diferenciava muito da praticada desde os anos 1960, calcada no seguimento dos contratos e na sensatez.

Quanto às pretensões políticas de liderar um bloco regional que se contrapusesse à hegemonia estadunidense havia um obstáculo externo: um cenário regional pouco favorável para a concretização desses planos. Em 1999, Chávez era um dos poucos líderes no poder que se apresentava como uma alternativa ao neoliberalismo e, ao mesmo tempo, despertava a desconfiança dos movimentos de esquerda latino-americanos por ser um militar com histórico golpista que simpatizava com figuras nacionalistas de direita[115]. Vale notar que boa parte dos países, especialmente da América do Sul, havia passado por transições democráticas após regimes militares persecutórios. As múltiplas influências ideológicas do Comandante tampouco ajudavam a defini-lo, fazendo com que, inicialmente, ficasse isolado em termos de apoio explícito por parte de algum vizinho.

Entre 1999 e 2001, a América Latina ainda não era um terreno fértil para posições anti-imperialistas e anti-neoliberais. Assim, as ideias chavistas só encontraram eco em Cuba, Ilha que, desde o final dos anos 1980, sofria com a derrocada do bloco soviético e sentia, de maneira ainda mais intensa, os prejuízos acarretados pelo embargo econômico imposto pelos Estados Unidos. A partir de 2000, Fidel Castro, com quem Chávez vinha estabelecendo vínculos de amizade desde os anos 1990, trocava serviços médicos, educacionais e desportivos por petróleo subsidiado para alimentar as termelétricas e servir de combustível para os meios de transporte de seu país (MARINGONI, 2009, p. 137).

Deste convênio bilateral nasceria a Alternativa Bolivariana para as Américas, no ano de 2001, que representou uma afronta aos interesses norte-americanos na região. Os Estados Unidos tentavam, desde a década de 1990, promover a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) como parte de uma estratégia maior de promover o neoliberalismo em sua área de influência. Mesmo com esses primeiros gestos de insubmissão à potência, a Venezuela ainda assim mantinha uma postura considerada pragmática em suas relações exteriores. A radicalização dessa posição

---

115 Um deles era o sociólogo argentino Norberto Ceresole, que despertava controvérsias por apoiar desde milícias de esquerda até governos nacionalistas militares como o de Juan Velasco Alvarado no Peru, além de ter ideias consideradas antissemitas (negação do Holocausto), neofascistas e antiestadunidenses.

foi sendo sedimentada à medida que a polarização interna tornou-se mais perigosa para o governo.

Assim, os primeiros anos de seu governo foram dedicados mais a questões internas, como a reforma constitucional. O ativismo internacional, que marcou o chavismo, começou a ficar mais evidente em um segundo momento, havendo um consenso na literatura que, entre 1999 e 2002/2003, predominou o pragmatismo na política exterior venezuelana, em que o principal feito teria sido a rearticulação da OPEP. Os anos seguintes foram de grande enfrentamento interno que, como veremos abaixo, repercutiu na forma como o país passou a se inserir internacionalmente (DUARTE VILLA, 2004, 2005, 2007; ESCOBAR; ROMERO, 2005; GÓNZALEZ URRUTIA, 2006; SERBIN, 2011a; ROMERO, 2003, 2006; VALENTE, 2012; VIEIRA, 2016).

Partimos da premissa de que além da conjuntura internacional, a radicalização do processo interno repercutiu diretamente na política exterior chavista, que teve três grandes fases. A primeira, de 1999 a 2002/2003, foi marcada pelo pragmatismo, visando o fortalecimento da soberania nacional e a construção de uma ordem multipolar em que a integração regional teria papel relevante. Já havia uma narrativa de bolivarianismo, que, por sua vez, só foi se concretizar na segunda fase, com início entre 2003 e 2004, altamente influenciada pela retórica do "Socialismo do Século XXI", em que, contando com seu potencial energético, a Venezuela seria artífice da construção de uma nova ordem mundial. A terceira fase é caracterizada pelo abrandamento de postura, a partir de 2009, após a ascensão de Barack Obama nos Estados Unidos (GONZÁLEZ URRUTIA, 2006; VALENTE 2012; VILLA, 2004, 2007).

Muitos dos trabalhos que apresentam essa diferenciação, porém, foram feitos durante o chavismo e, por isso, não tinham como antever seus desdobramentos. Por isso, consideramos válido apontar a tipologia sugerida por Mariana Lopes Vieira (2016), que embora se ocupe dos meandros internos venezuelanos, dos quais não trataremos, propõe uma divisão temporal que abarca todo o período. A periodização proposta diz respeito às fases identificadas por ela em termos de mudanças políticas internas e que, ainda que não encontrem correspondência total com a política externa, tiveram repercussões na inserção internacional do país.

> A primeira, de 1999-2003, marcada por um período de situação revolucionária, com elementos populistas e anti-imperialistas; a segunda fase, de 2004-2006, quando o regime político assume características bonapartistas e se produz uma reorganização do bloco no poder onde (sic) a burguesia de es-

> tado torna-se dominante, algo específico do capitalismo de Estado; uma terceira fase de 2007-2009, onde (sic) observamos elementos socialistas e anti-imperialistas e uma última fase, de 2010-2013, marcada pela crise do capitalismo de Estado. (VIEIRA, 2016, p. 250).

É importante notar que, desde o início, Chávez estava retoricamente na contramão do realismo periférico, mas por conta do contexto regional e das mudanças internas, não teve condições de fazer grandes rupturas na política externa nos primeiros anos de seu governo, ou seja, havia a intenção, mas na prática prevaleceu a cautela. Se, até 2002, havia uma intenção de revisar a política exterior, a partir dos movimentos de desestabilização de abril daquele ano, o chamado revisionismo periférico, que nada mais era do que afrontar a hegemonia a fim de obter benefícios, tornou-se predominante. César Guimarães (2008) defende que essa mudança foi possível graças à tendência à multipolaridade advinda com os eventos de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. Valente (2012) explica que:

> Os revisionismos autonômico e antagônico podem ser compreendidos, neste caso, como orientações políticas periféricas em relação aos Estados Unidos que levam em conta a assimetria estrutural de poder, e ao mesmo tempo a possibilidade de mudanças nessa relação assimétrica a partir da entrada de novos atores com poder o suficiente para interferir nessa equação. A aposta em uma multipolarização é também uma aposta na redução de assimetria do relacionamento bilateral Venezuela-Estados Unidos, por meio do balanço proporcionado por outras potências, ainda que não hegemônicas. O resivionismo, portanto, é elaborado a partir de um cálculo racional tipicamente realista, a partir da consciência sobre um sistema internacional com características estruturais, mas também tendencioso a uma multiplicidade de polos de decisão. (VALENTE. 2012, p. 80).

Ao aplicar esses conceitos à política externa chavista, o referido autor postula que no período mais pragmático (início e no fim do fenômeno chavista), o antagonismo estava mais presente na retórica do que nos atos, configurando o que ele denomina de revisionismo periférico autonômico. Já na fase mais tensa da relação bilateral – a despeito de o comércio ter se mantido intacto, como sinal da força da diplomacia petroleira descolada da política exterior – o antagonismo ocorreu por meio de iniciativas regionais ideologicamente contrárias à ação dita imperialista dos Estados Unidos, baseadas em cooperação energética e na construção de infra-estrutura. Ambos os elementos, construção de um inimigo externo e integração regional mais autônoma, não foram criados pelo chavismo, porém foram incorporados por ele para constituir o que Valente (2012) denomina de revisionismo periférico antagônico.

Em suma, podemos dizer que de maneira geral a política externa venezuelana durante a permanência de Hugo Chávez no poder variou entre uma posição mais

ou menos confrontativa, em termos práticos e não só retóricos, em relação aos Estados Unidos, a depender das conjunturas internas e externas. Para os fins deste trabalho, não aprofundaremos nos elementos teóricos relativos à dinâmica interna, apontados por Vieira (2016), uma vez que o nosso foco está voltado para os efeitos das movimentações domésticas sobre as variações na política externa.

5.2.1 "Esperar e ver" em um ambiente de mútua desconfiança: a relação de Chávez e Clinton (1999-2000)

Historicamente, as relações bilaterais de Venezuela e Estados Unidos não foram fonte de preocupação para nenhum dos dois países. Apesar de algumas discordâncias, nunca houve um total desalinhamento entre eles, uma vez que, além da identificação cultural com o vizinho do Norte por parte das elites políticas venezuelanas, o comércio petroleiro era vantajoso para ambos. Por este motivo, a mudança no bloco no poder venezuelano durante o chavismo foi significativa. No entanto, é preciso observar que a potência hemisférica também passou, nesse mesmo período, por modificações internas e externas que influenciaram a relação.

No contexto do pós-Guerra Fria, instaurou-se um debate sobre quais deveriam ser os novos direcionamentos da política externa norte-americana, contrapondo isolacionalistas e internacionalistas, cujo resultado foi a continuidade do comportamento global de liderança. Entretanto, uma das mudanças neste padrão foi notada justamente nas relações hemisféricas:

> Depois de séculos de intervenções, interferências, descaso, hegemonia e unilateralismo, sustentados pelo objetivo de impedir a instabilidade e a presença de poderes externos em sua zona de influência, os Estados Unidos finalmente teriam começado a trabalhar de forma mais construtiva regionalmente, incentivando a parceria e a cooperação. Nas Américas, como já o haviam feito em outros continentes, os Estados Unidos assumiam como prioridade a instauração de um relacionamento que incentivasse a aproximação e o multilateralismo. Três dimensões foram trabalhadas: a econômica, a sociopolítica e a de segurança. (PECEQUILO, 2005, p. 335).

A fim de colocar em prática uma nova agenda para a região, foram lançados no início da década de 1990 a Iniciativa para as Américas, o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) e a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), ambos com a missão de integrar comercialmente o hemisfério. Vale notar que mesmo com a substituição de um governo republicano, liderado por George H. Bush (1989-1993), pelo democrata William (Bill) J. Clinton (1993-2001), as diretrizes

da política externa estadunidense para o hemisfério, em termos de fomentar o livre-comércio, foram mantidas.

Já nos países latino-americanos, as ideias neoliberais ganharam muito vigor após as crises oriundas do esgotamento do modelo desenvolvimentista (mais claramente no caso do Brasil) e da dívida externa. Portanto, as propostas advindas dos Estados Unidos encontraram eco em setores políticos e empresariais na América Latina, que defendiam o desentrave das barreiras alfandegárias com a potência hemisférica como algo positivo para as economias nacionais.

Como retratado no capítulo quatro, a era neoliberal venezuelana corresponde aos segundos mandatos de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1994-1998), na passagem da década de 1980 para 1990. Ambos foram responsáveis por adotarem medidas de abertura comercial, cujo resultado foi apontado por Golinger (2005) como representando a pior crise social vivida até então pelo país de Bolívar. Tal situação teria pavimentado o caminho para que o outrora golpista Hugo Chávez Frías chegasse à Presidência da República.

Durante a campanha eleitoral, a figura de Chávez gerava desconfianças internas e externas, por conta do recente passado conspirador que o havia alçado ao patamar de liderança nacional. Golinger (2005) relata, que após convite de um jornalista peruano para participar de uma gravação em Miami, o então candidato teve o visto norte-americano negado. A tentativa de golpe contra Carlos Andrés Pérez havia repercutido mal nos Estados Unidos e foi considerado como um ato terrorista, justificativa utilizada pela embaixada para denegar a permissão de entrada de Chávez. Ele, quando questionado sobre o constrangimento, tirou da carteira seu cartão “Visa” (que é a mesma palavra, em espanhol, usada para designar “visto”), demonstrando desde a campanha a capacidade de improviso e de reversão de situações desfavoráveis.

Contudo, após a confirmação nas urnas de que ele tinha sido escolhido pela maioria da população para governar a Venezuela, a embaixada dos EUA prontamente providenciou o visto para Chávez. O que poderia ser um gesto de retratação, porém, logo deu lugar a uma postura de ingerência nos dias que antecederam a posse. Em janeiro de 1999, o presidente eleito da Venezuela planejara uma viagem a diversos países, tendo Cuba e Estados Unidos como as últimas paradas, respectivamente. Logo no primeiro destino, na Espanha, ele recebeu uma ligação telefônica

do Departamento de Estado norte-americano solicitando que cancelasse a ida à ilha governada por Fidel Castro, sob a ameaça de ter a reunião com Bill Clinton cancelada.

Alegando que manteria a soberania de seu país, o mandatário venezuelano se recusou a seguir tal determinação e foi ao encontro do líder cubano. Quando seguiu para Washington, conforme relata Golinger (2005):

> Clinton decidira receber Chávez de uma maneira informal, 'pela porta de trás'. Atendeu-o na Casa Branca, sem imprensa, nem fotógrafos. Vestido com calça jeans e um pulôver, Clinton recebeu o presidente da Venezuela com um refresco na mão e uma atitude intencionalmente despreocupada. A reunião durou quinze minutos e não foi anunciada ao mundo. Não houve nenhum tipo de protocolo. Chávez tinha sido tratado como se fosse um visitante sem importância e não o presidente de uma das nações de maior relevância nas relações econômicas internacionais. (GOLINGER, 2005, p. 28, tradução nossa)[116].

Além deste gesto de afronta à autoridade representada por Chávez, o governo Clinton enviou como representante para a sua posse, no mês seguinte, o então secretário de Energia, William Richardson. Novamente, a autora Golinger (2005) ressalta a visão que os Estados Unidos tinham da Venezuela: um grande barril de petróleo.

Em análises sobre os primeiros anos das relações bilaterais sob o chavismo, Rafael Duarte Villa (2004, 2007) considera que, a despeito do peso simbólico desses gestos, a forma como Estados Unidos e Venezuela se conectavam durante o governo de Clinton foi caracterizada pelo pragmatismo. Inicialmente, Hugo Chávez adotou uma postura mais cautelosa e investiu na diplomacia presidencial, a fim de desfazer a imagem negativa de golpista. Ademais da questão da imagem pessoal, era importante demonstrar que a Venezuela vivia um momento de estabilidade política, o que influenciaria diretamente em sua credibilidade internacional.

Por outro lado, embora houvesse um esforço por evitar atritos frontais com os Estados Unidos, o líder bolivariano representava o primeiro governo da América Latina a constituir uma alternativa ao neoliberalismo – modelo que fazia parte da agen-

---

116No original: "Clinton había decidido recibir a Chávez de manera informal, 'por la puerta trasera'. Lo atendió en la Casa Blanca sin prensa ni fotógrafos. Vestido con pantalones de mezclilla y un pulover, Clinton recibió al presidente de Venezuela con um refresco en la mano y una actitud intencionadamente desenfadada. La reunión duró quince minutos y no fue anunciada al mundo. No hubo ningún tipo de protocolo. Chávez había sido tratado como si fuera un visitante sin importancia y no el presidente de una de las naciones de mayor relevancia en las relaciones económicas internacionales".

da norte-americana na região. Carlos Romero (2003) corrobora a ideia de que Chávez aprofundou um processo que já estava em andamento na fase final do *puntofijismo*, a "latinoamericanização" da agenda externa venezuelana, ainda que tenha tentando manter um clima de colaboração e respeito com o país governado pelo democrata Clinton.

Duarte Villa (2004) destaca que, por parte dos *policy makers* estadunidenses, havia a preocupação com a possibilidade de quebra institucional e autoritarismo na Venezuela. Eles teriam adotado a tática de "esperar e ver", afirmando que não tomariam nenhuma atitude caso o mandatário venezuelano se comprometesse a não romper com a institucionalidade ou com a ordem democrática, não nacionalizasse empresas norte-americanas e nem desrespeitasse os direitos individuais e de propriedade dos cidadãos dos Estados Unidos.

Golinger (2005) e Duarte Villa (2004, 2007) coincidem que na medida em que os meses foram passando, o clima de cordialidade tornou-se mais difícil de ser gerido pelos dois lados. Para a primeira, o episódio que vai marcar uma elevação no tom das relações bilaterais foi o maior desastre natural da Venezuela, ocorrido em dezembro de 1999. As intensas chuvas que assolaram o estado de Vargas naquele mês vitimaram muitas pessoas e desalojaram tantas outras. O fenômeno foi tão destrutivo que os limites geográficos daquela região mudaram e foi preciso refazer os mapas após o estrago trazido pelas fortes torrentes.

O governo venezuelano deu boas-vindas às ajudas humanitárias que chegavam de todas as partes, inclusive dos EUA, até o anúncio de que eles enviariam barcos e helicópteros militares, os quais Chávez recusou veementemente. A Venezuela deixou claro que só aceitaria ajuda financeira, mas não militar. A impressão da cúpula chavista foi que os Estados Unidos esperaram o momento oportuno para enviar tropas ao país. Os meios de comunicação nacionais e internacionais criticaram fortemente o "ultraje" do líder venezuelano. O Departamento de Estado, mesmo assim, enviou as embarcações sem autorização, que acabaram sendo descobertas pouco antes de alcançarem a costa.

Outro fator decisivo para a mudança gradual nas relações bilaterais está relacionado com o ativismo chavista na reativação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apontado por Duarte Villa (2004) e sobre a qual já tratamos no capítulo quatro. Além da motivação econômica óbvia, os EUA não teriam

visto com bons olhos a rearticulação do cartel petroleiro por conta da aproximação da Venezuela com o Iraque de Saddam Hussein. Chávez empreendeu a primeira visita de um chefe de Estado venezuelano ao país árabe depois da Guerra do Golfo, o que foi lido como um gesto de desacato que causou indignação pública nos Estados Unidos.

No entanto, como destacado por Pecequilo (2005), não se pode perder de vista o papel estratégico da América Latina do ponto de vista militar, em especial na agenda de combate ao narcotráfico. Apesar de a declaração de "guerra às drogas" ter sido anunciada pelo presidente Richard Nixon[117], na década de 1970, Priscila Villela (2015) indica que foi somente nos anos 1990 que políticas institucionalizadas e militarizadas ganharam corpo dentro e fora dos Estados Unidos. Nesse sentido, a América Latina tornou-se central nas ações repressivas à produção, sobretudo da cocaína, e ao escoamento dos narcóticos em direção ao território norte-americano.

No ano 2000, o presidente Bill Clinton aprovou o Plano Colômbia[118], que consistia em um pacote de ajuda financeira de US$ 1,3 bilhão para que o governo colombiano combatesse a produção e o tráfico de drogas. Assim, conforme levantamento realizado por Souza (2010), baseado nos relatórios de estratégia de controle internacional de narcóticos, a Colômbia aparecia no mais alto grau de prioridade, por ser o país produtor de cocaína, enquanto que a Venezuela oscilava entre um grau médio e alto de importância, por ser uma das rotas dos entorpecentes em direção aos Estados Unidos.

É neste contexto que as animosidades tornaram-se menos veladas com a decisão venezuelana de não mais permitir sobrevôos de aviões estadunidenses em seu espaço aéreo, sob a justificativa de combater o narcotráfico, conforme apontado por Rafael Duarte Villa (2004):

> A negativa venezuelana de que seu espaço aéreo fosse utilizado por aviões da DEA [Drug Enforcement Administration119] refletia, em primeiro lugar, a desconfiança de que tal autorização estivesse ligada à intenção americana

---

117 Republicano que governou os Estados Unidos de 1969 a 1974.

118 Um balanço crítico deste Plano foi elaborado por Marília Barbosa de Souza Pimenta, em sua tese de doutorado intitulada "Zonas Estratégicas e Estruturais para os Trânsitos Ilícitos (ZEETI): Desafios à Zona de Paz na América do Sul", defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) no ano de 2016, a qual recomendamos para aprofundamento sobre a complexidade da questão colombiana.

119 A DEA pertence à polícia federal estadunidense, cuja função é a repressão e controle de narcóticos, tendo sido criada pelo presidente Richard Nixon no início da "guerra às drogas". Mais informações oficiais podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://www.dea.gov>.

> de reforçar o Plano Colômbia – o qual é visto, a partir de uma leitura geopolítica da Venezuela, como uma possibilidade de militarização da região. Entretanto, também refletia a preocupação das Forças Armadas venezuelanas com as contínuas manifestações de Washington que os exércitos da América Latina deveriam ter entre suas principais funções no pós-Guerra Fria o apoio aos EUA na luta contra o narcotráfico. Setores militares da Venezuela pensam que essa função pode ser ampliada com eficácia de maneira autônoma, prescindindo do apoio de Washington. (DUARTE VILLA, 2004, p. 8)[120].

Com efeito, ainda que sob a prerrogativa da soberania territorial, a Venezuela se colocava em rota de colisão com a potência hemisférica diante de uma questão sensível para ela. A crescente militarização do tema reforçava as desconfianças venezuelanas, levando a uma constante recusa de Chávez em colaborar com uma política da qual discordava. Outro receio do Departamento de Estado norte-americano seria a suspeita de apoio logístico que o líder bolivariano daria às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – uma das partes envolvidas na "guerra às drogas" – e ao regime cubano de Fidel Castro (DUARTE VILLA, 2004).

Do ponto de vista comercial, a aproximação que se vislumbrava no horizonte entre Venezuela e Brasil (naquela época, governado por Fernando Henrique Cardoso) também era motivo de apreensão por parte do governo norte-americano. A possibilidade da entrada do país andino no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), concretizada anos mais tarde, e a posição conjunta sobre a ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) eram vistas como prejudiciais aos interesses dos Estados Unidos na região. Para Chávez, por sua vez, a diversificação de parcerias, privilegiando foros regionais era uma das formas de evitar a "mexicanização" de seu mercado externo, extremamente dependente do comércio com a potência hemisférica.

Como consequência de uma conjunção de fatores – econômico, político-diplomático, militar e comercial –, a Venezuela foi alvo de crescente preocupação por parte dos Estados Unidos de Clinton, até atingir o ápice durante a administração Bush. O democrata teria convivido com a Venezuela chavista em uma fase de sua

---

[120]No original: "La negativa venezolana a que su espacio aéreo fuera utilizado por los aviones de la DEA reflejaba, en primer lugar, la desconfianza de que tal autorización estuviese ligada a la intención americana de reforzar el Plan Colombia –el cual es visto, a partir de una lectura geopolítica de Venezuela, como una posibilidad de militarización de la región. Pero también reflejaba la preocupación de las Fuerzas Armadas venezolanas con las continuas manifestaciones de Washington de que los ejércitos en América Latina deberían tener entre sus principales funciones en la pos Guerra Fría el apoyo a EE UU en la lucha contra el narcotráfico. Sectores militares de Venezuela piensan que esa función puede ser cumplida con eficacia de manera autónoma, prescindiéndose del apoyo de Washington".

política exterior que foi considerada “pragmática”, de 1999 até 2002/2003, mas que, mesmo assim, não deixou de posicionar-se contrariamente à potência hemisférica em assuntos sensíveis. Contudo, o país andino esteve longe de ser a prioridade da política exterior estadunidense.

A fase inicial da política exterior chavista priorizou o fortalecimento da soberania nacional, visando a construção de uma ordem multipolar por meio da democratização do sistema internacional. A integração regional seria a chave para lograr um reequilíbrio das relações hemisféricas. Portanto, ainda que de maneira menos confrontativa que no momento seguinte, o resgate de Bolívar para legitimar as ações externas venezuelanas já era uma realidade. Uma observação importante é que há uma tendência, desde o início do governo Chávez, de as ações internacionais serem tomadas antes da produção de diretrizes oficiais. Nesse caso, o capítulo “Equilíbrio Internacional”, do Plano Nacional de Desenvolvimento (2001-2007), que serviu de base para analisarmos a primeira fase da política exterior chavista, foi escrito a posteriori de alguns eventos acima descritos (GONZÁLEZ URRITIA, 2006; VALENTE, 2012).

5.2.1.1 O espiral crescente de tensões: Chávez versus Bush (2001-2009)

No ano 2000, as eleições presidenciais norte-americanas deram a vitória ao republicano George W. Bush (2001-2009), intensificando a já existente dualidade que marcava a relação com a Venezuela. Ainda nos primeiros meses de mandato de Bush, Chávez manifestou sua oposição ao projeto norte-americano da ALCA, durante a Cúpula das Américas de Québec, juntamente com Fidel Castro. Desta forma, o prelúdio de ampliação das distâncias políticas entre esses países era anunciado, já que ao final daquele ano mudanças importantes no posicionamento internacional dos Estados Unidos aprofundariam as tensões entre seus líderes. É neste período (2001-2008) que a política exterior venezuelana ganhou, segundo a literatura, uma carga ideológica que ofuscou o pragmatismo vigente até então (DUARTE VILLA, 2004, 2007; GÓNZALEZ URRITIA, 2006; ROMERO, 2003, 2006, 2008; SERBIN, 2011a).

Com os atentados ao território estadunidense, em 11 de setembro de 2001, a política externa norte-americana passou a adotar a chamada “Doutrina Bush”, carac-

terizada pela War on Terror (“Guerra ao Terror”) e pelo forte engajamento militar e em questões de segurança. É possível afirmar que se tratou de um ponto de inflexão, em que o foco passou a ser o Oriente Médio e as questões ligadas ao combate ao terrorismo. Uma das características desse momento é exacerbação de uma narrativa maniqueísta por parte do governo Bush, em que aqueles que não estavam ao seu lado na luta contra o terror eram, necessariamente, seus inimigos, pertencendo ao Eixo do Mal (FINGUERUT, 2009; SHIMABUKURO, 2009).

O principal impacto do redirecionamento da política externa norte-americana no pós-11 de Setembro para as relações hemisféricas foi um relativo distanciamento, o que não significa que a região tornou-se desimportante, mas sim que não constava na lista de prioridades do governo norte-americano. As principais questões relacionadas à América Latina não tinham mais um caráter econômico – como fora nos anos Clinton –, pois a prioridade passou a ser o narcotráfico ou “narcoterrorismo”, sobretudo nos países andinos, justificando a vigência e a extensão do Plano Colômbia (PECEQUILO, 2005).

É inegável que os atentados de 2001 foram um acontecimento marcante. No entanto, Cristina Pecequilo (2005) ressalta que, apesar deste marco histórico ter sido responsável por acelerar o processo de reordenamento mundial no pós-Guerra Fria, ele não conseguiu modificar a estrutura de poder global e tampouco frear a tendência à multilateralidade. Por outro lado, ainda seguindo o raciocínio da referida autora, o governo Bush manteve a postura unilateral, desconsiderando ou mesmo ignorando a realidade da crescente multilateralidade mundial.

Tal percepção teve um custo político alto, seja internamente pelos desgastes que as invasões ao Afeganistão (2001) e ao Iraque (2003) acarretaram, seja externamente, com a imagem negativa do governo Bush pelo mundo. Na América Latina, como indica pesquisa feita pelo Latinobarómetro (tabela três), a situação não era diferente: os índices de percepção positiva sobre a relação do país com os Estados Unidos diminuíram durante governo Bush.

Tabela 3 - Percepção da relação entre (país) e Estados Unidos (%)

	1997	2003	2004	2006	2007	2008	Impacto negativo da "Era Bush"
Venezuela	81	49	28	15	24	11	-70
Brasil	71	73	64	68	71	65	-6
Colômbia	40	76	75	84	85	87	47
América Latina	76	69	69	69	68	63	-13

Fonte: CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO (2011). Elaboração própria.

A despeito de ter havido um impacto negativo da percepção do governo norte-americano de George Bush na América Latina como um todo (segundo os dados, um acumulado de -13% até 2008), escolhemos recortar a pesquisa supracitada a partir de três países, cada qual representando uma posição distinta (e conjuntural): a Venezuela, como o ator que apresentava o maior antagonismo com os Estados Unidos; o Brasil, que sob o governo Lula da Silva (2002-2010) procurou ter uma posição moderada na região; finalmente, a Colômbia, que seguiu sendo a principal aliada da potência hemisférica, por conta dos vultosos investimentos no combate ao narcotráfico.

Enquanto no Brasil a percepção negativa frente ao governo de Bush teve um acumulado de -6%, estando um pouco abaixo da média regional, Venezuela e Colômbia representaram as posições diametralmente opostas. O país liderado por Chávez registrou a maior queda (-70%) e, tendo em vista sua alta popularidade e carisma, pode-se concluir que houve uma influência de seu discurso cada vez mais anti-imperalista e anti-americano sobre a população. Já a vizinha Colômbia, que nesse período foi governada por Álvaro Uribe (2000-2008), importante ator na repressão aos movimentos guerrilheiros (considerados por ele como terroristas) e de narcotráfico – sendo, também por isso, um dos mandatários mais alinhados às diretrizes norte-americanas – apresentou o melhor índice quanto à avaliação da “Era Bush”.

Roberto Russell (2006), por sua vez, interpreta que a percepção negativa dos Estados Unidos na América Latina é consequência não só de uma política anti-terror, que passou a incluir movimentos de guerrilha, como as FARC, no “eixo do mal” e a lançar mão de métodos duvidosos e com grandes prejuízos aos Direitos Humanos. Para ele, a continuidade de uma retórica pró-livre-comércio, iniciada por Clinton, como a solução para os problemas da região também deve ser considerada, uma vez muitos dos governos que ascenderam ao poder na década de 2000 foram eleitos com um discurso anti-neoliberal. Na prática, muitos deles fortaleceram a ação estatal para enfrentar problemas sociais, indo, portanto, na contramão dos princípios do livre-mercado.

Tal conjuntura de resistência aos valores econômicos advindos dos Estados Unidos serviu de estímulo para que Hugo Chávez, em dezembro de 2001, lançasse a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), durante a III Cúpula de Chefes

de Estado e Governo da Associação de Estados Caribenhos. Advogando para si a função de herdeiro dos ideais bolivarianos no continente, o presidente venezuelano fez questão de fazer referência ao nome do Libertador na iniciativa que sentenciaria o "alvorecer" (*alba*, em espanhol) de um novo tempo na região.

Ainda que naquela ocasião tenha recebido somente o apoio de Cuba, a ideia de construção de uma arquitetura regional alheia à influência estadunidense ganhou fôlego no decorrer daquela década, na medida em que líderes afins com esse objetivo foram sendo eleitos. A mudança política interna em parte significativa dos países latino-americanos levou não só à concretização da ALBA, mas também à criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) e à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – fóruns políticos exclusivos da América Latina.

O contexto que permitiu a adesão de tantos países a esses novos projetos está relacionado a dois processos simultâneos: o redirecionamento da política externa norte-americana para o Oriente Médio e a eleição de uma leva de mandatários que, apesar das particularidades de cada caso, tinham em comum uma forte crítica ao neoliberalismo, sendo identificados ideologicamente com a esquerda. Sobre o primeiro ponto, que já foi mencionado, podemos dizer que serviu de combustível para a retórica crítica dos líderes latino-americanos que chegaram ao poder, tendo como lastro a percepção negativa que as suas populações tinham do unilateralismo estadunidense e do neoliberalismo.

O segundo processo, que ficou conhecido como "onda rosa", refere-se a um período de pouco mais de uma década em que aproximadamente uma dezena de países da América Latina, principalmente da porção sul do continente, escolheram presidentes com trajetórias políticas que permitia agrupá-los como "esquerda" [121], seja porque internamente buscavam reduzir as assimetrias sociais, seja porque na política exterior adotaram uma postura mais combativa, no sentido de busca de autonomia frente à potência estadunidense (LANZARO, 2007; PANIZZA, 2006; SILVA, 2010, 2015).

O pontapé da "onda rosa" ocorreu justamente com a ascensão de Hugo Chávez em 1999, seguido por Ricardo Lagos (2000-2006) no Chile; Lula da Silva (2003-

---

121 A despeito de haver uma série de entendimentos sobre o que essa posição política significa na prática, recorremos novamente à definição de Bobbio (2011) que versa sobre a busca de igualdade social.

2010) no Brasil; Néstor Kirchner (2003-2007) na Argentina; Tabaré Vázquez (2005-2010) no Uruguai; Manuel Zelaya (2006-2009) em Honduras; Evo Morales (desde 2006) na Bolívia; Rafael Correa (2007-2017) no Equador; Daniel Ortega (desde 2008) na Nicarágua; Fernando Lugo (2008-2012) no Paraguai e Mauricio Funes em El Salvador (2009-2014). De acordo com a descrição de Fabricio Pereira da Silva (2015):

> [...] uma característica notável da ascensão de forças de esquerda na região foi sua capacidade de reprodução. Os presidentes e partidos que foram expostos a pleitos nacionais puderam se reeleger ou eleger seus sucessores. Chávez (2000, 2006 e 2012), Lula (2006), Correa (2009 e 2013), Morales (2009 e 2014) e Ortega (2011) foram reeleitos. Lagos foi sucedido por Michelle Bachelet, também do PSCh [Partido Socialista Chileno], eleita em 2006 e mais uma vez em 2014 (após o interregno de um governo de centro-direita). Kirchner apoiou sua esposa, Cristina Kirchner, eleita em 2007 como sua sucessora e reeleita em 2011. A FA [Frente Ampla] elegeu em 2009 mais um presidente de suas fileiras, José "Pepe" Mujica, e na sequência elegeu mais uma vez Vázquez em 2014. Nicolás Maduro foi eleito em 2013 na esteira da comoção pelo falecimento de Chávez. O PT [Partido dos Trabalhadores] elegeu Dilma Roussef em 2010 e novamente em 2014. A FMLN [Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional] se manteve no poder com Salvador Sánchez Cerén em 2014. (SILVA, 2015, p. 69).

Por conta da capacidade reprodutiva destas forças, foi possível criar uma linha de continuidade entre esses governos do ponto de vista de projetos internos, mas também nas iniciativas de integração regional. Em trabalho anterior[122], fizemos uma análise mais aprofundada sobre as nuances existentes dentro desse movimento, contudo, ainda assim, houve um entendimento de que tinha surgido um novo tipo de regionalismo na América Latina. A literatura sugeriu termos como regionalismo pós-neoliberal e pós-hegemônico para caracterizar este período (SANAHUJA, 2012; SERBIN et al, 2012)

Para a nosso propósito, é importante registrar o papel protagonista da Venezuela chavista nesse processo. Seja pelo vácuo deixado pela potência hemisférica, seja pelo objetivo da política externa venezuelana de construir polos de poder alternativos aos Estados Unidos na região, o fato é que Chávez conseguiu transpor para sua agenda internacional postulados ideológicos advindos do bolivarianismo. Com isso, ele acabou liderando um bloco de países, sobretudo Bolívia e Equador, que

---

122 Mais especificamente, tratamos sobre as questões envolvendo as semelhanças e diferenças dos processos de integração regionais liderados, respectivamente, por Brasil e Venezuela durante a "onda rosa", que resultou em organizações distintas: a UNASUL e a ALBA. Ainda que com similitudes gerais, como a busca por maior autonomia regional frente aos Estados Unidos, cada uma delas refletia os anseios das políticas externas dos países que as capitanearam, com suas singularidades (PEDROSO, 2014).

basearam as suas pautas internacionais na contraposição à hegemonia estadunidense. Não por acaso, esses três países conformavam o núcleo duro da ALBA, juntamente com Cuba, ilha caribenha que é antagonista ideológica dos Estados Unidos desde a Guerra Fria (BARRANTES, 2012; DUARTE VILLA, 2007).

A Alternativa Bolivariana para as Américas, posteriormente convertida em Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) foi fundada como tal em 2004, sendo composta inicialmente somente por Venezuela e Cuba. Como vimos, a partir de então outros governos simpáticos à ideologia bolivariana ascenderam ao poder e foram aderindo à iniciativa, que passou a ser integrada por Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Granada.

A ideia inicial da ALBA era funcionar como um contrapeso frente à proposta norte-americana da ALCA, que tinha nascido no governo Clinton, mas foi fortemente encampada por George Bush – revelando a complexidade da política exterior dos Estados Unidos para a região, que não abandonou o anseio pela liberalização das economias latino-americanas para os seus produtos. Assim, a ALBA deveria constituir uma área de "intercâmbio solidário" e complementar entre seus membros, visando aumentar não só as trocas comerciais, mas também cultural e político entre eles (PEDROSO, 2014).

Outra proposição da ALBA era servir de plataforma de promoção da "diplomacia dos povos", garantindo aos movimentos sociais protagonismo na interação entre as diferentes nações que compunham a organização (SERBIN, 2011b). Os projetos sociais e culturais eram majoritariamente financiados pelas empresas "grannacionais" e, portanto, também estavam fortemente influenciados pela Venezuela. Dentre eles, destacaram-se o de Alfabetização, que alcançou resultados significativos com a escolarização primária de 94% da população do bloco (SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2013, p. 22).

A análise dos projetos sociais da ALBA também evidencia que eles são a ampliação das missões que nasceram da relação bilateral entre Cuba e Venezuela. Enquanto a ilha fornece recursos humanos altamente capacitados, o país andino subsidia petróleo. Na medida em que a ALBA foi se institucionalizando, essa prática pode ser implantada nos demais membros, cujas deficiências sociais justificavam a

necessidade da medida. Um dos exemplos foi a exportação da “Misión Barrio Adentro” [123], além de outras ações como a “Misión Milagro”, que em parceria da ALBA com a China, garantiu a cirurgia gratuita a pacientes com problemas de visão oriundos de 21 países da América Latina e 14 caribenhos (CUSACK, 2015).

De acordo com a posição oficial da organização, suas diretrizes estão baseadas na prioridade à dimensão social, em que o livre-comércio aparece não só como desvantajoso, mas como algo a ser combatido por meio da preponderância da vontade popular, via Estado, que regularia as relações econômicas. Por este motivo, foram criadas as empresas “grannacionais” como contraposição às empresas transnacionais, mas que na prática funcionavam como uma espécie de *joint venture*[124] entre estatais dos países membros, com evidente preponderância das empresas venezuelanas (ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMERICA, 2013; PEDROSO, 2014).

Assim, para impulsionar o comércio intrabloco, foram criados grupos de trabalho para estudar as áreas com potencial maior de complementariedade econômica. Uma delas era a energética, uma vez que, à exceção de Venezuela, Bolívia e Equador, os demais membros eram deficitários em petróleo e gás. Surgiram, pois, as iniciativas do Gasoduto do Sul, PetroCaribe e PetroAmérica, com forte ação das empresas estatais venezuelanas. Portanto, assim como na arena interna os projetos sociais foram financiados com a renda petroleira, Chávez angariou o apoio de uma região-chave para a influência dos Estados Unidos por meio da diplomacia petroleira (SERBIN, 2006; CUSACK, 2015).

Vale relembrar que o uso do petróleo na diplomacia venezuelana já existia no período do Punto Fijo, sendo mais sistematicamente empregado na primeira fase do governo Luís Campíns (1978-1982), que foi mais autonomista. Sem embargo, com o chavismo ganhou um caráter estratégico, uma vez que a concessão de petróleo subsidiado aumentou o alcance da proposta venezuelana de se contrapor à hegemonia norte-americana por meio de um sistema multipolar (DUARTE VILLA, 2007; SERBIN, 2006; ROMERO, 2008).

---

123 Conforme tratado no capítulo quatro, essa *Misión* leva para comunidades carentes atendimento médico domiciliar, em consonância com os preceitos de uma medicina preventiva.

124 Termo em inglês para se referir à uma parceria estratégica pontual entre companhias (privadas e/ou estatais), que desenvolvem negócios conjuntos, dividindo os resultados, sejam eles positivos ou negativos.

Conforme explica Andrés Serbin (2011a), a política externa chavista manteve traços da diplomacia do país vigentes desde o início do século XX, tais como a crença no excepcionalismo venezuelano, a forte ênfase na figura do presidente e o ativismo internacional. No entanto, com a chegada de Chávez ao poder, essas diretrizes foram ressignificadas a partir de um "hiperativismo diplomático" na América Latina, onde a Venezuela procurou liderar a criação de novos esquemas regionais que excluíram a potência hemisférica de seu quadro de componentes.

No caso da ALBA, em que os objetivos ambiciosos não eram coerentes com o peso internacional de seus membros – que fazem parte da periferia e/ou semiperiferia do sistema internacional – o impacto para os Estados Unidos reside no fato de que seus países orbitaram, historicamente, dentro da área de dominação norte-americana, em especial o Caribe. Com a ALBA, porém, eles passaram a estar sob a influência de Chávez em outros pleitos hemisférios, como a reconstrução do sistema interamericano erigido na Guerra Fria.

Para o líder bolivariano, os esquemas hemisféricos capitaneados pelos Estados Unidos durante a bipolaridade não correspondiam mais às necessidades regionais, além de terem servido somente para beneficiar os interesses estadunidenses. Por este motivo, o esforço por aprofundar os laços entre os países latino americanos, a fim de obter maior autonomia hemisférica, por meio de instituições próprias e "blindadas" da ingerência dos Estados Unidos era tão necessário (DUARTE VILLA, 2004; ROMERO, 2008).

Ademais, o apoio regional era importante para adequar o sistema interamericano ao que seria, no entender chavista, as novas demandas da região no pós-Guerra Fria. Uma das arenas em que o embate entre a Venezuela e o governo Bush ocorreu foi a Organização de Estados Americanos (OEA), fundada em 1948, no bojo do conflito político-ideológico entre Estados Unidos e União Soviética. A "Carta Democrática" da organização, no ano de 2001, passou a incluir o termo "democracia representativa", afrontando a experiência de "democracia participativa" engendrada na Venezuela.

> [...] a proposta da Carta Democrática, com sua ênfase na democracia representativa estimulada por Washington poderia colocar um limite no mecanismo de democracia plebiscitária, que com extrema eficácia permitiu a Chávez debilitar as elites partidárias tradicionais na Venezuela. Enquanto isso, a Assembleia Geral da OEA, em uma reunião extraordinária realizada no segundo semestre de 2001 el Lima, não somente rechaçou o conceito de democracia participativa, como ainda assumiu publicamente o conceito de democracia representativa. A aprovação da Carta Democrática nos termos

> conceituais de Washington significou a principal derrota da diplomacia chavista no campo multilateral e aprofundou o mal-estar entre Washington e Caracas. (DUARTE VILLA, 2004, p. 13, tradução nossa)[125].

Diante desta derrota, de 2001, e da posterior mudança da conjuntura política latino-americana, compreende-se o porquê de Chávez ter investido em novos esquemas de integração e fóruns políticos na região. Não pode se perder de vista que mesmo na fase mais pragmática de sua política exterior, o objetivo de construção de alternativas de poder à hegemonia dos Estados Unidos já estava presente. Consideramos que o "hiperativismo" chavista na América Latina foi importante durante a Era Bush por ter criado um polo de resistência à potência hemisférica. Entretanto, tal construção foi conjuntural e não representou o cerne das questões envolvendo esta conturbada relação bilateral, que do nosso ponto de vista estava primordialmente ligado às dinâmicas internas venezuelanas que sofreram ingerência norte-americana.

Novamente, reiteramos a importância que a ascensão de Chávez teve na dinâmica política venezuelana. Embora parecesse razoável a diversificação de parcerias econômicas e políticas, com vistas a dirimir a alta dependência comercial dos EUA, essa questão também foi polarizada pela oposição. Para Pedro Carmona (2014), que ocupou a presidência da República durante o golpe de 2002, a diplomacia bolivariana representava um caso *sui generis* em que o país mais forte (Venezuela) financia o mais débil (Cuba) para que este lhe domine ideológica, política e economicamente. Por conseguinte, para os setores empresariais representados por ele, ainda que manter laços comerciais com outros países pudesse ser economicamente vantajoso para ampliação de parcerias, a questão ideológica era mais significativa.

Embora levando em conta a relevância da construção de uma nova arquitetura regional, protagonizada por Chávez, para o aumento das tensões com os Estados Unidos de Bush, acreditamos que o fator mais decisivo na compreensão desta rivali-

---

[125]No original: "[…] la propuesta de la Carta Democrática, con su énfasis en la democracia representativa estimulada por Washington podía colocar un límite al mecanismo de democracia plebiscitaria que con extrema eficacia le permitió a Chávez debilitar a las elites partidarias tradicionales en Venezuela. Mientras tanto, la Asamblea General de la OEA, en una reunión extraordinaria realizada en el segundo semestre de 2001 en Lima, no sólo rechazó el concepto de democracia participativa sino que además asumió plenamente el concepto de democracia representativa. La aprobación de la Carta Democrática en los términos conceptuales de Washington significó la principal derrota de la diplomacia chavista en el campo multilateral y profundizó el malestar entre Washington y Caracas".

dade está ligado às movimentações internas venezuelanas. Tal afirmação está baseada na extensa literatura e documentação que comprovam a influência direta do governo de Bush sobre as dinâmicas que resultaram no golpe de Estado contra Chávez, em 2002, e o posterior boicote petroleiro, o *paro*, em 2003[126].

Mesmo sem aprofundarmos, por ora, nos laços que a oposição venezuelana construiu com os Estados Unidos neste período, partimos do pressuposto de que as ações de ingerência do governo norte-americano sobre a Venezuela teve consequências diretas sobre sua política exterior. Segundo Leonardo Valente (2012), a interpretação que Caracas fez da participação da potência hemisférica no golpe e no *paro* remetiam às intervenções realizadas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Por este motivo, tornou-se ainda mais premente a necessidade de uma política externa altiva e de oposição a esta hegemonia no mundo.

Da mesma forma que na primeira fase da diplomacia chavista, a teorização sobre os delineamentos da ação internacional da Venezuela a partir de 2003 ocorreram a posteriori pelo Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, em 2007 e no Primeiro Plano Socialista (2007-2013). Assim, há uma tendência que perpassa todos os momentos da política exterior chavista de que a diplomacia presidencial precede as reflexões teóricas sobre as estratégias a serem adotadas pela Venezuela na arena internacional.

A revisão da política exterior de Chávez teve como impulso a radicalização do processo interno, motivada pelos eventos desestabilizadores levados a cabo pela oposição com o apoio do governo Bush. O primeiro sinal de mudança foi uma postura ainda mais combativa por parte do presidente venezuelano, que serviu de fundamento para o resgate do bolivarianismo na esfera internacional, também denominado de revisionismo periférico. Entretanto, a base material para a guinada de sua diplomacia estava no potencial energético do país, que serviria para atrair novos parceiros globais e fortalecer os laços regionais, por meio de processos de integração de longo prazo.

É neste momento que a retomada dos ideais bolivarianos de construção de forças regionais para fazer frente à hegemonia estrangeira fica ainda mais nítida na

---

126 No próximo capítulo as conexões estabelecidas entre o governo Bush e a oposição antichavista nestes episódios serão detalhadas.

ação internacional venezuelana. A síntese deste movimento é descrita por Valente (2012):

> O revisionismo de relações da Venezuela foi construído tendo como foco principal os Estados Unidos, o que decorreu também para um posicionamento do país frente a todas as demais regiões do mundo. Reconheceu a superioridade americana, mas denunciou seus abusos e defende claramente uma redistribuição de forças no cenário internacional por meio de alianças que tornem o sistema multipolar e com uma nova geopolítica internacional, sendo os Estados Unidos apenas mais um dos polos de poder. Defendeu que a Venezuela precisava se aliar a um polo alternativo de poder aos Estados Unidos e que este seria também o caminho mais viável para toda a América Latina, que precisa se manter unida politicamente e fisicamente (por meio de integração de infra-estrutura) para fazer frente à influência americana. (VALENTE, 2012, p. 95).

Como já vimos, com a mudança política em boa parte dos países da América Latina, as pretensões bolivarianas tornaram mais factíveis. Em 2005, Chávez foi o porta-voz regional na Cúpula de Mal del Plata do rechaço conjunto à ALCA. A partir de então, a ALBA ganhou maior relevância, deixando de ser um acordo bilateral entre Venezuela e Cuba, para abarcar membros latino-americanos e caribenhos. Da mesma forma, a UNASUL foi se consolidando enquanto fórum político de solução de controvérsias regionais, enquanto que o processo de adesão permanente da Venezuela no MERCOSUL foi evoluindo.

A diplomacia chavista não restringiu as suas ações ao entorno regional e investiu na diversificação de parcerias, aproximando-se de atores-chave dos continentes africano e euro-asiático, como China, Malásia, Vietnã, Rússia, Belarus, Irã, Síria e Arábia Saudita. Além de representarem novos parceiros comerciais, com vistas a diminuir a dependência do comércio com os Estados Unidos, alguns destes países, em diferentes graus, representavam polos de poder alternativos à hegemonia norte-americana, buscando posicionamentos comuns no âmbito das Nações Unidas, por exemplo.

A lista de parcerias geoestratégicas venezuelanas no contexto do revisionismo periférico antagônico, bem como seus respectivos objetivos, foi sistematizada por Valente (2012), utilizando como base as publicações do Instituto Pedro Gual e os documentos do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela (ver quadro três).

Quadro 3 – As relações revisionistas da Venezuela com o mundo

ÁREA GEOESTRATÉGICA	OBJETIVOS
América Latina e Caribe	- Participar da construção do novo MERCOSUL até a consolidação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). - Consolidação do eixo de liderança Cuba-Venezuela-Bolívia para impulsionar a ALBA como alternativa à ALCA e aos TLC. - Fortalecer o esquema da integração sul-americana, por meio da UNASUL, ampliando e consolidando as relações políticas, econômicas e culturais com o Caribe. - Neutralizar a ação do Império fortalecendo a solidariedade e a opinião pública dos movimentos sociais organizados.
Irã, Síria, Bielorrússia e Rússai	- Consolidar a aliança política integral emergente com base nos interesses comuns anti-imperialistas. - Fomentar a criação de zonas de intercâmbio tecnológico, produtivo e para o fortalecimento da defesa nacional. - Consolidação da uma postura comum nos organismos internacionais.
China, Vietnã e Malásia	- Intensificação da integração econômica, sociocultural, científica e tecnológica. - Construir um novo marco de comércio mundial que permita romper com os núcleos hegemônicos de intercâmbio comercial. - Intensificar a atração de investimentos de empresas e de capital estatal. - Criação de fundos binacionais de desenvolvimento para a implementação de projetos.
Europa	- Consolidar as alianças com forças sociais, partidos políticos e parlamentos nacionais, com especial ênfase nos movimentos sociais. - Intensificar o relacionamento com os governos de Espanha, Portugal e Reino Unido.
África	- Contribuir para consolidar a presença da África na geopolítica mundial. - Incrementar as relações com países africanos dentro da política de intercâmbio Sul-Sul.
Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP)	- Reforçar os vínculos com países da OPEP. - Incrementar o intercâmbio comercial, científico e tecnológi-

	co com países do Oriente Médio. - Incrementar as relações com outros países exportadores.
Estados Unidos	- Intercâmbio com os movimentos sociais. - Divulgação de informação sobre a realidade venezuelana através de meios alternativos. - Fomentar o intercâmbio permanente de personalidades de âmbito político, social, acadêmico e religioso. - Incrementar o apoio e a solidariedade com os setores excluídos da sociedade norte-americana. - Incentivar a organização de grupos de solidariedade com a revolução bolivariana.

Fonte: Valente, 2012 (p. 97-98).

A insistência em manter relações com os regimes de Saddam Hussein (Iraque), Mahmoud Ahmadinejad (Irã), Bashar al-Assad (Síria) e Muammar Kadafi (Líbia), sob a justificativa de reativar a OPEP, foi também uma importante realização da diplomacia presidencial chavista no sentido de afrontar diretamente os Estados Unidos de Bush. Os acordos com o Irã, por exemplo, ajudaram o país a resistir às sanções econômicas norte-americanas. Com a Síria e a Líbia, Chávez não só realizou parcerias bilaterais, como ainda serviu de ponte para aproximá-los de outros países latino-americanos.

Para Valente (2012), a repercussão midiática e simbólica das alianças da Venezuela com países do Oriente Médio, no contexto de "guerra ao terror", foi muito maior do que o peso econômico das parcerias costuradas. Rafael Villa (2007) pondera que é preciso considerar esse movimento arriscado do presidente venezuelano não como uma atitude impulsionada por afinidades ideológicas, mas como um exercício de realismo político, movido pelos interesses econômicos. No entanto, a aproximação com os Rogue States (Estados delinquentes) reforçou ainda mais a retórica estadunidense de questionamento de Chávez enquanto líder democrático.

A relação com os Estados Unidos, que compõe o núcleo duro da diplomacia venezuelana desde os anos 1920, continuou importante mesmo durante o revisionismo periférico antagônico. Valente (2012) argumenta que foi justamente a mudança na percepção da potência hemisférica como uma ameaça real à sobrevivência do regime chavista que moldou o revisionismo de todas as demais parcerias internacio-

nais da Venezuela. Já para o governo Bush, os atentados de 2001 serviram de justificativa para tratar o caso venezuelano como um “estado de guerra”.

Essa abordagem é reiterada por Golinger (2006) e Allard e Golinger (2009), em que defendem que além de uma retórica confrontativa, a ação dos EUA na Venezuela durante o governo Bush caracterizou-se por um estado de guerra. Diante do que consideravam ser um regime hostil e problemático, os *policy makers* estadunidenses não combatiam o chavismo com instrumentos de uma “guerra tradicional” (batalhas militares), mas dispondo de técnicas desenvolvidas ao longo da Guerra Fria para desestabilização de governos latino-americanos: o financiamento da oposição.

> A Agência Estadunidense de Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Fundação Nacional para a Democracia (FND) [NED] quadruplicaram os fundos entregues a seus aliados em Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba de 2002 a 2006. Somente na Venezuela, foram investidos mais de 50 milhões de dólares neste tempo para alimentar os grupos de oposição, promovendo, adicionalmente, a criação de mais de 400 novas organizações e programas para filtrar e canalizar os fundos. (ALLARD; GOLINGER, 2009, p. 10-11, tradução nossa)[127].

É importante notar que entre 2004 e 2006, ademais do aumento do orçamento das agências estadunidenses que atuavam na Venezuela, Bush e Chávez foram reconfirmados no cargo e aprofundaram as tensões na relação bilateral. A partir de 2002, o país de Bolívar passou a sofrer algumas sanções informais por parte de Washington, como no setor da aviação e de armamentos, em que foram criadas barreiras para a venda de aviões, seus componentes e armas. Em relação ao material bélico, a saída encontrada pela Venezuela para atualizar os seus artefatos foi a construção de uma aliança com a Rússia visando um maior intercâmbio tecnológico e em Defesa, tornando-se o seu principal fornecedor de armas. Diante desta parceria, a Venezuela passou a ser acusada de incitar uma “campanha armamentista” na região, contudo Valente (2012) argumenta que:

> [...] ao contrário do difundido, de que a Venezuela estaria entrando em uma perigosa corrida armamentista, praticamente todos os contratos de compras militares foram de reposição e modernização, já que as Forças Armadas do país passaram nos anos 1980 e 1990 por um período de sucateamento e de

---

127No original: “La Agencia del Desarrollo Internacional de Estados Unidos (USAID) y la National Endowment for Democracy (NED) cuadruplicaron los fondos entregados a sus aliados en Venezuela, Bolivia, Ecuador y Cuba del 2002 a 2006. Sólo en Venezuela, invirtieron más de 50 millones de dólares en ese tiempo para alimentar a los grupos de la oposición, promoviendo adicionalmente la creación de más de 400 nuevas organizaciones y programas para filtrar y canalizar los fondos”.

> perda até mesmo da capacidade de garantir o controle eficiente de suas fronteiras [...]. (VALENTE, 2012, p. 103)[128].

Em 2005, uma abordagem mais aberta à América Latina estava sendo gestada no início do segundo mandato de Bush, quando Thomas Shannon foi nomeado Secretário de Estado adjunto para Assuntos Hemisféricos. O diplomata era adepto da ideia de que os principais problemas da região estavam relacionados às desigualdades sociais e econômicas e preferia lidar com os governos considerados populistas – Venezuela, Bolívia, Equador, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Paraguai – de maneira separada, caso por caso (MCCOY, 2011).

Mesmo com essa maior abertura, as relações bilaterais mantiveram a tendência de deterioração, com acusações mútuas entre seus líderes e o aumento no tom das declarações. O revisionismo periférico antagônico de Chávez também era caracterizado pela construção retórica do inimigo e, em 2006, o presidente venezuelano proferiu um dos discursos mais polêmicos de sua vida pública, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas:

> Eu creio que os primeiros cidadãos que deveriam ler este livro ["Hegemonia ou Sobrevivência: a estratégia imperialista dos Estados Unidos", de Noam Chomsky] são os cidadãos irmãos e irmãs dos Estados Unidos, porque a ameaça está em sua própria casa; o diabo está em casa, pois. O diabo, o próprio diabo está em casa. Ontem o diabo veio aqui, neste mesmo lugar. Ainda cheira a enxofre esta mesa, de onde eu falo. Ontem, desta mesma tribuna, o senhor presidente dos Estados Unidos [George W. Bush], a quem eu chamo 'o diabo', veio aqui, falando como dono do mundo. Um psiquiatra não estaria demais para analisar o discurso de ontem do presidente dos Estados Unidos. Como porta-voz do imperialismo, veio dar suas receitas para manter o atual esquema de dominação, de exploração e de saque aos povos do mundo. Para um filme de Alfred Hitchcock estaria boa, inclusive eu proponho um título, 'A receita do diabo'. (CHÁVEZ FRÍAS, 2006, s/p, tradução nossa).

Conhecido como "O Comandante Chávez Contra-Ataca", o discurso de Chávez foi objeto de análises que destacam o endurecimento no tratamento com o chefe de Estado norte-americano e nas críticas às ações dos EUA no mundo todo, especialmente no Oriente Médio. Para Dantas (2012), o presidente venezuelano aponta o imperialismo como uma grande ameaça e se apresenta como um "guia profético" responsável por alertar as demais lideranças mundiais para este mal. Trata-se, portanto, de uma narrativa tão maniqueísta quanto a de seu inimigo, "o diabo", George

---

128 Com os desdobramentos da crise na Venezuela após a morte de Chávez, em 2013, e a escalada autoritária do governo de seu sucessor, Nicolás Maduro, esse argumento pode ser questionado.

W. Bush, que também caracterizada os países dos quais discordava como o “Eixo do Mal”.

No entanto não era só a retórica, mas sim o hiperativismo internacional de Caracas era visto como um problema de segurança nacional nos EUA. A Venezuela era agrupada em um rol de países problemáticos, como Cuba, Irã, China, Rússia e Síria, seja pela parceria que mantinha com esses atores, seja pelas críticas cada vez mais duras à política externa norte-americana. Para a cúpula do governo Bush, estava cada vez evidente a ligação de Chávez com grupos considerados terroristas, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a quem acusavam de receber armamentos e outros recursos do líder bolivariano (ESCOBAR, ROMERO, 2005; MCCOY 2011; ROMERO, 2003, 2006).

Diante das provocações, gestos e acordos costurados com inimigos dos Estados Unidos, o Departamento de Estado incluiu a Venezuela no grupo de países com restrições para venda de armamentos produzidos no país, no mesmo ano do discurso inflamado de Chávez nas Nações Unidas:

> De acordo com a seção 40A da Lei de Controle de Exportação de Armas, o Departamento de Estado, desde 2006, determina anualmente que a Venezuela ‘não está cooperando totalmente’ com os esforços de contraterrorismo dos EUA. Segundo esta disposição, os artigos e serviços de defesa não podem ser vendidos ou licenciados para exportação para a Venezuela durante o ano fiscal vigente. (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2018, s/p, tradução nossa)[129].

Utilizando o precedente legal aberto pela Lei de Controle de Exportação de Armas[130], que dá autonomia ao Presidente da República para determinar e certificar perante o Congresso qual país não estaria colaborando com os esforços antiterroristas, Bush decidiu incluir a Venezuela nesta lista de restrições. Assim, criou-se uma dinâmica que se retroalimentava: a intensificação das tensões, causada por incidentes diplomáticos e/ou o uso de uma retórica mais agressiva; ações no sentido de isolar internacionalmente a Venezuela; Chávez, aproveitando-se das sanções para justificar seu discurso anti-estadunidense e anti-imperialista (MCCOY, 2011).

Estava em voga, pois, uma diplomacia personalista de confrontação, em que o componente retórico servia tanto para marcar posição, quanto para angariar apoio

---

129 No original: “Pursuant to section 40A of the Arms Export Control Act, the Department of State since 2006 has annually determined that Venezuela was “not cooperating fully” with U.S. counterterrorism efforts. Under this provision, defense articles and services may not be sold or licensed for export to Venezuela during the relevant fiscal year”.

130 Segundo informações contidas nesta lei (U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE, 2014).

interno e externo. É neste contexto que Chávez lidera a criação da TELESUR, em 2005, uma rede multiestatal de televisão e portal eletrônico, cujo objetivo era representar uma alternativa midiática aos meios de comunicação privados. A iniciativa congregava Venezuela, Argentina, Cuba e Uruguai, seguindo o estilo de jornalismo CNN, porém buscando acabar com o "cerco midiático" na América Latina.

A "disseminação de discursos" tornou-se um instrumento e uma estratégia importantes após o golpe de 2002, tanto interna, quanto externamente. Para o governo Chávez, que durante a sua derrocada viu a grande mídia corroborar a tese falsa de sua renúncia, os investimentos em comunicação eram vitais. Valente (2012) acredita que este movimento também gerou temores nos Estados Unidos, uma vez que a Venezuela passou a utilizar a mesma estratégia que eles usavam para manter a sua hegemonia. Contudo, ele ressalta que essa "diplomacia midiática" serviu mais para aumentar a blindagem da audiência interna venezuelana do que para que o país galgasse uma posição de maior destaque internacional.

Diante de todos esses elementos, a caracterização de "diplomacia de microfones" feita por Jennifer Mccoy (2011) da relação entre Venezuela e Estados Unidos durante a Era Bush se confirma. No entanto, como analisamos, além da disputa de narrativas, houve ações efetivas de ambos os lados que deterioraram a conexão diplomática entre eles. Em mais de uma ocasião, os países ficaram sem embaixadores, demonstrando que uma espiral crescente de tensões dava a tônica do relacionamento, até o final do mandato de Bush, em janeiro de 2009.

O contínuo financiamento aos setores oposicionistas e o acesso do exército norte-americano às bases militares na Colômbia eram as principais fontes de receio por parte do governo venezuelano ao final da Era Bush. Este último ponto não é uma questão menor, uma vez que a análise da relação triangular Venezuela-EUA-Colômbia inclui a forte presença militar norte-americana nas fronteiras do Estado colombiano, justificando as recorrentes denúncias que o líder bolivariano fazia acerca das motivações imperialistas de Bush na América Latina (MCCOY, 2011).

Esta discussão remete ao suposto temor norte-americano de que a Venezuela conseguisse exportar o bolivarianismo para outros países, como teria ocorrido na Bolívia e no Equador. Nesse sentido, Tariq Ali (2008) defende que no anseio por evitar que a "infecção bolivariana alcançasse proporções epidêmicas" (TARIQ ALI, 2008, p. 58), os EUA diminuíram a pressão imperialista sobre os demais países lati-

no-americanos, tendo em vista que a alternativa representada por Chávez seria o pior cenário. A ajuda militar ao vizinho colombiano, portanto, faria parte de tal estratégia.

Fazendo uma análise menos maniqueísta, verificamos que as diferentes visões de mundo dos governos Bush e Chávez resvalavam na questão cubana, que seguia sendo um tema ainda sensível para os Estados Unidos. Martinez Guevara (2015) destaca diversos condicionantes internos que determinam a relação com a Ilha, como o lobby anticastrista e a importância política do Sul da Flórida nas eleições presidenciais, entre outros elementos.

O fato é que o intercâmbio de petróleo subsidiado da Venezuela por recursos humanos fez com que Cuba pudesse se recuperar da crise instaurada com a derrocada da União Soviética, na década de 1990. Além da ajuda econômica, Fidel Castro encontrou em Chávez um discípulo e, tal proximidade ideológica, tampouco agradava Washington e alguns funcionários do Departamento de Estado que ainda enxergam o mundo sob a lógica da bipolaridade (ROMERO, 2006).

Sucintamente, as preocupações dos Estados Unidos na Era Bush em relação à Venezuela continuaram sendo o suposto apoio ao narcotráfico (questão importante durante os anos Clinton); o apoio ao regime cubano; os esquemas de integração regional pós-hegemônicos; e os laços crescentes com Rússia, China, Irã e outros Estados “delinquentes”. Assim, as indicações dadas pelo então candidato Barack Obama de que o diálogo seria um elemento central de sua política externa fizeram com que surgisse a expectativa de uma nova abordagem internacional dos Estados Unidos, que poderia estabelecer melhores relações políticas com a Venezuela.

5.2.1.2 Um novo recomeço? As relações bilaterais Venezuela-EUA durante a Era Obama (2009-2013)

Como um líder eleito sob o signo da mudança em 2008, foram muitas as expectativas internas e externas de que um novo tempo seria iniciado com a gestão de Barack Obama. Ainda em campanha, ele dava sinais de que sua política exterior para a América Latina seria mais engajada com o multilateralismo; mais aberta ao diálogo, mesmo com adversários; e de maior respeito ao direito e à opinião pública internacionais (LOWENTHAL, 2010, p. 3).

No entanto, já no seu primeiro ano de mandato, em 2009, muitas das expectativas de que haveria mudanças substanciais nas relações hemisféricas foram frustradas. O evento-marco foi o golpe de Estado que destituiu o presidente hondurenho Manuel Zelaya, em junho. Inicialmente, a atitude de Obama foi de repúdio ao acontecimento "[...] com palavras incomuns para o chefe do Estado que patrocinou tantos golpes de estado na América Latina", segundo Sebastião Velasco e Cruz (2010, p. 4).

As críticas conservadoras a essa postura, por sua vez, fizeram com que o governo norte-americano patrocinasse uma tentativa de negociação fadada ao fracasso, sob a batuta do presidente costarriquenho Oscar Árias. Com a realização de novas eleições, "[...] chegava-se afinal a um desfecho não muito distante do padrão característico das relações entre os Estados Unidos e os países do continente" (CRUZ, 2010, p. 4). A atuação de Hilary Clinton como Secretária de Estado neste caso também teria contribuído para que a região visse com receios a condução da política exterior do governo Obama, considerando as visões divergentes dos dois enquanto pré-candidatos democratas no tocante à política hemisférica (LOWENTHAL, 2010).

Outro marco do primeiro ano do governo de Obama foi a negociação sobre o tratado de cooperação em defesa com a Colômbia, em que constava a instalação de mais bases militares. A Venezuela e o Brasil, seguidos pelos demais países vizinhos, demonstraram desconforto e desconfiança em relação aos reais interesses que estariam envolvidos nessa negociação, receosos de que as atividades militares norte-americanas não se restringissem somente ao território colombiano. Para Lowenthal (2010), esse incidente frustrou as expectativas de que a gestão Obama estivesse, de fato, comprometida com a transparência nas ações internacionais.

Estes dois episódios – crise de Honduras e instalação de bases norte-americanas na Colômbia – são ilustrativos porque demonstram a complexa rede de interesses que compõem os aspectos determinantes da política externa norte-americana. A fragmentação de seu sistema político, as dificuldades de Obama em unificar os democratas em torno de seu projeto de poder e a existência de *lobbies* internos ligados aos latinos que vivem nos Estados Unidos são todos vetores essenciais para a tomada de decisão no que se refere à política hemisférica (CRUZ, 2010; LOWENTHAL, 2010; MARTINEZ GUEVARA, 2015; SABATINI; MARCZAK, 2010).

Do ponto de vista venezuelano, o contexto interno também mudara. Parte da oposição, antes disposta a intentos golpistas como o de 2002, percebeu que precisava unificar sua plataforma para conseguir vencer eleitoralmente o chavismo e o fez por meio da coalizão Mesa de Unidade Democrática (MUD). Em 2008, Chávez participou ativamente das eleições regionais de seu país, mas mesmo assim a oposição conquistou pouco mais de 40% dos postos de governadores e prefeitos, criando fissuras na preponderância eleitoral chavista (HETLAND, 2017).

Tal resultado refletiu o descontentamento da população com a incapacidade do governo em lidar com problemas estruturais, ao mesmo tempo em que a oposição procurou articular-se melhor para suplantar a hegemonia do chavismo. Ademais, a ascensão de Henrique Capriles na cena política nacional como um opositor com chances reais de vitória foi um sinal importante nesse sentido e reforçou a retórica maniqueísta e conspiratória dos chavistas. Por este motivo, Lowenthal (2010, p. 8) adverte que diante de novos desafios, o presidente bolivariano perdeu a capacidade de pressão sobre seus aliados regionais, no sentido de mantê-los afastados da órbita de Washington.

Na visão de Allard e Golinger (2009), embora reconheçam que o aumento da representatividade do antichavismo nas eleições regionais de 2008 seja também fruto de problemas como ineficiência e corrupção, apostam em uma explicação mais conspiratória. Para eles, o aumento da expressividade eleitoral da oposição é o resultado de anos de investimentos estadunidenses em partidos políticos e outras organizações antagonistas a Chávez.

> Durante 2008, as atividades da USAID/OTI na Venezuela foram focadas, principalmente, na campanha da oposição para as eleições regionais de 23 de novembro. Segundo seus próprios documentos, a USAID/OTI financiou neste ano 4 milhões de dólares a mais de 68 programas/organizações venezuelanas orientadas para o desenvolvimento de campanhas políticas e estratégias comunicacionais das forças opositoras. (ALLARD; GOLINGER, 2009, p. 43, tradução nossa)[131].

Com efeito, o contínuo financiamento a setores oposicionistas e o acesso do exército norte-americano às bases militares na Colômbia eram os principais pontos de receio por parte do governo venezuelano no início da Era Obama. Já da parte

---

[131] No original: “Durante el 2008, las actividades de la USAID/OTI en Venezuela fueron principalmente enfocadas en la campaña de la oposición para las elecciones regionales de 23 de noviembre. Según sus propios documentos, la USAID/OTI ha financiado este año con 4 millones de dólares más de 68 programas/organizaciones venezolanas orientadas hacia el desarrollo de las campañas políticas y estrategias comunicacionales de las fuerzas opositoras”.

dos Estados Unidos, as preocupações eram a suposta permissividade do chavismo com as atividades de narcotráfico na região, a expansividade da política externa da Venezuela e o temor de que a radicalização do processo interno resvalasse nos interesses do capital privado ali instalado.

Com o novo líder estadunidense, a Venezuela estava disposta a “resetar” as tensões da relação bilateral. Já no primeiro encontro entre os dois chefes de Estado, em abril de 2009 durante a Cúpula das Américas em Trinidad Tobago, Chávez presenteou o democrata com o livro “As veias abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano, e afirmou que gostaria de ser seu amigo. Eles trocaram apertos de mão em um clima ameno, algo inimaginável durante a Era Bush (PEIXOTO, 2009; VALENTE, 2012).

As palavras de Mccoy (2011, p. 65) sintetizam esse momento:

> Com um parceiro comercial relutante, mas estrategicamente importante, o governo Obama enviou sinais de que estava disposto a dialogar. Chávez adotou uma estratégia de esperar e ver, com atitudes que demonstravam uma possibilidade de conciliação. (MCCOY, 2011, p. 65).

Na passagem de Bush para Obama, um fator externo influenciou a posição internacional venezuelana: a queda do preço do petróleo, que passou de 140 dólares o barril, em julho de 2008, para 60 dólares, em junho de 2009. Como foi discutido no capítulo dois, este produto tem papel estruturante na economia e na política venezuelana desde meados do século XX, sendo o principal componente do orçamento público. Essa baixa comprometeu as receitas governamentais e reforçou os problemas macroeconômicos já existentes, sobretudo a inflação (VALENTE, 2012).

Se a oposição já dava sinais de fortalecimento, com essa conjuntura, nas eleições parlamentares de 2010, foi possível a conquista de 40% das cadeiras da Assembleia Nacional – feito inédito até aquele momento. Allard e Golinger (2009) revelam que houve um aumento de 12% dos recursos da USAID e do Departamento de Estado em 2010, dos quais 3 milhões teriam ido para um fundo da OEA destinado para a consolidação da democracia representativa na Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela. Ainda que não seja possível estabelecer uma correlação direta entre esses dois episódios, as disputas retóricas acerca do conceito de democracia continuaram entre a Venezuela (e os países do eixo bolivariano) e os EUA de Obama.

Vale notar que a obra dos autores supracitados foi publicada como um documento oficial do governo venezuelano, o que nos faz concluir que ela representa, em

algum grau, a visão do chavismo sobre esses supostos financiamentos à oposição que teriam tido lugar durante a gestão Obama. Este livro destaca o papel que Hillary Clinton exerceu, enquanto secretária de Estado, no sentido de incentivar os novos movimentos de oposição ao chavismo. Na Cúpula da Aliança dos Movimentos Juvenis de 2009, realizada da Cidade do México, por exemplo, ela foi uma das oradoras do evento e estimulou o ativismo digital que estava surgindo naquele momento. Dentre os participantes, estavam novas lideranças do Primero Justicia, como Yon Goicochea e Geraldine Álvarez (ALLARD; GOLINGER, 2009, p. 25).

Na política externa da Venezuela, esses reveses econômicos e políticos provocaram a diminuição da compra de armas russas e a revisão de acordos energéticos desfavoráveis firmados no âmbito da diplomacia petroleira, especialmente no Caribe, em um contexto de desaceleração do processo de integração regional[132]. Assim, o "porto-seguro" venezuelano eram as exportações para os Estados Unidos, com quem o diálogo precisou ser retomado, não só pela maior simpatia entre seus líderes, mas uma questão material premente. Na análise de Valente (2012):

> A tentativa de diálogo por parte do governo venezuelano, por si, já se configurava em uma conduta diferente da que era adotada por Caracas durante o governo George W. Bush. É importante ressaltar, no entanto, que tal comportamento não implicou em uma mudança radical na orientação revisionista do país, nem na alteração de seus fundamentos, apesar das limitações conjunturais para sua execução. O que sofreu forte recrudescimento foi a confrontação antagônica conduzida por Chávez em relação aos Estados Unidos, substituída por uma postura crítica, bem menos voraz e mais rarefeita. De fato, é correto afirmar que neste período a postura antagônica, se não foi totalmente abolida, foi radicalmente cerceada pelo próprio presidente. (VALENTE, 2012, p. 127).

Portanto, durante a Era Obama, a posição venezuelana seguiu sendo de revisionismo periférico, porém perdeu a carga de antagonismo que havia atingido um ápice no período anterior. Existe, pois, um entendimento de que a partir de 2009 a diplomacia chavista retomou alguns elementos do pragmatismo que caracterizaram a sua primeira fase (1999-2002/2003), sem abandonar completamente a perspectiva ideológica de autonomia e integração regional, inspirados no bolivarianismo. Assim, de 2009 a 2013 a política exterior da Venezuela combinou aspectos das duas fases anteriores.

---

132 Conforme aponta Valente (2012), esse último ponto também está relacionado com a sucessão de Lula da Silva no Brasil pela presidenta Dilma Rousseff, que relegou a política exterior e, consequentemente o ativismo na integração regional, a um plano de menor importância em seu governo.

Os condicionantes internos e a postura errática de Obama na América Latina, que não conseguiu romper com o unilateralismo e o unipolarismo, fizeram com que não se concretizasse uma aproximação político-diplomática entre os países (PECEQUILO, 2010). Na visão de Jennifer McCoy (2011), que além de acadêmica estadunidense, faz parte do *staff* do Centro Carter, as contradições chavistas[133], bem como sua diplomacia confrontativa e conflitiva, fizeram com que as relações de Estados Unidos e Venezuela no final do primeiro mandato de Obama se assemelhassem ao que eram nos anos Bush. Contudo, ela também reconhece a parcela de responsabilidade dos EUA, afirmando que: "Ideologia, geopolítica e dinâmicas políticas domésticas dos dois lados conduziram às relações voláteis entre os Estados Unidos e a Venezuela durante o governo Chávez" (MCCOY, 2011, p. 66).

De maneira resumida, esse período (2009-2013) compreendeu a crise financeira nos Estados Unidos; variações significativas no preço do barril do petróleo; o surgimento de novos esquemas regionais; novos desafios domésticos nos dois países e, por fim, a enfermidade que levaria à morte do presidente Hugo Chávez. Em um contexto global, hemisférico e nacional tão *sui generis*, as relações entre Venezuela e Estados Unidos durante o governo de Barack Obama davam a entender que haveria mudanças profundas que, todavia, não ocorreram. Por conseguinte, ainda que menos antagônica, houve a continuidade do revisionismo periférico por parte da diplomacia chavista.

---

133 Para ela, as contradições seriam que ao mesmo tempo em que Chávez incentivava a participação cidadã nas decisões, era responsável pelo alto centralismo do poder Executivo, e, da mesma forma em que se apresentava como nacionalista, pregava a integração regional.

6 INIMIZADE CONVENIENTE: A POLARIZAÇÃO A PARTIR DAS CONTRADIÇÕES DA RELAÇÃO VENEZUELA-EUA DURANTE O CHAVISMO

O resgate do bolivarianismo na atuação internacional da Venezuela, que foi descrito pela literatura como a adoção de um revisionismo periférico antagônico, além de responder a uma demanda interna por mudanças, foi fortemente influenciada pelo contexto oriundo das ações do governo de George Bush nos Estados Unidos. Todavia, a análise das relações bilaterais ficaria incompleta sem olharmos mais detidamente para elementos que, desde o começo deste trabalho, vão sendo destacados como relevantes para a compreensão da Venezuela: o peso do petróleo e de sua comercialização com os EUA enquanto parceiro estratégico e histórico; a identificação ideológica da burguesia venezuelana com os valores expressos pelo *american way of life*; as conexões estabelecidas entre essa classe, que compunha o cerne do antichavismo, e o governo norte-americano.

Destarte, um dos objetivos deste capítulo é apresentar a contraditória relação entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos, confrontando a retórica bolivariana que embasou a política exterior revisionista com a diplomacia petroleira. O outro é responder à hipótese de que houve o beneficiamento mútuo dos polos políticos frente a uma postura paradoxal do país com os EUA.Assim, faremos uma breve revisão bibliográfica sobre a ligação ideacional entre a burguesia venezuelana e a potência hegemônica, por um lado, e uma extensa apresentação dos vínculos construídos entre o antichavismo e os governos dos EUA, especialmente durante a administração Bush, por outro. Desta forma, teremos insumos para verificar como esta oligarquia – que compunha o bloco no poder na fase política que antecedeu o chavismo e que se converteu em sua ferrenha opositora – conseguiu obter vantagens com a adoção de uma política mais autonomista e conflituosa com os Estados Unidos, mesmo em condições mais adversas para a defesa de seus interesses.

A análise da relação Venezuela e Estados Unidos durante o chavismo foi permeada pela intersecção entre episódios domésticos e internacionais que estão relacionados graças aos vínculos estabelecidos entre os interesses da burguesia antichavista com os da hegemonia norte-americana. Tal imbricação não só legitimou uma política externa chavista anti-estadunidense e anti-imperialista, como reforçou o caráter combativo deste governo também na arena externa. A polarização interna,

portanto, ganhou contornos internacionais quando esses embates transcenderam a fronteira nacional da Venezuela.

Contudo, o processo de polarização – que foi comprovado e analisado por uma série de autores – também mascarou a complexidade do relacionamento com a potência hegemônica, que, por vezes, revelou que em determinadas circunstâncias havia a convergência de preferências entre grupos que, *a priori*, tinham interesses opostos. Para chegar nesse ponto precisaremos discutir alguns conceitos teóricos importantes para, finalmente, compreender como cada grupo se beneficiou das contradições presentes nesse âmbito.

Para tal, seguiremos a lógica de Robert Putnam (1988) e seu Jogo dos Dois Níveis (doméstico e internacional), em que as disputas na arena interna seriam decisivas para a inserção internacional dos países. Utilizamos ainda as observações de Helen Milner (1997), que reforça a centralidade da influência dos condicionantes internos para a política exterior de um país, partindo do princípio de que os Estados não são atores unitários e que o sistema internacional é hierárquico. De maneira complementar, a sistematização dos "Jogos Ocultos" por George Tsebelis (1998) será útil para visualizarmos como a oposição interna circulou em arenas externas para obter vantagens diante de um quadro político doméstico desfavorável.

Por isso, vamos retomar a análise da política exterior venezuelana durante o chavismo, desta vez sob o prisma dos episódios que mais influenciaram em sua ação externa, em especial no tocante à relação com os Estados Unidos. A ideia é verificar como o antigo bloco no poder se portou diante de uma posição mais anti-estadunidense de seu país, ao mesmo tempo em que economicamente os laços foram ainda mais fortalecidos. Desta forma, veremos como a encruzilhada de aderir à hegemonia ou afrontá-la por meio do bolivarianismo se desenhou durante a presidência de Hugo Chávez.

6.1 A conquista de mentes, poços e corações: a influência dos Estados Unidos sobre a burguesia venezuelana

Em nosso primeiro capítulo, vimos que desde a sua gênese a Venezuela se depara com a encruzilhada de ser um país autônomo – projeto encabeçado por Bolívar, baseado na união de forças com outras ex-colônias espanholas – ou conectar-se à hegemonia como forma de preservar o status quo das elites internas. Após a

derrocada da Grã-Colômbia com a morte prematura do Libertador, a inserção internacional venezuelana acompanhou a mudança no eixo hegemônico da Europa Ocidental (Espanha e Inglaterra) para os Estados Unidos, tal qual um satélite cuja órbita se desenvolve ao redor de um astro de maior importância e magnetismo.

Já no capítulo três, constatamos a consolidação do petróleo como elemento fundamental para a compreensão da sociedade venezuelana, bem como de sua inserção internacional, se sobrepondo aos dois paradigmas anteriores (bolivarianismo e adesão à hegemonia). A descoberta de novos poços e os incentivos governamentais fomentaram a ida de empresas estrangeiras para o país, a fim de explorar a sua grande riqueza mineral. Com elas, vieram trabalhadores braçais do Caribe, que eram menos custosos que os venezuelanos, mas também europeus e norte-americanos, que ocupavam os cargos de chefia.

Com o predomínio de companhias estadunidenses, que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, mas que já era anterior a esse conflito, houve um processo de influência cultural tão significativo que pode ser ilustrado pela importância que o basebol adquiriu, suplantando a influência dos esportes espanhóis e tornando-se o mais popular no país. Essas empresas foram as principais patrocinadoras de esportes norte-americanos, como explica o historiador Miguel Salas (2015):

> A presença de companhias estadunidenses e seu esforço para encorajar o que eram consideradas “práticas saudáveis” entre seus empregados, as levaram a promover esportes, especialmente o basebol. Companhias como a Creole Petroleum Corporation, subsidiária da Standard Oil de Nova Jersey [atual ExxonMobil], contratou diretores de esporte, construiu campos, comprou equipamentos e promoveu o basebol e outros esportes entre seus funcionários. Os principais campos de petróleo da Venezuela tinham campos de basebol e os trabalhadores eram estimulados a jogá-lo, o que ajudou a popularizar o esporte por todo o país. (SALAS, 2015, p. 182, tradução nossa)[134].

Ademais, em zonas em que o Estado venezuelano ainda era débil, eram mais companhias estadunidenses que proviam serviços básicos de saúde, luz e água, gerando um sentimento de gratidão e admiração na população assistida. Para além destas ilustrações, que expressam a incorporação de elementos culturais dos EUA

---

[134]No original: “The presense of US Oil companies and their efforts to encourage what they considered ‘sound practices’ among their employees led them to promote sports, especially the game of baseball. Companies such as Creole Petroleum Corporation, a subsidiary of Standard Oil Company of New Jersey, employed sports directors, built playing fields, purchased equipment, and promoted baseball and other sports among their employees. Every major oil camp in Venezuela had a baseball field and workers were encouraged to play the game, helping to further popularized the sport within Venezuela”.

por parte da sociedade venezuelana, a literatura coincide ao defender a relevância da identificação ideacional da burguesia venezuelana com este país (MARINGONI, 2004, 2009; SALAS, 2015; VALENTE, 2012; VIEIRA, 2016; UCHOA, 2004). Ou seja, essa classe se vê representada em termos de valores (democracia liberal, capitalismo, sociedade de consumo, etc.) no vizinho do Norte, que representa e promove o *american way of life*.

Valente (2012, p. 33) explica que, desde os anos 1950, momento em que a burguesia importadora e ligada ao petróleo viveu seu primeiro grande *boom*, a Venezuela consolidou sua posição de importadora de bens de consumo norte-americanos. Aproveitando a valorização de sua moeda, essa classe viajava constantemente aos Estados Unidos, especialmente para Miami, para manter seu elevado padrão de consumo. Aqueles que decidiam migrar de vez para o vizinho do Norte, por sua vez, se diferenciavam dos demais latinos graças à alta escolaridade e renda, não precisando se sujeitar a subempregos.

Outra ilustração da identificação cultural com os Estados Unidos está relacionada com o engajamento da Venezuela nos concursos de beleza feminina, contando, inclusive, com incentivos de diferentes governos nacionais. Desde 1952, ano de início do principal concurso deste tipo, o Miss Universo – criado e realizado na potência hemisférica – o país de Bolívar já elegeu mais de 62 rainhas da beleza. Destas, 7 foram coroadas como Miss Universo, 6 como Miss Mundo, outras 6 como Miss Internacional e 2 como Miss Terra (BATIZ, LINDARTE, 2015, p. 146).

Conforme Batiz e Lindarte (2015) a audiência destes programas na Venezuela chega a praticamente 100%, demonstrando como está arraigado, em todas as classes populares, o desejo de se parecer com os padrões estéticos estabelecidos e aprovados pelos Estados Unidos. O excepcionalismo venezuelano, que foi tratado no capítulo três, também se expressa nos concursos de beleza, em que ter as suas mulheres reconhecidas mundialmente como belas, tendo como base o julgamento de norte-americanos, era não só motivo de orgulho para os venezuelanos, como justificativa para se sentirem excepcionais frente aos demais latino-americanos e, portanto, mais próximos dos estadunidenses enquanto povos-irmãos (MARINGONI, 2004).

A constatação de que elite venezuelana compartilha dos mesmos valores simbolizados pelos EUA coaduna com a visão gramsciana, reinterpretada por Cox

(2007), de que as instituições e modo de vida da hegemonia tornam-se modelos a serem seguidos pelos demais. Esse tipo de dominação cultural, de "conquista de mentes e corações", faz parte de um processo histórico recorrente de colonização. No passado, as potências europeias conquistaram o "Novo Mundo" por meio da evangelização cristã, um tipo de proselitismo religioso que, muitas vezes dispondo de métodos violentos, introjetou novos valores na mentalidade de povos considerados "incultos", "inferiores" e "selvagens" (WALLERSTEIN, 2007).

Em sua versão mais recente, os Estados Unidos se apresentariam como herdeiros da superioridade civilizatória do Ocidente e se sentem na obrigação de promover a Democracia Liberal e os Direitos Humanos. Esse Universalismo, segundo Wallerstein (2007), seria uma "nova evangelização", em que certos valores são vendidos como universais e verdadeiros. No caso venezuelano, tais ideias foram aceitas e incorporadas pela burguesia venezuelana, ainda que utilizadas de acordo com sua conveniência, de acordo com a análise feita do período *puntofijista*.

Com efeito, essa relação de identificação é importante para compreendermos outros aspectos que justificam a repulsa desses grupos ao projeto bolivariano de Chávez, que externamente se manifestou pelo anti-imperialismo e anti-americanismo. A execução de uma política exterior ideologicamente orientada para afrontar a hegemonia estadunidense resultou em conflitos internos, uma vez que "a relação da Venezuela com os Estados Unidos não dizia respeito, somente, à natureza das Relações Internacionais; ela também incorpora um importante simbolismo cultural e social"(SALAS, 2015, p. 141, tradução nossa)[135].

Mesmo reconhecendo a importância das ideias, não podemos perder de vista o papel que os interesses que circundavam a indústria petroleira e o comércio deste bem com EUA tiveram na construção desta parceria, para além de uma identificação valorativa por parte das elites políticas. Assim, recordando brevemente o *puntofijismo*, malgrado o pensamento político fosse dominado pela ideia de adesão à hegemonia norte-americana, isso não significou um alinhamento automático aos EUA. Não obstante, os interesses em torno da questão petroleira – e que eram compartidos pelas mesmas classes sociais que se identificavam com os valores estadunidenses – constituíram o elemento material que permitiu que, em determinados mo-

---

135 No original: "Venezuela relations with the United Stated did not solely concern the nature of international relations; it also embodiedimportant cultural and social symbolism".

mentos, a política externa venezuelana desse período fosse pautada pelo pragmatismo e estivesse mais próxima do bolivarianismo, no sentido de busca por autonomia e não em termos confrontativos.

Se no Punto Fijo a relação bilateral podia ser resumida por “amigos sim, negócios à parte”, no chavismo ela foi marcada pela disjuntiva correspondente, isto é, “inimigos sim, negócios à parte”, com uma sobreposição de orientações não inédita, mas invertida (VALENTE, 2012). Embora o elemento retórico tenha dado o tom da conturbada relação político-diplomática entre os países, no âmbito comercial o pragmatismo prevaleceu e não se viu afetado pelas animosidades, inclusive nos momentos de maior tensão. Por este motivo, analisaremos a política comercial chavista, com ênfase para a relação com os Estados Unidos, em que procuraremos verificar como foi possível manter a inimizade no âmbito político-diplomático sob o mote da confrontação à hegemonia, sem que os intensos fluxos comerciais fossem prejudicados.

6.2 “Inimigos sim, negócios à parte”: as relações comerciais de Venezuela e EUA durante o chavismo

Sendo um dos primeiros países com quem se relacionou diplomaticamente após a independência, os Estados Unidos se tornaram também o principal parceiro econômico da Venezuela durante a consolidação da economia petroleira. A ascensão de Hugo Chávez, cujo discurso fortemente anti-imperialista e, portanto, anti-americano, gerou desconfianças sobre a manutenção dessa parceria econômica e comercial. Após o golpe de 2002, em que para o governo venezuelano a participação dos EUA foi dada como certa, sua diplomacia passou a apostar no revisionismo periférico antagônico, visando a construção de um mundo multipolar, em que a influência da potência hemisférica seria relativizada.

Contudo, mesmo com essa diretriz de política exterior, os anos do chavismo revelaram que o intercâmbio comercial com os Estados Unidos não só continuou intocado, como se tornou ainda mais volumoso. Ramón Espinasa (2006) defende que a estreita ligação econômica entre os países, oriunda do comércio petroleiro, fazia com que as relações bilaterais fossem ainda mais complexas e contraditórias. Carlos Romero (2006, p. 84) concorda e afirma que é preciso situar a Venezuela

chavista “em um terreno de contradições permanentes”, em que o governo retoricamente criticava a potência hemisférica, mas não rompeu os laços comerciais com o “Império”.

Por outro lado, Rafael Villa (2004) observa que mesmo após a radicalização do discurso chavista, em que fazia críticas severas às ações de ingerência dos EUA no Oriente Médio e no mundo, tampouco se cogitou, por parte dos *policy makers* norte-americanos, o empreendimento de alguma retaliação significativa contra a Venezuela. Segundo ele, até mesmo um grupo de republicanos no Congresso norte-americano, embora desejasse a revisão das relações bilaterais após as declarações do líder bolivariano contra a invasão ao Afeganistão (2001), preferiu personalizá-las ao invés de considerá-las como uma posição oficial do país. Ele argumenta:

> Sem embargo, a diplomacia americana também tem, frente às ações e ao discurso da diplomacia chavista, suas restrições e limitações, sobretudo pelo fato de que a Venezuela ser o principal abastecedor de petróleo dos Estados Unidos no hemisfério. Se a Venezuela depende bastante do petróleo dos EUA em termos de exportação e importação de bens, não é menos certo que EUA ainda não conseguiu estabelecer sócios comerciais mais regulares no continente para o abastecimento petroleiro, como poderiam ser os casos de México, Canadá ou Equador. Na realidade, essas restrições tem a ver com a melhor qualidade do petróleo venezuelano em comparação com seus competidores do hemisfério, mas principalmente se relacionam com o fato de que as ações de represálias mais duras contra a Venezuela encontram um freio nas necessidades e pressões do setor privado americano de petróleo. Deve se recordar que esse setor permaneceu vinculado à exploração e comercialização do recurso venezuelano por mais de oitenta anos. E não é desprezível o fato de que os tomadores de decisão da diplomacia americana na administração George W. Bush tem sido bastante sensíveis aos *lobbies* da indústria petroleira. (DUARTE VILLA, 2004, p. 15, tradução nossa)[136].

A dependência comercial mútua, mesmo sendo assimétrica, adicionou o elemento da complexidade para a compreensão das relações Venezuela-EUA. Anali-

---

136 No original: “Sin embargo, la diplomacia americana tiene también, frente a las acciones y al discurso de la diplomacia chavista, sus restricciones y limitaciones, sobre todo por el hecho de ser Venezuela el principal abastecedor de petróleo de EE UU en el hemisferio. Si Venezuela depende bastante del mercado estadounidense a los efectos de la exportación e importación de bienes, no es menos cierto que EE UU todavía no consiguió establecer socios comerciales más regulares en el continente para el abastecimiento petrolero, como podrían ser los casos de México, Canadá o Ecuador. En realidad, esas restricciones tienen que ver con la mejor calidad del petróleo venezolano en comparación con sus competidores del hemisferio, pero principalmente se relacionan con el hecho de que acciones de represalias más duras contra Venezuela encuentran un freno en las necesidades y presiones del sector privado americano del petróleo. Debe recordarse que ese sector ha permanecido vinculado a la explotación y la comercialización del recurso venezolano por más de ochenta años. Y no es despreciable el hecho de que los decision makers de la diplomacia americana en la administración de W. Bush han sido bastante sensibles a los lobbies de la industria petrolera”.

sados separadamente dos demais âmbitos da relação bilateral, os dados comerciais apontam para um aprofundamento da parceria durante o chavismo. Segundo o Departamento de Estado, o comércio entre os dois países inclui a venda, por parte dos norte-americanos, de petróleo refinado, máquinas elétricas, produtos químicos e agrícolas, automóveis e autopeças. Recordamos ainda a presença da empresa CITGO no território norte-americano, que pertence do Estado venezuelano, e é uma importante fornecedora em seu mercado interno. Quando à pauta exportadora venezuelana, o país vende majoritariamente petróleo cru e está entre os cinco principais fornecedores desse insumo aos EUA. A potência hegemônica possui cerca de 500 companhias em território venezuelano, concentrando os seus investimentos diretos nas áreas de petróleo e manufatura (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2018).

Como já adiantamos, em termos numéricos, o comércio bilateral se tornou mais intenso durante o chavismo. Comparando as trocas que tiveram lugar no decorrer de duas décadas, tendo como referência os anos de 1988, 1998 e 2008[137] (ver tabela quatro), o aumento do fluxo comercial é incontestável e demonstra o aprofundamento de um comércio deficitário para os EUA e, consequentemente, superavitário para a Venezuela. Tal situação é decorrente da prevalência do comércio petroleiro e, diferentemente do que ocorre com outros parceiros, não havia da parte estadunidense nenhum acordo que obrigasse os venezuelanos a comprarem mais produtos para equilibrar a balança comercial entre eles. Conforme Valente (2012), “[...] na prática, significa que não havia impeditivo atrelado à política de exportações de petróleo para a diversificação das importações venezuelanas”.

137 Foram escolhidos por marcarem, respectivamente, uma década antes de ascensão chavista, o ano da eleição de Hugo Chávez, e finalmente, a sua primeira década de governo.

Tabela 4 – Comércio EUA-Venezuela em milhões de dólares (1988/1998-2013)

Ano	Exportação	Importação	Balança Comercial
1988	USD 4.611,80	USD 5.157,40	-USD 545,60
1998	USD 6.515,80	USD 9.181,40	-USD 2.665,60
1999	USD 5.353,30	USD 11.334,40	-USD 5.981,10
2000	USD 5.549,90	USD 18.623,30	-USD 13.073,40
2001	USD 5.642,20	USD 15.250,40	-USD 9.608,20
2002	USD 4.429,70	USD 15.093,60	-USD 10.663,90
2003	USD 2.831,00	USD 17.136,10	-USD 14.305,10
2004	USD 4.767,40	USD 24.920,60	-USD 20.153,10
2005	USD 6.420,90	USD 33.978,10	-USD 27.557,20
2006	USD 9.002,30	USD 37.133,80	-USD 28.131,50
2007	USD 10.200,50	USD 39.909,60	-USD 29.709,10
2008	USD 12.610,00	USD 51.423,60	-USD 38.813,60
2009	USD 9.315,50	USD 28.059,00	-USD 18.743,60
2010	USD 10.644,80	USD 32.707,40	-USD 22.062,60
2011	USD 12.383,40	USD 43.256,50	-USD 30.873,10
2012	USD 17.517,00	USD 38.723,80	-USD 21.206,90
2013	USD 13.200,50	USD 31.997,50	-USD 18.797,00

Fonte: UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2017. Elaboração própria.

Notamos que a tendência de fortalecimento do intercâmbio com o vizinho do Norte estava presente desde o início do chavismo, cujo ápice convergiu com o momento altamente favorável para o governo de Chávez, seja politicamente, seja em termos de recuperação econômica e de bons indicadores sociais. Em 2008, ano que marcou a primeira década de chavismo, atingiu-se o ápice das importações dos EUA de produtos venezuelanos (em sua maioria, petróleo cru). Paradoxalmente, tal intensificação ocorreu ao final do período de maior tensão política entre os países, na Era Bush.

No capítulo sobre o chavismo, a importância da pauta social tanto para a eleição de Chávez, como para sua manutenção no poder foi explicitada. Em análise sobre a primeira década do governo venezuelano, Luciano Severo (2009) explica que a política econômica bolivariana foi pensada e direcionada para saldar a dívida social, utilizando os recursos petroleiros para financiar os projetos ligados à saúde, educação, infra-estrutura e habitação. Desta forma, foi retomada a perspectiva de “sembra del petróleo”, preconizada por Arturo Uslar Pietri, nos anos 1930. Para Leonardo Valente (2012, p. 137, grifos nossos):

> O governo tinha clara intenção na manutenção de sua política de exportação do petróleo, para que a grande mudança fosse justamente nos mecanismos de utilização dós recursos provenientes dessas exportações. Era necessário ser austero externamente para conseguir ser revolucionário internamente. Não foi a diplomacia de petróleo, a dimensão externa, que mudou na Venezuela com a chegada de Chávez ao poder, mas a política de

> uso dos recursos do petróleo, que é uma dinâmica interna. Só que as mudanças provocaram tanto reações internas, quanto desconfianças externas, em um processo que teve seu ápice na tentativa de golpe e na crise da PDVSA em 2002. (VALENTE, 2012, p. 137).

A polarização da sociedade, contudo, fez com que a dimensão pragmática da política petroleira chavista ficasse ofuscada pela retórica anti-imperialista – apoiada pelos chavistas e criticada pelos antichavistas. Na prática, porém, podemos afirmar que houve uma continuidade da diplomacia do petróleo em relação ao *puntofijismo*, ainda que com a observação relevante feita por Valente (2012) acerca da utilização dos recursos advindos desta renda, que passaram a ser transferidos para programas sociais.

Vale ressaltar que mesmo nas políticas econômicas de nacionalização de alguns setores que foram acusadas de ser altamente ideológicas, Chávez seguiu o padrão dos processos de nacionalização que ocorreram nos anos 1960 e 1970 e que, naquela época, foram interpretados pela sociedade como coerentes com a defesa dos interesses nacionais. Na realidade, o que houve foi uma reversão das privatizações que remontam à Abertura Petroleira, que por sua vez, representaram a verdadeira excepcionalidade da história econômica venezuelana (BARROS, 2006).

Na avaliação de Leonardo Valente (2012) a diplomacia petroleira de Chávez apresentou três fases, uma que antecede o golpe de 2002, a outra que é uma reação ao golpe e, finalmente, a que prevaleceu após 2003. Na primeira, o desafio principal consistia na elevação do preço do petróleo, que estava em baixa. Com a rearticulação da OPEP, protagonizada pela Venezuela, foi possível aumentar sutilmente o valor da commodityno mercado internacional. Assim, o que garantiu o excedente foi justamente a manutenção das exportações para os EUA, que serviram não só para lograr o equilíbrio das contas e a retomada da estabilidade econômica, mas também para financiar os primeiros projetos sociais que deram impulso à sua popularidade e, portanto, ao início de sua hegemonia política.

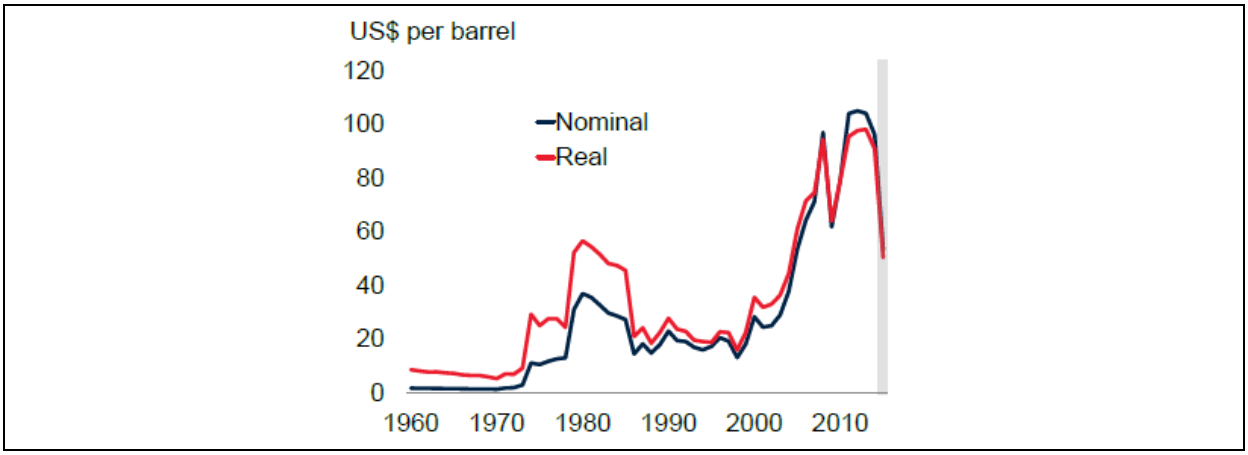
Malgrado os resultados sociais tenham sido tímidos nessa primeira fase, Miguel Salas (2015) indica que o peso simbólico da incorporação massiva de pessoas a um patamar social mais elevado foi suficiente para despertar a ira da antiga classe dominante, que se sentiu encorajada a dar o golpe em Chávez. Com o Paro Petrolero*,* ficou ainda mais claro o descontentamento do antichavismo com o uso da PdVSA como principal fonte de receitas para as políticas sociais.

Além do impacto sobre a produtividade da empresa, o boicote oposicionista acarretou, circunstancialmente, em uma diminuição das vendas de petróleo para os Estados Unidos. No curto-prazo, a desestabilização causada ao governo Chávez era interessante para o governo norte-americano, como já analisamos.No entanto,na medida em que a greve continuava, a potência hemisférica foi responsável pela venda de 56% do combustível importado para suprir o consumo venezuelano. De acordo com Rafael Villa (2004), havia um temor de que uma paralisação prolongada da indústria petroleira venezuelana fosse não só problemática para o abastecimento do mercado estadunidense, como induzisse o aumento no preço dos combustíveis.

Houve ainda um prejuízo na implantação de projetos sociais, que só não foi maior porque o preço internacional do petróleo disparou e teria evitado, segundo Severo (2009), um colapso econômico iminente. A avaliação desta breve segunda fase, que ocorreu entre 2002 e 2003, é que embora este período tenha sido crucial para a radicalização da política exterior chavista, superadas as dificuldades iniciais, a política comercial manteve os mesmos direcionamentos de antes.

Observando o panorama geral da variação do preço internacional do petróleo, conforme dados apresentados no gráfico três, percebemos que a terceira fase da política petroleira chavista coincidiu com o maior *boom* da história, superando os valores que este produto havia atingido nos choques dos anos 1970. Ou seja, o cenário internacional abalado pelas invasões ao Afeganistão e Iraque e pelo aumento da demanda por commodities, puxado sobretudo pelo crescimento econômico chinês, proporcionou uma bonança petroleira que teve impacto direto sobre as escolhas políticas na Venezuela e rendeu ao país taxas de crescimento econômico asiáticos (WEISBROT; SANDOVAL, 2008).

Gráfico 3 – Variação do preço do petróleo no ciclo de 1960 a 2010



Fonte: BAFFES et al, 2015, p. 6.

Em síntese, a categorização da dinâmica da diplomacia petroleira em três fases nos permite concluir que inicialmente o foco do governo chavista era manter a pauta exportadora, tentando aumentar o fluxo comercial com os EUA, uma vez que as reformas internas exigiam recursos imediatos. Já durante as crises de 2002 e 2003, em que houve a queda dos índices macroeconômicos, Chávez empreendeu uma ampla mudança na PdVSA, buscando restabelecer, em caráter de urgência, a produção, bem como os níveis de exportação e de crescimento do PIB. Por fim, a tendência que prevaleceu foi a de uma política comercial pragmática com os principais parceiros, em que o aumento do petróleo favoreceu a Venezuela a lidar com as oscilações internacionais e domésticas e gerou o excedente utilizado como instrumento do revisionismo periférico antagônico (VALENTE, 2012).

Conforme apresentado neste trabalho, o petróleo sempre foi o principal instrumento de política exterior da Venezuela, porém ele nunca foi tão usado como um recurso político quanto durante o governo Hugo Chávez, principalmente a partir de 2003. Ademais da rearticulação da OPEP, foram firmados acordos de cooperação energética com países com os quais mantinha pouca relação, como Argélia, Nigéria, China e Rússia. Com Cuba, o petróleo foi trocado por serviços médicos e com outros países latino-americanos, era vendido a condições muito favoráveis, geralmente atrelado a outros acordos políticos (BARROS, 2006, p. 227).

Andrés Serbin (2006) destacou o impacto dessa política na região do Caribe, que garantiu ao líder bolivariano apoio para os seus projetos regionais e, assim, criar um eixo de países que trocaram a extrema dependência do mercado norte-americano pelo auxílio venezuelano. Em contrapartida, Espinasa (2006) buscou

desmistificar a ideia de que houve uma priorização do comércio petroleiro com a América Latina em detrimento da relação comercial histórica com os Estados Unidos. Segundo ele, a despeito de ter sido vantajosa para os parceiros menos desenvolvidos e, por isso, ter chamado a atenção da opinião pública interna e externa, a diplomacia petroleira venezuelana permaneceu centrada no mercado estadunidense.

Enquanto a Venezuela ainda se recuperava do baque oriundo do Paro Petrolero, de 2003, em que a PdVSA operava com níveis bastante reduzidos de produtividade se comparados com períodos anteriores, as exportações para a América Latina e o Caribe foram reduzidas pela metade. Já o comércio com os EUA não sofreu alterações tão drásticas, representando para Espinasa (2006) uma contradição com o discurso integracionista e anti-imperialista do presidente Chávez. As duas razões que podem ser apontadas para tal paradoxo seriam a queda do excedente exportável, decorrente da diminuição da produção e do aumento do consumo interno, e as características específicas do petróleo venezuelano, cujas propriedades seriam mais bem aproveitadas nas refinarias estadunidenses.

Valente (2012) corrobora a ideia de uma dependência mútua, porém assimétrica, do comércio petroleiro entre Venezuela e Estados Unidos. O país de Bolívar precisava das receitas para financiar o novo projeto de poder chavista e percebia que seria muito arriscado substituir toda a exportação e refino realizado no vizinho do Norte para o aparato asiático, cuja logística era muito mais complexa. Os EUA, por sua vez, não poderiam depender exclusivamente do Oriente Médio em momento de tensão e sentia o peso do lobby deste setor. No entanto, durante o chavismo a potência hegemônica buscou outros fornecedores de petróleo para mitigar a dependência da Venezuela, como indica Espinasa (2006):

> Ainda que os EUA tenham diminuído sua dependência das importações de petróleo venezuelano de 13,5% do total em 1997 para menos de 9% na atualidade [2006], a Venezuela aumentou sua dependência do mercado estadunidense: a fração de suas exportações destinada a esse país passou de 50% em 1997 para 65% na atualidade [2006]. (ESPINASA, 2006, p. 51, tradução nossa)[138].

[138]No original: “si bien EEUU ha disminuido su dependencia de las importaciones de petróleo venezolano, de 13,5% del total en 1997 a menos de 9% en la actualidad, Venezuela ha aumentado su dependencia del mercado estadounidense: la fracción de sus exportaciones destinada a ese país ha pasado de 50% en 1997 a 65% en la actualidad”.

A partir das informações compiladas no banco de dados estatísticos de comércio internacional das Nações Unidas[139], verificamos que houve, de fato, um aprofundamento da dependência venezuelana do mercado norte-americano, seja em termos de importação, como de exportação (ver quadro quatro). Utilizamos como referência os anos 1999, 2004 e 2009, por representarem séries quinquenais, e 2013, que foi o último ano da presidência de Chávez.

Quadro 4 – Principais Parcerias Comerciais da Venezuela (1999, 2004, 2009, 2013)

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES VENEZUELANAS (1999, 2004, 2009 e 2013)							
1999		2004		2009		2013	
Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões
EUA	5,2	EUA	4,6	EUA	10,5	EUA	10,5
Itália	1,5	Colômbia	1,6	Colômbia	4,4	China	7,6
Colômbia	0,73	Brasil	1,2	China	4	Brasil	4,5
Alemanha	0,61	México	0,68	Brasil	3,4	Colômbia	2,3
México	0,49	Espanha	0,54	México	1,5	México	2,2

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES VENEZUELANAS (1999, 2004, 2009 e 2013)							
1999		2004		2009		2013	
Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões	Países	Bilhões
EUA	11,2	EUA	24,2	EUA	18,4	EUA	30,4
Antilhas	1,4	União Europeia	2,2	México	13,9	China	28,3
Brasil	0,81	México	1,4	China	2,9	União Europeia	3,4
Colômbia	0,78	Antilhas	1,2	União Europeia	2,7	Colômbia	0,23
Canadá	0,57	Colômbia	1	Colômbia	0,42	Holanda	0,19

Fonte: UN COMTRADE, 2018. Elaboração própria.

Os dados expostos corroboram as análises de Espinasa (2006) e Valente (2012), que indicam que mesmo com a busca pela diversificação de parcerias econômicas, os Estados Unidos continuaram sendo o principal parceiro comercial da Venezuela durante a era Chávez. Constatamos, pois, um descompasso entre o revisionismo periférico antagônico da política exterior e o pragmatismo da política petroleira, demonstrando os limites práticos que a busca chavista por maior autonomia frente a potência hemisférica enfrentou.

Notamos que, além das exportações petroleiras, o pragmatismo que marcou a relação comercial com os Estados Unidos também se fez presente nas importações de bens deste país pela Venezuela. Nesta seara, portanto, há uma ausência total da

139 A consulta feita à United Nations International Trade Statistics Database se justifica pela dificuldade em obter dados oficiais do governo bolivariano, que desde 2014, não divulga mais informações relativas à sua economia.

política bolivariana/revisionista. Mesmo nos momentos de maior tensão política entre esses dois países, que chegaram a ficar sem representação diplomática em 2008, o fluxo comercial entre eles seguiu perene, como descreve Valente (2012):

> Em setembro de 2008, a Venezuela importou cerca de um bilhão e noventa milhões de dólares em produtos americanos, importando no mês seguinte um bilhão e quatrocentos milhões, e em novembro, um bilhão e duzentos milhões. Recorde de importações em um momento de crise política acentuada entre os dois países, em meio a expulsão do embaixador americano em Caracas, Patrick Duddy, em setembro, sob os gritos do presidente venezuelano na imprensa chamando o diplomata de 'ianque de merda'. A crise, no entanto, não resultou em qualquer tipo de retaliação comercial por parte da Venezuela. (VALENTE, 2012, p. 156-157).

Da mesma forma que manteve a dependência do comércio com os EUA, o chavismo também acentuou a dependência econômica do país ao petróleo (conforme tabela cinco), seja pelo aumento expressivo do preço desse produto, como pela crescente necessidade de financiar projetos essenciais para sua política doméstica e externa.

Tabela 5 – Exportação de petróleo venezuelano (1999, 2004, 2009 e 2013)

Ano	Exportações Totais (bilhões de dólares)	Exportações de Petróleo	Participação do petróleo nas exportações totais
1999	20,1	10,7	54%
2004	39,8	20,6	52%
2009	56,5	35,8	63%
2013	87,9	74,8	85%

Fonte: UN COMTRADE, 2018. Elaboração própria.

Essa situação agravou a "Doença Holandesa", que atrofiou setores produtivos não ligados ao petróleo e, em termos práticos, acarretou em um sério problema de soberania alimentar (BARROS, 2006; FURTADO, 2008). Com uma produção interna de alimentos quase nula, o aumento da demanda por itens alimentícios decorrente da melhoria das condições de vida da população elevou os preços destes produtos e tornou os contratos ainda mais difíceis. Prenunciando uma severa crise que eclodiria após a morte de Chávez, em 2013, a Venezuela conviveu com escassez de alimentos, entre 2007 e 2009, ainda que em proporções muito menores do que viria a acontecer depois.

De todo modo, o comércio com os EUA novamente tocava um tema delicado, uma vez que parte da pauta importadora deste país incluía o trigo e servia de justifi-

cativa para a manutenção da parceria. Entretanto, outros produtos também faziam parte da lista de compras deste país, como aço, materiais plásticos, carros, entre outros – áreas em que nem sempre os EUA eram mais competitivos em termos de preço –, ou seja, mesmo em itens cujos custos estratégicos eram menos relevantes, a Venezuela não transferiu o revisionismo periférico antagônico para a sua política comercial com os Estados Unidos (VALENTE, 2012).

Como mencionado no capítulo anterior, a única restrição política ao comércio entre os dois partiu da potência hemisférica, com o embargo ao setor aéreo e à venda de armamentos. O resultado dessa ação foi uma aproximação ainda maior com a Rússia, que mesmo não superando a parceria comercial com os EUA, teve um simbolismo importante em um contexto de tensões políticas entre esses atores na geopolítica mundial. Todavia, Valente (2012) ressalta que a Venezuela era o 22º maior importador dos EUA, mesmo nos períodos de maior esgarçamento das relações políticas, sendo o 3º país latino-americano que mais comprava da potência (atrás de México e Brasil), estando à frente de aliados tradicionais dos norte-americanos, como Colômbia e Chile, e até de países de outras regiões, como Espanha, Turquia e Rússia.

Este autor nota que a manutenção das compras de produtos norte-americanos, mesmo em períodos de animosidades políticas, era um comportamento era exclusivo com os EUA. Um exemplo foram as crises diplomáticas com a Colômbia de Álvaro Uribe (2000-2008), outro parceiro comercial histórico da Venezuela, que tiveram um reflexo direto na balança comercial, com o cancelamento de contratos e fechamento de rodovias. Para contrabalancear a queda das importações da Colômbia, Chávez aumentou as importações de Argentina e Brasil, porém encarou maiores dificuldades logísticas. Ou seja, econômica e culturalmente o comércio com a Colômbia era mais favorável, mas politicamente pesou para Brasil e Argentina – o que, em algum grau, explica a aproximação com MERCOSUL e o distanciamento da Comunidade Andina (CAN).

Com efeito, o descolamento da diplomacia petróleo e da política comercial em relação à política exterior demonstra uma contradição inerente ao revisionismo periférico antagônico, que é a incapacidade material de levar ao extremo a confrontação com os Estados Unidos. A interação entre essas políticas ressalta como a ligação comercial com o principal “inimigo” na arena política era vital para a sobrevivência do

governo, tanto interna quanto externamente. Assim, a diplomacia petroleira e a política comercial não anularam o revisionismo, mas serviram de elemento moderador, fazendo com que as relações Venezuela-EUA pudessem ser sintetizadas pela máxima “morde e assopra” (VALENTE, 2012).

Para César Guimarães (2008), o modelo antagônico venezuelano era muito mais ruidoso do que eficaz em seus objetivos, tendo na pragmática política petroleira a fonte de recursos para essa retórica. Ele acredita que mudanças estruturais em um país dependente como a Venezuela são possíveis, desde que adotem uma estratégia distinta, uma vez que essa gerava uma expectativa de ruptura brusca que nunca aconteceu. Sua leitura, com a qual concordamos, é que o revisionismo periférico antagônico da Venezuela foi muito mais uma reação ao governo Bush do que uma real intenção de romper com a potência hemisférica ou uma estratégia de longo prazo.

As explicações para a dissonância entre a política comercial e petroleira de Chávez e seu engajamento externo são múltiplas e combinam elementos do realismo político com visões mais críticas. De um lado, a prudência fundamentou que os fins do revisionismo (reformas internas) justificassem os meios (política comercial conservadora), em que “exceções” eram permitidas quando os custos eram menores, como no caso das relações comerciais com a Colômbia e Cuba. De outro, há um imperativo estrutural que limitaria a ação de um país semiperiférico como a Venezuela (DUARTE VILLA 2004; VALENTE, 2012).

Mesmo assim, consideramos que o realismo e uma interpretação mais crítica são insuficientes para explicar a incapacidade do revisionismo em ser mais radical, no sentido de deixar de lado a prudência e ignorar o peso do estruturalismo do sistema internacional. Para parte da literatura, a questão se limitava à dependência petroleira, “o único elemento que mantém [manteve] o antagonismo dentro dos limites e não foi interrompido, mesmo quando as relações diplomáticas foram rompidas na última década” (MCCOY, 2011, p. 75).

Muito embora estejamos de acordo com a relevância do petróleo como elemento limitador de uma ação ainda mais radical do governo venezuelano contra os EUA – como a interrupção do fornecimento petroleiro, por exemplo, que nunca foi uma possibilidade nem ao menos aventada – consideramos que essa relação bilateral foi fortemente influenciada pela polarização política interna. Veremos a seguir

como os laços entre a elite venezuelana e os valores estadunidenses foram construídos e, com isso, complementaremos nossa análise sobre os múltiplos elementos que compuseram a diplomacia chavista para os EUA.

6.3 O impacto do resgate do bolivarianismo na dinâmica interna venezuelana: o outro lado da polarização

A partir da análise da política comercial, verificamos que a retórica anti-estadunidense de Chávez, que procurou personificar a herança de Simón Bolívar, esbarrou nas limitações materiais relacionadas à alta dependência do mercado norte-americano e das exportações petroleiras. Embora retoricamente a Venezuela chavista tenha se apresentado como uma alternativa à hegemonia norte-americana, havia razões pragmáticas e estruturais que impediram a concretização dos objetivos mais audaciosos da política externa bolivariana, conforme discutido na seção anterior.

Valente (2012) discorreu sobre os motivos estruturais que limitaram e ação venezuelana frente aos Estados Unidos, de forma que, partindo deste aporte, podemos avançar sobre essa relação dual, tendo em vista os grupos internos que teriam sido beneficiados. Conforme nosso referencial teórico, consideramos que o peso das ideias e a influência de um pensamento ainda colonizado das elites venezuelanas, em contraposição a uma busca decolonizadora do pensamento e da ação por parte do governo e sua base aliada, são elementos relevantes.

Defendemos que o resgate do bolivarianismo por meio da adoção do revisionismo periférico antagônico, como reação à Era Bush e aos desdobramentos de conflitos internos no mesmo período, teve como base uma retórica anti-estadunidense que, por sua vez, serviu de legitimador de decisões tomadas internas e externas do chavismo, ou seja, mesmo as limitações estruturais e materiais não impediram que a construção do inimigo externo fosse vantajosa para o governo, uma vez que a crescente tensão entre os países lastreou muitas ações no âmbito doméstico e internacional.

A radicalização do processo interno, pós-2002, e a adoção do revisionismo periférico antagônico foram processos que acentuaram um cenário de alta polarização política. Desta forma, os diferentes interesses e, principalmente, as preferências distintas que moveram os diversos atores políticos, intra e extra polo (considerando a

predominância de dois grandes polos: chavista e antichavista) ficaram mascarados. Assim, pretendemos evidenciar as nuances que relevam a complexidade da sociedade venezuelana, para completar o quadro de análise da relação com os Estados Unidos neste período.

6.3.1 A inimizade conveniente: o financiamento do antichavismo pelos Estados Unidos no golpe de 2002 e no *paro petrolero* de 2003

No quarto capítulo, verificamos como a polarização política na Venezuela, após 1999, ganhou contornos extremos. A oposição antichavista, composta pelo antigo bloco no poder, demonstrou que não estava disposta a conviver democraticamente com o governo bolivariano e preferiu arriscar-se a encampar um golpe de Estado e, posteriormente, a liderar um boicote petroleiro. Talvez subestimando o apelo popular do presidente e sua capacidade de aglutinar diferentes setores sociais, os golpistas acreditaram que a articulação entre meios de comunicação privados, alta cúpula militar, empresariado, sindicatos e movimentos de rua seria suficiente para garantir legitimidade a uma liderança alçada ao poder sem o sufrágio popular.

Um elemento importante para a análise do golpe de 2002 foi o papel dúbio dos Estados Unidos, que além de não condenarem a retirada ilegal de um mandatário eleito do poder, ainda reconheceu Pedro Carmona como um presidente legítimo da Venezuela. Tal posição, que foi criticada sobretudo por líderes da América Latina, gerou não só um mal-estar ainda maior entre os países, como ainda acendeu um sinal de alerta na cúpula chavista sobre uma provável ligação entre os setores golpistas e o governo norte-americano.

As suspeitas mostraram-se verdadeiras com o passar do tempo, em que a Lei de Acesso à Informação (Freedom of Information Act - FoIA) garantiria a disponibilização de documentos que comprovavam a interconexão entre a oposição antichavista e figuras-chave da diplomacia dos Estados Unidos. Dispondo de milhares de documentos, a ativista venezuelana-americana Eva Golinger produziu três livros[140]

---

140 São eles: “El Código Chávez. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela” (2005), “Bush vs. Chávez. La guerra de Washington contra Venezuela” (2006)” e “USAID, NED y CIA. La agresión permanente” (2009), esse último em co-autoria com o jornalista canadense Jean-Guy Allard.

relatando os vínculos entre membros do governo de George Bush e lideranças oposicionistas a Chávez no decorrer dos anos mais tensos da relação bilateral.

De acordo com os documentos analisados por ela, as conexões entre a oposição e o governo de Bush precederam o 11 de setembro de 2001. Coincidentemente, poucos dias antes dos atentados, a Venezuela colocou fim à cooperação militar com os Estados Unidos, que estava em vigência havia mais de cinco décadas. Segundo a referida autora, havia motivos para que o chavismo desconfiasse da manutenção do programa de cooperação entre as Forças Armadas:

> Um telegrama procedente da seção militar da Embaixada dos Estados Unidos em Caracas, datado de junho de 2000, revelou as intenções ocultas por trás do programa 'Educação e Treinamento Militar Internacional' (IMET) que os Estados Unidos dirigiam na Venezuela: 'Ampliar o acesso e influência do governo dos EUA em todos os níveis das Forças Armadas venezuelanas... Aumentar o número de oficiais das Forças Armadas venezuelanas em todos os níveis que recebem instrução nas escolas militares nos Estados Unidos...'
> Ademais, o telegrama revelava que o programa de treinamento dependia da necessidade que os Estados Unidos tinham de que governo da Venezuela colocasse os graduados no IMET em posições-chave como oficiais do Estado Maior ou como de unidades táticas-chave. Tal colocação garantiria o acesso dos Estados Unidos aos níveis mais altos das Forças Armadas da Venezuela. O programa já durava anos e a Venezuela se orgulhava de ter uma força militar com a maior porcentagem de oficiais treinados na Escola das Américas e em outras instituições militares nos Estados Unidos. (GOLINGER, 2005, p. 36-37, tradução nossa, grifos da autora)[141].

Um dos exemplos citados pelas comunicações citadas por Golinger (2005) é o general aposentado Raúl Salazar Rodríguez, cujo treinamento se deu nos Estados Unidos, tendo sido o primeiro ministro da Defesa do governo de Chávez e, posteriormente, assumiu a Embaixada da Venezuela na Espanha. Ele estava neste posto quando ocorreu o golpe de Estado e existem suspeitas de que ele, de lá, teria parti-

---

[141] No original: "Un cable precedente de la sección militar de la Embajada de los Estados Unidos en Caracas de fecha junio de 2000 revelaba las intenciones ocultas tras el programa 'Internacional de Educación y Entrenamiento Militar' (IMET) que los Estados Unidos habían estado dirigiendo en Venezuela: 'Ampliar el acceso y la influencia del gobierno de los Estados Unidos a todos los niveles de las Fuerzas Armadas venezolanas… Incrementar el número de oficiales de las Fuerzas Armadas venezolanas a todos los niveles que reciben instrucción en escuelas militares de los Estados Unidos…'
Además, el cable revelaba que el programa de entrenamiento dependía de la necesidad que los Estados Unidos tenían de que el gobierno de Venezuela ubicara a los graduados de IMET en posiciones claves como oficiales del Estado Mayor o como comandantes de unidades tácticas claves. Tal ubicación garantizaría el acceso de los Estados Unidos a los más altos niveles de las Fuerzas Armadas de Venezuela. El programa había estado funcionando durante años y Venezuela se preciaba de contar con una fuerza militar con el porcentaje más elevado de oficiales entrenados en la Escuela de las Américas y en otras instituciones militares de Estados Unidos".

cipado da conspiração contra o governo chavista, uma vez que a Espanha foi um dos poucos países europeus que reconheceu a legitimidade de Pedro Carmona.

Ainda que a autora não identifique quais documentos utilizou para levantar essas informações, o que pode comprometer a veracidade das alegações feitas por ela, a participação da alta cúpula militar, no golpe de 2002, foi pública e notória. Ademais, a cooperação entre as Forças Armadas dos dois países durou décadas, reforçando a ideia de que houve, durante os anos do Punto Fijo, a construção de uma ligação entre os militares venezuelanos com seus pares estadunidenses, que comporia a identificação cultural do bloco no poder venezuelano com os EUA.

Se antes dos ataques de 2001, as relações de Venezuela e EUA tinham sofrido um estremecimento com o rompimento unilateral da cooperação militar, após o 11/09 Chávez tornou-se um crítico constante das ações norte-americanas no Afeganistão. Aproveitando do espaço cada vez maior que cativava nos meios de comunicação oficiais do Estado, o presidente venezuelano chegou a condenar, em cadeia nacional, os ataques dos EUA a civis afegãos, mostrando imagens de crianças mortas naquele país, com o objetivo de chocar a audiência interna venezuelana e angariar ainda mais apoio às suas críticas anti-imperialistas.

Como resposta às críticas, a embaixadora estadunidense em Caracas, Donna Hrinak foi chamada para consultas e os EUA divulgaram, por meio de seu porta-voz, uma mensagem de surpresa, afirmando que reveriam a relação com este importante país diante de tal posicionamento controverso. No retorno da embaixadora à Caracas, em uma reunião privada com o presidente venezuelano, ela leu uma carta de repúdio exigindo que se retratasse pública e oficialmente. Chávez, então, a interrompeu, dizendo que ele era o Chefe de Estado e que, como embaixadora, ela não estava em posição de exigir nada (GOLINGER, 2005).

Esse é o momento em que Jennifer Mccoy (2011) indica que começou a “diplomacia de microfones” entre os governos de Chávez e Bush. Já para Golinger (2005, 2006) a passagem de 2001 para 2002 marcou o aumento exponencial dos investimentos da Fundação Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED) na Venezuela em relação a períodos anteriores. Para compreender o impacto destes recursos é preciso compreender o papel desta agência estadunidense, em especial na América Latina.

A NED foi fundada, em 1983, por Ronald Reagan (1911-2004), então presidente dos Estados Unidos, responsável por romper com a distensão da Guerra Fria, que marcara a década de 1970, e por promover intervenções na América Central. Conforme documentação oficial:

> A Fundação Nacional para a Democracia (NED) é uma fundação privada, sem fins lucrativos, dedicada ao crescimento e fortalecimento de instituições democráticas em todo o mundo.
> [...]
> A NED é uma instituição única. O caráter não-governamental da Fundação lhe dá flexibilidade que possibilita trabalhar em algumas das circunstâncias mais difíceis do mundo e responder rapidamente quando há uma oportunidade de mudança política. A NED se dedica a promover o crescimento de uma ampla gama de instituições democráticas no exterior, incluindo partidos políticos, sindicatos, mercados livres e organizações empresariais, bem como os muitos elementos de uma sociedade civil vibrante que garante direitos humanos, uma mídia independente e a regra da lei. (NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY, s/d, tradução nossa)[142].

Como indicado, a NED é oficialmente uma instituição privada sem fins lucrativos. Contudo, o seu financiamento, além de ser aprovado pelo Congresso, advém de três associações (The Smith Richardson Foundation, John M. Olin Foundation e Lynde and Harry Bradley Foundation[143]) que, por sua vez, teriam contratos financeiros diretos com o governo norte-americano, segundo Eva Golinger (2005). Ela ainda aponta que: “a maioria das figuras históricas de ações clandestinas da CIA foram, em algum momento, membros do Conselho Administrativo ou da direção da NED, entre eles Otto Reich [...]”. (GOLINGER, 2005, p. 294, tradução nossa)[144].

Nascido em Cuba e dissidente político da Revolução, Otto Reich se radicou nos Estados Unidos, onde atuou nas Forças Armadas, na Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID) e no Departamento de Estado. Durante a presidência de Reagan,

---

142 No original: “The National Endowment for Democracy (NED) is a private, nonprofit foundation dedicated to the growth and strengthening of democratic institutions around the world.
[...]
NED is a unique institution. The Endowment’s nongovernmental character gives it a flexibility that makes it possible to work in some of the world’s most difficult circumstances, and to respond quickly when there is an opportunity for political change. NED is dedicated to fostering the growth of a wide range of democratic institutions abroad, including political parties, trade unions, free markets and business organizations, as well as the many elements of a vibrant civil society that ensure human rights, an independent media, and the rule of law”.

143 Em comum, essas fundações apresentam-se como defensoras da democracia e liberdade, mas com uma abordagem neoconservadora.

144 No original: “La mayoría de las figuras históricas de las acciones clandestinas de la CIA han sido en algún momento miembros del Consejo Administrativo o de la dirección de la NED, entre ellos Otto Reich [...]”.

criou e gerenciou o Escritório interagencial para América Latina e o Caribe (Interagency Office of Public Diplomacy for Latin America and the Caribbean), em que colaborou com oposição ao governo sandinista da Nicarágua. Já sob o mandato do também republicano George H. Bush, Reich foi embaixador em Caracas, enquanto que na gestão de Bush filho foi o Secretário de Estado adjunto para Assuntos Hemisféricos.

Voltando à documentação oficial sobre a NED, encontramos que:

> Desde o início, a NED permaneceu firmemente bipartidária. Criada em conjunto por republicanos e democratas, a NED é regida por um conselho equilibrado entre os dois partidos e goza de apoio do Congresso em todo o espectro político. A NED opera com um alto grau de transparência e responsabilidade, refletindo a crença de nossos fundadores de que a promoção da democracia no exterior deve ser conduzida abertamente [145]. (NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY, s/d, tradução nossa).

É válido notar que, mesmo tendo sido criada em um contexto de maior intervencionismo norte-americano sobre a América Latina sob um governo republicano, a NED é o resultado de uma convergência entre os dois principais partidos estadunidenses, contando, portanto, com apoio democrata. O caráter "missionário" desta fundação também reforça o traço catequético que os Estados Unidos teriam assumido, a partir do século XX, de acordo com Wallerstein (2007), no sentido de promoção da democracia liberal como um valor absoluto e inquestionável.

O bipartidarismo da NED também está presente na distribuição de recursos para as respectivas organizações do Partido Republicano e do Democrata, como revela o jornalista Pablo Uchoa (2003, p. 257):

> A FND [NED] recebe quase todo o seu orçamento de US$ 33 milhões do governo norte-americano e o repassa para outras organizações sem fins lucrativos do setor privado, incluindo [...] o Instituto Republicano Internacional (IRI) e o Instituto Nacional Democrata de Assuntos Internacionais (NDI), representantes dos dois partidos políticos dos Estados Unidos, o Centro Americano para Solidariedade no Trabalho (ACILS), representante dos interesses trabalhistas, e o Centro para a Empresa Privada Internacional (Cipe), defensor de questões empresariais. (UCHOA, 2003, p. 257).

Contudo, o que a documentação oficial não revela é que para "promover a democracia", a NED colaborou com grupos internos de diversos países que, muitas

---

145 No original: "From its beginning, NED has remained steadfastly bipartisan. Created jointly by Republicans and Democrats, NED is governed by a board balanced between both parties and enjoys Congressional support across the political spectrum. NED operates with a high degree of transparency and accountability reflecting our founders' belief that democracy promotion overseas should be conducted openly".

vezes, recorriam a expedientes não democráticos para chegar ao poder. Uma das denúncias mais contundentes contra a Fundação e sua relação “incestuosa”, segundo Golinger (2005), com agências de inteligência norte-americanas foi publicada pelo The New York Times, em 31 de março de 1997:

> A Fundação Nacional para a Democracia, criada há 15 anos para fazer abertamente o que a Agência Central de Inteligência [CIA] fez secretamente por décadas, gasta 30 milhões [de dólares] por ano para apoiar partidos políticos, sindicatos, movimentos dissidentes e a mídia em uma dezena de países [...]. (BRODER, 1997, s/p, tradução nossa)[146].

Na Venezuela, os financiamentos de programas via NED começaram nos anos 1990, mas foi durante o período que antecedeu o golpe de 2002 que aconteceram os aportes mais polêmicos, coincidindo, portanto, com o aumento das críticas chavistas à ação dos EUA no Oriente Médio. Não estamos afirmando que exista uma relação direta entre as declarações de Chávez contra Bush com o apoio norte-americano aos golpistas, mas sim que houve uma coincidência temporal entre esses dois processos. Tendo em vista que para o presidente estadunidense quem não se engajasse na luta contra o terrorismo seria automaticamente associado a ele, podemos concluir que a aceitação do golpe na Venezuela poderia ser moralmente justificada pela própria retórica chavista.

Os interesses da oposição antichavista convergiam com a intenção dos EUA de voltar a ter na Venezuela um aliado político, independentemente da diretriz da “guerra ao terror”. É a partir desta premissa que analisamos como o fluxo de recursos investidos pela NED entre outubro de 2001 e março de 2002, que chegaram a 2 milhões de dólares. Desta quantia, por meio da ACILS, a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), uma das artífices do golpe, recebeu 150 mil dólares para, em tese, promover eleições sindicais. Todavia, as suspeitas pairam sobre o custeio de uma viagem de líderes, dentre os quais se destacam Carlos Ortega (CTV) e Pedro Carmona (Fedecámaras), à Washington para angariar apoio político ao golpe (GOLINGER, 2005; UCHOA, 2003, p. 257).

A aprovação de Leis Habilitantes – uma das motivações do golpe de 2002 – que versavam sobre a exploração dos hidrocarbonetos foi essencial para detonar

---

146 No original: “The National Endowment for Democracy, created 15 years ago to do in the open what the Central Intelligence Agency has done surreptitiously for decades, spends $30 million a year to support things like political parties, labor unions, dissident movements and the news media in dozens of countries [...]”.

uma série de insatisfações dos setores empresariais que, antes do chavismo, também compunham a fração da classe política dominante na Venezuela. Como reação à aprovação dessa legislação, em 2001, a entidade patronal Fedecámaras organizou uma greve que foi saudada pela então embaixadora em Caracas, Donna Hrinak, que reiterou a importância de Carmona e Ortega serem recebidos em Washington em novembro daquele ano (GOLINGER, 2005, p. 57) (ver anexos C e D).

Quanto ao orçamento recebido pelo IRI na Venezuela, entre 2000 e 2001, os recursos passaram de 50 mil para 340 mil dólares, quase seis vezes mais, de acordo com os dados coletados por Golinger (2005). Embora tenha tido uma atuação bastante modesta nos anos anteriores, o instituto do Partido Republicano estava, cada vez mais, aumentando seu interesse em atuar junto à sociedade civil venezuelana, bem como em fortalecer os partidos políticos de oposição.

> O IRI, dirigido por uma junta diretiva de direita, estava encabeçado por antigos assessores da Segurança Nacional, executivos empresariais, funcionários do Departamento de Estado, antigos embaixadores e diretores de entidades de assessoria conservadoras, como o Instituto Empresarial dos Estados Unidos. Quando o financiamento de seus programas na Venezuela foi elevado, Georges Fauriol, antigo colega de Otto Reich e convicto 'anticha-vista', assessor de Bush, se encontrava à frente do Programa Latino-Americano do IRI.(GOLINGER, 2005, p. 42, tradução nossa)[147].

Ainda sobre a atuação do IRI junto a setores venezuelanos, Uchoa (2003) indica que, de 2001 a 2003, foram dedicados 650 mil dólares para fomentar a criação de novos partidos políticos. Foi neste ínterim e com apoio do IRI que a agremiação Primero Justicia foi criada, com o objetivo de ser mais uma alternativa anticha-vista. Um de seus fundadores, Javier Jose Torres (2017)[148], relata que o PJ surgiu como uma organização não-governamental, liderada por jovens advogados, que entendiam que o maior problema do país era a impunidade. Por isso, criaram o partido como forma de prover à população mais carente assessoria jurídica e, em termos políticos, fazer pressão para uma reforma jurídica no país.

---

147 No original: "El IRI, dirigido por una junta directiva de derecha, estaba encabezado por antiguos asesores de Seguridad Nacional, ejecutivos empresariales, funcionarios del Departamento de Estado, antiguos embajadores y directores de entidades de asesoramiento conservadoras como el Instituto Empresarial de los Estados Unidos. Cuando el financiamiento de sus programas en Venezuela se incrementó, Georges Fauriol, antiguo colega de Otto Reich y 'antichavista' acérrimo, asesor de Bush, se encontraba al frente del Programa Latinoamericano del IRI".

148 Em entrevista concedida na cidade de Tampa (Flórida), no dia 12 de Julho de 2017, na qual também expressou afinidade ideológica com o Partido Republicano (Apêndice A).

Durante o golpe de Estado de 2002, enquanto os jovens líderes do PJ – como Leopoldo López, Henrique Capriles e Julio Borges – se manifestavam publicamente a favor do novo governo e terem assinado o "Decreto Carmona" (ver anexo E), corroborando a dissolução da Assembleia Nacional, seu braço de apoio internacional, o IRI, soltava uma nota que causou polêmica:

> Ontem à noite, liderado por setores da sociedade civil, o povo venezuelano levantou-se para defender a democracia em seu país. Os venezuelanos foram provocados a agir como resultado da repressão sistemática do governo de Hugo Chávez.
> [...]
> O IRI aplaude a valentia dos líderes da sociedade civil – membros dos meios massivos de comunicação, a Igreja, [...] os líderes de partidos políticos, os sindicatos, o setor empresarial – que arriscaram suas vidas na luta por restaurar a genuína democracia em seu país. (FOLSOM, 2002 apud GOLINGER, 2005, p. 43, tradução nossa)[149].

Além de ter durado poucos dias, a repercussão da retirada inconstitucional de um presidente eleito na Venezuela foi muito negativa no mundo, fazendo com que a NED condenasse, também por meio de uma nota pública, a declaração do IRI. Tanto Uchoa (2003) quanto Golinger (2005) destacaram o trecho em que a Fundação rechaçou o comunicado de seu instituto parceiro, considerando-o não só inapropriado, como problemático, no sentido de ter se comprometido desnecessariamente na complexa política interna venezuelana. Entretanto, estes mesmos autores observam que apesar de tentar se desvincular da alegação do IRI, a NED acabou incrementando o orçamento destinado à Venezuela após o golpe.

Diplomaticamente, os Estados Unidos tiveram uma postura bastante questionada durante o golpe, uma vez que saudaram Pedro Carmona pela sua chegada ao poder, culpando Chávez pela própria derrocada. Essa posição chocou-se com a condenação feita pelos demais países da OEA. Ademais, duas situações geraram dúvidas sobre o papel do governo norte-americano no processo interno venezuelano. A primeira delas foi uma conversa telefônica entre o Secretário de Estado adjunto, Otto Reich, e Pedro Carmona, que foi noticiada no The New York Times, de 17

---

149 No original: "Anoche, dirigido por todos los sectores de la sociedade civil, el pueblo venezolano se sublevó para defender la democracia en su país. Los venezolanos se vieron impulsados a empreender esta acción cómo resultado de la sistemática represión del gobierno de Hugo Chávez. [...]Asimismo, el IRI aplaude la valentia de los líderes de la sociedad civil – miembros de los medios massivos de comunicación, la Iglesia, [...] los líderes políticos, los sindicatos y el sector empresarial p que han arriesgado sus vidas en a lucha por restaurar la genuína democracia en su país".

de abril de 2002. Nela, o golpista aconselhado a não dissolver a Assembleia Nacional[150].

A segunda foi o encontro do embaixador dos EUA, Charles Shapiro, com o presidente interino no dia posterior ao golpe de Estado. Ele havia sido nomeado designado para Caracas meses antes do golpe. Este diplomata estadunidense tem em seu currículo passagens por países latino-americanos em momentos de grande turbulência. Para Uchoa (2003), a nomeação de Shapiro não foi despropositada, uma vez que ele já tinha sido o representante diplomático no Chile de Salvador Allende. Golinger (2005) concorda que a escolha não foi aleatória, uma vez que, para ela, as táticas utilizadas na Venezuela chavistas são as mesmas observadas no Chile (anos 1970), na Nicarágua (anos 1980) e no Haiti (anos 1990), em que presidentes democraticamente eleitos foram derrocados com apoio norte-americano.

> A decisão de substituir Donna Hrinak por Shapiro tinha sido tomada em dezembro de 2001, quando a oposição se consolidava e dava mostras de ter possibilidades, ainda que evidentemente necessitasse de orientação e apoio experientes.[...]De 1999 a 2001, [Shapiro] ocupou o cargo de coordenador do Escritório de Assuntos Cubanos em Washington, encarregado de monitorar e supervisionar a política estadunidense para Cuba e manter as restrições impostas pelos Estados Unidos em matéria de viagens e comércio entre as duas nações. [...] O envio de Shapiro a Caracas era um indício claro de que os Estados Unidos estavam perdendo a paciência com Chávez e com suas políticas próximas às posições de Fidel Castro. (GOLINGER, 2005, p. 65-66, tradução nossa)[151].

Com base na análise do golpe de Estado na Venezuela, Moniz Bandeira (2002) sentencia que: “A política exterior dos EUA, vis-à-vis a América Latina, nunca foi, na realidade, consistente com os princípios democráticos norte-americanos, que sempre constituíram um elemento marginal, para efeito de retórica” (MONIZ BANDEIRA, 2002, p. 25). Tal contradição entre discurso democrático e a prática nas relações hemisféricas é histórica:

> Por meio de instituições responsáveis pela criação da política externa, os Estados Unidos planejaram e ajudaram a executar a violação sistemática

---

150 Segundo jornalista do The New York Times, Christopher Marquis (2002).

151 No original: “La decisión de substituir a Donna Hrinak por Shapiro había sido tomada en deciembre de 2001, cuando la oposición se consolidaba y daba muestras de tener posibilidades, aunque evidentemente necesitaba de orientación y apoyo experimentados.
[...] De 1999 a 2001, ocupó el cargo de coordinador de la oficina del Buró de Asuntos Cubanos en Washington, encargado de monitorear y supervisar la política estadounidense hacia Cuba y de mantener las restricciones impuestas por Estados Unidos en materia de viajes y comercio entre las dos naciones. [...] El envío de Shapiro a Caracas era un indicio claro de que los Estados Unidos estaban perdiendo la paciencia con Chávez y sus políticas cercanas a las posiciones del presidente Fidel Castro”.

> dos direitos humanos, das liberdades civis, da democracia política e da livre-iniciativa em outros países.
> Na América Latina, treinaram as Forças Armadas para o combate aos inimigos internos, sem qualquer restrição de meios. Promoveram o boicote econômico, uma forma de intervencionismo incompatível com a ideia de livre-iniciativa, contra governos considerados hostis. Não hesitaram em patrocinar e fortalecer os setores mais reacionários, atrasados e corruptos, em nome da prioridade aos aliados da agenda estratégica global. (AYERBE, 2002, p. 262).

Apesar de muitos pontos de discordância entre os países neste período, o auxílio norte-americano aos setores oposicionistas, que depuseram o presidente venezuelano, em 2002, e tentaram desestabilizar seu governo, em 2003, foi o principal motivo para que Chávez, ao reestabelecer o poder e a normalidade institucional no país, assumisse uma postura ainda mais combativa em relação aos Estados Unidos (GOLINGER, 2005; UCHOA, 2003; VALENTE 2012).

Alguns dias depois de sua destituição, Chávez retornou ao poder com a convicção de que o vizinho do Norte tinha não só sido leniente com os golpistas, como também patrocinara a ação destes grupos. A administração Bush optou por negar qualquer envolvimento e, em maio de 2002, o Congresso norte-americano abriu uma investigação para averiguar a existência do suposto auxílio dado à oposição venezuelana, menos por conta da ruptura democrática na Venezuela e mais pela preocupação com a transparência das agências financiadoras no uso do dinheiro do contribuinte[152]. Contudo, as conexões diretas entre os EUA e o golpe de 2002 – que de acordo com a interpretação que Golinger (2005) e Uchoa (2003) fazem dos documentos desclassificados eram explícitas[153] – nunca foram comprovadas pelo legislativo estadunidense.

Com uma análise menos conspiratória, Rafael Duarte Villa (2004) chama a atenção para o fato de que:

> [...] a posição de Washington, justificando o golpe [de 2002] pelos erros políticos de Chávez durante seu mandato, mostrou o frágil equilíbrio que os Estados Unidos conseguem manter entre democracia e interesses geopolíticos hemisféricos quando seus formuladores de política externa continuam pre-

---

152 De fato, o mapeamento do fluxo dos recursos é complexo, uma vez que eles são repassados de agência para agência, até chegar em fundações privadas, cuja prestação de contas nem sempre é transparente. Eva Golinger (2005) fez um esforço para desenhar os fluxos, que está presente nos Anexos F e G.

153 A autora venezuelana-americana, por exemplo, utiliza como base para as suas afirmações de que o governo norte-americano colaborou com a ascensão de Carmona alegações da embaixadora Donna Hrinak de que ele agia como um verdadeiro estadista durante a greve que antecedeu o golpe de 2002 (ver anexo H).

> sos aos velhos fantasmas da Guerra Fria.(DUARTE VILLA, 2004, p. 17, tradução nossa)[154].

Após o golpe de abril de 2002, Chávez tentou buscar a reconciliação com os setores médios, porém a sociedade já estava tão polarizada que quase não havia margem de manobra para tal conciliação. Por outro lado, a oposição também carecia de um projeto consistente, capaz de reconciliar os setores da sociedade e investiu, no final daquele mesmo ano até o início de 2003, em boicote econômico. A paralisação das atividades petroleiras, o Paro, assim como o golpe, foram protagonizado pelas mesmas organizações que haviam sido financiada pela NED e receberam uma saudação, ainda que discreta, dos EUA (MARINGONI, 2009).

Se a NED foi importante para alavancar uma nova oposição partidária antichavista, o papel da Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional (USAID) esteve mais relacionado a um suporte técnico, que no caso do Paro Petrolero foi essencial para manter as atividades petroleiras bloqueadas por dois meses. Em julho de 2002, portanto poucos meses após o golpe de Estado, a USAID anunciou a criação de um Escritório para Iniciativas de Transição (Office of Transition Initiatives, OTI) na Venezuela (GOLINGER, 2005; MARINGONI, 2009).

Segundo a própria USAID:

> O Escritório para Iniciativas de Transição (OTI) apoia os objetivos da política externa dos EUA, ajudando os parceiros locais a promover a paz e a democracia. O OTI fornece assistência rápida, flexível e de curto prazo direcionada às principais necessidades de transição política e estabilização. Concebida estrategicamente para cada situação, a OTI lançou as bases para o desenvolvimento de longo prazo, promovendo a reconciliação, impulsionando as economias locais, apoiando meios de comunicação independentes emergentes e promovendo a paz e a democracia através de uma programação inovadora. Nos países em transição do autoritarismo para a democracia, da violência para a paz, ou após uma paz frágil, os programas da OTI servem como catalisadores para uma mudança política positiva. (U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2017, s/p, tradução nossa)[155].

154No original: “[…] la posición de Washington, justificando el golpe por los errores políticos de Chávez durante su mandato, mostró el frágil equilibrio que EE UU consigue mantener entre democracia e intereses geopolíticos hemisféricos cuando sus formuladores de política externa quedan atrapados por los viejos fantasmas de la Guerra Fría”.

155No original*: “*The Office of Transition Initiatives (OTI) supports U.S. foreign policy objectives by helping local partners advance peace and democracy. OTI provides fast, flexible, short-term assistance targeted at key political transition and stabilization needs. Strategically designed for each unique situation, OTI has laid the foundation for long-term development by promoting reconciliation, jumpstarting local economies, supporting emerging independent media, and fostering peace and democracy through innovative programming. In countries transitioning from authoritarianism to democracy, from violence to peace, or following a fragile peace, OTI’s programs serve as catalysts for positive political change*”.*

No caso venezuelano, a instalação de um escritório para “transição” gerou bastante desconforto, uma vez que o país acabara de viver uma ruptura democrática que havia sido apoiada pelos Estados Unidos. Para tentar mitigar o efeito do anúncio, o embaixador Charles Shapiro pediu aos cidadãos da Venezuela que “desconsiderassem” o nome do escritório, dado que o cerne da vontade estadunidense residia na construção de um ambiente conciliatório e democrático no país. O principal programa a ser financiado pela USAID, por meio desse escritório, denominava-se “Venezuela: Iniciativa para a Construção de Confiança (VICC)” (GOLINGER, 2005, p. 106).

Dentre as ações vislumbradas pela VICC estavam a assessoria e financiamento a grupos da sociedade, sob a justificativa de que eles promoveriam o diálogo social e a formação cidadã, visando o fortalecimento democrático. Uma das associações apoiadas dentro desta iniciativa estava a ONG Súmate, fundada (coincidentemente ou não), em julho de 2002, por Maria Corina Machado. As atividades iniciais do Súmate se resumiam à coleta de assinaturas de cidadãos venezuelanos contra projetos do presidente Chávez, a fim de demonstrar a insatisfação popular contra o governo.

Paralelamente ao suporte dado ao Súmate dentro do âmbito da VICC, uma série de comerciais de televisão e rádio foram produzidos com o intuito de promover valores democráticos, ao mesmo tempo em que criticavam as relações paternalistas com o Estado e o populismo. Golinger (2005) ressalta que a veiculação deste material ocorreu incessantemente durante os 64 dias do Paro Petrolero, em que mais de setecentos anúncios com mensagens veladas de críticas ao governo chavista. A autoria denuncia ainda que os comerciais contassem com a colaboração da Fedecámaras e do oligopólio da mídia privada venezuelana.

Vale notar que, após o golpe de 2002, Pedro Carmona Estanga buscou asilo político na Colômbia e foi substituído por Carlos Fernández, quem teria ajudado a elaborar pessoalmente os comerciais financiados pela USAID. No segundo dia do *paro* petroleiro, Carmona encontrou-se, em Bogotá, com o então secretário de Estado norte-americano, Colin Powell. Para Golinger (2005, 2006) essa visita é só mais uma peça do mosaico que comprovaria a ligação íntima da oposição antichavista com funcionários da alta cúpula do governo Bush.

Ainda que as interconexões sejam difíceis de serem provadas, mesmo com o respaldo das informações obtidas em documentos desclassificados, a análise do *paro* petroleiro possui outros elementos que corroboram a convergência de interesses entre a gestão Bush e a oposição venezuelana. Para que tivesse sucesso na paralisação da produção de petróleo, além de engajar os funcionários da estatal PdVSA na greve era preciso também mobilizar outras empresas prestadoras de serviço para que, de fato, houvesse um boicote total.

Valente (2012), Maringoni (2009) e Golinger (2005, 2006) apresentam materiais coincidentes quanto à atuação da empresa INTESA no Paro de 2003. Responsável por migrar operações analógicas para a tecnologia digital da PdVSA, a INTESA aderiu imediatamente à greve e teria inviabilizado aos funcionários da estatal que não queriam participar da paralisação o acesso aos sistemas da empresa. A acionista majoritária desta companhia de tecnologia era a norte-americana SAIC (Science Applications International Corporation), composta por ex-agentes da CIA e do Estado Maior, tendo, pois, conexões relevantes no governo dos EUA.

Mesmo com o esforço conjunto de diversos setores da oposição, o Paro Petrolero fracassou, mas não significou o arrefecimento dos intentos por derrocar o governo chavista. O Súmate passou a encampar a coleta de assinaturas para convocação de um referendo revogatório do mandato presidencial de Hugo Chávez. Depois de idas e vindas neste processo, durante 2003[156], o referendo ocorreu no ano seguinte e reconfirmou o líder bolivariano na presidência, sob fortes protestos desta ONG e de outros grupos opositores que alegavam ter havido uma fraude eleitoral.

O argumento utilizado pelo *Súmate* e demais detratores do governo Chávez era que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), responsável pela realização e organização dos pleitos no país, teria conexões com *hackers* russos, que condicionavam as urnas eletrônicas a garantirem resultados sempre positivos para o chavismo. Tal denúncia também foi feita por Norma Camero Reno (2017), que em entrevista revelou ter colaborado voluntariamente com o Departamento de Estado e com a CIA na investigação das máquinas Smartmatic, utilizadas na Venezuela para registro dos votos.

---

156 É preciso recordar que este período foi caracterizado por um clima de instabilidade política, acirrado pelos atentados à embaixada da Espanha, ao consulado do Panamá e ao Edifício Teleport, no centro de Caracas, onde oposição e governo negociavam a realização do referendo revogatório.

Durante o processo do referendo, a Controladoria Geral da República da Venezuela acusou os diretores do Súmate, especialmente a Maria Corina Machado, de ter cometido diversos delitos, dentre os quais furtar *laptops* da PdVSA durante o *Paro* e usufruir de recursos da NED, uma agência estrangeira, para liderar o processo de destituição de Chávez, ainda que por uma via legal (referendo). A NED, o Departamento de Estado, bem como políticos de ambos os partidos[157] declararam que os recursos destinados ao Súmate eram, de fato, para o fortalecimento democrático venezuelano e que, por isso, a organização era perseguida pelo regime chavista (GOLINGER, 2005).

A despeito de não ter vencido eleitoralmente, o Súmate tornou-se um dos principais vértices da oposição antichavista, atuando em diversas outras situações domésticas importantes posteriormente. Contudo, para o nosso propósito, a análise mais detalhada do período que compreendeu o golpe de 2002 e o Paro Petrolero de 2003 revelou os motivos que levaram a uma radicalização do discurso e da prática chavista em política exterior, sobretudo na sua relação com os Estados Unidos, dando início a uma fase distinta da diplomacia venezuelana vis-à-vis a potência hemisférica.

6.3.2A inimizade conveniente para a consolidação do discurso bolivariano e da hegemonia chavista

Compreendemos que os desdobramentos da conjuntura política, de 2002 a2003, foram pedagógicos para o governo de Chávez, que investiu em mecanismos que consolidaram uma hegemonia política interna. Com essa radicalização, uma das acusações feitas pela oposição foi que o governo estrangulava, por meio do controle que exercia sobre a máquina pública, as vozes dissonantes.

Tal pressão teria sido exercida sobremaneira nos funcionários públicos, como no caso da Lista “Tascón”. A coleta de assinaturas para convocação do referendo revogatório, de 2004, envolveu denúncias mútuas: enquanto Chávez apontava para uma “mega fraude”, em que o Súmate teria incluído ilegalmente assinaturas falsas[158], a oposição alegava que a divulgação pública dos dados dos signatários, por

---

157 Como John McCain (republicano) e Madeleine Albright (democrata).

158 Em transmissão do programa de rádio “Aló Presidente”, Chávez entrevistou o deputado Luis Tascón, em que ambos declararam ter havido fraude na coleta de assinaturas (CHÁVEZ, FRÍAS, 2004).

meio do deputado bolivariano Luis Tascón, acarretou em retaliações aos funcionários públicos que teriam apoiado o referendo.

O objetivo do deputado, ao colocar a lista na internet, segundo o chavismo, teria sido comprovar a fraude, pedindo às pessoas que verificassem se seus nomes constavam de maneira irregular na listagem. Entretanto, tal informação serviu de base para demissões e até acusações de "terrorismo" [159] contra aqueles que apoiaram a convocação do referendo.

Com efeito, em março de 2006, três funcionárias prejudicadas decidiram recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, delatando o então vice-presidente da República, José Vicente Rangel, por tê-las demitido. Elas alegaram discriminação por posição política e cerceamento à liberdade de expressão. Somente em 2015, o relatório final, aprovado no âmbito da OEA, deu parecer positivo aos reclames das venezuelanas.

> De acordo com as considerações dos fatos e leis expressados nos méritos deste relatório, a Comissão conclui que o Estado Venezuelano é responsável pela violação de direitos políticos, direitos de liberdade de expressão, direitos de igualdade e não discriminação perante a Lei, julgamentos justos e proteção judicial embasada nos Artigos 23,13,24, 8 e 25 da Convenção Americana, em conjunto com o Artigo 1.1 do mesmo instrumento em detrimento de Rócio San Miguel Sosa, Magally Chang Girón e Thais Coromoto Peña.
> [...] A Comissão considera que, com base nas informações disponíveis, a possível violação ao direito à integridade pessoal está incluída nas violações encontradas ao longo deste relatório. (IACHR, 2015, p. 43, tradução nossa)[160].

Este episódio é relevante para esta discussão, pois demonstra como os desentendimentos da Venezuela chavista no âmbito da OEA foram aproveitados pela oposição, que encontraram ali um espaço institucional para as suas reivindicações. Entretanto, apesar de reforçar nossa hipótese, esse tipo de situação que envolve mui-

---

159 O então ministro da saúde, Roger Capella, afirmou que quem assinasse contra Chávez estaria cometendo um ato terrorista contra o próprio país. Declaração publicada no jornal El Universal do dia 21 de março de 2004.

160 No original: "In accordance with the considerations of facts and law expressed in this report on merits, the Commission concludes that the Venezuelan State is responsible for the violation of political rights, the right to freedom of expression, the right to equality before the law and non-discrimination, fair trial and judicial protection embodied in Articles 23, 13, 24, 8 and 25 of the American Convention, in conjunction with Article 1.1 of the same instrument to the detriment of Rocío San Miguel Sosa, Magally Chang Girón, and Thais Coromoto Peña. [...] The Commission considers that, based on the available information, the possible violation of the right to personal integrity is subsumed in the violations found throughout this report".

tas versões e controvérsias é mais difícil de analisar. Portanto, vamos nos deter ao processo de consolidação da hegemonia chavista do ponto de vista institucional.

Em trabalho anterior[161], fizemos um mapeamento mais aprofundado das arenas internas venezuelanas. Para o nosso propósito, porém, apresentaremos uma síntese desta discussão para ancorar a análise da dinâmica doméstica venezuelana. Partimos das contribuições de Tsebelis (1998) e sua a teoria dos Jogos Ocultos nas Múltiplas Arenas, em que ao traçar o processo decisório, constrói uma abordagem para identificar os atores e suas respectivas motivações. Ainda que o nosso foco não seja o processo decisório em si, o mapeamento de arenas e interesses sugerido por ele será útil para verificar como cada lado tirou proveito do revisionismo antagônico com os EUA.

Já a definição de interesses e preferências, bem como sua diferença, está pautada na lógica do racionalismo clássico baseado na economia, em que Downs (1999) afirma que os interesses de um ator estão relacionados com a maximização de seus lucros, que são traduzidos em diferentes interesses. Nesse sentido, o autor traduz a ideia do imperativo da reeleição como o interesse primário de atores políticos, uma vez que somente através da reeleição eles são capazes de manter a capacidade de exercer sua profissão.

Milner (1997), por sua vez, parte deste pressuposto para distinguir interesses e preferências políticas. Para a autora, se o interesse primário de todo ator político é a manutenção de sua habilidade de governar por meio da reeleição, o que os distingue entre si são as diferentes preferências políticas que são adotadas para alcançar esse interesse. Portanto, o interesse geral é mais amplo, enquanto que as preferências são os caminhos que o ator adota para alcançar o interesse.

Outro aporte que complementa a ideia de preferências – e que dialoga diretamente com a teoria das Múltiplas Arenas de Tsebelis (1998) – é a importância do papel da informação. Nos estudos de Przeworski (1991) e Fishkin (1997), os autores afirmam que a informação pode alterar as preferências dos atores. Isto é, as preferências não são fixas, e são baseadas na informação disponibilizadas aos atores.

---

161 No capítulo “Múltiplas Arenas em Conjuntura Internacional: Mudanças na América do Sul sob a perspectiva da Venezuela Pós-Chávez”, em co-autoria com Alfredo Juan Guevara Martinez, que compõe o livro “Análise de conjuntura em relações internacionais: abordagens e processos”, organizado por Luis Fernando Ayerbe (2016).

O caso do Paro Petrolero, no nosso entender, foi paradigmático para a visualização da complexidade do cenário interno venezuelano e sua composição de interesses e preferências. Como vimos, naquela ocasião os funcionários da maior estatal de petróleo do país, a PDVSA, pararam as suas atividades como forma de retaliar o governo Chávez por nomear aliados para a diretoria da empresa e redirecionar parte das receitas para seus projetos sociais. Eles pretendiam gerar uma convulsão social que resultasse em sua renúncia.

Ambos, grevistas e governo, queriam que a empresa lucrasse. Portanto, coincidiam em seu interesse – o lucro da empresa. Todavia, os primeiros defendiam que o lucro fosse integralmente reinvestido na própria empresa, a fim de garantir sua sustentabilidade e produtividade. Em contrapartida, o presidente redirecionava parte dos ingressos para financiar políticas públicas que compunham sua plataforma eleitoral. Os grupos, desta forma, divergiam em sua preferência – o uso do lucro da empresa.

O exemplo utilizado demonstrou que grupos concorrentes (grevistas opositores ao governo e o chavismo) poderiam ter interesses iguais, mas preferências distintas.Em nossa interpretação, em termos da relação com os Estados Unidos, havia um interesse comum entre chavistas e antichavistas na manutenção de uma retórica antagônica por parte do governo. As preferências também se assemelhavam, pois cada grupo ansiava gerar uma coesão interna quanto à postura do país frente à potência hemisférica, porém com objetivos políticos contrapostos: manutenção no poder (chavismo) versus conquista do poder (antichavismo).

Utilizamos, portanto, as premissas das múltiplas arenas, da racionalidade dos atores e do imperativo da reeleição para avaliar a lógica política dos dois principais grupos políticos venezuelanos, governo e oposição, que está calcada na ideia de se manter no poder institucional versus conquistá-lo, respectivamente. Isto é, racionalmente os resultados ótimos de cada um desses grupos é diametralmente oposto entre si (jogo de soma zero), quando buscados dentro das instituições políticas existentes. No entanto, a realidade venezuelana é ainda mais complexa e obriga o observador a ampliar o escopo da análise, incluindo outras arenas que podem influenciar no jogo político, como as pressões produzidas pelas ruas e pelos grupos que se aproveitam desse espaço para manifestar os seus anseios.

Além das arenas que são instituições formais, com as quais George Tsebelis (1998) trabalha prioritariamente, é preciso considerar que as manifestações populares nas ruas também podem constituir um espaço de disputa de interesses de atores distintos, quando o recorte de análise é o nível doméstico. Após a identificação deste espaço de disputa (as ruas) e considerando que ele pode influenciar no resultado de outros jogos e/ou na mudança de regras de outras arenas, é preciso realizar o mapeamento dos interesses e dos respectivos atores ali presentes.

Nas ruas podemos visualizar pelo menos três eixos de oposição antichavista: a sociedade civil apartidária reivindicando alguma pauta específica; a oposição moderada que buscava manifestar-se pacificamente para lograr soluções institucionais para suas demandas e, por fim, a ala mais radical, que agia com violência e truculência para atingir seu objetivo, muitas vezes recorrendo a expedientes não democráticos. Embora todos sejam opositores ao governo e, em última análise, desejassem uma mudança política na Venezuela, cada grupo utilizava de meios e caminhos diferentes para alcançar tal objetivo, relevando preferências distintas.

Em oposição a eles, nesta mesma arena, estão os grupos da sociedade civil pró-governo, que incluía o eleitorado tradicional chavista e os militantes dos partidos que compõem sua base de apoio, além dos *colectivos bolivarianos*, que são organizações sociais – algumas das quais, armadas – que atuavam em diversas frentes para garantir a implementação de direitos sociais e políticas públicas.

Assim como os grupos opositores, este também está dividido na sua forma de atuação, sendo que os *colectivos* e militantes dos partidos de apoio ao governo tiveram maior protagonismo no sentido de representar um contraponto às manifestações opositoras. Os *colectivos*ficaram conhecidos por adotar, tal qual a oposição mais radical, estratégias de intimidação e violência, ao contrário dos militantes tradicionais, tendo as ruas como um espaço de manifestação de ideias (ADGHIRNI, 2014). Observam-se, pois, atores com interesses comuns, mas preferências distintas.

Com o mapeamento da arena não institucionalizada – que apresenta um grau de complexidade maior, pois não possui regras e normatizações claras como as arenas tradicionalmente analisadas por Tsebelis (1998) – e a identificação dos diversos grupos de atores, interesses e preferências ali presentes, é preciso olhar para as demais arenas relevantes.

Partimos, pois, para a análise do processo de consolidação da hegemonia do ponto de vista institucional, caracterizado pela aglutinação dos partidos políticos que compunham sua base de apoio sob o guarda-chuva do PSUV (Partido Socialista Unido de Venezuela). O fortalecimento da presença de um novo bloco no poder ocorreu também em outras searas, como no Poder Eleitoral (responsável por organizar as eleições) e no Poder Popular (equivalente ao Ministério Público em outros países), que seriam influenciados pelo Executivo (GUEVARA MARTINEZ; PEDROSO, 2016).

Já o poder Legislativo, que na Venezuela é unicameral, é representado pela Assembleia Nacional. Durante todo o período chavista (1999-2013), esta casa esteve nas mãos de aliados do governo[162], o que facilitou a aprovação de leis e mecanismos favoráveis seus aos objetivos. Sem a maioria, a oposição não conseguia acionar os mecanismos constitucionais de *checks and balances*, uma vez que havia uma convergência de interesses entre os parlamentares e o presidente da República. Dentre eles estão a possibilidade de destituição de autoridades dos outros poderes, além de ministros indicados pelo Executivo, modificar substancialmente a Constituição e convocar um referendo revogatório de mandato do presidente da República (REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999).

A despeito disso, a Assembleia Nacional é uma das arenas institucionalizadas em que se pode visualizar com mais clareza os interesses e preferências dos atores, uma vez que eles precisam estar evidenciados pelos partidos e candidatos durante a campanha eleitoral. Isso não significa que os atores políticos não possam ter também interesses e/ou preferências desconhecidos ou ocultos. Todavia, recordando o imperativo da reeleição, existe a expectativa que um deputado eleito agirá racionalmente, priorizando ações que contentarão sua base eleitoral e, por consequência, o permitirão continuar no poder sem que o possível atendimento a demandas próprias prejudique esse interesse maior.

---

162 Além de ter sido incapaz de ganhar eleitoralmente da base aliada do governo nos primeiros anos do chavismo, a oposição adotou uma estratégia de boicote às eleições legislativas de 2005, quando não apresentaram candidatos visando a deslegitimação do processo. No entanto, o resultado acabou fortalecendo ainda mais o governo, que deteve durante esse mandato parlamentar o controle total do parlamento do país (MARINGONI, 2009). Como já mencionamos, somente em 2010 a oposição logrou uma representatividade maior no parlamento, alcançando 40% das vagas (VALENTE, 2012).

Considerando ainda o poder de veto que esta instituição possui, de acordo com as regras estabelecidas pela Constituição, é preciso que os atores negociem e barganhem entre si. Por isso é importante identificar os diferentes matizes existentes dentro do que Bernardes (2015) chama de bipolarização, característica que marcaria o sistema político venezuelano dividido entre duas coalizões partidárias: a Mesa de Unidade Democrática (MUD) e o Grande Polo Patriótico Simón Bolívar (GPPSB).

Apesar da pluralidade de vozes que compõe os dois blocos, da parte da oposição o interesse geral é se consolidar enquanto alternativa política e eleitoral ao chavismo.Já a coalizão partidária do chavismo, que é liderada pelo PSUV carece, conforme analisa Bernardes (2015), de uma estrutura centralizada e organizada. Paralelamente, os partidos de esquerda mais tradicionais que compõem essa chapa, como o PPT e o PCV também possuem divergências internas e dentro do GPPSB (GIORDANI, 2014). Contudo, os dois polos procuram atenuar suas diferenças ideológicas para seguir criticando/apoiando a Revolução Bolivariana.

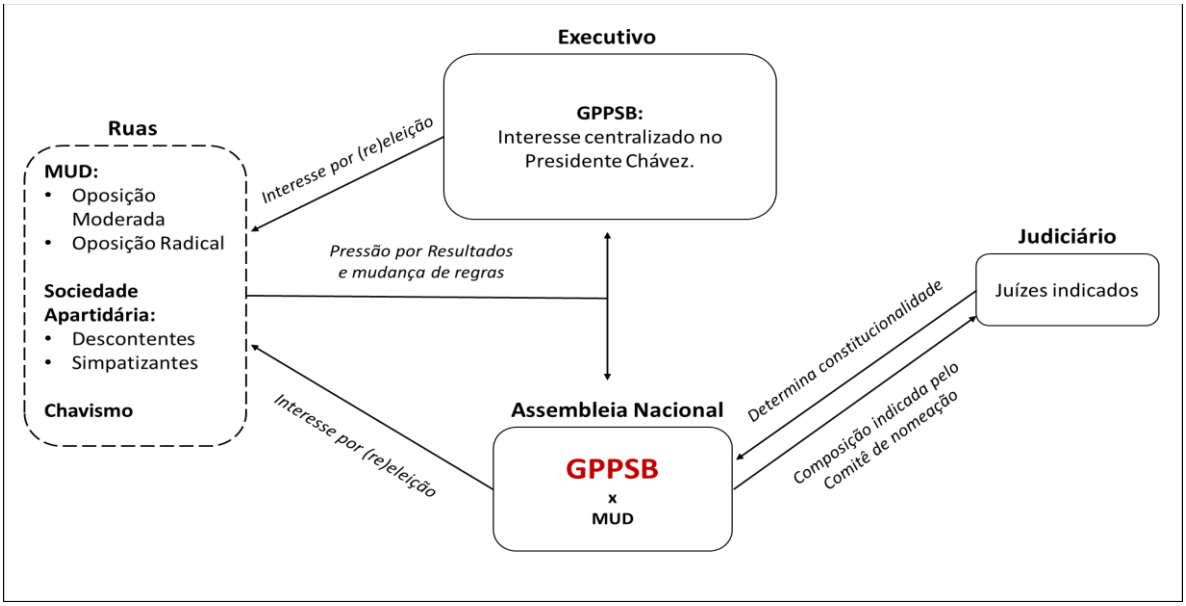
Já o Poder Judiciário da Venezuela, pelas regras constitucionais, deve ser composto por juízes que são indicados por um comitê da Assembleia Nacional. Quando surge alguma vaga de magistratura (por afastamento ou aposentadoria, por exemplo), esse comitê é o responsável por fazer um chamamento público de candidatos que cumpram os requisitos para ocupar o cargo, tais como: a obrigatoriedade de possuir nacionalidade venezuelana e um título de pós-graduação em Direito; ter exercido advocacia e/ou o cargo de professor universitário de ciências jurídicas e ter sido juiz na especialidade a qual pretende postular – ambas as funções – por no mínimo quinze anos. Após as inscrições, os candidatos são sabatinados pelo presidente do comitê que, ao final do processo seletivo, escolhe os novos membros (REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999).

A composição da Justiça venezuelana, portanto, passa pelo crivo direto do poder legislativo, que no período estudado era dominada por grupos aliados ao governo. Com efeito, é difícil afirmar que não houve influência do interesse de manutenção do status quo sobre este terceiro poder, que para a oposição vinha atuando para aprofundar o predomínio chavista nas instituições. Os opositores ao governo afirmavam que a nomeação dos juízes não era imparcial, uma vez que os escolhidos seriam “fieis” ao regime (MEZA, 2015). Para eles, da mesma forma que no poder Execu-

tivo havia uma prevalência de interesses chavistas, o Judiciário era visto como uma arena em que existiria uma homogeneidade de posições.

Com vistas a sintetizar o âmbito doméstico das presidências de Chávez, fizemos uma esquematização, conforme a figura um. Consideramos que a Assembleia Nacional possuía maioria favorável ao governo Executivo, com a maior parte das cadeiras ocupadas pela coalizão governista, o GPPSB. O parlamento, por sua vez, decidia os ocupantes do Poder Judiciário e exercia influência sobre ele. Nas ruas, levamos em conta que a configuração dos interesses e preferências do movimento chavista apresentava menos fissuras internas que as manifestações antichavistas.

Figura 1 – Mapeamento doméstico da Venezuela chavista



Fonte: GUEVARA MARTINEZ; PEDROSO, 2016, p. 110.

A partir desse primeiro esforço de mapeamento, em que se pode visualizar um quadro mais geral do âmbito doméstico, é possível esmiuçar cada uma das arenas, atores e interesses. No caso da política externa para os EUA, o presidente Chávez, levando em conta as demais arenas em que seu interesse de se manter no poder estava presente, procurou dar respostas ao seu eleitorado com ataques cada vez mais severos à potência hemisférica, acusando-a de patrocinar os grupos opositores. Ainda que existam elementos que reforcem a veracidade destas acusações, essa narrativa encontrava eco nos grupos de apoio chavistas.

É nesta linha que também podemos enquadrar a importância de iniciativas como a TELESUR e a ALBA. A primeira reforçava, diariamente por meio de seu portal

de notícias, essa visão de mundo que lastreava o revisionismo periférico antagônico, enquanto que a segunda abriu mais uma arena de ação para os movimentos sociais que apoiavam o chavismo, que se sentiam protagonistas da “diplomacia dos povos”. Ambos os instrumentos foram justificados pela existência de um inimigo externo, que também dispunha de meios de comunicação, ainda que privados, mas que vocalizavam a sua narrativa, e de influência sobre plataformas internacionais como a OEA.

6.3.3 A gênese de um novo grupo de interesse latino nos EUA como resultado da inimizade conveniente

A posição antagônica da Venezuela serviu de justificativa moral para os financiamentos recebidos pelo antichavismo da NED, USAID, IRI e outras associações norte-americanas, que visavam fortalecer as ações opositoras no âmbito interno. Concluímos que o anti-americanismo de Chávez alimentou, ainda que indiretamente, os novos grupos e partidos opositores, como o Súmate e o Primero Justicia, garantindo para eles motivos para seguir recebendo apoio proveniente da potência hemisférica.

Para finalizarmos a análise sobre as complexas redes que se formaram diante do posicionamento bolivariano da Venezuela na seara internacional, vamos nos debruçar sobre um fenômeno inédito no país que surgiu durante o chavismo: a organização da oposição radicada nos Estados Unidos. Verificamos a gênese de um antichavismo que passou a atuar desde o “exílio” – que muitas vezes foi auto-imposto – nos Estados Unidos

O surgimento de grupos de interesse localizados territorialmente no vizinho do Norte ocorreu na medida em que parte da elite decidiu deixar a Venezuela chavista, sem que isso incorresse em sua alijação do processo político. Apesar de as atividades destes grupos terem se tornado mais evidentes durante a presidência de Nicolás Maduro, eleito como sucessor de Chávez, após a sua morte, em 2013, o início do processo teve lugar ainda durante o chavismo. Na nossa interpretação, trata-se de uma consequência direta da sua política exterior revisionista e antagônica.

Antes de descrever o processo de surgimento do grupo de interesse antichavista nos Estados Unidos, porém, é preciso uma breve reflexão sobre a influência e atuação deste tipo de organização social em democracias. A discussão sobre grupos de interesse demanda um esforço de delimitação de conceitos. Para auxiliar

nesta tarefa, usamos como referência o estado da arte organizado por Manoel Santos (2011)[163].

Este autor usa indistintamente “grupos de interesse”, “grupos de pressão” e “interesses organizados”, por não haver consenso literário. Mesmo assim, considera que grupo de interesses, sejam políticos ou econômicos, podem ser definido por “organizações particulares que buscam reunir os valores e preferências que seus membros têm em comum e, articulando-os, tentam influenciar tanto a opinião pública quanto os planos governamentais” (SANTOS, 2011, p. 17).

Ele também diferencia grupos de pressão, movimentos sociais e partidos políticos com base em Thomas (2004), respectivamente, como: defesa de interesses (particulares ou sociais), mas sem almejar ascender ao governo; defesa de grupos menos favorecidos ou pautas específicas com o objetivo de gerar mudanças práticas e de visão de mundo e, finalmente, grupos que se alimentam das bandeiras dos anteriores para chegar ao poder eleitoralmente. Com base em Lijphart (1999), Santos (2011) aponta que “o funcionamento dos grupos de interesse importa para a dispersão ou concentração do poder em certos sistemas políticos” (SANTOS, 2011, p. 19).

Tal premissa suscita a importância de refletir essa temática à luz da democracia. Um dos debates presentes sobre a atuação de grupos de interesse e pressão diz respeito ao seu possível impacto negativo na democracia, no sentido de romper com uma suposta “vontade geral” legitimada nas urnas. No entanto, Santos (2011) apresenta como contraponto o caso de minorias intensamente motivadas, as quais conseguem ser mais influentes que as maiorias apáticas, não representando uma afronta à premissa da maioria democrática, pois é desejável que os grupos diretamente atingidos por alguma decisão se articulem melhor.

Nesse sentido, Miguel Ángel Latouche Reyes (2002) defende que:

> […] as decisões de política externa não se produzem do nada; ao contrário, é o resultado de interações às quais se vê sujeito o sistema de política exterior. As demandas e relações provêm dos âmbitos doméstico e externo se agregam de maneira interativa e tendem a exercer pressão sobre o sistema. Por conseguinte, uma tentativa de análise das características do sistema venezuelano de política externa deve contemplar o estudo das relações e fenômenos que se fazem presentes nestes âmbitos e a forma, neste siste-

163 Em sua tese de doutorado “O parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados”, defendida na Universidade Federal de Pernambuco (Departamento de Ciência Política).

> ma de política exterior, são tomadas as ações que permitem a satisfação das demandas. (REYES, 2002, p. 2, tradução nossa)[164].

O regime democrático venezuelano foi erigido sobre o atendimento das demandas a partir do excedente petroleiro, permitindo, segundo este autor, a satisfação dos anseios de todas as camadas sociais, em especial a partir dos anos 1970, com os choques do petróleo. Entretanto, em um cenário de redução dos recursos, tendo em vista que o Estado é o principal ente controlador das receitas petroleiras, sua capacidade de responder todas as demandas populacionais fica comprometida. Latouche Reyes (2002) vislumbra que em tal situação surgem crises de legitimidade e governabilidade, uma vez que o Estado não tem condições de contemplar todos os setores sociais, como ocorreu no turbulento fim do *puntofijismo*.

Chávez foi eleito, em 1998, como resposta à crise de representatividade que os partidos tradicionais viviam com o ocaso do Punto Fijo. Para fazer valer suas promessas eleitorais de melhoria das condições de vida das classes mais empobrecidas, o novo líder construiu uma estrutura de distribuição de renda paralela à existente, não mexendo, inicialmente, nos privilégios da oligarquia petroleira. Todavia, a relativa continuidade não foi suficiente para impedir que essa oposição mais conservadora se posicionasse contrariamente ao seu governo.

Nas palavras de Miguel Salas (2015):

> Para muitos, a eleição de Chávez significava que a Venezuela tornou-se tudo aquilo que eles tentavam negar: outro país latino-americano liderado por um mestiço e carismático ex-oficial militar que prometera melhorar as condições para os pobres e, pior, ousou convidá-los para participar como plenos cidadãos da nação recém-conceituada.
> Os membros da atual oposição recorrentemente reclamam que eles “perderam o seu país” e esperam recuperar a velha Venezuela. O cerne desta perspective reflete o seu senso de posse sobre um projeto nacional que encarna os seus valores e afirma sua posição na sociedade. (SALAS, 2015, p. 13, tradução nossa)[165].

164No original: “[…] afirmamos que la toma de decisiones de política exterior no se produce en el vacío; en lugar de esto, es el resultado del conjunto de interacciones a las cuales se ve sujeto el sistema de política exterior. Las demandas y relaciones que provienen de los ámbitos doméstico y externo se agregan de manera interactiva y tienden a ejercer presión sobre el sistema. En consecuencia, un intento por analizar las características del sistema venezolano de política exterior debe contemplar el estudio de las relaciones y los fenómenos que se hacen presentes en estos ámbitos y la forma como desde el sistema de política exterior se toman acciones que permitan la satisfacción de las demandas”.

165No original: “For many, the election of Chávez meant that Venezuela became everything they have attempted to negate: another Latin American country led by a mixed-race, charismatic ex-military officer that promised to improve conditions for the poor, and worse, dared to invite them to participate as full-fledged citizens of the newly conceptualized nation.Members of the current opposition often complain that they have “lost their country”, and hope to recover the old Venezuela. This perspec-

Sob essa percepção, de que “haviam perdido o seu país” para mais um líder caudilho e populista, venezuelanos majoritariamente das classes mais abastadas deixaram a pátria de Bolívar para viver nos Estados Unidos, lugar onde entendiam que seu estilo de vida seria preservado. Segundo Claudia Vargas Ribas (2017), acadêmica venezuelana dedicada ao tema migratório, com os eventos desestabilizadores de 2002 e 2003 ocorreu uma pequena onda de migração aos Estados Unidos de profissionais ligados ao setor petroleiro, com destaque para os que haviam sido demitidos da PdVSA.

Diante do processo de radicalização interna e de uma “ideologia excludente”, de acordo com a interpretação de Vargas Ribas (2017), parte significativa dos recursos humanos altamente especializados da indústria do petróleo buscou recolocação profissional nos Estados Unidos. A escolha por este destino está relacionada não só a uma possível identificação ideológica e cultural, mas principalmente ao fato de que grandes empresas deste setor estão ali localizadas.

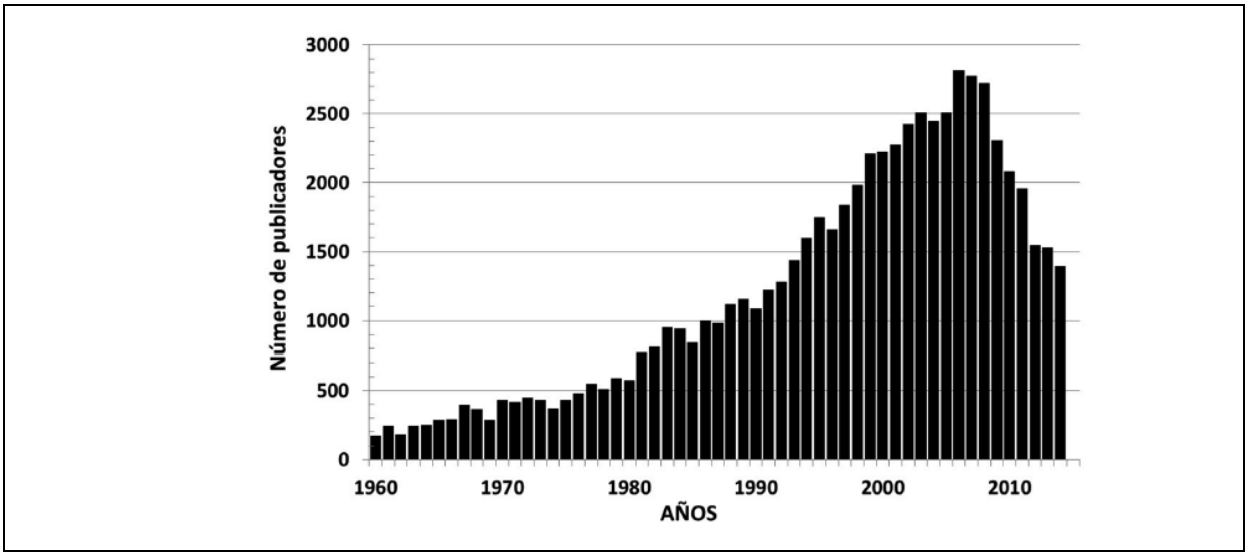
Em um trabalho mais específico sobre a migração de pesquisadores, cientistas e acadêmicos, Requena e Caputo (2016) apresentam dados que coincidem com a avaliação de Vargas Ribas (2017) de que o período de intensificação da polarização, a partir de 2002, serviu de impulso para a imigração destes profissionais altamente capacitados, oriundos de diversas áreas do conhecimento (gráfico quatro). Ainda de acordo com os dados coletados por eles: “sobre o país de destino dos que deixaram seu lugar de trabalho na Venezuela [...], o favorito foi os Estados Unidos, onde 33% deles se radicaram, seguido por países europeus, onde se refugiaram outros 41% deles”[166] (REQUENA; CAPUTO, 2016, p. 449, tradução nossa) (ver gráfico cinco).

---

tive, at this core, reflects their sense of ownership over a national project that embodied their values and affirmed their position in society”.

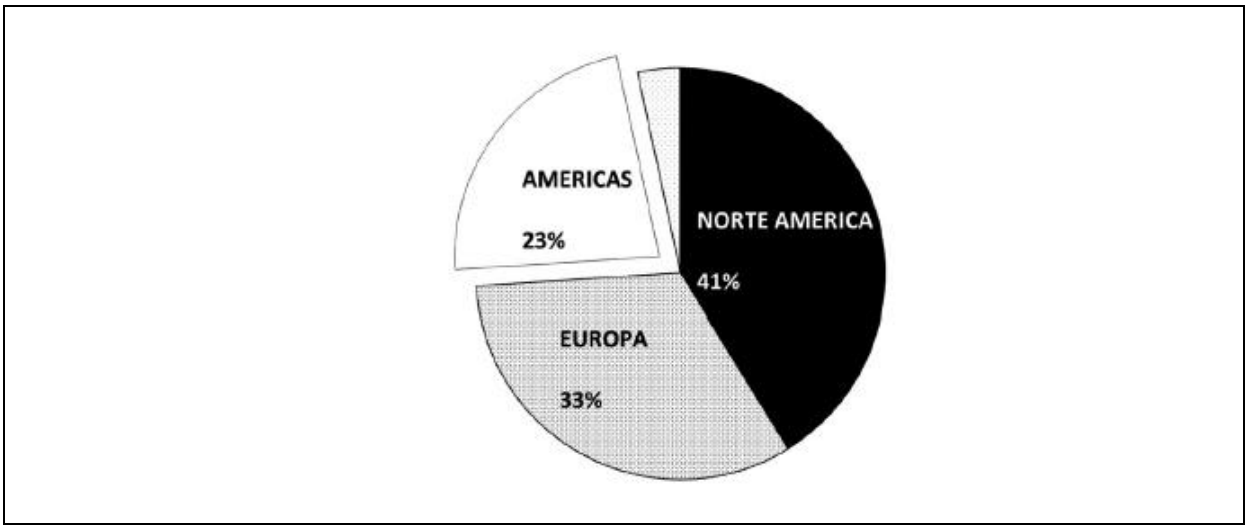
[166]No original: “sobre el país de destino de quienes dejaron su lugar de trabajo en Venezuela [...] el favorito ha sido los Estados Unidos, donde se ha radicado un 33% de ellos, seguido por países europeos, donde de ha refugiado outro 41% de ellos”.

Gráfico 4 – Número de investigadores migrados (1960-2010)



Fonte: REQUENA; CAPUTO, 2016, p. 448.

Gráfico 5 – distribuição dos investigadores por região de destino



Fonte: REQUENA; CAPUTO, 2016, p. 450.

Ainda que o governo venezuelano não divulgue dados oficiais sobre emigração de seu país, desde 1999, em levantamento feito por Sánchez e Massey (2014), revelam que o perfil daqueles que deixaram a Venezuela rumo aos Estados Unidos corresponde à população economicamente ativa, entre 25 e 40 anos de idade, oriunda de classes altas e médias. Em termos de formação acadêmica, este estudo corrobora o de Requena e Caputo (2016), demonstrando que os imigrantes venezuelanos eram graduados, mestres e doutores, representando, pois, a elite intelectual do país. Vargas Ribas (2017) complementa essa análise, apontando que o cha-

vismo passou a acusá-los de privilegiados pouco comprometidos com os problemas do país, motivo pelo qual emigraram para os Estados Unidos.

Todos os autores supracitados coincidem na avaliação de que o perfil migratório venezuelano nos Estados Unidos se diferencia dos demais latinos. Tal condição está expressa em dados demográficos deste país, referentes ao ano de 2013, último ano em que o presidente Chávez esteve no cargo, revelando que os venezuelanos constituíam 0,5% dos latinos. Também houve um crescimento importante entre 1990 e 2013 desta população, passando de 49 mil para 248 mil (PEW RESEARCH CENTER, 2015).

Alguns critérios demonstram que os compatriotas de Bolívar residentes na potência hegemônica estão mais próximos do padrão de vida dos norte-americanos que dos demais latino-americanos. Seus níveis educacionais são elevados: enquanto que metade dos venezuelanos acima de 25 anos detinham, no mínimo, o bacharelado, somente 14% dos latinos e 30% dos norte-americanos da mesma faixa etária haviam concluído o Ensino Superior. A média da renda anual per capita de venezuelanos acima de 16 anos era de 28 mil dólares, acima dos 21.900 dos demais latinos e bem próxima dos 30 mil dos estadunidenses. Já as taxas de pobreza entre essa população atingiam os 18%, sendo 16% entre a população total dos Estados Unidos e 25% entre os outros imigrantes provindos da América Latina (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 2013).

Os dados da pesquisa do Pew Reserch Center (2015) indicam que aproximadamente 25% dos venezuelanos que vivem nos Estados Unidos estão neste país há pelo menos duas décadas e 40% já se tornaram cidadãos. Quanto à concentração territorial, 60% deles estão no sul, sendo o estado da Flórida o destino final de 42% dos venezuelanos. Por ser um local onde se organizam outros grupos de interesse latinos, como o cubano[167], escolhemos este estado para mapear as principais organizações venezuelanas surgidas durante o chavismo (ver quadro cinco).

---

167 Sobre esse tema, recomendamos o trabalho de Prisicila Morrone (2008).

Quadro 5 – Organizações venezuelanas nos Estados Unidos

Organização	Fundação	Líder	Sede	Atuação	Objetivo
Venezuela Awareness Foundation	2004	Patricia Andrade	Miami	EUA, OEA	Auxiliar na adaptação dos imigrantes recém-chegados aos EUA; defender as vítimas de violações de Direitos Humanos; proporcionar ajuda humanitária aos mais carentes
Organização de Venezuelanos no Exílio - ORVEX	2005	Elio Cruz Aponte Pons	Miami	EUA, Inglaterra, Itália, Espanha, México, Colômbia, Austrália	Ajudar na regularização dos imigrantes venezuelanos sem documentos; criar uma rede de solidariedade no seio da comunidade venezuelana; desenvolver uma plataforma comunicacional para veicular a luta contra a ditadura venezuelana; melhorar a qualidade de vida do venezuelano no exílio; promover a autodeterminação dos povos usurpadas por déspotas populistas
Associação de Mães e Mulheres Venezuelanas no Exterior - AMAVEX	2007	Helene Villalonga	Miami	EUA	Reunificar famílias separadas pela deportação; ajudar aos imigrantes recém-chegados; oferecer assessoria jurídica
Venezuelanos Perseguidos Políticos no Exílio - VEPPEX	2008	Jose Colina	Miami	EUA, Espanha, Canadá, Panamá, Peru, Colômbia, França	Articular os venezuelanos no exterior para elaborar estratégias de resgate da democracia na Venezuela; prover ajuda direta aos perseguidos políticos para garantir seus direitos; ser porta-voz de denúncias contra o governo venezuelano em diversos fóruns internacionais
Movimento Organizado de Venezuelanos no Exterior - MOVE	2013	Norma Camero Reno	Miami / Tampa / Nova York	EUA	Prover assistência humanitária para a Venezuela; enviar alimentos e medicamentos dos EUA para organizações de assistência social na Venezuela

Fonte: VENEZUELA AWARENESS FOUNDATION (2017); ORVEX (2016); AMAVEX (2017); VEPPEX, (2010); MOVE, (2017). Elaboração própria.

Das organizações listadas no quadro cinco, as que possuem vertentes políticas mais claras são ORVEX e VEPPEX. A primeira, porém, não se assume enquanto organização política, e sim como cívica, social e humanitária. Entretanto, afirma que seus membros se encontram em exílio – interno ou externo – por discordaram da imposição marxista que o governo venezuelano faz do Socialismo do Século XXI sobre o modo de viver de parte da população que não coaduna com essa ideologia. Segundo seu site oficial (ORVEX, 2016):

> Somos uma organização INDEPENDENTE, ou seja, não somos o braço executor de nenhuma organização política (partido político), ou nenhuma organização social, cívica, religiosa ou de outra índole, portanto nossa agenda é LIVRE E INDEPENDENTE, baseada em PRINCÍPIOS E VALORES UNIVERSAIS e nos objetivos antes descritos.
> Por outro lado, é importante ressaltar que a partir de 27 de julho de 2009, ORVEX aderiu a UNOAMERICA – União de Organizações Democráticas da América, com sede em Bogotá, Colômbia, uma entidade conformada por mais de 200 ONG's – organizações não-governamentais, localizadas desde a América do Norte até a Patagônia, a fim de defender a DEMOCRACIA e a LIBERDADE de todos os povos da América que estejam sendo ameaçados ou que são vítimas do fantasma do Castro-Comunismo, agora disfarçado como "SOCIALISMO DO SÉCULO XXI", e que com o chamado FORO DE

> SÃO PAULO, impulsionam o modelo comunista em todos os países da América e no mundo. (ORVEX, 2016, s/p, tradução nossa)[168].

O antagonismo ideológico com o "Socialismo do Século XXI" também está presente no VEPPEX, cujo fundador e presidente é o ex-tenente da Guarda Nacional, Jose Antonio Colina. Este personagem surgiu na cena política nacional quando foi condenado pela participação nos atentados às representações diplomáticas que aconteceram em 2003, em Caracas. Ele nunca cumpriu a pena e fugiu para a Colômbia, de onde migrou para os Estados Unidos. Após ter ficado preso pela denúncia venezuelana de que se tratava de um terrorista, Colina conseguiu regularizar a sua situação e decidiu fundar o VEPPEX.

O objetivo inicial era reunir os exilados políticos e organizá-los, a fim de fazer valer seus direitos enquanto indivíduos que deveriam ser protegidos. A atuação também era mais localizada no Sul da Flórida e, somente com o passar dos anos, exilados de outros países, que não os EUA, passaram a aderir à causa e se tornaram representantes do VEPPEX nos lugares onde estavam. Colina (2017) admite[169] que por conta de ter se transformado em um porta-voz desses exilados e ganhado um caráter cada vez mais militante, o VEPPEX deixou em segundo plano a assistência direta aos imigrantes, que ficou a cargo de outras organizações.

> Ou seja, VEPPEX se converteu em uma grande organização que foi atacando muitos pontos ao mesmo tempo, que deixou de ser uma organização de ajuda, para se tornar uma organização de luta, de luta ativa. De fato, realizamos mais de 30 protestos aqui em Miami contra funcionários, contra o Presidente [Chávez], dos consulados de países amigos do regime da Venezuela. (COLINA, 2017, p. 4, tradução nossa, grifos nossos)[170].

---

[168]No original: "Somos una Organización INDEPENDIENTE, es decir, no somos el brazo ejecutor de ninguna organización política (partido político), o ninguna organización social, cívica, religiosa o de outra índole, por lo que nuestra agenda es LIBRE E INDEPENDIENTE basada en PRINCIPIOS Y VALORES UNIVERSALES y en los objetivos antes descritos.

Por otro lado, es importante resaltar que a partir del 27 de julio de 2009, ORVEX se adhirió a UNOAMERICA - Unión de Organizaciones Democráticas de América, con sede en Bogotá, Colombia, una entidad conformada por más de 200 ONG's - Organizaciones No Gubernamentales que van desde Norteamérica hasta La Patagonia a fin de defender la DEMOCRACIA y la LIBERTAD de todos los pueblos de América que estan siendo amenazados o que son víctimas del fantasma del Castro-Comunismo, ahora disfrazado como "SOCIALISMO DEL SIGLO XXI", y que con el llamado FORO DE SAO PAULO impulsan el modelo comunista en todos los países de América y el mundo".

[169] A transcrição da entrevista está no Apêndice B.

[170]No original: "O sea que Veppex se convirtió en una gran organización que fue atacando muchos puntos al mismo tiempo que dejó de ser una organización de ayuda, para convertirse en una organización de lucha, de lucha activa, de hecho hemos realizado más de 30 protestas aquí en Miami contra funcionarios, contra el Presidente, de los consulados países amigos del régimen de Venezuela".

O VEPPEX recebeu alguns reconhecimentos significativos, tais como: um certificado da ONG Inter-American Institute for Philosophy, Government and Social Though (2010) pela atuação em Direitos Humanos; cartas de congratulações pelo trabalho em nome de do senador da Florida George Lemieux (2010) e da congressista cubana-americana Ileana Ros-Lehtinen (2012), ambos republicanos; além de ter sua demanda de criação do dia do exilado venezuelano aceita nas cidades de Hialeah e Doral desde 2010, que compõem o condado de Miami Dade, local onde se concentram muitos venezuelanos (VEPPEX, 2010).

Ele explicou que essas ações visam dar visibilidade para a luta política dos venezuelanos, no sentido de criar uma massa crítica dentro dos EUA quanto aos supostos desmandos do regime chavista em termos de democracia de liberdades individuais. Com o apoio e espaço concedidos pelos meios de comunicação nacionais, teria sido possível reverberar suas pautas políticas não só no território norte-americano, mas em outros lugares.

> Bom, sem dúvida alguma que nossos grandes aliados têm sido os meios de comunicação, ou seja, nós tivemos um apoio dos meios de comunicação dos países livres, que nos serviu para levar nossa mensagem, serviu para expor nossas ideias e nos permitiu poder chegar a uma maior quantidade de venezuelanos. Creio que os nossos aliados foram os meios, NTN24, os grandes jornais do mundo, Folha de São Paulo, CNN, a imprensa internacional, ou seja, creio que sem eles não teria sido possível que nós conseguíssemos construir a nossa verdade[171] (COLINA, 2017, p. 18, tradução nossa).

É interessante notar o uso da comunicação como ferramenta de combate ao chavismo, reforçando a ideia de que houve uma verdadeira "guerra midiática", tanto na arena interna, quanto na externa. Essa disputa de narrativas foi a justificativa para que o governo bolivariano investisse em canais de comunicação estatais que veiculassem a sua versão dos fatos, enquanto que a oposição utilizou esse mesmo recurso, aproveitando, porém, o espaço dado pela mídia privada.

Em termos de ação mais contundente contra o chavismo e com vistas à pressionar o governo estadunidense, ao mesmo tempo em que visava influenciar a opi-

---

171No original: "Bueno, sin duda alguna que nuestros grandes aliados han sido los medios de comunicación, o sea, nosotros hemos tenido un apoyo de los medios de comunicación de los países libres, que nos ha servido para llevar nuestro mensaje, ha servido para exponer nuestras ideas y nos ha permitido poder llegar a la mayor cantidad de venezolanos, creo que nuestros aliados han sido los medios, NTN24, los grandes periódicos del mundo, Folha de Sao Paulo, CNN, la prensa internacional, o sea, creo que sin ellos hubiera sido imposible que nosotros hubiéramos podido construir nuestra verdade".

nião pública dos EUA e do mundo, Colina (2017) discorreu sobre as denúncias de ligação de Chávez e sua cúpula com o terrorismo internacional e o narcotráfico. Ele ressalta o protagonismo do VEPPEX, que teria sido a primeira organização a levar a público tais asseverações.

> [...] fomos os primeiros que dissemos que a Venezuela era um narco-Estado, fomos os primeiros que dissemos que na Venezuela o terrorismo internacional operava, fomos os primeiros que colocamos sanções porque os funcionários [públicos] da Venezuela estão vinculados ao narcotráfico [...].(COLINA, 2017, p. 4, tradução nossa)[172].

Ainda que não possamos verificar até que ponto as ações do VEPPEX influenciaram na visão norte-americana sobre a Venezuela, há uma coincidência entre essas denúncias, muito mais quanto ao narcotráfico do que em relação ao terrorismo, e as preocupações dos EUA acerca deste país, perpassando os governos de Clinton, Bush e Obama.

Outra organização relevante que foi pioneira do ponto de vista temporal é a Venezuela Awareness Foundation. A despeito de ter o caráter humanitário mais ressaltado, esta é uma das fundações que apresenta petições e defesas de supostas vítimas de violação de Direitos Humanos na Venezuela no âmbito da OEA. A advogada Patricia Andrade, além da assistência jurídica em termos migratórios, é responsável por elaborar e enviar relatórios sobre a situação venezuelana ao Departamento de Estado e aos congressistas, de acordo com informações prestadas por ela mesma em entrevista[173] (ANDRADE, 2017).

Muito embora ela tenha emigrado para os EUA antes da ascensão do chavismo e, portanto, não vivenciou pessoalmente os desdobramentos desse processo político, suas fontes são as próprias vítimas, o que pode acender dúvidas quanto à veracidade das informações por ela reportadas. De todo modo, a atuação da Venezuela Awareness Foundation tem sido importante na produção de documentos contra o chavismo, chegando a ser reconhecida pelo Congresso norte-americano pela sua defesa dos Direitos Humanos.

Assim, entendemos que os dados apresentados por essa fundação têm chegado ao Legislativo dos EUA, que é um dos órgãos responsáveis pela imposição de

---

172No original: “fuimos los primeros que dijimos que Venezuela era un Narco-Estado, fuimos los primeros que dijimos que en Venezuela operaba el terrorismo internacional, hemos sido los primeros que han puesto sanciones porque los funcionarios en Venezuela están vinculados al narcotráfico [...]”.

173 A transcrição da entrevista está no Apêndice C.

sanções, porém não produziram resultados efetivos em termos de um bloqueio comercial total ao país. Todavia, para Andrade (2017), a ação dos congressistas na luta contra o chavismo foi mais enfática do que o Executivo.

Outra organização que vamos destacar é o Movimiento Organizado de Venezolanos en el Exterior, que tem como característica principal obras de caridade destinadas a enviar suprimentos à Venezuela. Fundada no último ano do chavismo, em 2013, seu objetivo era auxiliar o país no início do que viria a ser a mais grave crise social e econômica de sua história. Para o nosso propósito, porém, essa organização é relevante por causa da atuação de sua fundadora, Norma Camero Reno. Ela é uma importante liderança da autodenominada "resistência antichavista" nos Estados Unidos.

Ela foi eleita a latina do ano, em 2015, e realiza palestras por todo o território norte-americano em que propaga a ideia de que o Socialismo do Século XXI é um grande mal a ser combatido. Em sua fala[174], expressa a opinião de que o maior inimigo dos EUA são Cuba e que foi por influência dos irmãos Castro que Chávez transformou também a Venezuela em um inimigo político de Washington. Com uma visão atrelada à lógica bipolar da Guerra Fria, ela sentencia que o comunismo é o maior mal da humanidade e deve ser combatido:

> [...] todos os atos maus que aconteceram no mundo é por culpa dos comunistas. Não é culpa dos coreanos. É culpa do comunismo. E [os EUA] tem a o maior comunista ali, no pátio: Cuba. E Cuba tem sido tão inteligente que se apoderou da América Latina!. (CAMERO RENO, 2017, p. 17, tradução nossa)[175].

Em outro trecho, ela diz:

> [...] o problema que estamos vivendo na Venezuela não é Chávez e não é Maduro, o problema que está vivendo Venezuela é Cuba. É a influência castrista. Nós estamos sendo dominados, Venezuela está sendo dominada nesse momento pelos Castro ou por Cuba [...] a mente diabólica que manejou tudo isso [a Revolução Bolivariana] foi Fidel Castro, assim como fez em todos os países da região [...]
> A maior influência na América Latina é a esquerda e é a esquerda forte, que é a esquerda populista dos Castro. Então esse é o problema maior que temos na Venezuela [...]
> E se vemos o pecado dos comunistas, que é como eles se mantém, eles tem que matar o povo de fome, de necessidade, de falta de remédios, ou seja, chega um momento que a miséria é tal que dependam [pessoas] totalmente de um governo centralizado. E eles ficam no poder, porque a única

---

174 A transcrição da entrevista está no Apêndice D.

175No original: "[...] todo actos males que han sucedido en el mundo es por culpa de los comunistas. No es culpa de los coreanos. Es culpa del comunismo. Y tienen el mayor comunista allí, en el patio: Cuba. Y Cuba ha sido tan inteligente que se ha apoderado de Latinoamérica!".

> coisa com que o povo vai estar preocupado é como conseguir comida ou remédio para sua família. (CAMERO RENO, 2017, p. 6, tradução nossa)[176].

Para além de ter opiniões ilustrativas sobre como a burguesia venezuelana pensa e percebe o processo bolivariano, Norma Camero (2017) revelou ter colaborado voluntariamente com a CIA e o Departamento de Estado na investigação das urnas eletrônicas da Smartmatic, utilizadas nas eleições venezuelanas. Novamente, aponta os irmãos Castro como sendo os responsáveis por convencer Chávez a manipular todas as eleições com essa tecnologia, sem dizer ter certeza, contudo, se os softwares teriam sido importados da Rússia, local de onde ela acredita que vieram.

Mesmo que não tenham sido decisivas para tal, as posições deste grupo de interesse, representado por líderes de organizações civis, refletem muitas das ideias presentes na política exterior norte-americana para a Venezuela durante o chavismo. Além da questão do narcotráfico, apontada por Colina (2017), as violações aos Direitos Humanos tornaram-se uma pauta importante deste país, sobretudo na OEA, para manter uma posição crítica ao chavismo. Assim, a atuação de fundações como a Venezuela Awareness reforçaram a percepção do regime chavista como antidemocrático. Finalmente, o que Duarte Villa (2004) chamou de “velhos fantasmas da Guerra Fria” são elementos presentes na fala e na atuação política de Norma Camero.

Ainda que tenham objetivos e missões distintas, notamos que tanto pelos documentos oficiais, mas principalmente pelos discursos dos líderes que entrevistamos[177], a existência de alguns pontos em comum entre essas organizações, que nos permite falar em um grupo de interesse. Assim como Miguel Salas (2015) havia ressaltado o sentimento de “perda do país” com a ascensão do chavismo, encontramos,

---

[176]No original: “[...] el problema que estamos viviendo en Venezuela no es Chávez y no es Maduro, el problema que está viviendo Venezuela es Cuba. Es la influencia castrista. Nosotros estamos siendo dominados, Venezuela está siendo dominada en esos momentos por los Castro o por Cuba. [...]la mente diabólica que manejó todo eso fue Fidel Castro, así como ha hecho en todos los países de la región. [...]
la mayor influencia en Latinoamérica es la izquierda y es la izquierda fuerte, que es la izquierda populista de los Castro. Entonces ese el problema más grande que tenemos en Venezuela [...]
Y si vemos el pecado de los comunistas, que es por lo que ellos se llevan, ellos tienen que hacer que el pueblo, matar el pueblo de hambre, de necesidad, de falta de medicinas, es decir, llega a un momento una miseria tal que dependan totalmente del gobierno centralizado, verdad? Y ellos quedarse en el poder, porque el pueblo lo único que va estar preocupado es cómo conseguir comida o medicina para su famili*a*”.

[177] Durante estágio de pesquisa realizado entre junho e julho de 2017, na University of South Florida, sob a supervisão do prof. Dr. Harry Vanden.

nas falas de Jose Colina (VEPPEX), Norma Camero Reno (MOVE) e Patricia Andrade (Venezuela Awareness Foundation) a percepção que, mesmo com problemas considerados “normais”, a Venezuela *puntofijista* era virtuosa, em contraposição ao que se tornou depois.

Diante do questionamento sobre qual a avaliação da Venezuela antes da ascensão de Chávez, as respostas foram:

> Que era uma democracia, com falhas, mas era uma democracia, era um país que, embora tivesse problemas, era um país onde tínhamos tudo. Ou seja, [uma pessoa] poderia estudar na [...], por exemplo, na Universidade. Não importava o que você pensava, você tinha direito a entrar na Universidade que quisesse, sem pagar nada. Poderia ir ao mercado e comprar o que quisesse [...], poderia ir a uma farmácia. Havia hospitais que mesmo com certas falhas, davam acesso a médicos, cirurgias e hoje em dia isso... com Chávez tudo foi destruído [178] (ANDRADE, 2017, p. 1, tradução nossa).
> [...] Venezuela antes de Chávez era um país que tinha certo nível de prosperidade, onde mesmo existindo muita corrupção, o venezuelano podia encontrar o necessário para viver, as pessoas de classe pobre, como eu, que venho de uma das zonas mais pobres do país, tinham capacidade e as probabilidades de estudar e superar-se, pesem as circunstâncias de corrupção que o país vivia, mas era um país mais ou menos normal, onde existia a tolerância, onde existia o respeito [...]Era um país que vinha de um bipartidarismo que muitos criticaram, mas sem dúvida alguma, quando comparamos com o que ocorreu nos últimos 17 anos, [o Punto Fijo] deixou muitas coisas positivas para o país, permitiu que o país pudesse seguir avançando, e esses últimos 17 e 18 anos o que gerou foi um grande estancamento, um retrocesso e o mais danoso de tudo é a falta de tolerância e o enfrentamento entre os próprios venezuelanos por algo que não tem sentido emocional nem ideologia política. (COLINA, 2017, p. 4-5, tradução nossa)[179].

Já Norma Camero Reno (2017), mesmo fazendo críticas mais incisivas quanto a esse período, aponta para o fato de que as décadas do Punto Fijo foram democráticas e este seria o melhor regime político existente, ainda que na Venezuela os

---

[178]No original: “Que era una democracia, con fallas, pero era una democracia, era un país que, aunque tenía problemas, era un país dónde teníamos todo. Es decir, podías estudiar en la [...] universidad. No importaba lo que tú pensaras, tú tenías derecho a entrar a la universidad que tú querías, sin pagar nada. Podías ir al mercado y comprar lo que tú quisieras a los precios [...], podías ir a la farmacia. Tenía unos hospitales que, con ciertas fallas, pero todos tenían acceso a un médico, a una cirugía y hoy día eso… es con Chávez todo se destruyó”.

[179]No original: “[...] Venezuela antes de Chávez era un país que tenía un cierto nivel de prosperidad, donde si bien es cierto que existía mucha corrupción, el venezolano podía encontrar lo necesario para vivir, la gente de clase pobre como yo, que vengo de una de las zonas más pobres del país, tenía la capacidad y las probabilidades de estudiar y superarse, pese a las circunstancias que vivía el país de corrupción, pero un era un país más o menos normal, donde existía la tolerancia, donde existía el respeto [...] Era un país que venía de un bipartidismo que muchos criticaron, pero que sin duda alguna, cuando comparamos con lo que ha ocurrido en los últimos 17 años, aquello le dejó muchas cosas positivas al país, permitió que el país pudiera seguir avanzando, y estos últimos 17 y 18 años lo que ha generado es un gran estancamiento, un retroceso y lo más dañino de todo es la falta de tolerancia y el enfrentamiento entre los propios venezolanos por algo que no tiene sentido emocional ni ideología política”.

governantes tivessem sido ruins. Ela denomina esse momento de os “anos dourados”, em que:

> [...] nós não sabíamos que éramos pobres, porque o pobre comia três vezes, tinha casa, tinha televisão, tinha um carrinho. Esse era o pobre. Uma secretária tinha seu apartamento e tinha seu carro. Então nós não conhecíamos a pobreza [...]. (CAMERO RENO, 2017, p. 6, tradução nossa)[180].

Essas visões do Punto Fijo, mesmo matizadas, destoam dos dados socioeconômicos da época, bem como das análises acadêmicas sobre o ocaso deste sistema, que acarretou uma profunda crise social e construiu o cenário para a adesão popular à plataforma política representada por Chávez.

Quanto ao chavismo em si, uma crítica expressa pelos dirigentes da Venezuela Awareness Foundation e do VEPPEX se refere ao fato de que, segundo eles, o presidente bolivariano teria incitado e fomentado uma divisão entre os venezuelanos que era inexistente. Segundo Patricia Andrade (2017) houve a destruição do tecido social:

> O pior de Chávez foi que destruiu um país, o destruiu tanto no material [...], mas há outra destruição que é pior, que é a do tecido social. Então há uma divisão, “você tem, eu não tenho”, tem muito ódio e, sobretudo, ele dividiu o país e o tecido social “eu vou te matar”, “sua vida não vale nada”, “se não é da Revolução Bolivariana, então é nosso inimigo”. E então essas pessoas começaram a ficar doentes, há outras enfermidades que é a emocional. O país está como que em uma guerra civil. [...] Ou seja, há um dano emocional, dano no tecido social que o chavista abusa, essa é uma conduta doentia [...]. (ANDRADE, 2017, p. 2, tradução nossa)[181].

Jose Colina (2017) concorda e completa:

> O principal ponto negativo do chavismo foi ter maximizado a luta de classes, o ódio entre os venezuelanos. Aqui já não se trata do chavismo ou não chavismo, aqui são os pobres contra os ricos basicamente, o que tem contra o que não tem e esse, creio, foi o maior dano que essa revolução maldita imputou ao país [...]. (COLINA, 2017, p. 5, tradução nossa)[182].

---

[180]No original: “[...] nosotros no sabíamos que éramos pobres, porque el pobre comía tres veces, tenía casa, tenía televisión, tenía un carrito. Ese era el pobre. Una secretaria tenía su apartamento y tenía su carro. Entonces nosotros no conocíamos la pobreza [...]”.

[181]No original: “lo peor de Chávez fue que destruyó un país, lo destruyó tanto en lo material [...] pero hay otro, otra destrucción que es peor, que es el tejido social. Entonces hay una división, “tú tienes, yo no tengo”, hay mucho odio y sobretodo que el país lo dividió y el tejido social, “te voy a matar”, “tu vida no vale nada”, “tú no eres de la Revolución Bolivariana, entonces tú eres el enemigo”. Y entonces esas personas empezaron a enfermarse, hay otras enfermedades que es la emocional. El país está como que en una guerra civil. [...] O sea, hay daño emocional, daño en el tejido social que el chavista abusa, eso es una conducta enferma [...]”.

[182]No original: “El principal punto negativo del chavismo es haber maximizado la lucha de clase, el odio entre los venezolanos. Aquí ya no se trata del chavismo o no chavismo, aquí son los pobres contra los ricos básicamente, el que tiene contra el que no tiene y ése creo que ha sido el mayor daño que le ha hecho esta revolución maldita al país [...]”.

De fato, as falas de Chávez abusavam deste tipo de recurso, acusando a todos os que discordavam dele de serem “entreguistas”, “esquálidos”, “golpistas”, entre outros (MARINGONI, 2009). No entanto, a interpretação que fizemos das entrevistas destes líderes é que eles negam ou minimizam a divisão de classes sociais na Venezuela, como se tal classificação tivesse sido criada arbitrariamente pelo governo.

Todos, diante da pergunta sobre quais poderiam ter sido os pontos positivos do chavismo, argumentaram que foi o resgate do nacionalismo e do patriotismo por parte de um setor social que havia se esquecido da importância desses sentimentos, ou seja, teria sido preciso que um líder populista usurpasse os símbolos que antes eram de todos, como Simón Bolívar, para que as classes médias e altas se dessem conta de que o país lhes estava sendo tirado e que era preciso resgatá-lo.

O trecho destacado a seguir, das palavras de Andrade (2017), ilustram essa visão:

> Os venezuelanos se uniram. Essa é a única [coisa positiva do chavismo]. Por exemplo, recordo minha infância, minha mãe dizia que as datas patrióticas, que são o 5 de julho, dia da independência, e o 7 de dezembro, dia que morreu Simón Bolívar. Minha mãe me dizia, quando eu era criança: “pegue a bandeira e coloque na frente da casa”. Todos tínhamos que colocar a bandeira. E eu fazia porque minha mãe pedia. Hoje em dia a bandeira a carrego aqui [indicando a camiseta que vestia] [...] e em todas as partes. Isso foi o Chávez que me deu. Não a mim, a todos os venezuelanos, ele nos devolveu o espírito de que todos somos venezuelanos. Ou seja, antes éramos orgulhosos de ser venezuelanos, mas agora é uma coisa assim que toma conta e te inunda. Se eu pudesse, me vestiria da bandeira da Venezuela [...] Esse é o [ponto] positivo, porque eu vi que Chávez estava me roubando o país e eu disse: “Ah, você vai me roubar? Agora vou me vestir, olha, aqui tenho a bandeira de Venezuela”. (ANDRADE, 2017, p. 2-3, tradução e grifos nossos)[183].

---

[183]No original: “[...] el único positivo [...] Que tiene el chavismo. Es que los venezolanos se unieron. Eso es lo único. Por ejemplo, recuerdo de mi infancia, mi mamá decía las fechas patrias, que es el 5 de julio, que es el día de la independencia, el día 7 de diciembre, día que murió Simón Bolívar. Mi mamá me decía de niña: “agarre la bandera y la pones en frente de la casa”. Todos teníamos que sacar la bandera. Y yo lo hacía porque mi mamá me lo pedía. Hoy día la bandera yo la cargo aqui [indicando para a camiseta] [...] en todas partes. Eso me lo sacó Chávez. No a mí, a todos los venezolanos los sacó el espíritu de que somos venezolanos. O sea, antes éramos orgullosos de ser venezolanos, pero ahora es una cosa así que te agarras y te inundas. Yo me yo pudiera, yo me vistiera de la bandera de Venezuela [...] ese es lo positivo, porque yo vi que Chávez me estaba robando el país y yo dije: ‘Ah, ¿me lo vas a robar? Ahora me voy a vestir, mira, aquí tengo la bandera de Venezuela’”.

Na percepção de Norma Camero Reno (2017), além do patriotismo, o povo venezuelano passou por um processo pedagógico durante o chavismo, conforme sua explicação:

> Tudo do chavismo foi mal, à exceção dos venezuelanos. O chavismo nos uniu e nos despertou, algo que o venezuelano tinha, o venezuelano estava como que um estado de dormência [...] se Chávez nos ensinou algo é o amor à pátria, que nós nos havíamos esquecido da pátria porque o egocentrismo nos bastou e nós nos esquecemos do amor à pátria e o segundo foi a união, que a união faz a força, como dizia Bolívar. Isso é a única coisa boa que o chavismo nos trouxe, que é o que está funcionando hoje, porque o venezuelano começou a estudar a Constituição, começou a aprender, começou a ver qual era seu direito [...]. (CARMERO RENO, 2017, p. 7, tradução nossa)[184].

Tanto ela quanto a Patricia citaram em suas falas a figura de Bolívar, exaltando-o como um personagem nacional e não exclusivo do movimento liderado por Chávez. Jose Colina instalou, na sede de sua organização do VEPPEX, uma estátua do Libertador e quando ocorrem manifestações contra o governo, é vendada como uma forma de protesto pela utilização de sua memória pelo presidente venezuelano. Sobre o ponto positivismo do chavismo, ele destaca a questão da apatia política, que deixou de existir, processo que considera fundamental:

> [...] creio que o único positivo que isso [chavismo] gerou é que serviu, de maneira muito traumática, para o cidadão comum entenda que a política é demasiado importante para ser deixada nas mãos de poucos e que todos temos que estar envolvidos de forma tal a sermos garantes do futuro e do destino do país.(COLINA, 2017, p. 6 tradução nossa)[185].

Igualmente, eles consideram que as suas respectivas organizações fizeram de tudo o que estava ao seu alcance para derrocar o presidente Chávez, ao mesmo tempo em que sentiram que não foram devidamente respaldados pelo governo norte-americano. Quanto à atuação do Venezuela Awareness Foundation, Andrade (2017) disse que a sua instituição fez “de tudo” (ANDRADE, 2017, p. 5), mesma afirmação feita por Colina (2017) e transcrita a seguir:

184No original: “Todo lo del chavismo fue malo, a excepción de los venezolanos. El chavismo nos unió y nos despertó, algo que el venezolano tenía, el venezolano estaba como en un estado dormido [...] si algo nos enseñó Hugo Chávez es que el amor a la patria, que nosotros se nos habíamos olvidado de la patria porque era el egocentrismo nos llenó, y nos había olvidado del amor a la patria, y segundo de la unión, que la unión está la fuerza, como decía Bolívar. Eso es lo único bueno que trajo el chavismo, que es lo que está funcionando hoy, porque el venezolano empezó a estudiar la Constitución, empezó a aprender, empezó a ver cuál era su derecho [...]”.

185No original: “[...] creo que lo único positivo que ha generado esto, es que ha servido de manera muy traumática para que el ciudadano común, entienda que la política es demasiado importante para dejarla en manos de pocos y que todos tenemos que estar involucrados de forma tal de ser garante del futuro y el destino del país”.

> Bom, temos feito de tudo, imagina que freamos o *lobby* internacional que Hugo Chávez vinha fazendo. Hugo Chávez fazia um esforço para dizer que havia democracia na Venezuela, nós dizemos e temos nos movido internacionalmente para que se deem conta de que não existe uma democracia, mas sim uma tirania, uma ditadura que viola os Direitos Humanos [...] Diante do bloqueio informativo que existe na Venezuela, onde não há nenhum tipo de informação que comunique aos venezuelanos e ao mundo inteiro o que está ocorrendo, nos convertemos em uma caixa de ressonância que expõe realmente quais são as atrocidades que estão sendo cometidas contra o povo venezuelano, que é um trabalho que temos feitos os que estamos fora, temos buscado o apoio internacional, que a OEA tenha essa postura, que os congressistas tenham essa postura, que os governos tenham essa postura... é graças ao trabalho que temos feito os venezuelanos que estamos vivendo no exílio. (COLINA, 2017, p. 16-17, tradução nossa[186]).

Como adiantamos, nenhum dos três entrevistados entende que o governo dos EUA, seja durante a gestão de Bush como na de Obama, tenha se engajado, de fato, na luta contra o chavismo. Andrade (2017), Camero Reno (2017) e Colina (2017) disseram, cada qual de um modo, que o presidente republicano não fez nada, demonstrando que não reconhecem ou ignoram as primeiras sanções comerciais realizadas por ele. Para eles, o democrata tampouco tomou ações enérgicas, à exceção da declaração de que este país representava uma ameaça à segurança nacional dos EUA, feita, porém, já ao final do seu segundo mandato e quando a Venezuela estava sob a primeira presidência de Nicolás Maduro.

Malgrada a descrença da atuação do Executivo estadunidense no sentido de enfrentar o chavismo, procuraram apoio em congressistas afins à causa venezuelana. Colina (2017, p. 13-14, tradução nossa) declarou que:

> [...] à parte de declarações públicas, em que disseram que a Venezuela é um país onde se violam os Direitos Humanos, que é um país onde reina a permanência de poderes, [...] até aí chegou o que é a ação como governo [dos EUA]. Entretanto, temos visto ações independentes, por exemplo, de congressistas [...]. (COLINA, 2017, p. 13-14, tradução nossa)[187].

---

[186]No original: “Bueno, hemos hecho de todo, imagínate, hemos frenado el lobby internacional que venía haciendo Hugo Chávez. Hugo Chávez hacía un esfuerzo para decir que en Venezuela había democracia, nosotros hemos dicho y nos hemos movido internacionalmente para que se den cuenta de que no existe una democracia, sino una tiranía, una dictadura que viola los derechos humanos [...] ante el bloqueo informativo que hay en Venezuela, donde no hay ningún tipo de información que le comunique a los venezolanos y al mundo entero lo que está ocurriendo, nos hemos convertido en una caja de resonancia donde se expone realmente cuáles son las atrocidades que se están cometiendo en contra del pueblo, las violaciones que se están haciendo al pueblo venezolano, que es un trabajo que hemos hecho los que estamos fuera, hemos buscado el apoyo internacional, que la OEA tenga esta postura, que los congresistas tengan esta postura, que los gobiernos tengan postura… es gracias al trabajo que hemos hecho desde venezolanos que están viviendo en el exilio”.

[187]No original: “[...] a parte de declaraciones públicas donde han dicho que Venezuela es un país donde se violan los derechos humanos, que es un país donde reina la permanencia de poderes, pero creo que hasta ahí ha llegado lo que es la acción como gobierno. Ahora bien, hemos visto acciones independientes, por ejemplo de congressistas [...]”.

Nesse sentido, Andrade (2017) ressalta o trabalho feito junto aos dois senadores de Flórida, Bill Nelson (democrata) e Marco Rubio[188] (republicano). Vale notar a importância da comunidade latina neste estado americano, cujo voto pode ser decisivo, o que explica a adesão de políticos de partidos rivais. Rubio, mais especificamente, tem origem cubana e atua próximo aos grupos de interesse cubanos, que são apontados pela literatura como sendo muito relevantes para a compreensão das relações dos EUA com a ilha (MORRONE, 2008; GUEVARA MARTINEZ, 2015).

Colina (2017) também mencionou nomes de congressistas republicanos e democratas afins à causa cubana, como Mario Díaz-Ballart e Bob Menendez, e que enxergam a Venezuela como uma "nova Cuba", relevando que os cubano-americanos são os principais aliados dos venezuelanos nos EUA. Ele indica ainda que se inspira na forma de ação desta comunidade, que radicada há décadas nos Estados Unidos, logrou eleger representantes em todas as esferas de representação democrática. O presidente do VEPPEX reforça a ideia de que esses políticos tomaram para si causa venezuelana, por conta das semelhanças com o processo revolucionário cubano.

Contudo, como já mencionado, Norma Camero Reno (2017) foi a entrevistada que mais expressou preocupação com as similitudes entre Cuba e Venezuela, acusando os irmãos Castro de terem comandado, desde Havana, o presidente Chávez e, mais recentemente, seu sucessor, Nicolás Maduro. Por este motivo, sua militância ocorre em conjunto com a Casa Cuba de Tampa, cidade do Sul da Flórida onde ela mora, por entender que "se cai Cuba [o regime castrista], a Venezuela cai [o regime chavista]". Ela recorda que o eixo liderado por Cuba e Venezuela na América Latina está construído a partir do antagonismo destes países com os EUA, com o objetivo, segundo suas palavras, de "destruir a civilização Ocidental" representada pelos Estados Unidos.

Ainda que busquem apoio nos dois partidos estadunidenses, eles também fazem críticas a alguns democratas que, de acordo com sua visão, possuem afinidades ideológicas com o bolivarianismo, assim como alguns setores sociais norte-americanos de esquerda. No entanto, reconhecem que o maior entrave para uma

---

188 Foi pré-candidato à presidência da República em 2016, perdendo a vaga para Donald Trump, que foi eleito presidente pelo partido Republicano em 2017. É senador da Flórida desde 2011.

ação mais efetiva dos EUA contra a Venezuela tem sido o lobby petroleiro e os interesses econômicos que esse comércio desperta no país. Nas palavras de Colina (2017):

> [...] os setores que vem o negócio do petróleo como algo que deve ser mantido, "não importa quem governe, desde que sigam nos mandando petróleo", isso para a Venezuela nos tem feito muito dano e se está priorizando a parte comercial, não estão vendo a parte real que é a sociedade, os venezuelanos, que é um regime que está matando os venezuelanos nesse momento, que está matando o povo e creio que esses setores devem ser deslocados e tem que ser enfrentados. (COLINA, 2017, p. 19, tradução nossa)[189].

Norma Camero Reno (2017) também acredita que os EUA não sancionaram a Venezuela chavista por conta do petróleo, sem com isso, porém, criticar o país onde vive há décadas e é cidadã. Para ela, existe uma racionalidade importante por trás das ações norte-americanas, que é garantir o bem-estar de sua população em primeiro lugar. Corroborando a ideia de que a burguesia venezuelana se identifica ideologicamente com a potência hegemônica, ela fez uma defesa das ações norte-americanas na região, chegando a se incluir, por meio do pronome "nós", demonstrando que se sente parte dos Estados Unidos, conforme trecho a seguir:

> [...] Estados Unidos não toma uma decisão se não tem, si não tiver um benefício [...] eu justifico. Porque si você tem uma família para manter, precisa buscar primeiro as formas de manter a sua família antes de ajudar ao vizinho. Não pode dar de comer ao vizinho e deixar os seus filhos sem comida. Então Estados Unidos sempre buscou a forma de manter a sua gente bem antes de ajudar os demais. Contudo, Estados Unidos é o único país que ajudou e cobrou, mas nunca ficou com nada. Quando eles chegam a um país, ajudam-no, conseguem seus contratos e se vão. Inclusive com Porto Rico, que é um estado associado. Eles fazem suas eleições. "Querem ser livres?" "Não, nós queremos seguir com Estados Unidos!" "Ah, bom". Nós não ficamos com nada. Isso é o que o mundo não vê. Nós ajudamos, claro, para nosso benefício, porque não vou gastar meu dinheiro por nada, claro. Por exemplo, o Panamá. O que seria do Panamá sem o canal? Outro Haiti, morto de fome. Quem construiu o canal? Ah, nós cobramos por vinte anos. Cobramos. E depois, "toma, eis o seu canal". Qual é o único país com o qual se pode fazer negócios? Estados Unidos. Porque vai dizer as coisas de frente. (CAMERO RENO, 2017, p. 22-23, tradução nossa, grifos nossos)[190].

---

189 No original: "[...] los sectores que ven en el negocio del petróleo, como algo que hay que mantener, 'no importa quién gobierne, sino que estén mandando petróleo', eso a Venezuela nos ha hecho mucho daño y se están yendo a la parte comercial, no están viendo la parte real que es la sociedad, los venezolanos, que es un régimen que está matando a los venezolanos en estos momentos, que está matando al pueblo y creo que esos sectores deben ser desplazados y tienen que ser enfrentados".

190 No original: "[...] Estados Unidos no toma una decisión si no tiene, si no va a tener un beneficio [...] yo lo justifico. Porque si tú tienes una familia que mantener, tú tienes que buscar primero las formas de mantener a su familia antes de ayudar al vecino. No le puede dar de comer al vecino y dejar a sus hijos sin comida. Entonces Estados Unidos siempre ha buscado la forma de mantener a su gente bien antes de ayudar a los demás. Pero Estados Unidos es el único país que ha ayudado y ha cobrado, pero nunca se ha quedado con nada. Cuando ellos han llegado a un país, han ayudado,

Nas frases destacadas, ela chega a se incluir, usando o pronome “nós”, demonstrando que se sente parte dos Estados Unidos.

A compreensão do lugar histórico ocupado pelos grupos de interesse venezuelanos nos EUA permite complementar a análise sobre a relação dual entre os países durante o chavismo. Como sugerimos no início deste trabalho, desde a sua gênese, a burguesia venezuelana tenta consolidar um projeto nacional de manutenção do status quo. Quando emergiu a figura contestadora de Chávez – que mesmo não tendo alterado tais privilégios logo no início – e, com ele, um novo projeto de país, a sensação de ameaça foi maior do que os riscos reais de perda de posição (ao menos nos primeiros anos do chavismo). Com a radicalização do processo, porém, mesmo estando contra o governo, essa burguesia conseguiu se beneficiar da política contraditória do chavismo frente aos Estados Unidos, consolidando desde então um grupo de interesse em pleno território norte-americano.

Mesmo sendo um fenômeno recente e incipiente, uma vez que a comunidade venezuelana ainda não é capaz de exercer a mesma influência e lobby que a comunidade cubano-americana consegue, trata-se de mais um elemento que compõe a explicação para a inimizade conveniente entre a Venezuela chavista e os EUA. O período que sucedeu a morte de Chávez foi marcado por um débâcle profundo do país de Bolívar, fazendo com a retórica anti-estadunidense fosse exacerbada a ponto de culpabilizar o “Império” pelos problemas internos. Tal situação fez com que as organizações surgidas durante o chavismo nos EUA se tornassem mais proeminentes. Por este motivo, consideramos que esse fenômeno inédito para a Venezuela deve continuar sendo observado e estudado.

---

consiguen sus contractos y si van. Ellos no se quedan. Se quedan con algún país? Inclusive con Puerto Rico, que es un estado asociado. Ellos hacen sus elecciones. ‘Quieren ser libres?’ ‘No, nosotros queremos seguir con Estados Unidos!’ ‘Ah, bueno’. Nosotros no nos quedamos con nada. Eso es lo que el mundo no ve. Nosotros ayudando, claro, para nuestro beneficio, porque no voy a gastar mi dinero por nada, claro. Entonces, ahí tiene Panamá. Qué sería de Panamá sin el canal? Otro Haití, muerto de hambre. Quién construyó el canal? Ah, nosotros cobramos veinte años. Cobramos. Y después, ‘toma tienes ahí su canal’. Cuál es el único país con el cual tú puedes hacer negocio? Estados Unidos. Porque te va decir las cosas de frente”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> “A história permanece sem fim. Tudo que se desmancha no ar pode ficar sólido novamente”. (MARINGONI, 2009, p. 189).

Neste trabalho, percorremos um longo percurso para responder à pergunta de se a inimizade política entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos foi conveniente para os polos que disputaram o poder e as narrativas no país de Bolívar. Partimos da premissa de que, historicamente, este país sul-americano conviveu com um dilema ou uma encruzilhada: seguir os preceitos autonomistas de seu Libertador, Simón Bolívar, ou aderir à hegemonia para garantir a manutenção do status quo interno das oligarquias.

Com a abordagem histórica verificamos que, apesar do antagonismo entre esses dois modelos de inserção internacional, eles influenciaram simultaneamente diferentes governos, em maior ou menor grau, a depender do momento histórico. A partir do início do século XX, o advento do petróleo tanto como principal pauta exportadora quanto como elemento estruturante das relações socioeconômicas adicionou um elemento a mais neste debate, uma vez que o comércio petroleiro era altamente dependente da demanda advinda da potência hemisférica emergente: os Estados Unidos da América.

Desde então, a inserção internacional da Venezuela esteve pautada por duas dimensões complementares: as diretrizes de política exterior e a diplomacia petroleira. Enquanto que a primeira representava o âmbito político e sofria modificações de acordo com os governos e os seus respectivos blocos, a segunda consistia no elemento material sem o qual o Estado venezuelano não funcionava, motivo pelo qual existe uma tendência constante ao pragmatismo nessa seara. Sinteticamente, a política exterior estava mais próxima de uma política de governo, que cambiava de acordo com as circunstâncias e a diplomacia petroleira aproximava-se de uma política de Estado que perpassou diferentes governos e até regimes políticos.

A alta dependência do petróleo, porém, ainda acarretou outro elemento: a Doença Holandesa. A Venezuela, desde as décadas de 1920 e 1930, permitiu que os demais setores econômicos não ligados ao petróleo atrofiassem, tornando-se refém dos seus hidrocarbonetos e, portanto, da flutuação de seu preço no mercado internacional. Para mitigar os efeitos dessa dependência, o país foi protagonista na

criação do cartel petroleiro da OPEP, nos anos 1960, revelando que, mesmo estando politicamente alinhado aos EUA, quando se tratava dos interesses petroleiros o país não deixava de ter uma postura autônoma.

A compreensão da emergência do chavismo passou pelo exame do ciclo político que o antecedeu: o *puntofijismo* (1958-1998). Nas quatro décadas em que dois partidos políticos, AD e COPEI, se revezaram no poder, assistiram a vários desdobramentos importantes para a Venezuela. Dentre eles, destacamos a consolidação do poder estatal sobre as receitas do petróleo e o alijamento dos partidos/movimentos de esquerda das esferas de decisão política. Foi nesse momento que a crença na excepcionalidade venezuelana ganhou força, corroborada pelos governos da época, que queriam se desvencilhar da imagem de instabilidade e atraso que os demais países latino-americanos possuíam. A renda petroleira, que garantiu na década de 1970 uma fase de abundância de divisas e, por consequência, prosperidade material ao país, reforçou a sensação de que a Venezuela era, de fato, excepcional.

Por outro lado, houve um aprofundamento da dependência petroleira durante a chamada “conciliação oligárquica” do Punto Fijo. A consequência desse fato sobre a atuação internacional do país foi que em momentos de bonança a política exterior podia ser mais ousada, autônoma e protagônica, estando descolada, pois, da diplomacia petroleira. Quando, porém, a situação macroeconômica se deteriorava – como ocorreu nos anos 1980 – a Venezuela perdia a capacidade material para manter uma postura mais próxima ao bolivarianismo, ainda que não fosse apresentada dessa forma, tendo que limitar a sua ação a um alinhamento (não necessariamente automático) ao seu principal parceiro econômico, os Estados Unidos. Portanto, não tinha opções que não aderir à hegemonia.

O esgotamento deste modelo político não ocorreu rapidamente, levando quase duas décadas para que o Punto Fijo fosse encerrado. Esse processo foi dramático, pois foi o resultado da pior crise econômica e social que o país vivera até aquele momento. Já vivendo dificuldades pela queda do preço do petróleo após os choques dos anos 1970 e a crise da dívida, a Venezuela adentrou a década de 1990 sob o signo neoliberal. Assim, a tendência de controle estatal sobre o petróleo foi rompida pelo mesmo presidente que havia nacionalizado esse recurso: Carlos Andrés Pérez.

A segunda presidência de Pérez também foi responsável pela repressão mais intensa a protestos populares da história venezuelana: o Caracazo (1989). Diante de reformas austeras, que soterraram ainda mais os níveis de vida das camadas mais empobrecidas, os venezuelanos saíram às ruas para manifestar-se pacificamente contra os ajustes neoliberais. A resposta extremamente violenta, com o uso das Forças Armadas contra os civis, reverberou negativamente dentro do próprio Exército, de onde emergiria a liderança de Hugo Chávez Frías, em 1992, quando encabeçou uma tentativa de golpe de Estado fracassada.

Mesmo tendo atentado contra a democracia de seu país, Chávez foi bem visto pela população e, mesmo preso, se tornou uma referência nacional. Paralelamente, o governo de Pérez chafurdava em uma lama de corrupção e sofreu um impeachment, em 1993. Seu sucessor, o também outrora mandatário dos tempos áureos da Venezuela, Rafael Caldera, elegeu-se por um partido distinto daqueles que dominaram o Punto Fijo até então, representando uma fissura importante nesse sistema. Entretanto, o ponto final desse ciclo político ocorreria ao final do mandato de Caldera, que após ter incorrido em estelionato eleitoral e mantido as reformas neoliberais, abriu caminho para a vitória do *outsider* Chávez.

É importante notar que havia uma coincidência entre a chamada “oligarquia petroleira” e o bloco no poder durante o Punto Fijo, dada a promiscuidade com que o público e o privado se relacionavam. Portanto, seu declínio político em detrimento de um “intruso” significou também uma barreira importante ao acesso à renda petroleira. Além dessa relevante questão material, Chávez era uma incógnita, uma vez que congregava diferentes influências ideológicas, como o bolivarianismo, o militarismo, o nacionalismo e o socialismo.

Ainda que este presidente tenha se metamorfoseado no decorrer do tempo – ele só assumiu que era socialista quando já estava no poder, por exemplo – desde o início despertou desconfianças da burguesia venezuelana. Suas primeiras ações, no entanto, não foram radicais e procurou manter os direcionamentos macroeconômicos anteriores. A iniciativa que, de fato, representou uma ruptura foi a reforma constitucional, que além de contar com a participação popular durante a redação da nova Carta Magna, ainda foi referendada amplamente pelos venezuelanos nas urnas.

A Constituição de 1999 mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, deixando claro que o Libertador seria uma referência norteadora. Outra

inovação foi a introdução da ideia de democracia participativa, que permearia a participação da população em decisões importantes do país sem com isso, porém, descredenciar as instâncias representativas. Foram incluídos, ainda, mais dois poderes constitucionais, o Eleitoral e o Popular, além de ter sido dada uma ênfase marcante aos direitos sociais e ambientais.

Após novas eleições, realizadas em 2000, já sob as regras instituídas pela Constituição Bolivariana, Chávez começou a tomar atitudes mais afrontosas aos interesses da oligarquia petroleira. É importante recordar que na fase neoliberal a estatal de petróleo, PdVSA, havia ganhado autonomia administrativa ímpar frente ao Estado. Por isso, quando o presidente decidiu reaver o controle sobre os direcionamentos tomados pela PdVSA e, portanto, sobre a renda petroleira, o antigo bloco no poder começou a se articular para tirá-lo do Executivo.

Por este motivo, exploramos e detalhamos os acontecimentos mais marcantes desse período, que foram o golpe, de 2002, e o *paro petrolero,* de 2003. Eles foram indicativos não só da alta polarização política, como a alimentaram com as reações mais enfáticas do governo a posteriori. Ademais, ficou claro para o chavismo que a oposição, mesmo composta por diferentes setores sociais, estava disposta até a empreender movimentos não democráticos para derrocá-lo.

Um dos elementos mais cruciais para que Chávez conseguisse contornar os sucessivos eventos de desestabilização de seu governo foi o denso apoio popular de que gozava. Verificamos que há uma relação entre a popularidade do líder bolivariano com as políticas sociais encampadas por seu governo. A sustentação dos vultosos investimentos feitos, sobretudo, em saúde e educação advinha da renda petroleira, que nos anos do chavismo foram crescentes devido à elevação do preço internacional do petróleo. Com isso, o país apresentou taxas consistentes de crescimento econômico que permitiram a ampliação dos serviços públicos, tanto em quantidade, como em qualidade.

Reconhecemos também que o fenômeno chavista foi multifacetado, abrindo, por consequência, diversas possibilidades de análise. Por ser um tema que permite a visualização de muitas frentes, nem todas puderam ser vistas com profundidade nesse trabalho. Um exemplo é a questão do populismo, que pode auxiliar na compreensão da capilaridade do projeto chavista frente à população. Assim, procuramos apresentar alguns elementos importantes para a compreensão do chavismo, porém

cientes de que outras abordagens são necessárias para que uma análise ainda mais completa.

No que concerne à política exterior, o chavismo apresentou três fases distintas, relacionadas, respectivamente, ao contexto interno e externo em que ocorreram. A primeira, gestada sob a administração Clinton nos EUA, foi mais pragmática, sem que isso significasse omissão verbal frente ao que a Venezuela considerava afrontoso por parte da potência norte-americana. Posteriormente, diante da concomitância da ascensão de Bush à Casa Branca e dos intentos desestabilizadores do anticha-vismo – processos que estavam imbricados graças ao apoio brindado pelo governo estadunidense à oposição venezuelana – teve início uma fase mais ideológica da política exterior chavista, na qual verbalizava, até rispidamente, a inimizade com os EUA.

As tensões foram constantes e crescentes no período de coincidência entre a consolidação da hegemonia chavista e a era Bush (2001-2009). Conhecida como "diplomacia de microfones", as relações de Venezuela e EUA em tal contexto expressava o resgate do bolivarianismo da agenda externa venezuelana, por meio do que a literatura denominou de "revisionismo periférico antagônico". Isso significa que o país revisou todas as suas relações exteriores como reação ao duplo movimento de unilateralismo norte-americano sob a presidência republicana, que efetuou atos de ingerência interna ao auxiliar a oposição em suas empreitadas não democráticas.

Como resultado, a Venezuela se tornou um ator hiperativo, participando de diversos fóruns multilaterais e liderando, em âmbito regional, um bloco de países críticos da hegemonia norte-americana e afins ao bolivarianismo. Além de buscar parcerias novas com países dos continentes africano e asiático, construiu ligações estratégicas com regimes inimigos dos EUA, sobretudo no Oriente Médio. Na América Latina, conseguiu se infiltrar na área de influência histórica da potência hemisférica, o Caribe, e arregimentou apoio de países menores para o seu projeto de construção de um polo alternativo de poder. É válido recordar que o espaço galgado por Chávez na região também está relacionado com o vácuo deixado pelos EUA ao redirecionar sua política exterior para o Oriente Médio, durante a "guerra ao terror" empreendida por Bush.

Assentimos que a interação entre a Venezuela chavista e os Estados Unidos de Bush teve lugar em um marco hemisfério que poderia ter sido mais aprofundado.

Por isso, enumeramos os pontos de discordância mais relevantes entre esses atores nesse contexto das relações interamericanas, que tangenciam a questão do hiperativismo venezuelano na região. O primeiro deles diz respeito à proximidade ideológica e estratégica com Cuba, que ademais de garantir à Ilha um respiro após a turbulenta década de 1990, era mal vista pelos *policy makers* norte-americanos que ainda viam o mundo sob as lentes da Guerra Fria. A ligação entre Chávez e Fidel, por outro lado, também estimulou, ainda que não intencionalmente, a cooperação entre a já consolidada comunidade cubano-americana e a emergente comunidade venezuelana nos EUA. Portanto, esse ponto remete ao temor norte-americano quanto a uma possível "contaminação ideológica" de toda a América Latina.

O segundo ponto está relacionado com o papel da Colômbia enquanto aliado estratégico da potência hemisférica. A relação triangular com a Venezuela ocorreu no âmbito do Plano Colômbia, sob a óptica norte-americana de que a América Latina seria uma fonte de problemas e, no caso do narcotráfico, era preciso combater as atividades de produção e não de consumo. Adicionalmente, as supostas simpatia e colaboração do governo venezuelano com as FARC reforçavam as reservas de Washington, que intensificaram sua presença militar no país vizinho. Por fim, havia o temor dos Estados Unidos de que houvesse um desequilíbrio de forças que favorecesse a Venezuela e suas Forças Armadas na relação com a Colômbia.

Por fim, o terceiro ponto de destaque concerne ao sistema interamericano, erigido pelos EUA no contexto da Guerra Fria e que foi contestado pelo chavismo. Dentre as diretrizes estabelecidas por esse sistema – que correspondiam à agenda norte-americana para o Hemisfério – criticadas pela Venezuela estavam a já mencionada "guerra às drogas", travada sobremaneira em território colombiano, o conceito de democracia representativa e a questão da segurança no marco do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Uma das propostas chavistas para esse último item – que não chegou a se concretizar – era a criação de uma força militar regional que não só prescindisse da presença norte-americana, como constituiria uma alternativa real e mais condizente com as necessidades da América Latina que o TIAR.

Em 2009, com a mudança política nos EUA advinda da eleição de Barack Obama, esperava-se um novo recomeço em termos de relação bilateral, uma vez que o então candidato democrata prometera uma abordagem menos unilateral. En-

tretanto, ainda em seu primeiro de mandato, Obama frustrou a esperança de construir uma posição mais aberta ao diálogo com a América Latina, incorrendo em ações semelhantes às dos governos anteriores. Mesmo assim, a Venezuela chavista diminuiu o componente de antagonismo durante esse período, não só por ansiar por uma postura menos agressiva por parte dos EUA, mas também por questões internas, em que o fortalecimento eleitoral da oposição tornava-se mais desafiador. Ainda assim, o revisionismo periférico foi mantido e a relação com a potência hegemônica continuou gélida.

Em termos gerais, a abordagem histórica nos permitiu olhar em perspectiva para a vulnerabilidade da Venezuela não quanto às oscilações do mercado petroleiro, mas quanto ao contexto internacional. Em momentos de maior tensão em outras regiões do mundo, como quando os EUA estiveram voltados para questões do Oriente Médio durante a era Bush, a Venezuela teve mais condições de levar a cabo um projeto de inserção internacional mais autônomo. Trata-se, pois, de uma característica anterior à chegada do chavismo ao poder e que não foi modificada mesmo com uma política exterior considerada mais radical, denotando a incapacidade de um país semiperiférico de enfrentar as estruturas hegemônicas de poder do sistema internacional.

Para completar o quadro analítico sobre as relações da Venezuela chavista com os EUA, voltamos o olhar para o vértice mais pragmático dessa interação: o comércio petroleiro. Ao nos debruçar sobre os números relativos à relação comercial destes países, verificamos que mesmo no momento de maior esgarçamento diplomático entre eles, o fluxo econômico não só foi mantido, como ainda aumentou de intensidade. Dessa forma, a expressão “inimigos sim, negócios à parte” sintetiza o descolamento entre o pragmatismo da diplomacia petroleira e a política exterior ideológica chavista.

A manutenção da relação comercial com os EUA, com base principalmente no petróleo, revela o alto grau de dependência deste mercado e, portanto, da renda subjacente para financiar um projeto político de, paradoxalmente, maior autonomia. Com a diferença da utilização dos recursos petroleiros que foram transferidos para as políticas sociais, notamos uma linha de continuidade do chavismo em comparação com o *puntofijismo*. Outro elemento significativo tem a ver com a dependência,

ainda que em menor grau, que os EUA também têm desse comércio, bem como a influência do lobby petroleiro nas decisões políticas e econômicas deste país.

Em suma, apesar de uma aparente contradição entre os dois lados da moeda que compõem a ação externa do país – a política exterior e a política comercial (incluindo a diplomacia petroleira) – havia uma simbiose entre elas. Para que a retórica chavista mais radical tivesse efeitos práticos, no sentido de realização das políticas públicas que trouxeram melhoria dos indicadores socioeconômicos, era preciso contar com o financiamento advindo da política comercial mais conservadora, de priorizar o comércio com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que era financiado pela diplomacia do petróleo, o revisionismo periférico antagônico era também atenuado por essa postura mais cautelosa no âmbito comercial, fazendo com que os dois países soubessem que a ruptura anunciada pelos "microfones" não ocorreria de fato.

Historicamente, antes do Punto Fijo a Venezuela busca por autonomia nas relações internacionais estava relacionada com o pensamento bolivariano, enquanto que na democracia liberal o petróleo passou a ocupar o lugar de elemento-chave para definir o posicionamento do país, gerando um descolamento entre política exterior e diplomacia petroleira. Com o chavismo houve uma síntese destes dois movimentos: o resgate dos ideais bolivarianos de autonomia, por um lado, e a manutenção do uso do petróleo como recurso de poder político, por outro.

Entendemos que adoção do revisionismo periférico antagônico, ainda que contraditória ao pragmatismo comercial, serviu para legitimar ações internas e externas do governo chavista, com vistas a responder as demandas de sua base de apoio. No âmbito doméstico, a consolidação de hegemonia chavista se deu tanto por meio do estrangulamento institucional da oposição, especialmente por meio de eleições, mas também dispondo de expedientes questionáveis, como a Lista Tascón. Internacionalmente, Chávez aproveitou-se do descontentamento quanto ao unilateralismo americano para capitanear na América Latina um eixo de países que congregava não só o bolivarianismo, mas também o anti-americanismo, sendo a expressão mais bem sucedida do revisionismo periférico antagônico.

Defendemos que o antagonismo com os EUA também foi benéfico para a oposição, que além de manter o fluxo de investimentos, recursos e apoio logístico dos EUA para as suas organizações, ainda encontrava nas falas e ações de Chávez contra o "Império" munição retórica para suas críticas ao chavismo, como a acusa-

ção constante de ser um governo autoritário. Vale pontuar a visão compartida da oposição com os EUA quanto à democracia liberal representativa, em que a democracia participativa apregoada por Chávez era entendida como um desvio substancial do que entendido como democrático de fato. Desta forma, a reverberação das críticas oposicionistas ao chavismo retroalimentavam as animosidades oriundas no seio da política norte-americana à Venezuela.

Para embasar o argumento de que a inimizade com os EUA foi conveniente para os dois grupos políticos venezuelanos, buscamos ferramental teórico em autores da Ciência Política. Com esse recurso, pudemos demonstrar que a polarização política da Venezuela chavista mascarou o fato de que os dois polos coincidiam no interesse da manutenção retórica do discurso de inimigo externo construído pelo governo para se referir aos Estados Unidos. Ainda assim, eles divergiam nas preferências, isto é, na conveniência dessa amizade. Para o chavismo, tratava-se de uma forma de legitimar as ações que levaram à construção de sua hegemonia interna, enquanto que para a oposição era uma estratégia para seguir recebendo financiamentos da potência norte-americana, além de servir de munição para as denúncias que estavam sendo feitas tanto no âmbito doméstico, quanto no internacional.

Procuramos, pois, aprofundar a análise para apreender o *ethos* do anticha-vismo. Com base na revisão bibliográfica, percebemos que a burguesia nacional venezuelana construiu sua identidade a partir dos valores propagados pelo *american way of life*, fazendo com que os EUA servissem de fonte inspiradora. Outra característica importante dessa classe está relacionada com a sua gênese por meio do florescimento de uma indústria petroleira, o que fez com que se tornasse uma burguesia rentista e, portanto, improdutiva. Ainda assim, essa oligarquia demonstrou ser capaz de defender os seus interesses, mesmo em contextos mais adversos. Se durante os governos autoritários ela esteve próxima dos ditadores e se beneficiaram do Estado, com o Punto Fijo utilizaram sua entidade patronal para pressionar os sucessivos presidentes, a fim de atingir seus objetivos econômicos. Com o chavismo, porém, conciliar interesses com o novo bloco no poder seria mais difícil.

O presidente bolivariano, embora tenha levado algum tempo para se assumir como socialista, tinha, desde o início, uma retórica anti-neoliberal e levou adiante uma reforma constitucional que não só aumentou o papel do Estado, como ampliou seus poderes. Ademais, desafiou a burguesia venezuelana ao aprovar polêmicas

Leis Habilitantes, demonstrando que não estaria aberto a negociações. Assim, a polarização, que antes estava presente nos âmbitos sociais e culturais, se entranhou na política venezuelana de maneira dramática. Consideramos, pois, a polarização como o resultado de um longo processo histórico e que durante o chavismo foi influenciada pelas disputas em torno da renda petroleira.

A partir de então, a burguesia representada pela Fedecámaras, PdVSA, mídia, dentre outros atores, tomaram a dianteira no processo de polarização, que havia sido iniciado por Chávez, ao protagonizarem intentos de desestabilização de seu governo, ou seja, na política interna delineou-se uma grave confrontação entre dois polos que diante das mal sucedidas ações da oposição e à estratégia de centralização de poder aliada ao populismo do líder bolivariano resultou na consolidação da hegemonia chavista. Adicionalmente, o antichavismo transcendeu as fronteiras nacionais e começou a se organizar, ainda que de maneira mais incipiente, em território norte-americano, constituindo um fenômeno inédito na história venezuelana.

Chávez foi bem sucedido na empreitada de consolidação de uma hegemonia interna por uma série de fatores, que iam desde o seu carisma às políticas sociais e à construção de uma nova identidade para aqueles que, por anos, foram vistos como massas empobrecidas. O uso da figura de Bolívar, que embora não tenha sido exclusiva deste período, pela primeira vez repercutiu entre seus apoiadores de maneira profunda. O presidente e seu grupo se apropriaram de um símbolo que, antes, estava acima de qualquer ideologia e o exportaram como modelo seguido por outros países na região. Tratava-se, na nossa visão, de uma tentativa de decolonização das mentes, no sentido de introjeção de valores antagônicos aos apregoados pela antiga classe dirigente que era altamente influenciada pelos EUA.

Assim, mesmo diante de uma conjuntura interna desfavorável aos seus interesses, a burguesia venezuelana fortaleceu seus vínculos com o capital internacional, notadamente com o estadunidense, e conseguiu financiamento para criar novos partidos e organizações, além de treinar novos quadros e arregimentar um apoio crescente nas sociedades venezuelana e norte-americana. Ainda que durante o chavismo (1999-2013) esses grupos não tenham logrado voltar ao poder político ou alcançado a capacidade de exercer lobby na complexa política interna estadunidense, na fase posterior sob a presidência de Nicolás Maduro, eles se fortaleceram e se creditaram, diante da comunidade internacional, como legítimos representantes do

povo venezuelano, em um contexto de débâcle do chavismo com uma grave crise econômica e social.

Desta forma, adentramos no terreno das perspectivas que esse trabalho abriu para a compreensão da Venezuela pós-Chávez. A primeira delas diz respeito à escolha metodológica, que empregou a análise histórica aliada a pressupostos estruturalistas, pós-colonialistas e ferramentas racionalistas. Com isso, foi possível a construção de um modelo analítico que serviu, inclusive, para verificar a presença das duas tendências de posicionamento internacional em outros momentos históricos que não o chavismo. Igualmente, as contribuições deste estudo podem ser úteis para a compreensão do complexo cenário que se desenhou na Venezuela após a morte de Chávez e com todas as repercussões e implicações que tal situação acarretou aos contextos regional e internacional.

Outro exemplo foi o processo de mitificação de Bolívar que estudamos, em que sua figura foi incorporada às estruturas de poder de maneira apolítica, desconectando o personagem do pensamento que ele defendia. Chávez, por sua vez, também é uma figura bastante emblemática, não só pelo resgate e cooptação do bolivarianismo, mas pela identificação que grande parte da população tinha por ele. Sua morte e todo o imbróglio político e social que se desenrolou na Venezuela desde então denotam que o seu personagem vem sendo disputado por diferentes frações da classe dirigente atual, além de outros grupos. Pode ser que, assim como o Libertador, a herança chavista transcenda a ideologia que marcou o processo político capitaneado por ele. Essa é uma das perspectivas que se desenha, mas que ainda requer tempo para ser comprovada ou não.

Um elemento que tangenciamos neste trabalho e que também pode colaborar para a compreensão do contexto venezuelano pós-Chávez foi a constatação de que o projeto de poder chavista foi sendo construído na medida em que ia acontecendo. Verificamos esse “improviso” na análise da política exterior, em que a teorização e os documentos sobre a atuação externa do país foram produzidos depois que as ações já tinham sido tomadas. Consideramos que essa pode ser considerada uma característica do chavismo também em outras searas, demonstrando a alta personalização desse fenômeno político, que com a morte de seu líder expôs de maneira dramática as suas fragilidades e limitações.

No entanto, o grave cenário que se desenrolou na Venezuela pós-chavista não pode deixar de ser lido sob a óptica petroleira. O aprofundamento da dependência da renda advinda deste recurso que teve lugar durante as presidências de Chávez foi mascarado pelo *boom* nos preços internacionais. Quando, porém, esses preços despencaram, a partir de 2013, demonstrou-se que a diplomacia petroleira havia atingido o seu limite, expondo o país a um risco que, embora existisse desde antes do chavismo, nunca havia se tornado tão palpável e crítico: a falta de soberania alimentar. Com isso, todo o sistema de proteção social construído por Chávez levou pouco tempo para desmoronar, legando ao seu sucessor, Maduro, o ônus pela má gestão dos recursos petroleiros, relacionada não só à corrupção, mas também ao não investimento na produtividade da PdVSA.

Ainda que o papel da oposição no processo de declínio venezuelano também tenha sido relevante, no sentido de empreender boicotes econômicos e apostar no caos político e social para derrocar Maduro, a responsabilidade do governo sobre a situação de penúria do país não pode ser ignorada. Em tal contexto, os grupos de interesse do antichavismo, em expansão nos EUA diante da crise migratória vivida na Venezuela, ganharam uma projeção crescente.Com a eleição do republicano Donald Trump, em 2016, eles passaram a ter acesso mais fácil ao Executivo norte-americano diante da coincidência ideológica e de interesses com o novo presidente. Por ser um processo ainda em curso, entendemos que ele merece ser vislumbrado com cuidado e prudência, porém consideramos que esse trabalho pode servir de inspiração para novos estudos, que podem apontar (ou não) se essa comunidade terá capacidade de se tornar tão influente sobre a política dos EUA quanto a cubano-americana.

Se a Venezuela é um país marcado por contradições e fortes contrastes, não deixa de ser irônico que o governo que mais investiu em uma postura autônoma, inspirado no pensando do Libertador Simón Bolívar, tenha sido também o responsável por levar o país a uma situação de extrema dependência externa. Mesmo historicamente tendo sido um ator vulnerável às oscilações internacionais, até por conta da estrutura do sistema internacional e das suas capacidades limitadas, chama a atenção que com tantas potencialidades a Venezuela não consiga superar a forte tendência a orbitar em torno da potência hegemônica, ainda que politicamente a intenção seja oposta.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Samy. **Venezuela fecha cerco a grupos armados que serviram ao governo chavista**. Folha de São Paulo, 09 nov. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/11/1545515-venezuela-fecha-cerco-a-grupos-armados-que-serviram-ao-governo-chavista.shtml>. Acesso em 29 março 2016.

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais, **Lua Nova**, 1999, n. 47, pp. 201-206.

ALI, Tariq. **Piratas do Caribe**. Tradução Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA. **¿Qué es el ALBA-TCP?**Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/que_es_el_alba.php>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ALLARD, Jean-Guy; GOLINGER, Eva. **USAID, NED y CIA.** La agresión permanente. Venezuela: Ministério del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.

ALVARES, Johannes; FIORITO, James. **Venezuelan Oil Unifying Latin-America**. Palo Alto (California): Standford University, 2005.

AMAVEX. **Nuestra misión, visión y valores**: Que hacemos. s/d. Disponível em: <https://www.amavex.org/>. Acesso em 02 Jan 2017.

ARMAS, Reynaldo. Alma Bolivariana. In: ARMAS, Reynado. **La Inspiración del Poeta**. Caracas: DIVESA, 1978.

ARMAS, Reynaldo. Lamento Bolivariano. In: ARMAS, Reynaldo. **El Bicentenario de Bolívar**. Caracas: Sonográfica Lanza C.A., 1983.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e a América Latina:** a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAFFES, John et al. The Great Plunge in Oil Prices: Causes, Consequences, and Policy Responses. **World Bank Group**, Policy Research Note, Março 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Research/PRN01_Mar2015_Oil_Prices.pdf>. Acesso em 30 Abril 2017.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Os Estados Unidos e o golpe contra Chávez. **Meridiano 47**, Brasília, n. 22, maio 2002, p. 16-26.

BARRANTES, Erika M. **Impacto da Política Externa Venezuelana na Conformação da Coesão Social na América Latina**: o caso ALBA. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARROS, Pedro S. **Governo Chávez e Desenvolvimento:** A Política Econômica em Processo. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BATISTA, Paulo N. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em 18/08/2017.

BATIZ, César; LINDARTE, Jhon. Miss Venezuela, la cara bonita de la decadencia. **Nueva Sociedad**, n. 255, pp. 145-153, Jan.-Fev. 2015.

BERNAL-MEZA, Raúl. Síntese da evolução do pensamento latino-americano em Relações Internacionais. In PROCÓPIO, Argemiro (org.). **Relações Internacionais:** os excluídos da Arca de Noé, São Paulo: Hucitec, 2005.

BERNARDES, Bruno G. A Venezuela numa encruzilhada: a nova bipolarização no contexto pós-Chávez. **R:I (Relações Internacionais)**, Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa, n. 46, jun. 2015, pp. 125-141.

BLACKBURN, Robin; BORÓN, Atilio, LÖWY, Michel; SADER, Emir; THERBORN, Göran. Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (orgs.). **Pós-neoliberalismo II**: Que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

BRITISH PETROLEUM. **Bp Statistical Review Of World Energy June 2017**. Jun. 2017. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf>. Acesso em 10 Out. 2017.

_____. **Bp Statistical Review Of World Energy June 2007**. Jun. 2007. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp-country/en_ru/documents/publications_PDF_eng/Statistical_review_2007.pdf>. Acesso em: 10 Out. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: Razões e Significados de uma Distinção Política. 3ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

BOITO, Armando. Estado e burguesia no Capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 28, p.57-73, 2007.

BRODER, John M. Political Meddling by Outsiders: Not New for U.S. **The New York Times**, Nova York, 31 Mar. 1997. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/1997/03/31/us/political-meddling-by-outsiders-not-new-for-us.html>. Acesso em 16 Out 2017.

BURCHARDT, Hans-Jürgen. Un misionero y sus misiones. Progresos y trabas de la nueva política social en Venezuela. **Revista Politeia**, Instituto de Estudios Políticos – UCV, vol. 32, n. 42, pp. 79-96, Jan.-Jun. 2009.

CAMERO RENO, Norma. **Entrevista** [18 Jul 2017]. Entrevistadores:Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez. Tampa, 2017. PDF (17 p.).

CARMONA ESTANGA, Pedro. **Entrevista** [18 Jul 2014]. Entrevistadores: Carolina Silva Pedroso e Regiane Nitsch Bressan. Bogotá, 2014. PDF (4 p.).

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. ED. Universidade de Brasilia, 1981.

CARTAY, Rafael. La filosofía del régimen Perezjimenista: El nuevo ideal nacional. **Revista Economía**, IIES (Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales), v. XXIV, n. 15, pp. 7-24, 1999.

CARUSO, Danilo S. **Decifrando a Revolução Bolivariana:** Estado e luta de classes na Venezuela contemporânea. 2017. 500f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Editorial Universidad del Cauca / Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 2005.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y Caribe.** 2015. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39867/1/S1500739_mu.pdf>. Acesso em 20 Nov 2017.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. **Aló Presidente 180**. Ministério de la Comunicación e Información de la República Bolivariana de Venezuela, 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070628091726/http://www.gobiernoenlinea.ve/misc-view/sharedfiles/Alo_Presidente_180.pdf >. Acesso em 05 Dez 2017.

_____. **Foro Social Mundial**: Discurso del Presidente Chávez Porto Alegre, 26 Jan. 2003. Disponível em: <http://www.urru.org/videosbolibananos/discursos/Discurso_Porto_Alegre_fsm.pdf>. Acesso em: 20 Set 2016.

_____. **LXI Assemblea General de las Naciones Unidas**: Discurso del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías, 20 Set. 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P6rx7Z1SQYw>. Acesso em 20 Set 2016.

_____. **O Livro Azul.** Prefácio Carmén Teresa Navas Reys; apresentação Pedro Rafael Lapa. Recife: Ed. Bagaço, 2014.

COLINA, Jose A. **Entrevista** [24 Jun 2017]. Entrevistadores: Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez. Miami, 2017. PDF (21 p.)

COMBELLAS, Ricardo. El proceso constituyente y la Constitución de 1999. **Revista Politeia**, Instituto de Estudios Políticos – UCV, vol. 30, n. 30, Jan. 2003.

CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. **Resultados Electorales**: Resultados de Elecciones: Elecciones realizadas en el 2006: Elección presidencial 2006. Poder Electoral, República Bolivariana de Venezuela. 03 Dez 2006. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/divulgacionPresidencial/resultado_nacional.php>. Acesso em 7 Set 2017.

_____. **Resultados Electorales**: Resultados de Referendos: Referendum Presidencial 2004. Poder Electoral, República Bolivariana de Venezuela. 16 Ago 2004. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/referendum_presidencial2004/>. Acesso em 7 Set 2017.

CONTRERA, Flávio; LIMA, Lilian Ribeiro de. Os interesses nacionais dos Estados Unidos na América Latina. Os planos estratégicos do Departamento de Estado de 2000, 2004 e 2007. In: AYERBE, Luis F. (org.) **De Clinton a Obama:** políticas dos Estados Unidos para a América Latina, São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 51-68.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **¿La Era de Obama?** La imagen de Estados Unidos en América Latina 1996-2010. 2011. Disponível em: <www.latinobarometro.org>. Acesso em 01 Set. 2016.

CORRALES, Javier. In Search of a Theory of Polarization: Lessons from Venezuela, 1999-2005. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 79, pp. 105-118, Out. 2005.

_____; BECERRA-PENFOLD, Michael. **Dragon in the Tropics:** Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela. 1ª ed. Washington DC: Brookings Institution Press, 2011.

COX, Robert. Social forces, States and World Orders beyond international relations theory. In KEOHANE, Robert O. (ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

_____. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre método. In: GILL, Stephen (org.). **Gramsci**: Materialismo histórico e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, pp. 101-124, 2007.

CRUZ, Sebastião Velasco e. Um novo curso? As escolhas de Obama e a Política Mundial. **Estudos e Análises de Conjuntura**, Observatório Político dos Estados Unidos (INCT – INEU), São Paulo, n. 1, Nov. 2010.

CUSACK, Asa K. ALBA, el Tratado de Comercio de los Pueblos y los obstáculos persistentes a la cooperación económica Sur-Sur en América Latina y el Gran Caribe. In: SERBIN, Andrés et al (Orgs.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, CRIES: Buenos Aires, n. 11, p. 187-212, 2015.

DANTAS, Ailton C. L. **O discurso de Hugo Chávez como instrumento articulador de uma unidade latino-americana**. 349 f. Dissertação (mestrado), Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, 2012.

DÁVILA, Jesus. **Geopolítica Venezolana.** Monografia (Estudios Jurídicos) – Universidad Bolivariana de Venezuela, Barinas, Estado de Barinas, 2009.

D'ELIA, Yolanda; CABEZAS, Luis Francisco. **Las misiones sociales en Venezuela**. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), Caracas, Abril 2008.

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chávez y el Socialismo del Siglo XXI**. Caracas: Alcadía de Caracas, 2005.

DOWNS, Antony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo, Edusp, 1999.

DUARTE VILLA, Rafael. A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. **Observatório Político Sul-Americano - IUPERJ**, Análise de Conjuntura, n. 10, out. 2007.

_____, Rafael. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. **Cuadernos del CENDES,** Caracas, n.55, v. 21, pp. 23-47, 2004.

_____, Rafael. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados - USP**, n. 55, v. 19, pp. 153-172, 2005.

ELLNER, Steve. Implications of Marxist State Theory and How They Play Out in Venezuela. **Historical Materialism**, vol. 25, n. 5, pp. 29-62, 2017.

ESCOBAR, Janet K.; ROMERO, Carlos. **Venezuela y Estados Unidos**: coincidencias y conflictos. Caracas: El Nacional, 2005. https://books.google.com.br/books?id=q8LusU4piSIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

ESPINASA, Ramón. Las contradicciones de Pdvsa: más petróleo a Estados Unidos y menos a América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 204, Jul./Agosto 2006, p. 50-70.

ESCUDÉ, Carlos. **Realismo Periférico**: Bases Teóricas para una Nueva Política Exterior Argentina, Buenos Aires: Ed. Planeta, 1992.

EWELL, Judith. Venezuela since 1930. In BETHELL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America**: Latin America since 1930: Spanish South America, Cambridge: Cambridge University Press, v. VIII, pp. 727-790, 1991.

FALERO, Alfredo. Una criativa travesía por el sistema-mundo. Las aperturas cognitivas de Arrighi para el estudio de procesos globales. In. LIMA, Marcos Costa et al

(org.). **Teóricos das Relações Internacionais.** São Paulo: Hucitec-Facep, pp.254-285, 2012.

FERREIRA, Carla C. **Ideologia bolivariana:** as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863). Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

FEDECÁMARAS. **Fundación y Evolución**. s/d. Disponível em: <http://www.fedecamaras.org.ve/quienes-somos/historia/fundacion-y-evolucion/>. Acesso em 22 Set 2017.

FINGUERUT, Ariel. Correntes de pensamento na formulação da política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria. A equipe de governo de Barack H. Obama em perspectiva comparada. In: AYERBE, Luis F. (org.) **De Clinton a Obama:** políticas dos Estados Unidos para a América Latina, São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 13-34.

"FIRMAR contra Chávez es un acto de terrorismo". **El Universal**, Caracas, 21 Março 2004. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/2004/03/21/pol_art_21108A.shtml>. Acesso em 02 Fev 2015.

FISHKIN, James. S. **The Voice of the People**: Public Opinion and Democracy. Yale University Press, 1997.

FUKUSHIMA, Kátia. **O governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela**: uma análise dos atores políticos em conflito. 117f. Dissertação (mestrado), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Ensaios sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, v. I, 2008.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **O General em seu Labirinto.** 6ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 2000.

GARCÍA-GUADILLA, María del Pilar. Politización y polarización de la sociedad civil venezolana: las dos caras frente a la democracia. **Espacio Aberto**, Universidad del Zulia, vol. 12, n.1, pp. 31-62, jan. 2003.

GIANTOMASI, Santiago. Profesionalización de las Fuerzas Armadas en América Latina: Hugo Chávez y la Academia Militar de Venezuela (1971-1975). **Anais eletrônicos do XVI Congresso Internacional FOMERCO**, UFBA, Salvador, 27-29 Set. 2017.

GIORDANI, Jorge A. C. **La transición venezolana al socialismo.** 4ª ed. Caracas: Ed. Hermanos Vadell, 2014.

GÓNZALEZ URRITIA, Edmundo. Las dos etapas de la política exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, n. 205, pp. 159-171, Set. - Out. 2006.

GOLINGER, Eva. **El Código Chávez.** Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

_____. **Bush vs. Chávez.** A Guerra de Washington contra Venezuela. La Habana: Editorial José Martí, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel**. 6 volumes. México: Ed. Era, 1986.

GUEVARA MARTINEZ, Alfredo J. **O Processo Decisório do *Cuban Adjustment Act***: Variações de contexto e manutenção da lei (1966 a 2014). Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2015.

_____; PEDROSO, Carolina S. Múltiplas arenas em conjuntura internacional: mudanças na América do Sul sob a perspectiva da Venezuela pós-Chávez IN Luis Fernando Ayerbe (org.) **Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. Abordagens e Processos. São Paulo: Ed. UNESP (Cultura Acadêmica), 1ª Ed., pp. 77-130, 2016.

GUIMARÃES, César. Integração Hemisférica ou Integração Autonôma. In: LIMA, Maria Regina Soares de (org). **Desempenho de governos progressistas do Cone Sul:** agendas alternativas ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008.

HARNECKER, Marta. **Haciendo camino al andar**. Experiencias de ocho gobiernos locales de América Latina – 2ª ed. – Chile: LOM Ediciones, 1995.

HETLAND, Gabriel.From System Collapse to Chavista Hegemony: The Party Question in Bolivarian Venezuela. **Latin American Perspectives**, Issue 212, vol. 44, n. 1, pp. 17–36, Jan. 2017.

HERNANDEZ, Clodovaldo. Ataque contra la Embajada española dos días después de que Chávez criticara a Aznar. **El País**, 26 Fev. 2003. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2003/02/26/internacional/1046214017_850215.html>. Acesso em: 5 Ago 2017.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. **São Paulo: Companhia das Letras**, p. 30, 1995.

IACHR. Report Nº 75/15, Case 12.923. Merits. Rocío San Miguel Sosa and Others. Venezuela. 28 Out 2015.**Inter-American Comission on Human Rights**, OEA. Disponível em: <https://www.oas.org/en/iachr/decisions/court/2016/12923FondoEn.pdf>. Acesso em 05 Dez 2017.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Da Redução da Incerteza Estratégica à Perpetuação da Exclusão: A Relevância dos Fatores Ideacionais na Análise de Política Externa**, *Contexto Internacional*, vol. 31, nº 3, set/dez 2009, pp. 503-534.

JONES, Bart. **Hugo Chávez**: Da Origem Simples ao Ideário da Revolução Permanente. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

KOSLOWSKI, Rey; KRATOCHWIL, Friedrich. Understanding Change in International Politics: The Soviet Empire's Demise and the International System. **International Organization**, v. 48, n. 2, pp. 215-247, 1994.

KOWERT, Paul. Agent-Structure in the Constitution of National Identity. In KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (Ed.). **International Relations in a Constructed World**, New York: M. E. Sharpe, pp. 101-122, 1998.

KOZLOFF, Nikolas. **Hugo Chávez:** Oil, Politics, and challenges to the U.S. - 2ª ed. Nova York: Ed. Palgrave Macmillan, 2007.

LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber:** Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas, Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005a.

_____. Venezuelan Social Conflict in a Global Context. **Latin American Perspectives**, vol. 32, n. 2, pp. 20-38, March 2005b.

_____. Petróleo y Democracia en Venezuela: del fortalecimento del Estado a la subversión soterrada y la insurrección abierta. **Revista Galega de Economía**, vol. 14, n. 1-2, pp. 1-14, 2005.

LANZARO, Jorge. Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia: una tipología para avanzar en el análisis comparado. **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, Análise de Conjuntura OPSA, n. 12, dez. 2007.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era, **International Studies Quarterly**, 1989, v. 33, n. 3, pp. 235-254.

LATOUCHE REYES, Miguel Ángel. Democracia y política exterior en Venezuela: desafíos y tendencias. **Politea**, Caracas, n. 28, vol. 28, jan. 2002.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 Países. Trad. Roberto Franca. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Imperialismo, Petróleo e Revolução Bolivariana**: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela. 138 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009.

LOPES, Raphaela A. L.; MAGALHÃES, José Antonio R.. Pós-colonialismo, Descolonialidade e Marxismo: um Mapeamento das Relações entre os Aportes Filosóficos do Novo Constitucionalismo Latino-Americano In: BRANDÃO, Fernanda H. V.;

MAILLART, Adriana S.; TAVARES, José Q. (Org.). **Marxismo e Direito**: XXIII Congresso Nacional do Conpedi. 1ed., v. 1, p. 61-78, 2014.

LÓPEZ MAYA, Margarita. **Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio**. Caracas: Ed. Alfadil, 2005.

LOWENTHAL, Abraham. Obama and the Americas: promise, disappointment, opportunity. **Foreign Affairs,** n. 4, v. 89, 2010.

LOZADA, Mireya. El otro es el enemigo: imaginarios sociales y polarización. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 10, n. 2, pp. 195-209, maio-ago. 2004.

MAGALLANES, Rodolfo. El gobierno de Hugo Chávez: ¿qué lo distingue de los anteriores? **Revista Politeia**, Instituto de Estudios Políticos – UCV, vol. 32, n. 42, pp. 97-137, Jan.-Jun. 2009.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. **Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/Laboratório de Políticas Públicas (LPP)**, 2000.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **A Venezuela que se inventa: Poder, Petróleo e Intriga nos Tempos de Chávez.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MÁRMORA, Leopoldo. **El concepto socialista de nación**. México: Pasado y Presente, 1986.

MARQUIS, Christopher. U.S. Cautioned Leader of Plot Against Chávez. **The New York Times**, Nova York, 17 Abril 2002. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/04/17/world/us-cautioned-leader-of-plot-against-chavez.html?ref=ottojreich>. Acesso em 16 Out 2017.

MARTÍNEZ, Ángel. Industrialización, urbanización y cambio demográfico en Venezuela. **Civitas**, v. 2, n. 1, Dec. 2013 - Maio 2014. Disponível em: <http://publicaciones.urbe.edu/index.php/civitas/article/view/3465/4594>. Acesso em: 13 Abril 2017.

MARTÍNEZ DAZA, Jeudiel. **La era Puntofijista**. 1ª Ed. Caracas: Editorial La Estrella Roja, 2013.

MESZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOMMER, Bernard. Subversive Oil. IN ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel (eds). **Venezuelan Politics in the Chávez Era**: Polarization and Social Conflict. 1ª ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2004.

MCCOY, Jennifer. O desafio de Chávez a Obama: um casamento inconveniente ou uma gélida separação IN Abraham Lowenthal et al (orgs.). **Obama e as Américas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011, p. 65-88.

MEZA, Alfredo. **El chavismo nombra a 12 jueces fieles para el Supremo.** El País, Caracas, 23/12/2015. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/12/23/actualidad/1450846877_771264.html>. Acesso em 29/03/2016.

MIJARES, Augusto (comp.) **Simón Bolívar**: o Libertador, Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade In LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber:** Eurocentrismo e Ciências Sociais: Perspectivas Latino-Americanas, Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005.

MILNER, Helen. V. **Interests, Institutions and Information:** Domestic Politics and International Relations. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. **Las Misiones Sociales**. Agosto 2014. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2014/09/MISIONES-SOCIALES1.pdf>. Acesso em 17 Set. 2017.

_____. **Venezuela cumple las metas del milenio - 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/06/Venezuela-cumple-las-Metas-del-Milenio-2010.pdf>. Acesso em 17 Set. 2017.

MORRONE, Priscila. **A Fundação Nacional Cubano-Americana (FNCA) na Política Externa dos Estados Unidos para Cuba**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

MOVE. **Nuestra misión**. s/d. Disponível em: <www.moveforpeople.org>. Acesso em 02 Jan 2017.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. **About the National Endowment For Democracy**. s/d. Disponível em: <https://www.ned.org/about/>. Acesso em 18 Dez. 2017.

NERUDA, Pablo. Um Canto para Bolívar. In: NERUDA, Pablo. **Un Canto para Bolívar**. México: Ed. Visor Libros, 1941.

OLIVEIRA, Renata P. de. **Velhos fundamentos, novas estratégias?** Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010). 2011. 183f. Tese (dou-

torado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (Ed.). **International Relations in A Constructed World**, New York: M. E. Sharpe, pp. 58-78, 1998.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **OPEC Crude Oil Report**. 2 Out 2017. Disponível em: <https://www.quandl.com/data/OPEC/ORB-OPEC-Crude-Oil-Price>. Acesso em 2 Out 2017.

_____. **Statute**. 2012. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/OPEC_Statute.pdf>. Acesso em 20/04/2017.

ORVEX. **Quienes Somos**. 03 Jul 2016. Disponível em: <http://www.orvex.org/>. Acesso em 02 Jan 2017.

PANIZZA, Francisco. La Marea Rosa. **Observatório Político Sul- Americano**, Rio de Janeiro, Análise de Conjuntura OPSA, n. 8, ago. 2006.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos:** continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

_____. Barack Obama e o Desafio da Liderança. **Revista Mundorama**, 12 Jan 2010. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?article=barack-obama-e-o-desafio-da-lideranca-por-cristina-soreanu-pecequilo>. Acesso em 30 Abril 2017.

PEDROSO, Carolina S. **Os Projetos políticos de Brasil e Venezuela para a América do Sul do século XXI.** A Unasul e a Alba em uma perspectiva comparada. São Paulo: Ed. UNESP (Cultura Acadêmica), 2014.

PEIXOTO, Fabiana. Obama recebe pressente de Chávez na Cúpula das Américas. **BBC Brasil**, 18 Abril 2009. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/04/090418_obamapresentefp_ba>. Acesso em 13 Jan 2017.

PENFOLD-BECERRA, Michael. Clientelism and Social Funds: Evidence from Chávez's Misiones. **Latin American Politics and Society**, University of Miami, vol. 49, n. 4, pp. 63-84, 2007.

PEW RESEARCH CENTER. **U.S. Population, by Ethnicity and Venezuelan Origin, 2013.** Washington DC,10Set. 2015. Disponível em: <http://www.pewhispanic.org/2015/09/15/hispanics-of-venezuelan-origin-in-the-united-states-2013/ph_2015-09-15_hispanic-origins-venezuela-02/>. Acesso em 30 Ago 2017.

PIMENTA, Marília C. B. S. **Zonas Estratégicas e Estruturas para os Trânsitos Ilícitos (ZEETI)**: Desafios à Zona de Paz na América do Sul. Tese (doutorado), Pro-

grama de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

POULANTZAS, Nico. **Poder Político e Classes Sociais**. - tradução Francisco da Silva - São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico In BIELSTHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Ed. Record, v. KI, pp. 179-216, 2000.

PRIMERA, Alí. Canción para Bolívar. In: PRIMERA, Alí. **Abrebrecha**. Caracas: Promus, 1980.

PRIMERA, Alí. Techos de Cartón. In: PRIMERA, Alí. **Volúmen II**. Caracas: Pläne, 1972.

PRZEWORSKI, Adam. **A Democracy and the Market**: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America. New York: Cambridge University Press, 1991.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games, **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

RACINE, Karen. **Francisco de Miranda**. A Transatlantic Life in the Age of Revolution. Wilmington: Scholarly Resources, 2003.

RAMOS, José Abelardo. **Historia de la nación latinoamericana.** 3ª ed. Buenos Aires: Continente, 2012.

RAMOS, Leonardo. Antonio Gramsci. In. LIMA, Marcos Costa et al (org.). **Teóricos das Relações Internacionais.** São Paulo: Hucitec-Facep, pp.151-178, 2012.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. 1999.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007.** Set. 2001.

REQUENA, Jaime; CAPUTO, Carlo. Pérdida de talento en Venezuela: migración de sus investigadores. **Interciencia**, vol. 41, n. 7, Jul 2016, pp. 444-453.

RIVAS, Ramón. Venezuela, Petróleo y la Segunda Guerra Mundial, un ejemplo histórico para nuevas generaciones. **Revista Economía da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de Mérida**, n. 10, 2006.

RODRIGUES, Natalia S. **Revolução Bolivariana e Ofensiva Socialista na Venezuela**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP-Araraquara, 2012.

ROMERO, Carlos. Estados Unidos y Venezuela: Una relación necesaria. **Colombia International**, n. 56-57, p. 112-129, Set. 2002 - Jun. 2003.

ROMERO, Carlos. **Venezuela:** uma integração complexa. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

ROMERO, CARLOS. Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica? **Nueva Sociedad,** Buenos Aires, n. 206, nov./dez. 2006, pp. 78-93.

RUSSEL, Roberto. América Latina para Estados Unidos: ¿especial, desdeñable, codiciada o perdida?, **Nueva Sociedad**, nº 206, Nov./Dez. 2006, pp.48-62.

SABATINI, Christopher; MARCZAK, Jason. Obama's Tango, Restoring U.S. Leadership in Latin America. **Foreign Affairs**, 13 Jan 2010. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/65923/christopher-sabatini-and-jason-marczak/obamas-tango>. Acesso em 03/09/2013.

SALAS DE LECUNA, Yolanda. La dramatización social y política del imaginario popular: el fenómeno del bolivarianismo en Venezuela. In MATO, Daniel (comp.) **Cultura, política y sociedad**: perspectivas latinoamericanas – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005, p. 241-263.

SALAS, Miguel T. **Venezuela:** What everyone need to know. New York: Oxford University Press, 2015.

SALIAS, Vicente; LANDAETA, Juan J. **Gloria al Bravo Pueblo**, 1810.

SANAHUJA, José A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, Andrés et al (Orgs.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, Buenos Aires: CRIES, v. 9, p. 19-72, 2012.

SÁNCHEZ, Magaly R.; MASSEY, Douglas. Migración de talento y profesionales cualificados: el caso de inmigrantes venezolanos a EE.UU. In.: PERALTA, Rubén D. et al (ed.). **Diáspora del talento:** migración y educación en Venezuela: análisis y propuestas. Caracas: Fundación Talento Venezolano en el Exterior (TALVEN), 2014.

SANTOS, Manoel Leonardo W. D. **O parlamento sob influência:** o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. 2011. 195f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integracao regional e desenvolvimento sustentavel**: as novas tendencias da economia mundial ea integracao latino-americana. 1993.

SAPIEZYNSKA, Ewa. The Media and Power in Postliberal Venezuela The Legacy of Chávez for the Debate on Freedom of Expression. **Latin American Perspectives**, Issue 212, vol. 44, n. 1, pp. 199–214, Jan. 2017.

SEABRA, Raphael L. **A via venezuelana ao socialismo**. 1ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2014.

SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la Reconfiguración Política de América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2011a.

SERBIN, Andrés. Cuando la limosna es grande. El Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera. **Nueva Sociedad**, n. 205, set./out. 2006, pp. 75-91.

_____. Hugo Chávez: liderança e polarização. In: AYERBE, Luis Fernando (org.). **Novas Lideranças Políticas e Alternativas de Governo na América do Sul**. São Paulo: Ed. UNESP / Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP e PUC-SP, pp. 117-152, 2008.

_____. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: lecciones aprendidas y nuevos desafíos. In: MESA, Manuela (Org.). **Anuario CEIPAZ 2011-2012:** El mundo a la deriva: crisis y pugnas de poder. Madrid: Fundación Cultura de Paz, 2011b.

_____ et al. El regionalismo post-liberal en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. In: SERBIN, Andrés et al (Orgs.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, Buenos Aires: CRIES, v. 9, p. 5-16, 2012.

SEVERO, Luciano W. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de "sembrar el petróleo". **Revista Oikos**, vol. 8, n.1, 2009.

SHIMABUKURO, Alessandro. Concepções estratégicas dos Estados Unidos sobre a segurança internacional dos governos de Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama. In: AYERBE, Luis F. (org.) **De Clinton a Obama:** políticas dos Estados Unidos para a América Latina. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

SILVA, Fabrício Pereira da. Até onde vai a "onda rosa"? **Observatório Político Sul-Americano**, Rio de Janeiro, Análise de Conjuntura OPSA, n. 2, fev. 2010.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures (UNILA)**, n.5, pp. 67-94, fev. 2015.

SIMIONI, Monica. **Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pós-golpe de abril de 2002.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos de Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE. **El ALBA-TCP como mecanismo de cooperación de alcance regional.** SELA, Secretaría Permanente, Caracas, Jul. 2013.

SOUZA, Marília C. B. de. **Análise da Política Estratégica dos Estados Unidos para a América do Sul**: de Clinton a George W. Bush. 136f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho,

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), São Paulo, 2010.

SYLVIA, Ronald D.; DANOPOULOS, Constantine P. The Chávez Phenomenon: Political Change in Venezuela. **Third World Quarterly**, vol. 4, n. 1, pp. 63-76, Feb. 2003.

STUART, Ana Maria. **O bloqueio da Venezuela em 1902:** Suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

THE CARTER CENTER. **Venezuela**. s/d. Disponível em: <https://www.cartercenter.org/countries/venezuela.html>. Acesso em 20 Set 2017.

THOMAS, Clive S. (Ed.). **Research guide to U.S. and International Interest Group**. Westpost: Praeger Publishers, 2004.

TORRES, Javier J. **Entrevista** [12 Jul 2017]. Entrevistadores: Carolina Silva Pedroso e Alfredo Juan Guevara Martinez. Tampa, 2017. PDF (40 p.)

TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. EDUSP. São Paulo, 1998.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez.** São Paulo: Editora Globo, 2003.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **American Comunity Survey (ACS):** 2013 Data Released. 31 Dez 2013. Disponível em: < www.census.gov/acs/www/Downloads/data_documentation/Accuracy/ACS_Accuracy_of_Data_2013.pdf >. Acesso em 30 Ago 2017.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Trade in Goods with Venezuela**. 2017. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c3070.html>. Acesso em: 18 Set 2017.

UN COMTRADE. **UN Comtrade+ Data Extraction**. Nova York, 2018. Disponível em: <https://comtrade.un.org>. Acesso em 10 Jan 2018.

U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Office of Transition Initiatives (OTI).** Bureau of Democracy, Conflict and Humanitarian Assistance. s/d. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/organization/bureaus/bureau-democracy-conflict-and-humanitarian-assistance/office-1>. Acesso em 19 Set 2017.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Relations with Venezuela**. Bureau of Western Hemisphere Affairs, Fact Sheet. 2Abril 2018. Disponível em: <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/35766.htm>. Acesso em 18 Abril 2018.

U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. **Public Law 90–629:** Arms Export Control Act, 2014. Disponível em: <https://legcounsel.house.gov/Comps/Arms%20Export%20Control%20Act.pdf>. Acesso em 14 Jan 2018.

VALENTE, Leonardo. **Inimigos sim, negócios à parte:** revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez. 185f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VALERY, Yolanda. Estalla bombas en Caracas. **BBC Mundo**, 12 Abril 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_2942000/2942859.stm>. Acesso em: 5 Ago 2017.

VARGAS RIBAS, Claudia. **Tendencias migratorias en el contexto actual**: Venezuela. Taller “Respuestas Regionalas a la crisis en Venezuela”, CRIES & Stanley Foundation, Ciudad de Panamá, Julio 2017.

VENEZUELA AWARENESS FOUNDATION. **Misión y Visión**. s/d. Disponível em: <https://www.venezuelaawareness.com>. Acesso em 02 Jan 2017.

VENEZUELA’S oil diaspora. **The Economist.** 19 Jul 2014. Disponível em: <https://www.economist.com/news/americas/21607824-venezuelas-loss-thousands-oil-workers-has-been-other-countries-gain-brain-haemorrhage>. Acesso em 11 Out 2017.

VEPPEX. **Fundación Venezolanos Perseguidos Políticos en el Exílio.** 28 Nov 2010. Disponível em: <http://www.veppex.com>. Acesso em 02 Jan 2017.

VIEIRA, Mariana de Oliveira Lopes. **O debate teórico sobre o governo Chávez**: paradoxos do chavismo na Venezuela. 226f. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2016.

VILLELA, Priscila. **As dimensões internacionais das políticas brasileiras de combate ao tráfico de drogas na década de 1990**. 159f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). São Paulo, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel M. **El moderno sistema mundial**. La Agricultura capitalista y los origines de la economia-mundo europea en el siglo XVI. México: Ed. Siglo XXI, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Universalismo Europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALTZ, Kenneth.Structural Realism after the Cold War, **International Security**, v. 25, n.1, pp. 5-41, 2000.

WEISBROT, Mark; RAY, Rebecca; SANDOVAL, Luis. **The Chávez Administration at 10 Years**: The Economy and Social Indicators. Washington, DC: Center for Economic and Policy Research, 2009.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations, **International Organization**, v. 41, n. 3, pp. 335-370, 1987.

WORLD BANK. **The World Bank Database for Venezuela**. 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/venezuela-rb>. Acesso em 2 Out 2017.

APÊNDICE A – ENTREVISTA DE JAVIER JOSE TORRES

Fecha de entrevista:	12/07/2017
Entrevistado:	Javier Torres
Investigadora:	Carolina Silva Pedroso
Investigador:	Alfredo Juan Guevara Martinez
Título del audio:	Entrevista 3
Duración:	1 hora 33 minutos 17 segundos

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Bueno, la primera cosa que quisiera saber mejor es, ¿Cuál es su trabajo en Casa Venezuela Tampa Bay?, ¿Qué haces ahí?, ¿Cuál es la función de la organización?

ENTREVISTADO – Yo tengo, estoy afiliado con dos organizaciones venezolanas, hay una organización aquí que es la más antigua, tiene… de hecho es una de las más antiguas de la Florida, tendría que buscar los registros pero es la que más años ha sobrevivido que se llama Venezuelan Suncoast Association, me tocó desde finales del año pasado presidir esa organización, soy el presidente y esa organización tenía un fin cultural, tiene un fin cultural, tiene un fin de integrar a la comunidad de venezolanos, tiene un fin de hacer conocer nuestras raíces, de educación… como una casa de encuentro de los venezolanos.

Sin embargo, esa organización cuando se creó, se creó apolítica sin fines políticos y eso hizo una barrera muy grande para poder trabajar con los venezolanos en las áreas políticas y Venezuela está viviendo un momento político muy intenso, entonces estaba como con las manos atadas en esa organización donde sigo siendo presidente, porque viendo que la demanda, la necesidad de los venezolanos aquí en la comunidad era involucrarnos en el tema político, ayudarlos en el tema electoral, ayudarlos a entender la situación política de Venezuela, yo como vocero y presidente de la asociación venezolana, de Venezuelan Suncoast Association no podía tocar ese tema e incluso yo te puedo decir aquí con honestidad que la propia comunidad reclamaba que nosotros no nos involucramos en temas políticos, porque la Venezuelan Suncoast Association debe servir a todos los venezolanos de una tendencia o de otra tendencia política.

Entonces, muy rápido, hicimos junto con un grupo de personas, casualmente la primera fundación de la casa Venezuela Tampa Bay, salió de una reunión entre Juan Carlos Pinto, Norma Cano y Javier Torres, mi persona, fue una propuesta que expu-

se en la mesa para conseguir un lugar en donde pudiéramos asistir a los venezolanos que están en Venezuela con el tema político y de los venezolanos que están aquí en los Estados Unidos, pero la idea más grande de esa organización era integrar a todos los venezolanos para que gente que trabajaba individualmente en Tampa y en toda el área de la bahía, cada uno en su área de ayuda a los venezolanos, unos como yo haciendo inmigración, otros como Juan Carlos haciendo caminatas de resistencia, otras personas recogiendo donaciones como Norma, donativos, otra persona tratando de ayudar con el tema de las becas y la educación, que todos nosotros, que cada uno estaba disperso haciendo su trabajo, nos sentáramos en la misma mesa y buscáramos un punto común en donde todos podemos servir a los venezolanos y eureka, lo conseguimos.

Nos sentamos trece personas, invitamos a las personas más representativas o más influyentes de la comunidad, los venezolanos que cuando se menciona Venezuela inmediatamente piensan en Juan Carlos, en Javier, en Norma, en Patricia Andrade por ejemplo, bueno, pero ella está en otra ciudad. Los invitamos para que nos sentáramos ése día e hiciéramos un plan con Venezuela y salieron cosas muy bonitas, salió la idea, se puso en la mesa y se hicieron planes de trabajo para apoyar a la gente que está en Venezuela con la crisis humanitaria en alimentos y comida, pero apoyando especialmente a los venezolanos que están aquí también llegando, que tienen muchos problemas.

Mi gran idea en ésa propuesta era hacer una verdadera casa Venezuela física, para que fuera el lugar en donde todos los venezolanos pueden ir, conseguir información, conseguir un voluntariado que les explique cosas, ayudar a asimilarse aquí en los Estados Unidos, una casa física, el primer gran objetivo. La segunda gran propuesta que hice fue hacer un censo de venezolanos, porque no existe y entonces hay unos números que dicen que somos 10000 en el área, nuestras estimaciones dicen que somos 20000, hay mucha gente que no está registrada porque llegó y se quedó en los Estados Unidos, entonces pensamos que hay 20000 venezolanos pero lo que queríamos saber es cuántos somos de verdad, esa es la idea.

Estuvo muy larga esa respuesta, perdóname.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – No te preocupes.

ENTREVISTADO – Yo, pones a hablar a un abogado y me voy a soltar horas

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Para ella entre más información mejor.

Investigadora Carolina Silva – Sí.

ENTREVISTADO – Esa es la gran idea, como tenemos que operar muy rápidamente porque el problema político en Venezuela es tan intenso y todos los días se produce información nueva, entonces encontramos que una buena forma de actuar ahora en este momento era actuar con el proceso electoral por la constituyente y con el tema de las elecciones y el plebiscito que se va hacer. Entonces decidimos que esas eran las dos grandes tareas de Casa Venezuela Tampa Bay, y que no sólo eso… íbamos a participar en eso, íbamos a hacer un Casa Venezuela Virtual mientras podemos tener la sede que era la propuesta original de tener la Casa Venezuela. Que va a pasar, para que hagamos una gran asamblea de venezolanos, traigamos a 200, 300 venezolanos y preguntemos si queremos tener la Casa Venezuela y cómo podemos aportar para tener ése proyecto, y mi plan era muy sencillo… un venezolano, si somos mil venezolanos de los 10000 o de los 20000 y cada uno pone un dólar al mes, podemos tener una casa, podemos pagar una sede para la Casa Venezuela, esa fue la idea.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja, y ¿Desde cuándo se está con ése proyecto?

ENTREVISTADO – Bueno, la asociación venezolana, Venezuelan Suncoast Association nación en 1999, cuando Juan Carlos de hecho fue vicepresidente de esa asociación, sus padres fueron casi fundadores de esa asociación, yo soy el presidente desde el año pasado. Casa Venezuela nació exactamente hace dos meses, nación el día 5… 6 de mayo de este año, tiene dos meses pero muy activos, parece que hubiéramos pasado un año trabajando en conjunto, y está tan integrado, ahí hay una diversidad tan grande de personas, por lo menos Norma Reno es una activista de Derechos humanos internacional, Juan Carlos en su área de finanzas donde él está hay gente que son administradores, hay gente que hace… hay TIC´s de sistemas, hay personas… programadores que trabajan para las cosas de salud, hay real estate, o sea, son tan diversos, que el aporte que le estamos dando, hay una mujer que es artista que tiene la escuela de música, centro de educaciones, hay tata diversidad que lo que se produce ahí en cada conversación y en cada idea son cosas grandes para los venezolanos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Sí.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Que bueno.

ENTREVISTADO – Dos meses.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ok, perfecto. Ahora nos vamos a preguntas más políticas, digamos así

ENTREVISTADO – Ok, pregunta porque yo fui político.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Ah sí?

ENTREVISTADO – Sí.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – ¿En Venezuela o acá?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – En Venezuela.

ENTREVISTADO – Sí, tuve un gran background político en Venezuela por muchos años.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿De cuál partido?

ENTREVISTADO – Del primero de justicia.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – De Leopoldo López, ¿No?

ENTREVISTADO – Bueno, Leopoldo López, cuando él salió del primero de justicia… yo te puedo contar que eso tuvo una división, yo no participé en la división por mi buena amistad con él, Primero de Justicia era el primer partido de oposición desde que fue que el régimen de Hugo Chávez tomó el poder, se hicieron el primer partido de oposición porque en las elecciones, porque tenían un bastión político que era en la ciudad de Caracas, se puede decir que el lugar más importante donde se concentraba la economía de la ciudad de Caracas que era el Chacao.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí.

ENTREVISTADO – Y Primero de Justicia en unas elecciones, este muchacho Leopoldo López, un muchacho muy joven consiguió esa alcaldía y eso le hizo una base política a primero de justicia que Primero de Justicia nace por otra razón. Un grupo de estudiantes de la escuela de leyes se unieron para trabajar un programa de justicia de paz, de jueces de paz, como la justicia en nuestros países latinoamericanos están deficientes, no ha… no le sirve a la gente verdaderamente, el que no tiene dinero no tiene acceso a la justicia, la justicia es lenta, entonces este partido político se creó con la idea de que… ayudar a promover los jueces de paz, la justicia de paz y después se convirtió en un partido electoral, pero primero era un movimiento, era una organización, que se organizaban las comunidades para tener un magistrado de paz que resolviera conflictos entre los vecinos. Hay estadísticas que dicen que la mayoría de los crímenes sucede entre gente que se conoce y generalmente sucede

por desavenencias entre vecinos, de gente, entre amigos entre… un juez de estos sin necesidad de ir al proceso judicial tan complicado y complejo puede resolver cosas en los vecindarios que acaban un problema que puede convertirse en cosas mayores.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja.

ENTREVISTADO – Entonces, elegimos en cada municipio o en cada parroquia jueces de paz con la participación de los propios vecinos, nosotros sólo ayudamos a organizárselo para que tuvieran un juez de paz, hicimos constituciones de jueces de paz y afortunadamente luego el partido político presionó para que la Asamblea Nacional, para el Congreso tuviera eso dentro de la ley, que jueces de paz son reconocidos como una autoridad dentro de los municipios y yo fui el jefe a nivel nacional de ése programa para ése partido político, fue mi inicio en la política en Venezuela, participé con ellos evidentemente desde el paro petrolero, los referendos revocatorios de Chávez que se hizo, todas las elecciones, a Chávez se le hizo un revocatorio en el 2004 si no recuerdo, si más no recuerdo en 2002 fue en gran paro, de la industria petrolera, en el 2004 se invitó a un referendo revocatorio que perdió la oposición, Chávez estaba muy sólido, era mayoría, tenía muchos seguidores y bueno se trató de hacer algo ahí, los que avizoraron un panorama político, caótico que buena visión hubo en ése momento cuando se trató de corregir que esta vez fuera el presidente, pero él muy hábilmente fue desmontando todas las instituciones, fue como difícil removerlo, entonces yo trabajé en esa política con ése partido, el partido se hizo el más sólido, el más fuerte en el país después del partido de gobierno, que en realidad no era un partido, era una coalición de partidos de gobierno, por eso fue tan grande y este era el primero de oposición que ganaba las alcaldías, las gobernaciones.

Hubo como en todo partido político, intento de… siempre las organizaciones políticas hacen intento de controlar los partidos políticos de cierto modo, porque cada quien tiene sus grupos que lo apoyan, o sea, Leopoldo era un muchacho joven y tenía las bases del partido que era la juventud del partido, lo seguía, por el otro lado estaban políticos más tradicionales que tenían un poco más de tiempo a pesar de la misma generación como la mía, de los 70's, que nacimos en los 70's y esos políticos tenían también mucho agarre, mucho alcance, otro tipo de personas distintas a los jóvenes y hubo un planteamiento de hacer una elecciones internas, las primeras del partido para elegir las autoridades y eso fracturó al partido como cualquier elección,

Leopoldo decidió hacer carpa aparte, tienda a parte y se retiró del partido, por no estar de acuerdo con este tema de cómo se iban a manejar las elecciones y si se abría el registro para nuevas bases etc. y él se retiró del partido, él hizo una organización política a parte que es voluntad popular.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ah sí.

ENTREVISTADO – Que ahora tienen mucha fuerza también porque la gente ha llegado ahora a entender el planteamiento político de él de salir como sea del gobierno, mientras que el Primero de Justicia sigue en la búsqueda de las soluciones electorales y de la organización de Leopoldo López entendía que había que tratar de sacar al gobierno con la presión de la calle y cada uno tiene su mercado de seguidores y demás.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Cuál es la evaluación que haces de Venezuela antes de Chávez?, ¿Cómo era el país?

ENTREVISTADO – Era un país con mucha diferencia de clases, gente con mucho dinero, gente muy bien establecida y gente con poco, era un país dominado por la clase política. Sin embargo a pesar de esa diferencia el país tenía unos ingresos extraordinarios por ser un país petrolero y la calidad de vida del venezolano era altísima, te decía… yo recuerdo que habían momentos donde decían que el único requisito para conseguir… estudiar en la universidad para los venezolanos era conseguir un estacionamiento para el carro, o sea, imagínate lo que están tratando de decir con ese mensaje… se decía que todo el mundo tenía todo y que todo el mundo podía estudiar, todo el mundo podía viajar, la moneda venezolana era muy robusta. Tanto que en Estados Unidos nos conocían por el término “está barato”, barato.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, sí, en Brasil se dice así.

ENTREVISTADO – Está barato Estados Unidos, decían los venezolanos cuando venían a Estados Unidos, compraban todas las cosas al doble porque todo le parecía muy económico, era el poder de la moneda, el poder del país, Venezuela recibió mucha inversión, lo que hizo que la infraestructura académica y profesional fuera muy elevada, las empresas automotrices de todo el mundo establecieron sus ensambladoras ahí, como en Brasil también, por supuesto.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, sí.

ENTREVISTADO – ¿Cierto?, estaba General Motors, estaba Toyota, estaba Mitsubishi, estaban todas las empresas de carros que es un buen termómetro para la

economía, si ellos instalan ahí es porque las condiciones son muy buenas para la región, era un país donde estudiabas con mucha facilidad, la universidad costaba, incluso la educación privada costaba nada, o sea, se pagaba con muy poco dinero. Era un país muy bueno para vivir y para desarrollar, con mucho futuro y la gente tenía mucho, mucho poder adquisitivo, que hace que en general el país viva muy bien.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Incluso las partes clases más pobres.

ENTREVISTADO – Incluso las partes pobres a diferencia de ahora, las partes pobres siempre estarán pobres, siempre vivían como en Brasil en las favelas, aquí se llaman los barrios y era la clase trabajadora, cuando hay mucha riqueza, está esa parte de la sociedad que a veces está olvidada le llegan recursos de algún modo, porque existen los empleadores, porque existen las empresas, no son los que llevan la mayor parte de la bonanza o de la riqueza, pero de algún modo u otro, si yo soy una persona que tiene buenos ingresos en mi casa, muy probablemente yo contrate gente en mi casa para trabajar, no es muy buen ejemplo, pero digo… ayudan la indiferencia social, esas personas conseguían trabajo, esas personas conseguían recursos, esas personas podían enviar sus hijos a estudiar, siguen siendo los más desfavorecidos, porque el problema no era de que unos tuvieran poco y otros tuvieran mucho, de pronto el problema era que la brecha era muy grande, entre los que no tenían y los que tenían demasiado, ése era el problema, pero incluso la clase pobre tenía buenos recursos, podían estudiar, los hijos se hicieron profesionales, tú miras las familias de ahora, de hoy en día de nosotros y los padres de nosotros o de Juan Carlos o de Patricia, Patricia y yo estudiamos por cierto en la misma universidad, nos hicimos abogados en la misma universidad.

Tú miras las familias de nosotros y en la generación de los abuelos de nosotros eran pobres, pero sus hijos, mis padres fueron a la universidad porque ellos trabajando con su trabajo de baja paga llevaron a los hijos a la universidad, entonces eso te dice cómo el país estaba funcionando.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Había un progreso social.

ENTREVISTADO – Había un progreso social.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Cuál es su opinión acerca de las historias del Chavismo en las elecciones?, o sea ¿Cómo el Chavismo ha podido quedarse tanto tiempo en el poder?

ENTREVISTADO – Bueno, el Chavismo fue una esperanza, lo que vendió el gobierno a Venezuela fue un cambio y qué estaba esperando… la gente estaba muy cansada de la corrupción y de los políticos, pero más que todo estaba muy cansada de la corrupción, los políticos juegan, han jugado toda la vida en Venezuela con la moneda, entonces cuando devalúan la moneda, te quitan la mitad del dinero que tú tienes y hacen más pobre a la gente y solamente están corrigiendo el desfase que ellos tienen de utilizar dinero que no existe para hacer su proyecto y Chávez prometió cambiar eso, él nunca habló de un modelo nuevo de economía ni de un modelo de izquierda, ni nada de eso, él metió con la forma como le gusta vivir a al venezolano con su pensamiento no de izquierda o de derecha, muy desmoderado, más bien moderado, pero él no vendió ése proyecto político, él lo que decía es que iba a acabar con la corrupción, que se iba a acabar el viaje de los políticos en los aviones con la familia de vacaciones, que se iba a acabar el robo del honorario público en las empresas del gobierno, que se iba a acabar que el gobierno pudiera imprimir dinero cuando no tenía para después quitárselo al pueblo y por eso a Chávez lo eligen, como un reivindicador social, éste señor viene a poner justicia aquí, una especie de Robin Hood, y la gente, ése discurso siempre ha tenido aceptación.

Ahora qué pasa, que por alguna razón en el camino Chávez fue dando la curva hacia la izquierda, pero muy, muy al extremo y eso empezó a hacerle conseguir muchas resistencias en la sociedad venezolana, que veía cómo la alianza que él estaba haciendo con Cuba, nos estaba disminuyendo la calidad de vida de nosotros, porque iba en un camino errado a nivel económico, no voy a hablar de lo político, a lo mejor él convenció con lo político, pero en lo económico se estaba dañando el país, dice mucha gente que en Venezuela, que el que quita y pone gobierno es la economía y pues es verdad, personas, estudiosos de la economía dicen que poco le importa al venezolano la ideología política, pero que si hay dinero… él va, la gente está bien con los políticos, con los presidentes y si no hay dinero a ése se lo van a quitar, y ahorita pudiéramos estar viviendo ése momento también, entonces, tú me preguntabas como… se me fue la idea… me decías que cómo…

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Él se mantuvo.

ENTREVISTADO – Él se mantuvo tanto tiempo. Yo creo que Chávez empezó a cambiar la institucionalidad del país, lo primero que hizo fue una constituyente para quitar la constitución que teníamos nosotros y en ésa constitución que fue muy bue-

na por cierto, pero se cambió todo el Estado venezolano, eso hizo que se reemplazaran todos los poderes, Chávez tenía un poder tan grande, electoral, con sus grupos que inmediatamente al haber ganado y haber hecho una constituyente, arrasó políticamente con la constituyente también, con todos los políticos tradicionales del país, entonces renovó los cinco poderes que habían en el país, el poder electoral, el poder… la Fiscalía, la Contraloría, el Tribunal Supremo, hizo una reforma judicial y por supuesto el poder ejecutivo, renovó todo y todo era de su color político.

Entonces de ahí en adelante no hubo manera de ganarle una lección al gobierno.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Él tenía la máquina del Estado supongo.

ENTREVISTADO – Completamente, todo el Estado se puso a servicio del gobierno, todo el Estado completo trabajó para el gobierno, todo el Estado completo trabajó para el gobierno electoralmente, o sea, una cosa que no se veía en Venezuela antes porque era… incluso moralmente era criticado, los funcionarios públicos haciendo campaña para el presidente en el momento, o sea, si yo soy funcionario público y yo tengo en mi ministerio o mi dependencia o en mi organismo, mi secretaría tengo 5000, 10000 empleados y yo le digo a todos los empleados “vienen las elecciones”, y el que no vote por el gobierno aquí en esto, no va a trabajar más aquí, fue lo que pasó con la industria petrolera que sacaron a 20000 empleados porque se opusieron al gobierno, entonces, en un país donde grandes empleadores como el gobierno de Venezuela donde en 60% son empleados públicos, si los jefes de tu organización, fuerzan a que debes apoyar el proyecto del gobierno, porque estás aquí, yo te estoy empleando, no estás contra mí, entonces fue muy difícil montar una dirección contra Chávez en el poder.

Muy difícil, sucedía a nivel municipal, como el caso de Leopoldo López en una Alcaldía, en una gobernación como la de Enrique Capriles.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Pero no era algo a nivel nacional.

ENTREVISTADO – Porque era muy fuerte el Estado, el Estado comenzó a descentralizarse también, antes las decisiones se dejaban, las competencias eran en la era de los 90’s el Presidente Pérez, empezó a descentralizar el país, desde Caracas se nombraban antes gobernadores, alcaldes y éste Presidente a través de una reforma del Estado, empezó a descentralizar al país, ya un Alcalde tenía sus recursos, podía colectar sus impuestos, el Gobernador también. Chávez revirtió todo eso y volvió todo al poder central en Caracas en donde está el poder ejecutivo y con eso había

una fuerza muy grande para ejercer influencia sobre todo el país, eso desde mi punto de vista humilde.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y… ¿Tú crees que el voto facultativo en Venezuela haya impactado en alguna cosa ése fenómeno? O sea, que las personas pueden escoger votar o no votar.

ENTREVISTADO – Bueno sí, más abstención, la abstención es un drama que hemos vivido siempre, sin embargo, desde este momento que se ha tratado de corregir el rumbo que ha llevado Venezuela político tan dañino, con esto que nos ha pasado en los últimos años, más que con la era Chávez, porque tú ves que a Chávez no lo atacan tanto porque él es el padre de la criatura, con la era de Nicolás Maduro ha habido un entusiasmo nuevo por la elección. Porque de alguna manera los políticos y especialmente el partido del Primero de Justicia y bueno, por supuesto no todos los créditos son de él, Venezuela, algunas organizaciones políticas han insistido que la manera de sacar al gobierno es por la vía electoral y la gente con el gran triunfo que se hizo en la Asamblea Nacional, dice “Oye, parece que esto sí da resultado”, porque una de las cosas que hizo el gobierno de Chávez y de Maduro fue desestimular el voto. Siempre hubo abstención pero ellos hicieron no creer a la gente en el sistema electoral ni en el voto.

Porque se filtraron las listas de personas que votaron contra el gobierno y se percibió esa gente, entonces la gente tiene mucho miedo de votar contra el Gobierno, la gente prefería abstenerse y no votar, pero eso se recuperó ahora en los últimos años cuando ha visto la oposición que si se organiza, puede ganarle al monstruo que cree que le puede hacer fraude, porque eso es lo que pasa que el ciudadano común piensa que su voto no va a servir, que lo van a engañar o que lo van a descubrir que votó.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ - ¿Cómo funciona ése filtraje?... para saber.

ENTREVISTADO – Sí, sí. Tenemos un organismo electoral muy corrupto, muy corrupto que es el… ahí vamos al llegar al problema que tiene a Venezuela, tenemos un organismo que es el CNE que es muy corrupto tiene un grupo de rectores que son del partido de gobierno y tú no puedes tener al árbitro que sea de uno de los equipos, o sea, el Barcelona contra Brasil… el Barcelona tiene su árbitro para el juego contra el Real Madrid, pero el árbitro es de la nómina del Barcelona, eso le está

pasando a Venezuela con el Centro Electoral, que el organismo que es el árbitro que regula las reglas, que es el que hace que se cumpla la constitución y todo la cosa, es abiertamente a defensa del gobierno y sus personas que están ahí, son militantes del partido de gobierno, entonces esa data que se recolectó cuando votaron los venezolanos, se le entregó a un diputado de gobierno, que es una lista muy famosa, se llama la Lista de Tascón, que se usó para despedir a la gente de la industria petrolera, para destituir a la gente que trabaja con la compañía pública de electricidad, a la compañía pública de teléfonos, a las alcaldías, a las gobernaciones, tú ibas a buscar trabajo y lo primero que te revisaban era si tú habías salido en esa lista.

El problema de los venezolanos más allá de eso es, ya estás viendo que los poderes están alineados con el gobierno, pero el poder más crítico y el responsable de lo que está pasando en Venezuela es el poder judicial y por eso se llama… esta organización que yo te hablaba se llama Primero de Justicia porque realmente si tú te pones a ver en abstracto, si no hay justicia no hay nada, o sea, si la justicia funciona, estas cosas se corrigieran, cuando sucede que un diputado extrae una base de datos del Congreso, ése diputado va a la cárcel o si hay corrupción y alguien lo agarra va a la cárcel y paga, entonces todo se basa en la justicia, pero la justicia está torcida y no hace su trabajo de justicia y se utiliza, se ha utilizado en los últimos años para perseguir políticamente más que para resolver los problemas, ya Venezuela está en el punto en dónde la justicia es de mano propia de los individuos y por eso tú ves videos donde si alguien cree que iba por ahí una persona que robó un dulce, lo queman en la calle o lo matan.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, yo he visto.

ENTREVISTADO – No hay justicia y saben que la justicia no funciona.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y creo que por eso también por eso Venezuela tiene unos índices de violencia muy altos que creo que son los más altos del mundo.

ENTREVISTADO – Sí, sí, la corrupción que tomó el poder judicial apresan a alguien que cometió un delito y al siguiente día está en la calle, los policías son asesinados por el que cometió el delito y es un círculo vicioso muy perverso, pero es la falta de justicia, todo lo que tenemos en Venezuela es falta realmente de justicia.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Bueno, ¿Existe alguna diferencia entre el gobierno de Chávez y Maduro?

ENTREVISTADO – Chávez era político y Chávez, él quería su proyecto pero tenía límites, tenía sus propios límites, voy a decir que éticos podría ser, tenía credibilidad, tenía autoridad y liderazgo sobre la gente, era muy brillante, aunque su proyecto estuviera equivocado para los venezolanos, pero él tenía credibilidad, entre la gente que lo seguía y entre la comunidad internacional y tenía límites en las cosas que hacía también, esta gente que llegó después de Chávez, no tiene respeto por nada, son violadores flagrantes de los derechos humanos, no tienen límites, nada los para, so voraces en la corrupción, o sea, todo el dinero… o sea, no es que en Venezuela faltan alimentos porque un problema de la cadena de la distribución, de nada, es que el dinero del alimento se lo roban, el dinero de los alimentos se lo robaron completo y de cada cosa que entra en el honorario público de la renta petrolera que es el único ingreso que tiene el gobierno, todo se va para Suiza y se va para otros países, está es la gente que está gobernando.

Cuando estaba Chávez solamente, Chávez era el líder, la autoridad de quién sea que sean toda su gente, la única voz al que siguen y él qué dice, cuando se muere Chávez, se dispersó ese poder entre mucha gente, entre los militares, entre los militares corruptos con el narcotráfico, entre los otros que tienen negocios, entre los políticos, entre ellos Diosdado Cabello, Maduro, entre familias, entre clanes y entonces ya el país anda sin rumbo, porque todo el mundo está halando hacía su parte. La diferencia con Chávez es que Chávez era lo que decía Chávez, toda vaina concreta se cumplía como él la decía, y aparentemente él logró hacerse respetar internacionalmente, probablemente por sus posiciones, también podría decirse… ciertamente moderadas en algún sentido, o sea su proyecto de izquierda o como él lo llamaba… le tenía un nombre a su proyecto de izquierda, socialismo del siglo XXI, lo que sea, él mostro cierto liderazgo internacional, guiando a otros países a lo que él quería plantear, tuvo la ventaja de que tenía un gran apoyo económico con los precios del petróleo en ése tiempo y eso da una sensación de bienestar, aunque las cosas vayan mal siempre hay dinero, es como tu casa, eres… tu casa brota dinero debajo de… levantas un mueble y hay dinero, no importa que tú seas un malo administrador, todavía sigue saliendo dinero para hacer lo que quiera, pero esta gente que gobierna después de Chávez, es corrupción, es crimen, es hampa, es mafia, es crimen organizado, es narcotráfico, es trata de blancas, es este… todas las perversiones que hay en una sociedad, están.

Por lo menos Chávez lo tenía controlado y ellos advirtieron, cuando se vaya Chávez… “Chávez era el que nos controlaba”, lo dijo una famosa frase de Diosdado Cabello, Diosdado Cabello, el que… el personaje nefasto que… el diputado, él dijo “Él era el que nos tenía… el que nos tenía amarrados, pero ahora van a ver quiénes somos nosotros, que nos volvemos locos sin Chávez”, él lo dijo y es verdad, están locos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y has hablado acá de muchos puntos negativos del Chavismo, ¿Crees que ha habido algún punto positivo?

ENTREVISTADO – Bueno, Chávez estimuló la participación popular que la gente era muy apática con el tema político, al venezolano no le interesaba para nada la política, no sé si bien o para mal, pero la gente… bueno sí, si tú vives bien es mejor que te ocupes en otra cosa y no te interesa, por ejemplo, ¿por qué aquí hace tan poca política la gente, así a nivel municipal?, porque el Alcalde está atendiendo tus problemas y no te interesa meterte en la política, si mi calle tiene luz y tiene… yo tengo mis servicios, yo tengo mi trabajo, cuando empiecen a afectarme mis cosas personales, probablemente yo empiece a buscar a qué político le tiro piedra a su techo.

Chávez hizo que el pueblo se mostrara participativo en la política, entonces se podría decir que él fue el que masificó ése interés en votar y en elecciones y todo eso, e hizo demasiadas elecciones constantemente, eso también fue… hacer pensar al pueblo que era el que estaba gobernando, que el pueblo es el que está tomando las decisiones, que en la práctica no haya sido así, pero decir “todos ustedes son los que están tomando las decisiones”, entonces ustedes votan siempre y entonces el pobre sintió que participaba, eso es una de las cosas que hizo él.

Tengo una gran duda si él realmente hizo un aporte grande a la pobreza porque el país tenía demasiado dinero, entonces eso se reflejó en la pobreza impresionantemente, los índices de pobreza bajaron, pero es que el mundo cambió con el petróleo a 100 dólares, o sea, Venezuela estaba, error grande que no se ahorró para el futuro como hizo Noruega, otros países un poquito más inteligentes, ¿No? Hubo mucho dinero así que los índices de pobreza como cambiaron yo se los atribuiría totalmente a Chávez, algo tuvo que haber tenido de sensibilidad sobre la gente, una persona que se le vio muy cercano de la gente pobre, eso es lo que yo te diría.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ok, a cerca de la crisis actual, ¿Cuáles serían las principales causas?

ENTREVISTADO – La falta de justicia, número uno, en Venezuela se permitió el sistema judicial, se infiltró la política en el sistema judicial y se dañó el país, muy simple, se hizo una reforma judicial, temprano en los años de gobierno de Chávez, en donde se empezó a quitar los jueces y los nombra jueces provisorios, esos jueces provisorios como son provisionales, si te portas bien… sigues ahí y si te portas mal yo te remuevo porque eres provisional, eso cambió totalmente la justicia en Venezuela. Cuando tú vas a una institución como el poder judicial, le manejas su presupuesto siendo el Estado, remueves a la gente a los jueces cuando tú quieres no dan sentencia que te favorecen por eso es tan interesante el sistema de aquí con respecto a eso, podrá ser muy imperfecto el de los Estados Unidos, pero parece que funciona muy bien, porque esto de tener jueces, por lo menos en el tribunal supremo que son de por vida a pesar que los nombra un presidente, ya ellos no le obedecen al presidente.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, es cierto.

ENTREVISTADO – Eh, además está la alternancia esa que si el gobierno de ahora nombró vacante del que viene va a nombrar otra vacante y así siempre va a haber un balance, un equilibrio ahí, en Venezuela no sucedió eso, todos los jueces son nombrados por el partido de gobierno y eso hizo impune la justicia, hizo que la impunidad tuviera desbordada y que cuando tú corrompes lo más arriba del poder judicial, ya un juez de parroquia que tiene que meter preso a un ladrón de periódicos, también va a utilizar el mismo modelo, el mismo ejemplo que viene en toda la cadena completa, entonces eso va pervirtiendo a la justicia, ése es el problema número uno de Venezuela.

El segundo problema de Venezuela, yo lo vinculo muchísimo a no haber respetado la constitución que nosotros teníamos, se cambió un modelo que nadie estaba solicitando, que nadie quería un giro… ideológico del país, nadie lo estaba esperando y el más grave que yo creo es haber permitido que el gobierno de Cuba controlara tanto un país en todo sentido, el gobierno de Cuba yo lo viví por experiencia propia en donde estaba muy involucrada con la educación, estaba muy involucrada con el militarismo en Venezuela, estaban en los cuarteles los militares cubanos, en los cuarteles venezolanos, llegó y se sigue usando la bandera cubana y la venezolana, enton-

ces se podría decir que un país invadió sin fuerza a otro país y eso cambió totalmente al venezolano y lo que eran los venezolanos y yo siento que pasaría igual con sus cosas buenas o malas en Brasil o en Argentina, si los venezolanos vamos a Brasil a controlar el gobierno venezolano y a poner reglas de nosotros que nos gustan en Venezuela.

Entonces la autodeterminación del pueblo se perdió totalmente y una gran influencia cubana, y Cuba venía de un desastre grandísimo, entonces ése no era el modelo que esperábamos los venezolanos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sabes que yo estuve en Colombia en el 2014 y yo hablé con Pedro Carmona que él está ahí en una Universidad como profesor.

ENTREVISTADO – Que afortunada eres de haber podido hablar con una persona que jugó su rol importante, equivocado, yo también lo pienso que fue equivocado pero.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Muy interesante.

ENTREVISTADO – Pero una persona muy interesante.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, muy inteligente.

ENTREVISTADO – Sí.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y él me dijo que el caso de Cuba y Venezuela es el único caso del mundo en qué un país más débil ha podido tener una influencia tan grande sobre el otro país.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Control.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Cuando me hablabas yo me acordé de eso, que él me dijo.

ENTREVISTADO – Y eso es invisible, eso no se ve, eso fue poco a poco en estos 18 años como nos encontramos con el que dicta las órdenes era un señor que se llama Ramiro Badejo, militar cubano que estaba controlando la electricidad en Venezuela y que después controlaba el congreso… una influencia, Ramiro Badejo, para que veas las posiciones que él ha tenido en Venezuela política y se perdió la República.

Este, ¿Cómo pasó eso?, no sé si fue un manejo, si ellos se aprovecharon de Chávez, si Chávez fue débil, recibiendo la asesoría de ellos pero no permitiéndole controlar, él los podía escuchar y decir ok, ¿cierto?, lo que tengo que hacer, pero la in-

fluencia de ellos fue muy fuerte en Venezuela, de hecho hay unas tesis conspirativas pero eso aquí lo digo entre nosotros… en donde dicen que Chávez, ya no le estaba funcionando a Castro, que le funcionaba mejor era Maduro, Chávez se murió allá, nadie supo nada de él, ellos eran los que lo protegían, ellos eran los anillos de seguridad de Chávez eran de gobierno cubano. Hay teorías conspirativas que dicen "ya a Chávez no lo dejan hacer lo que ellos quieren y de verdad que en control de Cuba sobre Venezuela se multiplicó con la muerte de Chávez, es un sitio diario de consulta del gobierno venezolano para cada paso que da ante la crisis o de cualquier cosa, deben ir a Cuba a consultar lo que… los movimientos que van a hacer, Colombia le tiene mucho miedo por cierto, también a Santos ahora.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí.

ENTREVISTADO – Sí, por… le han tenido mucho miedo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, por el proceso de negociación con las FARC.

ENTREVISTADO – Por el proceso de negociación, y Cuba involucrada en eso, y es que en donde Cuba, donde meten la mano ha habido tragedias grandísimas a nivel de economía, porque nadie puede decir que es un modelo exitoso lo que pasó ahí, ¿Cómo lo vas a repetir en otro lado?, nosotros también tenemos modelo en Venezuela de Cuba, igualito.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y ahora está la crisis.

ENTREVISTADO – Ay, ojalá.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Bueno y en cuanto a la oposición, ¿Cuáles son los líderes que más inspiran confianza?

ENTREVISTADO – Ah, el venezolano es muy particular, tú sabes que los venezolanos destruimos a la cabeza de nuestros líderes, de la cabeza, nosotros mismos, somos autodestructivos, o sea, cada vez que sale un liderazgo, la misma oposición termina eliminándolo y es una inconformidad natural del venezolano y yo no lo voy a entender nunca, Enrique Capriles es pacífico, Enrique Capriles es pacifista, él no puede ser agresivo, él no es agresivo, él no va a salir a pelear a ningún lado y entonces la gente.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Lo critican.

ENTREVISTADO – Una gran parte de la sociedad dice que es un vendido, que él trabaja para gobiernos externos, totalmente alejado de la realidad, pero él ha estado

en el tope de la preferencia venezolana y la misma oposición lo bajó, a lo mejor hace un poquito su trabajo de gobierno también, creando opiniones, matrices de opiniones que lo debiliten y bueno.

Leopoldo López es un tremendo líder y ha hecho un sacrificio enorme por los venezolanos, tenía una ruta totalmente diferente a la de Capriles y por eso es que es interesante, cuando uno sabe quiénes son los líderes, es que son tan distintos los conceptos, ahora están unidos porque el objetivo es salir del gobierno, cuando el objetivo no es salir del gobierno, tú ves las diferencias muy marcadas entre el liderazgo político, uno como Leopoldo que gusta, hay gente que le gusta esa propuesta, que es dela presión en la calle, de pelear, de luchar, de sacar incluso por la fuerza, de la salida, era su… y eso nos gustaba a muchos venezolanos desesperados. Por otro lado nos gustaba mucho a los venezolanos Capriles que decía, “calma, no voy a sacar a la gente a la calle, yo no voy a poner gente para que se muera, yo prefiero entregar si yo gané la elección y me la robaron yo prefiero pelear esto legalmente, pero yo no voy a pelear esto en la calle”, y entonces yo diría que los más influyentes en la política son Enrique Capriles de ése partido Primero de Justicia y Leopoldo López del partido Voluntad Popular.

Y la gente de la oposición que son los únicos que tiene de líderes, la misma gente los castiga y los castiga por ejemplo ahora que Leopoldo salió de la cárcel para su casa, la gente… tu lees en los foros, lees en los periódicos, la gente criticando que él se debió haber amarrado al a cárcel, porque si no es negociando con el gobierno, y entonces tú dices, pero si tú eres opositor de verdad estás haciéndole el favor a Leopoldo o estás haciéndole favor al gobierno. Está bien que esté en su casa con su esposa y sus hijos pero no es libre todavía, por así decirlo es un preso político.

Eso los más influyentes, los más emblemáticos, pero como te contaba, Venezuela en los últimos años ha ido descabezando su liderazgo y ha sido la oposición, tuvimos a Enrique Mendoza que fue un candidato contendor de Chávez, pero cuando perdió contra Chávez porque no hizo más para no perder, entonces la gente lo eliminó de la fase política. Luego, este… Manuel Rosales, fue contendor y también la oposición dijo no porque le perdió a Chávez, o sea, cada vez que alguien le perdía una elección a Chávez, la mima oposición que eran buenos líderes, habían aglutinado casi a la mitad del país, la misma oposición decía… “Ya no sirven”, porque no tenemos paciencia, los venezolanos queremos…

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Justo los perdedores.

ENTREVISTADO – Y el único que se ha salvado de eso pero porque ha sido inteligente y ha sido porque tiene un respaldo muy grande de su partido ha sido Capriles, porque Capriles ha perdido como dos o tres elecciones y la gente lo ha condenado, ha estado en puntos muy bajos y la gente le ha dicho "No nos defendiste, te dejaste robar la elección, tú le habías ganado a Maduro, estás vendido, ya no eres de…" y resulta que no, que él es un pacifista, él no va a pelear de esa forma como la gente quiere que pelee, pero se ha mantenido muy bien y hay una mujer muy interesante, que se llama María Corina Machado, María Corina Machado ella es eh… yo estoy vinculado con ella a nivel familiar.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Ah sí?

ENTREVISTADO – Pero fíjate que no soy ciego, te digo que me gusta Enrique Capriles, me gusta Leopoldo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja.

ENTREVISTADO – Ella es muy buena, pero la gente, la percepción que tienen de ella es que es del alto estrato social y entonces a pesar de que sí hay mucha gente que cree en ella, creo que le ha costado más que a los demás políticos penetrar en la base de la sociedad.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y ¿crees también que hay un componente machista porque ella es mujer?

ENTREVISTADO – También, definitivamente, ha habido un componente machista, no ha tenido suerte porque el gobierno, cuando ella comenzó a hacer su movimiento político el gobierno la ha ido bloqueando de muchas formas, tanto que la destituyeron de la asamblea nacional sin una causa justa, que porque vino y se reunió con el presidente de los Estados Unidos y regresó, usaron mil argumentos para destituirla del Congreso fraudulentamente y bueno, ella sigue dando su batalla en la calle, tiene muchos seguidores, entre los tres creo que hacen una gran fuerza, y hay una persona que está presa que se llama Antonio Ledezma.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Fue alcalde.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Fue el Major de caracas.

ENTREVISTADO – El alcalde de toda el área metropolitana y electo por el pueblo y lo metieron preso con cualquier argumento que utilizan del poder judicial y tiene varios años ya preso en su casa y él era definitivamente uno de los más importantes

líderes de la oposición. Entonces fíjate cómo los líderes de la oposición van presos, terminan presos, entonces.

Él estuvo preso, el pagó en su casa, eso como que lo usa mucho el gobierno para sacarse de encima, o los gobiernos, porque no sólo el de Venezuela, cualquier emblema político meterlo preso por algo, pero ellos son, ellos son las personas, Leopoldo y Enrique Capriles, María Corina y este alcalde Antonio Ledezma que ya tantos años preso, evidentemente el contacto social y esas cosas…

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Perdió su base.

ENTREVISTADO – Se va disipando, sí.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja, María Corina ha estado en Brasil, creo que hace unos dos o tres años, para hablar con los senadores de Brasil, para resolver la situación de Venezuela.

ENTREVISTADO – Y la querían acusar de traición a la patria, de… cómo va a hablar allá, todo el que sale afuera a hablar lo quieren acusar de traición a la patria.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Eso es cierto.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ah, ¿Cuántos venezolanos viven en Estado Unidos, y mayoritariamente en cuáles estados?

ENTREVISTADO – Eh, en la Florida te puedo decir que nosotros debemos ser por lo menos 200000 venezolanos en la Florida, en esta área donde estamos nosotros, que es bien extensa, se llama el área de la Bahía de Tampa, tiene alcance hasta San Peta, un poquito hacía el norte a Brandon, Pinella, Nando's, varios condados aquí, nosotros debemos tener 20000 venezolanos un 10% de esa población, se concentran más los venezolanos en el sur de la Florida, lo que es Miami, Dora, Weston, toda esa área, incluso a esa área le llaman Doralsuela.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Estuvimos ahí.

ENTREVISTADO – Bueno, todas esas, y en Orlando también hay mucha concentración de Venezolanos, de manera que aquí somos cerca de 200000, en la Florida y en Estados Unidos en Total debemos ser un millón y medio de venezolanos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Ya.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Bastante.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y ¿tú crees que hay una diferencia entre la cantidad que hay de venezolanos que hay hoy en Estados Unidos, una diferencia

significativa, sustantiva, que hay hoy en Estados Unidos y que había en la época de Chávez?

ENTREVISTADO – Absolutamente, la gran migración de venezolanos y yo pienso que cerca de un millón de venezolanos, poco más de un millón de venezolanos, han salido en estos 18 años.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Ok, ¿Pero hubo momentos de flujo más intenso, después de la muerte de Chávez?

ENTREVISTADO – Justamente en el momento en que tomó posesión Nicolás Maduro, los números de entradas de venezolanos aumentaron y yo lo veo, específicamente porque hago inmigración, lo veo por el tema de los asilos políticos, ya eso es una de las cosas importantes, por cosas circunstanciales estamos en este momento haciendo esto para los venezolanos, pero no era lo que hacíamos, pero la demanda, la necesidad de venezolanos por servicios de inmigración por problemas de política son… se dispararon completamente y a nosotros nos buscan mucho aquí en esta organización, ahora, yo lo he visto en los números, por ejemplo, se podría decir que desde que entró Chávez al gobierno en el 98, empezó un flujo de venezolanos hacía acá a los Estado Unidos, estas personas que en la política le tenían miedo a su discurso, que lo decían, que vieron en él esa tendencia peligrosa y sí hubo mucha gente que lo vio y esa gente empezó a salir pero las cantidades eran muy pequeñas, si lo comparas con los temas de los asilos por ejemplo, unas mil personas desde el 98, desde el 99, hasta la mitad del 2005, 2006, 2000 personas al año venían a pedir solicitud de asilo, 2007, 2008, 2009, 2010, dos mil, dos mil quinientos, en el 2013 cuando Maduro toma el poder… diez mil venezolanos pidiendo asilo, en el 2014 doce mil, en el 2015 quince mil, en el 2016 quince mil, en el 2017 en lo que va de año dieciocho mil.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Oh.

ENTREVISTADO – O sea, el gran éxodo de una oleada de venezolanos escapando de Venezuela.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Pos-Maduro.

ENTREVISTADO – Pos-Maduro, empezó en el 2013, tanto que somos el primer país desde el año pasado en peticiones de asilo en los Estados Unidos, era China, siempre estuvo en los primeros lugares China y México, y nosotros desde el año pasado

estamos en el primer lugar, ya veníamos ahí tocándole a China los talones y desde el año pasado somos número uno, no me da ningún orgullo para nada a mí eso.

Pero tienes que sumar dos cosas, el tema político, todo es político al final, pero el tema político y la carestía, el sufrimiento que tiene el venezolano a nivel humanitario, de salud, créeme que aquí hay mucha gente que entra porque no hay cómo… tú te mueres en Venezuela, porque no consigues atención médica, porque no hay recursos para atención médica, todo eso se lo robaron de paso y hay gente que viene por esa situación, nosotros, los jóvenes, nos trajimos a nuestros padres, porque ya en su edad dorada no pueden ser atendidos medicamente en Venezuela, no consiguen medicinas, los papás de uno toman sus cosas, sus vitaminas y allá no hay nada.

Otras personas que porque el país se hizo inviable a nivel laboral, por la destrucción del aparato industrial y productivo de Venezuela, porque todas las empresas se fueron, si no las compró el gobierno, las expropió y está el componente político, claro, que al final todo el mundo usa el componente político como la excusa de haber dejado al país, pero realmente es porque el país está en una crisis muy grande para vivir allá.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Entonces, si hacemos una división de las motivaciones que traían a los venezolanos a Estados Unidos desde que empezó Chávez, podríamos decir que durante los primeros años de Chávez principalmente el componente político que los impulsaba a venir para acá y pos-Maduro, el componente político también, pero también el económico, el de salud, el de trabajo o sea, todos los otros.

ENTREVISTADO – Y el del crimen y todo los demás males juntos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Ok, durante Chávez era más la inmigración política.

ENTREVISTADO – Netamente era el componente político, la gran oleada de venezolanos, salió con… no sé si escucharon un poco sobre el paro petrolero porque creo que Carmona tuvo que haber comentado eso porque él tuvo mucho que ver con eso también. En una corporación del gobierno que se despidan a 20000 empleados de la noche a la mañana, todos esos empleados salieron del país, porque además por la lista esa, e donde decía…

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – No tenían cómo emplearse.

ENTREVISTADO – No había ningún sitio en dónde emplearse, además el gobierno era el empleador petrolero.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Era el área de ellos.

ENTREVISTADO – Ellos están todos afuera y esa es la primera gran oleada, me imagino que salir en bloque, no eran los 20000 que votaron, eran los 20000 más sus tres hijos, más su esposa.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Ya entendí.

ENTREVISTADO – Al final…

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y la gente dice que hoy no tiene toda su capacidad de productividad porque esa gente que tenía la capacidad de trabajar ahí ya salió.

ENTREVISTADO – y ahora tienen a 100000 empleados, o sea, lo que te quiero decir, porque duplicó la cantidad de empleados que tenía y la capacidad bajó.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – De productividad.

ENTREVISTADO – Cada año decae el número de barriles que se producen en Venezuela, creo que ahora está por dos millones trescientos y cuando llegamos a producir hasta tres millones y medio de barriles, entonces con muchas más personas, o sea, se hizo una empresa totalmente burocrática, que se usó como una caja chica para el gobierno para usar el dinero con los dólares. Entonces la empresa cuando tú la haces clientelar tan bien, o sea, quiero decir que si tú estás conmigo, yo te doy el cargo, cuando votaron… estas personas estaban en PDVSA, fueron internadas en el exterior por las corporaciones petroleras grandes, vinieron y estudiaron aquí en los Estados Unidos con programas de becas de Venezuela, era personal altamente calificado, no quiere decir que eran los únicos que podían hacer el trabajo, pero se crearon para poder poner esa industria, ser la número… creo que era la segunda en el mundo a nivel petrolero, la tercera si no me equivoco, llegó a ser el primer proveedor de petróleo de los Estados Unidos y para hacer eso hicieron… crearon un perfil de profesional muy de… con una capacidad muy elevada, pero los botaron a todos.

Imagínate esto, en donde cada posición de estas tomaron a la secretaria que era la del vicepresidente y la pusieron en el cargo, porque era la que más o menos sabía lo que hacía la persona allá arriba, yo creo que es industria no se ha podido recuperar más nunca.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Usted evalúa que todos los emigrados de Venezuela estén en contra del gobierno en algún nivel?

ENTREVISTADO – Sí, por lo menos el 95% de la gente que está afuera está en contra del gobierno, pasa algo, las generaciones viejas de venezolanos aquí en los Estados Unidos que no vivieron a Chávez, que yo tengo amigos que me decían cosas maravillosas de Chávez, de lo que estaba haciendo con los pobres y todas esas cosas, que vivían aquí en Estados Unidos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – No lo sabían.

ENTREVISTADO – O por lo menos lo que veían era diferente. Ay sí que se ha bajado la pobreza, esas personas que estuvieron con Chávez, están en los mismos grupos de nosotros, donde nosotros hacemos manifestaciones y cosas ahora en este momento, se les recuerda que fueron de Chávez, pero están ahora contra el gobierno y están en contra de Maduro y quieren sacar al gobierno, me explico, cambio hubo. Se podría decir que antes de la era Maduro se podían conseguir gente que apoyaba a Chávez todavía, fuera del país, pero después de Maduro definitivamente la gente que está fuera del país, haya vivido o no haya vivido a Chávez en Venezuela, no quieren el gobierno.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y ¿Crees entonces que hay Chavistas que no son Maduristas?

ENTREVISTADO – Absolutamente.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Aquí en Estados Unidos.

ENTREVISTADO – En Estados Unidos, lo que pasa es que si Chávez dejó algún legado de algún tipo, Maduro lo acabó con eso.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Entonces esa gente no quiere a Maduro porque lo que hizo de bien, digamos así de Chávez, él lo ha destruido.

ENTREVISTADO – Así es.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Qué piensas que Estados Unidos podría hacer para resolver la situación de Venezuela.

ENTREVISTADO – A mí me gusta mucho la autodeterminación de Venezuela, hay gente que está invitando que deberían, el Big Brother, hacer una invasión militar, yo creo que como Estados Unidos y me gustó lo que recientemente dijo el gobernador Scott, y también un poquito en la línea del Senador Rubio, a mí me gustaría muchísimo que Estados Unidos siguiera denunciando en los foros internacionales en don-

de tiene una autoridad importante, lo que sucede en Venezuela, o sea, que puede ser un buen vocero para denunciar lo que está mal en Venezuela, eso es una buena participación. Pero especialmente Estados Unidos, a mí me parece que ha sido muy débil permitiendo que el flujo de dinero de corrupción de Venezuela esté en los Estados Unidos y deben ser muchísimo más prudentes, especialmente tratándose de un régimen que está condenado internacionalmente por su vinculación con el negocio del narcotráfico y con todas estas cosas, ser más vigilante y que esos capitales no entren aquí especialmente en el estado de la Florida, eso es otro gran aporte que podrían hacer los Estado Unidos.

Pero su trabajo lo está haciendo Estados Unidos desde hace varios años, en varios organismos en la OEA… lástima la ONU se ha convertido en un organismo muy difícil, imagínate que países violadores de derechos humanos están en el concejo de seguridad y a veces hasta son presidentes de Derechos Humanos… presidente de derechos humanos.

Entonces me parece que no hacen muy bien su trabajo, especialmente ése organismo, la ONU, las Naciones Unidas. Pero Estados Unidos yo sé y he entendido también la posición, mira, nadie en américa latina quiere que Estados unidos se meta, pero es como… Yo tengo un perro y un gato en la casa, yo no quiero que mi gato abuse del perro, porque es bravo, la gata quiere al perro, pero yo regaño es al perro porque es el grande. Entonces a Estados Unidos le pasa eso en América Latina, ilustrarlo con ése ejemplo, porque recientemente llegó una gatica y esa gatica, ella siempre regañaba al grande, al perro, pero la gatita es la mala, es la gatita chiquita. Entonces eso pasa en Latinoamérica con la política, Estados Unidos como es el grande él no se debe meter porque todo el mundo lo mira mal, porque está en contra del pequeño, entonces todos nos aliamos contra Estados Unidos para que no se meta con un país, pero lo necesitamos para que nos proteja, pero mira que dicotomía. Decir, yo quiero que Estados Unidos que haga algo por mí, ayúdame, defiéndeme yo no puedo solo. Pero si se mete todo el mundo le va a entrar encima porque ¿Por qué el grande tiene que poner orden en las cosas?, entonces es muy difícil.

Una posición muy difícil que es ser muy prudente a nivel diplomático y lo más que puedes hacer es expresar, a mí me gustan las sanciones del gobierno al régimen violador de derechos humanos, me gusta muchísimo, ése es un gran aporte que podría hacer Estados Unidos para que el mundo sepa, dónde hay un velador y eso sí

debe ser bien documentado, bien fundamentado para no caer en injusticia, pero sí debe señalar a las personas que están expresamente, por ejemplo, si hay muertos en la calle en las protestas, el responsable de eso es el gobierno, el gobierno es violador de derechos humanos y Estados Unidos debe defender esos derechos de algún modo o acusarlos, o denunciarlos, o cerrarle esos accesos a esos violadores de derechos humanos a un retiro placentero en este país, con dinero tomado ilegítimamente del gobierno, eso lo pueden hacer.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y ¿Cuáles acciones efectivas el gobierno de Estados Unidos tomó en los años del Chavismo para auxiliar a los venezolanos?

ENTREVISTADO – ¿Cosas que hizo positivas o negativas?

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Positivas

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Las dos

ENTREVISTADO – En el gobierno de Chávez el gobierno fue muy… Puedes hacer una diferencia aquí en los Estados Unidos, el Gobierno de Bush fue muy duro con Venezuela, George Bush, el Presidente George Bush, Expresidente, no quiso nunca reunirse con él, se insultaron mutuamente en muchas oportunidades, incluso en la ONU.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí yo me acuerdo pues…

ENTREVISTADO – Y el gobierno de los Estados Unidos apoyó de algún modo a la oposición en Venezuela a través de su embajada y de los voceros del gobierno y muchas personas vieron eso como positivo, otras personas de la parte del gobierno pensó que era una injerencia muy muy fuerte haber hecho esas cosas, ¿No?.

Hubo un punto de cero relación entre Estados Unidos y Venezuela y al final pagaba, esa cuenta, esa factura, no la pagó el gobierno, sino que la pagaron los venezolanos. ¿Por qué?, porque cuando el gobierno de los Estados Unidos cierra totalmente la relación con un país y hay personas en ése país que están dependiendo de esa relación como por ejemplo te voy a decir, la agencia de drogas de los Estados Unidos la retiraron de Venezuela, que era de Cooperación. Entonces se subió el negocio del narcotráfico que trajo crimen y violencia y se perjudicó totalmente.

El objetivo del embajador, a veces de parte de los Estados Unidos, a veces de Venezuela, muchas veces le cerró la puerta y no les aceptó a los embajadores y los mandó retirar también, les dio horas para salir de Venezuela, lo pagó el ciudadano que necesita servicios consulares, no había manera, todavía no hay manera de obtener visas de turismo hacia Estados Unidos. Entonces cada cosa que hace Estados

Unidos puede terminar al final cuando creemos que va a pagar el gobierno al final termina pagando la gente algunas acciones, ¿No?

¿Cómo podrías tener tú un equilibrio con eso?, tú me contabas, específicamente el gobierno de Bush?, se cerrará totalmente los gobiernos, no se hablaron los gobiernos, no hubo ninguna relación. Más adelante el gobierno de Obama, o del Expresidente Obama, para ser respetuoso con él, fue un poco más débil con el gobierno de Venezuela y hubo relación, también se sabe que hubo relación que no era pública o clara, por ejemplo el caso de visitas de funcionarios del gobierno americano a Venezuela para hablar con el gobierno venezolano y resolver algunas cosas como por ejemplo el caso de los hijos de la pareja presidencial y cosas de estas.

Son especulaciones que hay en los medios, pero se sabe que los hijos de la familia Flórez Maduro, se paseaban por los Estados Unidos tranquilamente por ejemplo, y eso lo incentivaba lo protegía el gobierno de Obama y eso es público, se ve que suavizó la relación de Bush con Venezuela, pero el problema en Venezuela iba en escalada, que te preguntarías ¿Cómo se va a ir mejorando la relación si se va empeorando la relación de los venezolanos?

Y a nivel de foros internacionales como la OEA o la ONU, fíjate que no se hizo, no se condenó mucho la actuación del gobierno de Venezuela, pero estaba paradójicamente funcionando la embajada para los venezolanos que estaba funcionando lo que te explico, y es difícil ¿No?, o sea, me ayudas, quiero que seas malo con el gobierno, pero como eso perjudica a los venezolanos, es un poquito la situación que está pasando con Cuba, cuando esta esta… otra vez vuelvo a la dicotomía, yo no tengo la vara mágica, trasciende de mi entendimiento el saber qué es lo bueno de las dos cosas. Si le quito la ayuda que está alimentando al régimen de Castro y al final termina perjudicando al pueblo, o sigo ayudándolo como era el plan de Obama que terminó Trump, y al final si lo ayudo le cae beneficios al pueblo de algún modo, de algún modo, no sé, que salga la gente de allá para acá, la familia envía cosas… de verdad que es muy difícil cuál es lo correcto y eso ha pasado con Venezuela en diferentes términos y en diferentes gobiernos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Entonces crees que en general los Demócratas fueron más débiles con Venezuela que los Republicanos.

ENTREVISTADO – Siempre.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Pero eso tiene sus puntos, como ella estaba diciendo, ser muy duro tiene sus puntos negativos e inversamente proporcional si es muy débil tiene sus puntos positivos, digo negativos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – No es tan sencillo decir que es bueno, que es malo.

ENTREVISTADO – No se puede calificar como bueno o malo, lo que sí se puede hacer es decir que si tradicionalmente los gobiernos republicanos tienen posturas más duras, han tenido posturas más duras con el gobierno de Venezuela, y los gobiernos demócratas han sido más suaves con Venezuela. Igual lo que ha pasado con Cuba y con otros países, con Siria, me imagino que formará parte de… ideológicamente del componente político.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – del componente político.

ENTREVISTADO – Y ¿Qué me gusta a mí?, yo te lo voy a decir, entre esas dos cosas me cuesta mucho decir qué es lo bueno y qué es lo malo, pero como cada gusto es diferente, a mí me puede estar gustando el picante y a ti no te puede gustar y eso no lo hace bueno o malo, a mí me gusta una postura firme, no ambigua, sobre los derechos humanos. Sobre los derechos humanos, las violaciones de los derechos humanos para mí tienen un punto ético y moral demasiado elevado, no me importa el comercio, bueno sí al final por supuesto me importa, nos afecta, ¿No?, si el gobierno permite que entren y salgan barcos, y entren y compren o no petróleo a Venezuela, mi ética no va a juzgar el interés energético de los países, uno de vender y el otro de comprar, el uno necesita petróleo y el otro necesita venderlo.

Pero si hablamos de derechos humanos, yo creo que el gobierno de los Estados Unidos tienen que ser radical en la posición de defender cualquier violación de los derechos humanos en cualquier parte del mundo, así al gobierno le guste o no le guste.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Entonces los derechos humanos son un tema más prioritario entre los intereses económicos, si yo tengo que abrir mano a intereses económicos para defenderlos derechos humano esa es la idea.

ENTREVISTADO – Absolutamente, acabas de describirlo de la mejor manera.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – OK.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – La relación comercial siguió muy tensa, mismo con Bush.

ENTREVISTADO – Exactamente.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Qué han hecho los venezolanos en Estados Unidos para cambiar la política de Venezuela?

ENTREVISTADO – los venezolanos han hecho de todo, ya no hay, las rutas del… las salidas, han menguado todas las posibilidades de hacer un cambio y el venezolano… yo creo que estamos muy cerca de perder la república, cuando tú llegas a la violencia en la calle es porque ya no hay más nada que tú puedas conseguir y te voy a ser sincero que Venezuela no ha buscado por la vía electoral por varios años, desde hace dos años se está entorpeciendo la salida consulta electoral que era el referendo si se salía o no se salía Maduro y eso era una solución muy buena ara todo el mundo, eso permitía sobrevivir al chavismo, al madurismo, porque cambiar al presidente no significa que vas a aniquilar la fuerza política de ellos, porque puede ser tan fuerte en el Congreso y en cualquier otro lado, en las Gobernaciones, en las alcaldías, pero a su vez el gobierno… y la manipulación del sistema electoral que no dejó que una cosa que estaba en la constitución se llevara adelante, este, le cerró todas las posibilidades a Venezuela que era lo electoral, entonces si no les dan, si no nos dan la vía electoral no hay otra cosa que la violencia, no hay otra cosa que la guerra civil, pero se ha hecho todo, se han transitado todos los caminos el electoral, el de la protesta, la protesta pacífica, el plantón, la hora cero. Se eligieron, se hizo elecciones con la asamblea y se reconoció totalmente la asamblea, entonces eso es una válvula de escape para el venezolano.

Tener un poder un poquito equilibrado ahí y decir “Bueno, yo soy el presidente, pero aquí también está el Congreso y estas cosas”, pero se anuló totalmente ese poder. Entonces han arrinconado de tal manera al ciudadano que no quiere el modelo de gobierno, que no tiene otra cosa que pasar a la lucha armada o a la protesta violenta, porque si no le abren la ruta electoral, no va a haber salida.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y aquí en los Estados Unidos, ¿Cuáles puntos han tocado los venezolanos para mudar políticamente Venezuela?

ENTREVISTADO – Nosotros hemos hecho muchas cosas aquí, hay mucho activista venezolano, mira está Patricia Andrade por ejemplo el trabajo de ella, cada uno en su área, ella por ejemplo está en la defensa muy firme de lo político, y también los derechos humanos, porque ella va como relatora en la Corte Interamericana de los Derechos Humanos, ella ayuda a denunciar la parte venezolana, es un ejemplo nada más, en Orlando, en Tampa, en California, los venezolanos primero nos hemos ocu-

pado de palear un poco la crisis humanitaria en Venezuela, ¿Cómo hemos tratado de hacer eso?, con ayudas, con ayudas que salen de recursos de trabajos, que no es fácil aquí producir dinero, para uno mantenerse en Estados Unidos y ayudar a la familia, con todo y eso se han hecho importantes las familias generales, incluso hasta las que tienen menos ingresos en los estados Unidos siguen ayudando y apoyando manteniendo su familia afuera, que por cierto es un alivio para el gobierno también, el gobierno que… tiene una crisis descomunada alimentaria.

Pero es tan torpe que niegan la posibilidad que les envíen cosas, ¿no les contaron por ahí que no dejan entrar ayuda humanitaria ni nada a Venezuela?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí yo escuché eso.

ENTREVISTADO – Qué contradicción, esto puede hacer que baje un poco la presión de la gente, porque si la gente tiene hambre va a hacer cualquier cosa, si a mi gente le llega allá comida a lo mejor la tengo calmada la gente, pero eso no lo permite. Pero volviendo al tema político como tú me decías, que de hecho no es político, bueno, lamentablemente el ejercicio de la política aquí por lo que está pasando en Venezuela es muy limitado, es de denuncia, de medios, de hablar, es de ir a los foros, en cada escenario, en cada tribuna, en cada oportunidad que tú tienes de comenzar a explicar qué es lo que está pasando en Venezuela y por qué Venezuela cayó en el hueco en donde está ahora, educar un poco probablemente, eso da mucho apoyo moral al venezolano que está luchando en Venezuela, porque tiene vocería aquí, sobre todo ante una censura mediática descomunal en Venezuela, a veces la gente está más informada de lo que les llega de los Estados Unidos, que de lo que consiguen allá en Venezuela porque hay muchas limitaciones para conseguir información, los canales de televisión no transmite lo que pasa, etc.

Entonces nosotros hemos sido como ése enlace con el mundo a nivel de vocería ara expresar lo que pasa y yo estoy seguro que muchas de las acciones que se han tomado, como fue en el exterior como en la unión europea, como en la OEA, como en el parlamento británico, ahora en el Congreso de los Estados Unidos ha venido por el trabajo de venezolanos como nosotros que están en permanente denuncia de la situación en Venezuela, que a veces es el límite de todo lo que podemos hacer. Evidentemente, nosotros no podemos en cierto modo acompañarlos en la lucha en las calles en Venezuela y no podemos repetir ése tipo de manifestaciones aquí en los Estados Unidos, porque, ¿Contra quién?, porque si decidimos hacer un paro en los

Estados Unidos, ¿Contra quién lo estamos haciendo?, no tienen sentido, nuestras limitación en la política, nuestra aparición en la política está muy limitada a denunciar, a ser vocero, a hacer replica de lo que está sucediendo en Venezuela para que otros oigan.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – En términos técnicos… ¿Como un lobby informativo?

ENTREVISTADO – Es un lobby informativo y un apoyo moral también, muy importante y hay otro tipo de ayudas, por ejemplo en lo que a mí me compete específicamente que soy de derechos humanos también y de inmigración, es tratando en todo lo posible de conseguir aquí en los Estados Unidos alivio migratorio para los venezolanos que han tenido que huir, con eso hemos propuesto aquí en Tampa, Norma Reno y yo, por supuesto acompañados por la comunidad de venezolanos, hemos propuesto el estatus de protección temporal para los venezolanos, lo que tiene Honduras, lo que tiene Sierra Leona o lo que tiene el Salvador que son estatus temporales pero que no hacen que el ciudadano que está aquí en papeles lo devuelvan porque le va a pasar algo muy malo allá, o los asilos políticos, eso es una forma como… una forma que yo he encontrado para poder apoyar políticamente a los que llegan, a mí me llega mucha gente que son personas que acaban de salir de la cárcel, que encerraron en la tumba en una de las cárceles en donde el gobierno tortura a los disidentes políticos y han estado cuatro meses sin ver el sol y han llegado aquí. Yo tengo el caso, tenemos el caso aquí, Patricia por cierto está involucrada también con eso de una persona en el estado del Táchira que la guardia nacional le quitó un brazo y un ojo, y lo trajimos para acá, lo ayudamos, le hicimos su caso de inmigración, entonces es una manera de apoyar.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – La sociedad.

ENTREVISTADO – Sin identificarnos cien por ciento con el tema político, más bien es un tema humanitario, un tema de derechos humanos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Te lo pregunto porque mientras ella estudia relaciones de Venezuela y Estados Unidos, yo estudio las relaciones de Cuba con los Estados Unidos y uno por la historia que ya es más antigua de Cuba con los Estados Unidos, una cosa que yo estudio mucho es la acción de los cubanos-americanos, que ya son americanos en involucrarse en la política, en la esfera políti-

ca de los Estados Unidos para forzar sus intereses en la formulación de la política externa de Estados Unidos para Cuba.

ENTREVISTADO – Qué interesante.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Entonces es una cosa un poco más directa, entonces lo que yo digo es buscar a ver si los venezolanos ya no se empiezan a articular aquí en Estados Unidos, para hacer algo parecido, como que la fe en la política de los Estados Unidos en sus propias manos, para tratar de impactar.

ENTREVISTADO – Te lo puedo comentar pero off the records.

[INTERRUPCIÓN DE LA GRABACIÓN A LA SOLICITUD DEL ENTREVISTADO]

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Estados Unidos puede votar?

ENTREVISTADO – Como pasa mucho en centro américa, de los árboles que han sequiado y viviendo a la sombra muchos años, no lo estila, no es algo muy común, o sea, que podríamos tener como base, pensar de que de ese millón y medio de venezolanos, que un 80% de las personas estén legales en los Estados Unidos, ¿Ok?, esas personas no necesariamente son candidatos para votar porque tendrían que hacer una ciudadanía y muchos de ellos son residentes, entonces es muy difícil llegar a ése número, podríamos hacer una estadística y yo podría mandarte un correito porque yo leo los boletines de información de la estadística de su anuario y en ése anuario dice cuántos venezolanos se hicieron ciudadanos, entonces si vemos la historio de los últimos años, podríamos intentar hacer… que cada año 3000 venezolanos se hacen ciudadanos, eso sí es u derecho que tenemos muy arraigado, tan pronto como somos ciudadanos queremos ejercer los derechos políticos aquí en este país.

Además es una emoción.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, yo me imagino, yo te pregunto eso porque yo sé que los venezolanos tienen… buscan la ayuda de esos congresistas, entonces siendo electores es más fácil tener acceso a esos políticos.

ENTREVISTADO – sí, es un poco errado el mercado para los congresistas creyendo que todos lo que lo apoyan van a votar por ellos, porque muchos de ellos no votan. Una gran mayoría de esas personas no votan, créeme de verdad es muy limitado el número de venezolanos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Que se hacen ciudadanos que votan.

ENTREVISTADO – Sí, porque te voy a dar un ejemplo, un ejemplo doce años en los Estados Unidos y yo me hice ciudadano en el 2012, o sea, quiere decir que del 6 al 12, 6 o 7 años yo estaba viviendo en los Estados Unidos pero yo no votaba y yo iba a todos esos rali, iba a todas esas cosas, hacia activismo político y todo, pero… y así debe estar muchísimo, más del 50% de los venezolanos que están aquí, o sea, que tendrán una base, lo que pasa es que el cargue de ellos, por eso concentran sus cosas en esos grupos como donde va a hacer la renovación del muro este, este fin de semana, porque ahí sí pueden estar, un grupo de electores, es tan así, que ahí está el grupo de electores y habría que ver cuál es la población de venezolanos que hayan elegido alcaldes venezolanos, entonces ahí debe haber un buen grupo de votantes, bueno un alcalde que lo pueden elegir con 1500 votos no sé cuánto está, no es tan grande ¿No?, Pero tendría que ver la estadística, según la especulación, pero yo no creo que más del 50% de los venezolanos que están activos, empezando si somos un millón y medio de venezolanos ¿cuántos son mayores de edad y cuántos son menores de edad?, tomando en consideración que la población de Venezuela es joven, no como la europea u otros países, la población en Venezuela es joven, probablemente más de la mitad son menores de edad, ya están quedando 750000 venezolanos, de esos 750000 ¿Cuáles son residentes y cuales son ciudadanos?

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Entonces crees que el poder de convertir intereses en votos de los venezolanos, todavía no es muy representativo.

ENTREVISTADO – Como político y te puedo decir que uno no descarta un voto, porque digo, jurisdicciones se ganan aquí con 150 votos, probablemente puedes montarte en una legislatura. Entonces si yo soy venezolano y le llego a mis 20000 venezolanos de aquí de la comunidad y un 10% de esos son votantes nada más, yo creo que tengo mis votos para entrar aquí y ser un comisionado solamente con los venezolanos, ahora imagínate lo que hago con los demás, entonces esa gente que hace eso con los venezolanos, los políticos también te lo hacen después con el grupo dominicano y también lo hace con el grupo de los puertorriqueños, con los brasileros.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Interesante.

ENTREVISTADO – Eso suma, un político nunca desprecia, si hay en Weston, hay 50 votos venezolanos es representativo para él y las elecciones aquí la diferencia es que es de pocos votos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Un voto arriba.

ENTREVISTADO – Sí, así viene siendo, un voto arriba y un voto nulo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Es cierto, bueno, ¿Todos los medios posibles podrían justificar el fin del gobierno chavista?, si no, ¿Cuáles son válidos y cuáles no lo son?

ENTREVISTADO – Di de nuevo, discúlpame.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Todos los medios posibles podrían justificar el fin del gobierno chavista?, y si no, ¿Cuáles son válidos y cuáles no lo son?

ENTREVISTADO – Am, tú me puedes preguntar a mí como abogado y te dijera, legalmente hay cosas que no se pueden hacer, en este momento de esta hora de Venezuela, yo quisiera evitar que mi país cayera en una guerra civil, en una guerra fratricida en donde hermanos se matan con otros hermanos, yo usaría cualquier medio, cualquier medio constitucional para salir del gobierno y seguiría con mi presión en la calle siempre que la protesta en la calle sea pacífica y no violenta.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – O sea, los dos movimientos, por la vía constitucional y por la presión en la calle.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Excluyendo siempre la violencia.

ENTREVISTADO – Excluyendo la violencia que se genera, porque fíjate, yo estaba pensando éticamente si este apoyo a la resistencia es, qué tan dañino es eso y realmente yo protegería a la resistencia de ser agredida físicamente, lo protegería, pero yo no estoy seguro si yo les daría recursos a ellos a agredir físicamente a la fuerza pública, para dañarlos físicamente. Yo pienso que cualquier método de protesta no violenta debe seguir, yo creo en cualquier manera de sabotear, ¿Conocen el término sabotear?, el funcionamiento del Estado, eso es probablemente bloqueándole el acceso a su trabajo o bloqueando el funcionamiento del Estado como tal, el desconocimiento del Estado, yo creo en eso en la desobediencia.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Artículo 350 ¿No?

ENTREVISTADO – Artículo 350 y 33, yo creo en la desobediencia, creo en la protesta, creo en la protesta en las calles y creo en la vía electoral, más allá de eso creo que nunca, en la violencia va a traer nada bueno para nadie y el único que está usando la violencia en este momento es el gobierno con la guardia nacional o la fuerza armada venezolana y los grupos colectivos, pero yo no quiero llegar ahí, porque creo que eso no es válido.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ok, bueno, ¿Existen intereses internos conflictivos de Estados Unidos Cuanto a Venezuela?, y de quienes serían.

ENTREVISTADO – Primero que nada del poder económico, los capitales que han encontrado oportunidades de negocio con un régimen importante, un régimen como ese estilo al margen de la ley, siempre salen buenos negocios y eso puede ser un interés a nivel político yo también pienso que la geopolítica mundial hace que Estados Unidos no piense en sus beneficios solamente, sino en beneficio de sus aliados y a veces Estados Unidos tiene que negociar para obtener cosas con otros países y a veces en ése tablero de negociación están países como Venezuela, como pieza de intercambiar por intereses geopolíticos, económicos y también por intereses comerciales y a veces hasta por intereses diplomáticos.

Si un país le está pidiendo a Estados Unidos que deje tranquilo a Venezuela porque necesita un voto aliado en alguna actividad que estén haciendo en cualquier foro internacional, probablemente Estados Unidos que necesita algo de ése país utilice eso, porque en el fondo, ustedes son mejores que yo conociendo eso por el tipo de estudios que tienen, en la política siempre es un acto de negociar y las cosas suelen cambiar y creo que sí hay intereses.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – En el escopo internacional, en el escopo internacional de Estados Unidos con otros actores y en el escopo nacional tú crees que hay interés doméstico.

ENTREVISTADO – ¿En la propia Venezuela?

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – No, en los Estados Unidos, o sea, intereses domésticos, intereses americanos en el petróleo venezolano, es en lo que pensábamos nosotros.

ENTREVISTADO – Oh sí, totalmente, sí, aquí hay mucho interés y el interés es la garantía que le da el gobierno de Venezuela que no le va a dejar de entregar petróleo a alguien que tendrá beneficios de ese suministro y estamos hablando del petróleo pero a lo mejor son muchas cosas, los capitales, o sea, el dinero robado de Venezuela es una cosa bestial, o sea, fueron más de 100.000´000.000 de dólares que se escaparon de Venezuela, que dicen que están en Suiza, en Andorra, en mil partes y que mucho de ése dinero también entro en la banca americana y siempre detrás de las negociaciones con Venezuela de gente que se ha encontrado aquí en los

Estados Unidos trayendo dinero y capital incluso de la corrupción al final terminan con alguna sociedad de alguien en Miami o en algún lado.

Por ejemplo, a mí me han dicho que hacia el norte de aquí del estado de la Florida, hay muchas aras de caballos de paso y de casonas, todo eso, hacia el área de Ocala, y que todas esas tierras y todos esos caballos costosos, obvio de gente con mucho dinero, son de venezolanos, hay mucho beneficio aquí, hay gente que está interesada en hacer negocios con venezolanos, sobre todo con gente que no tiene escrúpulos ni ética ni con el dinero ni con lo que se roban, pero lo más triste es que este país pueda ser premiado, más que la corrupción por el dinero del narcotráfico, porque Venezuela se convirtió, cuando Estados Unidos en cierto modo apoya a Colombia con el plan para terminar con los carteles de la droga, ése negocio no desapareció, lo que hizo ése negocio fue mudarse y ése negocio se trasladó a otra tierra fértil que es Venezuela y a México también y si Estados Unidos se pone duro contra México en Venezuela se crece el negocio y esos son los intereses, uno no sabe de qué tamaño son los intereses. Uno no sabe, esa gente consigue acceso a muy altos niveles inimaginables.

Sigo creyendo que la piedra que mantiene a este país parado, a parte de los valores de la corrupción es la justicia y ahí si hay una cosa importante que en cualquier otra área pueden negociar y hacer cosas con Venezuela, pero en el momento en el que la justicia mete la mano, que yo creo que no está corrupta por lo menos, el nivel de corrupción es muy bajo en los Estados Unidos, según los índices internacionales, eso si yo creo que la gente que hace eso no tenga acceso a la justicia de los Estados Unidos. Un ejemplo grande, por eso es que permanecen presos los sobrinos de la pareja presidencial en Venezuela, porque yo pienso que si fuera a nivel político eso ya se hubiera resuelto, pero lo tiene el poder judicial, nadie lo puede tocar.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Bueno, creo que era eso.

ENTREVISTADO – ¿Sí?, ¿En serio?

APÊNDICE B – ENTREVISTA DE JOSE ANTONIO COLINA

Fecha de entrevista:	19/06/2017
Entrevistado:	José Colina
Investigadora:	Carolina Silva Pedroso
Investigador:	Alfredo Juan Guevara Martinez
Título del audio:	Entrevista 2
Duración:	57 minutos 05 segundos

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ - Lo que tenemos son como que una lista, pero corta, catorce preguntas… creo podemos tener una conversa y hablar de temas…

ENTREVISTADO - Tenemos tiempo, de aquí al medio día tengo una reunión, entonces, esta es como mi oficina, pueden usar la oficina para asuntos sociales

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - Bueno entonces la primera pregunta es ¿cuál es el trabajo debe Veppex?, ¿cómo surgió? y ¿por qué?

ENTREVISTADO - Ok, mira, Veppex es una organización que agrupa los venezolanos que han venido a los Estados Unidos por persecución política. La idea nace cuando yo estuve detenido aquí en los Estados Unidos, como ustedes saben, yo era teniente de la Guardia Nacional o de parte del grupo de militares que se pronunció en contra de Hugo Chávez en el 2002, pidiendo su renuncia por violar constitución, acatamos el artículo 350, después de ahí pasé a la clandestinidad por ser acusado de una cantidad de delitos que obviamente que eran falsos y era la primera muestra de cómo se utilizaba el sistema judicial para perseguir a todos aquellos que no estaban de acuerdo con el régimen.

Estuve ocho meses clandestino en Venezuela, un mes clandestino en Colombia y posteriormente vine a los Estados Unidos donde solicité asilo político en el aeropuerto, pero como solicité asilo, las autoridades venezolanas solicitaron mi extradición hacia Venezuela acusándome de que era terrorista y esa razón me llevó a estar dos años y cuatro meses detenido en cárceles de inmigración de los Estados Unidos. Yo estaba detenido, en cuatro cárceles de inmigración, hice una huelga de hambre de

33 días, yo llegué aquí el diecinueve... el 10 de diciembre del año 2003 y salí en libertad el seis de abril... el 28 de abril del año 2006.

Cuando salí en libertad, obviamente en el primer año, fue para establecerme, pues para estabilizarme y en el año 2008 creé que la Organización de Venezolanos Perseguidos Políticos en el Exilio. ¿Por qué la creé?, por una razón muy sencilla, la creé cuando estaba detenido en inmigración, tuve la oportunidad de conocer a muchos venezolanos que ya estaban siendo deportados hacia Venezuela y la mayoría de ellos por falta de conocimiento de las leyes inmigratorias… este, había habido mucha mala praxis de abogados también, entonces me di cuenta que era necesario tener una plataforma que ayudara a los venezolanos que vinieran a Estados Unidos por persecución política, también previendo que si en Venezuela se deterioraba la situación política, pues iba a ser mayor el número de venezolanos que iba a venir a Estados Unidos a solicitar asilo político.

Entonces básicamente Veppex, surge como una organización que le iba brindar asesoría y apoyo a los venezolanos que vinieran por persecución, en ese momento que comenzamos con la organización, nos dimos cuenta que el exilio venezolano no era visto como un exilio como tal, había figuras exiliadas importantes, periodistas que en Venezuela han sido famosos por su trabajo y por la persecución a la que habían sido sometidos, a dirigentes políticos, no políticos, dirigentes patronales, dirigentes empresariales, pero el exilio como tal no se entendía, no se entendía que en Venezuela había una situación política normal, que generaba que los venezolanos salieran a otro país a buscar lo que no encontraban en su país de origen.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - pero, ¿eso hablas en Estados Unidos o en otras partes?

ENTREVISTADO - No, en Estados Unidos inicialmente, el movimiento comenzó aquí.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ok.

ENTREVISTADO - Cuando nos dimos cuenta de eso, entonces comenzamos a ser una serie de eventos con el Congreso de los Estados Unidos, con los alcaldes de las ciudades, comenzamos a celebrar el día del exiliado venezolano, que era como decir "vea lo que está ocurriendo, hay una gran masa de venezolanos que está viniendo fuera del país, por persecución política", entonces celebramos el día del exiliado, queriendo mostrar que muchos venezolanos, aquí en Miami, en Miami Dade.

El Congreso de los Estados Unidos también hizo algo con respecto al día del exilio venezolano y así se creó una matriz de opinión, que ya lo eran figuras exiliadas sino una masa que venía producto de la persecución, en ese ínterin, el régimen comenzó deteriorar cada día más, la violación a los derechos humanos, el establecimiento de una dictadura y nuestra organización comenzó a tener mucha participación a nivel mediático, nosotros hacemos comunicados, fijando oposiciones con respecto a la violación de derechos humanos, a la presencia del terrorismo en Venezuela, a la presencia del narcotráfico las fuerzas armadas.

Entonces, comenzamos a tener mucha exposición mediática, comenzamos a realizar asambleas de ciudadanos, comenzamos a tener grupos importantes, comenzamos a contactar otros países y es así como abrimos direcciones en Canadá, direcciones en Panamá, direcciones en Perú, direcciones en Colombia, direcciones en España, direcciones en Francia, o sea, dónde habían venezolanos y se agrupaban, pusimos o pudimos colocar direcciones de la organización Veppex que creció mucho más allá de los Estados Unidos, pero que tiene su plataforma, dónde tiene sus fortalezas, dónde tiene su junta directiva es en Miami, ya dejó de ser solamente una organización que se dedicaba a la asesoría, a la ayuda a los venezolanos perseguidos, a ser como la primera organización exiliada de resistencia fuera del país, que fijaba posiciones firmes con respecto a la violación de derechos humanos, que hablaba con congresistas, que hacía denuncias ante la OEA, ante naciones unidas, que hablaba de terrorismo internacional.

Entonces nos convertimos en una organización de resistencia, cuando el régimen comenzó a atacarnos, primero porque el Presidente o el Presidente de Veppex era un terrorista según ellos, calificaron a la organización de terrorista también, y eso le dio como un peso importante dentro de lo que es la lucha por la oposición fuera de las fronteras de Venezuela. Después, han venido una serie de situaciones como por ejemplo, fuimos los primeros que dijimos que Venezuela era un Narco-Estado, fuimos los primeros que dijimos que en Venezuela operaba el terrorismo internacional, hemos sido los primeros que han puesto sanciones porque los funcionarios en Venezuela están vinculados al narcotráfico, después hicimos… detectamos que era una gran cantidad de funcionarios, funcionarias, colaboradores del gobierno que después que destruyeron al país se vinieron a vivir a los Estados Unidos, comenzamos con esa campaña de que en los Estados Unidos estaba dándole abrigo o esta-

ba permitiendo que revolucionarios se vinieran a vivir para acá con el miedo a que robaron a los venezolanos.

O sea que Veppex se convirtió en una gran organización que fue atacando muchos puntos al mismo tiempo que dejó de ser una organización de ayuda, para convertirse en una organización de lucha, de lucha activa, de hecho hemos realizado más de 30 protestas aquí en Miami contra funcionarios, contra el Presidente, de los consulados países amigos del régimen de Venezuela. Tuvimos una buena reunión estos días con el secretario Luis Almagro, que vino a recibir la orden del exilio venezolano. Bueno, hemos hecho una gran cantidad de cosas que han permitido que Veppex no sea vista nada más como una organización de ayuda, sino como una organización de activismo formal y frontal en contra del régimen de Venezuela.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Cuál es la evaluación de Venezuela antes de Chávez?, ¿Cómo era el país?

ENTREVISTADO – Bueno, Venezuela antes de Chávez era un país que tenía un cierto nivel de prosperidad, donde si bien es cierto que existía mucha corrupción, el venezolano podía encontrar lo necesario para vivir, la gente de clase pobre como yo, que vengo de una de las zonas más pobres del país, tenía la capacidad y las probabilidades de estudiar y superarse, pese a las circunstancias que vivía el país de corrupción, pero un era un país más o menos normal, donde existía la tolerancia, donde existía el respeto, donde la gente podía surgir.

Era un país que venía de un bipartidismo que muchos criticaron, pero que sin duda alguna, cuando comparamos con lo que ha ocurrido en los últimos 17 años, aquello le dejó muchas cosas positivas al país, permitió que el país pudiera seguir avanzando, y estos últimos 17 y 18 años lo que ha generado es un gran estancamiento, un retroceso y lo más dañino de todo es la falta de tolerancia y el enfrentamiento entre los propios venezolanos por algo que no tiene sentido emocional ni ideología política.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – De manera general, ¿Cuáles fueron los principales puntos negativos del chavismo y si hay algún punto positivo?

ENTREVISTADO – El principal punto negativo del chavismo es haber maximizado la lucha de clase, el odio entre los venezolanos. Aquí ya no se trata del chavismo o no chavismo, aquí son los pobres contra los ricos básicamente, el que tiene contra el que no tiene y ése creo que ha sido el mayor daño que le ha hecho esta revolución

maldita al país, ha separado familias, lo vimos ayer, a una madre le matan al hijo, pero como la señora es chavista, pues ella perdona a los que asesinaron al hijo, no le da importancia al hecho como tal y eso es algo que es sumamente respetable y completamente criticable, que una madre no llore a su hijo o justifique la muerte simplemente porque apoya el régimen, creo que es una de las mayores desgracias que ha vivido Venezuela y una de las cosas que tendremos a futuro que subsanar, porque no puede ser que las familias se separen, no puede ser que el país que se divida, no puede ser que el país llegue al punto de enfrentar una guerra civil, simplemente por una ideología fracasada, una ideología trasnochada, una ideología que no ha generado ningún tipo de beneficio, lo que ha servido es para la destrucción sistemática del país, la pérdida de las instituciones y se cimentó una nueva clase corrupta, que son los que antes en el pasado eran pobres y ahora se convirtieron en millonarios a costillas del dinero del pueblo y olvidándose del sufrimiento del pueblo.

Entonces, creo que eso ha sido la peor consecuencia, la cosa más negativa que ha cometido el chavismo, y pues también haberle entregado el país a regímenes extranjeros, le entregó el país a los cubanos castristas, le entregó el país a los rusos, le entregó el país a los iraníes hemos herido la soberanía nacional, es un aspecto muy negativo del chavismo, que va a ser difícil de poder subsanar y otro de aspecto muy grave, que fue de los que me motivó a mí a irme contra del chavismo y a declararme en desobediencia legítima, que fue la destrucción sistemática de la fuerza armada, al haber permitido que las fuerzas armadas se corrompieran, al haber colocado a los militares en política, al frente de muchos planes de desarrollo económico, que permitieron que permeara la corrupción, socavaron la base más elemental de las fuerzas armadas que era su carácter apolítico, no deliberante y esa corrupción y esa participación del narcotráfico, terrorismo y aspectos del poder, es lo que ha llevado a que las fuerzas armadas que eran esqueleto sobre la cual descansaba la república, pues se haya ha desmoronado para dar paso a la destrucción sistemática de la república a la destrucción de las instituciones y a quitar cualquier tipo de defensa para el pueblo que ha concedido las fuerzas armadas.

Entonces todo eso sesga al chavismo y creo que lo único positivo que ha generado esto, es que ha servido de manera muy traumática para que el ciudadano común, entienda que la política es demasiado importante para dejarla en manos de pocos y que todos tenemos que estar involucrados de forma tal de ser garante del futuro y el

destino del país, y el mejor ejemplo de ello ha sido, que la juventud en Venezuela que está luchando en estos momentos por un país que no conoció, están interesados en política porque han entendido que de ahí está la base para su futuro, eso de que " yo no soy político" ha cambiado para decir "todos somos políticos" todos tenemos que estar pendientes, todos tenemos que participar porque de lo contrario, ocurre una tragedia como la que se ha vivido hasta ahora, que aparte de costar vidas, ha costado el futuro del país, el futuro estratégico del país, no hay en este momento en el país lugar donde los jóvenes puedan vivir, no hay país en donde las generaciones de clase media puedan vivir y yo creo que eso ha llevado a que todo el mundo tenga mayor conciencia y creo que eso se lo debemos al chavismo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Existe alguna diferencia entre los gobiernos de Chávez y Maduro?

ENTREVISTADO - Bueno, obviamente que existe una diferencia garrafal, una diferencia clara es que Chávez era líder de esta revolución y es el causante de todo lo que ha ocurrido, todo el mundo trata de responsabilizar a Nicolás Maduro. No, no, no, no, no, no, el responsable de todo esto se llama Hugo Rafael Chávez Frías, que fue el que originó todo este movimiento, es el que colocó a Nicolás Maduro en el poder. La diferencia básica entre Nicolás Maduro y Hugo Chávez, la primera es que Hugo Chávez obviamente era un individuo mucho más carismático, con mayor capacidad de comunicación para conectarse con la población, tenía unas ideas quizá un poco más clara con respecto a donde quería llevar su revolución, muy influenciado por Castro, pero no haciendo todo lo que Castro le decía, y a diferencia de Nicolás Maduro, que simplemente no tiene claro hacia dónde va el país, obviamente por esos que se ha maximizado la corrupción y la destrucción sistemática de las instituciones y sin duda alguna es una marioneta, el títere del Castrismo donde él no toma ningún tipo de decisión, sino que lo que hace seguir un libreto, que es los que los hermanos Castro en este caso Raúl Castro que es el que queda le ordena, y la gran diferencia es que Chávez gobernaba con los militares del 4 de febrero, teniendo de ellos un gran dominio, un gran poder sobre los militares porque venía del estamento militar, mientras que Nicolás Maduro, no gobierna con los militares del 4 de febrero, lo contrario lo que ha hecho en este caso sobre el poder, no tiene influencia sobre las fuerzas armadas porque no en el seno militar y él se ha apoyado mucho a los militares que no son del 4 de febrero y en el frente Francisco de Miranda. El frente

Francisco de Miranda es un conjunto de civiles comunistas que apoyan a Nicolás Maduro y él le ha dado mayor preponderancia ese frente por encima de los militares del 4 de febrero, con lo cual ha generado unas profundas fisuras y fracturas dentro del partido socialista unido de Venezuela que son evidentes y obviamente si Hugo Chávez estuviese vivo, no hubiese ocurrido. Aparte, Nicolás Maduro impulsó una asamblea nacional constituyente para redactar un nuevo texto constitucional, ¿Qué está haciendo?, está prácticamente matando toda la basura que hizo Chávez, pero como quiera que sea, eso fue lo que él hizo, siendo de ayuda a la misma revolución, está pisoteando, está aplastando eso, lo cual genera mucha confrontación dentro del seno de su propio partido, si es o no por ejemplo la situación que está viviendo el país, en Venezuela lo que se está viviendo es una profunda anarquía está maximizada por la presencia de Nicolás Maduro en el poder.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Cuáles son las principales causas de la crisis actual?

ENTREVISTADO - ¿Perdón?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Cuáles son las principales causas de la crisis actual?

ENTREVISTADO - Las principales causas de la crisis actual de la corrupción, sí, es un país corrupto donde el individuo lo que está es pendiente el de hacerse millonario, no le interesa el pueblo, son individuos resentidos sociales que por cuarenta años quisieron llegar al poder para robar y para hacer exactamente lo que están haciendo en estos momentos, porque no tienen ningún tipo de escrúpulos. En el pasado existía la corrupción, pero era más o menos... No era mínima pero era controlable, ahora simplemente hay una intención de robarse todo porque son personas resentidas, su único objetivo es saciar su sed de venganza materialista de " bueno yo no tuve por 40 años nada, ahora voy a resarcir todo lo que no puede tener durante 40 años", se roban absolutamente todo.

Venezuela es el único país del mundo donde los contratistas no cumplen ningún contrato y le pagan 100% del contrato, Venezuela es el único país del mundo, donde los congresistas o los miembros de institutos autónomos o los ministros, pues son multimillonarios, robándose el presupuesto de la nación y no pasa absolutamente nada, Venezuela es el único país petrolero donde su población vive en la extrema miseria, eso es producto de que los que han estado en el gobierno tanto en funcio-

nes del gobierno, como empresarios, como contratistas, como colaboradores, lo que se han dedicado es a dilapidar el honorario público, no importándole ¿Verdad?, lo que le ocurra al ciudadano común, entonces esa es la principal causa del desastre que vive Venezuela y una gran impunidad que no se puede transmitir, o no se puede premiar, no se puede dejar que pase hasta que haya un cambio de gobierno, eso lo que plantea la oposición que vamos a encontrar que no pasaba nada, eso no puede ser posible, aquí los responsables de la tragedia del país tienen que pagar con cárcel, con juicio, porque lo que le han hecho el pueblo ha sido un daño tan fuerte, primero que no puede pasar por alto y segundo que no podemos dar posibilidad a que eso vuelva a repetirse en Venezuela. Entonces aquí lo que existe es una guerra y una impunidad, y creo que esa es la causa del desastre que está viviendo Venezuela.

En Venezuela matan a la gente, nadie es responsable, en Venezuela se roban el dinero, nadie va preso por eso, en Venezuela los presos hacen lo que les da la gana y no hay nadie que haga algo, en Venezuela se acusa al vicepresidente, al ministro del interior, a los ministros, a los comandantes de la armada, a los comandantes de la guardia de narcotráfico y no son removidos de sus cargos, entonces lo que existe es un estado forajido gobernado por delincuentes y esa es la, esa es la principal causa de la destrucción de Venezuela.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - y en cuanto a la oposición, ¿Cuáles son los líderes que inspiran más confianza?

ENTREVISTADO - Bueno, ninguno, realmente inspirara mucha confianza, si hubiera tenido la capacidad de enfrentar al régimen, hemos visto una oposición que ha cometido muchos errores sin duda alguna, el principal error es que no ha sabido capitalizar la confianza del conjunto social, y aunque hay muy buenas intenciones como por ejemplo María Corina Machado y el propio Leopoldo López, sí, son personas que han tenido buenas ideas, han planteado mecanismos que yo creo que son correctos para este régimen, pero no ha logrado enamorar a la población, no han capitalizado ese 90%, para poder sacar a esta podredumbre que hay del régimen en Venezuela, creo que ahorita no hay un líder visible, que uno pueda decir en esta persona podemos confiar para salir de esta tragedia, y lo estamos viendo la protesta, estamos viendo a los jóvenes estudiantes en las calles protestando, pero ¿Dónde

está el resto de la población?, ¿Dónde está el liderazgo que motiva a ese resto a luchar?.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y ese liderazgo en la época de Chávez también se...

ENTREVISTADO – No era inexistente, pero en aquel momento era inexistente porque él lo opacaba con su carisma, entonces no era fácil enfrentar a un individuo que tuviera ese poder de comunicación, pero ahorita en donde Maduro no tiene ese poder de comunicación, donde el 90% está en contra, donde la población no lo quiere, ni siquiera los propios chavistas, se supone que sí tiene un líder, lo suficientemente sólido, tendrían la capacidad para enfrentar al régimen, pero no es lo que estamos viendo y eso ha costado ochenta y tantas muertes, eso ha costado más de 90... 80 días de protesta, pero seguimos enfrascados en el mismo estado, en el mismo sitio y eso es lo que demuestra una ausencia de liderazgo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿entonces hace falta un liderazgo?

ENTREVISTADO - Sí, sin duda alguna, un liderazgo que tenga una capacidad de capitalizar ese 90% de contento, que con su discurso pueda enamorar y pueda comprometer a los venezolanos, y los pueda estimular a que luchan por su país, lamentablemente nosotros tenemos una... Tenemos una característica que no es muy buena, que nosotros siempre estamos jugando al ganador, este no es el momento de jugar al ganador, este es el momento de jugar a la patria. No importa, si eso atacaría de una manera u otra, pueda perder la vida o algo, pero es que la están perdiendo, pero el venezolano calcula mucho y eso es lo que no está bien en estos momentos, y no hay un líder que tenga la capacidad de decirle al pueblo " es el momento de luchar por tu libertad", tiene que aparecer para que podamos salir de esto, porque de lo contrario ellos van a seguir destruyendo el país.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Cuántos venezolanos viven en estados unidos?, mayoritariamente... ¿En cuáles estados?

ENTREVISTADO - Espera, los venezolanos que deben aquí cálculo que deben estar aproximadamente en unos 550.000 a 650.000 venezolanos, por supuesto en estados donde mayor viven, en la Florida, específicamente en el condado de Miami Day, donde hay mayor cantidad de venezolanos, hay una comunidad muy grande que está creciendo en Houston, Texas, y ahora también hemos visto que hay una comunidad más o menos grande en Nueva York y en Atlanta, sin duda alguna donde

mayor cantidad de venezolanos es en el estado de la Florida que son aproximadamente unos 250.000 y estoy convencido que ese sitio donde más venezolanos hay afuera de Venezuela. De hecho aquí cuando el consulado funcionaba, era la mesa electoral más grande fuera de Venezuela.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - y ¿Ahora dónde está el consulado?

ENTREVISTADO - Lo mudaron para New Orleans, el consulado aquí lo cerraron a raíz de una protesta que nosotros le hicimos a la cónsul.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - Pero ustedes se fueron a votar ahí

ENTREVISTADO - Sí, cuando vamos a votar vamos allá, a New Orleans

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Usted evalúa que todos los inmigrantes de Venezuela estén contra el gobierno?

ENTREVISTADO – Bueno, sí, sin duda alguna, obviamente yo diría que el 70% es contra el gobierno y el otro 30% por razones económicas, sociales, pero sí, obviamente todos están en contra del gobierno y ése 1% que yo percibo son chavistas que después de destruir el país se vienen a los estados unidos o a vivir a cualquier parte del mundo con el dinero que le robaron a los venezolanos, pero ellos no entran como refugiados, ni piden asilo, sino que entran con visa de inversionistas y como tienen tanto dinero.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Claro.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Patricia ayer mencionó los boliburgueses…

ENTREVISTADO – los boliburgueses a la nueva clase política que son los que se han hecho millonarios con la corrupción en Venezuela.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – y ellos ya están aquí.

ENTREVISTADO – bastantes, ya hay una cantidad, de hecho yo tengo una lista más o menos como de 300 o 400 identificados que viven aquí, entonces yo lo que hago es que los denunció ante el departamento de estado, les hago protestas, los someto al escarnio público porque es un acto de justicia. No puede ser que los Estados Unidos, primero, que fue el país que tanto criticaron en su revolución desastrosa, ellos se vinieran a vivir después de que se robaron el dinero de los venezolanos y que vivan en el mismo sitio donde viven sus víctimas. Entonces yo me tengo que topar con un fiscal que fue quien me envió preso por ejemplo, entonces yo creo que eso es una sinvergüencería y es por eso que iniciamos este movimiento de someterlos al

escarnio público y nos hemos dado cuenta, que ser sometido al escarnio público le hace mucho daño, les incomoda, de hecho muchos de ellos ya se están mudando para España, el lunes vamos a salir con un comunicado alertando el gobierno español para que también tenga previsión de precauciones con el capital de esos individuos, pues porque destruyeron a Venezuela y ahora después de que la destruyeron quieren esconderse en cualquier país del mundo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - Sí, claro, ¿Qué Estados Unidos podría ser para resolver la situación en Venezuela?

ENTREVISTADO - Bueno, pues lo que debería hacer, es tener una posición mucho más frontal, siempre le hemos pedido que deje de comprarle petróleo Venezuela, esa revolución se sustenta con el petróleo que los Estados Unidos le compra y por supuesto enjuiciar a la mayor cantidad de funcionarios que están involucrados en narcotráfico, al acusado algunos pero hace falta judicializar a mayor cantidad de ellos, pero creo que la acción más contundente que ellos pueden hacer es, no comprarle más petróleo a Venezuela.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Es lo principal.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Es lo principal que podrían hacer y es por eso que Veppex se posiciona en favor, o sea, va al Congreso a pedir eso.

ENTREVISTADO - Sí hemos pedido eso, de hecho si tu revisas históricamente nuestras peticiones, nosotros venimos diciendo que Venezuela es un Narco-Estado, que Venezuela es un estado que financia el terrorismo y narcotráfico internacional, un estado forajido, que se sale del fuero de la ley, que representa una amenaza para la seguridad continental que es necesario judicializar al Presidente ya los funcionarios que están metidos en el narcotráfico, que es necesario no comprarle más petróleo para que ese dinero no siga financiando las muertes de los estudiantes, que no siga financiando un régimen que viola los derechos humanos, que se ha sido nuestro futuro siempre, nos han tildado de radicales, por eso al principio cuando salimos con esa postura hace cinco o seis años atrás, nos caían encima. Hoy en día hemos demostrado que era lo correcto y que mientras que Venezuela diga teniendo subsidio económico, siga entrándole dinero, lo va a seguir utilizando para destruir a los venezolanos, mientras no le asfixie ese auxilio económico, ese dinero, la revolución se desmoronará mucho más rápido.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - Claro, ¿Cuáles acciones efectivas el gobierno de Estados Unidos tomó durante el Chavismo para auxiliar a los venezolanos?

ENTREVISTADO - Mira, pienso que lo único que han hecho positivo para nosotros, fue que en un momento determinado flexibilizaron la permanencia en los Estados Unidos de los venezolanos, al principio era muy difícil obtener asilo, después flexibilizaron un poco, pero ahora eso va a cambiar con la llegada de Trump al poder, creo que es lo único que han hecho de manera contundente a parte de declaraciones públicas donde han dicho que Venezuela es un país donde se violan los derechos humanos, que es un país donde reina la permanencia de poderes, pero creo que hasta ahí ha llegado lo que es la acción como gobierno. Ahora bien, hemos visto acciones independientes, por ejemplo de congresistas, que han sido aliados sobre los cubano-americanos que han sido nuestros principales aliados, por ejemplo ahorita tenemos al secretario general de la OEA al mando, que ha resultado toda una sorpresa con respecto a que se ha tomado las causas de Venezuela para sí.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Si

ENTREVISTADO – Pero creo que todo hasta ahora ha estado al marco de la comunicación y de las posiciones públicas, pero creo que hay que tener posiciones mucho más contundentes, sobre todo en los gobiernos democráticos de la región que no lo han hecho.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, o sea, Bush y Obama no hicieron mucha cosa…

ENTREVISTADO – No

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – En ése sentido.

ENTREVISTADO – Bueno, realmente Obama, Bush no hizo nada, lo que hizo fue tratar de flexibilizar un poco la cuestión de los venezolanos que estaban en el estado migratorio. Obama al final de su periodo tomó sanciones, dijo que Venezuela representaba una amenaza para la seguridad de los Estados Unidos y comenzó a dar los primeros pasos para hacer… o para tener una postura mucho más frontal, pero lo hizo al final de su mandato y casi que obligado.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja

ENTREVISTADO – Vamos a ver qué hace Trump que ha comenzado con una gran retórica, le ha prestado atención al plano de Venezuela, pero hasta ahora no hemos visto una acción realmente firme y contundente,

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – y tu evalúas como positiva ese… esa búsqueda de auxilio, o sea, esa búsqueda de favores, no sé si de favores, pero de auxilio en los representantes cubano-americanos en relación a Cuba.

ENTREVISTADO - O sea sí, sí, sí, yo considero que Carlos Cuberlo, el senador Marco Rubio, sí, sí muy importante para nuestra causa venezolana y ahora se ve, es un análisis mía pero cuando Trump ordena con Marco Rubio, con Mario Díaz-Balart, Rob Neyer, esa… ese nuevo enfoque para Cuba es una forma también, apunta a una forma positiva.

Con Venezuela lo que nos está ocurriendo ahorita es que estos aliados históricos que hemos tenido con el exilio venezolano, ahora tienen mayores revisiones con la casa blanca, con el gobierno demócrata no tenía penetración, no había comunicación, nosotros nos comunicábamos aquí, pero ellos no se comunicaban con la casa blanca porque no eran recibidos. Ahorita hay una comunicación directa y por eso pensamos que eso puede ser muy beneficioso.

Lo que está en interrogante es que Trump es aliado de los rusos y Rusia tiene incidencia en Venezuela, pero vamos a ver cómo se comporta con respecto a eso por ejemplo, pero no tenemos la menor duda de que nuestros amigos congresistas que han sido nuestros amigos durante todo este tiempo van a llevar el mensaje correcto a la Casa Blanca, precisamente para buscar el apoyo y las acciones necesarias para ayudar a los venezolanos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Qué los países de la región como Brasil, Argentina u otros podrían hacer para ayudar a Venezuela en esta crisis?

ENTREVISTADO – Mira, lo que deberían hacer estos países que en el pasado estuvieron representados por individuos que fueron muy amigos para darle soporte a Hugo Chávez, que él tenía hasta ahora, es crear una coalición para que aísle a Venezuela y eventualmente ante una posible masacre del pueblo venezolano que pueda formar una fuerza de coalición internacional para que pueda intervenir ante un momento pues de… donde el régimen termina de perder la cordura en contra de los venezolanos es perfectamente factible y es pasar de la palabra a la acción, hasta ahora hemos visto declaraciones contundentes, hemos visto posturas, hemos visto que sus diplomáticos se han movido hacia apoyar las posturas que son firmes y contrarias contra Venezuela, pero hace falta un paso más entendiendo que Venezuela representa una amenaza a la seguridad continental, representa un foco de inestabi-

lidad que perturba a los países con los que tiene frontera y siendo Brasil y Argentina los países con mayor población de América Latina, deben diseñar y deben conformar esa fuerza de coalición que permita actuar tanto para los que salen de Venezuela como una eventual mortandad masiva, que pueda entrar como una fuerza de coalición.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – ¿Tú ves eso como posible?

ENTREVISTADO – Sí, si lo veo posible porque hemos visto que el régimen ha ido aumentando en la escala de violencia, la población ha ido aumentando en la escalada de protesta y eso va a llegar a un momento que los puntos van a cribar y va a salir más personas a protestar que van a reprimir más, entonces eso lo hace mucho más elevado.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – y tú crees que es posible también la intervención en esos países o te parece…

ENTREVISTADO- No, no es posible, ahorita no es posible, aunque tanto Brasil está muy débil con Temer mientras sigue pendiendo en el hilo de la navaja y también está muy débil Macri en Argentina que tiene al Congreso completamente en contra, aunque él tiene una función clara con respecto a Venezuela, el Congreso ha estado una fuerza que históricamente han apoyado el régimen en Venezuela, pero pienso que ante una acción de ése tipo donde pudieran morir cientos de venezolanos no les va a quedar otra alternativa que apoyar al pueblo y no a ese régimen de trasnochados narcotraficantes y delincuentes.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Qué han hecho los venezolanos en Estados Unidos para cambiar la política en Venezuela?

ENTREVISTADO – Bueno, hemos hecho de todo, imagínate, hemos frenado el lobby internacional que venía haciendo Hugo Chávez. Hugo Chávez hacía un esfuerzo para decir que en Venezuela había democracia, nosotros hemos dicho y nos hemos movido internacionalmente para que se den cuenta de que no existe una democracia, sino una tiranía, una dictadura que viola los derechos humanos, hemos… ante el bloqueo informativo que hay en Venezuela, donde no hay ningún tipo de información que le comunique a los venezolanos y al mundo entero lo que está ocurriendo, nos hemos convertido en una caja de resonancia donde se expone realmente cuáles son las atrocidades que se están cometiendo en contra del pueblo, las violaciones que se están haciendo al pueblo venezolano, que es un trabajo que hemos hecho los

que estamos fuera, hemos buscado el apoyo internacional, que la OEA tenga esta postura, que los congresistas tengan esta postura, que los gobiernos tengan postura… es gracias al trabajo que hemos hecho desde venezolanos que están viviendo en el exilio.

Porque si nos hubiésemos quedado callados, si hubiésemos nada más seguido con nuestras vidas no se sabría esta realidad y creo que eso ha sido contundente para que el mundo entero tenga una percepción distinta de lo que está ocurriendo en Venezuela, también en estos momentos de crisis nos hemos organizado para enviar insumos, para enviar equipos, para enviar dinero, para sostener y sustentar las acciones de la resistencia, y hay un trabajo que no es tan publicitado pero que creo, es el más importante de todos, hemos diseñado un plan para la Venezuela pos-Maduro, la Venezuela pos-Hugo Chávez.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, eso es muy importante.

ENTREVISTADO – Sí, eso es muy importante porque nos permite tener una hoja de ruta al momento de que estos tiranos sean derrotados y nos va a permitir que si llegamos a la gerencia podamos construir el país que todos necesitamos, el país que nosotros soñamos, tomando en cuenta que tenemos la ventaja de haber tenido que vivir muchos de nosotros en países de primer mundo como los Estados Unidos, como España, como Inglaterra, como Francia.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí.

ENTREVISTADO – Y eso nos permite tener ideas que puedan ser aplicadas en una Venezuela post-Maduro, que va a ser traumática porque va a ser una Venezuela devastada.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí.

ENTREVISTADO – Pero considero que también podría ser como cuando no tienes nada y se edifica algo, entonces va a ser mucho más fácil poder construir la Venezuela que queremos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y… ¿Tú puedes ejemplificar los medios que han utilizado para hacer esa influencia?

ENTREVISTADO – Bueno, sin duda alguna que nuestros grandes aliados han sido los medios de comunicación, o sea, nosotros hemos tenido un apoyo de los medios de comunicación de los países libres, que nos ha servido para llevar nuestro mensaje, ha servido para exponer nuestras ideas y nos ha permitido poder llegar a la ma-

yor cantidad de venezolanos, creo que nuestros aliados han sido los medios, NTN24, los grandes periódicos del mundo, Folha de Sao Pulo, CNN, la prensa internacional, o sea, creo que sin ellos hubiera sido imposible que nosotros hubiéramos podido construir nuestra verdad.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Todos los medios posibles podrían justificar el fin del gobierno Chavista, si no, ¿cuáles son válidos y cuáles no lo son?

ENTREVISTADO – ¿Los medios de cuál?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Los medios de atacar… de acción

ENTREVISTADO – En estos momentos todo se vale, un país que perdió… o sea, un país donde se viola la constitución, donde el gobierno se ha convertido en una amenaza para los ciudadanos… ahorita es válido todo, ahorita es válido desde la insurrección civil, hasta la insurrección militar. Ahorita si un grupo de venezolanos reinsurge por la vía de las armas está justificado, es un estado forajido que se ha puesto al margen de la ley, que está destruyendo las instituciones, que está asesinando los venezolanos y ahorita todo se justifica, cualquier vía es legal, y creo que en estos momentos una acción armada en Venezuela sería lo correcto para poder devolver el estado de derecho, para poder enfrentar a unos individuos que son una amenaza para los venezolanos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Existen intereses internos conflictivos en Estados Unidos en cuanto a Venezuela, de quiénes serían?

ENTREVISTADO – Bueno, sin duda alguna el ala pro-izquierda en los Estados Unidos es un sector de los demócratas que es completamente pegado a la izquierda que ven en Venezuela un país normal donde se debe respetar el principio de la soberanía, creo que eso es lo más grave que tenemos en estos momentos y los sectores que ven en el negocio del petróleo, como algo que hay que mantener, “no importa quién gobierne, sino que estén mandando petróleo”, eso a Venezuela nos ha hecho mucho daño y se están yendo a la parte comercial, no están viendo la parte real que es la sociedad, los venezolanos, que es un régimen que está matando a los venezolanos en estos momentos, que está matando al pueblo y creo que esos sectores deben ser desplazados y tienen que ser enfrentados. Creo que ahí sí han sido de mucha ayuda nuestros amigos cubano-americanos que ha llevado nuestra visión y han llevado nuestro mensaje hacía esos sectores y hechos que están ocurriendo han servido para que muchos más congresistas y muchos más políticos de corte

norteamericana se convenzan de que Venezuela está hecha una dictadura y que es un gobierno que no puede durar más tiempo en el poder.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Entonces son básicamente dos visiones, una que es una ideológica.

ENTREVISTADO – Correcto.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y otra que es más económica.

ENTREVISTADO – Correcto, pero fíjate que en los norteamericanos lo que manda es el dinero, o sea, lo que a ellos no les afecta, o sea, si ellos de repente no compran más petróleo, significa que la gasolina va aumentar un dólar más, pues no lo van a hacer, ¿entiendes?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Aja.

ENTREVISTADO – Entonces, es allí en donde entramos en una batalla porque entonces decimos, bueno está bien, esto está representando el aniquilamiento de un pueblo, está representando mantener la tiranía en el poder, es allí donde se nos ha hecho difícil, pero yo pienso que hemos ido ganando la batalla, hemos ido ganando espacio porque ya no son nada más Iríana, Mario, Curreno, Rubio, Menéndez, sino que son otros senadores y otros representantes que en el pasado ni siquiera sabían dónde quedaba Venezuela.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Claro.

ENTREVISTADO – Ahora lo saben, entonces creo que en ése aspecto hemos ido avanzando bastante, de manera muy positiva.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Eh, la comunidad cubanoamericana empezó a ganar fuerza en los grupos del exilio que son en contra de Castrismo etc. o sea, también participando, usando también esa misma herramienta lideran a su favor, financiando campañas para que ellos tuvieran voz en el Congreso etc. y tal, creo que la comunidad venezolana se encamina por ese camino.

ENTREVISTADO – Sin duda alguna, de pasar más tiempo aquí… vamos a llegar allí, hemos tenido alcaldes, hemos tenido concejales, de ahí varias figuras que están tratando de ingresar o de participar en la política de los Estados Unidos, creo que vamos a llegar allí, no estamos muy lejos, pero es algo que realmente no me preocupa porque la similitud o cercanía que existe entre Cuba y Venezuela ha permitido que los congresistas cubano-americanos, los funcionarios cubano-americanos hayan tomado la causa de Venezuela como para sí. Entonces es algo que realmente no me

preocupa si es un cubano-americano o si es un venezolano, a Venezuela vamos a llegar en algún momento, pero mientras llegue, siempre hemos tenido el apoyo, sé que vamos a tener el apoyo de las autoridades cubano-americanas que ven la causa de Venezuela como propia.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y ustedes incluso tienen algún tipo de relación con los grupos del exilio cubano-americano, o sea, no los congresistas pero los grupos como la CANF?

ENTREVISTADO – Sin duda alguna, con todos, sí, han sido nuestros aliados durante todo este tiempo, por ejemplo Ramón Saúl Sánchez por el movimiento democracia, la señora esta, ahorita reciente… Silvia Iriondo, los alcaldes locales como el alcalde Bermúdez, que es cubano, y más venezolanos pueden ser, siempre nos está apoyando, es como un experto en defensa de los derechos humanos, o sea, siempre hemos tenido un contacto directo, es más, te podríamos decir que el exilio de nosotros no ha sido tan traumático gracias a ellos, porque hemos aprendido de sus errores, hemos aprendido de sus enseñanzas y han sido un soporte fundamental para nosotros.

Podemos pedir otro cafecito… ¿Quieren otro?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Bueno, sí, la última cosa, sólo un comentario en realidad, porque yo estuve en Colombia en 2014 y yo me he podido contactar con Pedro Carmona, él está ahí.

ENTREVISTADO – Pedro Carmona?

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí, él está en la Universidad Sergio Arboleda, ¿Tienen alguna relación con él o no?

ENTREVISTADO – Ninguna.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Porque él puede liderar en algún momento.

ENTREVISTADO – Ni tengo, ni quiero tener.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – ¿Por qué?

ENTREVISTADO – Porque él es culpable también, su falta de visión política el 11 de abril, los llevó a cometer los errores que cometieron y aquí tenemos que entender que los errores cuestan vidas, entonces esto no se trata del poder por el poder. Esto no se trata de decir… “yo salgo del país”, entonces tratas de hacer las cosas bien y ellos no la hicieron bien, en tiempos de crisis cuesta vidas humanas y eso es imperdonable, entonces yo no tengo ningún tipo de relación ni con él, ni con nadie que

haya sido participe de la tragedia que está viviendo Venezuela, yo en ése aspecto soy radical.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – No está con la gente de Fedecámaras

ENTREVISTADO – No, no, no, yo creo en algo distinto, yo creo que el liderazgo va emergiendo del pueblo, yo creo que el liderazgo va a emerger de su base, yo creo que va a surgir de la nada una persona que sin estar contaminada con los mismos vicios políticos, va a poder liderar esta causa de la forma correcta, porque esto no es una cuestión de ego, esto no es una cuestión de "¿Quién es el jefe?", esto no es una cuestión de protagonismo, esto es una cuestión de impulsar al país hacia un cambio verdadero, porque lo que están viviendo los venezolanos, esos muchachos que están matando… 16, 17, 18 años, son venezolanos que están luchando su futuro y ellos no están ahí por el poder o porque quieren ser presidentes, ellos están ahí porque están luchando por un país distinto, entonces yo no quiero tener nada que ver con nadie que haya tenido la posibilidad de hacer algo y no lo hizo por estar equivocado, entonces realmente no tengo contacto con él, ni quiero tenerlo, ni con él ni con ninguno.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ok.

APÊNDICE C – ENTREVISTA DE PATRICIA ANDRADE

Fecha de entrevista:	18/06/2017
Entrevistado:	Patricia Andrade
Investigadora:	Carolina Silva Pedroso
Investigador:	Alfredo Juan Guevara Martinez
Título del audio:	Entrevista 1
Duración:	15 minutos

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA - ¿Cuál es el trabajo de Raíces Venezolanas?, ¿cómo surgió? y ¿por qué?

ENTREVISTADA – Los inmigrantes llevaban y necesitaban ayuda y no hay nadie acá, institución, que ayude al inmigrante venezolano, a los inmigrantes en general y, en nuestro caso, a los venezolanos.

INVESTIGADORA CAROLINA – Aja.

ENTREVISTADA – Entonces de ahí es que nosotros decidimos organizarnos. Yo recibía muchas llamadas diciendo “me den sabanas, vasos”. Yo decía que yo no daba eso y entonces tantas llamadas me hicieron al final de 2015 que en enero de 2016 vine alquilar algo aquí [galpón]. Empecé con una chiquita y a los dos meses tenía una cola de gente, entonces tuve que abrir una segunda y luego abrí una tercera y luego cerré la que era pequeña y me quedé con esas cuatro grandes.

INVESTIGADORA CAROLINA – Que bueno! ¿Cuál es la evaluación que haces de Venezuela antes de Chávez?

ENTREVISTADA – Que era una democracia, con fallas, pero era una democracia, era un país que, aunque tenía problemas, era un país dónde teníamos todo. Es decir, podías estudiar en la, en la, por ejemplo, en la universidad. No importaba lo que tú pensaras, tú tenías derecho a entrar a la universidad que tú querías, sin pagar nada. Podías ir al mercado y comprar lo que tú quisieras a los precios que, de los más caros a los más económicos, podías ir a la farmacia. Tenía unos hospitales que, con ciertas fallas, pero todos tenían acceso a un médico, a una cirugía y hoy día eso… es con Chávez todo se destruyó.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ajá. De manera general, ¿cuáles fueron los principales puntos negativos del chavismo? y ¿si hay algún punto positivo?

ENTREVISTADA – Mira. Lo lo lo peor de Chávez fue que destruyó un país, lo destruyó tanto en lo material, porque no construyeron nuevos hospitales, lo que existe se destruyó, pero hay otro, otra destrucción que es peor, que es el tejido social. Entonces hay una división, "tú tienes, yo no tengo", hay mucho odio y sobretodo que el país lo dividió y el tejido social, "te voy a matar", "tu vida no vale nada", "tú no eres de la Revolución Bolivariana, entonces tú eres el enemigo". Y entonces esas personas empezaron a enfermarse, hay otras enfermedades que es la emocional. El país está como que en una guerra civil. Entonces no se han, eso lo vimos mucho aquí, que el que llega, llega ya emocionalmente afectado, de que "trague bombas, me perseguían", escuchan una moto y se ponen nerviosos, ven un carro de policía y se les olvida que esa es la policía de Estados Unidos y ya piensan que vienen por ellos. O sea, hay daño emocional, daño en el tejido social que el chavista abusa, eso es una conducta enferma y entonces es que el otro trata de defenderse y de sobrevivir. Entonces cuando el tejido social está dañado, el daño es peor, porque tú dices como vamos nosotros a reconstruir el país, no es solamente construir una autopista, es…

INVESTIGADORA CAROLINA – Una nación.

ENTREVISTADA – Sí.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Existe alguna diferencia entre los gobiernos de Chávez y Maduro?

ENTREVISTADA – Es sí. Se me olvidó el único positivo.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ah sí.

ENTREVISTADA – Que tiene el chavismo. Es que los venezolanos se unieron. Eso es lo único. Por ejemplo, recuerdo de mi infancia, mi mamá decía las fechas patrias, que es el 5 de julio, que es el día de la independencia, el día 7 de diciembre, día que murió Simón Bolívar. Mi mamá me decía de niña: "agarre la bandera y la pones en frente de la casa". Todos teníamos que sacar la bandera. Y yo lo hacía porque mi mamá me lo pedía. Hoy día la bandera yo la cargo aquí, aquí, o sea si pudiera aquí, aquí, o sea, en todas partes. Eso me lo sacó Chávez. No a mí, a todos los venezolanos los sacó el espíritu de que somos venezolanos. O sea, antes éramos orgullosos de ser venezolanos, pero ahora es una cosa así que te agarras y te inundas. Yo me yo pudiera, yo me vistiera de la bandera de Venezuela, es una cosa… ese es lo positivo, porque yo vi que Chávez me estaba robando el país y yo dije: "Ah, ¿me lo vas a robar? Ahora me voy a vestir, mira, aquí tengo la bandera de Venezuela. O sea, es

una cosa, el mapa, perdón. Yo soy por cierto de ese estado que está aquí y esto es Brasil.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, verdad.

ENTREVISTADA – Este que está aquí. Y aquí para acá, está Brasil. Eso es lo positivo.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ahh, ok. ¿Y la diferencia entre Chávez y Maduro?

ENTREVISTADA – Eh, mira. Chávez era una persona que tenía, cuando él hablaba, aunque no estuviéramos de acuerdo, él tenía discurso, fue una persona que leía, o sea, el venía solamente de la academia militar, se graduó de militar y ya. Pero cuando él vio que iba a la presidencia y siendo presidente una persona que empezó a leer, a citar libros, leía constantemente, sus discursos, aunque él atacaba la oposición, digamos que no te aburrías, porque él tenía algo que decir, aunque no estuvieras de acuerdo.

INVESTIGADORA CAROLINA – Aja.

ENTREVISTADA – Eh, él siempre trataba de ver como reparaba sus errores. Por ejemplo, no hay comida. Él inmediatamente buscaba comida de Brasil, compraba comida a Colombia. Pero eh que… lo que… ahora, con Maduro, Maduro está sufriendo las consecuencias del malo gobierno de Chávez, con la diferencia que él no sabe hacer nada y él no sabe hablar. Maduro, ¿qué dice? “en sus dos casitas y tal”. No tiene discurso porque él no se preparó. Él pasó por años por los puestos del gobierno, inclusive era canciller. Una vez iba, creo que era Brasil, a una ciudad, y cuando le dicen “llegamos la ciudad tal” y él insultó a lo piloto porque creía que y decía “no, yo te dije que íbamos a… a… al” y citó el estado y resulta que era, que habían llegado a la ciudad de este estado. O sea, a ese punto de ignorancia. O sea, siendo canciller, si tu haz… eh… ¿me entiendes? Si hay sido canciller y ha pasado por años, prepárate! Pero él no se preparó y entonces, cuando él iba hablar, no sabía hablar “millones, millonas” eh… entonces “fascista, golpista” y no no dice nada! Tú podías escuchar a Chávez y aunque no te gustara, él te citaba libro tal y como dice tal persona, y “tráeme café y este café está rico” y tú no te dormías. A Maduro tu no lo puedes oír, no tiene nada que decir. Y lo sabe, o sea, él sabe que el país se le está cayendo, que la gente se está muriendo, él no sabe hacer algo para salvar a Venezuela.

INVESTIGADORA CAROLINA – Aja. ¿Cuáles las principales causas de la crisis actual?

ENTREVISTADA – Maduro y su gobierno. Ellos son los responsables. La principal crisis tiene un nombre que es Nicolás Maduro y la gente que lo rodea, los militares, los ministros, esos son. Los quitas a ellos…

[INTERRUPCIÓN – ENTREVISTADA AYUDA A UNA PERSONA QUE LLEGÓ AL RAÍCES VENEZOLANAS CON DONACIONES]

INVESTIGADORA CAROLINA – Y cuanto a la oposición, ¿Cuáles son los líderes que inspiran más confianza?

ENTREVISTADA – En este momento, todos porque están unidos.

INVESTIGADORA CAROLINA – Bueno, ahora los venezolanos que viven en Estados Unidos. Están mayoritariamente en Florida, pero ¿hay en otros sitios?

ENTREVISTADA – Están sí en otros estados, pero la mayoría en South Florida, en Sur de la Florida.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y son cuantos, ¿más o menos? ¿Tienes alguna idea?

ENTREVISTADA – No. En el último censo creo que éramos doscientos mil.

INVESTIGADORA CAROLINA – Uy, es bastante ¿no?

ENTREVISTADA – Pero está saliendo el nuevo censo, debe ser más.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, sí. Yo me imagino que sí. Este… ¿se evalúa que todos los emigrados de Venezuela sean contra el gobierno?

ENTREVISTADA – No.

INVESTIGADORA CAROLINA –¿No?

ENTREVISTADA – Hay una minoría, ni tan minoría, que es alto gobierno que son los que llaman “boliburgueses” que no quieren que sus hijos crezcan en Venezuela, ni siquiera que nazcan en Venezuela. Vienen aquí con las esposas para dar la luz porque no quieren allí… los problemas de Venezuela, la delincuencia y todo. Entonces quieren que crezcan aquí. Ellos están aquí así, calladitos, viven como unos reyes.

INVESTIGADORA CAROLINA – Claro. ¿Qué Estados Unidos podría hacer para resolver la situación de Venezuela?

ENTREVISTADA – Yo creo que seguir… eh, en este momento yo creo que está haciendo lo correcto. Está sancionando a los violadores de los derechos humanos, es-

tá reteniendo el dinero producto de la quiebra, el dinero producto de la corrupción, eso es un delito aquí. Si no lo puedes justificar, Estados Unidos se lo quita. Y poner las sanciones, hacer presión con otros países, es lo que está haciendo…

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Está bien?

ENTREVISTADA – Está bien.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Cuáles medidas efectivas el gobierno de Estados Unidos tomó en los años del chavismo para auxiliar a los venezolanos?

ENTREVISTADA – ¿Bajo Obama? Nada.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Y ahora, hay un cambio?

ENTREVISTADA – Sí, con Trump sí. Trump está hablando con los presidentes de la región, está buscando aliados, está reforzando las sanciones, está buscando el dinero que traen los boliburgueses, ya ya hay un cambio.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Y qué los países de la región, cómo Brasil, Argentina u otros, podrían hacer para ayudar a Venezuela en esa crisis?

ENTREVISTADA – Unirse para que tomen acción todos unidos. Porque no puede ser solamente que lo haga un solo país. Por ejemplo, un país que nos ayuda mucho es, por ejemplo... Estados Unidos es uno, Perú es otro país. Pero no puede ser solamente Perú, solamente Estados Unidos, hay que unirse.

INVESTIGADOR ALFREDO – ¿Y esa ayuda sería en términos de sanciones?

ENTREVISTADA – Sanciones ni más.

INVESTIGADOR ALFREDO – ¿Más? Ok.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Qué han hecho los venezolanos en Estados Unidos para cambiar la política en Venezuela?

ENTREVISTADA – De todo. De todo. Todo lo que haya que hacer. Todo. Por ejemplo, yo trabajo Derechos Humanos y yo hago reportes, envío al Departamento de Estado y se lo doy a mis congresistas para que sean sancionados. Eh, ayudo con ese programa y trato de informar a los que están llegando sobre los asilos, para que hagan el asilo correctamente. Y además siempre estoy informando sobre cómo están llegando a los venezolanos a los representantes del Congreso del Sur de la Florida para que estén atentos de qué está pasando, para que podamos tener unos asilos justos.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Y esos congresistas son de los dos partidos?

ENTREVISTADA – ¿Ha?

INVESTIGADORA CAROLINA – Los congresistas, son de los partidos: demócratas…

ENTREVISTADA – Sí, sí. Igual. Son igual, trabajan igual. Lo que pasa es que la mayoría son republicanos. Es que tenemos un senador demócrata que es Bill Nelson, igual.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Él es Florida?

ENTREVISTADA – Sí. Rubio y Nelson. Nelson es demócrata pero trabaja igual de bien por nosotros. Son muy muy buenos los dos.

INVESTIGADORA CAROLINA – ¿Ellos trabajan juntos entonces?

ENTREVISTADA – Sí, sí.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ah perfecto. ¿Todos los medios posibles podrían justificar el fin del gobierno chavista? ¿Si no, cuáles son válidos y cuáles no lo son?

ENTREVISTADA – Los que no son válidos son los que violan a los Derechos Humanos. Esos. Todo lo que esté en la Carta Democrática, en en en en los reglamentos y leyes de la OEA son válidos.

INVESTIGADOR ALFREDO – ¿La Carta Democrática de la OEA, verdad?

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, de OEA.

ENTREVISTADA – Sí.

INVESTIGADOR ALFREDO – Ya.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y, la última: ¿Existen intereses internos conflictivos en Estados Unidos cuanto a Venezuela? ¿De quiénes serían?

ENTREVISTADA – ¿Existen?

INVESTIGADOR ALFREDO – Si existen intereses internos, aquí en Estados Unidos, en relación a Venezuela, cómo gente que le gusta el gobierno del chavismo, no sé…

ENTREVISTADA – Ah sí!

INVESTIGADOR ALFREDO – ¿Y que que de quién de quién son esos intereses?

ENTREVISTADA – Eh, en el gobierno yo lo he visto en algunos congresistas demócratas. En algunos. Ahí sí he visto.

INVESTIGADOR ALFREDO – ¿Y cuáles intereses tú crees que, tú avalías?

ENTREVISTADA – Les gusta la ideología.

INVESTIGADOR ALFREDO – Ya, ok ok. Yo creo que es eso.

ENTREVISTADA – ¿Sí?

INVESTIGADOR ALFREDO – Sí. Sólo para contar aquí, llevas treinta años aquí y empezaste la la la las Raíces Venezolanas, ¿verdad?

ENTREVISTADA – En enero de 2016, pero la organización, te voy a dar un papel dónde está todo, la organización empezó en mayo 2014, que es Venezuela Awareness. Dentro de Venezuela Awareness está Raíces Venezolanas.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ah, bueno.

INVESTIGADOR ALFREDO – Listo.

APÊNDICE D – ENTREVISTA DE NORMA CAMERO RENO

Fecha de entrevista:	18/07/2017
Entrevistado:	Norma Camero Reno
Investigadora:	Carolina Silva Pedroso
Investigador:	Alfredo Juan Guevara Martinez
Título del audio:	Entrevista 4
Duración:	54 min 37 segundos

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Yo hago el doctorado acerca de las relaciones de Venezuela y Estados Unidos, entonces yo me di cuenta que hay esa organización de gente que salió de Venezuela para vivir acá, que se organiza políticamente y que intenta hacer cambios en Venezuela y eso me pareció muy interesante. Entonces, yo he venido acá para conocer un poco, yo estuve ahí en Miami también, yo hablé con Patricia Andrade…

ENTREVISTADA– Esa es mi amiga, yo estuve allá el sábado, cuando se hizo una inauguración de un mural, yo fui acompañarle. Muy divino!

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ajá… Javier también.

ENTREVISTADA – Sí, Javier y yo fuimos.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Estuvimos con él… qué día? El jueves…

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – El jueves

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – El martes o el jueves de la semana pasada. Y yo hablé también con José Colina, de VEPPEX.

ENTREVISTADA – Oh sí, allá estaba él, en el sábado, en la inauguración.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y bueno, acá en Tampa yo hablé con Javier y yo tengo un amigo de muchos años, que es Juan Carlos Pinto, que trabajamos juntos en el banco. Yo trabajaba en Sao Paulo y él trabajaba acá, pero siempre estábamos en contacto. Entonces, él me dijo: tienes que hablar con Norma, ella es una persona muy importante, entonces por eso estamos acá hoy.

ENTREVISTADA – Que bueno, gracias!

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y yo busqué en internet las organizaciones de venezolanos que existían acá, sobretodo en la Florida, y yo encontré a MOVE.

ENTREVISTADA – Es que es una fundación que yo tengo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Exacto. Y yo hablé con la señora Janeth Avilés

ENTREVISTADA – Avilés… la vice-presidenta de Nueva York.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Eso es. Ella fue muy amable y también me dijo que yo debería hablar contigo. Y yo estoy, yo llegué acá en Estados Unidos en el día 16 de junio y yo estoy desde ese día intentando hablar contigo, pero el número que me dieron no era el número el tuyo, era otro número. O sea, no me podía comunicar.

ENTREVISTADA – Podrías haber intentado por Facebook. Seguro que por las redes me encuentras!

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Sí! Y por fin Javier me dio su número, actualizado creo, entonces yo he podido comunicarme. Y finalmente estamos acá. Entonces yo tengo un guía de preguntas para hacer.

ENTREVISTADA – Ok!

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Y él va hacer la grabación.

ENTREVISTADA – Perfecto!

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Si hay alguna cosa que no quieres hablar…

ENTREVISTADA – No tengo problema.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Podemos parar.

ENTREVISTADA – Sí

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Entonces la primera cosa es cuál es el trabajo que hacías en MOVE y cuál es el trabajo que haces hoy en Casa Venezuela Tampa Bay?

ENTREVISTADA – E... yo creé la fundación MOVE con la idea de ayudar a los venezolanos, porque Venezuela ya estaba sufriendo una crisis humanitaria muy grande, no tenía alimento ni tenía medicinas. Empezamos enviando alimento y medicinas y después tuvimos que dejar la parte de los alimento porque se le robaba la Guardia Nacional, entonces seguimos con las medicinas y conseguimos muchas personas que nos ayudaban a hacer esos envíos. Hasta que llegó el momento que se me escapó de las manos, era mucho trabajo y yo no tenía, porque yo no solamente trabajo con Venezuela, yo trabajo con el condado, yo estoy, acabo de terminar da redacción de la constitución del condado, estoy en el diversity council, en la junta de diversidad del condado, estoy en muchas organizaciones que el tiempo no me da. Entonces el MOVE es mucho trabajo ya. Entonces teníamos Janeth Avilés en New York y acaba

haciendo un trabajo muy bueno y la señora Hilda Alcala en Miami también como vice-presidenta. Entonces yo les entregué el MOVE, yo le dije sigan ustedes cómo MOVE que yo voy a seguir como asesora y en la parte internacional yo la coordino, pero ustedes deben hacer por mí porque no tengo tiempo. Entonces MOVE se mudó a Miami. Entonces funciona en Miami y New York y yo cuando puedo. Aquí yo ayudo a una organización del Carlos Carrasco, el futbolista de Cleveland, yo mando ayuda a Venezuela a través de su organización porque él paga el envío y el envío es lo más caro. Entonces seguimos todavía MOVE enviando y la organización de Carlos Carrasco enviando también y yo consiguiendo los insumos y las donaciones. Entonces el trabajo continúa, la crisis humanitaria se ha acrecentado en Venezuela y ahora mucho más grande, ya nosotros, lo que nosotros aportamos es muy poco, porque lo que llega a los hospitales se va en un día. Ese es como un *drop* del agua en el desierto. Entonces, pero si podemos ayudar a una persona, estamos haciendo el trabajo. Entonces en cuanto las fundaciones está MOVE, está la fundación de Carlos Carrasco y a mí siempre, yo pensé que nosotros necesitábamos organización de venezolanos porque, porque aquí hay organización de venezolanos que se llama Venezuelan Southcoast que no permite hacer absolutamente nada, es una organización cerrada. Solamente tiene dos niños cantores que así cantan, pero no quieren saber nada de política, no quieren saber nada de envío, de Venezuela, de nada. Entonces yo vi la necesidad que había y me reuní, llamé a Javier y llamé a Juan Carlos, y nos reunimos los tres, y yo les dije necesitamos una organización que nos permita ayudar Venezuela y aquí, a los dos, porque a los dos necesitan. El éxodo de venezolanos, de tres mil familias mensuales es demasiado. Y muchas llegan sin dinero y sin nada. Entonces hay que ayudar. Entonces estuvieron de acuerdo y formamos la Casa Venezuela Tampa Bay, los tres.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Ok. Y el MOVE empezó en cual año?

ENTREVISTADA – El MOVE comenzó cuando los muchachos salieron a la calle por primera vez, en febrero… hace dos o tres años.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – 2014 creo.

ENTREVISTADA – 2014. Cuando los muchachos salieron a la calle. Entonces vimos que la necesidad era muy grande, que los muchachos iban a permanecer en la calle y no iban a tener ni comida! Había que ayudar! Entonces yo dije: que hacemos, que hacemos… una organización. Tuviera buena suerte, porque yo tengo mucha suerte de un doctor muy famoso aquí en USF que se mudó a Miami, creo que él hacía ope-

raciones por los bebes en la barriga, él me llamó y dijo Norma, tú tienes una organización que se llama MOVE, yo dije sí, yo la quiero ayudar. Pero ustedes son una organización 501C3, es decir, una organización que puede dar recibo para el RS. Yo le dije que no, eso cuesta mucho dinero y nosotros no podemos. Me dijo yo se lo voy a sacar, eso va ser mi regalo para ti. Y el nos hizo una organización 501C3. Entonces la gente que da su aporte o su donación, nosotros le damos un recibo para el RS, para los taxes. Entonces mucha gente nos ayudó, mucha gente. Y gracias a esa organización, a ese papel 501, este, se han abierto muchas puertas, CBS, cualquier cantidad de… a nosotros nos llegan pallets, cinco, seis pallets y que hacemos. Nosotros tenemos que empezar a buscar como mandarlos a Venezuela, pero siempre conseguimos una mano amiga.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Uau, que bueno. Bueno, ahora voy hacer unas preguntas más políticas. Cuál es la evaluación que haces de Venezuela antes de Chávez?

ENTREVISTADA – Bueno, nosotros tuvimos 42 años de democracia. La democracia, cómo sabemos, es el mejor, la mejor forma de gobierno, aunque no es perfecta. Pero, aun no siendo perfecta, la gente puede vivir, puede trabajar, puede comer, puede desarrollarse como persona, como ser humano y nosotros tuvimos 42 años. Y no tuvimos buenos gobernantes. Tuvimos malos gobernantes. Y lo que nosotros estamos viviendo hoy en Venezuela es el reflejo de 42 años de malos gobernantes. La gente se cansó. Venezuela era muy rica, inmensamente rica, pero esa riqueza no le llegaba a la parte baja del pueblo, a la parte baja. No le llegaba. Entonces estaba la clase alta y la clase media que funcionaban perfectamente bien, pero la clase baja siempre sufrió y esa clase baja, que es la mayoría, fue la que decidió votar por Hugo Chávez, porque pensaron que Hugo Chávez era el mesías, el salvador. Llegó Hugo Chávez le está ofreciendo que les va ayudar, que el pueblo es que va a mandar, el soberano. Entonces votaron por él y lo eligieron. Él se auto decretó como un demócrata, yo soy demócrata y voy ayudar a mi pueblo, y después que él gana él se declara socialista y a poco tiempo decide que va hacer una nueva Constitución. Y hace la Constitución, pero esa Constitución nace bajo las leyes constitucionales, es decir, un referéndum para que la gente diga sí o no. Una Constitución [inaudible], él siguió los tres pasos. Bueno, pasó que la Constitución es una Constitución muy bien redactada, muy buena porque yo trabajé en esa Constitución en el año 99 en la parte in-

ternacional con Hermann Escarrá. Entonces esa Constitución fue excelente y Chávez siempre lo dijo: el pueblo es que tiene el poder, es soberano. Entonces muere Chávez y viene Maduro, que es el sucesor de Chávez, sabiendo que es un señor que no está preparado, que es un hombre que no tiene nada en el cerebro, es un hombre impuesto por los Castro porque el problema que estamos viviendo en Venezuela no es Chávez y no es Maduro, el problema que está viviendo Venezuela es Cuba. Es la influencia castrista. Nosotros estamos siendo dominados, Venezuela está siendo dominada en esos momentos por los Castro o por Cuba.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Por Raúl ahora que...

ENTREVISTADA – Por Raúl ahora. Pero la mente diabólica que manejó todo eso fue Fidel Castro, así como ha hecho en todos los países de la región. Ahora se está liberando, se liberó Perú, se liberó Argentina y ahí vamos poco a poco. Pero la mayor influencia en Latinoamérica es la izquierda y es la izquierda fuerte, que es la izquierda populista de los Castro. Entonces ese el problema más grande que tenemos en Venezuela, entrar, entra Maduro y empeora la situación, porque Maduro es un hombre que no tiene cerebro. Y si vemos el pecado de los comunistas, que es por lo que ellos se llevan, ellos tienen que hacer que el pueblo, matar el pueblo de hambre, de necesidad, de falta de medicinas, es decir, llega a un momento una miseria tal que dependan totalmente del gobierno centralizado, verdad? Y ellos quedarse en el poder, porque el pueblo lo único que va estar preocupado es cómo conseguir comida o medicina para su familia. Entonces ellos llegaron a ese punto. Lo que ellos no tomaron en cuenta, Cuba o Maduro, no tomaron en cuenta es que el pueblo venezolano es guerrero. Era un pueblo que estaba dormido. Pero esa sangre de Bolívar, esa sangre luchadora estaba allí. El pueblo se cansó, no pudo más. Le permitió que cambiaran la Constitución, le permitieron a Hugo Chávez todo, cambia el escudo, cambia el himno nacional, cambia lo que quieras. Se lo permitieron. Pero en un momento, cuando se vieron en la miseria absoluta, porque Venezuela está en la miseria absoluta, el pueblo se cansó y salió a la calle y ya el pueblo no deja a la calle. El pueblo no tiene líderes, no importa que salga quien salga, el pueblo no tiene líderes, el líder es el pueblo y el pueblo se va a quedar en la calle y el pueblo es quien va salir de esa miseria.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – De manera general, cuáles fueron los principales puntos negativos del chavismo y evalúas que haya habido algún punto positivo?

ENTREVISTADA – Todo lo del chavismo fue malo, a excepción de los venezolanos. El chavismo nos unió y nos despertó, algo que el venezolano tenía, el venezolano estaba como en un estado dormido, verdad? Estaba adormecido. Tuvieron muchos años de *golden years*, los años dorados de Venezuela, dónde nosotros no sabíamos que éramos pobres, porque el pobre comía tres veces, tenía casa, tenía televisión, tenía un carrito. Ese era el pobre. Una secretaria tenía su apartamento y tenía su carro. Entonces nosotros no conocíamos la pobreza y si algo nos enseñó Hugo Chávez es que el amor a la patria, que nosotros se nos habíamos olvidado de la patria porque era el egocentrismo nos llenó, y nos había olvidado del amor a la patria, y segundo de la unión, que la unión está la fuerza, como decía Bolívar. Eso es lo único bueno que trajo el chavismo, que es lo que está funcionando hoy, porque el venezolano empezó a estudiar la Constitución, empezó a aprender, empezó a ver cuál era su derecho. Tu miras en Estados Unidos tú conoces a su derecho, en Venezuela nadie, porque como tu reclama lo derecho a todo, lo exterior lo conocía en profundidad. Eso nos enseñó el chavismo, nos enseñó que seas responsable, nos enseñó a valorar las cosas, a valorar… tú miras, por ejemplo, que nunca nosotros pensamos en eso y que nosotros podemos trabajar en unidad para lograr un objetivo común. Pero el resto, de lo que hizo el chavismo, fue destructor, él destruyó a Venezuela totalmente. Venezuela, si nosotros recuperamos a Venezuela hoy, nos van a tarde como treinta años en volver Venezuela se recuperando, si acaso! [inaudible] Pero primero que tenemos deuda en todo el mundo, le debemos dinero a todo el mundo, porque ellos se ocuparan de pedir esa grande cantidad de dinero de préstamos impagables, verdad? Entonces vamos, nosotros vamos a vivir unos veinte, treinta años muy duros en Venezuela para podernos recuperar. Eso nos enseñó el chavismo, pero todo fue malo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Qué piensas acerca de las victorias del chavismo en las elecciones? Yo quiero decir que cómo el chavismo ha podido quedarse tanto tiempo en el poder?

ENTREVISTADA – Muy simple. La primera vez que en Venezuela ganó Hugo Chávez, masivamente, todo el mundo, bueno, por lo menos cincuenta por ciento o más

de la población votó por Hugo Chávez, si no fue sesenta por ciento, que votó por Hugo Chávez, porque lo vieron como el Mesías, como el Salvador. La segunda vez volvieron a votar por Chávez para darle otra oportunidad. Después de allí, los comunistas son muy inteligentes, ellos tienen un padrón, ellos tienen un plan, ya? Desde antes que les ha funcionado a las mil maravillas. Ellos saben que le pueblo los va perdonar dos o tres veces, pero después les va a castigar. Entonces que hizo Hugo Chávez, muy inteligentemente, con Fidel Castro: decidieron comprar las máquinas de Smartmatic, con las máquinas que se hacen las votaciones. Ellos compraron las máquinas y compraron el software. Había una oficina en Miami, te lo digo porque yo he trabajado con el Ministerio de de… con la CIA y con el Departamento de Estado, por un año estuvo con ellos, voluntariamente. Entonces en esa oficina que tenía en Miami tenían las máquinas Smartmatic, tenía el software que se prepara. Con ese software es que se determina una elección. Ese mismo software que ellos prestan en Latinoamérica, como tú puedes haber visto en Ecuador. Allá estaba Tbisay Lucena [*presidenta del CNE*], estaba el CNE con las máquinas de Smartmatic para hacer las votaciones. No pierden, ellos no pierden votaciones. Cuando ellos pierden una votación y tiene que salir a decir al pueblo es porque más del 70% de los votos fueron negativos. Entonces ellos no pueden hacer nada, no hay forma porque el pueblo se va a rebelar. Entonces ellos tienen que salir. Y fue lo que pasó cuando se ganó la Asamblea Nacional, que los votos fueron masivos, entonces ellos no tuvieron alternativa, tuvieron que decir la verdad, pero si hubiera sido menor el número de puntos, ellos no pierden.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Entendí.

ENTREVISTADA – Entonces con esas máquinas, ellos lo han controlado a Venezuela y han controlado a Latinoamérica, porque todos esos amigotes de Cuba que tienen por allí, por lo que no se ha podido aplicar la Carta Democrática, porque dicen no “la Carta Democrática no se debe aplicar”, esos son los amigos de Chávez, la gente que se beneficia del petróleo, de las elecciones, de las máquinas Smartmatic, y tienen… le deben favores al régimen de Nicolás Maduro. Entonces, porque no han perdido, no lo van a perder. Si ellos lanzan ahorita la Constituyente lo van a llevar, porque ellos no tienen salida. El régimen de Maduro no tiene salida, el régimen de Maduro primer que está gobernado por Cuba y segundo que está gobernado por el narcotráfico. Una vez que un país o una persona entra en el *drug trafficking* no puede salir, te matan. Entonces esos “narcogenerales”, que son los que gobiernan Ve-

nezuela, que son los que manejan el Cartel del Sur, ellos no pueden permitir salir de ahí. Porque primero que si salen, van a la corte internacional porque ya ellos, casi cincuenta por ciento, tienen una orden de captura, porque son narcotraficantes. Y segundo, que si no lo agarran la ley, lo agarra el narcotráfico mundial. Ellos no tienen salida, ellos tienen que morir en Venezuela, por eso es que ellos van hacer lo que sé para quedarse en el poder, lo que sea, matar… si tienen que matar a toda la población lo van a hacer.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA– Déjame preguntar, de dónde vienen esas máquinas electorales? De que parte vienen?

ENTREVISTADA – No sé. Para mí, o de Rusia o de China, pero nosotros no sabemos de dónde exactamente vienen las máquinas esas Smartmatics. Se llaman así, Smartmatic.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Puedes contarnos un poco sobre esa trayectoria que tuviste en el Department of State?

ENTREVISTADA – No, no puedo.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Ok! De acuerdo.

ENTREVISTADA – Pero estuve un año con ellos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Un año. En cual año?

ENTREVISTADA – Hace… déjame ver que te puedo decir… mi esposo estaba vivo, mi esposo tiene seis años de muerto, entonces fue hace siete años.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Fue cuando ya estaba Chávez, cuando estaba Chávez en el poder?

ENTREVISTADA – Estaba Chávez en el poder.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Ah, ok.

ENTREVISTADA – Siete años atrás.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – De acuerdo.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Existen diferencias entre los gobiernos de Chávez y Maduro?

ENTREVISTADA – Oh sí. Primero, Fidel Castro (risas). La mente maquiavélica e inteligentísima de Fidel Castro, que tuvo Chávez siempre a su lado. Y Chávez tenía otra visión, él era populista y sabía cómo manejar al pueblo. Entonces entra ese loco, que tiene el cerebro lavado, él no tiene nada en la cabeza, él no sabe ni manejar al pueblo, ni recibir órdenes, porque recibe órdenes, dice que sí y después hace otra cosa. Su cerebro no le da. Entonces la diferencia es muy grande. Porque se pone

Maduro en ese cargo? Los Castro se dan cuenta que Chávez es un tipo peligroso y deciden hacer con Chávez lo mismo que hicieron con el Che Guevara, porque con el Che Guevara, que era la mano derecha de Fidel Castro, cuando se puso peligroso, que hicieron? Lo mandó matar. Que pasó con Chávez? Se puso peligroso, el no escuchara a Fidel Castro, que lo hicieron? Lo mandaran a matar. Lo mandaran a matar.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Él murió en Cuba.

ENTREVISTADA – Él murió en Cuba! [inaudible]… lo mandaran a matar. Entonces, ese es el comunismo. El comunismo no toma al hombre como un ser humano, sino como un ente de la revolución. Tú eres necesario mientras le sirva a la revolución. El día que dejes de servir a la revolución, tu eres un desecho. Porque ese es el hombre nuevo, que ellos creen. Ellos creen en el hombre nuevo, cerebro lavado, todo es la revolución, con un script… si tú lo escuchas hablando, escúchalos, ellos tienen un solo script, ellos dicen lo mismo… la CIA… la guerra económica… Estados Unidos. Ellos tienen un solo script, que se tienen que memorizar. Hasta la gente de más bajos recursos dice lo mismo. Ellos están entrenados. Entonces el comunismo es eso, la destrucción del ser humano: "No, tú no eres un ser humano, tú eres un ente que sirve a la revolución. No sirve? Mátalo!". Eso fue lo que hicieron con Fidel Castro, lo que hicieron con Che Guevara y lo hicieron con el presidente Chávez.

INVESTIGADORA CAROLINA SILVA – Cuales las principales causas de la crisis actual?

ENTREVISTADA – De la crisis… en Venezuela?

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, en Venezuela.

ENTREVISTADA – Nosotros, los venezolanos. Nosotros, los venezolanos, que primero que siempre fuimos muy ricos. Segundo que nunca pensamos que íbamos a llegar en eso. Tu hablaba con un venezolano hace diez años atrás y les decía: "Mira, este, aquí está Cuba y van a gobernar desde Cuba, te van a quitar el país", "no eso no va a pasar", "pero, mira que se están metiendo presos", "no, eso no va pasar". El venezolano tenía como que un un un… un "*screen*" que no veía lo que iba a pasar. A nosotros nunca… fuimos fuimos demasiado arrogantes de pensar que a nosotros… que le podía pasar a todo el mundo, pero a nosotros no iba a pasar. Y nos pasó, nos siguió pasando, nos sigue pasando. Y al fin, cuando abrimos los ojos, es bastante tarde. Ya se perdió… casi se pierde Venezuela. Pero ya, esa época, ya eso pasó. El

venezolano despertó. Entonces que hay unos diez por ciento que todavía está al lado de ellos, pero eso no no... El problema más grande que tiene Venezuela en esos momentos son los asesinos de otros países, son las avispas negras de Cuba, está el Salvador, está Nicaragua, está Rusia, hasta los iraníes están ahí. Nosotros tenemos a Hamas y Hezbollah en Margarita. Todo Margarita es Hamas. Yo hice estudios en Margarita, en el Departamento de Estado, eso es de Hamas y Hezbollah. Hay ahí siete mezquitas en una islita. Entonces, el peor problema que tiene Venezuela, primero los venezolanos y segundo las riquezas. Nosotros tenemos demasiadas riquezas. No solamente petróleo, nosotros tenemos oro, piedras preciosas, todos los minerales que tú te puedas imaginar, nosotros los tenemos excesivamente. Entonces nosotros somos el punto más importante para todos esos países como Rusia, como China, como Irán. Todos nos quieren, pues.

INVESTIGADORA CAROLINA – O sea, es una cuestión geopolítica también.

ENTREVISTADA – Es una cuestión geopolítica. Sí señora.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y cuanto a la oposición, cuales son los líderes que inspiran más confianza?

ENTREVISTADA – Ninguno. Tal vez yo pueda decir un poco María Corina, es una mujer fuerte, de principios; este… Capriles, es un muchacho bueno, un poco blandengue, no tiene la la… no es recio, pero es un muchacho bueno; Leopoldo… *I don't know*. Él se sacrificó por Venezuela, pero hasta qué punto no sé, no sé. Yo yo, mis líderes son los muchachos. Yo no tengo líderes. Si ahorita me ponen a escoger, voy a estar en un dilema, pero yo escogería de los muchachos que están ahí en las calles muriendo, los libertadores, uno de esos yo escogería. Porque esa es una buena casta que está ahí afuera.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ok. Tú crees que de ahí puede salir algún liderazgo, de las calles?

ENTREVISTADA – Ya hay.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí?

ENTREVISTADA – Sí. Nosotros tenemos entre esos a Nixon Moreno, que es un muchacho que estuvo preso en la nunciatura, en una iglesia, en la nunciatura apostólica en Venezuela. Estuvo un año, lo guardaron por un año, no lo dejaron que lo agarraron porque luego lo iban a meter en la cárcel y lo iban a matar. Y de ahí salió y se fue del país. Y regresó clandestinamente y está en Caracas. Tenemos muchos líderes de esos muchachos. Lo que tenemos nosotros que hacer es, una vez que

lleguen a que se cambie el gobierno, que lleguen esos muchachos, nosotros tenemos que dar el respaldo, el respaldo y la asesoría para que hagan un buen trabajo. Pero a mí no me gustaría un Ramos Allup de presidente, Julio Borges, *oh my Gosh*, no! No! Porque son gente que se han probado que son traidores, que son gente que no tienen el amor a la patria. Eso está difícil. Tal vez yo desearía que María Corina empezara.

INVESTIGADORA CAROLINA – Se evalúa que todos los emigrados de Venezuela sean contra el gobierno?

ENTREVISTADA – Uh uh.

INVESTIGADORA CAROLINA – No?

ENTREVISTADA – No. Nosotros tenemos aquí a muchos enchufados asustados. Aquí, la nueva generación que está aquí, son la gente que hizo dinero en Venezuela y después que viran el peligro, cuando ya tenían suficiente dinero robado, pues viran el peligro y se fueron. Y compraron todas esas mansiones que tienen allí, por eso Estados Unido se le está congelando los bienes. Eso son de los enchufados que viven aquí. Aquí en Tampa nosotros, hasta hace dos, tres años atrás, tenían el mayor número de chavistas en todos los Estados Unidos, entre Tampa y Saint Petersburg.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ah sí?

ENTREVISTADA – Ajá. Estudiaron en USF los hijos. Tu recuerdas que, bueno eso tu no debes saber, USF y la University of Tampa son los mayores nidos de comunistas que existen aquí. Aquí, porque este es el centro? Este es el centro porque aquí está la base de MacDill y la base de MacDill es dónde se maneja el centro de inteligencia de Estados Unidos. No sabías?

INVESTIGADORA CAROLINA – No!

ENTREVISTADA – Ajá! El centro de inteligencia del gobierno de Estados Unidos está aquí en MacDill.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Es una base aérea, verdad?

ENTREVISTADA – Una base aérea. Ahí sacaron a cinco espías cubanos y los pusieron presos.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ah, ellos estaban ahí? No sabía.

ENTREVISTADA – Ahora, los cubanos quieren poner aquí un consulado… un consulado porque con los consulados ellos tienen un radio de acción de 25 millas y tienen inmunidad parlamen… inmunidad consular! Y ellos lo quieren poner y nosotros

lo estamos luchando contra ellos. Lo hemos parado, hace un año que ellos están… y nosotros estamos luchando contra ellos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y dónde se da esa lucha? En…

ENTREVISTADA – Esa lucha se da en dónde nos dejen hablar. Por ejemplo, nosotros hacemos debates. Aquí hicimos un debate, en UT, University of Tampa hicimos un debate. Él que hace regularmente los debates es el coronel [Evelio] Otero y el coronel Jim, que son oficiales retirados de la armada aquí, de Estados Unidos. Y los debates lo hacemos, lo hacen ellos con los comunistas de aquí. Aquí está el espía número uno, mira aquí, el espía número uno del Estado de Cuba. Se llama Al Fox. Y Al Fox se ha enfrentado en un debate al coronel Otero. Claro, el coronel Otero con el nombre que tiene, todas las pruebas en la mano, lo que hace es barrer el piso con él. Sabe, impresiona, porque tiene las pruebas en la mano. Entonces, aquí, este es un sitio de peligro para nos… para todos. Nosotros tenemos primero el *Temple Terrace*. Tu sabes que ese es el sitio número uno de Estados Unidos con más terroristas, verdad?

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ –Temple Terrace…

ENTREVISTADA –*Temple Terrace*! Es el número uno.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Es una mezquita? Que es lo que es?

ENTREVISTADA – No, dónde tú vaya son de la religión musulmana. Ese es el número uno de Estados Unidos. *Temple Terrace*. Y después tenemos a los cubanos. Y los cubanos malos. Los cubanos espías, como Al Fox. Ese señor lleva gente de aquí, en un avión lleno, para Cuba con todos los gastos pagos para enseñarle a Cuba, las maravillas de Cuba, hacía cenas con Fidel Castro cuando estaba vivo, ahora hace cenas con Raúl Castro. Yo fui invitada a Cuba, con todos los gastos pagos, no fui, por supuesto! Pero me invitaron, me dijeron “Norma, necesitamos que tu vayas a Cuba, que conozcas al comandante, porque tú vas a ver que Cuba es un sitio bueno”, yo les dije “no”. No vendo mi alma ni mis principios por un pasaje para Cuba, no! Pero aquí hay muchos peligros. Entonces el peligro en Venezuela lo tenemos aquí, igualito, lo que pasa es que ellos no han podido infiltrar. Por qué ellos buscan Latinoamérica? Nicaragua, Ecuador, Bolivia, Venezuela, por qué buscan en esos países? Porque son los países que están… son los *neighbors*, son los vecinos de Estados Unidos. Si tú tienes a Latinoamérica en contra Estados Unidos... el enemigo es común. Hay un solo enemigo: Estados Unidos. Brasil también! Ustedes estaban hasta hace poco en ese clan, entonces, el enemigo común es Estados Unidos. Y qué es

lo que buscan? La destrucción del *Western Civilization*, la destrucción de la civilización occidental. Nosotros. Estados Unidos. Ese es el enemigo común.

INVESTIGADORA CAROLINA – Déjame preguntar, este, hay algún tipo de cooperación entre los venezolanos acá y los cubanos que residen acá?

ENTREVISTADA – Claro, yo trabajo conjuntamente con la Casa Cuba. Yo tengo siete años con ellos. Nosotros trabajamos… y toda la información que yo tengo de Cuba, me la facilita la Casa Cuba. Y muchas veces la gente quiere que se haga las cosas, yo ya la sé, que va a pasar, porque está la Casa Cuba. Sí. Nosotros trabajamos conjuntamente, ellos me ayudan en todo. Bueno, es una cooperación, porque nosotros lo sabemos, ellos y nosotros, sabemos que si se cae Venezuela, se cae Cuba. Y si se cae Cuba, se cae Venezuela. Entonces tenemos que…

INVESTIGADORA CAROLINA – Hay que haber esa cooperación de alguna manera. Qué bueno!

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Eso que tu dijiste de que ellos ya lo saben antes de pasar, como que la política que Trump hace, o las políticas en Cuba…

ENTREVISTADA – Ellos tienen sus informaciones, que vienen directamente de Cuba. Ellos ayudan primero con presos políticos. Ellos tienen un plan de acción de ayudar presos políticos, que saben que esa gente no le da ni comida. Entonces tiene mucha información que va y viene. Esa información no las facilita a nosotros. A mí no me importa decirlo, porque, bueno, todo el mundo lo sabe. Mis amigos son la Casa Cuba.

INVESTIGADORA CAROLINA – De acá, de Tampa? La Casa Cuba de Tampa?

ENTREVISTADA – Sí, la Casa Cuba de Tampa.

INVESTIGADORA CAROLINA – Qué Estados Unidos podría hacer para resolver la situación de Venezuela?

ENTREVISTADA – Qué qué, cómo?

INVESTIGADORA CAROLINA – Qué Estados Unidos podría hacer para ayudar a Venezuela?

ENTREVISTADA – Bueno, ya está ayudando, hace tiempo está ayudando. Congelándole los bienes robados, eso es una ayuda. Porque esos son bienes que están congelados que el momento en que nosotros seamos libres podemos demostrar que eso es de Venezuela y ellos no lo van a regresar. Es un dinero que está allí, verdad? Un dinero que le pertenece a Venezuela. Entonces eso es una ayuda. La imposición

que está haciendo el presidente Trump pidiéndole a Maduro que deje la Constituyente, que no siga por ese camino, eso le pone una presión internacional, porque el presidente de Estados Unidos le diga, le exija a Nicolás Maduro que haga algo lo aísla más del hemisferio.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí. Yo he leído ayer que la Unión Europea también pidió a él que no hiciera.

ENTREVISTADA – La Unión Europea ayer o antes de ayer hizo un pronunciamiento pidiendo que dejara la Constituyente, que se buscara el diálogo y una solución. Ahora, los venezolanos no queremos diálogo. Nosotros no queremos dialogar. Es más, si nosotros nos viene ahorita la Asamblea Nacional y nos pide el diálogo nosotros vamos a decir que no. No queremos dialogar. Porque con los comunistas tú no puedes dialogar. Con los mentirosos tú no puedes dialogar. Porque ellos tienen su forma… todo su armamiento es la mentira, entonces ellos te van a mentir para conseguir tiempo y ver como Cuba arregla su situación. Entonces llegó el momento en que no hay vuelta atrás. No hay diálogo, no hay nada. Se tienen que ir.

INVESTIGADORA CAROLINA – Tú crees que hay habido algún momento dónde ese diálogo pudiera haber ocurrido o no?

ENTREVISTADA – Con ellos, no. Nunca. Cada vez que la oposición se sentó a dialogar nosotros sabíamos que no iba a pasar nada. Pero había que hacerlo porque en la política tú tienes que utilizar la diplomacia primero. Entonces, utiliza la diplomacia para tratar de solventar una situación y demostrarle al mundo que tú tienes ganas de solucionar el problema, pero ellos no. Eso fue lo que hicimos nosotros y nos sentamos dos veces para dialogar. Y ninguna de las dos veces [ellos] cumplieron. Nada. Ni liberaron a los presos políticos, ni hicieron ningún tipo de elecciones. Nosotros no hemos tenido más elecciones, ni de gobernadores ni de concejales, nada. Entonces qué vamos a dialogar con unos mentirosos?

INVESTIGADORA CAROLINA – Y esas veces que dialogaron fue ya bajo el gobierno de Maduro? O de Chávez también?

ENTREVISTADA – Una con Chávez y otra con Maduro.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ah, ok.

ENTREVISTADA – Pero no funcionó.

INVESTIGADORA CAROLINA – Cuales acciones efectivas el gobierno de Estados Unidos tomó en los años del chavismo para ayudar a los venezolanos?

ENTREVISTADA – No creo que haya hecho mucho en ese aspecto, porque ellos no… lo que lo que… nos han ayudado en el aspecto de [inaudible], de personas que viajan para acá, las visas, esas cosas. Pero una acción contundente no han hecho. Por qué? Porque Estados Unidos no puede, tiene las manos atadas, como va hacer con China y con Rusia que están en Venezuela? Ya China le dijo a Estados Unidos: no te meta! Porque nosotros le debemos a China treinta años de petróleo, primero. Nosotros le estamos pagando a China con tierra, con minas, ellos están explotando todas las minas en Venezuela, todo eso es de los chinos. Con parte de la faja petrolífera del Orinoco. A Rusia, con la faja petrolífera del Orinoco. Entonces, ellos no van a salir de Venezuela, tiene mucha riqueza. Entonces no le conviene. Qué va hacer los Estados Unidos? Pueden eliminar a Venezuela? Sí, en cinco minutos, tal vez. Pero qué hacen con China y con Rusia? Tiene que ser un consenso, tiene que ser que Trump haga un consenso muy grande, una concesión con Rusia y que se alíen los dos, para poderle decirle a China: mira China, Venezuela te va pagar, tiene que dejar que salga Maduro de ahí. Es mucha política, es muy problemático llegar a una solución.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y tú crees que hay un cambio con Trump ahora?

ENTREVISTADA – Ohhh, claro! El primer cambio fue con Cuba. Qué hizo Obama? Nada. Obama lo que hizo fue hundir ese país y abrirle las puertas a nuestro peor enemigo que es Cuba. El enemigo nuestro no es el chino esto, el tipo que tiene en Corea del Norte, en Corea no… el enemigo que a nosotros no nos preocupa, a mí no me preocupa, me parece un chino común lanzando cohetes. Eso lo puede resolver en cinco minutos. A mí me preocupa Cuba. Por qué? Porque todo actos males que han sucedido en el mundo es por culpa de los comunistas. No es culpa de los coreanos. Es culpa del comunismo. Y tienen el mayor comunista allí, en el patio: Cuba. Y Cuba ha sido tan inteligente que se ha apoderado de Latinoamérica! Aún dentro de Colombia, yo creí que Colombia se había se salvado con Uribe, allí entró en Colombia. Y dentro de poco, se no le saca al Santos, se establece en Colombia y le pasa lo mismo que a Venezuela. Entonces, cual es el mayor enemigo que tiene Estados Unidos? Cuba! Por qué? Por qué no le ha enfrentado, por qué no le ha eliminado? Porque Estados Unidos es muy arrogante y creé que Cuba no es. No hay enemigo chiquito! Los comunistas son muy peligrosos! Ahora, con ese presidente, él sí sabe, porque él tiene toda la información y él no quiere ningún comunista, él no

quiere. Ni el gobernador que está aquí quiere comunista. Y ya lo dijo, él que haga negocio con Venezuela…

INVESTIGADORA CAROLINA – Entonces esa fue la acción más efectiva en contra del gobierno…

ENTREVISTADA – Oh sí, absolutamente. Nosotros no conseguimos nada con Obama. Nada. Lo único bueno que hizo Obama…

INVESTIGADORA CAROLINA – Y Bush?

ENTREVISTADA – Oh Bush, de ese ni hablamos. Eso no hizo nada en ninguna parte. Este, pero con Obama, se me fue la idea…

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Lo único bueno que hizo…

ENTREVISTADA – Lo único bueno que hizo Obama… Ah, antes de irse fue una ley de pies secos, pies mojados. Pero lo hizo cuando ya se iba. No lo hizo antes.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, días antes de salir, no?

ENTREVISTADA – Fueron dos o tres días.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Esa ley sería un acceso de los cubanos a Estados Unidos, de los cubanos del régimen, no?

ENTREVISTADA – Claro, porque todo lo que tienen que hacer es poner el pie y ya. Por lo menos paró eso. Pero si no hubiera hecho él, lo hubiera hecho Trump.

INVESTIGADORA CAROLINA – Qué los países de la región, como Brasil, Argentina, Chile, podrían hacer para ayudar a Venezuela en esa crisis humanitaria, económica…

ENTREVISTADA – Ya están haciendo. Hoy recibimos diecisiete notificaciones de diecisiete países pidiéndole a Maduro que deje la Constituyente. Diecisiete países.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Diecisiete países de América Latina?

ENTREVISTADA – No, no solamente de América Latina. Diecisiete países en el mundo que ya dijeron: ya, basta! Y la pronunciación de diecisiete países es un aislamiento para el régimen Maduro. Que la Unión Europea lo diga, que Estados Unidos lo diga, una cantidad de países de Latinoamérica lo diga, está aislado. Está aislado. Entonces para mí, esto es el principio del fin. El principio del fin.

INVESTIGADORA CAROLINA – Qué han hecho los venezolanos en Estados Unidos para cambiar la política en Venezuela?

ENTREVISTADA – No sé. La verdad es esa pregunta no sé si la puedo contestar. Los venezolanos lo único que están haciendo en esos momentos es tratando de

subsistir. Subsistir primero. Y segundo ver como contrarrestan a este gobierno. Ver como salen de este régimen. Y qué están haciendo en otro? No sé. Porque a un punto yo estaría haciendo cosas distintas. Yo estaría sentada con Estados Unidos, diciéndole: mi país está en manos de Cuba, de los chinos y de los rusos y de los iraníes. Yo tengo esos cuatro enemigos aquí. Tú me puedes ayudar? Qué tengo que darte para que me ayude a sacar esa gente de aquí? Yo estaría sentada con Estados Unidos. Ahora qué están haciendo ellos, no sé. Porque yo no escucho nada. Yo allá estaría pidiendo ayuda.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Los venezolanos aquí de Tampa, tú dices?

ENTREVISTADA – Ah no, no. En Venezuela, Venezuela. Si yo tuviera poder en Venezuela, yo estaría sentada con Estados Unidos. Yo como venezolana acá no tengo poder. Yo lo único que hago es mandarle cartas a los senadores, a mis representantes, reunirme con mis representantes, esos no tienen poder para hacer nada. Mandarle carta a lo presidente, mandarle *tweets*, eso es lo que hacemos nosotros acá. Y denunciar, denunciar… y hay un buen número de personas que han sido denunciadas, de chavistas que están acá. Y se han tomado acciones contra ellos con las denuncias nuestras. Claro! Le cogieron los bienes, le quitan las visas, los sacan del país.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Eso lo podemos encontrar en la *media*, tú crees?

ENTREVISTADA – No sé, pero con Colina tú hubiera podido conseguir eso, porque Colina ha hecho mucho de eso.

INVESTIGADORA CAROLINA – Voy a buscar con él.

ENTREVISTADA – Puedes buscar con él, porque hay organizaciones en Miami que se encargan de las denuncias. Nosotros aquí como somos un pueblo pequeño, estoy yo, Juan Carlos… pero Juan Carlos no es político, entonces él ayuda, pero no es político, entonces somos muy pocos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Hay organizaciones de cubanos que hacen lo mismo, como que buscar a los cubanos aquí y…

ENTREVISTADA – Sí, pero la Casa Cuba no. La Casa Cuba ya no… la Casa Cuba lo único que hace es buscar información y se reúnen. Bueno, yo soy la más joven

que va a la Casa Cuba. Ustedes se imaginan la… ochenta, ochenta y pico, ex presos políticos y ya… no hay gente joven.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Entendí.

INVESTIGADORA CAROLINA – Yo creo que las nuevas generaciones de Cuba

ENTREVISTADA – No le interesan. Es más, es más, si yo fuera gobierno yo no dejaría entrar los cubanos aquí y ya. Yo les cerraría las puertas total, porque esta generación que está entrando son enemigos de Estados Unidos. Son casi sesenta años de cerebro lavado. Ellos no conocen otra cosa que no sea la Revolución. Y unos niños que han sido entrenados en unas escuelas, porque ellos a los cinco años se los quitan de los papás y los entrenan. Entonces son niños que vienen aquí y tú hablas con ellos, búscatelos ahí en USF, ellos no quieren Estados Unidos: “Mi país, Cuba, sufre por Estados Unidos. Entonces tú, Estados Unidos, me debes! Me tiene que mantener, me tiene que pagar los estudios, porque tú destruiste mi país!”. Esa es la mentalidad del cubano nuevo. Yo no los recibiría aquí, no más. Pero yo no soy gobierno, no tengo poder.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y tú crees que eso puede pasar con los venezolanos también?

ENTREVISTADA – Sí se queda el régimen, claro que sí! Si nosotros… cualquier país que tenga sesenta años de comunismo su gente ya tiene su cerebro… ese cerebro no conoce más nada sino comunismo.

INVESTIGADORA CAROLINA – Todos los medios posibles podrían justificar el fin del gobierno chavista? Y si no, cuales son válidos y cuales no lo son?

ENTREVISTADA – Todos son. Todos. El mejor serían las armas, irse a las armas, ese sería la… porque con los comunistas tú no dialogas, ellos sólo salen muertos. Y para tú solucionar un problema de este tipo el problema tiene que solucionarlo de raíz y como matando la raíz: todos muertos, empezando por Cuba.

INVESTIGADORA CAROLINA – Entonces tú crees que puede pasar en Venezuela, en poco tiempo, una guerra o alguna cosa así?

ENTREVISTADA – No, se puede llegarse a una, pero no puede existir una guerra civil, porque la guerra civil es cuando tú luchas venezolano contra venezolano, los dos armados. Esa es una guerra civil. Pero nosotros estamos los venezolanos sin armas contra los cubanos armados. Esa es una guerra civil? No. Eso es una Revolución, una masacre, un holocausto, como lo quiera llamar, pero no es guerra civil.

INVESTIGADORA CAROLINA – Existen intereses acá, internos a Estados Unidos, conflictivos acerca de Venezuela? O sea, hay gente acá, políticos, que defienden al gobierno de Venezuela?

ENTREVISTADA – Claro, los demócratas. Los demócratas y la izquierda de Estados Unidos.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Desde el inicio de Chávez, desde el inicio del gobierno? O eso ha cambiado?

ENTREVISTADA – Hum…

INVESTIGADORA CAROLINA – Desde que Chávez llegó al poder los demócratas lo defienden o eso fue pasando con el tiempo?

ENTREVISTADA – Eso fue pasando con el tiempo, porque nadie sabía quién era Chávez. Chávez dijo que era un demócrata y nadie se metió con él. Bueno, un demócrata y quiere ayudar al pueblo, vamos esperar. Eso fue cambiando paulatinamente. Hasta que él un día dijo "yo soy marxista-leninista", lo dijo en televisión. Ahí empezó. Un marxista-leninista, quién fue Karl Marx, qué fue que le pasó a él? Ese es una horda de pensadores de aquella época, que no tenían nada que hacer, mantenidos por las mujeres que tenían que seguir esa forma de vida.

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Y intereses privados? O sea, los demócratas tendrían intereses políticos e ideológicos, pero los intereses privados, por el comercio con petróleo?

ENTREVISTADA – No, Estados Unidos siempre, tú sabes que Estados Unidos no toma una decisión si no tiene, si no va a tener un beneficio, verdad? Pero, si nosotros nos ponemos a ver, yo lo justifico. Porque si tú tienes una familia que mantener, tú tienes que buscar primero las formas de mantener a su familia antes de ayudar al vecino. No le puede dar de comer al vecino y dejar a sus hijos sin comida. Entonces Estados Unidos siempre ha buscado la forma de mantener a su gente bien antes de ayudar a los demás. Pero Estados Unidos es el único país que ha ayudado y ha cobrado, pero nunca se ha quedado con nada. Cuando ellos han llegado a un país, han ayudado, consiguen sus contractos y si van. Ellos no se quedan. Se quedan con algún país? Inclusive con Puerto Rico, que es un estado asociado. Ellos hacen sus elecciones. Quieren ser libres? No, nosotros queremos seguir con Estados Unidos! Ah, bueno. Nosotros no nos quedamos con nada. Eso es lo que el mundo no ve. Nosotros ayudando, claro, para nuestro beneficio, porque no voy a gastar mi dinero

por nada, claro. Entonces, ahí tiene Panamá. Qué sería de Panamá sin el canal? Otro Haití, muerto de hambre. Quién construyó el canal? Ah, nosotros cobramos veinte años. Cobramos. Y después, toma tienes ahí su canal. Cuál es el único país con el cual tú puedes hacer negocio? Estados Unidos. Porque te va decir las cosas de frente. Tú sabes dónde estás parado y tú sabes que va a decidir, con cualquier otro país del mundo tú no sabes lo que va a decidir. La gente no reconoce eso, pero la historia te lo demuestra. Solamente tienes que ver en la historia, qué pasó?

INVESTIGADORA CAROLINA – Bueno, terminamos.

ENTREVISTADA – Terminó? Bueno, cualquier otra cosa a la orden.

INVESTIGADORA CAROLINA – Ok, muchas gracias, Norma!

INVESTIGADOR ALFREDO MARTINEZ – Muchas gracias por toda la información

INVESTIGADORA CAROLINA – Yo he visto el número de la votación del domingo y fueron impresionantes.

ENTREVISTADA – Tres mil cuatrocientos y veinte y cuatro en Tampa, nada más y siete mil, cómo siete mil quinientos y algo en Tampa Bay, aquí alrededor.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y del mundo? Cuál fue el total?

ENTREVISTADA – No, no sé del mundo, pero... este… Ay no sí, del mundo fueron seiscientos, casi setecientos mil votos. Casi setecientos mil votos. No mucho, porque nosotros somos más en el mundo, pero lo suficiente como que para aumentar la cifra de ocho millones y medio. Ni Chávez obtuvo esa votación cuando fue nombrado presidente! Nadie! Entonces, lo que pasó en Venezuela ha sido el acto histórico más grande de desobediencia civil de todo el mundo. No hay ningún país que lo haya hecho. Nosotros somos el mayor del mundo. Vamos a los libros historia ahora. Vamos a entrar en la historia del mundo.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, estuvimos ahí el domingo.

ENTREVISTADA – Sí, fuimos partícipes de eso.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí, que bueno. Me alegro por ustedes.

ENTREVISTADA – Que bueno! Sí, yo también me alegro por mi gente, que ya hay sufrido mucho. Yo conozco el sufrimiento de mi gente porque yo iba a cada dos meses a Venezuela, llevaba comida, llevaba... buscaba información, llevaba medicina, hasta que casi me ponen presa y tuve que escaparme! Ya tengo ya tres meses que no voy.

INVESTIGADORA CAROLINA – Y todavía tienes familia ahí?

ENTREVISTADA – Sí, tengo una hija que está luchando y tengo un hermano y una hermana. Todo el mundo está luchando. Si yo estuviera ahí también estaría luchando.

INVESTIGADORA CAROLINA – Pero estás luchando con lo que puedes hacer acá, entonces también es una lucha.

ENTREVISTADA – También es una lucha.

INVESTIGADORA CAROLINA – Muchas gracias, Norma! Un placer hablar contigo!

ENTREVISTADA – Igualmente, igualmente.

INVESTIGADORA CAROLINA – Hemos aprendido mucho contigo!

ENTREVISTADA – Tú puedes haber dado cuento que soy radical anticomunista.

INVESTIGADORA CAROLINA – Sí sí.

ENTREVISTADA – Y pienso que todos los comunistas deben morir.

INVESTIGADORA CAROLINA – Bueno, muchas gracias.

ANEXO A – PACTO DE PUNTO FIJO[191]

Ação Democrática, Partido Social-Cristão COPEI e União Republicana Democrática

Os partidos Ação Democrática, Social-Cristão Copei e União Republicana Democrática, após uma cuidadosa e ponderada consideração de todos os elementos que integram a realidade histórica nacional e a problemática eleitoral do país, e ante a responsabilidade de orientar a opinião pública para a consolidação dos princípios democráticos, chegaram a um pleno acordo de unidade e cooperação sobre as bases e mediante as seguintes considerações:

1ª. Como é de conhecimento público, durante vários meses as distintas forças políticas que participaram nas ações unitárias para a defesa do regime democrático mantiveram conversações destinadas a assegurar a inteligência, respeito mútuo e cooperação entre elas, interessadas por igual na consolidação da unidade e à garantia da trégua política, sem prejudicar a autonomia organizativa e caracterização ideológica de cada um, conforme se declarou expressamente na ata de ampliação da Junta Patriótica firmada em 25 de janeiro de 1958 por todos os partidos políticos que a integravam inicialmente. O resultado obtido é favorável, toda vez que as naturais divergências entre os partidos, tão distintas de unanismo imposto pelo despotismo, foram canalizadas dentro de pautas de convivência que hoje, mais do que nunca, é mister ampliar e garantir. A análise cabal dos antecedentes, das características atuais e das perspectivas de nosso movimento democrático, a ponderação compreensiva dos interesses legitimamente representados por todos os partidos em nome dos centenas de milhares de seus militantes; o reconhecimento da existência de amplos setores independentes que constituem fator importante da vida nacional; o respaldo da Força Armada ao processo de afirmação da República como elemento institucional do Estado submetido ao controle das autoridades constitucionais, e o firme propósito de auspiciar a união de todas as forças cidadãs no esforço de lograr a organização da nação venezuelana, estiveram presentes no estudo das diferentes fórmulas propostas. A sincera definição e defesa dos direitos que assistem aos partidos como representantes de grandes núcleos nacionais e a preocupação comum

191 Documento traduzido pela autora.

de atender em conjunto aos interesses perduráveis da Nação, ainda que tenham podido ocasionalmente provocar a generosa impaciência de valores qualificados da opinião, são a garantia de que as deliberações responderam a um sério e responsável enfoque de urgências do país.

2ª. As minuciosas e longas conversas serviram para comprometer as organizações unitárias em uma política nacional de longo alcance, cujos dois polos podemos definir assim: a) segurança de que o processo eleitoral e os Poderes Públicos que dele surgirem respondam às pautas democráticas de liberdade efetiva do sufrágio; e b) garantia de que o processo eleitoral não somente evite a ruptura da frente unitária, mas que a fortaleça mediante a prolongação da trégua política, a despersonalização do debate, a erradicação da violência interpartidária e a definição de normas que facilitem a formação do Governo e dos corpos deliberantes de modo que ambos agrupem equitativamente a todos os setores da sociedade venezuelana interessados na estabilidade da República como sistema popular de governo.

3ª. Estabelecidos esses princípios de caráter geral, Copei, AD e URD comprometem sua ação e responsabilidade nos seguintes termos:

a. Defesa da constitucionalidade e do direito de governar conforme o resultado eleitoral. As eleições determinarão a responsabilidade no exercício dos Poderes Públicos, durante o período constitucional 1959-1964; intervenção da Força contra as autoridades surgidas das votações é delito contra a Pátria. Todas as organizações políticas estão obrigadas a atuar na defesa das autoridades constitucionais em caso de tentativas ou efetivação de um golpe de Estado, mesmo que durante o transcurso dos cinco anos as circunstâncias de autonomia que se reservam a tais organizações tenham colocado a qualquer uma delas na oposição legal e democrática ao Governo. Se declara o cumprimento de um dever patriótico a resistência permanente contra qualquer situação de força que pudesse surgir de um fato subversivo e sua colaboração com ela também como delito de lesa pátria.
b. Governo de Unidade Nacional. Embora o exercício do poder por parte de um partido seja uma consequência legítima de uma maioria eleitoral, o destino da democracia venezuelana e a estabilidade do Estado de Direito entre nós exigem a conversão da unidade defensiva popular em um governo unitário pelo menos enquanto os fatores que ameaçam o ensaio republicano iniciado em 23 de janeiro persistirem; o governo de Unidade Nacional é o caminho para canalizar as energias partidárias e evitar uma oposição sistemática que debili-

taria o movimento democrático. Fica claramente estabelecido que nenhuma das organizações signatárias aspira nem aceita uma hegemonia no Gabinete Executivo, no qual devem estar representadas as correntes políticas nacionais e os setores independentes do país, mediante uma leal seleção de capacidades.

c. Programa mínimo comum. Para facilitar a cooperação entre as organizações políticas durante o processo eleitoral e sua colaboração em tal processo sustentando um programa mínimo comum, cuja execução seja o ponto de partida de uma administração nacional patriótica e de assegurar a democracia como sistema. Tal programa será redigido separadamente, sobre bases gerais, já acordadas, e será um anexo ao presente acordo. Como este programa não exclui o direito das organizações políticas de defender outros pontos não compreendidos nele, se considera para esses casos a seguinte norma: nenhum partido unitário incluirá em seu programa particular pontos contrários aos comuns do programa mínimo e, em todo caso, a discussão pública dos pontos não comuns será mantida dentro dos limites da tolerância e do mútuo respeito, visando os interesses superiores da unidade popular e da trégua política.

4ª. O ideal da unidade como instrumento da luta contra a tirania e contra as forças aptas a reagrupar-se para auspiciar outra aventura despótica, seria a seleção de um candidato presidencial democrático único, a formação de plataformas únicas para os corpos colegiados e a formação de uma frente única, baseados em um só programa integral de governo.

Na prática, ficou evidenciado que diversos fatores reais contradizem essa perspectiva histórica, mas, afortunadamente, existem outros meios idôneos de preservar a Unidade Nacional. Por conseguinte, longe de considerar a unidade comprometida pela comprovação de contradições interpartidárias naturais que correspondem à natureza da atividade democrática, as organizações signatárias depois de confrontar suas distintas opiniões entre si e com as posições emitidas por porta-vozes independentes autorizados da imprensa e outros fatores nacionais define:

1. Os requerimentos da unidade são compatíveis com a eventualidade de diversas candidaturas e plataformas legislativas.
2. Para que a apresentação de várias candidaturas presidenciais e de plataformas legislativas possam ser verificadas sem prejudicar a unidade e sem ruptura da trégua interpartidária, é in-

dispensável fortalecer o sentimento de interesse comum patriótico, a tolerância e o respeito mútuo entre as forças unitárias, base do que deve ser a sincera e solene adesão de todas as forças democráticas aos pontos contidos nesta declaração e ao espírito que a anima, tal como hoje se consagra com a assinatura deste documento.

3. Para garantir a trégua política e a convivência unitárias das organizações democráticas, se cria uma Comissão Interpartidária de Unidade, encargada de vigiar o cumprimento deste acordo. Tal Comissão estará a cargo de orientar a convivência interpartidária, conhecer as queixas que se produzirem contra os desvios personalistas ou sectários, e em nome de todos, a moderação e o controle do que possa comprometer a convivência democrática.

5ª. Para garantir que vários postulados presidenciais e várias plataformas legislativas sejam em todo momento expressões da vontade nacional de celebrar eleições que, definitivamente, se traduzam no fortalecimento da democracia, se proclama:

I. Cada organização fica em liberdade para sustentar seu próprio candidato presidencial e suas próprias plataformas para os corpos colegiados dentro do conceito de unidade aqui consagrado, no sentido de que garantam a tolerância mútua durante e campanha e o cumprimento dos compromissos gerais acordados nesta declaração, qualquer que seja a candidatura ou plataforma que obtiver o maior número de votos.

II. Todos os votos emitidos a favor das diversas candidaturas democráticas serão considerados como votos unitários, e soma dos votos pelas distintas cores como uma afirmação da vontade popular a favor do regime constitucional e da consolidação do Estado de Direito.

III. A postulação dos candidatos presidenciais e das plataformas legislativas é de responsabilidade de cada partido ou coalizão. Será o povo eleitor a quem corresponde qualificar com o voto qualquer candidatura.

IV. Os partidos que subscrevem este documento garantem a adesão aos princípios e normas aqui consagrados de seus respectivos candidatos à Presidência da República.

V. Os partidos signatários se comprometem a realizar uma campanha positiva de afirmação de seus candidatos e programas dentro do espírito da unidade,

evitando colocações e discussões que possam precipitar a rivalidade interpartidária, o desvio personalista do debate e divisões profundas que logo poderiam comprometer a formação do Governo de Unidade Nacional.

VI. Depois de publicado o resultado oficial das eleições, terá lugar em Caracas um grande ato popular encargado de ratificar os seguintes princípios:

a. Pública adesão de todas as organizações e candidatos participantes ao resultado das eleições, como expressão da soberana vontade popular.
b. Ratificação por parte das organizações signatárias de seu sincero propósito de respaldar ao Governo de Unidade Nacional, ao qual prestarão leal e democrática colaboração.

Consideram as organizações signatárias que a adesão de todas as forças políticas aos princípios e pontos estabelecidos nesta declaração é uma garantia eficaz para o exercício do direito eleitoral democrático dentro de um clima de unidade. A cooperação dos organismos profissionais gremiais, cívicos e culturais, da imprensa e de personalidades independentes, com os fins assim precisados, consolidarão a convivência nacional e permitirão o desenvolvimento de uma constitucionalidade estável que tenha em suas bases a sinceridade política, o equilíbrio democrático, a honestidade administrativa e a norma institucional que são a essência da vontade patriótica do povo venezuelano. Como este acordo não determina princípio ou condição contrários ao direito de outras organizações existentes no país, e seu leal cumprimento não limita nem condiciona o exercício natural por elas de quantas faculdades possam e queiram colocar ao serviço das altas finalidades perseguidas, se convida a todos os organismos democráticos a respaldar, sem prejuízo de suas concepções específicas, o esforço comprometido em prol da celebração do processo eleitoral em clima que demonstre a aptidão da Venezuela para a prática ordenada e pacífica da democracia.

Caracas, 31 de Outubro de 1958.

(Assinado)
Por União Republicana Democrática,
Jóvito Villalba
Ignacio Luis Arcaya

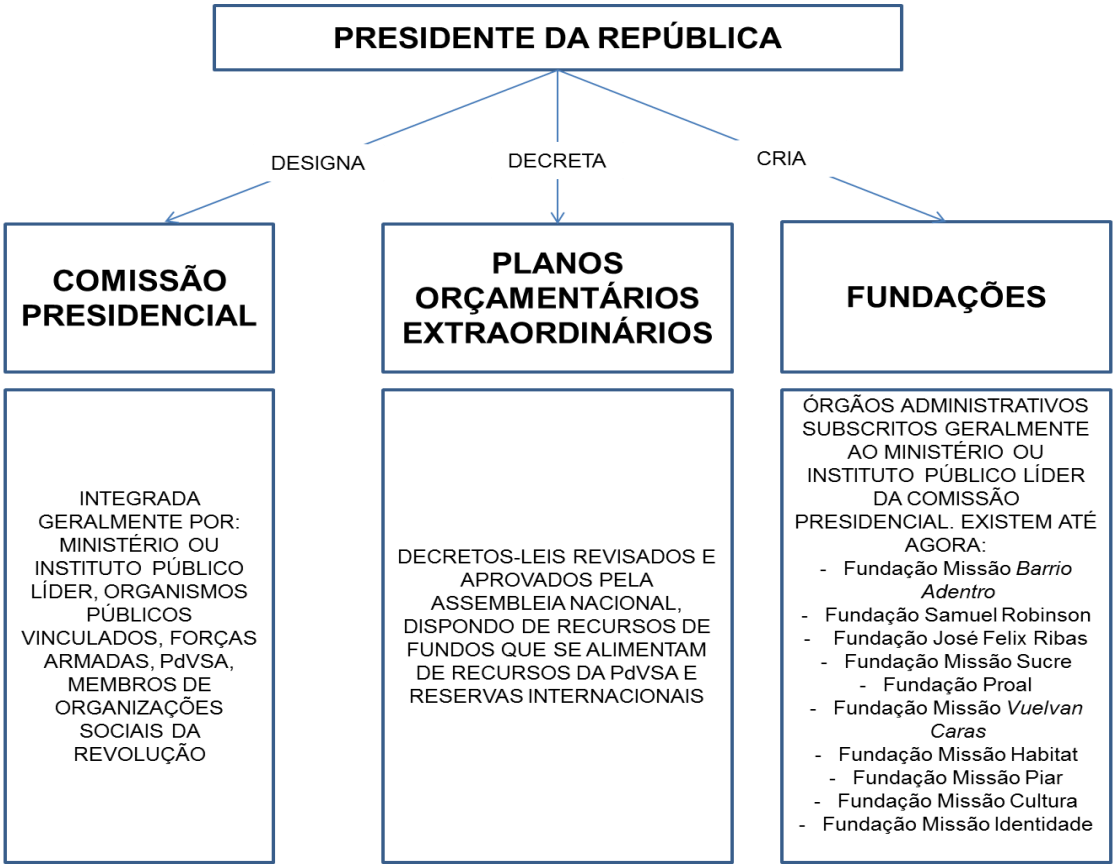
Manuel López Rivas

(Firmado)
Por el Partido Social Cristiano Copei
Rafael Caldera
Pedro del Corral
Lorenzo Fernández

(Firmado)
Por Acción Democrática
Rómulo Bettancourt
Raúl Leoni
Gonzalo Barrios

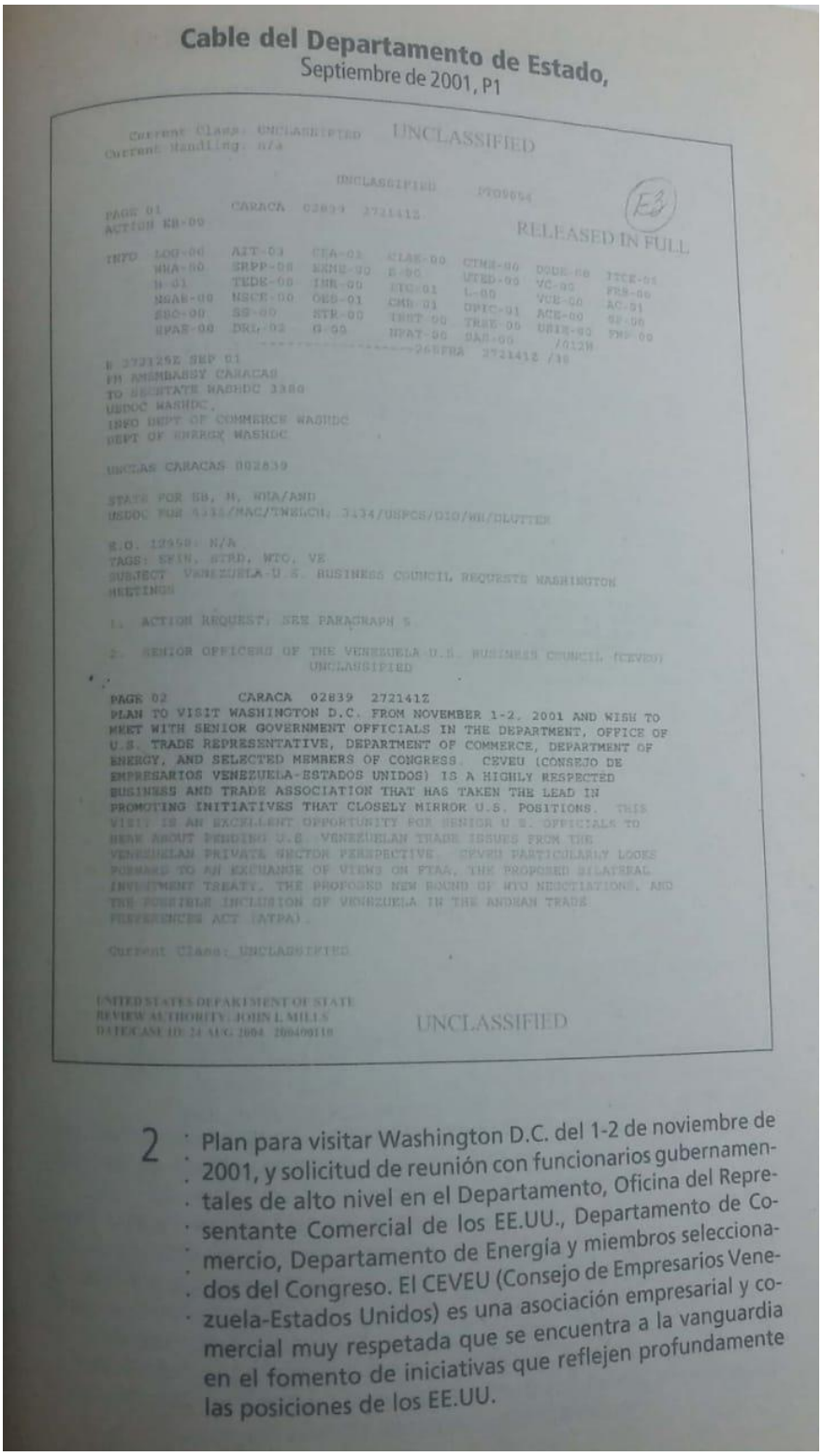
Fonte: MARTÍNEZ DAZA, Jeudiel. **La Era Puntofijista**. Caracas: Editorial la Estrella Roja, 2013. P. 217-223, tradução nossa

ANEXO B – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PARALELA DAS MISSÕES



Fonte: D'ELIA, Yolanda; CABEZAS, Luis Francisco. **Las misiones sociales en Venezuela**. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS), Caracas, Abril 2008. P. 6, tradução nossa.

ANEXO C – TELEGRAMA DIPLOMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO SETEMBRO DE 2001, P. 1



Cable del Departamento de Estado,
Septiembre de 2001, P1

UNCLASSIFIED

RELEASED IN FULL

PAGE 02 CARACA 02839 272141Z

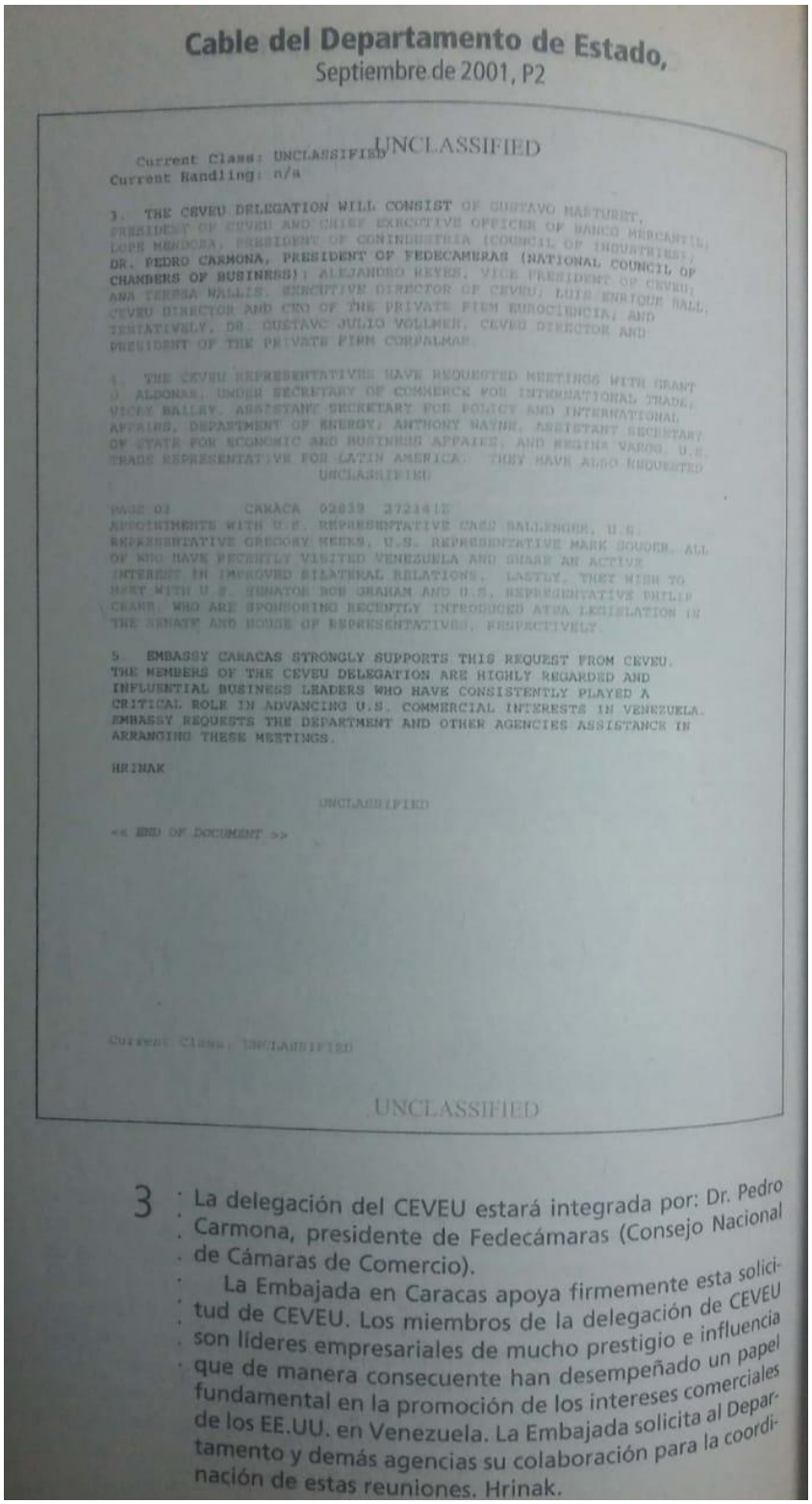
PLAN TO VISIT WASHINGTON D.C. FROM NOVEMBER 1-2, 2001 AND WISH TO MEET WITH SENIOR GOVERNMENT OFFICIALS IN THE DEPARTMENT, OFFICE OF U.S. TRADE REPRESENTATIVE, DEPARTMENT OF COMMERCE, DEPARTMENT OF ENERGY, AND SELECTED MEMBERS OF CONGRESS. CEVEU (CONSEJO DE EMPRESARIOS VENEZUELA-ESTADOS UNIDOS) IS A HIGHLY RESPECTED BUSINESS AND TRADE ASSOCIATION THAT HAS TAKEN THE LEAD IN PROMOTING INITIATIVES THAT CLOSELY MIRROR U.S. POSITIONS. THIS VISIT IS AN EXCELLENT OPPORTUNITY FOR SENIOR U.S. OFFICIALS TO HEAR ABOUT PENDING U.S.-VENEZUELAN TRADE ISSUES FROM THE VENEZUELAN PRIVATE SECTOR PERSPECTIVE. CEVEU PARTICULARLY LOOKS FORWARD TO AN EXCHANGE OF VIEWS ON FTAA, THE PROPOSED BILATERAL INVESTMENT TREATY, THE PROPOSED NEW ROUND OF WTO NEGOTIATIONS, AND THE POSSIBLE INCLUSION OF VENEZUELA IN THE ANDEAN TRADE PREFERENCES ACT (ATPA).

UNCLASSIFIED

2 · Plan para visitar Washington D.C. del 1-2 de noviembre de 2001, y solicitud de reunión con funcionarios gubernamentales de alto nivel en el Departamento, Oficina del Representante Comercial de los EE.UU., Departamento de Comercio, Departamento de Energía y miembros seleccionados del Congreso. El CEVEU (Consejo de Empresarios Venezuela-Estados Unidos) es una asociación empresarial y comercial muy respetada que se encuentra a la vanguardia en el fomento de iniciativas que reflejen profundamente las posiciones de los EE.UU.

Fonte: GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 209.

ANEXO D – TELEGRAMA DIPLOMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO SETEMBRO DE 2001, P. 2



Cable del Departamento de Estado,
Septiembre de 2001, P2

UNCLASSIFIED

Current Class: UNCLASSIFIED
Current Handling: n/a

3. THE CEVEU DELEGATION WILL CONSIST OF GUSTAVO MASTURET, PRESIDENT OF CEVEU AND CHIEF EXECUTIVE OFFICER OF BANCO MERCANTIL; LOPE MENDOZA, PRESIDENT OF CONINDUSTRIA (COUNCIL OF INDUSTRIES); DR. PEDRO CARMONA, PRESIDENT OF FEDECAMERAS (NATIONAL COUNCIL OF CHAMBERS OF BUSINESS); ALEJANDRO REYES, VICE PRESIDENT OF CEVEU; ANA TERESA WALLIS, EXECUTIVE DIRECTOR OF CEVEU; LUIS ENRIQUE BALL, CEVEU DIRECTOR AND CEO OF THE PRIVATE FIRM EUROCIENCIA; AND TENTATIVELY, DR. GUSTAVO JULIO VOLLMER, CEVEU DIRECTOR AND PRESIDENT OF THE PRIVATE FIRM CORPALMAR.

4. THE CEVEU REPRESENTATIVES HAVE REQUESTED MEETINGS WITH GRANT D. ALDONAS, UNDER SECRETARY OF COMMERCE FOR INTERNATIONAL TRADE; VICKY BAILEY, ASSISTANT SECRETARY FOR POLICY AND INTERNATIONAL AFFAIRS, DEPARTMENT OF ENERGY; ANTHONY WAYNE, ASSISTANT SECRETARY OF STATE FOR ECONOMIC AND BUSINESS AFFAIRS; AND REGINA VARGO, U.S. TRADE REPRESENTATIVE FOR LATIN AMERICA. THEY HAVE ALSO REQUESTED

UNCLASSIFIED

PAGE 03 CARACA 02839 272141Z

APPOINTMENTS WITH U.S. REPRESENTATIVE CASS BALLENGER, U.S. REPRESENTATIVE GREGORY MEEKS, U.S. REPRESENTATIVE MARK SOUDER, ALL OF WHO HAVE RECENTLY VISITED VENEZUELA AND SHARE AN ACTIVE INTEREST IN IMPROVED BILATERAL RELATIONS. LASTLY, THEY WISH TO MEET WITH U.S. SENATOR BOB GRAHAM AND U.S. REPRESENTATIVE PHILIP CRANE, WHO ARE SPONSORING RECENTLY INTRODUCED ATPA LEGISLATION IN THE SENATE AND HOUSE OF REPRESENTATIVES, RESPECTIVELY.

5. EMBASSY CARACAS STRONGLY SUPPORTS THIS REQUEST FROM CEVEU. THE MEMBERS OF THE CEVEU DELEGATION ARE HIGHLY REGARDED AND INFLUENTIAL BUSINESS LEADERS WHO HAVE CONSISTENTLY PLAYED A CRITICAL ROLE IN ADVANCING U.S. COMMERCIAL INTERESTS IN VENEZUELA. EMBASSY REQUESTS THE DEPARTMENT AND OTHER AGENCIES ASSISTANCE IN ARRANGING THESE MEETINGS.

HRINAK

UNCLASSIFIED

<< END OF DOCUMENT >>

Current Class: UNCLASSIFIED

UNCLASSIFIED

3 La delegación del CEVEU estará integrada por: Dr. Pedro Carmona, presidente de Fedecámaras (Consejo Nacional de Cámaras de Comercio).

La Embajada en Caracas apoya firmemente esta solicitud de CEVEU. Los miembros de la delegación de CEVEU son líderes empresariales de mucho prestigio e influencia que de manera consecuente han desempeñado un papel fundamental en la promoción de los intereses comerciales de los EE.UU. en Venezuela. La Embajada solicita al Departamento y demás agencias su colaboración para la coordinación de estas reuniones. Hrinak.

Fonte: GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 210.

ANEXO E – DECRETO CARMONA

Acta de constitución del Gobierno de Transición Democrática y Unidad Nacional

Pedro Carmona Estanga

Palacio Presidencial de Miraflores, Caracas, viernes 12 de abril de 2002

El pueblo de Venezuela fiel a su tradición republicana, a su lucha por la independencia la paz y la libertad, representado por los diversos sectores organizados de la sociedad democrática nacional, con el respaldo de la Fuerza Armada unido en un acto patriótico de reafirmación y recuperación de la institucionalidad democrática para reestablecer el hilo constitucional y haciendo uso de su legítimo derecho a desconocer cualquier régimen, legislación o autoridad que contraríe los valores, principios garantías democráticas consagrado en el artículo 350 de la Constitución del 30 de diciembre de 1999.

En concordancia con las bases y principios establecidos en la Carta Democrática Interamericana de fecha 11 de septiembre de 2001, debidamente suscrita por los estados miembros de la Organización de Estados Americanos incluyendo a Venezuela.

Considerando:

Que el día de ayer 11 de abril de 2002 fecha que será recordada con profunda indignación y tristeza nacional, ocurrieron hechos violentos en la ciudad de Caracas que se debieron a órdenes impartidas por el gobierno de Hugo Chávez Frías de atacar, reprimir y asesinar a mansalva a inocentes venezolanos que manifestaban pacíficamente en los alrededores del Palacio de Miraflores cometiéndose con ellos graves delitos comunes y de lesa humanidad contra el pueblo de Venezuela.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno ha contrariado los valores, principios y garantías democráticas en particular los de la democracia representativa, al haber pretendido que eran exclusivas de un solo partido político cuya presidencia ha ejercido en violación de lo establecido en el artículo 145 de la Constitución de 1999 que prohibe a los funcionarios públicos estar al servicio de alguna parcialidad política y, los de la democracia participativa al haber propugnado la elección de los magistrados del Tribunal Supremo de Justicia, de los miembros del Consejo Nacional Electoral, del Fiscal General de la República, del Defensor del Pueblo, del Contralor General de la República sin la debida postulación por sendos comités de postulaciones que debían estar integrados exclusivamente por representantes de los diversos sectores de la sociedad, en violación a lo establecido en los artículos 270, 279 y 295 de la Constitución de 1999 propugnando en esa forma el acceso al poder y su ejercicio en violación del Estado de Derecho.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno en flagrante violación del principio de la separación e independencia de los poderes públicos consagrados en los artículos 136, 254, 273 y 294 de la Constitución de 1999 consumó un proceso de concentración y usurpación de poderes, el cual hace inexorable la necesidad del restablecimiento de la separación y autonomía de los poderes públicos, a fin de constituir autoridades que garanticen el respeto a los derechos humanos y libertades públicas y a los valores e instituciones democráticas propias de un Estado de Derecho.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno en violación al artículo 328 de la Constitución de 1999 pretendieron vulnerar la institucionalidad y misión histórica de las Fuerzas Armadas Nacionales, su dignidad y papel en el desarrollo nacional, al imponerle funciones contrarias a la naturaleza exigiéndole lealtad a una sola parcialidad política y a un proyecto político ideológico y personal, lo cual no se corresponde a un marco institucional democrático.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno ha menoscabado sistemáticamente derechos humanos garantizados en la Constitución de 1999 y en los tratados, pactos y convenciones internacionales relativas a los derechos humanos suscritos y ratificados por la república, al punto de que nunca como en estos últimos tres años los organismos interamericanos de protección de Derechos Humanos han recibido tantas denuncias fundadas de violación de los mismos, en particular relativa al derecho de la vida al debido proceso a la libertad de expresión e información y al derecho a la información.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno ha propiciado desde sus altas posiciones una instigación a delinquir, al propiciar violaciones de toda índole a la propiedad privada, así como obstaculizar la investigación y sanción de civiles y militares afectos al régimen que han incurrido en delitos contra la cosa pública en flagrante violación a los principios del Estado de Derecho y contrariando componentes fundamentales del ejercicio de la democracia como son la transparencia de las actividades gubernamentales, la probidad y la responsabilidad de los gobiernos en la gestión pública.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno promovieron irresponsablemente un clima de confrontación y violencia social, contrario a la unidad nacional, al pluralismo democrático y en general al respecto a los principios y valores democráticos contra todas las instituciones y sectores de la sociedad venezolana.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno han trazado y ejecutado una política exterior contraria a los más altos intereses económicos, políticos y sociales de la nación, ocasionando un aislamiento de graves consecuencias para el país, manteniendo un tratamiento ambiguo frente al flagelo del terrorismo internacional y desarrollando vínculos irrefutables con la narcoguerrilla colombiana.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno mediatizando y controlando la autonomía del poder electoral, en violación al artículo 294 de la Constitución de 1999 y a los convenios internacionales ratificados en el marco de la OIT pretendió desconocer las legítimas autoridades sindicales del país, para imponer una falsa representación obrera sumisa a sus intereses en franca violación del ordenamiento jurídico nacional y de los acuerdos internacionales que regulan la materia.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno con base a la Ley Habilitante del 13 de noviembre de 2000 dictó 48 decretos con fuerza y valor de ley contrarios a la Constitución de 1999 y a la propia Ley Habilitante y, además sin haber realizado el proceso de consulta pública obligatoria que exigen los artículos: 204 y 211 de dicha Constitución que se aplican a los casos de delegación legislativa lo que significa no sólo violación del texto fundamental, sino un quebramiento de la confianza de los sectores productivos del país, promoviendo el irrespeto a la propiedad privada y generando un clima de incertidumbre económica.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías y su Gobierno pusieron a la administración pública al servicio de una parcialidad política, contrariando lo dispuesto en el artículo 141 de la Constitución entre otros factores mediante la creación de los denominados círculos bolivarianos, a fin de promover acciones violentas y contrarias a la democracia y al Estado de Derecho tendientes a intimidar a la mayoritaria oposición que se ha venido manifestando en todo el país en violación de los derechos a la vida, a la libertad de expresión y a manifestar públicamente garantizados en los artículos 43, 57, 58, 68 de la Constitución de 1999.

Considerando:

Que el ejercicio pleno de la vida en democracia exige la convivencia pacífica y ajustada a derecho de mayorías y minorías en el proceso político, así como el respeto a todas las instituciones sean religiosas, profesionales, empresariales, políticas, gremiales, sociales y/o comunitarias sean o no partidarias del gobierno de turno a efecto de promover la unidad y sosiego del pueblo en un marco de libertad, pluralismo, respeto y tolerancia.

Considerando:

Que Hugo Chávez Frías en el día de ayer, presentó su renuncia al cargo de Presidente de la República ante el Alto Mando de la Fuerza Armada Nacional, y el

Vicepresidente Ejecutivo de la República abandonó su cargo con lo cual se ha configurado un vacío constitucional de poder con el objeto de restablecer la institucionalidad democrática y llenar el vacío constitucional de poder, para que el gobierno de la república pueda adaptarse a las exigencias y principios constitucionales y a los establecidos en la Carta Democrática Interamericana:

Decretamos:

Constituir un Gobierno de transición democrática y unidad nacional de la siguiente forma y bajo los siguientes lineamientos:

Artículo 1: Se designa al ciudadano Pedro Carmona Estanga venezolano, mayor de edad, con C.I. N° 1.262.556 presidente de la República de Venezuela.

Quien asume en este acto y de forma inmediata la jefatura del Estado y del Ejecutivo Nacional por el periodo establecido en este mismo Decreto.

El Presidente de la República en Consejo de Ministros queda facultado para dictar los actos de efectos generales que sean necesarios para la mejor ejecución del presente decreto y la consolidación del gobierno de transición democrática.

Artículo 2°: Se reestablece el nombre de República de Venezuela, con el cual continuará identificándose nuestra patria desde este mismo instante.

Artículo 3°: Se suspende de sus cargos a los diputados principales y suplentes a la Asamblea Nacional.

Se convoca la celebración de elecciones legislativas nacionales a más tardar para el mes de diciembre de 2002 para elegir a los miembros del Poder Legislativo Nacional, el cual tendrá facultades constituyentes para la reforma general de la Constitución de 1999.

Artículo 4°: Se crea un Consejo Consultivo que ejercerá las funciones de orden de consulta del Presiente de la República. El Consejo de Estado quedará integrado por 35 miembros principales y sus respectivos suplentes en representación de los diversos sectores de la sociedad democrática venezolana los miembros principales podrán separarse temporalmente de sus cargos sin perder su investidura para ocupar cargos en el Ejecutivo Nacional, estadal o municipal y sus faltas temporales o absolutas serán cubiertas por sus suplentes.

El Consejo Consultivo elegirá de su seno un presidente, dos vicepresidentes y un secretario.

El Consejo Consultivo estará integrado por los 35 ciudadanos que se identifiquen en el Decreto-Ley que a tales efectos se dicte.

Artículo 5°: El Presidente de la República de Venezuela coordinará las políticas de la transición democrática nacional y, las demás decisiones adoptadas para garantizarla con los poderes públicos estadales y municipales.

Artículo 6°: Se convocará a elecciones generales nacionales en un lapso que no excederá a 365 días contados a partir de la presente fecha.

El gobierno de transición democrática cesará en sus funciones una vez que el nuevo presidente electo democráticamente asuma su cargo. El presidente de la república designado en este caso no podrá ser candidato a la presidencia de la república en dicho proceso electoral.

Artículo 7°: El Presidente de la República en Consejo de Ministros podrá renovar y designar transitoriamente a los titulares de los poderes públicos, nacionales, estadales y municipales para asegurar la institucionalidad democrática y el adecuado funcionamiento del Estado de Derecho; así como a los representantes de Venezuela ante los parlamentos Andino y Latinoamericano.

Artículo 8°: Se decreta la reorganización de los poderes públicos a los efectos de recuperar su autonomía e independencia y asegurar una transición pacífica y democrática, a cuyo efecto se destituyen de sus cargos ilegítimamente ocupados al presidente y demás magistrados del Tribunal Supremo de Justicia, así como al Fiscal General de la República, al Contralor General de la República, al Defensor del Pueblo y a los miembros del Consejo Nacional Electoral.

El Presidente de la República en Consejo de Ministros previa consulta con el Consejo Consultivo designará a la brevedad posible a los ciudadanos que ejercerán transitoriamente esos poderes públicos.

Artículo 9°: Se suspende la vigencia de los 48 decretos con fuerza de ley, dictados de acuerdo con la Ley Habilitante de fecha 13 de noviembre de 2000.

El Presidente de la República instalará una comisión revisora de dichos decretos-leyes, integrada por representantes de los diversos sectores de la sociedad.

Artículo 10°: Se mantiene en plena vigencia el ordenamiento jurídico en cuanto no colida con el presente decreto ni con las disposiciones generales que dicte el nuevo gobierno de transición democrática.

Asimismo se mantienen en vigencia todos los compromisos internacionales, válidamente asumidos por la República de Venezuela.

Artículo 11°: El gobierno de transición democrática y unidad nacional entregará sus poderes y rendirá cuenta de sus gestiones a los órdenes del Poder Público que legítimamente se elijan, de acuerdo con lo dispuesto en este decreto y demás disposiciones constitucionales y legales-

Dado en el Palacio de Miraflores en la ciudad de Caracas el día 12 del mes de abril de 2002.

Años 191º de la Independencia y 142º de la Federación.

Señoras y señores, a los fines de seguir adelante con este movimiento de toda la sociedad democrática nacional, a la salida de este recinto se les convoca a firmar el

decreto que se acaba de leer como adhesión a este proceso.

Acto de juramentación

Yo, Pedro Carmona Estanga, en mi condición de Presidente de la República de Venezuela, juro ante Dios Topoderoso, ante la patria y ante todos los venezolanos reestablecer la efectiva vigencia de la Constitución de la República de Venezuela de 1999 como norma fundamental de nuestro ordenamiento jurídico y restituir el Estado de Derecho, la gobernabilidad y la garantía del ejercicio de las libertades ciudadanas, así como al respecto a la vida, la justicia, la igualdad, la solidaridad y la responsabilidad social.

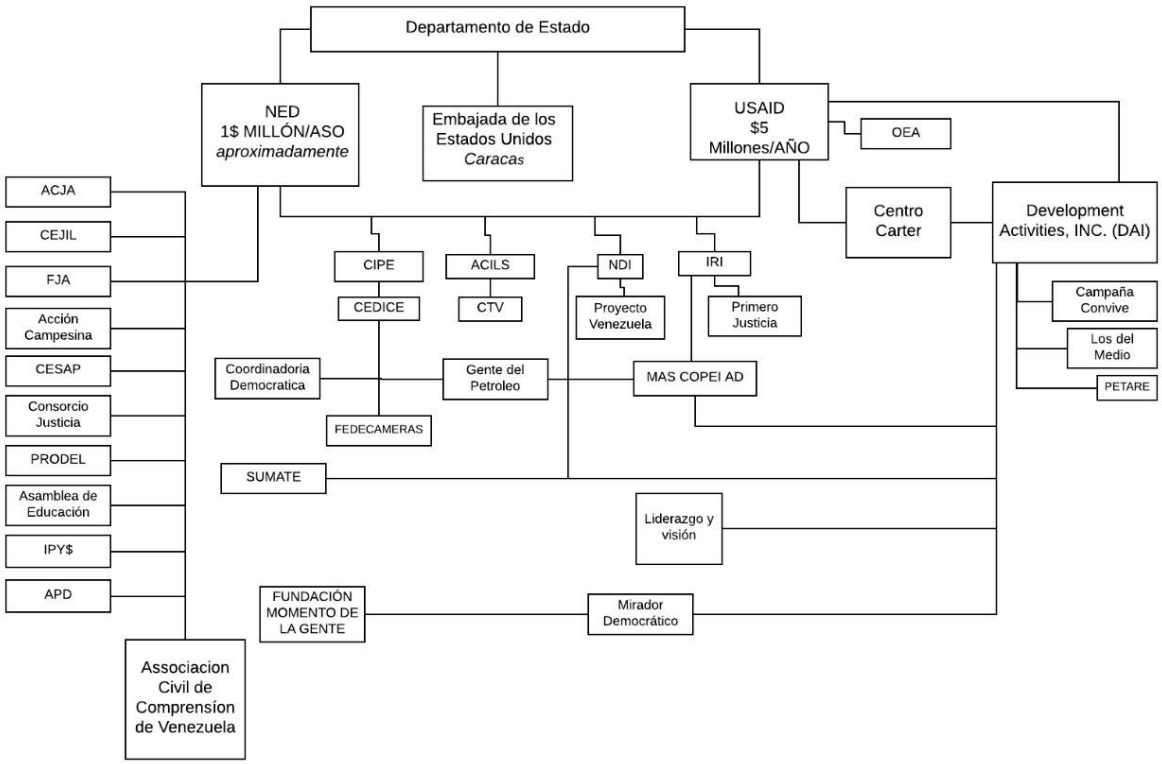
Firmada por: Manuel Rosales, Asdrúbal Pulido Salvatierra, Pedro Enrique Piñate Bermúdez, Vladimir Castellanos, Germán Barreto H., José Rafael Berroterán Esculpi, Aquiles José Rojas Salazar, José Castro M., Hugo Rodríguez Rausseo, Luis R. Contreras Laguado, Laura Rivero, Alexis Rodríguez, Nelson Albornoz, Alicia Sepúlveda, Jesús Nicolás de Fino Montes, Michel Biondi, Óscar Francisco Mora Endara, Pedro J. Mantellini, J.R. Chacón Mogollón, Miguel Antonio Hernández, Eduardo Arturo Gámez Quintero, Luis Gerardo Ascanio Estévez, Giusepe Grunfio, Miguel Ambrosio E., Héctor Sabatella, Roberto Marrero, Flavio Passano Mauri, Asnaldo Antonio Vásquez Rivas, Óscar Eduardo Moratino, Hugo Aranguren Quintero, Douglas León Natera, Ely López Quijada, Jesús López Planchart, Porfirio Tamayo, Víctor Sequeda, Juan Carlos Zapata, Rómulo Otaso Pérez, Julio Lesa Arreaza, Roberto Henríquez, María C. de Huizi, Cristín Nicolás Núñez, Heidi Andreína Flores Palacios, Ibraín García Carmona, Miguel Mónaco Gómez, Alfredo Chaparro, Pablo César Marín, William Chávez, Iván Morales Valles, Adolfo Pastrano Matute, Rubén Darío Bustillos, Américo Martín, Martha de Briceño, Giovani Otaviani Vera, Eldar Levi Pascal, Antonio Isaac Pardo Guilarte, Rafael Ojeda Henríquez, Nelson Dagama Suárez, Alfredo Fernández Gallardo, Carlos Fernández Gallardo, Eliseo Sarmiento Pérez, Luis Rafael Hernández, Varela Ramos, Édgar Linares Machado, Gerson Rabanales, Gloria Janeth Istifano, Roberto Campos Silva, Miguel Alejandro Alfonzo Ruiz, Miguel Angel Luna, Gabriela Domínguez, Orlando Mangliani, Víctor Manuel Dálamo, Nelson José Mendoza P., Heidi Engelberg, José Ramón Chourio, Alfredo G. Dominisio, Adalberto Jiménez, José Gregorio Correa, Miguel Valle Herrera, José Javier Martínez, Juan Carlos Arreaza, Pedro Palomino, José Santiago Romero, Yeikok Abadi, Rubén Flores Martínez, Alida Lasar de Medina, Ricardo Álvarez Uzcátegui, Noel Álvarez Camargo, Roberto Campos Silva, Rafael Méndez Díaz, Bernardo Corredor Ramírez, Francisco Márquez Velasco, Alfredo Ortega Rubio, Fernando Albán, Fiderela Fórmica, Abelardo Pinedo, Maximiliano Magil, Edgar Villarroel, María Eugenia Chacón Moreno, Ana Patricia Laya, Andrea Daza Tapia, Rafael Luis y Clavier, Carlos Redondo Morazani, Rodolfo León Nobel, José Rafael Márquez Avendaño, Carlos de Seda Rojas, Emilio Peñaranda Pita, Roger Guillén Castro, Arturo Calderón, José Martínez Franco, Vilma Petrach, Gregorio Rojas Salazar, Marcos Acosta, Hugo Arrioja, Guillermo Velutini, José Gregorio Vásquez, Néstor González González, Félix Aranguren, Sergio Omar Calderón, Juan Moreno Gómez, Vilma Hernández, Ramón Alvarez Viso, Juan Carlos Barroso, Angel Prato, Miguel Méndez Fabiani, Luis Gerardo Ventura, Jame Eisleiman, Silvino José Bustillos, Eduardo José Cabrera, Sammy Jesús Landaeta Millán, José Valentín Liscano Coronado, Brionet Michel, Carmen América Oropeza, Mireya Valderrama, Eduardo Marín, Marcos Torres, Rubén Piña Zaa, Ibeth de

Bustillos, Eduardo Galavis Añez, Pedro Rafael Betancourt, José Gabriel Izaguirre Duque, Alfonso Albornoz Niño, Julio César Pasarelo Golding, Remo Alejandro Pasarelo Golding, Rafael Varela Gómez, María Corina Machado, Antonio Nicolás Briceño Brown, Roberto Mendoza L., José De Sousa, general de división Rafael A. Montero Rebete, Gretel González Penzo, Abraham Pulido Méndez, Marcos Oviedo, José Rodríguez, Luis Reyes, Elías Bittar Escalona, Luis Eduardo González del Castillo Yánez, Andrés Rojas Cubero, José Martli Saqui, Carlos Alberto Guevara Solano, Pedro Luis Ravelo, José Ángel Urbina, Luis González del Castillo, Alejandro Peña Esclusa, Carlos Redondo Morazani, César Camejo Blanco, Ernesto Amado Villasmil, Yaniret Suárez Mujica, Alberto José Fernández Arribillaga, Alejandro Goiticoa Ramírez, Betty de Martínez, Nelson Morales Caraballo, Gerardo Omaña, Alexis Garrido Soto, Andrés Rojas, Iván Sanoja Martínez, Juan Enrique Aister, Gustavo L. Velásquez, Fidias Marcano, Francisco Martínez G., María Alejandra García Gómez, Félix Francisco Figuera Valdés, Ubilerma de Jesús Brito Useche, María Rodríguez Ramos, Richard David Figueras, Jesús Francisco Figueras, Corina de Machado, Luis Morales Parada, Miguel Ardanas, Carlos Salvatore Mariscalco, Oswaldo Cocne, Luis Manrique, Carlos Julio Ostos, Gisela Gómez Sucre, Andrea Gabriela Gómez, Vicente Dávila Arreaza, Rodolfo Lovera Pérez, Daniel Fernández, Alfredo Rangel Mata, Margarita Rodríguez B., Jhonny José Barrios, Carlos Enrique Quintero, Laura Carolina García Gómez, Ricardo García Enríquez, Haydée Deus, María Cristina Parra, Mimí Yaneth Aseti, Sixto Díaz Miranda, Pedro Francisco Arroyo, Alberto Blasini, Enrique Yéspica Alvarado, José del Carmen Montilla, José Alberto Zambrano G., Michael Gogarizan, Herminio Fuenmayor, Reinaldo Casanova, Hugo Hernández Raffali, Néstor Col, Gonzalo de Guruceaga, Sergio R. Sucre, Rafael Arreaza Padilla, Luis Miguel Fajardo, Rafael Castellanos, Pedro José Figueras, Luis Rafael Fajardo, Pedro Rojas Villafaña, Marcial Lara Ortega, Jesús A. Cabezas Castro, Isidro Díaz Infante, César Ramírez Morales, Armando León, Ciro Belloso, Rubén Barboza, Rafael García P., Rodríguez Meijaró Iturbe, vicealmirante Diofante Torrealba, Marianela Mata B., Marianela Dorante de Aguiar, Alberto Mariño, José A. Ciriliano, Mario Tepedino, Juan Andrés Sosa B., Luis E. Servando, Pedro Perdomo Alberto, Víctor Ruido Medina, Javier Muñoz León, Gonzalo Mendoza, Darío Bander Fontúrbel, Félix Pérez Avilés, David Meneses, Jesús María, Felipe Brillembourg, José Antonio Navarro Evia, Lourdes Alcalá de García, Vilma Martínez, doctora Weles Sacarías, Alberto Quirós, Juan Pablo Borregales Delgado, J.M. Magro O., Juan Antonio Goliat, Rafael A. Jimones Márquez, Gilberto Carrasquero Araujo, Jesús A. Jiménez Galvis, Enrique José Cedeño, Víctor José García, Manuel A. Pulido, Rodolfo, Jesús María Ponce, David López Henríquez, Valentina Leseur, Maye Primera Garcés, Ingrid Gómez, Víctor Hernández Dépori, Armando E. Cuello Adrianza, Alexis Martínez, Carlos Cadavieco, Alvaro Caballero Fonseca, José Rodríguez, Víctor Mendoza, Jesús Alberto Fernández J., Mario Caputo Cesarani, Rafael Orlando Chacón Prada, Gustavo Nagen, Edecio Brito, Leopoldo López Gil, Rafael Mendoza Rivera, Nancy Figueroa Yánez, Dolores Piña de Nieto, Héctor Otilio Pujol, Josefina Quintero Sanabria, Richard Toquer Loero, Carlos Rodríguez Matosa, Alba Teresa Parra, Rosaura Aguiar Aranguren, doctor Miguel Angel Castillo, ingeniero Ismael Jiménez Velásquez, Lic. Manuel Mendoza Villarreal, Castor González, José Antonio Gil Yépez, Marcel Carballo, Germán Barreto, María del Amparo Parejo, Jaime Manso Manso, Alicia Taormina Parra, Ramón Rodríguez, Francisco Alvarado Ordóñez, Octavio Delamo, Rafael Antonio Ramones Montero, Yuly Penet, Miguel Enrique Corso Corso, Fernández Galíndez Díaz, Simón Uscanga Lovera, Alfredo Larrazábal, Guillermo Colimodio, Gonzalo Colimodio, Félix Duarte,

Alfonso Riera, Juan Luis Rico Chayet, Rodolfo Rabanales, Gloria Pacífico de Bustillos, Guillermo Alcalá Prada, Vicente Brito, Alicia Uzcátegui de Zambrano, Luis Antonio Molina, Gonzalo Pérez Hernández, Pedro Jesús Castro Torrealba, Gonzalo Medina Valery, Víctor Escobar, Carmen Gedel, Thais de Gibs, Alberto Gibs Gil, Nicole Michele Moreli, Blas Antonio García Núñez, Carlos Grimaldi, Miguel Pupio Pizani, Rubén Ortiz Córdoba, Luz García, Sergio Contreras, Osleida Arévalo Montilla, Jorge Paparoni M., Luis Horacio Vivas Peña, Elio Andrés Delamo Chacón, Andrés González Herrera, Julio César Cabrera, Francisco Briceño, Escales Díaz Aguiar, José D. Bravo, Ana Karina González, Jorge Hung, Osías Senior, Edgar Monserrate, Belkis Yépez, Ángel Irigoyen, Carlos Enrique Gutiérrez, José Vicente Carrasquero.

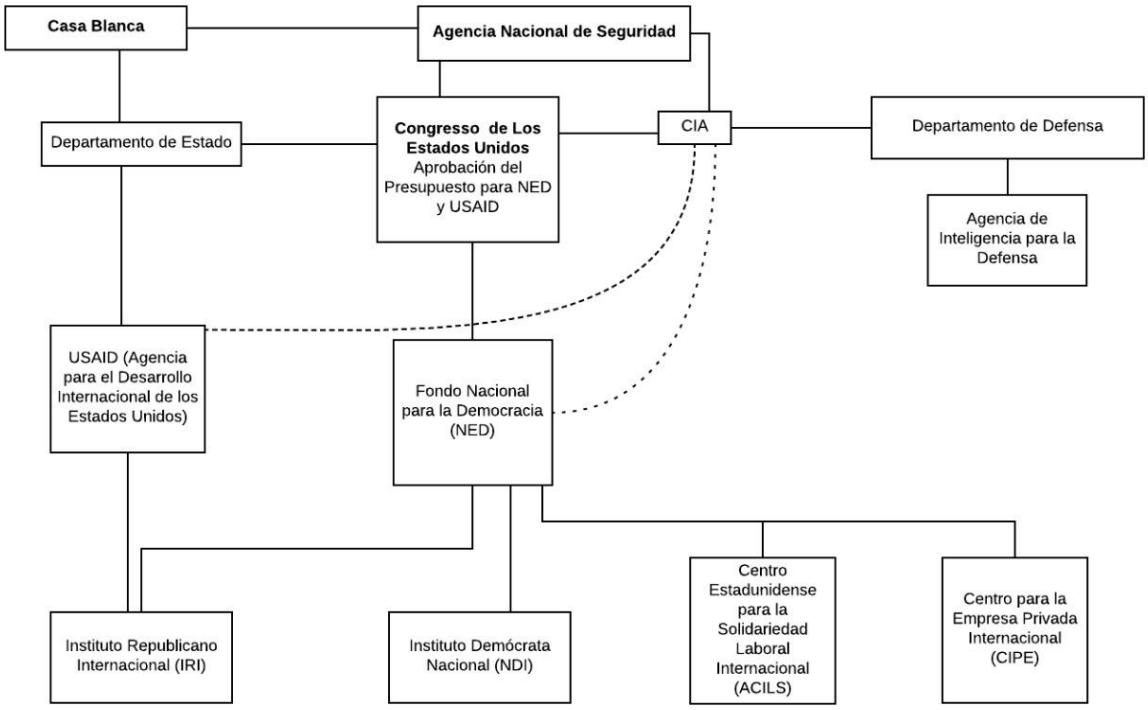
Fonte: DOCUMENTO: Decreto Carmona y lista de firmantes. **Aporrea**, Caracas, 13 Abril 2010. Disponível em: <https://www.aporrea.org/actualidad/n155077.html>. Acesso em 19 Dez 2017.

ANEXO F – FLUXO DE DÓLARES ESTADUNIDENSES NA VENEZUELA



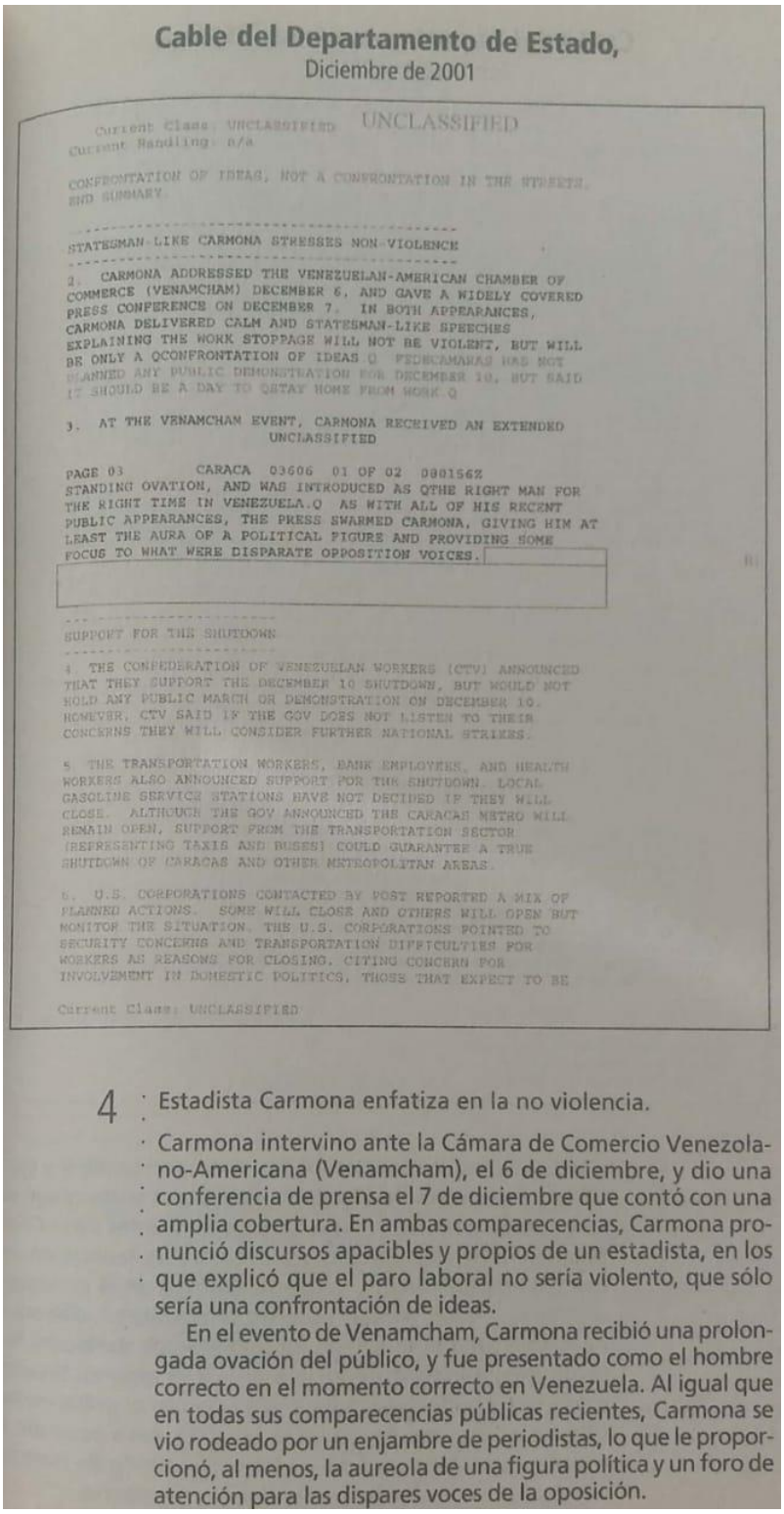
Fonte: GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 172.

ANEXO G – ESTRUTURA GERAL DO FLUXO DE DINHEIRO PARA VENEZUELA



Fonte: GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 173.

ANEXO H – TELEGRAMA DIPLOMÁTICO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO, DEZEMBRO DE 2001



Cable del Departamento de Estado,
Diciembre de 2001

Current Class: UNCLASSIFIED UNCLASSIFIED
Current Handling: n/a

CONFRONTATION OF IDEAS, NOT A CONFRONTATION IN THE STREETS.
END SUMMARY.

STATESMAN-LIKE CARMONA STRESSES NON-VIOLENCE

2. CARMONA ADDRESSED THE VENEZUELAN-AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE (VENAMCHAM) DECEMBER 6, AND GAVE A WIDELY COVERED PRESS CONFERENCE ON DECEMBER 7. IN BOTH APPEARANCES, CARMONA DELIVERED CALM AND STATESMAN-LIKE SPEECHES EXPLAINING THE WORK STOPPAGE WILL NOT BE VIOLENT, BUT WILL BE ONLY A QCONFRONTATION OF IDEAS.Q FEDECAMARAS HAS NOT PLANNED ANY PUBLIC DEMONSTRATION FOR DECEMBER 10, BUT SAID IT SHOULD BE A DAY TO QSTAY HOME FROM WORK.Q

3. AT THE VENAMCHAM EVENT, CARMONA RECEIVED AN EXTENDED
UNCLASSIFIED

PAGE 03 CARACA 03606 01 OF 02 080156Z
STANDING OVATION, AND WAS INTRODUCED AS QTHE RIGHT MAN FOR THE RIGHT TIME IN VENEZUELA.Q AS WITH ALL OF HIS RECENT PUBLIC APPEARANCES, THE PRESS SWARMED CARMONA, GIVING HIM AT LEAST THE AURA OF A POLITICAL FIGURE AND PROVIDING SOME FOCUS TO WHAT WERE DISPARATE OPPOSITION VOICES.

SUPPORT FOR THE SHUTDOWN

4. THE CONFEDERATION OF VENEZUELAN WORKERS (CTV) ANNOUNCED THAT THEY SUPPORT THE DECEMBER 10 SHUTDOWN, BUT WOULD NOT HOLD ANY PUBLIC MARCH OR DEMONSTRATION ON DECEMBER 10. HOWEVER, CTV SAID IF THE GOV DOES NOT LISTEN TO THEIR CONCERNS THEY WILL CONSIDER FURTHER NATIONAL STRIKES.

5. THE TRANSPORTATION WORKERS, BANK EMPLOYEES, AND HEALTH WORKERS ALSO ANNOUNCED SUPPORT FOR THE SHUTDOWN. LOCAL GASOLINE SERVICE STATIONS HAVE NOT DECIDED IF THEY WILL CLOSE. ALTHOUGH THE GOV ANNOUNCED THE CARACAS METRO WILL REMAIN OPEN, SUPPORT FROM THE TRANSPORTATION SECTOR (REPRESENTING TAXIS AND BUSES) COULD GUARANTEE A TRUE SHUTDOWN OF CARACAS AND OTHER METROPOLITAN AREAS.

6. U.S. CORPORATIONS CONTACTED BY POST REPORTED A MIX OF PLANNED ACTIONS. SOME WILL CLOSE AND OTHERS WILL OPEN BUT MONITOR THE SITUATION. THE U.S. CORPORATIONS POINTED TO SECURITY CONCERNS AND TRANSPORTATION DIFFICULTIES FOR WORKERS AS REASONS FOR CLOSING, CITING CONCERN FOR INVOLVEMENT IN DOMESTIC POLITICS. THOSE THAT EXPECT TO BE

Current Class: UNCLASSIFIED

4 · Estadista Carmona enfatiza en la no violencia.

· Carmona intervino ante la Cámara de Comercio Venezolano-Americana (Venamcham), el 6 de diciembre, y dio una conferencia de prensa el 7 de diciembre que contó con una amplia cobertura. En ambas comparecencias, Carmona pronunció discursos apacibles y propios de un estadista, en los que explicó que el paro laboral no sería violento, que sólo sería una confrontación de ideas.

En el evento de Venamcham, Carmona recibió una prolongada ovación del público, y fue presentado como el hombre correcto en el momento correcto en Venezuela. Al igual que en todas sus comparecencias públicas recientes, Carmona se vio rodeado por un enjambre de periodistas, lo que le proporcionó, al menos, la aureola de una figura política y un foro de atención para las dispares voces de la oposición.

Fonte: GOLINGER, Eva. **El Código Chávez**. Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005, p. 210.